UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Fernanda Antunes Spolaor

O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: movimentos antagônicos representativos da hegemonia capitalista e da resistência emancipatória no âmbito da educação pública

Juiz de Fora
2025

Fernanda Antunes Spolaor

O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: movimentos antagônicos representativos da hegemonia capitalista e da resistência emancipatória no âmbito da educação pública

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: “Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas”.

Orientadora: Profª. Drª. Olga Alícia Gallardo Milanés

Juiz de Fora

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Spolaor, Fernanda Antunes.
O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica : movimentos antagônicos representativos da hegemonia capitalista e da resistência emancipatória no âmbito da educação pública / Fernanda Antunes Spolaor. -- 2025.
400 f. : il.

Orientador: Olga Alícia Gallardo Milanés
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.

1. Sociedade Capitalista Neoliberal. 2. Políticas Públicas Educacionais. 3. Privatização da Educação Pública. 4. Programa Jovem de Futuro. 5. Educação Ambiental Crítica. I. Milanés, Olga Alícia Gallardo , orient. II. Título.

Fernanda Antunes Spolaor

O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: movimentos antagônicos representativos da hegemonia capitalista e da resistência emancipatória no âmbito da educação pública

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: "Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas".

Aprovada em 14 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Dr(a). Olga Alicia Gallardo Milanés - Orientador(a) e Presidente da Banca
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr(a). Dileno Dustan Lucas de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr(a). Wilson Alviano Junior
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr(a). Tiago Fávero de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr(a). Maristela Denise Moresco Mezzomo
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr(a). Jonathan Mendes Gomes
Universidade do Estado de Minas Gerais

Juiz de Fora, 31/10/2025.

Documento assinado eletronicamente por **Olga Alicia Gallardo Milanés**, **Usuário Externo**, em 17/11/2025, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Jonathan Mendes Gomes**, **Usuário Externo**, em 18/11/2025, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Tiago Fávero de Oliveira**, **Usuário Externo**, em 18/11/2025, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Alviano Junior**, **Professor(a)**, em 18/11/2025, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maristela Denise Moresco Mezzomo**, **Usuário Externo**, em 18/11/2025, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Dileno Dustan Lucas de Souza**, **Professor(a)**, em 24/11/2025, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2712247** e o código CRC **C37CCDC2**.

Dedico cada palavra aqui refletida a todas as pessoas queridas com as quais, ao longo de anos - de muitos anos, convivi e sigo convivendo em diferentes tempos e espaços que se entrelaçam na partilha de experiências, na tessitura de memórias e no florescimento de saberes cultivados em momentos preciosos de vida.

Pessoas mais do que queridas que, de modo não deliberado, atravessaram minha consciência - como se lâminas de silêncio fossem - e alcançaram lugares em mim que eu sequer sabia que existiam.

Ao se sentirem representadas pelo discurso autoritário, excludente, discriminatório e odioso da extrema direita nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, súbita e assustadoramente, eu não as reconhecia mais, embora elas permanecessem ali, pulsantes em minha vida.

E então, depois de um tempo - um tempo longo e denso, quase infinito - compreendi que precisava reaprender a olhá-las, mesmo que fosse através dos fragmentos de um cristal estilhaçado.

AGRADECIMENTOS

Na minha vida, grandes acontecimentos sempre foram marcados pela concomitância de outros grandes acontecimentos, muitas vezes desconcertantes. Durante o Curso de Doutorado não foi diferente. Por isso, com todo o meu coração, com toda a minha alma, com toda a minha força e com todo o meu entendimento, agradeço a Deus por ter me iluminado, me guiado, me protegido e me abençoado ao longo de todo o caminho percorrido.

À Profª Drª Olga Alícia Gallardo Milanés, orientadora desta Tese, pela generosidade, paciência e confiança incondicionais depositadas em mim durante tantos momentos que me fragilizaram de tantas formas. Minha profunda gratidão pela acolhida, pela parceria intelectual e pelo compromisso ético-político que marcaram a continuidade do meu processo formativo e fortaleceram o meu compromisso com uma prática social crítica, transformadora e emancipadora inspirada pelos ares revolucionários de Cuba que, um dia, ainda terei o prazer de conhecer.

À Banca de Qualificação, Prof. Dr. Dileno Dustan Lucas de Souza (UFJF), Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto (UFJF), Profª Drª María de Los Ángeles Arias Guevara (UFLA), Profª Drª Maristela Denise Moresco Mezzomo (UTFPR), pelas contribuições teóricas e metodológicas, pelas análises criteriosas, pelas sugestões enriquecedoras e pelos elogios motivadores que se converteram em elementos fundamentais para o aprimoramento da pesquisa.

À Banca de Defesa, Prof. Dr. Dileno Dustan Lucas de Souza (UFJF), Prof. Dr. Wilson Alviano Júnior (UFJF), Profª. Drª. Maristela Moresco Mezzomo (UTFPR), Prof. Dr. Jonathan Mendes Gomes (UEMG), Profª Drª Maria Zélia Maia de Souza (UFJF), Prof. Dr. Tiago Fávero de Oliveira (UFJF), Profª. Drª. Kellen Rocha de Souza (UNIFAL) e Profª Drª Maria de Los Ángeles Arias Guevara (UFRN), pela apreciação criteriosa e pelos apontamentos construtivos na interlocução acadêmica qualificada que reafirmaram o valor da produção científica crítica e socialmente comprometida com a educação pública democrática.

Aos sujeitos que aceitaram compartilhar comigo suas experiências de vida. Espero ter conseguido transpor para estas linhas toda a potência de suas contribuições na construção de um mundo menos desigual e menos injusto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF por resistir aos tempos sombrios e obscuros do (DES)governo Bolsonaro de ataques contundentes à ciência, à democracia e à educação pública brasileira, assim como pelo acolhimento frente a todas as questões que tanto me afligiram.

À Associação Mineira dos Inspetores Escolares - AMIE, na pessoa de sua Presidenta, a Inspetora Escolar Geovanna Passos, cujos diálogos cotidianos me ensinam quando respeitar e quando ultrapassar limites impostos pela *práxis* de nossa atuação profissional e me encorajam a não desistir jamais dos princípios e dos valores que me constituem enquanto ser humano.

À minha família que, dia após dia, permite que eu vivencie a imperecibilidade do cuidado no entrelaçamento de emoções que se afloram em nossas coexistências tecidas na transversalidade do amor, da partilha, da lealdade, da resiliência e do perdão.

Aos meus amigos e às minhas amigas que, a cada adversidade que enfrentei ao longo de minha caminhada, permaneceram presentes sob as mais diferentes nuances e essências e, genuinamente, atribuíram sentido e significado para a máxima “ninguém solta a mão de ninguém”. Nesses momentos de luta pelo que entendemos por vida, construímos, desconstruímos e reconstruímos a nós mesmos/as na certeza de que o nosso agir individual e coletivo converge para o compromisso social que assumimos enquanto seres humanos viventes de um determinado tempo histórico.

Por fim, e não menos importante, a todos os caninos sem raça definida que perambulam invisíveis pelas ruas sofrendo na pele o abandono, a fome, a sede, o calor, o frio e a dor. Seres tão puros que acalentam o meu coração a cada oportunidade que tenho de ajudá-los e me ensinam, dia após dia, que o cuidado com o outro, na verdade, significa o cuidado com nós mesmos/mesmas. Thor, Trovão, Magnólia, Bella, Pandora, Florzinha, Madonna, Princesa, Choquito, Pantera, Neguinho, Amarela, Negão, Falcão, Peteca, Luke, Mineiro, Turico, Boneca, Estrela, Pirulito, Pedro, Hulk, Raposinha, Susan, Pretinha, Feijão, Bob, Pudim, Paçoca, Branca, Pipoca, Preto, Amigão… PC, Shang, Ayron, Rayka, Flora, Mel, Amarelinha, Bolinha, Rabudo, Mãezinha, Vovozinha, Pretão e Caramelo *in memorian*… vocês são incríveis… conviver com vocês - e lembrar de vocês, é um privilégio imenso!

Muito obrigada!

À SEE/MG, durante a primeira gestão do Governo Novo (2019-2022), devido ao meu vínculo funcional na SRE/Juiz de Fora e, durante a segunda gestão do Governo Novo (2023-2026), devido ao meu vínculo funcional na SRE/Carangola, órgãos institucionais aos quais dediquei, e ainda dedicarei, anos e anos de vida e de trabalho comprometido com a educação pública mineira, gostaria muito de poder agradecer também, mas, infelizmente não posso. A paz que poderia ter sustentado a minha dedicação à pesquisa foi severa e sistematicamente comprometida por longos, longos anos. A conclusão deste trabalho, portanto, não representa apenas um resultado acadêmico exitoso, mas, sobretudo, a materialização da resistência no enfrentamento cotidiano das adversidades políticas e institucionais que atravessam a vida de quem insiste em defender a educação pública democrática pautada nos princípios constitucionais que regem a administração pública - a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Trata-se de afirmar que, mesmo em meio às tentativas de silenciamento, é possível transformar dor e opressão em força e construção de conhecimento comprometido com uma sociedade fundamentada na constante luta por justiça social.

Lamento muito!

Sabem do que são feitos os direitos, meus jovens?
Sentem o seu cheiro?
Os direitos são feitos de suor, de sangue,
de carne humana apodrecida nos campos de batalha, queimada em fogueiras!
Quando abro a Constituição no artigo quinto,
além dos signos, dos enunciados vertidos em linguagem jurídica,
sinto cheiro de sangue velho!
Vejo cabeças rolando de guilhotinas, jovens mutilados,
mulheres ardendo nas chamas das fogueiras!
Ouço o grito enlouquecido dos empalados.
Deparo-me com crianças famintas, enrijecidas por invernos rigorosos,
falecidas às portas das fábricas com os estômagos vazios!
Sufoco-me nas chaminés dos campos de concentração,
expelindo cinzas humanas!
Vejo africanos convulsionando nos porões dos navios negreiros.
Ouço o gemido das mulheres indígenas violentadas.
Os direitos são feitos de fluido vital!
Para se fazer o direito mais elementar, a liberdade,
gastou-se séculos e milhares de vidas foram tragadas,
foram moídas na máquina de se fazer direitos, a revolução!
Tu achavas que os direitos foram feitos pelos janotas,
que têm assento nos parlamentos e tribunais?
Engana-te!
O direito é feito com a carne do povo!
Quando se revoga um direito, desperdiça-se milhares de vidas …
Os governantes que usurpam direitos, como abutres,
alimentam-se dos restos mortais de todos aqueles que morreram
para se converterem em direitos!
Quando se concretiza um direito, eterniza-se essas milhares de vidas!
Quando concretizamos direitos,
damos um sentido à tragédia humana e à nossa própria existência!"
(Raquel Domingues do Amaral, 2017)

RESUMO

O Programa Jovem de Futuro, implementado nas escolas estaduais de Ensino Médio pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio de uma parceria firmada sob o viés público-privado com o Instituto Unibanco / Banco Itaú, é considerado, nesta pesquisa, como a representatividade da hegemonia capitalista neoliberal no âmago de um processo de privatização da educação pública que se encontra em curso no Brasil. Em contraposição, a Educação Ambiental Crítica, ao descortinar as inter-relações existentes entre o social, o político, o econômico e o educacional, é compreendida como uma força anticapitalista orientada pela luta por justiça socioambiental no seio de um processo de resistência e de transformação emancipatória. De natureza qualitativa e fundamentada no materialismo histórico-dialético, a pesquisa construiu categorias analíticas que aprofundaram a compreensão das relações conjunturais que conformam a sociedade contemporânea a partir da seguinte questão norteadora: *"De que forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?".* À luz de referenciais teóricos críticos, a articulação metodológica entre a análise documental e as entrevistas narrativas com os sujeitos que vivenciam a escola pública permitiu ampliar o entendimento da complexidade do fenômeno investigado considerando suas determinações históricas e sociais. As reflexões produzidas em torno do objetivo geral - compreender as potencialidades pedagógicas da Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental frente à eversão da hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola de Ensino Médio jurisdicionada à SRE/Juiz de Fora no período de 2019 a 2024 - possibilitaram o desvelamento de disrupções que se manifestam dialeticamente em práticas cotidianas de enfrentamento às estruturas educacionais hegemônicas impostas pela classe dominante representativa do capital.

Palavras-chave: Sociedade Capitalista Neoliberal. Políticas Públicas Educacionais. Privatização da Educação Pública. Programa Jovem de Futuro. Educação Ambiental Crítica.

ABSTRACT

The *Jovem de Futuro* Program, implemented in state high schools by the Minas Gerais State Department of Education through a public-private partnership with the Unibanco Institute / Itaú Bank, is considered in this research as a representation of neoliberal capitalist hegemony at the core of the ongoing privatization of public education in Brazil. In contrast, Critical Environmental Education, by unveiling the interrelations among social, political, economic, and educational dimensions, is understood as an anticapitalist force oriented toward the pursuit of socio-environmental justice within a process of resistance and emancipatory transformation. Employing a qualitative approach grounded in historical-dialectical materialism, the research developed analytical categories that deepened the understanding of the conjunctural relations shaping contemporary society, guided by the central question: *"How can Critical Environmental Education, focused on socio-environmental justice, confront the neoliberal capitalist hegemony imposed by the Programa Jovem de Futuro in a Minas Gerais state high school?".* In light of critical theoretical frameworks, the methodological triangulation between document analysis and narrative interviews with the subjects experiencing public schooling allowed for a more comprehensive understanding of the complexity of the investigated phenomenon, considering its historical and social determinants. Reflections on the general objective - to understand the pedagogical potential of Critical Environmental Education oriented toward socio-environmental justice in response to the subversion of neoliberal capitalist hegemony imposed by the Programa Jovem de Futuro in a high school under the jurisdiction of SRE/Juiz de Fora during the period from 2019 to 2024 - enabled the unveiling of disruptions that manifest dialectically in everyday practices confronting the hegemonic educational structures imposed by the capital-representing dominant class.

Keywords: Neoliberal Capitalist Society. Public Educational Policies. Privatization of Public Education. *Jovem de Futuro* Program. Critical Environmental Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Localização do município de Lima Duarte - MG ……	241
Figura 2	Infográfico do Circuito de Gestão - CdG ……..…..	281
Figura 3	Circuito de Gestão - CdG no Ano Letivo …….	282
Figura 4	Abrangência do PJF em 2019 ……..	284
Figura 5	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB: Resultados de Minas Gerais …….	287
Figura 6	Incidência do PJF em Minas Gerais ……	290

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Habilidades dos Itinerários Formativos associadas às competências gerais da BNCC - Eixo Estruturante Empreendedorismo …… 295

Quadro 2 Habilidades específicas dos Itinerários Formativos associadas às Áreas do Conhecimento da Formação Geral Básica e ao Eixo Estruturante Empreendedorismo …….. 300

Quadro 3 Narrativa de sustentabilidade do Instituto Unibanco ……. 312

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMIE	Associação Mineira dos Inspetores Escolares de Minas Gerais
ANE	Analista Educacional
ANE/IE	Analista Educacional / Inspetor Escolar
APP	Área de Preservação Permanente
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBC	Conteúdos Básicos Comuns
CBH/PP/PS1	Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna - Paraíba do Sul 1
CdG	Circuito de Gestão
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIA	*Central Intelligence Agency* dos EUA
CIEA/MG/ZM	Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental para a Mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPTE	Centro de Pesquisa Transdisciplinar em Educação
DAFI	Diretoria Administrativa e Financeira

DIPE	Diretoria de Pessoal
DIRE	Diretoria Educacional
DIVEP	Divisão de Equipe Pedagógica
DOI-Codi	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem e Política Social
EAC	Educação Ambiental Crítica
EEB	Especialista da Educação Básica
EUA	Estados Unidos da América
FCP	Fundação Cultural Palmares
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOREA	Fórum Regional de Educação Ambiental
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GEA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental
GEpR	Gestão Escolar para Resultado
GTEA	Grupo de Trabalho de Projetos de Educação Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Insper	Instituto de Ensino e Pesquisa
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IU	Instituto Unibanco
LOA	Lei Orçamentária Anual

MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MPL	Movimento Passe Livre
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NOVO	Partido Novo
NUCAD	Núcleo de Correição Administrativa
OAB (RJ)	Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAIE	Programa de Apoio a Inovações Educacionais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDC	Partido da Democracia Cristã
PEA	Projeto de Educação Ambiental
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PGE	Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar

PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Intervenção Pedagógica
PIP/ATC	Programa de Intervenção Pedagógica / Alfabetização na Idade Certa
PIP/CBC	Programa de Intervenção Pedagógica / Conteúdos Básicos Comuns
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PJF	Programa Jovem de Futuro
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Política Nacional de Educação Ambiental
PNE	Plano Nacional de Educação
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPP	Parceria Público Privada
PPR	Partido Progressista Reformador
PROALFA	Programa de Avaliação da Alfabetização
PRODEC	Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PROGESTÃO	Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
ProUni	Programa Universidade para Todos
PRÓ-QUALIDADE	Projeto Qualidade na Educação Básica em Minas Gerais
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRP	Partido de Representação Popular

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RENAGESTE	Rede Nacional de Referência em Gestão Escolar
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
SIGAE	Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação
SIMAVE	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública
SindUTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
SRE	Superintendência Regional de Ensino
SRE/Carangola	Superintendência Regional de Ensino de Carangola
SRE/Juiz de Fora	Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TAD	Termo de Ajustamento Disciplinar
TCU	Tribunal de Contas da União
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF	Tribunal Regional Federal

TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVAJA	União dos Povos Indígenas do Vale do Javari
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

REFLEXÕES INICIAIS 21

CAPÍTULO 1. TEMPOS E ESPAÇOS EM MEMÓRIAS VIVIDAS E SENTIDAS: HISTORICIDADES E CONTEMPORANEIDADES 27

1.1. Um lugar e seus vernáculos airosos: reminiscências, sensibilizações e comoções 30

1.2. Outros lugares e suas concatenações sociais: construções, desconstruções e reconstruções 45

CAPÍTULO 2. A HEGEMONIA EM FACE DO NEOLIBERALISMO E DO NEOCONSERVADORISMO: REPERCUSSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS 95

2.1. Elucidações neoliberais e neoconservadoras a partir de vieses críticos: o conceito de hegemonia na perspectiva gramsciana 98

2.2. Confluências neoliberais e neoconservadoras na sociedade capitalista brasileira: a destrutibilidade contemporânea 139

CAPÍTULO 3. EDUCAÇÃO PÚBLICA EM DISPUTA: A RACIONALIDADE DA HEGEMONIA CAPITALISTA NEOLIBERAL E AS POTENCIALIDADES DE RESISTÊNCIAS CRÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS 229

3.1. A epistemologia metodológica: a pesquisa qualitativa, o materialismo histórico-dialético, o território, a escola, os sujeitos e os eixos estruturantes de análise 232

3.2. O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: interfaces político-pedagógicas entre a imposição da racionalidade neoliberal e a construção de horizontes emancipatórios 246

REFLEXÕES FINAIS 323

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 330

APÊNDICE A - Carta Convite ……..…….. 369

ANEXO A - Fotografia de pintura a óleo da Fazenda Cachoeira do Boi …… 372

ANEXO B - Discurso da Presidenta Dilma - PT em 30/04/2012 …… 373

ANEXO C - Discurso da Presidenta Dilma - PT em 21/06/2013 …… 376

ANEXO D - Discurso da Presidenta Dilma - PT em 31/08/2016 …… 379

ANEXO E - Discurso do Presidente Lula - PT em 07/04/2018 …….. 382

ANEXO F - Fotografia da cerimônia de posse do Presidente Lula - PT em 01/01/2023 ……... 391

ANEXO G - Discurso do Presidente Lula - PT em 01/01/2023 …….. 392

REFLEXÕES INICIAIS

Instruí-vos, porque teremos necessidade de toda a vossa inteligência.
Agitai-vos, porque teremos necessidade de todo o vosso entusiasmo.
Organizai-vos, porque teremos necessidade de toda a vossa força.
(Antonio Gramsci, 1919)

A Tese que ora se apresenta resulta de inquietações que há algum tempo me constituem enquanto ser humano e que possibilitaram a construção da seguinte questão de pesquisa: *"De que forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?"*. Inquietações que se situam à esquerda, em um campo teórico crítico, contra toda a incivilidade que fere, de diversas formas, diferentes modos de existência e em defesa da humanização, aqui entendida em sentido oposto à mercantilização, das relações constitutivas da vida social em toda sua complexidade. Inquietações que perpassam a destrutibilidade do modo de produção capitalista, a intensificação das desigualdades e injustiças sociais, a degradação socioambiental de comunidades e de ecossistemas, o avanço político do neoconservadorismo e do neofascismo da extrema direita reacionária, a ofensiva privatista do neoliberalismo em políticas públicas, a precarização do mundo do trabalho, o sucateamento da educação pública e do sentido público de educação. Inquietações que redirecionaram meus caminhos quanto ao modo de ver, pensar, sentir e agir no mundo hoje e que me transformaram na pessoa que sinto tanto orgulho de ser.

No âmago de tantos desconfortos, o presente estudo se debruça sobre as contradições que atravessam a educação pública brasileira contemporânea, especialmente quando se observam as interfaces entre políticas de cunho empresarial e práticas pedagógicas de natureza crítico-emancipatória. O foco, então, recai sobre o Programa Jovem de Futuro - PJF, iniciativa marcada pelo ideário das parcerias público-privadas e pela adoção de uma lógica gerencialista de

gestão, assim como sobre as possibilidades de ação fundamentadas nos princípios da Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental que podem ser desenvolvidas no interior das escolas e que buscam, pelo viés emancipatório, resistir a essa racionalidade neoliberal. Ao colocar esses dois movimentos em diálogo - e em tensão, a pesquisa problematiza a coexistência de forças antagônicas no cotidiano escolar, representativas, de um lado, da hegemonia capitalista e, de outro, da resistência emancipatória, que revelam a escola pública como território de disputas, contradições e possibilidades de reinvenção.

O PJF, idealizado pelo Instituto Unibanco que, por sua vez, é mantido pelo Banco Itaú, traduz a inserção crescente do setor empresarial e financeiro no campo educacional e na consolidação de políticas baseadas na lógica do capital humano, da eficiência gerencial, da competitividade e, dentre outras, da meritocracia. Sob o discurso da melhoria da qualidade da educação que se reduz à busca por resultados, o programa propõe a adaptação plataformizada da escola à logicidade mercadológica - indicadores, metas e desempenho, redefinindo o papel da educação, da escola e dos sujeitos que vivenciam o seu cotidiano em consonância com a racionalidade neoliberal que, por sua vez, molda a subjetividade de professores/as e estudantes a partir de interesses privados que anseiam transformar a educação em instrumento de ajuste social. Nesse contexto, a escola é interpelada a funcionar sob a ótica do grande capital e o ato educativo passa a ser valorado por sua capacidade de produzir sujeitos performáticos, produtivos e flexíveis enquanto condição necessária à manutenção da ordem social neoliberal (Brito, 2022; Monteiro, 2014).

Em contraposição a esse movimento hegemônico, a Educação Ambiental Crítica emerge como um campo de resistência e de produção de sentidos emancipadores sustentado por bases histórico-dialéticas. Diferentemente das abordagens conservacionistas e comportamentalistas - ambas moldadas para sustentar o equilíbrio aparente e ilusório do já estabelecido, procura compreender de forma crítica as causas estruturais da crise ambiental situando-as nas contradições do modo de produção capitalista neoliberal (Layrargues, Lima, 2014). Desse modo, e compreendendo que educar socioambientalmente é politizar a relação entre sociedade e natureza, evidencia que o esgotamento ambiental é também social, ético e civilizatório e, por isso, propõe a formação de sujeitos críticos, conscientes e coletivos capazes de intervir na realidade e de construir

alternativas ao modelo de desenvolvimento dominante (Acselrad, 2010; Layrargues, Puggian, 2016; Loureiro, Torres, 2014).

Essas forças - forjadas a partir de particularidades próprias, se encontram, se tensionam e se expressam no interior da escola pública que, por sua vez, constitui-se em espaço de disputa simbólica e material entre as determinações hegemônicas e as práticas cotidianas dos sujeitos que a vivenciam a partir de um horizonte emancipador. Se, por um lado, o território das experiências educativas onde pulsa o fazer pedagógico é atravessado por políticas e programas que visam adequá-lo à lógica da performatividade e da mercantilização do saber, por outro, tece uma *práxis* educativa com potência para reafirmar a educação como prática social transformadora comprometida com a emancipação humana e com a justiça socioambiental. Assim, a escola pode ser concebida como um microcosmo onde as contradições do sistema se revelam em suas formas mais concretas, permitindo observar as mediações entre o global e o local, o estrutural e o vivido (Gramsci, 2017; Harvey, 2008; Perlatto, 2020).

Considerando a premissa que pesquisar é também um ato de militância epistemológica - uma escolha política que articula teoria e prática, razão e sensibilidade, crítica e esperança - a investigação, alicerçada no materialismo histórico-dialético, buscou evidenciar o fenômeno educativo não como algo estático, mas como um campo de interações dissonantes em constante movimento onde se manifestam as contradições entre o capital e a vida, entre a dominação e a resistência (Freire, 1992; Hooks, 2013; Triviños, 1987). Mais do que contrapor duas visões de mundo, trata-se de compreender como elas se entrecruzam e se confrontam, revelando tanto os mecanismos de reprodução da hegemonia quanto as brechas de insurgência que emergem das práticas no cotidiano escolar. Ao fazê-lo, reafirma-se a convicção de que a escola pública, ainda que tensionada, permanece um espaço privilegiado de resistência e reinvenção, onde a luta por uma educação humanizadora e socioambientalmente comprometida, tecida nas margens e nos interstícios do sistema, segue com toda sua vivacidade.

Nesse diapasão, o objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender as potencialidades pedagógicas da Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental frente à eversão da hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola de Ensino Médio de Minas Gerais jurisdicionada à SRE/Juiz de Fora no período de 2019 a 2024. Para tanto, procurei,

de forma específica, narrar rememorações pessoais, acadêmicas e profissionais de forma a atribuir ao vivido sentidos de experiências de vida à luz do conhecimento crítico do presente; refletir teoricamente sobre o conceito de hegemonia no âmago de reverberações neoliberais e neoconservadoras na contemporaneidade da sociedade brasileira; e analisar o Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica a partir das experiências de sujeitos que vivenciam a realidade social da educação pública sob o viés metodológico da pesquisa qualitativa e do materialismo histórico-dialético por possibilitarem a compreensão das contradições que atravessam um determinado fenômeno social enquanto expressão de um ato histórico em permanente movimento. Em face de tais definições, cada objetivo específico delineou um capítulo da Tese.

No *Capítulo 1. Tempos e espaços em memórias vividas e sentidas: historicidades e contemporaneidades*, apresento um Memorial construído sob a inspiração de Loureiro (2019) e organizado discursivamente a partir de posicionamentos pessoais, acadêmicos e profissionais que viabilizaram uma experiência singular de reflexões sobre minha trajetória de vida, uma experiência entretempos que provocou, não raras vezes, emoções impossíveis de serem contidas. Somente neste momento, momento este vivenciado no âmago de um exercício de autoconhecimento pela rememoração do modo que via, pensava, sentia e agia no mundo, ou seja, pela ressignificação do que eu era pelo que hoje eu sou, fui capaz de perceber a força da existência e da presença do outro na constituição de relações exteriorizadas, a princípio, como uma consciência íntima, individual e introspectiva, mas que, nestas linhas, se expressam como uma consciência manifesta em sua historicidade no interior de um movimento contemporâneo que, ao mesmo tempo que ultrapassa vivências particulares e sentimentos privados, busca a redenção das vítimas de uma história, da minha história (Benjamin, 1987b; Löwy, 2005; Muricy, 2017).

No *Capítulo 2. A hegemonia em face do neoliberalismo e do neoconservadorismo: repercussões sociais e políticas,* considerando a concepção benjaminiana de história e de luta de classes, discorro teoricamente sobre o conceito de hegemonia na perspectiva gramsciana de forma a evidenciar o modo como a racionalidade neoliberal e o neoconservadorismo se articulam para consolidar formas de consenso e de dominação nas mais diversas esferas da vida social, desvelando como a classe dominante mantém seu poder não apenas pela

coerção, mas, também, pela produção de consentimento via cooptação de políticas educacionais - dentre outras, que atuam na formação de subjetividades subalternizadas em estreito alinhamento ao projeto capitalista neoliberal. Em consequência, reflito, com muito pesar, sobre a articulação entre o sistema capitalista neoliberal e o neoconservadorismo que se intensificou na sociedade brasileira a partir do ano de 2014 sob o invólucro do neofascismo expresso com toda a brutalidade e a intolerância que o bolsonarismo encarna, revelando-se, em nome da manutenção de privilégios e do controle ideológico, na destrutibilidade simbólica e material da natureza, da cultura, da ciência, dos direitos sociais e dos diferentes modos de existência. A latência das reflexões sociais realizadas possibilitou a compreensão política da instrumentalização dos mecanismos de produção do medo, da austeridade e da desinformação que sustentam o autoritarismo neoliberal e desafiam os fundamentos da própria democracia brasileira na contemporaneidade (Benjamin, 1987b; Chauí, 1987; Gramsci, 2017; Harvey, 2008; Löwy, 2019; Peroni, Lima, 2020).

No *Capítulo 3. Educação pública em disputa: a racionalidade da hegemonia capitalista neoliberal e as potencialidades de resistências críticas socioambientais*, apresento o caminho metodológico que orienta a investigação fundamentado na pesquisa qualitativa e no materialismo histórico-dialético como perspectiva de leitura crítica da realidade que privilegia o sentido e a experiência dos sujeitos (Bogdan, Biklen, 1994; Minayo, 2001; Löwy, 2005; Wood, 2003), permitindo captar as contradições do mundo vivido a partir da concepção do território - enquanto construção social e simbólica permeada por relações de poder e resistências; da escola - enquanto campo de disputas e de possibilidades de emancipação; dos sujeitos - enquanto potência transformadora reconhecida em suas historicidades; e dos eixos estruturantes de análise - enquanto norteadores do olhar investigativo sobre as tensões entre a racionalidade capitalista neoliberal e as práticas críticas de educação ambiental. Também analiso as tensões e contradições que emergem no campo educacional diante do avanço das políticas gerencialistas e privatistas materializadas pelo PJF enquanto conversor da escola pública em espaço de adestramento para o mercado (Peroni, 2015; Peroni, Caetano, 2021) e, em contraponto, a afirmação da Educação Ambiental Crítica como prática emancipatória que desvela as desigualdades socioambientais, denuncia as formas de exploração e propõe caminhos pautados na justiça socioambiental, na

solidariedade e na valorização dos saberes populares, evidenciando o embate entre duas racionalidades distintas - uma voltada à manutenção da ordem capitalista e outra comprometida com a formação de sujeitos históricos capazes de resistir e reinventar o mundo (Layrargues, 2020; Loureiro, 2011; Macedo, 2017).

Nas *Reflexões Finais*, apresento o estudo de uma educadora e de um educador sobre questões socioambientais latentes no território no qual a escola pesquisada encontra-se inserida. Silva (2018) aborda a monocultura do eucalipto enquanto homogeneização da paisagem, esgotamento da natureza e silenciamento de memórias e modos de vida que resistem à lógica da mercantilização da natureza e Rodrigues (2022) evidencia a resistência de uma comunidade quilombola que emerge como força vital e pedagógica no âmago de uma *práxis* de libertação que reafirma o vínculo entre território, ancestralidade e dignidade no cultivo do chão e das narrativas do pertencimento que ensinam que a verdadeira sustentabilidade nasce do encontro entre memória e esperança, luta e cuidado, humanidade e natureza. Nesse cenário, a Educação Ambiental Crítica encontra não apenas um campo de análise, mas um horizonte de transformação onde resistir é, igualmente, um ato educativo voltado à construção do inédito e à afirmação do possível (Freire, 1992).

Diante do avanço de discursos e práticas alinhadas à extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista, assim como de suas ramificações sociais, educacionais e ambientais que negam a ciência, desqualificam a educação, naturalizam as injustiças e desumanizam o outro, torna-se imperativo resistir a esse tempo de retrocessos e barbáries que busca silenciar a esperança e domesticar a consciência. É nesse contexto que a Educação Ambiental Crítica reafirma-se como espaço ético e político de resistência e reexistência frente à naturalização da racionalidade mercadológica e à subordinação do processo educativo à lógica imposta pelo capital através do PJF, pois, ao tensionar a redução da escola a um espaço de adestramento produtivo, convoca os sujeitos que a constroem em seus cotidianos a reinventarem o mundo pela via da reflexão e da solidariedade intrínsecos na busca - e na luta, pela justiça socioambiental e pela emancipação humana.

CAPÍTULO 1. TEMPOS E ESPAÇOS EM MEMÓRIAS VIVIDAS E SENTIDAS: HISTORICIDADES E CONTEMPORANEIDADES

Pois um acontecimento vivido é finito,
ou pelo menos encerrado
na esfera do vivido,
ao passo que o acontecimento lembrado
é sem limites,
porque é apenas uma chave
para tudo que veio antes e depois.
Num outro sentido,
é a reminiscência que prescreve,
com rigor,
o modo de textura.
(Walter Benjamin, 1987d)

Nesta "passagem do sensível ao inteligível" (Muricy, 2017, p. 11), remeto-me a Walter Benjamin (1987b) por compreender a unicidade da experiência histórica em seu sentido multidimensional imerso em um processo contínuo de elaboração, não absorto, não unilateral, não apartado, não fragmentário, não determinado, não linear, não findo. A partir da inseparabilidade dos conceitos de história e política e de rememoração e redenção, o autor desenvolve suas teses *"Sobre o conceito de história"* fundamentado na tensão dialética do materialismo histórico e, assim, ao ressignificar o passado no presente "sob a forma daquilo que lhe contrapõe - as tensões, os antagonismos, as lacunas, as lutas, os sofrimentos, as frustrações" (Pereira, 2008, p. 152), possibilita interpretações críticas sobre as transformações históricas à luz das contradições que atravessam a condição dos subjugados, dos vencidos, dos silenciados, dos esquecidos, dos excluídos, dos oprimidos (Löwy, 2005).

> Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador, ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do

> historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (Benjamin, 1987b, p. 224-225).

Norteado pelo conceito de rememoração, o autor traz à tona “um tempo saturado de agoras” (Benjamin, 1987b, p. 229) capaz de reagir às súplicas do presente doravante ressignificações efusivas do passado, em um movimento onde se retira a história de um *continuum* esvaziado e homogeneizante para que seja possível a conscientização sobre as injustiças passadas. Todavia, como bem assinala Löwy (2005), sendo a rememoração uma ação de transformação ativa do presente pelo passado, aos olhos de Benjamin, esse processo de conscientização precisa ser construído de forma intimamente relacionada à redenção, outro conceito basilar da teoria benjaminiana. Para que a redenção aconteça, ou seja, para que se realize a redenção das vítimas do passado no presente, torna-se imprescindível, além de “salvar do esquecimento os vencidos” pela visibilização e pelo reconhecimento que a rememoração possibilita, dar continuidade à luta emancipatória que pode ser efetivada no agora, pois, “enquanto os sofrimentos de um único ser humano forem esquecidos, não poderá haver libertação” (Löwy, 2005, p. 53-54).

Segundo Benjamin (1987b), a história não se perfaz pela mera descrição reducionista dos acontecimentos passados tal como se deram, mas sim pela propagação de sentidos no agora, via rememoração e redenção, do que ela poderia ter sido, ou seja, “uma história inscrita sob o marco da esperança, da igualdade e da justiça” (Pereira, 2008, p. 156). Através da rememoração, problematizações de uma trajetória de vida entendida hoje pelas suas contradições e pela necessidade de redenção enquanto elemento norteador de ações contemporâneas reparadoras de injustiças, longe de configurarem a singularidade de um caminho trilhado individualmente, evidenciam, sobretudo, a historicidade de momentos de vida que pediam um outro devir, e não a passividade de uma entrega à classe dominante enquanto um instrumento subjugado pelo seu poder. Esse foi o norte que conduziu a construção da narrativa expressa neste Memorial que ora se apresenta, numa tentativa de “descobrir a constelação crítica que um fragmento do passado forma precisamente com um momento do presente” (Löwy, 2005, p. 62).

A partir dos conceitos de narrativa e de experiência intrínsecos na teoria benjaminiana, procuro conectar memórias repletas de experiências organizadas em

momentos de vida distintos que atravessam o tempo e o espaço a determinadas contemporaneidades sublimadas em suas historicidades. Enquanto o subcapítulo *1.1. Um lugar e seus vernáculos airosos: reminiscências, sensibilizações e comoções* revela intrinsecidades de minha infância e juventude vividas na Fazenda Cachoeira do Boi, o subcapítulo *1.2. Outros lugares e suas concatenações sociais: construções, desconstruções e reconstruções* salienta peculiaridades de minha vida acadêmica e profissional, sendo que, em suas respectivas interioridades, o encadeamento das experiências narradas não se perfaz na homogeneidade e na linearidade históricas, e sim na latência de interpenetrações que foram capazes de irromperem distensões (Benjamin, 1987b). Em cada uma das distensões irrompidas, as entranhas do capital, ora relacionadas a questões socioambientais, ora relacionadas a questões socioeducacionais, direcionavam a construção de sentidos e de significados tangentes à minha existência, sendo que foi justamente a confrontação a tais direcionamentos que engendrou a elaboração da questão de pesquisa que configura a presente Tese: *“De que forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?”*.

1.1. Um lugar e seus vernáculos airosos: reminiscências, sensibilizações e comoções

Pois o importante,
para o autor que rememora,
não é o que ele viveu,
mas o tecido de sua rememoração,
o trabalho de Penélope
da reminiscência.
(Walter Benjamin, 1987d)

Sobre terras.

Sempre descrevi a Fazenda Cachoeira do Boi, lugar onde nasci e cresci, desta forma: um lugar com uma alma linda[1]. Minha infância, adolescência e início da vida adulta foram vividas ali, com a natureza se fazendo presente em todos os meus momentos de vida através de relações distintas ao longo do tempo. A entrada da fazenda localizava-se há alguns metros da estrada asfaltada que dava acesso à cidade de Carangola - Minas Gerais. Desta estrada, avistava-se uma grande clareira na qual situava-se a sede da fazenda e, nos fundos, a cachoeira, com toda a sua magnitude. Para chegar em casa, era preciso, então, descer uma encosta coberta por paralelepípedos, atravessar uma ponte de madeira erigida sobre o rio que percorria toda a parte frontal da fazenda, abrir uma cancela também de madeira e caminhar alguns poucos metros apreciando as flores laranjas das espatódeas até o jardim erguido sobre um muramento de pedras lapidadas.

O jardim se estendia por toda a parte frontal da casa. Em uma de suas extremidades, existia um coqueiro que aterrorizava minha mãe devido às sassuranas que, não raras vezes, apareciam nos lugares mais inusitados e, em outra, uma pereira cujos frutos eram cuidadosamente protegidos por minha avó, se transformando em sabores proibidos até amadurecerem. Em seu interior havia uma explosão de cores e tonalidades cultivadas aleatoriamente, como o azul das hortênsias, o vermelho das rosas e das alpínias, o amarelo das acácias e das alamandas, o branco dos lírios e das azaleias, o roxo das alfazemas e dos agapantos, o rosa dos crisântemos e das astromélias. Ficava eufórica ao encontrar ali, bem escondidinhos no chão, no entremeio da relva, ninhos com ovos de galinha

[1] ANEXO A.

e de pata. Em noites que se transformavam em dias sob a lua cheia e a constelação de estrelas no céu, correr de mansinho atrás dos vaga-lumes se transformava em uma festa, agrupando-os em recipientes de vidro transparente para contemplá-los como se luminárias fossem e, depois, libertá-los no ar frio da noite.

Tinha muito orgulho em dizer que minha casa sobrevivia ao tempo. Era uma construção de mais de duzentos anos, imponente pelas características da arquitetura do período colonial, com seus quinze cômodos muito altos e espaçosos, sendo alguns deles com paredes edificadas pela antiga técnica de pau a pique - um entrelaçamento de vigas finas de madeiras verticais e horizontais, amarradas entre si por cipós, com os vãos preenchidos com barro. Uma casa branca, com nove janelas altas de madeira pintadas de azul marinho em sua fachada, sendo que sempre senti falta de suas partes externas, cujos relatos dos meus avós as descreviam como “uma das partes mais bonitas da casa”, uma vez que, em tempos outros, seus traços marcados pelo formato arredondado na parte superior emoldurava os quadrantes em vidro ao longo de toda sua extensão.

De uma das janelas da cozinha avistava-se a cachoeira e me envaidecia dizer que tinha uma cachoeira no quintal de minha casa. Era ali, no fogão de lenha, que minha avó cozinhava. Quantas e quantas vezes a vi juntando galhos secos das árvores que circundavam a casa enquanto brincava com ninhadas de pintinhos, patinhos e cachorrinhos. Adorava sentar no chão de terra, sempre descalça, para ficar quase submersa em meio a esses animais e a relação que construía com eles era tão íntima que, com o coração partido, chorava durante dias quando, principalmente os cachorros, eram doados após o desleite ou quando vinham a falecer.

Ao acordar, de outra janela da cozinha, via meu avô no estábulo ordenhando as vacas. Era um trabalho árduo, diário, que ele fazia sozinho: acordava de madrugada, buscava as vacas no pasto, agrupava-as no estábulo, as ordenhava, enchia os tambores de lata com capacidade de cinquenta litros cada e, por fim, caminhando lentamente, passava pela cancela e pela ponte de madeira e subia a encosta coberta por paralelepípedos até chegar na estrada asfaltada onde o caminhão do laticínio para o qual o leite era vendido o recolhia, levando, em suas próprias costas, tambor a tambor. Em dias de chuva, esse trajeto de terra - da casa ou do estábulo até a cancela de madeira, se transformava em um lamaçal e meu avô precisava redobrar os cuidados para não escorregar no chão deslizante.

Minha irmã e eu percorríamos esse mesmo trajeto todos os dias para ir estudar e, muitas vezes, o fazíamos com sacolas plásticas nos pés para não sujar os sapatos, sendo que minha mãe sempre estava ali, ao nosso lado, nos acompanhando dia após dia. Existia uma escola rural municipal de anos iniciais do Ensino Fundamental bem próxima à fazenda, mas ela, desde a Educação Infantil, optou por escolas estaduais na cidade acreditando ser a melhor educação que poderia nos oferecer. Me recordo de um episódio interessante envolvendo estas duas instituições de ensino. Estava matriculada no segundo ano do Ensino Fundamental e, durante um movimento grevista da rede estadual - por efeito da paralisação das atividades dos Professores/as e da suspensão das aulas por melhores condições de trabalho, comecei a frequentar, temporariamente, a escola rural municipal. Em um dos meus primeiros dias de aula, a Professora perguntou para a turma o significado dos caracteres H_2O, escrevendo-os no quadro negro em letras garrafais. Naquele momento, pensei que ninguém saberia responder, mas, para minha surpresa, todos/as os/as alunos/as da turma conheciam a fórmula da água, menos eu.

Sobre águas.

Sempre que lembrava ou avistava a cachoeira no verão, era instantânea a vontade de escalar suas pedras e de mergulhar em suas águas, águas estas cristalinas em algumas épocas do ano. O rio que desaguava naquelas formações rochosas protuberantes, formando as cascatas e os lagos que tanto me encantavam - tanto pelos banhos refrescantes em suas paisagens quanto pelos momentos em que meu pai me ensinava a pescar, perpassava uma cidade vizinha localizada há uns trinta quilômetros antes da fazenda, e sempre que alguém perguntava sobre a qualidade da água da cachoeira, a resposta do meu avô era a mesma: “a água quando chega aqui, se debate tanto nas pedras, mas tanto, com tanta força, que nada de ruim sobrevive, fica limpinha”.

As palavras de meu avô não se referiam à água que consumíamos em nosso dia a dia, pois, do outro lado da fazenda, no alto de uma outra encosta, existia uma nascente que abastecia minha casa, onde, em muitas ocasiões, me saciei diretamente nela, utilizando folhas de árvores ou as próprias mãos como recipiente. A água era conduzida da nascente até a casa por encanamentos adelgaçados não subterrâneos e, muitas e muitas vezes, quando o gado acalcava uma juntura ou quando folhas e galhos vedavam a vazão, ficávamos sem água em casa e minha

mãe, fosse dia ou noite, com chuva ou sol, percorria todo o trajeto em busca da área que precisava de reparos. Não raras as vezes, ao abrir uma torneira qualquer dentro de casa, era surpreendida com a água esbranquiçada, como se gelo seco fosse. Imediatamente pegava um copo de vidro transparente, enchia-o e ficava observando aquela tonalidade desaparecer aos poucos, de baixo para cima, em meio a chiados perceptíveis somente quando o copo era aproximado dos ouvidos e, como num passe de mágica, em poucos segundos, o copo estava ali, repleto de água límpida, inodora, insípida e incolor. Nunca descobri o que provocava tal fenômeno.

Na parte baixa da encosta onde a nascente expelia suas águas subterrâneas, existia um outro rio provindo de lugar distinto daquele que desaguava na cachoeira, sendo que as águas de ambos se encontravam há alguns metros logo após a entrada da fazenda. Era sobre ele que a ponte de madeira se erguia. Houve diversas tentativas, várias frustradas, de construção de jangadas com troncos de bananeira para velejar nas curvas desse curso d'água que fluía calmamente nos entrecortes da planície na frente da fazenda. Dias inteiros eram dedicados a esta tarefa e, quando a jangada finalmente apresentava condições para flutuar no rio, seu contato com a água se dava em um local distante da casa em direção a sua montante. Havia um motivo para isso. Através de manilhas de barro obductas na terra, os efluentes da casa eram lançados nesse curso d'água mais a jusante sem nenhum tipo de tratamento e rememorar esse fato me cristaliza no tempo por nunca ter pensado na construção de cisternas para tratamento do esgoto doméstico, mesmo no início de minha vida adulta. Minha família tinha consciência dos males que tal prática provocava na saúde humana, tanto que proibia o contato com aquelas águas nesta parte do rio, no entanto, quando era realizada a extração de areia ao lado desse descarte para ser vendida, a proibição se dissipava, pois não havia uma única vez que os montes que se formavam na margem do rio não fossem utilizados como escorregador por diversas crianças que moravam nos arredores, inclusive por mim.

Ainda neste rio eram lançadas, quase diariamente, sacolas de plástico e caixas papelão repletas de materiais descartáveis e, sobre a ponte de madeira, durante a infância, acenava com as mãos para as mesmas, como em uma despedida, até a sua completa submersão. No início da adolescência esta prática começou a me incomodar muito, discutia a respeito do descarte do lixo com meus

pais e meus avós, mas nenhuma atitude diferente foi adotada, nem por eles e nem por mim, tendo em vista o fato de não possuirmos veículo próprio que facilitasse a adoção de outra conduta. Esse é um momento que, ao ser rememorado, também me cristaliza no tempo devido à necessidade que sinto de redenção. Somente no início de minha vida adulta houve a disponibilização de serviços de coleta de lixo na zona rural da cidade pelo poder público municipal e, assim, as sacolas de plástico e as caixas papelão contendo os materiais descartáveis de minha casa eram transportados manualmente por nós até a estrada asfaltada para serem recolhidos.

Em tempos de chuvas fortes que provocavam a elevação dos cursos d'água e, consequentemente, o alagamento de diversas áreas, minha casa nunca chegou a ser impactada por uma inundação graças à proteção que o muramento de pedras lapidadas do jardim propiciava junto à elevação do terreno onde fora construída, mas este espaço transformava-se em uma ilha totalmente absorta por aquele cenário embebido, pois a força do volume de água que descia pela cachoeira se dava com tamanha intensidade que represava o escoamento das águas do rio na frente da fazenda, ocasionando o seu transbordamento e o encobrimento da ponte de madeira, muitas vezes destruída nessas intempéries. O jardim em frente a casa se transformava em um palco de onde era possível avistar aquela imensidão de água na ilusão de poder controlá-la com medições visuais. Contudo, mesmo quando enfrentávamos o ápice de tais fenômenos, não me recordo de discussões acerca do lixo que era lançado no rio. Dessas memórias, algo subsiste ao tempo: o cheiro. Até hoje consigo sentir o cheiro de água putrefata que circundava minha casa e, quando me recordo, não consigo deixar de pensar nas pessoas que absorvem esta sensação na pele e não apenas no olhar. Mas outros cheiros também sobreviveram ao tempo, cheiros não, aromas, doces aromas.

Sobre sabores.

Em *Imagens de Pensamento*, Benjamin (2013, p. 80-81) apresenta a narrativa intitulada *Omelete de Amoras*, uma história que entrelaça realidades, lembranças e sensações. Conta o autor que havia um rei, cujo reino encontrava-se em guerra, que foi derrotado por seu inimigo. Ao partir em retirada de seus domínios, o rei levou consigo seu filho de tenra idade e, juntos, em fuga, embrenharam-se em uma floresta fúnebre por dias e noites seguidas, até se depararem com uma velha choupana onde vivia uma educada senhora que, carinhosamente, os convidou para desfadigar servindo-lhes, então, uma omelete de

amoras que tinha acabado de preparar. Ao degustá-la, foi instantânea a sensação que invadiu a alma do filho do rei, uma sensação de conforto, proteção, bem-estar, alento, consolo, confiança, fé, esperança e paz. Cinquenta anos depois, o filho daquele senhor, que havia se tornado um rei poderoso, ao vivenciar dias melancólicos em seu reinado, ordenou que seu cozinheiro lhe preparasse uma omelete de amoras como aquela saboreada em tempos outros. Sabiamente, o cozinheiro se recusou a prepará-la, mesmo tendo sido ameaçado de morte caso não satisfizesse o desejo do rei. Ao se justificar para seu senhor, alegou que nem ele, nem ninguém, jamais, em tempo algum, poderia lhe oferecer aquela omelete de amoras, pois, apesar de conhecer todas as instruções da receita, saber manipular todos os ingredientes e conseguir manusear todos os utensílios necessários ao preparo, a omelete de amoras nunca teria o mesmo sabor de outrora ao paladar do rei, pois o prato que a educada senhora havia lhe servido continha o sabor “dos perigos da batalha, das cautelas do perseguido, do calor do fogo, do aconchego do repouso, do presente estranho e do futuro sombrio”. Ao ler essa história em uma disciplina do Curso de Doutorado, a experienciei em todas as suas nuances.

Na fazenda, externamente à casa de minha bisavô - situada muito próxima à minha, existia um espaço de terra batida coberto por um telhado de sapé, acolhendo um avantajado forno a lenha - feito com tijolos e barro, utilizado como suporte para um grande tacho redondo de cobre; uma mesa de madeira comprida acompanhada, em suas maiores extremidades, por dois longos bancos também de madeira; um espaçoso tanque com água corrente que se esvaía por uma torneira de metal; e um dunquerque antigo contendo seis portas e gavetas manuseado para o acondicionamento de diversos utensílios culinários.

Em diferentes épocas do ano minha família ali se reunia para o preparo, a muitas mãos, de doces em calda e em barra, de geleias e de licores característicos de cada estação em meio à contação de histórias, às fantasias de estórias e aos pensamentos sobre o futuro. Janeiro era o mês em que o aroma exalado das mangueiras inundava todo o quintal. Em fevereiro, a tonalidade fúcsia dos finos filetes das flores dos jambeiros formavam tapetes felpudos no chão. Março era o mês em que as goiabeiras se enfeitavam como se fossem verdadeiras árvores de natal. Em abril, as caramboleiras eram iluminadas por nuances douradas em formato de estrelas. Junho era o mês em que a delicadeza dos tons de rosa da florescência dos pessegueiros romantizavam o cenário. Em agosto, as figueiras nos

permitiam saborear suas flores envoltas pelos conhecidos receptáculos roxos como se frutas fossem. Outubro era o mês em que as jabuticabeiras ornamentavam o quintal com seus mantos brancos de flores e, depois, com o doce negrume de suas pequenas esferas. Em novembro, o vermelho agridoce das pitangueiras refrescava os dias quentes de verão que já podiam ser sentidos. Dezembro nos presenteava com o carmim das amoras que se transformava em púrpura dulcificada.

A fazenda era repleta de árvores frutíferas - existiam ainda mamoeiros, caquizeiros, bananeiras, cajueiros, limoeiros, laranjeiras, coqueiros, mexeriqueiros - e degustar seus frutos sob ou sobre seus galhos atribuía-lhes um sabor *sui generis*, sabor este que em nenhum outro lugar do mundo pôde ser sentido da mesma forma em anos vindouros, pois o que realmente lhe tornava inefável era o aconchego de casa e a benquerença da família. Sentimentos estes que, para mim, se expressavam dignamente no doce de leite que minha avó fazia: eram horas e horas de infusão do leite açucarado naquele tacho de cobre, sobre o fogo cuidadosamente controlado do forno a lenha, sendo ininterruptamente mexido por uma grande colher de madeira, até transformar-se em um creme fluido caramelizado que, ao ser degustado colher após colher, despertava uma sensação mélica de plenitude.

Lembro-me, ainda, daquele espaço sendo utilizado para a fabricação de biscoitos de polvilho e amanteigados com geleia, pães com ervas, bolos de cenoura e de mandioca, broas de fubá. O fubá era produzido com grãos de um milharal plantado em uma encosta pela qual a passagem era obrigatória para se chegar até a nascente d'água da fazenda. Adorava brincar de pique-pega entre os frágeis troncos dos quais brotavam as espigas de milho, assim como saborear o milho verde cozido e assado. Uma vez debulhado mediante calosidades nas mãos, o milho era transportado até um moinho de pedra construído próximo à cachoeira para ser moído pela intervenção da força da água que caía sobre uma roda de madeira alocada verticalmente em sua parte externa que, por sua vez, acionava a engrenagem de dois discos de pedra em seu interior. Todo o trabalho na fazenda era artesanal, tanto a rara produção de queijo e manteiga - em razão da existência de locais escassos para refrigerá-los, quanto a constante fabricação de linguiça, chouriço e carne de lata.

Nunca gostei de participar dos momentos em que os animais eram sacrificados, mais do que não gostar, me doía a alma, pois muitos deles eu tinha visto nascer e crescer e, alguns anos mais tarde, ao me tornar vegetariana,

compreendi o porquê. Me fascinava muito mais o plantio, o cuidado e a colheita de legumes e verduras na horta: acompanhar a sobreposição das folhas formarem os repolhos; sentir a robustez da terra ao desenraizar cenouras e beterrabas; contemplar o marrom dos canteiros serem invadidos pelo verde das folhas de alface; e esperar ansiosamente o tempo colorir os canteiros com o rubor silencioso dos morangos.

Sobre verdes.

Como dito, a sede da fazenda situava-se em uma grande clareira. Nos fundos da casa, em uma extensão que ultrapassava, e muito, a área construída, existia o quintal onde, outrora, as árvores frutíferas haviam sido plantadas, sendo este espaço contornado por um estreito e comprido riacho cujas águas provinham da cachoeira com o intuito de irrigá-las. Após o riacho, uma grande encosta começava-se a se formar sob um bambuzal muito denso, constituindo uma mata dentre diversas outras que existiam na propriedade. Esta mata se estendia desde a cachoeira até a encosta da nascente d'água e, ao adentrá-la, especialmente para recolher a semente conhecida como olho de boi - posto que meus avós diziam que esta semente afastava nossos medos e aumentava nossa coragem, era impossível avistar o céu graças ao encontro das copas das árvores que pareciam querer alcançá-lo.

No limiar da extremidade oposta à cachoeira, aos pés da encosta onde situava-se a nascente d'água, existia uma frondosa gameleira - conhecida também como figueira branca, que provocava um imenso fascínio em todos e todas que a via por obra da densidade de seu caule - que carecia em torno de doze abraços para ser circundado, assim como da protuberância de suas raízes tubulares expostas de forma geotrópica. Esta árvore era o marco inicial de uma outra mata situada à montante do rio que, à jusante, a ponte de madeira o transpunha, mata esta impenetrável cobrindo uma extensão de terra mediana até uma das fronteiras da fazenda.

Lateralmente, seguindo o caminho trilhado em meio à encosta da nascente, de onde, do alto e defronte, era possível admirar toda a clareira descrita, por trás, à esquerda, perdia-se o olhar nas plantações de café e, à direita, margeando o rio que desaguava na cachoeira, outra mata surgia, um pouco menos densa que a anterior, mas também repleta de árvores decenárias - quiçá, centenárias, expandindo-se até outros espaços fronteiriços da fazenda. Era delicioso passear por ali durante minha

infância e adolescência, principalmente durante a primavera, quando os ipês brancos, vermelhos, rosas e amarelos floresciam. Acontece que este cenário marca um outro momento do início de minha vida adulta que, ao ser rememorado, também me cristaliza no tempo devido à necessidade que sinto de redenção.

Minha família, apesar de ser proprietária da fazenda que minha avó havia herdado de seus pais, não vivenciava uma situação socioeconômica privilegiada. A vida ali, naquele lugar com uma alma linda, era, muitas vezes, sofrida. Não tínhamos funcionários na fazenda, apenas poucas pessoas que trabalhavam para si próprias e realizavam, esporadicamente, alguns serviços específicos para meus avós e para meus pais. Após o falecimento dos meus avós, a vida em sua cotidianidade se tornou ainda mais difícil, afinal, com meus pais divorciados, éramos apenas minha mãe, minha irmã e eu para cuidarmos de tudo na fazenda em meio a outras responsabilidades e outros interesses. Nessa época, todas nós trabalhávamos na cidade e, aos finais de semana, a sedução não era mais a fazenda, e sim a vida urbana, com seus atrativos diurnos e noturnos. Sobrevivíamos com nossos salários, porém, o cuidado que a fazenda exigia era extremamente dispendioso e mantê-la tornava-se cada dia mais inviável, até porque os parcos recursos obtidos outrora com as plantações e com os animais já não mais existiam.

Ao pensar em alternativas para tentar reverter esta situação, uma vez que, até então, ninguém cogitava a possibilidade de vender o local onde havíamos nascido e crescido, a solução encontrada foi buscar, junto ao Instituto Estadual de Florestas - IEF, mecanismos legais para a extração de madeira nativa através do desmatamento das árvores que formavam a mata próxima às plantações de café. Hoje entendo que absolutamente nada justificava a adoção desta medida como um possível desenlace para os problemas financeiros que a fazenda enfrentava, mas, à época, o entendimento era outro e os aspectos mercantis sobressaíram-se aos ambientais. Todos os procedimentos necessários para a obtenção da autorização para a intervenção ambiental referente à supressão da cobertura vegetal nativa foram adotados, dentre eles, o mapeamento, a identificação e o registro de uma Área de Preservação Permanente e de uma Reserva Legal. A adoção destas medidas hoje me consolam um pouco, pois, para desflorestar uma área da fazenda, foi preciso proteger outras para sempre. Com a autorização em mãos, iniciaram-se os processos de extração e venda de madeira, mas os recursos financeiros

angariados não corresponderam às expectativas iniciais e a condição de penúria em que a fazenda se encontrava não foi alterada.

Um medo se fazia presente de forma constante em nossas vidas, o medo da fazenda ser considerada improdutiva e tornar-se alvo de uma possível “invasão” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. O movimento, oficializado na década de 80 durante o período final da ditadura militar - em um momento histórico de articulações voltadas para a redemocratização do país que possibilitou a emergência de movimentos sociais duramente reprimidos nas décadas anteriores, consiste em uma manifestação popular de enfrentamento à desigual distribuição de terras em função da estrutura latifundiária brasileira. Com o lema “terra para quem nela trabalha”, o movimento apresenta como principal bandeira a luta pela reforma agrária, sendo esta definida pela Lei nº 4.504/1964 (Brasil, 1964), que institui o Estatuto da Terra, como “o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

Tendo em vista que a mobilização do movimento se dá por meio de marchas e ocupações de terrenos em situação irregular e/ou ilegal por trabalhadores/as rurais que demandam a propriedade de terra para realizar a agricultura familiar ou cooperativa, os contrários ao movimento alegam que seus integrantes são invasores anticapitalistas defensores do comunismo, muitas vezes referindo-se a ele como um movimento terrorista, discurso este que ensejou a tramitação do Projeto de Lei nº 9.604/2018 - que visa combater o *“abuso do direito de articulação de movimentos sociais destinado a dissimular a natureza dos atos de terrorismo, como os que envolvem a ocupação de imóveis urbanos ou rurais, com a finalidade de provocar terror social ou generalizado”*, no âmbito da publicação da Lei nº 13.260/2016 (Brasil, 2016c) - que reformula o conceito de organização terrorista durante o governo da Presidenta Dilma Roussefff - PT[2]. Não me recordo de discussões sobre esses conceitos - capitalismo e comunismo, se fazendo presente em nenhum espaço social que frequentava àquela época e entendia que as áreas da fazenda não cultivadas, como as encostas cobertas por capoeiras, silvedos e sarças, por demonstrarem um suposto descuido e descaso para com a propriedade, era motivo

[2] Sob uma perspectiva marxista, a Lei nº 13.260/2016 pode ser compreendida como parte do aparato jurídico do Estado burguês voltado à preservação da ordem social capitalista enquanto expressão das contradições de um governo que, embora orientado por princípios progressistas, opera dentro dos limites estruturais do neoliberalismo (Harvey, 2010).

suficiente para ensejar reivindicações do MST, o que obviamente nunca ocorreu. A desconstrução desse entendimento sobre o MST processou-se em minha vida adulta e hoje o sentimento que me guia é o reconhecimento fervoroso e uma admiração intensa pela resistência inquebrantável de seus membros contra a opressão e a exclusão.

Tempos depois, uma empresa do interior do Estado de São Paulo manifestou seu interesse em comprar metade da fazenda, incluindo toda a extensão territorial que dava acesso à cachoeira, em virtude do desejo de construírem uma usina hidroelétrica. A proposta financeira foi irrecusável e, assim, com os corações dilacerados, nos desfizemos de parte daquele lugar que tinha uma alma linda. A sede da fazenda foi preservada nas negociações por efeito de sua localização não corresponder à área de interesse da empresa e, desse modo, continuamos residindo na casa durante mais alguns anos felizes pelo fato dos interesses empresariais não terem ocorrido como desejavam no que dizia respeito à construção da hidroelétrica e a cachoeira, desta forma, ter resistido às tentativas de ataque sofridas. No entanto, um fato ocorrido com minha mãe pôs fim à querência de ali permanecer.

O uso do herbicida *roundup* - veneno utilizado para o dessecamento de folhagens e gramíneas indesejadas, era uma prática há muito utilizada na fazenda, principalmente nos locais de passagem dos transeuntes. Todos tinham conhecimento dos males provocados, mas o reduzido custo financeiro, tanto do produto quanto de sua aplicação, encorajava o seu uso, antes por meu avô e depois por minha mãe. Em uma manhã de sábado, sozinha na fazenda, minha mãe foi aplicá-lo nas margens da encosta coberta por paralelepípedos e, acidentalmente, ingeriu gotículas do produto que haviam sido lançadas ao ar pelo vento. Segundo ela, a sensação de morte foi imediata e, praticamente sem forças, conseguiu rastejar até a casa e pedir socorro pelo celular. Fisicamente esse episódio não deixou sequelas, mas emocionalmente sim.

Logo em seguida, diante de uma nova proposta oferecida por um empresário local referente à compra da outra metade da fazenda que ainda era nossa, o local onde minha família viveu por gerações deixou de nos pertencer e, dessa vez, com a certeza de que era o que precisava ser feito. Nunca mais andei em suas terras, me refresquei em suas águas e me deliciei com seus frutos. Nunca mais vivenciei os tempos, os espaços e as sensações de outrora. Rememoro tudo o que experienciei

na fazenda de forma muito incandescente, com muito ardor, tanto pelos afetos quanto pelos pesares. Penso que os pesares me cristalizam no tempo por ainda se encontrarem, de alguma forma, pulsantes em minha vida e, em certo sentido, correlacionam-se ao objeto de estudo de minha pesquisa: a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental como possibilidade de enfrentamento à hegemonia de iniciativas privatizantes neoliberais em contexto escolar. Ao longo da primeira parte deste Memorial mencionei três desses pesares e a finalizo apresentando um quarto, aquele que provoca em mim a voracidade de romper com as amarras que possibilitam às classes dominantes um não cessar de triunfos.

Sobre outros.

Nas proximidades do entorno da fazenda existiam outras três propriedades que se diferenciavam da minha em diversos aspectos. Primeiro porque seus proprietários exerciam atividades profissionais outras - como advocacia e medicina, de onde angariavam recursos financeiros para investir em suas terras. Segundo porque possuíam uma série de funcionários que trabalhavam de forma integral para o funcionamento cotidiano de suas propriedades. Terceiro porque mantinham entre si relações sociais construídas entre membros da elite carangolense que afastavam, propositadamente, aqueles que não integravam tais círculos. Raras eram as vezes, ao longo de minha infância, que brinquei com os filhos e netos destes proprietários, no entanto, constantes eram as brincadeiras com os filhos e netos de seus funcionários, sendo que, até hoje, algumas relações de amizade ainda são mantidas.

Na vida citadina, meus pais se relacionavam de forma muito próxima com outros casais que integravam estes círculos e alguns deles visitavam semanalmente a fazenda. Essa história se refere à filha de um desses casais, com a qual minha irmã e eu compartilhamos diversos momentos em consequência da relação de amizade que nossos pais possuíam.

Era início da década de 80 e a *Estrela*, uma famosa marca de brinquedos, havia lançado uma boneca de maquiagem, a *Barbie Face*. O brinquedo consistia em uma plataforma retangular de plástico, em torno de sessenta centímetros de comprimento, da qual, de seu centro, irrompia o pescoço e o rosto da boneca com seus cabelos loiros cacheados quase chegando aos ombros, caso o brinquedo dispusesse de tal membro. Na frente do rosto da boneca, ao longo da plataforma, havia paletas com cores e tonalidades diferentes de batom, *blush* e sombra, além

de pincéis, um pente e uma escova de cabelo acompanhados de diversos adereços para penteados. Esse foi o brinquedo que me deixou em estado de êxtase quando a filha do casal chegou em minha casa exibindo o presente que ganhara de aniversário. Lembro-me perfeitamente de caminharmos até nosso quarto, apoiarmos a boneca em cima da cama e ficarmos ajoelhadas no chão na sua frente, admirando-a, apesar de ocuparmos ali lugares sociais distintos. De forma delicada, a dona da boneca havia me proibido de tocá-la, portanto, somente ela podia maquiar e pentear a *Barbie*. Esse era o seu entendimento quanto a brincarmos juntas e, naquele momento, o fascínio pelo brinquedo era tanto que, apenas olhar a boneca sendo maquiada e penteada, já configurava a satisfação desejada.

Eram tempos de colheita de café e, nesse período, alguns/algumas trabalhadores/as, junto com suas famílias, se alojavam temporariamente em pequenos casebres construídos em diferentes áreas da fazenda, sendo que sempre brincava muito com seus filhos e filhas, brincadeiras que garantiam a participação de todos, sem distinção, geralmente em minha casa e em suas adjacências. Naquele instante de fascínio com a boneca *Barbie Face*, lembro-me de uma dessas crianças ter chegado para brincar, como de costume: uma garotinha de pele morena, com rosto arredondado, olhos caramelizados e cabelos castanhos despenteados compridos até a altura dos ombros, uma garotinha que andava descalça e com roupas levemente encardidas e, às vezes, rasgadas. Quando a garotinha se aproximou, seus olhos também brilharam diante da boneca e ela ficou paralisada ao nosso lado, em êxtase e, antes que eu pudesse cumprimentá-la, a dona da *Barbie Face*, sem nunca tê-la visto e sem querer sequer saber o seu nome, olhou-a dos pés à cabeça e disse-lhe que quem vestia roupa rasgada não podia brincar com a boneca. Os olhos da garotinha se encheram de lágrimas e, aos prantos, ela saiu correndo do quarto e eu, diante do ocorrido, mesmo perplexa, permaneci ali, em silêncio, sem defendê-la. Esse é um outro momento de vida que, ao ser rememorado, também me cristaliza no tempo devido à necessidade que sinto de redenção.

Penso hoje, a partir de Benjamin (1987b), como, naquele instante, através do ato de uma criança - a dona da boneca, a classe dominante impunha seu poder, afirmava sua superioridade e demarcava as desigualdades socioeconômicas; através do modo de existir de outra criança - a garotinha com a roupa rasgada, a classe dominada era excluída, oprimida, humilhada e injustiçada; e, através da

permissividade e da passividade de outra criança - materializadas em mim, o capital exercia seu controle e seu domínio ao subjugar corpos, corações e mentes.

Alguns anos mais tarde, ainda na infância, meus avós paternos, que residiam na cidade, me presentearam com a matrícula em uma escola de dança. Era a realização de um sonho: participar das aulas junto com minhas melhores amigas; praticar corporalmente técnicas, posições e movimentos; aprender ritmos e coreografias de diferentes estilos. A proprietária da escola era a única Professora que ministrava as aulas de dança para um público exclusivamente feminino. Todo final de ano ela organizava um grande evento no salão nobre de um clube da cidade, evento este aberto para toda a comunidade mediante doação de alguns poucos ingressos e compra e venda da grande maioria a preços não acessíveis às pessoas em condição de vulnerabilidade social, com diversas apresentações musicais protagonizadas por suas alunas que ficavam, praticamente durante todo o segundo semestre do ano, nas aulas pagas, ensaiando os movimentos e os passos criados por ela na composição de coreografias exclusivas para as músicas relacionadas ao tema de cada evento. A Professora cuidava minuciosamente de todos os detalhes do espetáculo, desde a decoração do palco que, em parte, se modificava a cada ato, até a definição dos detalhes das roupas, adereços e maquiagens específicas para cada música ensaiada e apresentada, sendo que todo o dispêndio com as indumentárias era arcado por cada uma das alunas que não obtinham qualquer participação nos lucros obtidos.

Já na adolescência, em um dos muitos eventos dos quais participei, a música coreografada foi *Miséria*, da banda brasileira *Titãs*[3]. Éramos seis garotas protagonizando esta música. Dançamos descalças, com cabelos compridos e soltos e uma maquiagem nude que realçava os traços pretos ao redor dos olhos para expressar a força contida em cada um dos movimentos. Esta força também era externada através da indumentária composta por uma calça larga, de cor terrosa, com uma das pernas dobrada até o joelho e uma blusa solta, cor de palha, que se

[3] “Miséria é miséria em qualquer canto / Riquezas são diferentes / Índio, mulato, preto, branco / Miséria é miséria em qualquer canto / Riquezas são diferentes / Miséria é miséria em qualquer canto / Filhos, amigos, amantes, parentes / Riquezas são diferentes / Ninguém sabe falar esperanto / Miséria é miséria em qualquer canto / Todos sabem usar os dentes / Riquezas são diferentes / Miséria é miséria em qualquer canto / Riquezas são diferentes / Miséria é miséria em qualquer canto / Fracos, doentes, aflitos, carentes / Riquezas são diferentes / O sol não causa mais espanto / Miséria é miséria em qualquer canto / Cores, raças, castas, crenças / Riquezas são diferentes / A morte não causa mais espanto / O sol não causa mais espanto / A morte não causa mais espanto / O sol não causa mais …”

estendia até a altura da cintura, com mangas compridas e um decote canoa que deixava um dos ombros à mostra. Confeccionadas com um tecido de linho rústico e grosseiro, todas as extremidades, tanto da calça quanto da blusa, eram desfiadas em finas fibras e ambas possuíam pequenos rasgos aleatórios para realçar o envelhecimento das peças e a miséria denunciada pela letra da música. Ao término da apresentação, vestidas com roupas rasgadas sobre o palco, fomos aplaudidas de pé pelo público ali presente, público este em sua maioria elitista ou ávido por esse *status* na cidade e, naquele momento, depois de anos, a única imagem que veio em minha mente foi a da garotinha com a roupa rasgada chorando em frente à boneca *Barbie Face.* Uma lembrança em torno de roupas rasgadas que, à época, não foi articulada aos lugares sociais constituídos e constituintes da sociedade capitalista neoliberal, lugares sociais estes compreendidos como mosaicos de relações permeadas por dimensões culturais, políticas, econômicas e ideológicas que adquirem significados a partir da reificação das experiências de vida dos sujeitos em seus modos de ver, pensar, sentir e agir no mundo.

À luz de Benjamin (1987d), essa contradição evidencia a tensão entre experiência e espetáculo: enquanto a miséria é invisibilizada e transformada em vergonha e humilhação, o mesmo signo - o rasgo da roupa, torna-se objeto de entretenimento quando apropriado em um contexto dominado pelas engrenagens impiedosas do capital. A aprovação social e cultural de determinados corpos e práticas legitima a ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, marginaliza aqueles que se encontram fora das relações de poder cujo valor social é atribuído pelo reconhecimento e pelo prestígio que a hegemonia concede.

1.2. Outros lugares e suas concatenações sociais: construções, desconstruções e reconstruções

Vou gota a gota
aos poucos
mas apesar de todo cálculo
e de toda a cautela
acabo não me poupando
pois estou sempre
na ponta do trampolim
e o tempo aí
já não cuida de segurar nada
- não sabe -
conter-se nem contar
se foi voo, queda ou mergulho.
(Armando Freitas Filho)

Sobre formações e percepções iniciais.

Sempre fui considerada por minha mãe, meu pai e meus/minhas Professores/as uma excelente aluna ao longo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, levando-se em conta, para tanto, parâmetros que hoje questiono muito, como notas nos diversos componentes curriculares equivalentes ao conceito A e comportamentos exemplares que não se envolviam em conflitos. Destarte todo meu comprometimento, não consegui a aprovação no Curso de Comunicação Social nas universidades federais para as quais prestei vestibular assim que concluí o Ensino Médio - já faz tempo que agradeço por essas reprovações e, em virtude das condições financeiras de minha família, iniciei o Curso de Licenciatura em História na Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, no campus de Carangola, sendo que nunca me arrependi da escolha feita. Ao longo desse percurso formativo, Maria Cristina Boechat, uma Professora politicamente situada à esquerda, se destacou no âmago de um processo de construção do conhecimento pautado na análise da historicidade dos sujeitos e das variáveis discursivas imersas nas narrativas históricas. Logo após minha formatura no ano 2000, iniciei um Curso de Especialização em História do Brasil na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG, campus de Belo Horizonte, o único que, logisticamente, era possível de ser cursado naquele momento tendo em vista as necessidades de

coadunação com as atividades profissionais que exercia enquanto Técnica da Educação na Superintendência Regional de Ensino de Carangola - SRE/Carangola[4].

Algumas leituras realizadas nesse período redirecionaram saberes e olhares sócio-históricos sobre o mundo ao possibilitarem interpretações da realidade a partir da ótica dos dominados, dos oprimidos, dos silenciados, dos injustiçados e dos invisibilizados. Dentre elas, destaco: *Os Bestializados* e *A Formação das Almas*, de José Murilo de Carvalho (1987; 1995), livros que se dedicam ao estudo das especificidades da construção da cidadania brasileira a partir dos limites impostos pelas desigualdades sociais latentes no âmago de disputas pela ilusória legitimidade republicana. *Desclassificados do Ouro* e *Norma e Conflito*, de Laura de Mello e Souza (1986; 1999), obras que analisam redes de relações sociais, políticas e culturais tecidas durante a prosperidade conservadora da sociedade mineira colonial frente aos conflitos e sofrimentos vivenciados por contingentes de homens pobres, marginalizados e excluídos, assim como de mulheres pobres, marginalizadas e excluídas. *Fábricas e Homens* e *O Silêncio dos Vencidos*, de Edgar Salvadori de Decca (1984; 1994), textos que problematizam os mecanismos que atribuem legitimidade a discursos políticos e a fatos históricos em meio às relações de poder que subjugavam os/as trabalhadores/as às variáveis sociais características do mundo do trabalho da década de 30. *O Queijo e os Vermes* e *Mitos, Emblemas e Sinais*, de Carlo Ginzburg (1987; 1989), narrativas que se debruçam sobre pormenores historicamente negligenciados diante de conjunturas totalizantes, situando-se estes, intrinsecamente, em relações culturais e sociais de comunidades camponesas do século XVIII e em cosmogonias daqueles/as que as constituíam. *Costumes em Comum*, de Edward Palmer Thompson (1998), exemplar que

[4] Mediante indicação política, atuei enquanto servidora designada neste cargo de 1999 a 2002, sendo que neste ano foi realizado o primeiro concurso público para as 47 (quarenta e sete) Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais - SREs, órgãos institucionais da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG que possuem a finalidade de exercer, em nível regional, ações administrativas, pedagógicas e financeiras em consonância com as diretrizes e políticas educacionais implementadas pelo Estado. Após a aprovação e nomeação no referido concurso, atuei como servidora efetiva no cargo de Analista Educacional de 2002 a 2007 na SRE/Carangola e de 2007 a 2015 na SRE/Juiz de Fora, sendo que a primeira atende escolas das redes estadual, municipal e particular de 11 (onze) municípios e a segunda de 30 (trinta) municípios. Em 2015, após exoneração a pedido do cargo efetivo de Analista Educacional, assumi o cargo também efetivo de Analista Educacional / Inspetora Escolar na SRE/Juiz de Fora por ter sido aprovada e nomeada no concurso público realizado no ano de 2012. No ano de 2023, através de autorização obtida via processo de remoção a pedido, iniciei o meu exercício como Analista Educacional / Inspetora Escolar na SRE/Carangola. Voltei para casa.

evidencia as imposições do capitalismo na vida cotidiana, ou seja, nos hábitos, nos costumes e nas tradições de sujeitos que viviam a história por um olhar de baixo. *Brasil: Nunca Mais*, de Paulo Evaristo Arns (1985), registro que denuncia as perseguições, os assassinatos, os desaparecimentos e as torturas cometidas pelo aparelho repressivo da ditadura militar brasileira. *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano (2000), autos que retratam o processo histórico de opressão da colonização ibérica pelo prisma de suas vítimas - índios, escravos negros e mestiços. *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1987; 1996), escritos que se fundamentam na pedagogia crítica para problematizar, a partir do contexto de vida dos/as educandos/as, as estruturas opressoras da sociedade e suas implicações nos processos educativos, materializando, assim, uma vida de dedicação “aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (Freire, 1987, p. 12).

Apesar da criticidade tangente a estas leituras, o estudo de conceitos inerentes à perspectiva crítica que as fundamentavam era praticamente inexistente e hoje, ao rememorar esses processos formativos[5], lamento profundamente a ausência de apropriações pautadas em Karl Marx, Friedrich Engels, István Mészáros, György Lukács, David Harvey, Joan Martinez-Alier, Enrique Dussel, Pierre Bourdieu, John Bellamy Foster, Antonio Gramsci, Eric Hobsbawm e Walter Benjamin, cujas reflexões, muito recentes e muito sucintas, foram realizadas somente nos Cursos de Mestrado e Doutorado dentre as responsabilidades assumidas com as disciplinas de caráter obrigatório e as de caráter eletivo e os

[5] Machado e Arruda (2019, p.78), ao refletirem sobre as categorias educação, trabalho, política e formação humana a partir de preceitos marxistas que dialogam com a realidade social e material em seus diversos movimentos, evidenciam as contradições existentes no contexto atual de reprodução do capitalismo no que diz respeito à democratização e à massificação da educação. Para os autores, a democratização da educação, entendida no âmbito das políticas públicas como a ampliação do acesso ao Ensino Superior, “não reflete seu significado em uma dimensão ontológica de formação humana, categoricamente fundada pelo trabalho, enquanto objeto de constituição do ser social. Neste sentido, o termo “democratização” acaba sendo um sinônimo de “massificação”, ou seja, de uma expansão quantitativa da oferta educacional, sem levar em conta critérios de qualidade que permitiriam a formação humana”. De forma correlata, Bosi (2007) explicita a precarização do trabalho docente e a segmentação da classe ao problematizar o crescimento da força de trabalho docente ocorrido, principalmente, no setor privado e em novas universidades estaduais com condições de trabalho e de contrato geralmente precárias; a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior públicas; e a adoção de critérios exclusivamente quantitativistas para a avaliação da produção do trabalho docente e suas consequências.

novos compromissos profissionais assumidos enquanto Analista Educacional / Inspetora Escolar - ANE/IE na SRE/Juiz de Fora[6].

No tocante a Walter Benjamin, apesar de não o ter conhecido nos momentos iniciais de minha vida acadêmica, nítida se faz a correlação de sua teoria crítica sobre o conceito de história com as leituras supramencionadas. Ao articular abordagens do materialismo histórico com percepções críticas que buscam interpretar a história pela perspectiva dos vencidos no sentido de "escovar a história a contrapelo" (Benjamin, 1987b, p. 225), o autor critica os resquícios do positivismo intrínsecos ao historicismo conservador que reproduz continuamente o prisma dos vencedores; desconstrói o discurso que cultua a ideologia evolucionista do progresso no seio da modernidade capitalista tendo em vista a eternização de um tempo de barbárie; e protesta contra a degradação que permeia "a quantificação e a mecanização da vida, a reificação das relações sociais, a dissolução da comunidade e o desencantamento do mundo" (Löwy, 2005, p. 18).

Não obstante os vislumbres sobre os oprimidos da história vivenciados por mim até então, seja através da experiência junto à garotinha com a roupa rasgada ou através das leituras sobre a violência opressora dos vencedores como via de regra no *continuum* da história (Benjamin, 1987b), a atuação enquanto Analista Educacional - ANE integrando a Divisão da Equipe Pedagógica - DIVEP da Diretoria Educacional - DIRE, de 2002 a 2007 na SRE/Carangola e de 2007 a 2015 na SRE/Juiz de Fora, provocou uma imersão muito intensa na implementação e no monitoramento de programas e projetos nas escolas de Educação Básica das redes estadual e municipal, das respectivas jurisdições, provenientes de políticas públicas federais e estaduais, que materializavam a ideologia neoliberal que se encontrava em curso no Brasil desde a década de 1990[7], imersão esta, à época, adstrita e

---

[6] Devido à contraprestação por mim assumida abrangendo um período de 04 (quatro) anos em virtude da conclusão do Curso de Mestrado Profissional no ano de 2017, a SEE/MG, sob a gestão do empresário Romeu Zema, do Partido NOVO - NOVO, um governo neoliberal ideologicamente situado à extrema direita, não autorizou o afastamento, nem sequer parcial, de minhas atividades profissionais para me dedicar aos estudos e às pesquisas do Curso de Doutorado.

[7] O neoliberalismo imposto por grandes instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, ao prescrever regras econômicas correlacionadas a políticas públicas educacionais a serem rigorosamente cumpridas pelo Brasil, dentre outras federações, durante os dois governos do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso - PSDB (1995 a 1998 - 1999 a 2002), reconfigura o sentido do direito social à educação estabelecido na Constituição Federal (Brasil, 1988) por compreendê-lo como um artefato que se coloca, *a priori*, a serviço do mercado. Tais políticas públicas marcam uma era de

cingida por uma alienação socioeducacional que, hoje, ao mesmo tempo que me constrange, me confronta e inflama.

Realmente acreditava, e por isso me empenhava e me dedicava tanto, que as ações desenvolvidas poderiam se tornar um diferencial em âmbito escolar, porém, ao longo desse lapso temporal, não me recordo, em nenhum momento, de reflexões e problematizações críticas sobre os aspectos conjunturais que fundamentavam a elaboração de políticas públicas educacionais em âmbito federal e estadual e a reprodução das mesmas em contextos regionais e locais, assim como suas implicações no trabalho educativo docente e nos processos pedagógicos. Esses momentos de minha experiência profissional, ao serem rememorados, também me cristalizam no tempo devido à necessidade que sinto de redenção. No espaço destinado a este Memorial, não há qualquer pretensão de descrever, analisar ou avaliar as políticas públicas que me envolveram profissionalmente, apenas há a intencionalidade de correlacionar algumas memórias que se tornaram eruptivas em minha vida frente às desconstruções e às reconstruções vivenciadas durante este caminhar com questões conjunturais que perpassam o objeto de estudo de minha pesquisa: a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental como possibilidade de enfrentamento à hegemonia de iniciativas privatizantes neoliberais em contexto escolar.

Sobre a atuação na gestão escolar.

Coordenei a Rede Nacional de Referência em Gestão Educacional - RENAGESTE na SRE/Carangola, mediante articulações locais e regionais entre empresas privadas, instituições governamentais e não-governamentais, objetivando

---

contra-reformas que desconsideram o caráter social e histórico de ações reformistas e se caracterizam pela “focalização” de recursos no Ensino Fundamental enquanto estratégia de desarticulação das demais etapas e modalidades da educação (Cury, 2022); pela “privatização” enquanto medida restritiva e discriminatória do acesso universal à educação; e pela “descentralização” entendida como mera transferência de responsabilidades sem a promoção do compartilhamento da gestão pública da educação (Behring, 2003; Behring e Boschetti, 2011). Segundo Haddad (2008, p. 28), “No âmbito das políticas preconizadas pelo Banco Mundial, a afirmação da educação como um direito universal é subsumida ante a perspectiva economicista em mais de um sentido. Primeiramente porque, visando a restrição do gasto público e a geração de *superávit* por parte dos países pobres e endividados, limitam-se as metas educacionais - com focalização no ensino primário, e o investimento em insumos essenciais como os/as professores/as. Além disso, incentiva a lógica de mercado como fator de eficiência dos sistemas de ensino, tanto pelo posicionamento das famílias como consumidoras de um serviço - chamando-as até mesmo a se co-responsabilizarem por sua manutenção, quanto franqueando os níveis educativos mais elevados à atividade capitalista por meio da privatização”.

a catalisação de recursos das mais diversas naturezas no âmago da construção de redes intersetoriais nos entremeios de intercâmbios referentes a boas práticas de gestão escolar. Através de um levantamento prévio em todas escolas das redes estadual, municipal e particular sobre potencialidades e fragilidades por elas vivenciadas, mediava a interlocução de parcerias ao viabilizar, via SRE, toda a logística necessária à execução das mesmas, sendo que as parcerias público-privadas sempre sobressaíam-se às parcerias público-público.

Uma vez consolidadas as ditas boas práticas de gestão escolar desenvolvidas a partir de princípios e valores tangentes ao empreendedorismo educacional que, por sua vez, se fundamenta, dentre outros, nos alicerces da competição e da disputa (Duque, 2021) - conceitos estes caros à logicidade privatista sob a égide do capital, os registros das mesmas podiam ser encaminhados ao Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED[8] para a devida análise e avaliação e, quiçá, publicação em seu veículo oficial de comunicação - a *Revista Gestão em Rede,* como práticas gestoras referências nacionais. Além destas divulgações, esse periódico também publicava textos e entrevistas que enfatizavam a importância do trabalho das lideranças escolares construírem uma visão estratégica que priorizasse a busca por resultados, constituindo-se, assim, em um referencial teórico que se apropriava da narrativa da

[8] O CONSED, constituído no ano de 1986 como uma associação de natureza federativa e de direito privado sem fins lucrativos, ainda hoje congrega entre seus titulares os/as Secretários/as Estaduais de Educação e do Distrito Federal - sujeitos indicados politicamente pelos/as Governadores/as eleitos/as em cada Estado que, muitas vezes, se partam da base da sociedade. Apesar de, originalmente, ter se afirmado “entre as entidades da sociedade civil que procuravam interferir na formulação e execução da política educacional tendo como bandeira a defesa da democratização da educação pública de qualidade” (Aguiar, 2002, p. 77), o CONSED reveste-se por uma peculiaridade estruturante que se move ideologicamente em sentido oposto à constituição de Conselhos que, por se configurarem em “organismos políticos emanados do seio da esfera pública, comprometidos com a realidade comum e movidos pelo debate e pelo consenso”, objetivam ampliar a participação política da sociedade e a mobilização da pluralidade de ideias (Daher, 2015, p. 12). Segundo Auer *et al.* (2023, p. 9) apud Arendt (2020), “se a pluralidade é a condição da ação humana e a ação nunca se dá no isolamento, torna-se complexo garantir a pluralidade de ideias em um Conselho que, por vezes, atua como uma soma de ‘eus’ e não como um ‘nós’”. É nesse sentido que os autores afirmam que a atuação do CONSED “retira a educação do debate e do espaço público e altera a sua natureza de bem comum ao articulá-la à lógica empresarial”, desvirtuando seus princípios e suas finalidades ao apresentar-se como um terreno fértil para que interesses privados se sobressaiam aos interesses públicos, tanto nas regras que estabelecem seu funcionamento, quanto nas parcerias firmadas que privilegiam influências na definição das diretrizes das políticas educacionais, a exemplo da Fundação Lemann, do Instituto Natura e da Fundação Ayrton Senna (Auer *et al.*, p. 10).

melhoria da qualidade do ensino para formar um perfil específico de gestores e gestoras escolares cuja atuação, uma vez imersa “na perspectiva da internacionalização dos modos de regulação e de controle das políticas educacionais e da gestão escolar” e operacionalizada a partir dos parâmetros estabelecidos pelas parcerias público-privadas e pela vinculação entre metas e índices de desempenho, iria de encontro “à participação ativa da comunidade e à gestão democrática do ensino” (Perrela e Alencar, 2022, p. 1).

No âmbito da RENAGESTE, a questão do empreendedorismo foi amplamente difundida e incentivada através das parcerias público-privadas efetivadas por iniciativa das escolas e da SRE - no caso de Minas Gerais e, naquele momento, eu as compreendia como uma alternativa profícua capaz de resolver diversos problemas enfrentados pelas escolas públicas, visto que não vislumbrava o significado do paradigma empresarial empreendedor sobre as práticas educacionais no âmago da conjuntura neoliberal no início dos anos 2000. No entanto, segundo Ball (2004; 2014), a configuração de redes de governamentabilidade e de sociabilidade no campo educacional potencializando a convergência entre os setores público e privado - não mais a partir do financiamento de projetos públicos e sim da criação e da gestão de projetos privados em parceria com os Estados, deslegitima os compromissos socioeducacionais pautados nas demandas por justiça social uma vez que o deslocamento da função social da educação para a lógica mercantil ratifica o conveniente discurso neoliberal sobre a ineficiência do caráter público da educação (Macedo, 2014).

Através de uma linha de atuação bem próxima à da RENAGESTE, suscitei a participação das escolas em diversas edições anuais do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar - PGE, tanto na SRE/Carangola quanto na SRE/Juiz de Fora - enquanto política pública também implementada pelo CONSED, mediante mobilização das comunidades escolares para implementarem os processos de autoavaliação das cinco dimensões da gestão escolar necessários à inscrição e à participação no Prêmio, a saber, gestão de resultados educacionais, gestão pedagógica, gestão de pessoas, gestão participativa e gestão de recursos financeiros. Para a realização da autoavaliação de cada uma das cinco dimensões da gestão escolar, o regulamento apresentava seis indicadores de qualidade, distribuídos em diferentes níveis avaliativos, sobre os quais a escola deveria refletir coletivamente sobre suas práticas e, a partir delas, elaborar um plano de ação para

ser implementado no contexto escolar, mediante indicação de ações prioritárias que visavam sanar as fragilidades observadas durante o processo de autoavaliação, no sentido de buscar o aprimoramento do trabalho desenvolvido pela gestão escolar.

Em Minas Gerais, o itinerário traçado pelo PGE abrangia, sequencialmente, em âmbito local (escola): a realização do processo de autoavaliação pelo Colegiado Escolar e o registro da inscrição no Prêmio; em âmbito regional (SRE): a análise dos processos de autoavaliação das escolas participantes e a indicação de uma escola considerada Escola Destaque Regional pelo Comitê Regional; em âmbito estadual (SEE/MG): a análise dos processos de autoavaliação das Escolas Destaques Regionais e indicação de uma escola considerada Escola Destaque Estadual pelo Comitê Estadual; em âmbito nacional (CONSED): análise dos processos de autoavaliação das Escolas Destaques Estaduais e indicação de uma escola considerada Escola Destaque Brasil pelo Comitê Nacional. Ao longo desse percurso, instituições filantrópicas, grandes corporações financeiras que deslocam impostos para suas fundações, grandes empresas internacionais vinculadas a produtores de materiais educacionais e organizações não governamentais que apoiavam o PGE, dentre elas, Fundação Roberto Marinho, Embaixada Americana, Movimento Brasil Competitivo, Gerdau e Compromisso Todos pela Educação, contemplavam as Escolas Destaque com diversas premiações, desde quantias em dinheiro a viagens nacionais e internacionais de intercâmbio de experiências. À época, para além das premiações, esta política pública me encantava, pois a compreendia como uma oportunidade das escolas praticarem a cultura da autoavaliação, desenvolverem a gestão democrática, buscarem a excelência nos resultados, exercitarem a construção de planos de ação e disseminarem boas práticas de gestão escolar na busca pela qualidade da educação[9].

Porém, apesar de estarem intimamente relacionadas às práticas disseminadas via PGE, eram invisíveis aos meus olhos: a conversão de toda a avaliação institucional para os resultados alcançados pelos/as alunos/as em detrimento das outras dimensões avaliadas; a sobreposição hegemônica do viés competitivo - constituinte da lógica empresarial privatista, aos vieses da cooperação e da solidariedade, estes sim característicos dos espaços públicos; a eflorescência

[9] O sentido atribuído à qualidade da educação pelo setor privado com atuação no setor público é analisado no subcapítulo *3.2- O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: interfaces político-pedagógicas entre a imposição da racionalidade neoliberal e a construção de horizontes emancipatórios.*

de agentes sociais privados no campo educacional interferindo nas políticas públicas com base em parâmetros que buscam atribuir sentido ao discurso e às práticas mercadológicas; a imposição de dinâmicas empresariais na constituição dos indicadores que definem o que seria qualidade na educação pública e como se deveria alcançá-la, desconsiderando a pluralidade e a heterogeneidade presentes nas escolas; e a desconstrução da ideia de que a educação, enquanto um bem público, como tal precisa ser gerido (Macedo, 2014).

Atuei como tutora em quatro edições do Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares - PROGESTÃO, tanto na SRE/Carangola quanto na SRE/Juiz de Fora, mediando o processo de qualificação das equipes diretivas das instituições de ensino da rede estadual frente a uma metodologia de formação continuada e em serviço organizada na modalidade semipresencial. Responsabilizava-me, então, pelas discussões e avaliações presenciais dos módulos e intermódulos de estudo, pelas orientações das atividades não presenciais e pelo acompanhamento dos planos de ação que precisavam ser implementados nas escolas pelos/as educadores/as participantes do Programa, uma vez que o objetivo era a consolidação de competências específicas a serem implementadas no cotidiano profissional. No entremeio destas competências o que se encontrava implícito e que conduzia a atuação da tutoria e dos/as cursistas - e que eu não percebia, era uma concepção de gestão escolar fundamentada nos princípios da racionalidade técnica sujeita ao gerencialismo e à performatividade da educação que, segundo Ball (2005), constituem-se em mecanismos centrais da reforma educacional proposta pela ótica neoliberal dos setores privados a partir da inserção, nos espaços públicos, de relações de poder funcionais fundamentadas nas noções de eficiência, eficácia e desempenho satisfatório na busca por resultados - conceitos estes explícitos em todos os materiais de estudo produzidos pelos idealizadores do Programa.

Lamentavelmente não havia o entendimento sobre a imprescindibilidade de se construir, nesses momentos formativos, uma consciência que politizasse a prática gestora a partir da compreensão de que estratégias técnico-metodológicas deveriam ser pensadas pelo que representam enquanto finalidade educativa sob a perspectiva social do público e do democrático e não apenas pelo mérito quanto à produtividade alcançada (Contreras, 2012). Hoje, a partir de Freire (1996) e Ball (2010b), compreendo a autonomia como um princípio central da prática educativa

pautado na capacidade crítico-reflexiva em contraposição aos mecanismos neoliberais de regulação e de controle que buscam restringi-la. Os processos coletivos de participação propiciados pelo PROGESTÃO, se tivessem sido versados por premissas formativas horizontalizadas *com* os/as gestores/as - e não verticalizadas *para* os/as gestores/as, ainda que em nível local, poderiam ter contribuído para a desconstrução de discursos e práticas neoliberais hegemônicas cuja logicidade invisibiliza os princípios inerentes à emancipação social dos sujeitos (Silva, 2016a), afinal, emancipar-se implica deixar de ocupar o lugar de objeto das determinações históricas para constituir-se como sujeito ativo na construção de novos sentidos e de outras possibilidades de existência (Freire, 1987; 1996).

Sobre a atuação em processos de ensino e aprendizagem.

Ministrei, durante anos, tanto na SRE/Carangola quanto na SRE/Juiz de Fora, cursos de formação destinados a Professores/as e Especialistas da Educação Básica - EEB atuantes nas instituições de ensino das redes estadual e municipal, referentes à apropriação pedagógica dos resultados alcançados pelas escolas nas avaliações sistêmicas, por meio da análise e interpretação das proficiências obtidas via Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA e Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - PROEB, ambos constituintes do Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública - SIMAVE[10].

Enquanto o PROALFA avaliava o processo de alfabetização e letramento dos/as alunos/as matriculados/as no 3º ano do Ensino Fundamental, o PROEB avaliava o processo de consolidação de competências e habilidades dos/as discentes matriculados no 5º e no 9º anos do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

[10] Enquanto sistema próprio de avaliação em larga escala do desempenho dos/as estudantes das escolas públicas de Minas Gerais, o SIMAVE materializou a concepção do estado avaliador e regulador ao longo de sua trajetória de implementação, principalmente durante os dois mandatos do governo Aécio Neves (2003-2006 e 2007-2010), do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, ao atribuir às avaliações externas o papel de eixo central das políticas educacionais incorporando intencionalidades alinhadas às diretrizes neoliberais de uma gestão gerencialista, ávida por resultados mensuráveis, alcançados através da imposição de metas de desempenho e da concessão de prêmios por produtividade (Franco e Calderón, 2017). Tais medidas, caracterizadas na literatura pela expressão *accountability*, ao mesmo tempo que pressupõem cobrança por resultados e responsabilização dos envolvidos no processo, reduzem os problemas estruturais da educação a questões técnico-gerenciais, provocando a despolitização do debate educacional, a intensificação do controle sobre o trabalho docente e a naturalização das desigualdades produzidas pelas próprias condições materiais do sistema educacional (Hypolito, 2010).

Construídas a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN[11] e dos Conteúdos Básicos Comuns - CBC[12], as Matrizes de Referência de Avaliação delineavam as habilidades que seriam avaliadas ao longo do processo de consolidação das competências consideradas imprescindíveis ao ensino e à aprendizagem, configurando não o currículo em si, mas apenas um recorte deste. Por ter consciência desta abordagem à época, a cada curso de formação ministrado enfatizava essa diferenciação a partir da realização de dinâmicas com os/as Professores/as e os/as EEB que objetivavam identificar, no texto dos PCN e dos CBC, as habilidades constituintes das referidas Matrizes, explicitando, desse modo, a gama de conteúdos dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, assim como dos diversos outros componentes curriculares, que não eram contemplados nas avaliações sistêmicas em pauta e, por isso, tidos como irrelevantes no contexto de uma gestão pedagógica focada em resultados.

---

[11] Elaborados pelo Ministério da Educação - MEC no ano de 1997, os PCN esculpiram a tentativa de uniformização do currículo nacional através da definição de um conteúdo mínimo padronizado a ser transmitido pelas escolas públicas nos diferentes níveis do Ensino Fundamental, constituindo-se em uma das formas de expressão do papel do Estado na busca recorrente, via políticas públicas - no caso uma política pública curricular, pela coesão e pela ordem (Silva, 1995). Esse também é o entendimento de Cury (1996, p. 5) ao afirmar que "a coesão, enquanto uma função permanente do Estado Nacional, se impõe através de vários caminhos, sendo que a educação escolar é um deles e aí ocupa lugar destacado". Todavia, cumpre frisar que o processo de definição de uma proposta curricular é sempre marcado por contradições, resistências e disputas movidas por interesses diversos na defesa de determinadas visões de mundo sobre o papel social da educação pública em determinado momento histórico e, no âmago desse processo de triunfo das vozes de determinada classe social, silenciam-se as vozes de outros grupos. No caso em pauta, a vinculação curricular às novas exigências da ordem econômica globalizada e das políticas neoliberais na formação de sujeitos adaptáveis às exigências do mercado sobressaiu-se. Materializava-se, deste modo, a aceitação incondicional das condições sociais postas através das orientações da Conferência Mundial de Educação para Todos condizentes com as determinações do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal (Sampaio *et al.*, 2004).

[12] Os CBC foram elaborados no ano de 2006 pela SEE/MG sob o invólucro da obrigatoriedade de utilização pelas escolas estaduais dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, configurando-se, sob o viés neoliberal, em uma política pública sintonizada com o Choque de Gestão implementado pelos três governos consecutivos do PSDB (Aécio Neves: 2002 - 2006; Aécio Neves: 2007 - 2010; Antônio Anastasia: 2011- 2014) (Duarte, 2019). Para Lima e Mendes (2016), quando a ótica economicista apodera-se da educação através da regulação gerencial e do enquadramento curricular, não só prescreve conteúdos, mas também nega a autonomia docente ao orientar sobre o que deve ser ensinado - e avaliado, de acordo com os interesses do mercado. Desta forma, tem-se "a reconversão do currículo de um sistema centrado no ensino para um sistema centralizado na avaliação" e, cada vez mais, "a avaliação estabelecida de forma homogênea pelo poder estatal para todos os sujeitos em idade escolar converte-se no verdadeiro *curriculum*" (Terigi, 1996, p. 177-178).

Acontece que esta conscientização era muito rasa e não impedia o discurso que enfatizava a importância do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula alicerçado em um núcleo central focalizado nas Matrizes de Referência de Avaliação e, nesse sentido, argumentava sobre a necessidade da escola garantir, minimamente, a consolidação das habilidades constantes nas referidas Matrizes, já que os/as alunos/as do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, de fato, não apreendiam todo o currículo escolar ao longo do ano letivo. Defendia a ideia de que todos/as os/as Professores/as das escolas deveriam se responsabilizar pelo trabalho pedagógico de consolidação das habilidades explicitadas nas Matrizes de Referência de Avaliação dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática e, por esse motivo, os cursos de formação eram organizados no sentido de: envolver os/as EEB e os/as Professores/as representantes de todas as áreas do conhecimento e níveis de ensino; analisar pedagogicamente os resultados obtidos pelas escolas de forma correlacionada com as Matrizes de Referência de Avaliação e suas respectivas Escalas de Proficiência que, por sua vez, expressavam numericamente os diferentes níveis em que o processo de consolidação de cada habilidade se encontrava, ano por ano de escolaridade, escola por escola; e propor a elaboração coletiva de atividades pedagógicas a serem desenvolvidas posteriormente em sala de aula que contemplassem todas as habilidades constituintes das Matrizes de Referência de Avaliação de forma a abranger todos os componentes curriculares da Educação Básica[13].

Apesar da real preocupação que sempre tive com o processo de ensino e aprendizagem, o posicionamento que assumia desconsiderava toda e qualquer problematização crítica tangente à educação pública: os acordos técnicos e financeiros firmados com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID que referendavam os Termos de Pactuação de Metas, espacialmente diferenciados e temporalmente escalonados, para a SEE/MG, as SRE e as escolas, introduzindo no trabalho docente a lógica neoliberal do *accountability* e da responsabilização; o incentivo desmedido à competitividade

[13] A exemplo das habilidades de *identificar informações implícitas no texto* e de *distinguir fato de opinião* - presentes na Matriz de Referência de Avaliação de Língua Portuguesa, compreendia que não apenas este, mas todos os demais componentes curriculares possuíam condições teóricas e metodológicas para desenvolvê-las junto aos/às alunos/as, ampliando seu potencial formativo na busca pela compreensão da realidade social a partir do caráter interdisciplinar da atuação pedagógica, uma vez que a interpretação, a inferência e a compreensão crítica permeiam todo o processo de ensino e aprendizagem.

entre as escolas na busca pelos melhores resultados nas avaliações sistêmicas mediante a instauração de *rankings* classificatórios que desconsideravam as especificidades de cada instituição escolar e induziam, segundo um padrão economicista, uma concepção de qualidade educacional que tanto a submetia a critérios mercadológicos quanto a reduzia a rendimento escolar, desconsiderando toda a sua função social; o impacto das interferências das avaliações sistêmicas, enquanto mecanismos de controle e de desqualificação do trabalho docente, tanto na gestão escolar quanto no fazer pedagógico dos/as Professores/as, ao reproduzirem uma logicidade intrínseca na produção de resultados mensuráveis - pautada numa perspectiva estandardizada[14] definida pelo formato, conteúdo e intencionalidades dos testes avaliativos, em detrimento de uma interatividade crítico-educativa baseada na avaliação formativa e no desenvolvimento pedagógico de aprendizagens focadas na observação, na reflexão, na problematização e na intervenção em realidades concretas (Afonso, 2013); e a preparação das novas gerações para pensar, sentir e agir de acordo com os princípios e os valores capitalistas neoliberais imersos nas instituições escolares consideradas empresas produtoras de determinado tipo de mercadoria, ou seja, a escolarização necessária a um padrão de empregabilidade subjugado às exigências reprodutivas do capital (Gentili, 2015).

Por todas estas questões, torna-se importante destacar que, quando a dimensão crítica é inexistente, tanto os processos formativos quanto os processos de ensino e aprendizagem ocupam-se da mera transmissibilidade de conhecimentos esvaziados de sua essência sociopolítica, comprometendo, assim, a construção pedagógica de possibilidades de compreensão e intervenção na realidade socioeducacional que busque a sua emancipação pela perspectiva dos interesses da classe trabalhadora, o que pressupõe a conscientização dos/as trabalhadores/as sobre a dominação e a opressão a que estão submetidos, e, consequentemente, a transformação estrutural da sociedade capitalista (Saviani, 2021)[15].

---

[14] Afonso (2013) utiliza o conceito estandardização para se referir à padronização imposta pelas avaliações externas que, segundo o autor, reduzem a autonomia dos/as Professores/as e das escolas e impactam as dinâmicas constitutivas da organização do trabalho docente secundarizando as finalidades educativas - prática esta evocada intensamente por governos neoliberais.

[15] Esse entendimento é retratado por Saviani (2021, p. 171) ao refletir sobre as aproximações entre a pedagogia histórico-crítica e a pedagogia da libertação de Paulo Freire: “Ambas consideram que cabe à educação conscientizar as camadas populares para torná-las senhoras do próprio destino atuando para transformar a sociedade fazendo valer

Através do Programa de Intervenção Pedagógica / Alfabetização na Idade Certa - PIP/ATC[16], em um contexto no qual as ações da SEE/MG para com as avaliações sistêmicas haviam adquirido uma dimensão extremamente reguladora, monitorei na SRE/Juiz de Fora o trabalho pedagógico desenvolvido pelos/as Professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com foco no 3º e 5º anos de escolaridade do Ensino Fundamental, em virtude dos resultados do PROALFA e do PROEB. O Programa consistia na implementação, diretamente nas escolas, de intervenções pedagógicas elaboradas pela Equipe Central de ANE que atuava na SEE/MG e realizadas pela Equipe Regional de ANE e ANE/IE que atuava na SRE/Juiz de Fora[17], objetivando a atuação conjunta, em duplas, nas instituições de ensino sob suas respectivas responsabilidades.

---

seus interesses e o atendimento de suas necessidades. Ambas efetuam, então, uma crítica direta à educação dominante denunciando seu papel alienante que visa conformar a população à ordem existente tornando-a submissa aos interesses dominantes. Em consequência, ambas consideram que a educação é sempre um ato político de tal modo que a defesa de um suposto caráter apolítico, neutro e desinteressado da educação não passa de uma maneira de reforçar a submissão da educação à ordem política dominante. Dessa forma, agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes. Portanto, tanto a pedagogia histórico-crítica como a pedagogia da libertação proposta por Freire assumem que, ao proclamar a neutralidade da educação, o objetivo a atingir é o de estimular o idealismo dos professores fazendo-os acreditar na autonomia da educação em relação à política, o que os fará atingir o resultado inverso ao que estão buscando: em lugar de, como acreditam, estar preparando seus alunos para atuar de forma autônoma e crítica na sociedade, estarão formando para ajustá-los melhor à ordem existente e aceitar as condições de dominação às quais estão submetidos. Em consequência, ambas propõem uma educação crítica que forme pessoas autônomas capazes de desenvolver uma prática social transformadora em contraposição à educação acrítica que forma pessoas dependentes e reprodutoras da ordem vigente."

[16] Importante ressaltar que, enquanto no PIP/ATC atuavam servidores/as efetivos/as da SRE com atuação na DIVEP / DIRE, no PIP/CBC - Programa de Intervenção Pedagógica / Conteúdos Básicos Comuns, atuavam profissionais designados/as a partir da análise e avaliação do currículo sem que tivesse sido estabelecido nenhum critério objetivo para esta seleção. Em uma instituição em que todos os cargos de chefia e direção eram ocupados por indicações político-partidárias, a designação desses profissionais, muitas vezes, efetivava-se por esses mesmos trâmites.

[17] Tanto o/a ANE quanto o/a ANE/IE configuram cargos ocupados por servidores/as públicos/as efetivos/as da SEE/MG com atuação direta na SRE. Sendo cargos constituídos por concursos públicos distintos, enquanto o/a ANE pode atuar em qualquer setor da SRE exercendo funções de nível superior na DIRE, na Diretoria Administrativa e Financeira - DAFI ou na Diretoria de Pessoal - DIPE, o/a ANE/IE possui atribuições específicas definidas em atos normativos próprios referentes exclusivamente ao Serviço de Inspeção Escolar que, por sua vez, abrange as dimensões administrativa, financeira e pedagógica do conjunto de escolas das redes estadual, municipal e particular que integram o respectivo Setor de Inspeção Escolar sob a responsabilidade de cada um/a deles/as.

Para tanto, diversos momentos eram organizados: 1) para o planejamento dos atendimentos *in loco* nas escolas, era necessário participar das reuniões mensais com a Equipe Central, visando à formação continuada e ao alinhamento das ações, bem como produzir materiais didático-pedagógicos destinados à orientação do processo de ensino e aprendizagem, em atendimento às demandas específicas de cada instituição de ensino; 2) para a realização dos atendimentos *in loco* nas escolas, era necessário organizar a agenda mensal priorizando atendimentos semanais nas instituições de ensino consideradas estratégicas - aquelas que apresentavam índices de proficiência menos satisfatórios; realizar reuniões com Diretores/as, EEB e Professores/as para monitorar a implementação do processo pedagógico, orientar o desenvolvimento do trabalho pedagógico de cada Professor/a com base na análise dos resultados dos/as alunos/as nas avaliações internas e nas avaliações sistêmicas; e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos/as discentes que se encontravam com desempenho insatisfatório; 3) para a realização dos registros do monitoramento, era imperativo e indispensável elaborar relatórios semanais sobre o trabalho desenvolvido junto às escolas a fim de fornecer o *feedback*[18] à SRE e à SEE/MG.

Não raras as vezes, durante os atendimentos *in loco* nas escolas, mesmo com a preocupação em garantir um clima de confiança, de respeito e de afeto, os/as alunos/as do 3º ano de escolaridade do Ensino Fundamental eram retirados/as da sala de aula e, em um local que garantisse certa privacidade, tomávamos-lhe a leitura de um poema e arguíamos-lhe sobre inferências explícitas e implícitas nesse texto, registrando em relatórios próprios as habilidades que já haviam, ou não, se consolidado individualmente[19]. Em diversos outros momentos, analisávamos os planos de aula dos/as Professores/as com o intuito de verificar se os materiais disponibilizados estavam sendo trabalhados com os/as discentes, ou seja, reproduzidos, pois estes consistiam em um agrupamento de atividades que

[18] Esse termo era utilizado em todas as reuniões com a Equipe Central da SEE/MG, constando explicitamente nos documentos orientadores do Programa.

[19] O poema intitula-se *O Ninho*, da autora Zalina Romi: “Um ninho de tico-tico / feito com arte e primor / achei no galho mais rico / da minha roseira em flor / Entre as flores encobertas / ninguém sabe se ele existe / é preciso olhar de perto / para que a gente o aviste / E lá no fundo somente / três ovinhos, nada mais… / e o ninho tão fofo e quente / e os três ovos tão iguais / Mas tive muito cuidado / não toquei com meus dedinhos / mamãe disse que é sagrado / o ninho dos passarinhos”.

contemplavam as habilidades avaliadas no PROALFA, atividades estas pensadas e elaboradas previamente pelas Equipes Central e Regional do PIP/ATC.

Tendo em conta todos os argumentos já apresentados referentes à apropriação neoliberal dos processos educacionais, em especial no que tange ao currículo e às avaliações sistêmicas, hoje me enjambro do quanto contribuí para tamanha usurpação pedagógica, tamanha desqualificação profissional e tamanha afronta à autonomia do trabalho docente no que diz respeito ao controle estatal sobre o que se ensinava e como se ensinava[20]. Cooptados por uma instrumentalidade e uma racionalidade técnica opressora, nós, ANE e ANE/IE com atuação na SRE/Juiz de Fora - assim como em todas as demais SRE, éramos subordinados a diferentes tipos de controle operacional, organizacional e institucional e corroborávamos acriticamente com as tendências dominantes de uniformização e padronização do ser Professor/a[21]. Em vez de possibilitarmos

---

[20] Ao refletir sobre a educação em contraposição à massificação, massificação esta aqui compreendida a partir dos impactos e dos usos dos resultados das avaliações sistêmicas como instrumento de controle e poder no campo educacional, Freire (1967, p. 93-96) nos diz que precisávamos: “De uma educação que levasse o homem a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço. A da intimidade com eles. A da pesquisa ao invés da mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. (...) A da vitalidade ao invés daquela que insiste na transmissão de (...) ideias inertes, quer dizer, ideias que a mente se limita a receber sem que as utilize, verifique ou as transforme em novas combinações. (...) Entre nós, repita-se, a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem (...) antigos e culturológicos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação e ingerência (...). Aspecto este já afirmado por nós várias vezes e reafirmado com a mesma força com que muita coisa considerada óbvia precisa, neste país, ser realçada. Aspecto importante, de nosso agir educativo, pois, se faltaram condições no nosso passado histórico-cultural, que nos tivessem dado, como a outros povos, uma constante de hábitos solidaristas, política e socialmente, que nos fizessem menos inautênticos dentro da forma democrática de governo, restava-nos, então, (...), apelar para a educação, como ação social, através da qual se incorporassem ao brasileiro estes hábitos. (...) Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos. Esta nos parecia uma das grandes características de nossa educação. A de vir enfatizando cada vez mais em nós posições ingênuas, que nos deixam sempre na periferia de tudo o que tratamos. Pouco ou quase nada, que nos leve a posições mais indagadoras, mais inquietas, mais criadoras. Tudo ou quase tudo nos levando, desgraçadamente, pelo contrário, à passividade, ao conhecimento memorizado apenas, que, não exigindo de nós elaboração ou reelaboração, nos deixa em posição de inautêntica sabedoria”.

[21] Segundo Contreras (2012), instrumentalidade e racionalidade técnica são conceitos que se referem à crescente perda de controle sobre as ações docentes e à contínua desqualificação profissional. Para o autor, a construção de conhecimentos no exercício da docência não permite a segregação entre elaboração e aplicação, entre teoria e prática, pelo contrário, exige concatenações explícitas diretamente relacionadas aos contextos sociais em que o processo educativo ocorre.

aos/às docentes reais condições de manterem a autonomia e a interatividade sobre o fazer pedagógico e sobre o sentido social do ensino e da educação, disseminávamos a responsabilização por um processo onde nós próprios e os/as Professores/as figurávamos, tão somente, como peças de uma engrenagem cujo movimento era ignoto e, quando os resultados pretendidos não eram alcançados, éramos todos hierarquicamente culpabilizados pelo insucesso (Pacheco, 2010; Contreras, 2012).

Quando as intenções e as finalidades educativas não são questionadas por aqueles/as que se comprometem com o processo de ensino e aprendizagem, não há qualquer possibilidade de superação da instrumentalidade e da racionalidade técnica que, nesse contexto, tendem a se tornar hegemônicas no âmago de uma sociedade em que relações afetivas, ideológicas, metodológicas, educacionais, culturais, políticas, econômicas, sociais e ambientais são definidas por relações mercantis. Direcionamento oposto seria construído se tanto a concepção quanto a implementação da prática pedagógica fossem compreendidas a partir do compromisso social a elas inerente, ou seja, da conscientização sobre a responsabilidade ética, estética e política de se atribuir sentido social ao fazer pedagógico e ao ser Professor/a (Freire, 1987; 1996), constituindo, assim, um movimento reflexivo e interativo no qual o conhecimento tangente ao domínio técnico de repertórios e de saberes teóricos não antecedessem as práticas pedagógicas, mas, por nelas estarem contidos, se transformassem no próprio processo educativo (Contreras, 2012).

Sobre a atuação na pedagogia de projetos.

Sistematizei, na SRE/Carangola, por intermédio do Programa de Apoio a Inovações Educacionais - PAIE, a organização de propostas de ações educativas - que se pretendiam inovadoras, referentes a problemas pedagógicos vivenciados pelas escolas e considerados prioritários pela equipe gestora. Integrante do Programa Qualidade na Educação Básica em Minas Gerais - Pró-Qualidade[22],

[22] Para Duarte (2019. p. 73), os diversos projetos implementados através Pró-Qualidade ao longo dos mandados de Hélio Garcia (1991 - 1994), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e de Eduardo Azeredo (1995 - 1999), do PSDB, “constituem-se, na história recente da educação pública mineira, como uma primeira experiência que pode ser alocada no bojo de reformas de cunho gerencialista que se sucederam desde então. Tal expressão se torna patente quando observadas as áreas de atuação e as propostas de mudanças direcionadas a elas no escopo desses projetos. (...) Expressaram, conforme dito, preceitos e características de uma cultura gerencial inspirada na lógica empresarial da qualidade total, do planejamento estratégico e da eficiência institucional que ganhava

desenvolvido de 1994 a 2000, o PAIE foi financiado pelo Banco Mundial através de um acordo firmado com a SEE/MG e, através do qual, recursos financeiros eram disponibilizados para as escolas que ofertavam o Ensino Fundamental mediante a elaboração de um Projeto de Desenvolvimento e Enriquecimento Curricular - PRODEC pela instituição de ensino, sendo a análise, a avaliação e a seleção do mesmo pela SRE.

Lembro-me dos estudos sobre os materiais disponibilizados pelo PAIE fundamentados na metodologia de projetos[23] que especificavam, explicitamente, a importância e a necessidade das escolas se apropriarem de conhecimentos técnicos relacionados à conceituação e à aplicação prática dos elementos constituintes de um projeto educacional nos moldes do PAIE, a saber: título, coordenador, local, tema, problema prioritário, justificativa, público alvo, objetivo geral, objetivos específicos, metas, ações, cronograma, responsáveis, recursos, resultados esperados, monitoramento e avaliação. Estes estudos conduziam os diversos encontros formativos que organizei com os/as Diretores/as Escolares e com os/as EEB mediante a implementação de diferentes oficinas pedagógicas sobre cada um dos elementos constitutivos do PRODEC tendo em mente a preocupação de garantir a coerência interna do projeto ao longo de sua construção pelos sujeitos atuantes nas escolas.

Uma vez tendo me apropriado da metodologia de projetos voltada para a busca da solução de problemas reais vivenciados nos espaços escolares, vislumbrei uma possibilidade concreta das escolas realizarem transformações significativas nas práticas pedagógicas que desenvolviam - principalmente quando estas práticas intitulavam-se ‘projetos’, todavia, em sua grande maioria, sem qualquer tipo de

---

terreno na região, por vezes, deixando clara a disputa do espaço com outras formas de administração escolar também reclamadas no período, como a gestão democrática”. Sobre o Pró-Qualidade, ver também Fonseca (2004).

[23] De acordo com Hernández (1998), um dos referenciais estudados à época, a metodologia de projetos propicia a reorganização do processo de ensino-aprendizagem a partir da investigação, da problematização da realidade e da participação ativa dos/as estudantes na construção do conhecimento no interior de trajetórias formativas orientadas por uma compreensão mais ampla do mundo social. Entretanto, quando analisada no âmbito das políticas educacionais que incorporam a racionalidade gerencial, evidencia-se uma tensão significativa entre princípios pedagógicos potencialmente emancipatórios e sua reconfiguração sob a lógica da eficiência, do planejamento estratégico e da gestão por resultados. Nesse cenário, ao ser apropriada no interior de políticas orientadas por tais pressupostos, essa metodologia tende a ser instrumentalizada como estratégia de melhoria do desempenho escolar, deslocando seu potencial crítico para uma função predominantemente operacional.

problematização, reportavam-se, tão-somente, a atividades referentes à comemoração de datas contidas em anuários. Diante disso, incentivei a participação de todas as escolas estaduais da jurisdição nos encontros formativos do PAIE, pois, embora os recursos financeiros fossem disponibilizados apenas para algumas instituições com o objetivo de apoiar ações específicas - como a aquisição de materiais didáticos e equipamentos tecnológicos, acreditava, à época - de forma bucólica, que não havia qualquer impedimento pedagógico para as demais instituições de ensino desenvolverem certas ações a partir da problematização de seus cotidianos independentemente de tais recursos.

Destarte a intensidade com a qual a metodologia de projetos me envolveu, envolvimento este que, mesmo após a finalização do PAIE, perdurou durante muitos anos em diversas outras atividades profissionais que desenvolvi, não vislumbrava a imprescindibilidade de reformas estruturais na educação como condição precípua para a solução dos problemas reais vivenciados pelas escolas públicas enquanto um dos compromissos sociais que deveriam ser assumidos pelo Estado. Naquele tempo, compreendia a dita inovação educacional proposta pelo PAIE - um programa formatado para atender demandas específicas impostas por organismos financeiros internacionais, como uma possibilidade das escolas resolverem problemas cotidianos através de intervenções pedagógicas específicas, realizarem atividades diferenciadas e visionárias, modernizarem tecnologicamente os espaços escolares e contratarem educadores/as para ministrar capacitações internas e não como uma oportunidade das escolas promoverem uma análise crítico-reflexiva sobre a realidade educacional - de forma imanente às ações educativas, no sentido de provocarem rupturas com o institucional, o que exigiria uma referência clara do tipo de rompimento que se pretenderia efetivar (Veloso *et al.*, 2004).

Nessa acepção, enquanto as escolas procuravam resolver problemas pedagógicos específicos identificados nas práticas metodológicas e/ou nas práticas curriculares, desconsideravam os condicionantes sociais, políticos, econômicos e culturais que atravessam historicamente a educação pública, como se as instituições de ensino estivessem apartadas da realidade social; enquanto as escolas pretendiam tornar as atividades educativas mais agradáveis e prazerosas com o intuito de melhorar a aprendizagem dos/as alunos/as, suprimiam toda a reflexividade e criatividade entendidas como qualidade educativa no âmago de um processo que transformava a prática docente em um instrumento executor de

axiomas contratuais e de controles externos; enquanto as escolas adquiriam aportes materiais quantificáveis como elementos fulcrais capazes de garantir a concretude e a dinamização das ações tidas como inovadoras, os aspectos conservadores permaneciam enraizados na concepção e no desenvolvimento das práticas escolares; enquanto as escolas enalteciam a contribuição de atores externos como única estratégia possível de renovação de suas capacidades educativas, minimizavam o protagonismo dos sujeitos que poderiam sistematizar, a partir de suas vivências cotidianas, movimentos de reflexão-ação-reflexão socialmente intencionais tão necessários à construção de novos sentidos para a ação educativa e para o fortalecimento de conexões locais.

Sobre a atuação na Educação Ambiental.

Assumi a coordenação das ações referentes à Educação Ambiental na SRE/Juiz de Fora no primeiro semestre do ano de 2015 ao ser indicada, mediante solicitação própria, como membro representativo deste órgão nos espaços públicos intersetoriais de caráter consultivo e deliberativo do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna - Paraíba do Sul 1 - CBH/PP/PS1 e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental para a Mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais - CIEA/MG/ZM, uma vez que ambos, cada qual com suas especificidades, mobilizam atores sociais de diversas instâncias societárias - quer sejam delegatários do poder público ou da sociedade civil[24], em iniciativas articuladas aos seus objetivos institucionais que perpassam, dentre outras, ações correlatas à Educação Ambiental.

---

[24] Ao abrigar um conjunto bastante diferenciado de entidades filantrópicas, entidades sindicais, organizações empresariais, ONGs, dentre outros, o termo sociedade civil indica a participação de outros sujeitos nas políticas governamentais além dos organismos oficiais do Estado, inclusão esta possibilitada pelos preceitos da Constituição Federal (Brasil, 1988) que legitimou a criação de novos espaços visando a ampliação dos direitos sociais e de atuação cidadã em um contexto sociopolítico de convívio democrático após duas décadas de coerção ditatorial (Matos *et al.*, 2022). Na perspectiva marxista, o conceito de sociedade civil consiste “no verdadeiro centro, no verdadeiro palco da história. Abrange o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um estágio de desenvolvimento determinado das forças produtivas. Abrange o conjunto da vida comercial e industrial de uma etapa. Assim, a sociedade civil representa o conjunto da estrutura econômica e social de um período determinado” (Pereira, 1995, p. 58). Já na perspectiva gramsciana, a sociedade civil é entendida como o conjunto de instituições e organizações que operam de forma intermediária entre o Estado e os indivíduos formando o espaço em que se manifesta a hegemonia cultural e ideológica, ou seja, o local onde os grupos dominantes consolidam seu poder por meio da cultura, da moral e da educação ao moldarem o consentimento das classes subordinadas e legitimarem a ordem estabelecida por meio de instituições como escolas, igrejas, associações e sindicatos (GRAMSCI, 2017).

O CBH/PP/PS1, instituído pelo Decreto Estadual nº 44.199/2005 (Minas Gerais, 2005b), integra o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos[25] e objetiva "promover, no âmbito da gestão de recursos hídricos, a viabilização técnica e econômico-financeira de programas de investimento e consolidação de políticas de estruturação urbana e regional, visando o desenvolvimento sustentável daquela Bacia". A partir da regulamentação da cobrança pelo uso de recursos hídricos através do Decreto nº 44.046/2005 (Minas Gerais, 2005a), o CBH/PP/PS1 obteve recursos financeiros próprios para o financiamento de programas e projetos incluídos em seu Plano Diretor de Recursos Hídricos, documento este que disponibiliza orientações para a implementação dos demais instrumentos de gestão das águas da bacia hidrográfica, dentre estes, o Plano de Aplicação Plurianual - PAP (Minas Gerais, 1999).

Iniciei minha atuação enquanto Conselheira do CBH/PP/PS1 participando das reuniões que convergiam esforços no sentido de construir e aprovar o PAP para o quadriênio 2016-2019, um instrumento de planejamento de alocação de recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos realizada na respectiva bacia hidrográfica que visava otimizar ações referentes: 1) ao gerenciamento de recursos hídricos: elaboração de novo Plano Diretor de Recursos Hídricos do CBH/PP/PS1, programa de ampliação de cadastro de usuários, operacionalização do Comitê, Programas de Educação Ambiental[26], 2) à recuperação da qualidade ambiental: coleta e tratamento de esgotos domésticos, recuperação e conservação de faixas marginais de proteção, intervenções para controle de inundações; 3) à proteção e aproveitamento dos recursos hídricos:

[25] O Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos foi criado através da Lei Estadual nº 13.199/1999 (Minas Gerais, 1999), que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, sendo esta fundamentada na Lei Federal nº 9.433/1997 (Brasil, 1997), que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

[26] A inserção de Programas de Educação Ambiental no PAP fundamenta-se na Lei nº 9.795/1999 (Brasil, 1999), que institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA e estabelece a capacitação de recursos humanos como uma das estratégias de implementação da Educação Ambiental; no Decreto nº 4.281/2002 (Brasil, 2002), que regulamenta a PNEA e determina a criação, manutenção e implementação de Programas de Educação Ambiental integrados às atividades de gestão dos recursos ambientais, inclusive dos recursos hídricos; na Resolução Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH nº 17/2001 (Brasil, 2001), que estabelece que os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas devem contemplar ações de Educação Ambiental consonantes com a PNEA; e na Resolução CNRH nº 98/2009 (Brasil, 2009), que reconhece a importância e estabelece os princípios e os fundamentos da Educação Ambiental no âmbito dos Comitês.

recuperação e proteção de Áreas de Preservação Permanente - APP, incentivo à sustentabilidade no uso da terra, apoio técnico institucional para controle de erosão em áreas rurais, estudo e projeto para remoção, transporte e disposição final de macrófitas aquáticas (CBH/PP/PS1, 2016).

Diante da reiteração discursiva de que os Programas de Educação Ambiental no âmbito do PAP caracterizavam-se como uma ferramenta de fortalecimento da gestão participativa no tocante ao gerenciamento dos recursos hídricos a partir do atendimento a demandas regionais e locais e considerando, ainda, que, nesta época, eu já havia iniciado estudos sobre os diferentes modos de se pensar e de se fazer a Educação Ambiental[27], percebia, de forma muito nítida, que a participação do poder público e da sociedade civil no âmbito do Comitê, através da atuação representativa de seus/suas Conselheiros/as nos processos decisórios em torno da água e de sua gestão, raramente se efetivava de forma crítica, tanto em relação a conhecimentos técnicos, quanto em relação a saberes populares locais (Matos *et al.*, 2022).

Esta percepção foi se consolidando no âmago das discussões coletivas das quais participei ao observar os ecos provocados pelo silêncio de grande parte seus/suas Conselheiros/as diante do detalhamento das pautas apresentadas nas reuniões por membros da Diretoria do CBH/PP/PS1 ou por autoridades atuantes em instituições públicas e/ou privadas convidadas para explanarem sobre temas específicos. Dentre as questões que, no meu entendimento, engendravam esse silenciamento, destaco: a ausência de domínio, pelos/as Conselheiros/as, de conhecimentos técnicos referentes ao gerenciamento de recursos hídricos nas esferas federal e estadual no que tange aos trâmites necessários à formulação e à implementação de políticas públicas de gestão ambiental e, especificamente, de gestão de águas; a rotatividade de Conselheiros/as e de instituições na constituição do Comitê diante da inexistência de critérios específicos para que estas indiquem seus/suas representantes, configurando, muitas vezes, indicações de caráter meramente político-partidário; o distanciamento das ações propostas de aspectos socioambientais tendo em vista prioridades econômico-financeiras que suscitavam o esvaziamento do debate social sempre que este era evidenciado; e a pusilanimidade

[27] Sobre as macrotendências da Educação Ambiental, ver Layrargues e Lima (2014) e Spolaor (2017).

da Diretoria do CBH/PP/PS1 na aplicação dos recursos financeiros ocasionando o entorpecimento letárgico das ações constantes no PAP supramencionado.

Nascimento e Uchôa (2016, p. 111) observam tensões entre os conceitos de representação e de participação, sendo que, para eles, “a participação social se enquadra no processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não tem acesso a informação”. Todavia, segundo Oliveira e Guimarães (2002, p. 23), o ato participativo pode configurar-se a partir de vieses opostos. Ao diferenciarem processos participativos de momentos participativos, os autores explicitam que enquanto estes “resultam de um espaço temporal determinado e concedido que pode servir, apenas, para consultar e recolher opiniões ou sugestões de propostas” - legitimando a logicidade hegemônica, aqueles “constroem-se cotidianamente e são resultado da interação entre seus protagonistas” na busca pelo fortalecimento da capacidade transformativa dos processos sociais.

Lamentavelmente, minha atuação enquanto Conselheira do CBH/PP/PS1 evidenciava-se muito mais pela presença nas reuniões, ao garantir o quórum necessário para as deliberações e em eventos mediante indicação do próprio Comitê, principalmente os que correlacionavam gestão de recursos hídricos e Educação Ambiental, do que em ações propositivas, pois, sempre que cogitava uma discussão fundamentada em uma perspectiva crítica de Educação Ambiental, faltavam-me conhecimentos técnicos para embasá-la a partir das diretrizes que envolviam a gestão das águas em Minas Gerais, fato este que possibilitava a outros/as Conselheiros/as o redirecionamento do debate acerca da construção dos Programas de Educação Ambiental no âmbito do PAP para questões pragmáticas e não socioambientais. Situações como esta demonstram uma assimetria de poder no interior do Comitê relacionada ao conhecimento técnico-científico, à eloquência na fala, ao poder de argumentação e à realidade socioeconômica de seus/suas Conselheiros/as que mistifica a questão da participação social, posto que esta é fortemente influenciada pelo viés economicista e pode ser cooptada por setores dominantes da sociedade no sentido de atribuir uma falsa legitimidade às deliberações ditas coletivas cujas homologações atendem, prioritariamente, a interesses particulares. Por isso a imprescindibilidade da ampliação e da consolidação da participação social no que diz respeito à defesa de posicionamentos sociopolíticos que venham a garantir a presença forte do Estado - destarte suas

próprias contradições sociais, no enfrentamento das políticas neoliberais fundamentadas em lógicas privatistas que enaltecem a água enquanto uma mercadoria comercializável e não enquanto um direito humano a ser garantido para todos (Santos e Saito, 2006; Saito, 2011).

Sob uma Diretoria composta por novos membros, em 2018 o CBH/PP/PS1 conseguiu aprovar a criação do Grupo de Trabalho de Projetos de Educação Ambiental - GTEA (CBH/PP/PS1, 2018), constituído por representantes de cinco instituições - tanto do poder público quanto da sociedade civil, do qual participei como Conselheira convidada e não como membro diretamente responsável pela implementação das ações. No ano seguinte, novamente empenhos convergiram-se para a construção e aprovação do PAP para o quadriênio 2020-2024 (CBH/PP/PS1, 2019a) priorizando a destinação de recursos financeiros para i) ações de gestão: Plano de comunicação social e tratamento da informação qualificada, Programa de Educação Ambiental, Programa de mobilização participativa, Curso de capacitação técnica, Operacionalização do Comitê; ii) ações de planejamento: Elaboração de novo Plano Diretor de recursos hídricos, Ampliação do cadastro de usuários, Coleta e tratamento de esgotos domésticos; e iii) ações estruturais: Ações de preservação de Áreas de Preservação Permanente e de incentivo à sustentabilidade no uso da terra. *A posteriori*, o Comitê conseguiu deliberar sobre a aprovação dos projetos de Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica da Represa de Chapéu D'Uvas, de Mobilização Social nos Municípios inseridos na Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna, de Saneamento Rural e de Educação Ambiental (CBH/PP/PS1, 2019b) com implementação a partir do ano de 2020.

Participei das reuniões iniciais do GTEA e, em momento algum, presenciei discussões relacionadas à perspectiva de Educação Ambiental que seria fomentada e à concepção de recurso hídrico que seria assumida pelo CBH/PP/PS1, pois tais perspectivas e concepções podem configurar-se em práticas sociais que atendem interesses centrados em pilares privatistas e econômicos ou que provocam reflexões e transformações a partir da busca por justiça socioambiental.

Rememorar esta recente atuação junto ao CBH/PP/PS1 provoca em mim alguns pesares, principalmente por ter adotado nesta instância deliberativa uma postura tão pouco incisiva e problematizadora visto que não consegui me dedicar, conforme o desejado, à apreensão dos conhecimentos técnico-científicos relacionados à gestão das águas intrínsecos na dinâmica de funcionamento do

Comitê devido ao momento de vida que me envolvia: as responsabilizações concomitantes pela atuação no CBH/PP/PS1, pelas novas atribuições do cargo de ANE/IE na SRE/Juiz de Fora, pelas atividades do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública na Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF e pelo envolvimento nas demandas da CIEA/MG/ZM.

A CIEA/MG/ZM, instituída através do Decreto Estadual nº 44.264/2006[28] (Minas Gerais, 2006), possui caráter representativo, consultivo e deliberativo em sua área de atuação - que coincide com a divisão geográfica e administrativa das SRE localizadas na Zona da Mata de Minas Gerais, e tem por finalidade coordenar e implementar projetos e ações de Educação Ambiental através do fortalecimento de espaços dialógicos, participativos e cooperativos entre o poder público e a sociedade civil. Desde 2006, por iniciativa própria e de forma ininterrupta, plurianual e itinerante, a diretoria administrativa da CIEA/MG/ZM, em parceria com atores locais imersos em contextos ecológicos regionais - como bacias hidrográficas e unidades de conservação, se responsabiliza pela organização das edições do Fórum Regional de Educação Ambiental - ForEA.

Iniciei minha atuação na CIEA/MG/ZM ao participar das reuniões ordinárias que instigavam, prioritariamente, o envolvimento de todos os seus membros no planejamento dos ForEA. Através de uma interatividade social e ambiental proposta por meio da realização de Palestras e Oficinas Construtivas que priorizavam eixos temáticos relacionados contextualmente com a realidade de cada município em que o Fórum era realizado, procurava-se atender algumas especificidades locais firmando parcerias nos formatos público-público e público-privada para a implementação de ações futuras. Em todos os ForEA realizados nos anos de 2015 a 2017[29] ministrei, alternadamente, as Oficinas Construtivas intituladas "*Consumo Consciente e Sustentabilidade no Ambiente Escolar: um viés crítico"* e "*Educação Ambiental: um olhar crítico para os conflitos e as injustiças socioambientais"*.

---

[28] Esse mesmo Decreto instituiu, além da CIEA/MG Zona da Mata, a CIEA/MG Alto Paranaíba e Triângulo, a CIEA/MG Metropolitana e Capital, a CIEA/MG Metropolitana e Interior, a CIEA/MG Mucuri e Jequitinhonha, a CIEA/MG Norte de Minas, a CIEA/MG Oeste, a CIEA/MG Sul e a CIEA/MG Vale do Rio Doce.

[29] Em 2015, Tocantins (SRE/Ubá), Vieiras (SRE/Muriaé), Olaria (SRE/Juiz de Fora, contemplando apenas os municípios do entorno do Parque Estadual do Ibitipoca), Matipó (SRE/Manhuaçu), Leopoldina (SRE/Leopoldina) e Juiz de Fora (SRE/Juiz de Fora). Em 2016, São João do Manhuaçu (SRE/Manhuaçu), Miraí (SRE/Muriaé), Visconde do Rio Branco (SRE/Ubá) e Leopoldina (SRE/Leopoldina). Em 2017, Luisburgo (SRE/Manhuaçu) e Miradouro (SRE/Muriaé).

Os estudos necessários à elaboração das Oficinas basearam-se no vídeo *A História das Coisas* (Leonard, 2007) e em referenciais teóricos cujos autores, os quais conheci nesse momento de minha vida, descortinaram, a partir da perspectiva crítica de Educação Ambiental, modos outros de ver, pensar, sentir e agir no mundo. Modos estes que provocaram em mim desconstruções e reconstruções tão intensas que me transformaram em outra pessoa, uma pessoa da qual tenho hoje muito orgulho de ser. As reflexões de Acselrad (2010), Acselrad e Mello (2009), Guimarães (2012), Foladori (2001), Layrargues e Lima (2014), Loureiro (2012), Loureiro e Layrargues (2013) e Loureiro e Torres (2014), todas elas fundamentadas na teoria crítica marxista, exploram dialeticamente os processos de legitimação do modo de produção da sociedade capitalista; enfatizam a concatenação contemporânea existente entre aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, ecológicos e ideológicos imersa nos interesses antagônicos que se expressam nos conflitos sociais e nos problemas ambientais; reconhecem a imprescindibilidade da justiça socioambiental ao visibilizarem e ressignificarem conflitos socioambientais vivenciados por sujeitos historicamente situados; defendem um posicionamento oposto à neutralidade do conhecimento científico e tecnológico na reprodução das relações sociais; intercedem em prol da formação de sujeitos conscientemente críticos em meio a processos educativos que abarcam a integralidade e a complexidade do exercício da cidadania e da democracia na busca pela transformação emancipatória de realidades contextuais.

Todavia, em todas as edições do ForEA das quais participei, me sentia profundamente incomodada diante das preocupações que conduziam os esforços da CIEA/MG/ZM na organização dos eventos: garantir a presença de autoridades públicas e políticas, angariar recursos financeiros para a construção de *kits*[30] a serem distribuídos gratuitamente aos participantes, evidenciar a reciclagem como uma das principais atividades de Educação Ambiental a serem desenvolvidas nas escolas e efetivar parcerias públicas e privadas com atores sociais que pudessem realizar as Palestras e ministrar as Oficinas de forma voluntária.

[30] Em sua maioria, e de forma personalizada, esses *kits* eram compostos por uma bolsa confeccionada com material reciclado, uma blusa com a logomarca da CIEA/MG/ZM, do ForEA e de todos os colaboradores e patrocinadores, uma caneca para ser utilizada ao longo do evento uma vez que copos descartáveis não eram disponibilizados, um bloco de papel reciclado, uma caneta e *folderes* de diversas empresas e instituições cujas atividades perpassavam questões ambientais.

Meu incômodo baseava-se no fato das autoridades públicas e, principalmente as políticas, propagarem interesses pessoais relacionados tanto a campanhas eleitorais quanto a aprovação de projetos privados; dos recursos financeiros serem angariados independentemente da fonte e da relação desta com o meio ambiente - como por exemplo via usinas hidroelétricas e mineradoras; da apresentação dos trabalhos realizados previamente pelos/as alunos/as com materiais recicláveis adquirir um *status* solucionista e salvacionista diante do acirramento da crise ambiental - atividade esta que era desenvolvida em grande parte das escolas dos respectivos municípios a partir de uma perspectiva comportamentalista e instrumentalizadora que visava, tão somente, o reaproveitamento de objetos que seriam descartados e não de uma abordagem que problematizasse o tratamento do lixo através das relações de produção e consumo que explicitam em seu âmago o que se produz, o modo como se produz e para quem se produz (Loureiro, 2019); e das Palestras e das Oficinas não serem planejadas de forma conjunta e coletiva a partir da perspectiva crítica de Educação Ambiental, sendo preponderante o discurso da responsabilização individual tanto nas atividades conservacionistas - que buscavam despertar afetividades e cuidados para com a natureza de forma comportamentalista e desconexa das sociabilidades e historicidades constitutivas da sociedade capitalista neoliberal, quanto nas atividades pragmáticas - que fomentavam o ecologismo de mercado através da logicidade do consumo consciente e do desenvolvimento sustentável sem evidenciarem os processos de desigualdade e injustiça socioambiental peculiares à racionalidade desse desenvolvimento (Loureiro e Layrargues, 2013; Layrargues e Lima, 2014).

Tinha ciência da unicidade de minha voz em todas as edições do ForEA das quais participei, pois transformava as Oficinas que ministrava em espaços dialógicos e reflexivos sobre saberes e fazeres ambientais alicerçados na perspectiva crítica de Educação Ambiental e, dentre os participantes, haviam aqueles que compreendiam a proposta que estava sendo apresentada e reconheciam a importância de ações transformativas em seus locais de atuação e aqueles que continuavam preferindo ir a campo plantar mudas de árvores ou produzir porta-retratos com garrafas de plástico de forma totalmente descontextualizada. Considerava minha presença nos ForEA uma refutação às questões supramencionadas, advindo daí minha persistência em propagar novos olhares

sobre a Educação Ambiental com a esperança[31] de que a conscientização sobre o mundo vivenciada por mim pudesse também ser experienciada por outras pessoas, até que um desencanto se materializou.

Existiu um município - o único município dentre os que atuei, que, desde o início da organização de seu ForEA, manifestou-se expressamente contrário ao patrocínio de uma mineradora que, há tempos, tentava entranhar-se em suas terras com as atividades exploradoras que lhes são inerentes. O município esforçou-se imensamente para conseguir todos os recursos financeiros necessários à realização do Fórum nos padrões estabelecidos pela CIEA/MG/ZM sem que fosse necessário aceitar a presença da mineradora no evento, tendo logrado êxito em sua jornada e se transformado em motivo de orgulho para todos os organizadores locais. No entanto, uma das Palestras realizadas por um servidor da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais - SEMAD/MG transformou-se em palco para veementes críticas à postura adotada pelo município e, apesar de todas as contestações feitas durante e depois do discurso saturado de submissão ao capital, a Diretoria da CIEA/MG/ZM corroborou com a preleção. Naquele momento senti que minhas contribuições via CIEA/MG/ZM e ForEA haviam chegado ao fim, pois considerava inadmissível a defesa de um posicionamento ambiental tão privatista e mercadológico no âmbito de uma Comissão Interinstitucional. Até hoje não me arrependi da decisão tomada.

Apesar de todo o desapontamento, ministrar as Oficinas Construtivas nos ForEA foi uma experiência profissional muito enriquecedora que apresentou diversos desdobramentos em minha vida, como a elaboração do Projeto de Educação Ambiental - PEA na SRE/Juiz de Fora, do Projeto de Pesquisa da Dissertação do Curso de Mestrado e do Projeto de Pesquisa da Tese do Curso de Doutorado, ambos sobre Educação Ambiental na UFJF.

Em todas as Oficinas que ministrei nos ForEA, os participantes, em sua grande maioria, à medida que as reflexões eram propostas, buscavam

---

[31] Esperança aqui é compreendida a partir da perspectiva freireana do verbo esperançar - conceito central da pedagogia crítica do autor, pois, para ele, esperança não é espera passiva, mas uma ação histórica e política orientada para a transformação do mundo, por isso esperançar significa mobilização coletiva em busca da superação de injustiças e construção de novas possibilidades históricas capazes de articularem consciência crítica, ação política e compromisso ético com a emancipação social. Nas palavras de Freire (1992, 110-11), “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar.”

correlacioná-las com suas vivências pedagógicas de Educação Ambiental e, nos discursos engendrados, uma questão despertou minha atenção: os trabalhos desenvolvidos pelos/as Professores/as nas escolas não evidenciavam problematizações socioambientais vivenciadas pela comunidade escolar e não preconizavam ações de intervenção na realidade contextual a partir do protagonismo e empoderamento docente e discente na relação escola-comunidade. Sob a nomenclatura de projetos interdisciplinares, mas reportando-se a atividades multidisciplinares[32] direcionadas para a comemoração de datas contidas em anuários, os trabalhos enfatizavam apenas questões ecológicas revestidas por abordagens pedagógicas sobre a preservação dos recursos naturais, sendo estas instigadas por preocupações referentes à quantidade e à qualidade destes. Ainda nesse cenário, sobressaíam-se justificativas que apresentavam um caráter solucionista e salvacionista - focalizadas em ações individuais comportamentalistas, imersas em contextos recicláveis ditos sustentáveis.

A invariabilidade desse cenário empírico me motivou a fomentar a elaboração do PEA como proposta de trabalho para as escolas da rede estadual de ensino jurisdicionadas à SRE/Juiz de Fora como uma tentativa de contribuir para que as ações de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas pudessem apresentar um viés crítico frente a realidade observada nas Oficinas Construtivas dos ForEA. Nesse sentido, construí um *Roteiro para a elaboração de Projetos de Educação Ambiental*[33] que objetivava oferecer subsídios técnicos e metodológicos para a elaboração, por cada instituição de ensino, de um projeto pedagógico interdisciplinar que contemplasse um problema socioambiental enfrentado ou vivenciado pela comunidade escolar. As escolas, por sua vez, a partir das orientações contidas no

---

[32] Enquanto a multidisciplinaridade é entendida como uma prática em que cada componente curricular aborda temas comuns sob sua própria ótica colocando-se em paralelo, no tempo e no espaço escolar, diferentes modos de enfatizar determinada temática de forma cindida e alienada no interior da sociedade capitalista, a interdisciplinaridade pressupõe uma convergência de possibilidades pedagógicas centralizadas na dialogicidade e na criticidade intrínsecas a perspectivas coletivas de trabalho docente, contextualizadas entre os diferentes componentes curriculares, na busca pela compreensão de um determinado fenômeno social que, em contextos escolares, se transforma em objeto de estudo a partir da problematização de uma determinada situação através da qual desvela-se a realidade pelo caráter sistemático e integrado dos conhecimentos (Pires, 1998; Fiorin, 2008; Costa e Loureiro, 2017).

[33] Além dos referenciais teóricos referentes à perspectiva crítica de Educação Ambiental já mencionados, me embasei também em Moura e Barbosa (2006) para a definição dos tópicos do *Roteiro*. Explicações minuciosas a respeito podem ser encontradas em Spolaor (2017).

Roteiro e de alguns referenciais teóricos que foram disponibilizados pela SRE[34], elaboravam seus respectivos projetos e, ao longo do ano letivo, implementavam as ações propostas.

Desde seu início, e ao longo dos três anos em que foi implementado na SRE/Juiz de Fora, o PEA enfrentou uma série de objeções. Externamente, enquanto alguns/algumas Diretores/as Escolares não consideravam a relevância pedagógica da Educação Ambiental e não participavam do PEA alegando o envolvimento com outras demandas advindas da SEE/MG e da SRE, outros/as explicitavam com todas as palavras que não admitiam proposições marxistas nas escolas em que atuavam. Internamente foram inúmeras as recusas por parte da Superintendente da SRE/Juiz de Fora quanto às solicitações que fiz para que pudessem ser realizados momentos reflexivos de estudo com representantes de todas as escolas estaduais da jurisdição sobre os materiais disponibilizados através do PEA, uma vez que somente o encaminhamento destes via e-mail institucional havia sido autorizado pelo Gabinete da SRE, assim como foram diversas as críticas quanto à continuidade de minha permanência na Coordenação do PEA após exonerar o cargo de ANE e assumir o cargo de ANE/IE - muitas destas de caráter pessoal, pois a referida Coordenação não se encontrava vinculada a nenhuma função gratificada ou cargo comissionado, fato este que fez com que eu o coordenasse oficialmente no ano de 2015 e extraoficialmente nos anos de 2016 e 2017.

Ao longo dos anos, e são muitos anos, sempre procurei conhecer a dinâmica referente aos trâmites das Diretorias da SRE - DAFI, DIRE e DIPE, independentemente do meu local de atuação, tendo em vista que uma mesma demanda de trabalho, muitas vezes, perpassa setores específicos de cada uma delas. Aos poucos, o conhecimento adquirido me proporcionou condições de questionar e contrapor decisões adotadas internamente sem o devido respaldo legal por aqueles/as que ocupavam cargos comissionados mediante indicação político-partidária. Esta postura se intensificou ano após ano e, muitos sujeitos, principalmente aqueles a quem meus questionamentos eram dirigidos, não compreendiam que “discordâncias na condução de políticas públicas não significam desrespeito às pessoas que estão no lugar público, mas a explicitação democrática

[34] Os referenciais disponibilizados na ocasião consistiam em artigos de Carlos Frederico Bernardo Loureiro, um autor marxista que sempre me sensibilizou face à luta em defesa pela justiça socioambiental no âmbito da Educação Ambiental.

da divergência na busca pelo aprimoramento do que é de alcance público" (Loureiro, 2019, p. 150).

No início de 2016, sem qualquer promoção de diálogo prévio, a então Superintendente da SRE/Juiz de Fora atribuiu a Coordenação da Educação Ambiental para outra ANE, tendo apenas recebido a comunicação da decisão unilateralmente adotada.

Diante desta situação de assombro, justificada pela chefia apenas por eu ter assumido o cargo de ANE/IE, me propus a continuar atuando na Educação Ambiental sem que meu nome fosse evidenciado e, diante da aceitação desta proposta, avancei nos direcionamentos quanto às ações relacionadas ao PEA no âmago da SRE/Juiz de Fora nos anos de 2016 e 2017 através da condução oficial por outra servidora. Nunca me importei com essa invisibilidade, pois o que realmente me interessava era a possibilidade de construir as orientações que seriam encaminhadas às escolas baseadas em uma perspectiva crítica de Educação Ambiental, e não meramente conservacionista e pragmática[35]. Não obstante, esta invisibilidade consentida pela Superintendente da SRE/Juiz de Fora revelava, na verdade, que não havia qualquer preocupação com o fato do possível acúmulo de funções comprometer o desempenho de minhas atribuições enquanto ANE/IE, como ela alegava, visto que, nos proscênios, iria continuar dedicando-me da mesma forma ao PEA. Dia após dia o caráter democrático que envolveu a gestão da SRE em seus primeiros momentos no âmago do governo de Fernando Damata Pimentel, do Partido dos Trabalhadores - PT, transformou-se em diversas ações e decisões respaldadas por vias discricionárias não dialógicas que abrangiam, também, o Serviço de Inspeção Escolar, até que, por decisão própria, deixei de atuar na Educação Ambiental no âmbito da SRE/Juiz de Fora.

Apesar dessas relações englobarem exclusivamente a minha atuação profissional enquanto ANE/IE na SRE/Juiz de Fora, seus desdobramentos extrapolaram este espaço social e alcançaram relações acadêmicas que haviam sido construídas à base de muito respeito, muita consideração e, principalmente, muita admiração. Admiração esta que se fundamentava na veemente defesa pela construção de caminhos em que os direitos dos oprimidos, dos excluídos, dos silenciados e dos injustiçados fossem garantidos e respeitados. Admiração esta que

[35] Sobre as macrotendências da Educação Ambiental, ver Layrargues e Lima (2014) e Spolaor (2017).

se rompeu diante da defesa, em um momento de vida específico, por aqueles/as que se encontravam no poder oprimindo, excluindo, silenciando e injustiçando. O paradoxo enraizado na contradição entre os discursos assumidos frente a interesses distintos provocou rupturas que feriram minha alma diante da impossibilidade de olhar novamente para o outro com os mesmos olhos de antes.

A percepção peculiar desta vivência disruptiva fez com que, após três anos, eu deixasse de participar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental - GEA, da Faculdade de Educação da UFJF, cujo objetivo convergia para a promoção de estudos, pesquisas, atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre questões ambientais a partir dos referenciais teórico-epistemológicos do campo da Educação Ambiental Crítica. Ao longo desse lapso temporal, incontáveis foram os conhecimentos e as relações construídas que verdadeiramente contribuíram para a transformação da pessoa que eu era para a pessoa que hoje eu sou, conhecimentos e relações estas, significantes de um determinado momento de minha trajetória que, apesar do desenlace, levarei para sempre comigo.

Todavia, e em sentido oposto, quando penso em rupturas também me remeto àquelas que impactaram profunda e assertivamente meu modo de ver, pensar e sentir o mundo, sendo que, sem qualquer dúvida, o Curso de Mestrado na UFJF representou um desses movimentos transformativos. A análise de dois projetos de trabalho desenvolvidos pelas escolas da rede estadual da SRE/Juiz de Fora a partir do PEA configurou o objeto de estudo de minha Dissertação intitulada *O compromisso social da Educação Ambiental em contextos escolares: um processo de ressignificação de saberes e fazeres na construção de projetos socioambientais* (SPOLAOR, 2017), cujo objetivo era compreender os limites e as possibilidades pedagógicas vivenciadas pelas instituições de ensino quanto à problematização de conflitos e injustiças socioambientais a partir de três eixos temáticos de análise: a dimensão estrutural, a dimensão socioambiental e a dimensão participativa.

No que se refere à dimensão estrutural, o foco direcionou-se para a dinâmica que envolveu, tanto na SRE/Juiz de Fora quanto nas escolas, a construção, a disponibilização e a apropriação do *Roteiro*. Considerando o PEA enquanto uma política pública que poderia representar tentativas de conciliação de sentidos antagônicos mediante a supressão das diferenças intrínsecas em uma dada realidade social ao estabelecer o método através do qual as escolas deveriam se justapor (Macedo, 2016), a concatenação de indicadores metodológicos e

pedagógicos norteando a elaboração dos projetos de Educação Ambiental alicerçados em uma problematização socioambiental foram ponderadas através da diferenciação existente entre vieses técnicos e tecnicistas. Enquanto a apropriação de saberes técnicos pode ser compreendida como um compromisso social e político perante a socialização e a construção do conhecimento objetivando a transformação do *status quo*, o viés tecnicista embasa-se em uma visão reducionista proposta pelas classes dominantes no sentido de convergirem determinados fazeres em prol de seus próprios interesses no âmago da sociedade capitalista (Saviani, 2011). Assim sendo, mesmo distanciando-se do tecnicismo, foi imprescindível para a pesquisa a desconstrução da ideia de que o *Roteiro* seria capaz, por si só, de abarcar toda a complexidade tangente a abordagens interdisciplinares sobre problematizações socioambientais em contextos escolares, o que, de fato, pode ser verificado.

Em relação à dimensão socioambiental, a análise enfatizou o caráter político-educativo das problematizações propostas pelas escolas, em razão da perspectiva crítica de Educação Ambiental pressupor enfrentamentos aos posicionamentos pedagógicos hegemônicos, pois, ao correlacionarem os aspectos ecológicos aos sociais, descortinam-se as estruturas dominantes peculiares do padrão societário constituído pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente que subvencionam, profundamente, tanto a degradação da natureza quanto a degradação da condição humana, ambas materializadas socialmente em conflitos e injustiças ambientais (Costa e Loureiro, 2017). Entretanto, conforme observado, em contextos escolares há a predominância de uma Educação Ambiental que se reveste de determinada normatividade e neutralidade para reproduzir, de forma acrítica, despolitizada e a-histórica, a logicidade capitalista neoliberal. As ações de Educação Ambiental desenvolvidas pelos/as Professores/as em torno de um discurso de sustentabilidade que sobreleva, unicamente, questões ecológicas relacionadas à necessidade de reverter os quadros do esgotamento dos recursos naturais e da abundância de resíduos poluentes, reproduzem um reducionismo pedagógico e um esvaziamento sociopolítico que invisibilizam os conflitos e as injustiças sociais materializadas socialmente nos ganhos de poucos e nos custos de muitos frente à degradação ambiental (Foladori, 2001; Acselrad, 2010; Layrargues e Lima, 2014).

No que concerne à dimensão participativa, a reflexão baseou-se na ênfase atribuída pelas escolas às relações estabelecidas através de parcerias público-privadas que efetivam, em espaços públicos educacionais, preceitos político-econômicos neoliberais atrelados à noção capitalista de mercado que invisibilizam as condições desiguais de participação, de diálogo e de argumentação, fato este que evidencia as contradições, as injustiças e as violações de direitos fundamentais (Gandin; Lima, 2016; Menezes *et al.*, 2017). Quando sistemas e instituições de ensino enaltecem a contribuição de atores externos como única estratégia possível de renovação de suas capacidades educativas, há a minimização do protagonismo dos sujeitos que vivenciam cotidianamente os espaços escolares e, consequentemente, a perda das finalidades do caráter público da educação. Contraditoriamente, a perspectiva crítica de Educação Ambiental pressupõe práticas pedagógicas dinamizadoras de saberes e fazeres que vislumbram movimentos de intervenção contextual, através do empoderamento da própria comunidade escolar[36], capazes de romper com estratégias participativas cooptadas por interesses privatistas mercadológicos que reproduzem formas de dominação ideológica ao transformarem verdades particularistas em verdades universais, assim como de garantir que as relações sociais se pautem pelo respeito à diversidade cultural e pela busca da justiça social (Loureiro, 2007).

A pesquisa concluiu que, muito embora seja latente a preocupação dos/as educadores/as com a crise ambiental que se acirra na contemporaneidade, a crise socioambiental que assola comunidades economicamente desfavorecidas não adquire visibilidade nos espaços escolares. No âmago de um processo de ensino e aprendizagem conteudista e transmissivo que não problematiza realidades contextuais, de abordagens multidisciplinares compreendidas como se interdisciplinares fossem e de ações comportamentalistas e atitudinais que entendem o coletivo a partir do somatório de ações individuais, as escolas desenvolvem práticas pedagógicas de Educação Ambiental destituídas de reflexividade sociopolítica que configuram visões de mundo antropocêntricas, homogeneizadas e dicotomizadas no que tange às relações que se constituem, e que são constituídas, entre sociedade e natureza, dificultando ações educativas

[36] Para Loureiro (2007, p. 161), “a prática emancipatória se define pela ação e construção dialógica *com* o outro e não *pelo* outro, *para* o outro ou *sem* o outro; em que este outro se coloca e, de fato, está em condições igualitárias de conhecer, falar, se posicionar, decidir e ter o justo acesso ao patrimônio cultural que a humanidade gerou até aqui”.

voltadas para a complexificação de conflitos e injustiças socioambientais intrínsecas ao *modus operandi* do modo de produção capitalista neoliberal (Guimarães, 2012).

Considerando esta conjuntura, foi possível inferir que os limites, não intransponíveis, mas que entorpecem ressonâncias da perspectiva crítica de Educação Ambiental nos contextos escolares, são delineados pela racionalidade hegemônica das classes dominantes que, ao defenderem os interesses do capital, impregna os mais diversos setores da sociedade, inclusive, e sobretudo, os espaços onde há presença massiva das classes subjugadas, como as escolas públicas. Entretanto, observou-se que o empenho autêntico que move os/as educadores/as em prol da defesa do meio ambiente consiste em uma força-motriz que pode ser potencializada através de processos formativos capazes de enfrentar a hegemonia posta. Estes, ao se configurarem em estratégias capazes de direcionar a prática pedagógica em sentido oposto à ingenuidade e à passividade subjacentes à compressão simplista e reduzida da realidade socioambiental, desenvolvendo aspectos cognitivos necessários para a construção social de novos conhecimentos e novas alternativas que façam frente às determinações da sociedade capitalista neoliberal, transformam-se em uma oportunidade *sui generis* de compreensão do decurso da crise ecológica como decorrência do decurso de uma crise que petrifica relações sociais e desumaniza seres humanos.

Sobre a atuação no Serviço de Inspeção Escolar

Iniciei minha atuação no Serviço de Inspeção Escolar no ano de 2015[37], ano este que se tornou um marco em minha vida por diferentes motivos: a ruptura na sucessão de Governos Estaduais de centro-direita no Estado de Minas Gerais com o início de uma gestão de um Governo de esquerda - ou, que deveria ser de esquerda pela ideologia intrínseca ao PT, que também havia conquistado - por vias legítimas e democráticas, as eleições presidenciais de 2014, com a reeleição de

[37] Apesar de continuar desenvolvendo minhas atividades laborativas na SRE/Juiz de Fora, minhas atribuições foram totalmente ressignificadas. Enquanto ANE, todo o meu tempo era dedicado exclusivamente para a coordenação e implementação de programas e projetos voltados para questões pedagógicas com foco nas escolas da rede estadual, conforme explicitado anteriormente. Enquanto ANE/IE, todo o meu empenho foi redirecionado e ampliado para questões administrativas, financeiras e pedagógicas abrangendo as escolas das redes estadual, municipal e privada vinculadas ao Setor de Inspeção Escolar sob minha responsabilidade, sendo que o acompanhamento sistemático - sob os aspectos técnico e legal - de múltiplos processos institucionais de orientação e de regularização evidenciava - de forma muito expressiva, a complexidade do campo de atuação frente à diversidade de demandas no trabalho desenvolvido em seu cotidiano.

Dilma Rousseff, nos permitindo a esperança - neste primeiro momento, de vivenciar um alinhamento político entre os Governos Federal e Estadual; a indicação democrática - pela primeira vez na história, pelos/as próprios/as servidores/as da SRE/Juiz de Fora, de uma ANE efetiva para assumir o cargo de Superintendente, uma vez que, até então, este era ocupado exclusivamente por indicações político-partidárias, tendo sido ratificada pelo Governo do Estado e considerada, à época, uma conquista incomensurável diante das iniquidades experienciadas por diversas pessoas na gestão anterior; a autorização para coordenar a Educação Ambiental na SRE/Juiz de Fora, em razão da proposta de reorganização da DIVEP, integrante da DIRE, em eixos de trabalho pedagógico, uma aspiração que há muito pretendia mas que, até então, havia-me sido negada pela gestão anterior; a aprovação no Curso de Mestrado na UFJF, um sonho que realizava após algumas tentativas frustradas pelas quais agradeço imensamente, pois, se tivesse ingressado em qualquer outro momento anterior a este, certamente a Educação Ambiental não teria se configurado em meu objeto de estudo; e a exoneração do cargo de ANE, onde acreditava ter encontrado certa realização profissional, para assumir o cargo de ANE/IE, cujo maior incentivo foi, sem dúvida, a questão salarial, uma vez que a este cargo atribui-se a melhor remuneração dentro dos quadros da SEE/MG devido à dedicação exclusiva a ele inerente.

Em seus primórdios, final do século XIX e início do século XX, o Serviço de Inspeção Escolar apresentava um caráter exclusivamente fiscalizador, inclusive sobre condutas morais[38]. Quase cento e cinquenta anos depois, o Serviço de Inspeção Escolar ainda é considerado em documentos oficiais, a exemplo do

[38] Tal fato pode ser observado no registro de um Inspetor, datado de 1901, sobre o comportamento de uma professora no distrito de Sarandy, município de Juiz de Fora, em Minas Gerais: *"a respeito do procedimento moral dessa professora tive más informações, que me foram ministradas verbalmente por um cavalheiro seu conterrâneo, casado com uma sua parenta. (...) Disse-me o cavaleiro (...) que esta parenta de sua mulher, hoje professora do Sarandy (...) e que em casa de seu próprio pai, depois de desvirginada, por um médico, viveu em estado de quase mancebia como amante (...). Que depois disto amasiou-se com outro padre. (...) Que a professora acompanhou o padre a Ouro Preto, a pretexto de estudar na Escola Normal daquela cidade, e que dele teve ali um filho. Que ainda acusado por ele de informante, retirou-se o padre com a sua amasia de Ouro Preto para Barbacena, e desta cidade para São João Del-Rei, onde ela fez exames e se habilitou para o exercício do magistério. Que em todas essas localidades o padre ou fazia passar, ora por este, ora por aquele próximo parentesco, e assim justificou a proteção e o interesse dispensado à professora. (...) E efetivamente esta moça foi nomeada professora por intermédio do íntegro senador Dr. Agostinho Cortes, em cujo município o padre mora, perante quem, como também no Sarandy, se faz passar por irmão natural dela. (...) Forneço estas notas à Secretaria e ela ordenará o que devo fazer"* (Silva, 2012, s.p.).

Parecer nº 627/2002 (Minas Gerais, 2002, s.p.), como "*os olhos e os ouvidos do Poder Público na escola"*, expressão comumente utilizada por representantes de instâncias hierarquicamente superiores da SEE/MG. Discursos legislados como este revelam intencionalidades de perpetuação do caráter fiscalizador do Serviço de Inspeção Escolar quanto ao atendimento de interesses político-partidários através da constituição de uma autoridade ancorada nas atribuições do cargo de ANE/IE[39] cuja atuação se projeta sobre todas as dimensões da gestão escolar.

Todavia, torna-se crucial reconhecer que a complexidade que envolve hoje o Serviço de Inspeção Escolar devido às diversas e às diferentes demandas de trabalho em que o/a ANE/IE precisa atuar de forma protagonista, ao mesmo tempo que reforça estruturas regulatórias que objetivam normatizar, conduzir, sustentar e reproduzir intencionalidades capitalistas neoliberais inerentes a lógicas performativas e gerencialistas de determinadas políticas ditas públicas - mas que apresentam caráter estritamente privatizante, engendra práticas sociais produtoras de saberes e fazeres intrínsecos à heterogeneidade constituinte do dinamismo que permeia o cotidiano da escola pública em sua luta ininterrupta pela efetivação de direitos dos/as cidadãos/cidadãs, sejam estes/as servidores/as, sejam estes/as alunos/as. Considero que esse movimento dialético que se encontra no âmago de um processo de construção, desconstrução e reconstrução de sentidos e de significados para o Serviço de Inspeção Escolar é fruto das transformações históricas vivenciadas pelo país definidoras dos interesses político-educacionais a serem implementados em cada momento contextual com impactos profundos na atuação do/a ANE/IE, a exemplo do golpe militar de 1964; do movimento das Diretas Já; da promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988); da eleição de um metalúrgico para a Presidência da República em 2002, reeleito em 2006 pelo PT; da eleição da primeira mulher para a Presidência da República em 2010, reeleita em 2014 também pelo PT; da ruptura democrática revestida em um golpe político, parlamentar, jurídico, judicial, econômico, midiático, institucional e misógino configurado em 2016 no *impeachment* da Presidenta eleita; da eleição em 2018 de um representante nato da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e

[39] As atribuições do/a ANE/IE são estabelecidas na Lei nº 15.293/2004 (Minas Gerais, 2004); na Resolução CEE nº 457/2009 (Minas Gerais, 2009); na Resolução SEE nº 3.428/2017 (Minas Gerais, 2017); e na Resolução SEE nº 4.487/2021 (Minas Gerais, 2021).

neofascista[40] para a Presidência da República pelo Partido Social Liberal - PSL, assim como de seu simpatizante para o Governo do Estado de Minas Gerais pelo NOVO; da reeleição em 2022 daquele mesmo metalúrgico para a Presidência da

[40] Assim como Bobbio (2022, p. 4), compreendo "a distinção entre direita, centro-direita e extrema direita como variações político-ideológicas de um *continuum* tal qual ocorre com esquerda, centro-esquerda e extrema esquerda". Embora o autor reconheça determinadas aproximações teleológicas entre direita e centro-direita no que se refere a finalidades e propósitos - sobretudo em questões inerentes ao neoliberalismo e ao neoconservadorismo, a instrumentalização do uso da violência em suas mais diversas facetas consiste em um recurso que as diferenciam da extrema direita. Nesta última, em razão da agressividade radicalizada que lhe é intrínseca, exterioriza-se um caráter reacionário voltado para a degradação e a destrutividade social. Em um contexto fortemente marcado pelas manifestações de um capitalismo em crise, destacam-se, entre outros elementos, as ofensivas neoconservadoras e neoliberais. As primeiras prescrevem reações hostis aos movimentos que contestam a ordem social imposta pelo capitalismo neoliberal, bem como os valores tradicionais familiares e religiosos, no âmago de uma sociabilidade profundamente marcada pela cultura da violência e pela insegurança econômica e social. Nesse quadro, atribui-se à moralidade a responsabilidade pela degradação da vida social, naturalizando-se o irracionalismo da reificação das relações sociais, o que contribui para o ocultamento das determinações socioeconômicas e possibilita apelos à ordem coercitiva, repressora e intolerante. As ofensivas neoliberais, por sua vez, preconizam o mercado - materializado na irracionalidade do capital financeiro como agente orientador das sociabilidades cindidas e aliciador de subjetividades devastadas em um processo de acirramento das desigualdades e das injustiças sociais intensificado pela desmedida concentração de riquezas. Nesse cenário, Mattos (2022) esclarece de maneira particularmente elucidativa a contemporaneidade do caráter neofascista da extrema direita, evidenciando a importância de apreender tanto os pontos de interseção quanto os de dissensão entre seus posicionamentos e discursos políticos reacionários e o fascismo do início do século XX. Diversos autores têm evidenciado a amálgama reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista que caracteriza a extrema direita contemporânea. Tal configuração manifesta-se em movimentos, partidos e lideranças que atuam na arena parlamentar e institucional a partir dos aportes do capital financeiro e dos engodos que mobilizam uma base social complexa e heterogênea sustentada por um *corpus* ideológico ordinário e difuso. Entre suas expressões destacam-se: o culto a ações voltadas à abolição violenta do Estado Democrático de Direito; a redução da ideia de sociedade à mera aglomeração de indivíduos; a defesa de políticas neoliberais cada vez mais austeras, parasitárias, especulativas e ultrafinanceirizadas; a negação do pluralismo sociopolítico; a construção quimérica de inimigos a serem exterminados; o enaltecimento de um nacionalismo xenófobo e fundamentalista, marcado por componentes racistas, misóginos, LGBTfóbicos e aporofóbicos; o agenciamento político e digital de afetos tristes, frustrados, odiosos, invejosos, angustiados e amedrontados com vistas à cooptação de subjetividades devastadas pelo capitalismo neoliberal; e a difusão de um léxico pautado pela dissonância cognitiva e pela inversão informacional. Esse processo opera por meio da recusa à razão, à reflexão e à contradição, permitindo a circulação de narrativas completamente apartadas de qualquer compromisso com a realidade - nas quais a Terra pode ser plana, a escravidão pode ser tolerada, o nazismo pode ser de esquerda, o liberalismo pode ser compatível com a ditadura, a democracia pode ser autoritária, o conservador moderado pode ser comunista, a emergência climática pode ser interpretada como um complô marxista e a vacinação pode transformar pessoas em jacaré (Barroco, 2015; Barros, 2020; Bobbio, 2022; Boito Júnior, 2020; Lazzarato, 2019; Löwy, 2019; Lynch, 2023; Lynch e Cassimiro, 2022; Mattos, 2022; Melo, 2020; Stédile, 2024).

República pelo PT e do mesmo representante da direita neoliberal e neoconservadora para o Governo do Estado de Minas Gerais pelo NOVO[41].

Especificamente em relação à SRE/Juiz de Fora, fui a primeira ANE/IE a assumir um cargo efetivo após muitos anos sem nomeações por concurso público em virtude da excedência de profissionais além do comporta estabelecido pela SEE/MG[42]. Assim sendo, no ano de 2015 me tornei uma ANE/IE que passou a integrar uma equipe congruente e coesa em torno de saberes e fazeres - muitos deles conservadores, a respeito de uma determinada concepção do que consistia ser Inspetor/a Escolar. Desde o início meus posicionamentos dissonaram dos demais, principalmente por entender o Serviço de Inspeção Escolar a partir de preceitos problematizadores e dialógicos e não hierarquicamente impositivos. À medida que meu conhecimento teórico sobre os aparatos legais que embasam a atuação cotidiana dos/as ANE/IE se consolidava, mais intensa se tornava minha criticidade frente a supostos desrespeitos aos princípios constitucionais que regem - ou deveriam reger, a administração pública[43], sendo que tais posicionamentos sempre perpassavam casos concretos envolvendo tanto a garantia de direitos legalmente estabelecidos para os membros da comunidade escolar quanto a garantia de uma gestão verdadeiramente democrática no âmbito das escolas da rede estadual e da SRE/Juiz de Fora[44].

---

[41] Kosik (1969) nos leva a refletir sobre as mediações dialéticas existentes entre a particularidade de uma dada realidade e a totalidade histórica que estrutura objetivamente o mundo social a partir das determinações do modo de produção capitalista, determinações estas com impactos em todas as esferas da vida social, inclusive a política.

[42] Em 2012, quando a SEE/MG estabeleceu um comporta de 20 (vinte) ANE/IE para a SRE/Juiz de Fora, havia 45 (quarenta e cinco) ANE/IE efetivos, sendo que a redução deste quantitativo até o comporta estabelecido se efetivou somente via processos de aposentadoria - fenômeno este que ocorreu de forma célere e sequencial já que grande parte desses cargos foram ocupados mediante concursos públicos realizados em um curto lapso temporal nas décadas de oitenta e noventa.

[43] No artigo 37 da Constituição da República (Brasil, 1988) consta o seguinte: *"A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)"*.

[44] Importante ressaltar que, muitas vezes, o/a ANE/IE se vê compelido a executar determinações legais que contrariam suas convicções pessoais considerando os efeitos adversos que tais medidas produzem na comunidade escolar. Nestas ocasiões, através da AMIE, o/a ANE/IE pode acionar outras instâncias, incluindo o Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, no esforço de reverter decisões que considera ilegais ou prejudiciais ao interesse coletivo, a exemplo da prática de fechamento de turmas nas escolas devido à redução do número de alunos/as ao longo do ano letivo, do processo de municipalização das escolas estaduais que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental, da tentativa de privatização da educação pública através da transferência da gestão pública das escolas

Poucos anos depois essa criticidade ultrapassou a prática cotidiana enquanto ANE/IE e, pela primeira vez, me empenhei ao máximo para motivar diversos colegas de trabalho - com atuação em diferentes SREs, a aderirem ao movimento grevista convocado pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - SindUTE e apoiado pela Associação Mineira dos Inspetores Escolares - AMIE no ano de 2020, fortalecendo a luta coletiva pela concretização de direitos trabalhistas até então negligenciados e, sobretudo, renegando hierarquias que, historicamente, insistiam em posicionar o/a ANE/IE como se não integrasse a classe dos/as trabalhadores/as em educação. A adesão dos/as ANE/IE iniciou-se muito timidamente, mas, aos poucos, esses contornos se expandiram e sinto um orgulho imenso de ter contribuído com essa ruptura no Serviço de Inspeção Escolar, pois, até então, era inadmissível a ideia de um/a ANE/IE aderir a um movimento grevista. Para além das mobilizações diárias realizadas de modo privado com colegas de trabalho conhecidos/as e desconhecidos/as de todo o Estado, escrevi uma carta/convite que, à época, foi amplamente compartilhada em diferentes redes sociais[45].

Infelizmente essa luta foi interrompida pela pandemia provocada pela Covid-19 e as medidas necessárias de isolamento social, contudo, a mobilização de diversos ANE/IE com atuação em todo o Estado de Minas Gerais inseriu-se em um contexto de enfrentamentos protagonizados por muitos trabalhadores/as em educação ao longo da história, história essa na qual me reconheço hoje enquanto educadora e cidadã. Devido a esse caráter contínuo da conscientização sobre o lugar social que cada ANE/IE ocupa no âmbito da educação pública mineira, novamente houve uma adesão muito significativa ao movimento grevista convocado pelo SindUTE e apoiado pela AMIE no ano de 2022 e, desta vez, apesar da vitória obtida pelo movimento ao transformar em lei, via Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG, as reivindicações pelas quais lutava[46], o Governador Romeu Zema - NOVO judicializou junto ao Supremo Tribunal Federal - STF todas as conquistas

---

estaduais para Organizações da Sociedade Civil - OSCs e do processo de militarização das escolas estaduais por meio da imposição de um modelo de gestão cívico-militar que associa práticas e valores marcados por instituições militares à rotina escolar.

[45] APÊNDICE A.

[46] Lei nº 24.035/2022 (Minas Gerais, 2022).

obtidas pelos/as trabalhadores/as ao longo da história da educação mineira tangentes ao pagamento do Piso Salarial Nacional Profissional[47].

O NOVO, um partido da direita neoliberal e neoconservadora que, desde seus primórdios, defende o livre mercado, incentiva a geração de riqueza pelo indivíduo, articula a privatização dos mais diversos setores públicos, apoia o neoconservadorismo e o neofascismo intrínsecos à ideologia de outros partidos como o PSL e o Partido Liberal - PL[48] e, para minha desventura, elege o primeiro governador no Brasil justamente em Minas Gerais, governador este que, ao ser reeleito em primeiro turno em 2022, deixou explícita a tendência conservadora do Estado[49]. Diante do resultado das eleições de 2018 tanto em nível federal quanto em nível estadual, tive certeza da desdita que envolveria a minha vida. E assim foi. Todas as ofensivas que desrespeitavam os princípios constitucionais da administração pública e visavam destruir o sentido público de educação encontraram em mim, enquanto ANE/IE, a resistência a esses interesses político-educacionais no âmbito da SRE/Juiz de Fora. E não foram poucas as situações em que me posicionei de forma contrária aos autoritarismos, às unilateralidades, às perseguições, às ameaças, às censuras e às opressões que estavam postas naquele espaço institucional através de uma gestão que entendia, assim como o governo federal e o governo estadual, que o público estava a serviço de interesses privados[50]. Tanto que tais enfrentamentos se tornaram alvo da propositura de um Termo de Ajustamento Disciplinar - TAD no ano de 2020, cujo aceite foi veementemente negado por mim devido às acusações infundadas nele contidas e, diante desta escolha, muito consciente em si sobre a verdade dos fatos, da instauração, em meu desfavor, do Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 29/2021, todo configurado a partir de acusações injustas, inverídicas e

---

[47] Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.145 / Minas Gerais.

[48] Ambos os partidos abrigaram as candidaturas de Jair Messias Bolsonaro nos anos de 2018 e 2022, respectivamente.

[49] Para mais informações sobre o Partido Novo: <https://novo.org.br/novo/conheca/>.

[50] As relações se tornaram tão insustentáveis que precisei recorrer ao MPMG com manifestações que provocaram o ajuizamento de duas ações no Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG: uma ação civil de improbidade administrativa e dano ao erário registrada sob o nº 5022590-64.2021.8.13.0145, com sentença condenatória em 1ª instância publicada em 17 de setembro de 2024 e em 2ª instância publicada em 26 de janeiro de 2026 e uma ação penal de crime contra a fé pública e falsidade ideológica registrada sob o nº 5023024-53.2021.8.13.0145, ainda em curso.

explicitamente persecutórias, ao que tudo indica, perseguição de cunho político[51], cujos trâmites atravessaram os anos de 2021 a 2022.

Ao longo de ambos os processos, foi extremamente difícil compreender que, mesmo após 22 (vinte e dois) anos de vida dedicados profissionalmente à SEE/MG, minha voz não possuía qualquer valor, pois não importava o que eu dizia, não importava as comprovações documentais e testemunhais que eu apresentava, tudo e todos/as eram simplesmente desconsiderados. Desde o início se fez insofismável que a verdade dos fatos não importava para o Núcleo de Correição Administrativa - NUCAD da SEE/MG e sim a minha punição pelos enfrentamentos que realizei envolvendo pessoas ocupantes de cargos comissionados na SRE/Juiz de Fora durante a gestão do NOVO, como o foi. Antes da publicação da penalidade de repreensão no Diário Oficial de Minas Gerais de 08 de dezembro de 2022, como resultado do PAD nº 29/2021, penalidade esta indevida por se fundamentar em questões desprovidas de qualquer amparo legal, já havia solicitado remoção para a SRE/Carangola com início do exercício no ano de 2023 devido a degradação de minhas condições de trabalho, os atentados contra meus direitos e minha dignidade e o comprometimento de minha saúde e de meu desenvolvimento profissional. Ao que tudo indica, o ocorrido não se mostrou suficiente para o NOVO e no dia 25 de agosto de 2023 foi publicado no Diário Oficial de Minas Gerais o PAD nº 78/2023, também em meu desfavor, em cristalina continuidade persecutória, evidenciando, com uma outra roupagem, os mesmos sujeitos e os mesmos supostos elementos probatórios do primeiro PAD, de forma explicitamente ilegal, inclusive, devido aos vícios processuais nele contidos[52]. Novamente senti na pele o *modus operandi* do

---

[51] Até a publicação do Despacho de Indiciamento no dia 01 de junho de 2022, das 9 (nove) acusações iniciais constantes no PAD nº 29/2021, consegui descaracterizar 5 (cinco), restando ainda 4 (quatro) acusações configuradas integralmente por subjetividades e desvirtuamentos da realidade. Dentre estas, destaco a acusação *"por deixar de obedecer as ordens de suas chefias"*, sendo que, no documento supramencionado, tal acusação se fundamenta na materialidade do e-mail de 14 de agosto de 2019, às 18h59, que encaminhei para o Gabinete da SRE/Juiz de Fora solicitando à minha chefia imediata autorização para usufruir férias regulamentares em determinado período do ano. Mesmo constando em minha Defesa Prévia o e-mail do Gabinete da SRE/Juiz de Fora de 16 de agosto de 2019, às 16h, contendo a autorização expressa de minha chefia imediata para a solicitação que eu havia feito, tal fato foi totalmente desconsiderado pela Comissão Processante que, por incrível que pareça, vislumbrou descumprimento de ordem no caso em pauta.

[52] No que diz respeito ao PAD nº 78/2023, o desejo do NOVO em continuar com a ação persecutória em relação a mim foi tão nítido que a portaria de publicação do referido processo foi publicada no Diário Oficial de Minas de Gerais no dia 24 de agosto de 2023, ou seja, antes da finalização do procedimento conciliatório nos termos determinados pelo

NOVO, pois, mesmo diante de outra Comissão Processante, tudo o que eu dizia e comprovava de forma material e testemunhal, inclusive mediante apresentação de atestados médicos, era completamente desconsiderado, uma vez que, mesmo sem apresentação de nenhum tipo de comprovação documental, somente os relatos das denunciantes tinham credibilidade. Como esperado, o resultado foi a penalidade de suspensão de 30 (trinta) dias publicada no Diário Oficial de Minas Gerais de 10 de julho de 2025 - 30 (trinta) longos dias sem trabalhar e sem proventos receber, tendo sido este resultado objeto da Ação Anulatória do PAD nº 78/2023 junto ao TJMG sob o nº 5002995-76.2025.8.13.0133 com sentença em 1ª instância publicada no dia 26 de setembro de 2025 determinando a anulação do referido PAD e de todos os seus efeitos legais e administrativos.

Mesmo diante da tentativa cruel de silenciar minha voz devido aos enfrentamentos que fiz em defesa da garantia dos princípios constitucionais que regem a administração pública, a fiz ressoar com toda a intensidade possível no âmbito do Programa Jovem de Futuro - PJF. Sem qualquer tipo de diálogo com os/as ANE/IE, quer seja via SRE ou via AMIE, e sob o invólucro discursivo de uma suposta valorização profissional, a partir do ano de 2019 a SEE/MG, sob a gestão do NOVO, através de uma parceria público-privada[53] firmada com o Instituto Unibanco / Banco Itaú, tornou obrigatória a atuação protagonista do/a ANE/IE no monitoramento das escolas durante a implementação do PJF nas escolas de Ensino Médio da rede estadual de Minas Gerais[54]. Trabalhar em meio à ressignificação do Serviço de Inspeção Escolar a partir da imposição de preceitos privatistas da educação pública sempre me afetou de forma extremamente dolorosa, no entanto, experienciava um momento de vida no qual as entranhas do capital não mais se apoderavam de minha consciência como em momentos outros e, desde o início, atuei no PJF com o propósito de explicitar as verdadeiras intencionalidades de um

---

Decreto Estadual nº 47.528, de 12 de novembro de 2018, revelando, de modo inequívoco, a estrita desconsideração das normas instituídas pela própria Administração Pública.

[53] Reflexões sobre as parcerias público-privadas no âmbito da educação pública são realizadas no subcapítulo 3.2. *O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: interfaces político-pedagógicas entre a imposição da racionalidade neoliberal e a construção de horizontes emancipatórios.*

[54] O *"Extrato de Acordo de Cooperação"* publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 07 de agosto de 2019 é apresentado no subcapítulo *3.2. O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: interfaces político-pedagógicas entre a imposição da racionalidade neoliberal e a construção de horizontes emancipatórios.*

banco privado ditar como se faz educação pública no interior da própria escola pública.

Desde os primórdios de sua implementação, a realidade do Serviço de Inspeção Escolar, no que diz respeito às complexidades intrínsecas ao cotidiano profissional dos/as ANE/IE[55], foi completamente desconsiderada pelo PJF frente às exigências - quase cominadoras, de cumprimento das ações compulsórias dentro dos prazos impostos pelo Calendário do Circuito de Gestão - CdG, uma aparente metodologia que determinava a atuação e a responsabilização de diversos atores do setor público da SEE/MG, das SRE e das escolas estaduais de Ensino Médio na execução das ações pensadas e estabelecidas por atores do setor privado do Instituto Unibanco / Banco Itaú. Dentre estas, destaco, neste momento, a realização das Visitas Técnicas[56] que o/a ANE/IE realizava compulsoriamente com a Dupla Gestora (Diretor/a Escolar e EEB) e com o Grupo Gestor (Diretor/a Escolar, EEB, representantes de Professores/as, de alunos/as e de membros da comunidade escolar) das escolas estaduais de Ensino Médio do Setor de Inspeção Escolar sob sua responsabilidade. A intenção desses momentos coletivos consistia em propagar para os sujeitos envolvidos os preceitos constitutivos do PJF via CdG, a saber, a idealização deificada de que a interconexão entre a pactuação de metas, o planejamento, a execução, a avaliação de resultados, o compartilhamento de práticas e a correção de rotas - concretizada através do desenvolvimento e do monitoramento do Plano de Ação da escola[57], seria capaz de construir “uma

---

[55] No desenvolvimento de suas atribuições legais, conforme consta na Lei nº 15.293/2004 (Minas Gerais, 2004), os/as ANE/IE precisam atuar *in loco* para verificar diversas situações vivenciadas pelas escolas, registrando todas elas em relatórios próprios de acordo com a natureza de cada caso concreto, além de dedicar-se à análise de diversos dados sistematizados e de diversos documentos para garantir que os membros da comunidade escolar tenham seus direitos assegurados, a exemplo da remuneração dos/as servidores/as contratados/as em cargo vago ou em substituição que só é processada a partir da validação, pelo/a ANE/IE, dentro do prazo mensal improrrogável definido e divulgado anualmente pela SEE/MG.

[56] As Visitas Técnicas consistiam em reuniões realizadas pelos/as ANE/IE com a Dupla Gestora (Diretor/a Escolar e EEB) e com o Grupo Gestor (Diretor/a Escolar, EEB, representantes de Professores/as, de alunos/as e de membros da comunidade escolar) de cada escola estadual de Ensino Médio do Setor de Inspeção Escolar sob sua responsabilidade.

[57] A visão, a missão, os pilares, os valores, os objetivos estratégicos e os projetos prioritários da gestão pedagógica, da gestão de rede, da gestão de pessoas e da gestão de infraestrutura postos pelo IU direcionavam a elaboração do Plano de Ação da escola que, por sua vez, consistia na identificação de problemas - prévia e externamente estabelecidos, para a definição de eixos de atuação e público alvo, a indicação de produtos e resultados esperados e a descrição de ações e tarefas a serem realizadas pelos/s próprios/as

educação pública de qualidade por meio de um modelo sustentável de avanço contínuo da gestão escolar com foco em resultados”[58].

Em todas as etapas supramencionadas do CdG, a atuação do/a ANE/IE, norteada pelos manuais neotecnicistas[59] produzidos pelo PJF, consistia em difundir conceitos da ideologia neoliberal intrínsecos ao contexto atual de reestruturação capitalista que, por sua vez, considera que a maximização do bem estar social - e humano, só pode ser obtida através do enquadramento de “todas as ações humanas no domínio do mercado” (Harvey, 2012, p. 13), dentre as quais a educação assume lugar de destaque para os interesses do capital (Freitas, 2012). Sob a lógica de que a qualidade da educação pública deve se pautar em parâmetros privados empresariais gerencialistas, o que verdadeiramente interessa para o PJF é inculcar princípios, valores e comportamentos mercadológicos nos sujeitos que vivem cotidianamente o público - em sua grande maioria, filhos/as da classe trabalhadora e dos segmentos subalternos dessa classe, produzindo “indivíduos empreendedores, ávidos por tirar proveito das situações e oportunidades de lucro e dispostos a entrar no processo permanente da concorrência, orientados por seus interesses individuais e egoísticos” (Souza e Piolli, 2022, p. 7).

Ciente de tais intencionalidades, mesmo diante da obrigatoriedade de atuar de forma protagonista na implementação do PJF nas escolas estaduais de Ensino Médio do Setor de Inspeção Escolar sob minha responsabilidade, em momento algum, nos espaços coletivos de discussão pedagógica viabilizados pelas Visitas Técnicas, me permitir ser um mero instrumento de reprodução da hegemonia dos interesses e das necessidades da classe economicamente dominante aqui representada pelo Instituto Unibanco / Banco Itaú. Dialeticamente, sempre considerei esses momentos como uma fissura que poderia tensionar as próprias deliberações do PJF, pois, se essas Visitas Técnicas foram pensadas, *a priori*, como uma estratégia para incutir na comunidade escolar modos de pensar e de agir prescritos por uma performatividade privatista, as mesmas Visitas Técnicas foram por mim utilizadas como uma tentativa de construção de outros modos de pensar e

---

educadores/as em observância ao rígido cronograma constante do Calendário do PJF, instituído de maneira unilateral.

[58] Disponível em <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro>. Acesso em: 19 mar. 2022.

[59] Para Freitas (2012, p. 383), o neotecnicismo consiste em uma “racionalidade técnica” que “se estrutura em torno de três grandes categorias elevadas à condição de pilares da educação contemporânea: responsabilização, meritocracia e privatização”.

de agir fundamentados nos pressupostos freireanos da concepção libertadora da educação - enquanto esforço de transformação da realidade objetiva, e em contraposição à concepção bancária da educação - enquanto instrumento legitimador da opressão (Freire, 1987).

A cada Visita Técnica do PJF, nas relações dialógicas que se constituíam com o outro, para além do estabelecido nas diferentes etapas do CdG, refletíamos sobre um capítulo da obra *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1987) ou da obra *Pedagogia da Autonomia* (Freire, 1996) que apresentasse algum elemento disruptivo sobre o que era posto naquele momento e, desta forma, eram desconstruídas as narrativas discursivas impressas nos manuais neotecnicistas do PJF que objetivavam fazer prevalecer a gestão por resultados sobre a gestão democrática, a lógica de competências sobre a lógica de conhecimentos, o tecnicismo sobre a reflexão crítica, a eficácia sobre a ética. Reconheço a limitação desta atitude diante do universo de escolas abrangidas pelo PJF em Minas Gerais e no Brasil, no entanto, aqueles poucos sujeitos que pensaram coletivamente a educação pública na perspectiva freireana conseguiram problematizar a realidade por eles vivenciada frente aos ditames do Instituto Unibanco / Banco Itaú que, no ápice de sua arrogância, entendia que toda a complexidade que envolve o Ensino Médio ofertado pelas escolas públicas resumia-se a uma mera questão metodológica cuja plataformização consistia na solução supostamente suficiente.

Importante ressaltar que, em Minas Gerais, sob a gestão insólita do NOVO, a implementação do PJF configurou-se a partir de idiossincrasias, ao que tudo indica, até então inexistentes nos demais estados brasileiros nos quais o programa se fez presente.

A primeira diz respeito aos sujeitos envolvidos no monitoramento das escolas. Em diversos outros estados da federação que firmaram parceria público-privada com o Instituto Unibanco / Banco Itaú[60], era garantida a contratação de um/a especialista para responsabilizar-se exclusivamente pelo monitoramento de um determinado conjunto de escolas no que diz respeito às diversas etapas do CdG. Acontece que, em Minas Gerais, a SEE/MG disponibilizou servidores/as públicos/as para o IU, ou seja, os/as ANE/IE, imputando-lhes, para além de todas as

[60] São eles: Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

suas atribuições legais, a responsabilidade por tal monitoramento sem o dispêndio de qualquer incentivo financeiro. Desta forma, constituía-se um cenário no qual servidores/as públicos/as, remunerados/as com dinheiro público, compulsoriamente prestavam serviços para uma instituição privada.

A segunda refere-se às orientações para a elaboração do Plano de Ação da escola. De acordo com o IU, as escolas deveriam construir o seu respectivo Plano de Ação a partir das ações que a própria escola já desenvolvia, tanto por determinação da SEE/MG, quanto por iniciativa da instituição de ensino, ou seja, o Plano de Ação da escola do PJF deveria apresentar-se como um aglomerado de ações já existentes no ambiente escolar. Tais orientações demonstravam que o PJF não objetivava contribuir para que os problemas vivenciados pelas escolas fossem realmente problematizados no âmago de um processo de reflexão crítica direcionada para a construção coletiva de ações voltadas para a realidade local, e sim beneficiar-se e promover-se, a partir da publicidade da consolidação de dados estatísticos obtidos a partir do trabalho desenvolvido pelas escolas, como se os resultados, quando satisfatórios, só pudessem ter sido alcançados graças à metodologia do CdG.

A terceira diz respeito à disponibilização de recursos financeiros para as escolas, pelo Instituto Unibanco / Banco Itaú, objetivando o desenvolvimento de seus respectivos Planos de Ação. Tendo em vista que a orientação consistia em construir o referido Plano de Ação apenas mediante a inserção de ações já desenvolvidas pela escola, ou seja, ações que já possuíam o suporte administrativo, pedagógico e financeiro viabilizado pela SEE/MG, o PJF não disponibilizou nenhum valor financeiro para as escolas durante a gestão do NOVO em Minas Gerais e, ainda, assumiu o discurso finório, propagado por seus/suas representantes em diversas reuniões com os/as ANE/IE que, segundo pesquisas internas, o PJF logrou mais êxito nas escolas que não obtiveram suporte financeiro do que aquelas que obtiveram.

Mesmo sem qualquer tipo de suporte financeiro, as escolas constituintes do Setor de Inspeção Escolar sob minha responsabilidade, diante da problematização de suas realidades locais durante as Visitas Técnicas, decidiram construir seus respectivos Planos de Ação a partir de ações que verdadeiramente contemplariam os principais problemas vivenciados pelos sujeitos que fazem e vivem a escola pública, pois não viram sentido em construir um Plano de Ação somente para

registrar em um instrumento sistematizado[61] as ações que a escola já desenvolvia por si própria. Resistir localmente às entranhas do capital na escola pública despertou novamente em mim a motivação - perdida em alguns momentos, capaz de fazer ressoar no meu cotidiano profissional a luta contra a aquiescência presente em determinadas relações humanas responsáveis por injustiças, explorações e opressões. Experienciar a materialização das ofensivas da direita neoliberal e neoconservadora contra a educação pública de forma consciente sob uma perspectiva progressista e, considerando, ainda, as potencialidades da Educação Ambiental Crítica em tais confrontações, configurou-se como princípio norteador que direcionou a construção da questão de pesquisa de minha Tese de Doutorado: *"De que forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?"*. Acredito que a compreensão acerca dessa questão pode desencadear um profícuo movimento de resistência junto às escolas de Ensino Médio da rede estadual de Minas Gerais frente às investidas privatizantes do sentido público de educação.

Finalizo este Memorial reportando-me novamente a Benjamin (1987a, 1987b, 1987c, 1987d, 2007) por nos ensinar que narrar é compartilhar experiências a partir da dialética da imobilidade ao retratar justamente o movimento onde momentos de vida petrificados no tempo e no espaço são extraídos do vazio e da homogeneidade de seu contexto original para configurar ressignificações sobre a totalidade sócio-histórica do mundo em outros tempos e outros espaços. É nessa perspectiva que, através da narrativa apresentada, procurei evidenciar experiências de vida, como "imagens de pensamento" ou "mônadas de desassossego" - nas palavras do autor, que, aos meus olhos, transformam a finitude de momentos vividos em uma infinitude de reminiscências na luta contra a opressão de tempos passados e de tempos presentes.

Para o autor (1987b, p. 223) "só à humanidade redimida cabe o passado em sua inteireza". Uma vez estruturado para conjugar memórias passadas e pensamentos presentes, as duas partes constituintes da narrativa revelam

[61] Todas as etapas da CdG eram registradas e monitoradas hierarquicamente através do Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação - SIGAE. Disponível em: <https://sigae.institutounibanco.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

experiências de toda uma vida que - ao serem rememoradas por quem as viveu, me cristalizam no tempo devido a necessidade que sinto de redenção, não em relação à ausência de criticidade em minha formação inicial e em grande parte de minhas experiências profissionais - uma vez que reconheço e respeito a trajetória de vida de cada ser humano, inclusive a minha, mas, principalmente, pelo fato desta postura acrítica ter impactado tantos outros. Tantos/as Professores/as, Especialistas da Educação Básica, Diretores/as Escolares e alunos/as do Ensino Fundamental e do Ensino Médio de tantas escolas públicas. Tantos outros em cujas vidas me fiz presente e com os quais eu poderia ter compartilhado outras formas de ver, pensar, sentir e agir no mundo que não reproduzissem os interesses do capital. Todavia, mesmo ciente de que não existem garantias para que a redenção aconteça, visto que esta se configura como uma possibilidade, uma pequena possibilidade de reparação - e não apenas de rememoração, das injustiças passadas (Benjamin, 1987b), penso que sempre há tempo para buscá-la e, se hoje busco a minha, agradeço aos momentos de desconstruções e reconstruções que vivenciei principalmente após o ano de 2015.

Esses momentos possibilitaram, no tempo presente, a análise de toda a minha trajetória de vida - quer seja pessoal, acadêmica ou profissional, por vieses críticos que reconhecem as diferentes facetas do capitalismo neoliberal em diversas esferas da vida humana. Ao considerar dialeticamente que não existe uma unilateralidade na relação entre tempo presente e tempo passado, Benjamin (1987a; 1987b; 1987d; 2007) preconiza uma cinesia através da qual a conscientização histórica construída no hoje desobscurece o ontem e, este ontem, reluzente, constitui-se em uma potência ativa no hoje que ultrapassa o caráter puramente contemplativo da rememoração, pois objetiva não apenas salvar do esquecimento os oprimidos da história, reconhecendo-os, visibilizando-os e honrando-os, mas, sobretudo, romper, de forma libertária e emancipatória, com o *continuum* de servilidade histórica que legitima o poder das classes dominantes e a vitória dos opressores - no presente e no passado, no âmago da sociedade capitalista neoliberal.

Ao longo do *Capítulo 1*. *Tempos e espaços em memórias vividas e sentidas: historicidades e contemporaneidades,* exteriorizei memórias pertencentes ao mais íntimo do meu ser com o objetivo de apresentar elucidações sobre o que me constitui hoje enquanto ser humano. Se os olhos vêem a partir de onde os pés

pisam[62], a questão norteadora da pesquisa, que consiste em compreender *"De que forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?"*, fora construída com base em todas as minhas experiências de vida ressignificadas pela perspectiva crítica de compreensão do mundo social. Isto posto, no *Capítulo 2. A hegemonia em face do neoliberalismo e do neoconservadorismo: repercussões sociais e políticas*, me aproprio teoricamente do conceito de hegemonia na perspectiva de Gramsci (1999, 2001, 2011, 2017) e apresento a conjuntura social e política na qual encontra-se inserida a sociedade brasileira face à destrutibilidade neoliberal e neoconservadora contemporânea.

[62] A assertiva deriva de Boff (1997, p. 9): "Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiências tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é co-autor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo em que habita".

CAPÍTULO 2. A HEGEMONIA EM FACE DO NEOLIBERALISMO E DO NEOCONSERVADORISMO: REPERCUSSÕES SOCIAIS E POLÍTICAS

Assim,
enquanto perdurar um sistema
de exploração e opressão,
progresso e catástrofe
permanecerão,
para Marx,
mortalmente entrelaçados.
Por isso,
a história deve ser pensada
politicamente,
e a política,
historicamente.
(Daniel Bensaid, 2013)

No *Capítulo 1. Tempos e espaços em memórias vividas e sentidas: Historicidades e Contemporaneidades*, apresentei a construção de um Memorial inspirado em Loureiro (2019), fundamentado nos conceitos de narrativa e de experiência de Benjamin (1987a, 1987b, 1987c, 1987d, 2007) e refletidos à luz dos escritos desse autor e de Löwy (2005), no qual questões socioambientais e questões capitalistas neoliberais puderam ser percebidas e compreendidas como constituintes de marcos nodais em minha existência.

Nesse sentido, a questão norteadora da pesquisa, a saber, *"De que forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?"*, situa-se em um mundo cuja racionalidade neoliberal que se faz hegemônica articula-se com entrelaçamentos sociais orientados por matrizes ideológicas neoconservadoras[63] e

[63] Para Barroco (2022, p. 2), "o neoconservadorismo consiste na junção entre os valores do conservadorismo moderno e os princípios do neoliberalismo. Do conservadorismo clássico, preservam-se a tradição, a experiência, o preconceito, a ordem, a hierarquia, a autoridade, valorizando-se as instituições tradicionais, como a igreja e a família patriarcal. (...) Do neoliberalismo, conservam-se a não interferência do Estado na economia, o empreendedorismo, a meritocracia, o privatismo, o combate aos movimentos sociais e aos direitos sociais". Nesse sentido, a autora compreende o neoconservadorismo como uma "forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições de mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais" (Barroco, 2015, p. 624-625).

neofascistas[64] em defesa da incivilidade que atravessa uma rede de sociabilidades voltadas exclusivamente para o robustecimento das demandas e dos interesses do capital de forma concomitante à ascensão política, no Brasil e no mundo, da ideologia da extrema direita. Portanto, torna-se urgente desbarbarizar as relações que se constituem e, ao mesmo tempo, são constituídas no âmago de uma sociedade organizada para reproduzir o *status quo* do modo de produção capitalista que apresenta como elemento estruturante o avanço desmedido das desigualdades, das opressões e das injustiças sociais, tanto em âmbito educacional quanto em âmbito ambiental (Macedo, 2019a).

Diante da necessidade de posicionar o leitor à vista de reflexões teóricas sobre o conceito de hegemonia em face do neoliberalismo e do neoconservadorismo que atravessam questões antidemocráticas, antieducativas e antiecológicas, a organização deste segundo capítulo foi pensada a partir de dois subcapítulos.

No subcapítulo *2.1. Elucidações neoliberais e neoconservadoras a partir de vieses críticos: o conceito de hegemonia na perspectiva gramsciana,* reflito sobre as influências do nazismo e do fascismo, respectivamente, no pensamento, na vida e na morte de Walter Benjamin e Antonio Gramsci; discorro sobre o conceito de luta de classes na perspectiva benjaminiana de forma correlacionada com sua concepção de história e sobre o conceito de hegemonia sob o viés gramsciano; e abordo de forma política, econômica e social o processo de construção da hegemonia neoliberal - e sua convergência com o neoconservadorismo, a partir das considerações de David Harvey.

No subcapítulo *2.2. Confluências neoliberais e neoconservadoras na sociedade capitalista brasileira: a destrutibilidade contemporânea*, retrato a crueldade da ditadura militar sob o viés desumano da tortura; pondero sobre o processo de redemocratização e os governos de direita que o sucederam; perscruto os quatorze anos do Partido dos Trabalhadores - PT na Presidência da República; rememoro o contexto do golpe político, parlamentar, jurídico, judicial, econômico,

---

[64] A partir da consideração de que o fascismo não é uma época mas um modo de organização política e ideológica, Löwy (2019, s.p.) entende que o termo neofascista é utilizado para "designar forças políticas que apresentam traços fascistas" que, sem reproduzirem as raízes históricas do fascismo do início do século XX, materializam-se em "escala planetária" através da ascensão de líderes, partidos, movimentos e governos da extrema direita autoritária e reacionária como, por exemplo, Le Pen na França, Trump nos EUA e Bolsonaro no Brasil, a partir das peculiaridades de cada contexto social.

midiático, institucional e misógino contra a Presidenta Dilma Rousseff - PT; e lamento a ascensão política da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista e suas ramificações sociais, educacionais e ambientais.

2.1. Elucidações neoliberais e neoconservadoras a partir de vieses críticos: o conceito de hegemonia na perspectiva gramsciana

Existe um tipo de experiência vital
- experiências de tempo e espaço,
de si mesmo e dos outros,
das possibilidades e perigos da vida -
que é compartilhada por homens e mulheres
em todo o mundo, hoje.
Designarei esse conjunto de experiências
como 'modernidade'.
Ser moderno é encontrar-se
em um ambiente que promete
aventura, poder, alegria,
crescimento, autotransformação
e transformação das coisas ao redor
- mas, ao mesmo tempo,
ameaça destruir tudo o que temos,
tudo o que sabemos, tudo o que somos.
A experiência ambiental da modernidade
anula todas as fronteiras geográficas e raciais,
de classe e nacionalidade,
de religião e ideologia:
nesse sentido,
pode-se dizer que a modernidade
une a espécie humana.
Porém, é uma unidade paradoxal,
uma unidade desunidade:
ela nos despeja a todos num turbilhão
de permanente desintegração e mudança,
de luta e contradição,
de ambiguidade e angústia.
Ser moderno é fazer parte de um universo
no qual, como disse Marx,
"tudo o que é sólido desmancha no ar".
(Marshall Berman, 1986)

Não por acaso, inicio este subcapítulo referenciando a tese IV da obra "*Sobre o conceito de história*", na qual Benjamin (1987b, p. 223-224) afirma que

> A luta de classes, que um historiador escolado em Marx tem sempre diante dos olhos, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não há coisas finas e espirituais. Apesar disso, estas últimas estão presentes na luta de classes de outra maneira que a da representação de uma presa que toca ao vencedor. Elas estão vivas nessa luta como confiança, como coragem, como humor, como astúcia, como tenacidade, e elas retroagem ao fundo longínquo do

> tempo. Elas porão incessantemente em questão cada vitória que couber aos dominantes. Como flores que voltam suas corolas para o sol, assim, o que foi aspira por um secreto heliotropismo, a voltar-se para o sol que está a se levantar no céu da história. Essa mudança, a mais imperceptível de todas, o materialista histórico tem que saber discernir[65].

No âmago da crítica singular que Benjamin realiza em relação ao progresso, a luta de classes marxista constitui o ponto fulcral de sua concepção de história na medida em que seu pensamento é atravessado por um pressentimento catastrófico diante dos perigos e das ameaças que poderiam ser promovidas pela sociedade capitalista burguesa e impostos, com imenso pesar, sobre a humanidade, principalmente sobre a Europa.

Dentre suas reflexões - consideradas fragmentárias, inacabadas, complexas, enigmáticas e, ao mesmo tempo, singulares, originais e contemporâneas em diversos tempos e espaços, destaco o trecho em que, ironicamente, o autor descreve sua suspeição sobre a empresa alemã *Interessen-Gemeinschaft Farbenindustrie AG* e sobre o ramo aéreo *Luftwaffe* - das forças armadas da Alemanha, anos e anos antes da eclosão da 2ª Guerra Mundial. Nesse contexto de atrocidades desumanas, enquanto esta se transformou em uma arma que infligiu destruição a diversas cidades e provocou a morte de milhares de civis através de seus bombardeios, aquela vivenciou o seu apogeu na fabricação do gás *Zyklon B* utilizado no genocídio nazista concomitante ao aproveitamento da mão-de-obra de milhares de vidas judias que subsistiam nos campos de concentração (Löwy, 2005), confirmando o Benjamin previra sarcasticamente:

> Desconfiança quanto ao destino da literatura, desconfiança quanto ao destino da liberdade, desconfiança quanto ao destino do homem europeu, mas, sobretudo, tripla desconfiança diante de toda acomodação: entre as classes, entre os povos, entre os indivíduos. E confiança ilimitada somente na *1. G. Farben* e no aperfeiçoamento pacífico da *Luftwaffe* (Benjamin, 1987d, p. 34).

Segundo Löwy (2005, p. 18-39), a “visão de mundo”, o “estilo de pensamento” e a “estrutura de sensibilidade” de Benjamin sobrelevam o caráter

---

[65] A epígrafe que acompanha esta tese é a citação de Hegel (1807): “Buscai, primeiro, o de que comer e vestir, e o reino de Deus vos advirá por si”. Já Löwy (2005, p. 22) relembra a citação de Rosenzweig (1982, p. 339) a respeito, para quem “os atos de emancipação são a condição necessária para o surgimento do Reino de Deus”.

subversivo desse berlinense nascido em 1892 no seio de uma abastada família da burguesia judia que, no decurso das barbaridades genocidas do holocausto, optou pelo suicídio em vez de se entregar aos agentes da Gestapo - a polícia secreta oficial da Alemanha Nazista. As teses que compõem o texto *Sobre o conceito de história* (Benjamin, 1987b), motivado pela "constelação trágica" que fez eclodir a Segunda Guerra Mundial e escrito no ano de sua morte - 1940, no limiar da miséria vivenciada em meio às perseguições, refúgios e exílios decorrentes da ascensão do nazismo - agravados por sua condição particular e adversa de judeu-alemão e intelectual de esquerda, configuram uma crítica, ou mesmo um protesto, diante de aspectos da realidade histórica sentidos como insuportáveis e degradantes: "a quantificação e a mecanização da vida, a reificação das relações sociais, a dissolução da comunidade e o desencantamento do mundo". Sob o prisma de um momento histórico determinado, a saber, a ocupação da Europa por todo o horror e todo o terror das tropas nazistas, Benjamin relativizou o processo histórico das transformações ocorridas no século XX no "percurso social da humanidade" a partir das experiências concretas de vida dos oprimidos, dos excluídos, dos massacrados, dos injustiçados e, no seio de um processo de rememoração no "tempo de agora", concebe a revolução como a "interrupção de uma evolução histórica que leva à catástrofe", alertando que "é preciso cortar o estopim que queima antes que a faísca atinja a dinamite".

Esta é a perspectiva na qual Benjamin concebe a sua concepção de história enquanto relato emancipatório, pois, para ele, somente o engajamento das classes subalternas no processo de sua emancipação via luta de classes é capaz de reverter "a transformação dos seres humanos em máquinas de trabalho, a degradação do trabalho a uma simples técnica, a submissão desesperadora das pessoas ao mecanismo social, a substituição dos esforços heróico-revolucionários do passado pela piedosa marcha (semelhante ao caranguejo) da evolução e do progresso" (Löwy, 2005, p. 20). Todavia, diferentemente da positividade de Marx e Engels - para os quais a revolução emancipatória da classe trabalhadora adviria das contradições entre as forças e as relações do modo de produção capitalista, Benjamin expressa uma certa "melancolia revolucionária" revestida por um "pessimismo" que caminha ao encontro, somente, e tão somente, da "possibilidade de uma luta emancipadora" pelas massas e, apesar dos anúncios e das denúncias que evidencia, a confiança que "as ameaças do progresso técnico e econômico

promovido pelo capitalismo" algum dia deixarão de "pesar sobre a humanidade" é extremamente tênue (Löwy, 2005, p. 23-26).

O compromisso político e social com aqueles que, historicamente, são postos como vencidos por uma concepção de história que se funda em uma base positivista e reforça o ideário liberal-conservador hegemônico nas primeiras décadas do século XX europeu leva Benjamin (1987b, p. 229) a afirmar que "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras", ou seja, um tempo impregnado de contradições e de possibilidades que se afloram no presente e permitem que o olhar para o passado erga-se como uma necessidade para desconstruir o que, aparentemente, encontra-se petrificado. Essa inquietude no olhar atento para todas as transformações vivenciadas no hoje - inclusive para aquelas mais imperceptíveis ora capitaneadas pela classe dominante, e refletidas em sentido oposto ao historicismo de modo a "escovar a história a contrapelo", permite a Benjamin (1987b, p. 225) realizar uma leitura insólita do *corpus* marxista e utilizar o materialismo histórico-dialético[66] para se contrapor a todos os costumes, práticas, normas e convenções estabelecidas pelo pensamento burguês com o objetivo de evidenciar o caráter disruptivo da luta de classes.

> Assim, a história lhe parece uma sucessão de vitórias dos poderosos. O poder de uma classe dominante não resulta simplesmente de sua força econômica e política ou da distribuição da propriedade, ou das transformações do sistema produtivo: pressupõe sempre um triunfo histórico no combate às classes subalternas. Contra a visão evolucionista da história como acurnulação de "conquistas", como "progresso" para cada vez mais liberdade, racionalidade ou civilização, ele a percebe "de baixo", do lado dos vencidos, como uma série de vitórias de classes reinantes. (...) No entanto, cada novo combate dos oprimidos coloca em questão não só a dominação presente, mas também as vitórias do

[66] "Na perspectiva marxista, os princípios que explicam o processo de desenvolvimento social podem ser sintetizados nas expressões materialismo histórico e materialismo dialético. No marxismo, o materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade. Por sua vez, a dialética refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação. A dialética é a estratégia de apreensão e de compreensão da prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos, classes e segmentos sociais), de realização da crítica das ideologias e das tentativas de articulação entre sujeito e objeto, ambos históricos. O materialismo histórico, como caminho teórico, e a dialética, como estratégia metodológica, estão profundamente vinculados, pois, como lembra Lênin (1965), o método é a própria alma do conteúdo" (Minayo, 2008, p. 107- 108).

> passado. (...) O passado é iluminado pela luz dos combates de hoje, pelo sol que se levanta no céu da história. (...) As lutas atuais colocam em questão as vitórias históricas dos opressores, porque minam a legitimidade do poder das classes dominantes, antigas e atuais. (...) Os antigos combates se voltam “para o sol que está a se levantar”, mas, uma vez trocados por essa claridade, alimentam a consciência de classe daqueles que sublevam hoje. Nesse caso, o “sol” não é, como na tradição da esquerda “progressista”, o símbolo do acontecimento necessário, inevitável e “natural” de um mundo novo, mas da própria luta e da utopia que a inspira. (Löwy, 2005, p. 60-61).

De acordo com Löwy (2005, p. 111), a tese IV de Benjamin retrata “a dialética entre o passado e o presente” a partir de um campo histórico ramificado de “possíveis” no qual a luta de classes - embora ocupe um lugar central, não assegura qualquer previsibilidade decorrente, devendo ser compreendida, sobretudo, no âmbito do “combate contra o fascismo” ao buscar “sua força na tradição dos oprimidos”. Fascismo este, vivenciado e combatido por Antônio Gramsci, cuja prisão foi decretada em 1926 devido à sua militância marxista como Deputado no Parlamento Italiano e membro da Diretoria do Partido Comunista Italiano, em intensa luta contra o Estado burguês liberal - tão intensa que, durante o seu julgamento em 1928, o Procurador-Geral apresentou ao juiz o seguinte requerimento: “devemos impedir, por 20 anos, este cérebro de funcionar” (Bosi, 2021; Gabriel *et al.*, 2020).

Do cárcere, em carta de 2 de maio de 1932, Gramsci (2011, p. 339) afirma que “o traço essencial da mais moderna filosofia da *práxis* consiste precisamente no conceito histórico-político de hegemonia”. A profusão conceitual contida nesta frase nos remete à complexidade do pensamento de um intelectual comunista, natural da região da Sardenha (Itália), que vivenciou um tempo histórico marcado pela reestruturação produtiva do capital no âmago das transformações capitalistas do início do século XX que culminaram, em seu país, com a derrota do movimento protagonizado pela classe trabalhadora e com a ascensão do fascismo a partir da cooptação das próprias massas populares. Diversos foram os intelectuais italianos que se tornaram escopo das atrocidades fascistas mediante a prisão de seus corpos e a repressão de suas vozes, todavia, ainda que presos ou exilados, a barbárie não conseguiu destruir seus pensamentos, e estes se transformaram em contribuições teóricas medulares para o fortalecimento da luta emancipatória dos “esfarrapados

do mundo" contra a subsunção ao capital (Freire, 1987, p. 12; Martins e Marteleto, 2019; Marx, 2011; Monasta, 2010).

Nas palavras de Bosi (2021, s.p.), *Cadernos do Cárcere* é o *"magnum opus"* de Gramsci (1891-1937) constituído por manuscritos consignados ao longo dos seis anos vivenciados na prisão que antecederam sua morte e que versam - sob uma perspectiva cosmopolita, sobre política, cultura e educação em uma conjuntura marcada pelo êxito do nazismo e do fascismo, pela construção de ditaduras, pela crise do liberalismo econômico e pelo controle das massas. Embora redigidos de forma fragmentária e revestidos pelo caráter da incompletude e do inacabamento, Coutinho (1999, p. 83) evidencia a sistematização de seu pensamento fundamentado, teoricamente, em uma cultura humanista contrária ao cientificismo empírico e ao historicismo positivista e materializado, em sua prática cotidiana, a partir de suas atividades filosóficas, jornalísticas e político-partidárias no interior tanto de partidos políticos - como o Partido Socialista Italiano e o Partido Comunista Italiano, quanto de círculos de cultura fundados para a promoção de debates intelectuais entre seus integrantes que objetivavam a superação do individualismo e a aquisição de uma consciência orientada para a solidariedade humana e para a condução de uma postura ética e moral:

> Se fosse possível resumir a uma pergunta o problema ao qual os "Cadernos" tentam dar uma resposta (...) de valor histórico-universal, essa pergunta soaria assim: por que, apesar da crise econômica aguda e da situação aparentemente revolucionária que existia em boa parte da Europa Ocidental ao longo de todo o primeiro imediato pós-guerra, não foi possível repetir ali (na Itália), com êxito, a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia?[67]

Sempre se fez constante na vida de Gramsci a indignação e a inquietude frente à imposição dos padrões burgueses que sentenciam diversos grupos sociais à subalternidade e à miséria e propagam desigualdades, explorações, opressões e injustiças, assim como a imprescindibilidade de formação cultural e moral de "intelectuais orgânicos" (Gramsci, 2001, p. 28) provenientes das classes subalternas que se comprometam com a construção de um projeto popular capaz de enfrentar e superar as contradições objetivas e subjetivas existentes entre trabalhadores/as e burguesia que assolam a sociedade, ou seja, que se comprometam com a

[67] Segundo Bianchi (2007), Gramsci se apropria do legado histórico da Revolução Russa objetivando traduzi-lo para o contexto italiano.

elaboração revolucionária de uma filosofia da *práxis* - a partir da valoração da política e da crítica, na edificação da perspectiva da classe trabalhadora se fazer hegemônica (Coutinho, 1999; Gabriel *et al.*, 2020; Nosella, 2008; Vieira, 1999). É o que nos diz Semeraro (2006, p. 41):

> Em seu conjunto, se pode dizer que os escritos de Gramsci, particularmente os Cadernos, se apresentam como uma grande arena de confronto com as ideologias massificadoras do economismo, do fascismo e da burocracia, ao mesmo tempo em que esboçam um revolucionário projeto de sociedade fundado no autogoverno e na nova concepção de hegemonia a ser construído pelas classes subalternas como superação de todas as formas de imposição e de submissão.

A convergência entre reflexão e ação enquanto um "devir histórico" (Gramsci, 1999, p. 104) constitui a experiência de vida de Gramsci e configura a sua filosofia da *práxis*, expressão que deriva do materialismo histórico-dialético de Marx e pressupõe - a partir da intelectualidade e da moralidade, a correlação entre teoria e prática necessária para resistir aos ditames do domínio burguês, desenvolver o aparato necessário à sustentação da emancipação dos oprimidos pelo capital por meio da construção de sua hegemonia e, assim, transformar continuamente a realidade da vida social reconhecendo sua historicidade, dinamismo e dialeticidade nas relações do homem com a natureza, as estruturas econômicas, os projetos políticos e as questões culturais (Alves, 2010; Semeraro, 2006). Para o autor (Gramsci, 1999, p. 388):

> Existe (...) uma diferença fundamental entre a filosofia da *práxis* e as outras filosofias: as outras ideologias são criações inorgânicas porque contraditórias, porque voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios; a sua "historicidade" será breve, já que a contradição aflora após cada evento do qual foram instrumento. A filosofia da *práxis*, ao contrário, não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas.

A organicidade da filosofia da *práxis* gramsciana nos remete à indissociabilidade da relação dialética existente entre estrutura (economia) e superestrutura (política) enquanto campos distintos mas igualmente determinantes da vida social, uma vez que é no terreno da superestrutura que os homens e as mulheres se conscientizam do lugar social que ocupam e conseguem refletir sobre as contradições que se efetivam na estrutura, pressuposto basilar para "a existência das condições objetivas para a subversão da *práxis*" (Gramsci, 1999, p. 251) no que tange à desconstrução de uma determinada hegemonia e à construção de outra que apresente o caráter emancipatório das classes historicamente subalternas.

Gramsci (2001, p. 20-21) entende que as lutas pela hegemonia acontecem no interior da superestrutura, tanto no plano da "sociedade civil" (o conjunto de organismos privados) - que corresponde à "função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade", quanto no plano da "sociedade política" (o Estado e o sistema jurídico) - que corresponde à "função de domínio direto ou de comando"[68], sendo que ambas "as funções são precisamente organizativas e conectivas" e, por isso, torna-se inexequível a abordagem de uma em detrimento da outra na perspectiva da realidade superestrutural. Considerando-se o nexo de "identidade-distinção" evidenciado pelo autor entre sociedade civil / hegemonia / direção e sociedade política / ditadura / dominação (Gramsci, 2017, p. 261), o que se espera de tais confrontos é que a hegemonia supere os limites superestruturais e penetre na estrutura de forma a direcionar as transformações nas condições objetivas da vida econômica daqueles que, uma vez explorados, sustentam o modo de produção capitalista em toda a sua contraditoriedade (Coutinho, 1999).

Para Gramsci (2017, p. 77), a luta política intrínseca na disputa pela hegemonia que se efetiva no exercício do poder, perpassa, necessariamente, a

---

[68] Segundo Mendonça (2014, p. 35), a sociedade política se refere "ao Estado em seu sentido restrito - ou seja, os aparelhos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem". Já a sociedade civil implica no "conjunto dos organismos chamados de "privados" ou "aparelhos privados de hegemonia", no sentido da adesão voluntária de seus membros. Dentre esses aparelhos, Gramsci destaca igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas, partidos e imprensa. É em torno delas que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados". Acanda (2006, p. 180-181) esclarece que "Uma instituição pode, ao mesmo tempo, pertencer à sociedade política e à sociedade civil, ou estar, num momento concreto, em uma e, noutro momento, em outra. Um partido político faz parte da sociedade política, mas, se conseguir inserir-se no processo de construção de normas de valor e de comportamento, estará ao mesmo tempo inscrito na sociedade civil".

articulação de dois aspectos nodais em âmbito estatal - consenso (persuasão, civilidade, cultura, intelecto) e força (coerção, violência, guerra, armas), sendo que a arte de governar de forma hegemônica reside justamente na capacidade de construção e preservação de "um consenso permanentemente ativo" que se estabelece através da habilidade de promover a adesão voluntária das massas populares, bem como por meio da cooptação, e não do impedimento, das manifestações contrárias à hegemonia posta (Acanda, 2006). Gramsci (2017, p. 88) compreende a potencialidade da dimensão coercitiva para forjar a política, todavia, a partir de Maquiavel[69], reflete sobre um processo político e cultural cuja centralidade no exercício da hegemonia de um determinado grupo social sobre todo o conjunto societário caracteriza-se pelos modos variados de equilíbrio, muitas vezes instáveis, na relação força e consenso, "(...) sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria (...)". A ideia de "equilíbrios instáveis" evidenciada por Gramsci (2017, p. 39) nos remete à compreensão dialética de que tanto a realidade histórico-social quanto o Estado se expressam a partir de uma correlação de forças que inviabiliza leituras referentes à unicidade dos interesses de uma única classe social em um contexto hegemônico.

> O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais", isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo.

---

[69] Monasta (2010, p. 29) explicita que "quando Gramsci escreve sobre a contribuição de Maquiavel na definição científica da 'política', ele se faz, e faz também para nós, as seguintes perguntas: 'A quem' se dirigia Maquiavel quando escreveu *O Príncipe*? Qual era seu objetivo e sua 'política'? Parece evidente que Maquiavel não queria, nem necessitava, ensinar aos dirigentes como conseguir o poder e como mantê-lo, mas queria explicar e mostrar o mecanismo real da política. A definição de 'política' de Maquiavel não corresponde à política que ele mesmo praticava, já que o efeito educativo de uma compreensão crítica da política consistia em tornar as novas classes mais conscientes e, consequentemente, mais fortes em oposição à velha classe aristocrática dirigente".

Embora uma determinada classe social detenha o poder e a hegemonia do Estado, a luta pela construção de consensos entre classes que, por sua vez, acirra os conflitos e a própria concepção de luta de classe em vez de arrefece-los, movimenta-se de forma a convencer as classes subalternas de que os interesses específicos da classe dominante são interesses gerais de toda a sociedade. Para tanto, torna-se axiomática a necessidade de incorporar ao projeto hegemônico da classe dominante um conjunto de demandas socioeconômicas das classes subalternas, pois a

> (...) hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 2017, p. 45).

Freitas e Freitas (2016) entendem a obra de Gramsci como a aplicabilidade metodológica do materialismo histórico-dialético na análise de uma realidade concreta, a saber, a consolidação e a manutenção da hegemonia capitalista burguesa, realidade esta que, uma vez anatomizada a partir de pressupostos marxistas que desvelam as contradições e os conflitos da vida social, possibilita a construção conceitual do fio condutor de sua proposta de construção de uma hegemonia da classe trabalhadora a partir da superação da condição de subalternidade das classes oprimidas pelo capital, condição esta que é reforçada pela concessão restritiva de direitos envoltos pela superficialidade dos supostos “sacrifícios” que a classe dominante está disposta a realizar para manter a sua conformação hegemônica.

Para Oliveira Júnior (2020, p. 165), “a perspectiva de desconstrução da hegemonia burguesa em Gramsci é o elemento central para a compreensão da sua perspectiva revolucionária e a superação da ordem capitalista”. A partir do redirecionamento da passividade para a atividade inerente à *práxis* política, a resistência de sujeitos e de grupos sociais às normas, aos valores, às condutas, à cultura, à intelectualidade e à moralidade postas como de interesse da sociedade

como um todo possibilita que as classes subalternas tornem-se capazes de construir modos de ver, de pensar, de sentir e de agir no mundo através da superação das relações sociais, econômicas, culturais e ambientais impostas pela sociedade burguesa no âmago de um processo de busca pela libertação de todos os liames homogeneizados pela racionalidade capitalista e pela consolidação “de uma nova sociabilidade humana em um contexto onde a emancipação dos indivíduos seja um elemento essencial do convívio social” (Oliveira Júnior, 2020, p. 165; Simionatto, 2009).

Na obra intitulada *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1998, p. 85) evidenciam uma concepção de história fundamentada tanto no desenvolvimento das forças produtivas - sendo estas consideradas “nefastas” no interior das relações existentes e explicitadas, portanto, como “forças destrutivas”, quanto no advento de uma classe alijada de benefícios sociais a quem é imposta todos os ônus da sociedade através de uma relação de dominação, exploração e expropriação. Ao defenderem que as forças produtivas do sistema capitalista estabelecem as relações entre os homens e entre estes e a natureza, os autores enunciam que o modo de produção das condições da vida material condiciona o processo de formação da consciência social dos indivíduos em suas relações humanas.

> Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, e a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e também os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência (Marx e Engels, 1998, p. 19-20).

Partindo-se de homens e mulheres ativos/as nas mais diversas atividades de produção e reprodução dos meios necessários à sobrevivência da vida humana que, por sua vez, não envolvem somente a produção de bens materiais e de elementos objetivos, chega-se, direta ou indiretamente, aos ecos desse processo de vida real, a saber, a produção de bens imateriais e de elementos subjetivos tais como pensamentos, ideias, sentimentos e representações, sendo que, para Marx e Engels (1998, p. 19), tais emanações refletem na sociedade burguesa o condicionamento de “um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar”. A centralidade marxista das determinações histórico-materiais postula a afirmação de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser social, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 2008, p. 47), em outras palavras, que “o real precede o ser social, e o ser social transforma esse real” (Freitas e Freitas, 2016, p. 6). Nesse direcionamento é que Portantiero (1977, p. 49), sob o viés gramsciano, explicita que a construção de uma hegemonia consiste em “uma tarefa organizativa capaz de articular diversos níveis de consciência e de orientá-los para um mesmo fim” objetivando a unificação de vontades desagregadas e contraditórias no interior da estrutura material reprodutiva da sociedade, ou seja, da base socioeconômica estabelecida pelo modo de produção capitalista.

Ao movimentar-se entre as relações e as contradições que determinam a realidade social, o pensamento gramsciano evidencia o papel que o senso comum exerce na conformação da hegemonia. Enquanto um fenômeno da consciência, consciência esta determinada pela forma objetiva como homens e mulheres produzem e reproduzem as condições materiais de sua existência, o autor compreende o senso comum como uma “concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (Gramsci, 1999, p. 114) sendo configurada por “características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular” (Gramsci, 1999, p. 101). Doravante a perspectiva do senso comum como “um produto e um devir histórico” (Gramsci, 1999, p. 96) que provoca a erupção caótica de inúmeras concepções “no tempo e no espaço” de forma “desagregada, incoerente e inconsequente” (Gramsci, 1999, p. 114), o autor evidencia elementos que o constituem enquanto “produto imediato da

sensação bruta" (Gramsci, 1999, p. 115) que podem apresentar um certa "solidez" não em relação ao seu conteúdo, mas em sua capacidade imperativa de produzir "normas de conduta" (Gramsci, 1999, p. 118).

Tendo em mente que os *Cadernos do Cárcere* consistem em uma crítica do real existente como pressuposto do processo de transformação dessa realidade pelas massas populares, Liguori (2007, p. 107) explicita que "Gramsci tem diante de si não só a investigação cognoscitiva do real, mas também a tarefa de elaborar uma linha de ação política que modifique as relações de força, reabra o confronto hegemônico e, portanto, transforme o senso comum". Apesar de sobressaírem nos escritos gramscianos as características céticas intrínsecas ao senso comum delineadas por uma concepção de mundo conformista que constitui "uma multiplicidade de homens-massa" e tende à reprodução social da passividade e da subalternidade da classe trabalhadora, o autor evidencia que a "nossa própria personalidade é compósita", ou seja, que nela se encontram prolegômenos de movimentos conservadores/reacionários e progressistas/revolucionários, sendo que nestes reside a positividade de determinados elementos presentes no senso comum capazes de provocarem a sua própria suplantação[70] e que, nesse diapasão, o problema "é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte" (Gramsci, 1999, p. 94).

Em sua análise gramsciana, Ribeiro (2019, p. 161) nos diz que "a alternativa à cultura burguesa hegemônica (...) afirma-se na superação do senso comum existente e na criação de um novo". Tendo em vista que a vontade coletiva apresenta uma importância singular na construção de uma nova hegemonia da ordem social a partir das articulações dialéticas entre as condições objetivas e subjetivas inerentes à historicidade cultural, econômica e política vivenciada no

[70] Considerando que, para Gramsci (1999, p. 93), a filosofia da *práxis* está contida, dentre outros, "em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por folclore", Del Roio (2007, p. 75-76) afirma o seguinte: "Longe de ser um universo fixo e estéril, o folclore é apresentado como um universo de representações ideológicas no qual a religião, a moral, a ciência e a filosofia se estratificam e se misturam, ganhando formas diversas e móveis de dominação e de imposição da subalternidade. Mas Gramsci não deixa de notar a presença do "espírito popular criativo" no folclore, criações culturais espontâneas que podem ser elementos de negação da subalternidade. No folclore, aparecem espontaneamente momentos de autonomia e de antagonismo dos grupos sociais subalternos". É nesse direcionamento que Ribeiro (2019, p. 159) reitera que "a ação política que tem por objetivo a superação do senso comum não pode prescindir de uma inserção no próprio campo simbólico desse senso comum".

âmago das relações sociais de produção, “a nova hegemonia só poderia emergir da confluência entre mudanças na esfera produtiva e transformação do “senso comum” (Ribeiro, 2019, p. 163). Esta é a sustentação que Gramsci (1999, p. 388) nos apresenta sobre a possibilidade de convergência das dispersões sociais no terreno da superestrutura de forma a despertar nas classes populares a consciência “do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” para que, assim, superem o modo de pensar da classe burguesa e, ao mesmo tempo, superem o modo como as próprias classes subalternas refletem sobre a realidade, tornando-se protagonistas no processo de sua emancipação:

> Já que toda ação é o resultado de vontades diversas, com diversos graus de intensidade, de consciência, de homogeneidade com o inteiro conjunto da vontade coletiva, é claro que também a teoria correspondente e implícita será uma combinação de crenças e pontos de vista igualmente desarticulados e heterogêneos. Todavia, existe adesão completa da teoria à prática, nestes limites e nestes termos. Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: no de construir, com base numa determinada prática, uma teoria que, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação (Gramsci, 1999, p. 260).

Santos (2021) observa que as classes subalternas se encontram nesta condição de subalternidade na medida em que há a internalização de mecanismos sociais que apresentam a capacidade de reproduzir a apreensão do real no campo da imediaticidade da vida cotidiana de forma acrítica, passiva e servil no cerne das relações sociais de produção. Daí a importância da aquisição da “compreensão crítica de si mesmo” através de uma “luta de hegemonias políticas” na “própria concepção do real” (Gramsci, 1999, p. 103) de forma a redirecionar, no processo de reconstrução da *práxis* humana, o senso comum para o bom senso, sendo este “o núcleo sadio do senso comum (...) que merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente” a partir de mediações sociais teórico-práticas (Gramsci, 1999, p. 98).

> A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e

> progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de "distinção", de "separação", de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (Gramsci, 1999, p. 103-104).

Partindo do pressuposto que o processo de conscientização histórica se realiza na dialética da própria história movimentando-se através dos condicionamentos teóricos e práticos que se materializam nas próprias classes sociais, a adesão ou não adesão das classes populares a uma determinada concepção de mundo demonstra o potencial crítico da racionalidade histórica dos modos de pensar o mundo (Mari e Grade, 2012). É nesse direcionamento que em seus estudos sobre a instauração da neoliberalização e as forças que a tornaram hegemônica no âmago da sociedade capitalista, Harvey (2008, p. 15) explicita que todo pensamento se torna dominante a partir da proposição de um aparato conceitual que mobilize sensações, instintos, valores e desejos de forma articulada com "as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos", ressaltando que, "se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento", colocando-se como única alternativa viável no seio social independente das consequências econômicas, sociais, políticas, culturais e ecológicas de sua materialização.

O Consenso de Washington, firmado em 1989 entre o governo dos Estados Unidos da América - EUA e organismos financeiros internacionais como o BID, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI, direcionou a construção desse aparato conceitual com maestria. Nas palavras de Chomsky (2002, p. 9), o "Consenso [neoliberal] de Washington" estabeleceu "um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos EUA e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas (...) como rígidos programas de ajuste estrutural" a serem seguidos pelos países que necessitavam obter auxílios financeiros no interior da nova ordem mundial que se extremaria a partir da década de 90. De acordo com os preceitos

deterministas legitimados pelos países desenvolvidos integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE sobre a natureza da crise financeira experienciada pelos países latino-americanos em estado de vulnerabilidade, esta apresentava como elementos fundantes “o populismo econômico traduzido em indisciplina fiscal e o excesso de intervenção do Estado” (Bresser-Pereira, 1991, p. 3), portanto, a única alternativa exequível para o enfrentamento desse cenário de estagnação e recessão nos países periféricos naquele momento histórico da economia mundial, independente das complexas assimetrias geográficas, políticas, sociais e econômicas que lhes são inerentes, seria a propagação do modelo econômico neoliberal através do impulsionamento da

> Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; Taxa de câmbio competitiva; Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando impulsionar a globalização da economia; Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; Privatização, com a venda de empresas estatais; Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e Propriedade intelectual (Negrão, 1998, p. 41-42).

Considerando o postulado marxista de que as transformações nas condições externas da vida material anteriorizam as transformações na consciência de homens e mulheres sobre o modo de pensar e conceber, social e culturalmente, sua concepção acerca do mundo[71], pode-se observar que, de acordo com Harvey (2008), a primeira experiência de neoliberalização precedeu o Consenso de Washington e foi vivenciada no Chile na década de 70, sendo que esta luta política foi atravessada pela força e pela coerção na imposição de um “consentimento sem consentimento”, como dito por Chomsky (2002, p. 23). Após o golpe de Estado patrocinado pelas elites econômicas chilenas e por corporações estadunidenses,

[71] Nas palavras de Marx (2008, p. 47-48): “A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal supereestrutura”.

como a *Central Intelligence Agency* - CIA, que destituiu o governo democraticamente eleito de Salvador Allende devido às suas tendências para o socialismo configuradas a partir de uma sensibilidade expressa pela melhoria imediata do baixo nível de vida das massas populares e pelo desenvolvimento voltado ao atendimento das necessidades internas do país, o general Augusto Pinochet foi levado ao poder. A ditadura militar e conservadora chilena foi fortemente marcada tanto pela neutralização de políticos e partidos de esquerda através da repressão violenta de todos os movimentos sociais e de todas as formas de organizações populares, quanto pela reestruturação sócio-econômica através do desvencilhamento das restrições regulatórias e institucionais no mercado de trabalho, da supressão das nacionalizações, do favorecimento de investimentos e repatriação de lucros estrangeiros, da privatização dos fundos públicos e da seguridade social, da liberação dos recursos naturais à exploração privada e da repressão brutal das populações indígenas (Harvey, 2008)[72]. Segundo Arantes (2001, s.p.), "o conflito entre a liberdade para o mercado e a democracia ficou patente na experiência chilena, onde a democracia foi sacrificada a pretexto de se assegurar a recuperação econômica do país"[73].

Ainda precedendo o Consenso de Washington, mas agora configurando-se em uma luta política revestida por vieses persuasivos no âmago do processo democrático para viabilizar a transformação de posicionamentos minoritários em correntes majoritárias a partir da construção do consentimento, o pragmatismo neoliberal de restauração do poder de classe foi adotado na Inglaterra de Margaret Thatcher e nos EUA de Ronald Reagan na década de 80 como uma "nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista", fundamentando a elaboração de políticas públicas brutais para as

[72] A análise de documentos secretos divulgados no final do século XX sobre a atuação dos EUA em países latinoamericanos em defesa do *status quo* e da segurança da prosperidade das elites locais e das grandes empresas norte-americanas, permitiu a Chomsky (2002, p. 10) evidenciar que Washington precisava "desestabilizar um governo marxista livremente eleito no Chile", uma vez que os regimes nacionalistas eram vistos como uma ameaça à "estabilidade" do imperialismo norte-americano e, por isso, eram chamados de "maçãs podres que ameaçam estragar a caixa inteira" e de "vírus que podem infectar outros países".

[73] Em entrevista ao jornal *El Mercurio* em 1981, Frederick Hayek, um dos grandes teóricos da doutrina neoliberal, defendeu o seguinte posicionamento: "Entenda, é possível para um ditador governar de forma liberal. E também é possível para uma democracia governar sem liberalismo nenhum. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo" (Dardot e Laval, 2016, p. 184).

classes trabalhadoras a partir de “uma forte determinação de acabar com as instituições e práticas políticas do Estado social-democrata” (Harvey, 2008, p. 31-32).

Em relação à experiência norte-americana, Harvey (2008, p. 56-60) afirma, sucintamente, que “o bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social”, pois, diante de um conflito qualquer entre os interesses das instituições organizadas ao derredor do capital financeiro e os interesses dos/as cidadãos/cidadãs, aqueles sempre deveriam prevalecer, a exemplo do processo de “gentrificação”, que transforma bairros citadinos decadentes em espaços geográficos proeminentes e lucrativos mediante a expulsão dos moradores pobres de suas residências por empreendimentos imobiliários destinados a classes mais abastadas. De práticas neoliberais locais a práticas neoliberais em nível nacional que objetivavam “colonizar de fato o poder”, tornou-se imprescindível a articulação “de um instrumento político de classe e de uma base popular”, sendo que esta “aliança nada santa” consolidou-se através do engajamento de candidatos da direita do Partido Republicano comprometidos em atender os interesses corporativos e financeiros a qualquer custo e da mobilização de cidadãos/cidadãs neoconservadores/as da classe trabalhadora branca adeptos da “direita cristã”, que se sentiam “moralmente ressentidos e excluídos” diante de determinadas ações afirmativas outrora implementadas, mobilização esta efetivada, por um lado, “pela religião, pela moralidade e pelo nacionalismo cultural” e, por outro, “pelo racismo, pela homofobia, pelo xenofobismo e pelo antifeminismo”. Nesse contexto de obtenção da hegemonia política pelo Partido Republicano, uma vez que o Partido Democrata não conseguiu implementar medidas que promovessem a melhoria das condições materiais de vida de sua base popular tendo em vista o receio de rompimento do vínculo com os interesses corporativos e financeiros, é que reside o alerta de Harvey (2002, p. 60): “não foi a primeira nem, devemos temer, a última vez na história, que um grupo social foi persuadido a votar contra seus interesses materiais, econômicos e de classe por razões culturais, nacionalistas e religiosas”[74].

As políticas públicas neoliberais empreendedoras do livre mercado, antagônicas às sociais-democráticas de bem-estar da população, foram fortemente

[74] No subcapítulo *2.2. Confluências neoliberais e neoconservadoras na sociedade capitalista brasileira: a destrutibilidade contemporânea*, discorro sobre esta realidade na contemporaneidade brasileira.

marcadas pela reversão de diversas decisões legais adotadas anteriormente que, naquele momento, aos olhos do capital que ambicionava “lucros exorbitantes altamente subsidiados”, eram consideradas demasiadamente favoráveis aos/às trabalhadores/as e, por isso, precisavam ser reguladas de forma concomitante com a “neutralização das organizações trabalhistas”, pois a única regulamentação que se tornava produtiva no seio da nova ordem socioeconômica era a do mundo do trabalho. Todavia, mesmo diante desse quadro de devastação, a retórica neoliberal, intensamente difundida, dentre outros, na imprensa, nas fundações, nas corporações e nas universidades, apresentou-se persuasiva o suficiente para incutir no senso comum da população os valores e os princípios neoliberais na construção de seu consentimento, como as máximas de que a intervenção estatal seria sempre o problema e nunca a solução, que a estabilidade monetária atrelada a isenções de impostos para os detentores do grande capital produziria uma economia mais saudável para todos, que a flexibilização nos contratos de trabalho garantiriam emprego para todos, que o desemprego seria sempre voluntário tendo em vista a preferência por não trabalhar do que receber abaixo do “preço de reserva do trabalho” (Harvey, 2002, p. 63).

Diferentemente da norte-americana tendo em vista as distintas tradições culturais e políticas, Harvey (2002, p. 65-73) observa que a experiência neoliberal na Grã-Bretanha foi implementada em um contexto socioeconômico onde os principais setores da economia eram nacionalizados, as estruturas do Estado de bem-estar social tinham sido consolidadas a partir da militância de fortes sindicatos e do ativismo do Partido dos Trabalhadores enquanto “instrumento do poder da classe trabalhadora” e as “solidariedades sociais” sobrepunham-se, inclusive, no interior do Partido Conservador. Todavia, diante da “ascensão do capital financeiro globalmente orientado”, os constantes conflitos que eclodiram a partir das contradições entre os interesses do capital financeiro (focado no livre comércio e na manipulação da taxa de juros) e os interesses do capital doméstico (direcionado para a produção mediante concessão de crédito de uma moeda forte) fragmentaram a classe capitalista inglesa e contribuíram para a “estagflação”[75] que a todos afetou. A alternativa encontrada via obtenção de créditos junto ao FMI provocou a adesão

[75] Para Harvey (2008), esse fenômeno se materializa quando o desemprego em ascensão, a estagnação ou recessão econômica, a inflação acelerada e o déficit orçamentário se tornam presentes em um determinado sistema econômico.

do governo trabalhista a medidas austeras impostas pelo organismo internacional sobre os gastos sociais e, mesmo diante da atuação oposicionista “aos interesses materiais de seus tradicionais apoiadores”, a crise de acumulação de capital permanecia no âmago de um “inverno de insatisfação” materializado em “revoltas abertas” e em “greves paralisantes” que não mais logravam apoio popular junto aos/às trabalhadores/as. Esse foi o cenário em que Thatcher foi eleita como Primeira Ministra apoiada pela classe média tradicional inglesa com o compromisso de “restringir o poder sindical e a tradição militante”, de “reestruturar as relações de trabalho” e “neutralizar os trabalhadores” através de severas restrições com os gastos públicos, de prover incentivos “à competição e aos investimentos externos” e de realizar a “privatização de todos os setores da economia” que se encontravam sob a responsabilidade estatal, viabilizando, assim, “o livre acesso dos capitalistas ao lucro fácil”, tendo derrotado os trabalhistas por quatro eleições consecutivas.

As medidas neoliberais implementadas solaparam a indústria nacional e transformaram a Grã-Bretanha em um país aberto a plataformas externas com uma “força de trabalho relativamente obediente” e com “salários relativamente baixos”; privatizaram as empresas estatais sendo que estas foram “adequadamente preparadas” para tal através da redução de suas dívidas, da melhora de sua eficiência e de suas estruturas de custo via demissões em massa e da subvalorização de seus preços para que estes se tornassem atrativos ao capital privado; desmantelaram o Estado de bem-estar social reduzindo ao mínimo as obrigações do governo com educação, saúde, assistência social e jurídica; abriram o país para o livre comércio viabilizando o florescimento de uma cultura do consumo; impuseram o princípio da eficiência atrelado ao individualismo, ao empreendedorismo, à responsabilidade financeira e à produtividade ampliando “o campo da responsabilidade pessoal e corporativa”. Tais medidas, uma vez apoiadas pela imprensa conservadora que descaracterizava todos os ideais trabalhistas progressistas, que imputava a alcunha de opressor ao poder sindical, que desconstruía as “solidariedades da classe trabalhadora” e que acusava o aparato estatal de exercer uma “inépcia burocrática” e um “corporativismo medíocre”, foram as responsáveis pela construção, e manipulação, do seu consentimento no seio da classe média tradicional inglesa mediante “os prazeres da casa própria, da propriedade privada em geral, do individualismo e da liberação de oportunidades de

empreendimento” frente às transformações radicais de desmantelamento do Estado de bem-estar social que também a afetava.

Como pode ser observado nos dois estudos de caso realizados por Harvey (2008), o processo de neoliberalização explora a porosidade de todas as barreiras para transcender o local e incorporar o global na busca incessante de “reestruturação produtiva do capital” e, consequentemente, de restauração do poder de classe, através da imposição, mesmo que forjadamente consentida, da padronização de prescrições mundiais sobre o modo de agir, de pensar e de sentir a partir dos desígnios do capital em meio à “precarização da força humana de trabalho” e à “destruição da natureza em escala globalizada” (Antunes, 2009, p. 36), sendo que esse fenômeno fora descrito desde Marx e Engels (1998, p. 43-44) no texto *O Manifesto Comunista*:

> Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material quanto à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal. (...) A burguesia, durante seu domínio de classe, apenas secular, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando na terra como por encanto - que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?

Outra questão que se evidencia a partir de Harvey (2008) é a ofensiva neoliberal ao mundo do trabalho em todas as suas nuances, o que nos remete à afirmação realizada por Marx e Engels (1998, p. 40) de que “a história de todas as sociedades até hoje existentes, é a história da luta de classes”. Embora a pulsação da luta de classes se efetive entre interesses antagônicos e irreconciliáveis, Santos (1999, p. 244) traz o conceito de “Estado Reformista” para se referir a um suposto compromisso político e social entre as diferentes classes sociais dos países capitalistas, latente em sua essência, que viabilizou a atuação da classe trabalhadora na construção de relações “(...) não-mercantis, cooperativas, solidárias e voluntárias” capazes de impedirem a redução do social à lógica do capital em um momento histórico que precedeu a instauração da neoliberalização. Esse reformismo, denominado por Groppo (2005, p.72) de “consenso reformista”, e que expressa o Estado de bem-estar social acondicionado ao sistema capitalista de acumulação de capital no Pós Segunda Guerra delimitando o campo da luta de classes, buscou um modelo que minimizasse os conflitos entre trabalhadores/as e burguesia, que construísse instituições estatais capazes de resolver os interesses antagônicos em torno do capital, que aliasse crescimento econômico com distribuição de renda e que garantisse qualidade de vida para todos/as os/as cidadãos/cidadãs através da defesa dos direitos sociais e da busca por justiça social, permitindo, assim, que se pensasse em “possibilidades de uma hegemonia (...) oriunda do mundo do trabalho” (Antunes, 2009, p. 44).

Todavia, sendo a “racionalização capitalista do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho”[76] o eixo de sustentação desse aparente “compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado” (Antunes, 2009, p. 40), o esgotamento econômico de seu decurso de acumulação compromete tanto as relações estruturais quanto as relações superestruturais da sociedade capitalista e, assim, toda a nocividade do capital em crise se abre em chagas no final do século

[76] Antunes (2009, p. 38-39) esclarece que esta racionalização se refere ao binômio fordismo/taylorismo que, por sua vez, baseava-se na produção em massa de mercadorias, de forma “homogeneizada e enormemente verticalizada”, e estruturava-se “no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas e na redução da ação operária a um conjunto repetitivo e mecânico de atividades” que levou à nítida separação entre “a dimensão intelectual do trabalho” e a sua execução. Para o autor, “esse processo de desantropomorfização do trabalho e sua conversão em apêndice da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. À mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevalecente a sua extração intensiva (...)”.

XX[77]. Esse é o contexto no qual o Estado de bem-estar social se torna um mal-estar para o capital e a ofensiva capitalista neoliberal irrompe no âmago do "processo de reestruturação produtiva do capital" que, por sua vez, se constitui na "base material" do ideário sociopolítico de dominação do neoliberalismo (Antunes, 2009, p. 60). A esse respeito, o autor nos diz o seguinte:

> Opondo-se ao contrapoder que emergia das lutas sociais, o capitalismo iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um processo de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (Antunes, 2009, p. 50).

Ao pretender a conservação de sua hegemonia a partir do desmantelamento dos direitos sociais e trabalhistas, da hostilização às organizações sindicais e aos princípios e valores histórico-societais de vieses socialistas, da privatização do público, da propagação do individualismo e da responsabilização pessoal e da utilização da força do Estado para subjugar todas as relações sociais à logicidade

---

[77] Os principais sintomas do desencadeamento da crise estrutural do capitalismo nas últimas décadas do século XX são apresentados por Antunes (2009, p. 30-31): "1) A queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) O esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) A hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) A maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) A crise do *Welfare State* ou do "Estado do bem-estar social" e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) O incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico". E o autor ainda acrescenta, referindo-se a Bihr (1998), que "se o operário-massa foi a base social para a expansão do "compromisso" social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção" (Antunes, 2009, p. 43).

mercantil, características estas “da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte” (Antunes, 2009, p. 33), o capitalismo neoliberal atua de forma a cooptar a essência objetiva e subjetiva dos/as trabalhadores/as no sentido de subsidiar a construção “de uma nova forma de consciência de classe” fundamentada na “sociabilidade do capital” (Antunes, 2009, p. 43). Martins (2006, p. 14) esclarece que a matriz de sociabilidade[78] arquitetada para atender aos interesses da classe burguesa, ao adaptar as lutas da classe trabalhadora ao único horizonte histórico possível, a saber, o capitalismo neoliberal configurado enquanto “única opção societária capaz de garantir a democracia e promover a liberdade e a autonomia dos indivíduos”, delineou estratégias políticas e culturais globalizantes destinadas a disseminarem o individualismo, massificarem as manifestações e unificarem as subjetividades nas mais diversas práticas sociais, seja “pelas artes, pela moda, pela mídia” (Martins, 2006, p. 75), fazendo com que homens e mulheres perdessem “a condição humana de sujeito histórico para se tornarem simples objetos de dinâmicas sob as quais não têm a mínima capacidade de intervir coletivamente no sentido da mudança, restando apenas buscar táticas para adaptações à ordem natural das coisas” (Martins, 2006, p. 74).

Desde seus primórdios o pensamento capitalista neoliberal cultuou o invólucro atribuído ao significado da expressão “liberdade” pelos interesses a ele peculiares de forma a transformá-lo em um ideário sócio-político-econômico-cultural imprescindível para a construção da nova ordem mundial, organizada a partir do enlace instrumental entre Estado, mercado e democracia, no sentido de, ancorada em seus preceitos singulares, garantir o que o mercado considera como justiça social, dignidade humana e estabilidade civilizatória (Harvey, 2008). Dentre diversas outras, a expressão supramencionada apresenta uma profunda repercussão no senso comum das massas populares devido à comoção, à sedução e à persuasão a ela inerentes e, por isso, é amplamente utilizada pela classe dominante para defender qualquer tipo de estratégia teórico-prática direcionada para a manutenção de sua supremacia social através da manipulação do consentimento das classes subalternas. Segundo Martins (2006, p. 45-46),

---

[78] Para Martins (2009, p. 11), a sociabilidade corresponde à forma com que os “homens e as classes produzem e reproduzem as condições objetivas e subjetivas de sua própria existência”.

> o conceito de liberdade apresenta-se como algo absoluto e desvinculado de qualquer sentido histórico. A liberdade é pré-concebida como uma condição, mais precisamente, em um "estado de vida" que se localiza no indivíduo atomizado e abstraído das relações sociais gerais. A orientação das 'escolhas livres', expressão do "estado de liberdade", seria regida por leis universais, harmônicas e naturais, espontaneamente ordenadas pela concorrência. Ao contrário do que afirma Hayek, a "liberdade" é uma atividade histórica condicionada pela forma de produção coletiva da existência. Neste sentido, o ato voluntário de escolher será sempre determinado pelas condições materiais e culturais constitutivas da totalidade. Significa dizer que a "liberdade" possui fundamentos sociais que determinam seus limites e que indicam as suas possibilidades. No capitalismo, a liberdade significa o direito a ser explorado - para os que vendem a força de trabalho, e a ser explorador - para os que detêm os meios de produção. Ainda no século XIX, Marx e Engels (1982) já advertiam que sob o predomínio do modo de produção da existência capitalista, entende-se por liberdade o livre comércio e a relação de compra e venda.

De acordo com a teoria neoliberal, "as liberdades individuais são garantidas pela liberdade de mercado e de comércio" no sentido de "criar riquezas e melhorar o bem-estar da população em geral", todavia, tais liberdades incorporam, tão somente, os interesses privados dos detentores do poder econômico ao favorecerem a acumulação lucrativa de capital através do livre funcionamento das relações mercantis e de suas intrínsecas relações de exploração em detrimento dos interesses coletivos de caráter social, muitas vezes por meio da utilização de todo o aparato estatal para implementar as condições necessárias à reprodução do *status quo* (Harvey, 2008, p. 17). Para o autor, as forças que tornaram hegemônica a virada neoliberal no âmbito do capitalismo global atuaram de forma a reestruturar economicamente as formas de Estado nos mais diversos contextos geográficos, apesar de suas assimetrias, reduzindo e, em algumas situações, até suprimindo toda a "rede de restrições sociais e políticas" que limitava "os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas", a saber, a política redistributiva, o poder sindical, o controle na mobilidade do capital, a restrição da flexibilidade competitiva, a intervenção do Estado na economia, a regulamentação de empresas, a ampliação de investimentos públicos em serviços sociais, a industrialização nacional, o fortalecimento do mercado interno, o nacionalismo econômico, o controle e a regulamentação ambiental, o aumento real dos níveis dos salários e o compromisso do Estado de bem-estar social (Harvey, 2008, p. 21).

É nessa acepção que Harvey (2008, p. 26) indica que “a neoliberalização foi, desde o começo, um projeto voltado para restaurar o poder de classe” das elites econômicas através da “concentração de renda e riqueza nos estratos superiores da sociedade” e destaca que “o utopismo teórico de argumento neoliberal (...) funcionou primordialmente como um sistema de justificação e de legitimação do que quer que tenha sido necessário fazer para alcançar esse fim”. Chomsky (2002, p. 3) evidencia que os esforços via relações públicas empreendidos ao longo de décadas por financiamentos empresariais privados conceberam “uma aura quase sagrada” para as especificidades neoliberais a ponto de seus clamores justificarem desde “a redução de impostos para os ricos e sucateamento das regulamentações ambientais ao desmantelamento da educação pública e dos programas de seguridade social” e, mesmo que ondas de desigualdade social tenham sido intensificadas de forma abissal diante da dissolução de “todas as formas de solidariedade social (...) em favor do individualismo, da propriedade privada e da responsabilidade individual” (Harvey, 2008, p. 32), estas tornaram-se irrelevantes frente ao “antídoto” encontrado tanto para “as ameaças à ordem social capitalista” quanto para as “mazelas produzidas pelo próprio capitalismo” (Harvey, 2008, p. 29). Referindo-se a Polanyi (1954), Harvey (2008, p. 45) nos diz o seguinte:

> Numa sociedade complexa, assinalou ele, o significado da liberdade se torna tão contraditório e tão frágil quanto são estimulantes suas injunções a agir. Há, observou ele, dois tipos de liberdade, um bom e o outro ruim. Entre estes últimos, ele inclui "a liberdade de explorar o semelhante ou a liberdade de obter ganhos extraordinários sem prestar um serviço comensurável à comunidade, a liberdade de impedir que as invenções tecnológicas sejam usadas para o benefício público ou a liberdade de obter lucros de calamidades públicas secretamente planejadas para vantagens privadas". Mas, prosseguindo, Polanyi afirma que "a economia de mercado em que essas liberdades floresceram também produziram liberdades que valorizamos muito. Liberdade de consciência, liberdade de expressão, liberdade de reunião, liberdade de associação, liberdade de escolher o próprio emprego". Embora possamos "prezar essas liberdades em si mesmas" - e, sem dúvida, muitos ainda o fazem, elas foram em larga medida "subprodutos da mesma economia que também é responsável pelas más liberdades".

Embora o lócus da restauração do poder econômico seja a classe dominante, Harvey (2008) esclarece que, devido à instabilidade social que atravessa a configuração de uma classe, a neoliberalização propiciou a poucos indivíduos o

desenvolvimento da capacidade de acumular imensas fortunas pessoais e de exercer o controle sobre os mais diversos aspectos da vida social cotidiana mediante influências diretas e indiretas nos processos econômicos, políticos, educacionais, ambientais e culturais, quer sejam estatais ou privados, situação esta viabilizada através das vantagens e das proteções que circundam as atividades capitalistas às quais estas pessoas se dedicam, sendo que, em virtude da "mudança de poder da produção para o mundo das finanças" (Harvey, 2008, p. 42), tais atividades não são necessariamente as mesmas ao longo da história. Embora diversificados e permeados constantemente por tensões, os interesses em torno dos benefícios, dos proveitos e dos ganhos provindos da neoliberalização viabilizam a convergência corporativa do capital financeiro no que tange à desmedida influência sobre as mais variadas questões globais que atravessam a "consolidação do poder monopolista" (Harvey, 2008, p. 35).

Considerando as forças internas, as influências e as imposições externas nos mais diversos países, sejam estes centrais ou periféricos, cooptados pela retórica neoliberal, Chomsky (2002, p. 3) evidencia que o neoliberalismo se tornou "o paradigma econômico e político que define o nosso tempo", consistindo "em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais". Esta necessidade imperiosa de controle expressa por Chomsky (2002) caminha ao encontro da afirmação de Holloway (1997, p. 132) sobre a crise capitalista, pois, para ele, embora a crise capitalista tenha se revestido de uma crise econômica expressa na queda vertiginosa da taxa de lucro, "não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável", o que gerou a imprescindibilidade de "busca de novos padrões de dominação". Segundo Chomsky (2002, p. 3), o neoliberalismo, por sua vez, possibilita que estes novos padrões de dominação sejam implementados por partidos políticos de direita, de centro e, inclusive, por parte da esquerda tradicional através de políticas que "representam os interesses imediatos de investidores extremamente ricos e de menos de mil grandes empresas", possibilitando "uma crescente consolidação de poder oligopolista, monopolista e transnacional nas mãos de umas poucas corporações multinacionais centralizadas (Harvey, 2008, p. 90).

A abrangência expressa por Chomsky (2002) é compreendida sob o mesmo viés por Harvey (2008, p. 41) quando afirma que, “em suma, a neoliberalização significou a ‘financialização’ de tudo”, exatamente conforme havia declarado Thatcher sobre os desígnios neoliberais na Inglaterra do final do século XX: “a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito” (Harvey, 2008, p. 32). A transformação na subjetividade a que se refere, conduzida pela restauração estrutural do poder corporativo de uma elite econômica capitalista a partir de reformas institucionais fundamentadas na redução dos investimentos sociais, na flexibilização do mercado de trabalho, no livre empreendimento e na privatização,

> nos faz ter como foco a maneira como tantas corporações têm obtido lucros com a privação da esfera pública dos benefícios de suas tecnologias (como drogas contra a aids), bem como com as calamidades da guerra (como no caso da Halliburton), com a inanição e com o desastre ambiental. Evoca a preocupação de saber se muitas dessas calamidades ou quase calamidades (a corrida armamentista e a necessidade de combater inimigos reais ou imaginados) não terão sido secretamente criadas em benefício de corporações. E deixa muitíssimo claro por que os abastados e poderosos apoiam com tanta avidez certas concepções particulares de direitos e liberdades enquanto tentam nos persuadir de sua universalidade e sua bondade (Harvey, 2008, p. 46).

Na realidade, a ideia de liberdade irrestrita enquanto eixo nodal do regime neoliberal significa “a plenitude da liberdade para aqueles que não precisam de melhoria em sua renda, seu tempo livre e sua segurança, [sendo] um mero verniz de liberdade para o povo, que pode tentar em vão usar seus direitos democráticos para proteger-se do poder dos que detêm a propriedade” (Polanyi, 1954, p. 258 *apud* Harvey, 2008, p. 46). Em sua eloquência, ao propagarem “uma fé religiosa na infalibilidade do mercado desregulado”, os defensores do neoliberalismo condescendem que prestam “aos pobres, ao meio ambiente e a tudo o mais um fantástico serviço quando aprovam políticas em benefício da minoria privilegiada”, desconsiderando sumariamente milhares de vidas que se abrem em chagas diante de “um enorme crescimento da desigualdade econômica e social, um aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações e povos mais atrasados do mundo, um meio ambiente global catastrófico, uma economia global instável e uma bonança sem precedente para os ricos” (Chomsky, 2002, p. 3).

Esta concepção particular acerca dos direitos e das liberdades proporcionados aos detentores do poder econômico se solidifica à medida que as classes subalternas são persuadidas a acreditarem que as *benesses* do regime neoliberal abrangem, sem distinção, a todos os homens e a todas as mulheres, sendo esta aquiescência o "consentimento" evidenciado por Gramsci (1999) cuja obtenção torna-se imprescindível aos grupos dominantes enquanto instrumento de governo para exercer a hegemonia sobre as massas populares. Ao refletir sobre as bases materiais da fabricação do consentimento que permitiram que o neoliberalismo penetrasse no senso comum e fosse compreendido, legitimado e naturalizado como uma prática reguladora, inclusive, dos modos de pensar o ordenamento social, Harvey (2008, p. 51) explicita que a retórica da "liberdade individual" alicerçada em políticas que incentivam o livre mercado, o empreendimento privado, a iniciativa empresarial e a responsabilidade pessoal, uma vez soberana nas sociedades capitalistas e posta como uma garantia do bem-estar da vida humana[79], mesmo não pressupondo a concretização de nenhum tipo de "justiça social" - tendo em vista que esta carece de "solidariedades sociais" que, necessariamente, submetem "vontades, necessidades e desejos individuais à causa de alguma luta mais geral em favor de, por exemplo, igualdade social ou justiça ambiental", forja a concepção da igualdade de oportunidades e de escolhas no âmago de um regime que viabiliza a "acumulação por espoliação"[80] e preconiza a "ética de mercado"[81], tornando-a mais importante, inclusive, que a noção de igualdade de direitos e de resultados (Martins, 2006).

Martins (2006, p. 44) ressalta que toda a impetuosidade neoliberal envolvendo os princípios da liberdade e da propriedade privada evidencia a

---

[79] Chomsky (2002, p. 3) esclarece que o livre mercado considera-se "como o único alocador racional, justo e democrático de bens e serviços", bens e serviços estes que visam substituir os direitos sociais.

[80] Segundo Harvey (2008, p. 172-178), a atual acumulação por especulação própria do neoliberalismo envolve, por um lado, a "restauração do poder de classe" e, por outro, a "perda de direitos" a partir da implementação das seguintes idiossincrasias: "privatização e mercadificação", "financialização", "administração e manipulação de crises", "redistribuições via Estado".

[81] "A mercadificação presume a existência de direitos de propriedade sobre processos, coisas e relações sociais, supõe que se pode atribuir um preço a eles e negociá-los nos termos de um contrato legal. Há aí o pressuposto de que o mercado funciona como um guia apropriado - uma ética - para todas as ações humanas. (...) A neoliberalização sem dúvida reverteu os limites da mercadificação e muito ampliou o alcance dos contratos legais" (Harvey, 2008, p. 178).

valorização do “individualismo como valor moral radical”, principalmente quando atrelado às questões do consumismo, do empreendedorismo, da competitividade e da responsabilização no íntimo das relações materiais e sociais de produção, enquanto estratégia de consolidação da hegemonia da sociabilidade burguesa empregada no sentido de promover a felicidade e a realização pessoal, “de naturalizar a condição histórica do homem e de fragmentar a sua inserção na vida social, como se fosse possível isolar o indivíduo da sociedade, visando abstrair o homem das relações sociais, naturalizar a sociedade e justificar as desigualdades e a exploração do capital sobre o trabalho”. Para o autor, as implicações deste padrão de sociabilidade neoliberalizante perpassam a desqualificação do coletivismo, a inércia da solidariedade de classe, a reconfiguração do conceito de cidadania pelo capital, a construção de subjetividades massificadas e unificadas, o remodelamento acrítico das formas de pensar, de sentir e de agir e o enfraquecimento da luta anticapitalista, sendo que esta noção mercantilizada do individualismo atravessa a “repolitização da política de toda a sociedade” através da “construção de uma unidade moral, intelectual e política” capaz de reunir “as diferentes forças sociais em torno de uma única concepção renovada de mundo” no sentido de efetivar a colaboração interclasse e a coesão social no âmago do processo de afirmação do poder hegemônico da burguesia (Martins, 2006, p. 97-98). Não sem propósito foi a declaração de Thatcher visando legitimar sua implacável retórica neoliberal de destrutibilidade de todas as formas de solidariedade social em prol da liberdade individual, da propriedade privada e da responsabilidade pessoal: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” (Harvey, 2008, p. 32).

Pensar a organização da sociedade a partir dos preceitos de um “individualismo econômico num período em que ele se tornou anacrônico e anti-histórico” (Gramsci, 2001, p. 268) devido à intensificação das relações configuradas a partir da logicidade mercantil que se sustenta na apropriação individual da riqueza, na obtenção do lucro em grau máximo e na “mercadificação de processos, coisas e relações sociais”[82] pressupõe, necessariamente,

[82] Segundo Harvey (2008, p. 162), “a corporatização, a mercadificação e a privatização de ativos até então públicos têm sido uma marca registrada do projeto neoliberal. Seu objetivo primordial tem sido abrir à acumulação do capital novos campos até então considerados fora do alcance do cálculo de lucratividade. Todo tipo de utilidade pública (água, telecomunicações, transporte), de benefícios sociais (habitação social, educação, assistência à saúde, pensões), de instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa, presídios) e mesmo operações de guerra (como o ilustra o exército de

compreender as disparidades medulares do capitalismo neoliberal existentes entre a abstração discursiva das metas declaradas publicamente referentes ao bem-estar de todos/as os/as cidadãos/cidadãs e a concretude de suas consequências atinentes à restauração do poder de classe (Harvey, 2008, p. 176). Nesse diapasão, espera-se que o Estado neoliberal assegure todas as garantias para o funcionamento pleno do livre mercado e, ao mesmo tempo, "funcione efetivamente como entidade nacionalista, corporativa e competitiva no mercado mundial"; sustente sua "legitimidade em relação às liberdades individuais" e, ao mesmo tempo, não revele suas nuances antidemocráticas e autoritárias; preserve "a integridade e a desregulamentação do sistema financeiro" e, ao mesmo tempo, controle e regule a "volatilidade especulativa, os escândalos financeiros e a instabilidade crônica"; incentive a concorrência e a competição impetuosas e, ao mesmo tempo, promova a "consolidação de poder oligopolista, monopolista e transnacional nas mãos de umas poucas corporações multinacionais centralizadas"; destrua todas as formas de solidariedade social e, ao mesmo tempo, combata a desordem e os "comportamentos anti-sociais resultantes" (Harvey, 2008, p. 89-91). Esta conjuntura nos remete aos dizeres de Martins (2006), devidamente fundamentado em Gramsci (2001), sobre o conceito de hegemonia.

> A hegemonia é uma relação contemporânea de poder presente nas sociedades capitalistas que expressa a dominação de uma ou mais frações de classe sobre o conjunto de sua própria classe e das classes adversárias, em que o econômico e o político expressam a direção moral e intelectual a ser seguida pelo conjunto da sociedade. O exercício da hegemonia se manifesta como processo histórico e se faz por meio de diferentes organizações localizadas na sociedade civil e por estratégias variadas que atravessam o campo cultural, mas sempre envolve, em última instância, a luta pelo controle material e simbólico dos bens construídos pela humanidade, como também o papel do Estado e os modos de pensar e de agir presentes numa sociedade. Trata-se de uma relação ativa e complexa que abriga negociações, concessões e rearranjos de poder, mas que não eliminam as contradições centrais.

As instabilidades e as contradições inerentes ao Estado neoliberal desnudam fissuras que, segundo Harvey (2008), foram suturadas pelo neoconservadorismo no contexto da coalizão estadunidense construída nas últimas décadas do século XX

---

contratantes privados que operam ao lado das forças armadas no Iraque) foi privatizado em alguma medida por todo o mundo capitalista e para além dele (na China, por exemplo)".

entre os interesses financeiros da elite burguesa, que objetivava a restauração do poder de classe e os valores morais da classe trabalhadora branca e cristã, que desejava a prevalência de seu senso de virtude social[83]. Centrado em valores tangentes à "retidão moral", ao "nacionalismo cultural", ao "cristianismo evangélico", à "família tradicional" e à "militarização permanente", o movimento neoconservador apoiava "a virada neoliberal economicamente mas não culturalmente", devido à defesa férrea que assumia em oposição aos "excessos liberais" de movimentos configurados sob a perspectiva de ações afirmativas, feministas, homossexuais e ambientalistas, tendo se materializado socialmente em argumentos de enaltecimento de valores morais e politicamente em forças eleitorais da direita e da extrema direita favoráveis "ao poder corporativo, à iniciativa privada e à restauração do poder de classe" não somente nos EUA, mas em grande parte do globo (Harvey, 2008, p. 92-94).

Ao direcionar suas reflexões para a instrumentalidade do neoconservadorismo à hegemonia do neoliberalismo, Freire (2018) observa que a *práxis* neoconservadora, que sempre se fez presente nas relações cotidianas de diversas realidades sociais, expressa a dinâmica da luta de classes entre interesses antagônicos constituintes da sociabilidade burguesa que se movimenta no sentido de adequar a reprodução dos modos de ser e de pensar às necessidades do capital. Reportando-se a Gramsci (1999), a autora explicita que o neoconservadorismo é uma das expressões do senso comum, ou seja, da consciência objetivada do ser social que manifesta valores que foram inculcados acriticamente a partir da concepção de mundo imposta pela classe dominante e que apresenta a capacidade de engendrar normas de conduta por mais esdrúxulas que sejam, como, por exemplo, o paradoxo intrínseco na adesão de trabalhadores/as, em ampla e assustadora escala, a partidos políticos da direita e da extrema direita que defendem e implementam contrarreformas estruturais de caráter neoliberal e neoconservador legitimadoras dos interesses privatizantes próprios e exclusivos da burguesia no âmago de um movimento que afeta, profunda e negativamente, as dimensões concretas de suas próprias vidas.

---

[83] O termo neoconservador foi utilizado pejorativamente pela primeira vez nos EUA por membros liberais do Partido Democrata ao se referirem àqueles que haviam se transferido para o Partido Republicano, recrudescendo a pauta política à direita com a eleição de Reagan na década de 80 pelo republicanismo conservador (Carlos e Gentile, 2020; Silva *et al.*, 2020a; Souza, 2016).

Gramsci (1999, p. 96-97) esclarece as condições em que tal contradição se efetiva ao afirmar que existem diversas concepções de mundo e que sempre é possível escolher entre uma delas - partindo do pressuposto que toda e qualquer ação é sempre uma ação política que pode se manifestar de forma “independente e autônoma” ou “submissa e subordinada”, a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, “fatos políticos” e, nesta acepção, diante da retórica da escolha que comumente é fictícia no discurso neoliberal, “quando o contraste se verifica nas manifestações vitais de amplas massas, ele não pode deixar de ser a expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social”. Considerando o senso comum como “um produto e um devir histórico”, o autor alerta para o fato de uma concepção de mundo não ser julgada segundo critérios de verdade e falsidade, mas sim a partir da sua capacidade de mobilizar, unificar e conservar interesses difusos e antagônicos, fruto das contradições de classe, em torno de um projeto de sociedade que se pretende hegemônico, percepção esta crucial para a compreensão do neoconservadorismo enquanto expressão de uma determinada concepção de mundo produzida no interior das relações sociais e que, em dado momento histórico, se configura em um projeto político a partir do “esforço de articulação e de produção não só do que já existe, mas, sobretudo daquilo que se deseja que exista” (Freire, 2018, p. 181).

Embora os termos conservadorismo, neoconservadorismo e neoliberalismo não sejam sinônimos, torna-se importante compreendê-los a partir de suas funcionalidades ao capital financeiro tendo em vista os significados sociais que representam. Souza (2016, p. 361-363) busca em Marx (1985, p. 292), em sua obra prima intitulada *O Capital*, a crítica realizada sobre o pensamento político de Edmund Burke[84], reconhecido como o precursor da matriz conservadora, cuja influência se faz presente em tempos contemporâneos “nas posições políticas de vários sujeitos políticos e no discurso cotidiano dos indivíduos, grupos e classes”.

> Edmund Burke (...). Esse sicofanta, que a soldo da oligarquia inglesa bancou o romântico em face da Revolução Francesa, do mesmo modo que, a soldo das colônias norte-americanas, bancara no início dos motins americanos o liberal diante da oligarquia inglesa, era sob

[84] Na obra intitulada *Reflexões sobre a revolução na França* (1790), Burke apresenta os interesses políticos e econômicos e os ideais culturais e simbólicos da aristocracia francesa que fora golpeada pelo processo revolucionário jacobino, estabelecendo, assim, o marco da tradição conservadora antirrevolucionária (Souza, 2016).

> todos os aspectos um burguês ordinário: “As leis do comércio são as leis da Natureza e consequentemente as leis de Deus”. (...) Não é de admirar que ele, fiel às leis de Deus e da Natureza, vendeu sempre a si mesmo no melhor mercado! (...) Em face da infame falta de caráter, que predomina hoje, e da crença mais devota nas “leis do comércio”, é dever estigmatizar, sempre de novo, os Burkes, que se diferenciam de seus sucessores apenas por uma coisa: Talento!

Na análise de Souza (2016, p. 362-364), o pensamento conservador de Burke constitui-se a partir de uma concepção “antirrevolucionária” que naturaliza as hierarquias e as desigualdades sociais presentes em uma sociedade burguesa dividida em classes socioeconômicas na defesa acirrada pela manutenção do *status quo*, considerando-as “perenes e insuperáveis”. Esta concepção de mundo, apesar de se revestir em capilaridades próprias no interior de cada organização social onde aflora, considera a busca por justiça social, a luta por direitos sociais e humanos, a demanda por igualdade social e a persecução por ideais democráticos[85] “um atentado contra a sociedade” devido à desestabilização e à destruição da ordem estabelecida provocadas pela “decadência e degradação” imputadas às tradições morais, como o são, para os neoconservadores, as estigmatizadas correntes anticapitalistas, socialistas e comunistas[86]. Para Freire (2018, p. 186), o conservadorismo de Burke se particulariza ao afastar, abstrair e mistificar as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista em um processo de substituição da “realidade objetiva por abstrações moralizantes”, sendo que, dentre estas, o preconceito se evidencia e adquire, na *práxis*, densidade política e cultural.

Moralidade e preconceito são estigmas do conservadorismo que foram incorporadas pelo neoconservadorismo em um momento histórico de consolidação da hegemonia neoliberal centrada no poder do capital financeiro, por esta razão, para os neoconservadores, não bastaria o Estado garantir privatização, flexibilização, globalização, livre iniciativa, livre empreendedorismo e livre mercado se não garantisse, também, a regulação da moral e dos costumes - tidos por

---

[85] Segundo Burke, “Uma perfeita democracia é, portanto, a coisa mais vergonhosa do mundo. Sendo a mais vergonhosa, é também a mais temível” (Burque, 2014, p. 72).

[86] Em termos revolucionários, a aceitabilidade máxima de Burke caracterizava-se “por uma transição sem sangue, via conciliação de interesses”, que garantisse “a continuidade, ao menos formalmente, à institucionalidade política já estabelecida”, consistindo, portanto, em uma revolução sem revolução, uma mudança conduzida pelo alto, sem a presença das classes dominadas”, que não perturbasse a paz do povo, totalmente apartada de qualquer tipo de insurreição, ruptura abrupta, desordem, destruição e violência (Souza, 2016, p. 365).

tradicionais, que estivessem em consonância com os interesses socioeconômicos da classe dominante burguesa (Freire, 2018). Nos contextos sociais em que a sociabilidade neoconservadora se manifesta, “expressões autoritárias, preconceituosas e irracionalistas, atitudes moralizantes, intolerantes, discriminatórias e reacionárias têm sido a tônica”, sendo naturalizada “a reprodução do ódio, do medo e da barbárie social” (Freire, 2018, p. 178). A esse respeito, Barroco (2011, p. 209-210) nos diz o seguinte:

> O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças. (...) Temos medo de algo real ou imaginário. Quando o objeto do medo é tratado moralmente, torna-se sinônimo do “mal”. Ao mesmo tempo em que a moral serve ideologicamente para dar identidade ao objeto do medo, ela passa a justificar uma inversão na moralidade do sujeito: na luta contra o “mal” toda moral é suspensa, tudo é válido: o “mal” acaba justificando o próprio “mal”: a morte, a tortura, a eliminação do outro. Quando a ideologia do medo é internalizada na vida cotidiana, uma situação de insegurança excepcional passa a ser vivida como algo que pode vir a ocorrer a qualquer momento, um estado de alerta típico de situações de guerra.

O conteúdo político, teórico e social do discurso moralizante e preconceituoso do neoconservadorismo, fruto de um dos diversos modos possíveis de produção de significados e de sentidos delineados por organizações sócio-históricas determinadas, ao se vincular a posicionamentos contrários às pautas progressistas defendidas pela esquerda, legitima o racismo, a xenofobia, o machismo, a misoginia, o sexismo, o fundamentalismo religioso, o ódio à pobreza e sua criminalização; propaga o combate ao avanço dos direitos humanos; subestima a razão e superestima o irracionalismo, o imediatismo e o pragmatismo; convalida o desemprego estrutural e o trabalho precarizado; deprecia os direitos humanos, sociais e trabalhistas; defende a mercantilização e a mercadificação cada vez mais intensa de todas as dimensões da vida social; invisibiliza as contradições sociais

derivadas de uma estrutura de classes que se funda na propriedade privada dos meios de produção e da posse de bens[87] (Freire, 2018; Souza, 2016).

Esse fenômeno contemporâneo de "barbarização da vida (...) como elemento presente no cotidiano" (Barroco, 2011, p. 208) e de culpabilização pela "degradação da sociedade às características de certos indivíduos, ou classes, ou grupos, com base na sua origem ou condição socioeconômica" (Souza, 2016, p. 372), obscurece a realidade, individualiza as relações sociais, despolitiza as práticas sociais, naturaliza a desigualdade e a exploração, moraliza negativamente questões pessoais e sociais, provoca inseguranças objetivas e subjetivas na vida cotidiana, incita a violência e, historicamente, se constitui em um dos eixos centrais do fascismo ao estimular o uso da negação da verdade objetiva, da desvalorização da perspectiva de totalidade, do poder de polícia, da força bruta, da arbitrariedade política e econômica, do autoritarismo, do armamento, do linchamento e da morte[88] (Barroco, 2011; Eufrásio, 2019; Souza, 2016).

Sobre as nuances fascistas neoconservadoras no interior do neoliberalismo, Harvey (2008, p. 46) nos diz que "o utopismo (...) neoliberal está fadado à frustração pelo autoritarismo ou mesmo pelo fascismo declarado". Para o autor, as liberdades individuais intrínsecas na *práxis* mercadológica chocam-se com o autoritarismo neoconservador e, reportando-se a Polanyi (1954), enfatiza que, nesse contexto, as "boas liberdades" se perderiam e as "más liberdades" assumiriam o controle da vida

---

[87] Para Burke, "a característica essencial da propriedade, resultante de princípios combinados de sua aquisição e conservação, consiste em ser desigual. Por conseguinte, torna-se necessário protegê-la da possibilidade de qualquer perigo, uma vez que excita a inveja e estimula a rapacidade" (Burque, 2014, p. 72).

[88] Em artigo publicado sobre a ofensiva neoliberal, Barroco (2015) relembra "o pronunciamento fascista da jornalista Rachel Sheherazade" ao apoiar a ação bárbara dos "justiceiros" - jovens motoqueiros que espancaram e acorrentaram um adolescente negro nu a um poste, no Rio de Janeiro, em 2014, assim como os dizeres de Safatle (2014) no *Jornal Folha de São Paulo* a respeito: "Seus pais já apoiavam, com lágrimas de felicidade nos olhos, os assassinatos perpetrados pelo esquadrão da morte. Seus avós louvaram as virtudes do golpe militar de 1964, que colocaria de vez a ordem no lugar da baderna. Seus bisavôs gostavam de ver a polícia da República Velha atirando contra grevistas com aquele horrível sotaque italiano. Seus tataravôs costumavam ver cenas de negros amarrados a postes com um certo prazer incontido. Afinal, já se dizia à época, alguém tinha que pôr ordem em um país tão violento. Sim, tais pessoas sempre estiveram no mesmo lugar. Só mudaram as gerações. Não há como compreendê-las nem nunca haverá acordo possível com elas. Que acordo haveria com alguém que nem sequer é capaz de estranhar seus próprios gestos no momento em que espanca, arranca a roupa e amarra alguém em um poste? Ou com alguém que não teme em justificar ação tão nobre e edificante? Contra pessoas desse tipo, não se procura um acordo nem se deve esperar que elas mudem. Luta-se contra elas, sem trégua, até que tenham medo de mostrar sua barbárie na rua e a escondam dentro de suas próprias casas".

social no âmago de um processo de restrição da liberdade das massas - sendo esta a liberdade que garante a legitimidade neoliberal, em benefício da liberdade apenas dos detentores do poder político e econômico, o que evidenciaria o viés antidemocrático do neoliberalismo. Nas palavras de Harvey (2008, p. 92), “em sua preocupação com a ordem, o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre” e, referenciando-se ao autor, Lacerda (2018, p. 62) afirma que “o neoconservadorismo é a manifestação explícita do autoritarismo implícito no neoliberalismo”.

Lacerda (2018, p. 61-63) observa a existência de uma “aliança paradoxal” entre neoliberalismo e neoconservadorismo consolidada a partir de convergências e divergências. *Exempli gratia*, ambos atuam “contra a liberdade política”, por desvalorizarem as decisões governamentais favoráveis ao mercado e “contra a igualdade entre os cidadãos”, por discordarem das políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais e em defesa do Estado mínimo para o social e máximo para o capital através da privatização, da atração de capital financeiro, da extinção das regulações, da redução da taxação sobre grandes capitais e das políticas de austeridade e ajuste fiscal (Peroni, 2013). Não obstante, colidem no que tange às liberdades individuais neoliberais compatíveis “com o multiculturalismo, com movimentos pela liberdade artística e pela diversificação dos estilos de vida” e a moralidade neoconservadora; à necessidade neoliberal de criação de estímulos consumistas para o mercado e a produção neoconservadora de “uma ordem orientada para a repressão dos desejos”; e à demanda referente à liquefação das fronteiras internacionais pelo mercado neoliberal globalizante e o nacionalismo neoconservador. Enquanto o pragmatismo neoliberal evidencia a individualização de problemas de caráter coletivo mediante apresentação de soluções mercadológicas para os mesmos e a substituição das normas democráticas estatais pela logicidade empresarial centrada em critérios de eficiência e lucro, o moralismo neoconservador cria o ambiente propício para o autoritarismo implícito na gerência neoliberal muito em virtude da mobilização de uma “cidadania submissa” pelo discurso religioso fundamentalista.

O caráter despótico, opressor e antidemocrático do neoconservadorismo se manifesta na ação política da direita e da extrema direita justamente por esse

espectro político referir-se, desde seus primórdios[89], a posicionamentos do tradicionalismo, de defesa de valores morais e religiosos, do capitalismo e da liberdade de mercado, da ditadura e do militarismo, da ação estatal na recuperação das finanças empresariais e na repressão social, reagindo fortemente em sentido contrário às defesas da esquerda referentes à justiça social, ao igualitarismo e à socialização dos meios de produção econômica. Segundo Lacerda (2018, p. 39), além das teses conservadoras e anticomunistas que já constituíam a direita, a "nova direita" incorporou ao autoritarismo neoconservador teses antifeministas centralizadas em questões relativas "à família, à sexualidade e à reprodução" revestidas por valores religiosos cristãos, o que fez do feminismo um de seus grandes inimigos[90]. No Brasil contemporâneo, toda a radicalidade segregadora, irracional e autoritária das teses da "nova direita" configuraram-se na extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista (Silva, 2021), historicamente associada tanto às trágicas experiências do naszimo e do fascismo quanto à nossa formação sócio-histórica colonialista, escravagista, coronelista, ditatorial, patrimonialista, patriarcal e conservadora (Silva *et al.*, 2014), sendo que desta conjunção patológica ressurge a epígrafe integralista "Deus, Pátria, Família"[91] como

[89] O uso dos termos 'direita' e 'esquerda' deriva da organização da Assembleia Constituinte, no contexto de emergência da Revolução Francesa em 1789, na qual semelhantes se aproximaram de semelhantes ao ocuparem os espaços da direita - os moderados, conciliadores, conservadores e reacionários, e da esquerda - os reformistas, progressistas, socialistas e comunistas (Lacerda, 2018; Silva *et al.*, 2014).

[90] Em reportagem de Rebello e Mazieiro (2022) publicada às vésperas das eleições presidenciais no Brasil, o *Jornal The Intercept Brasil* denunciou o uso de "cartilha de ódio" pela igreja Assembleia de Deus de Santa Catarina para propagar "pânico moral" e "doutrinar fiéis" contra feministas, LGBTQI+ e Lula, o candidato do PT líder em todas as pesquisas eleitorais. Dentre as aberrações contidas na cartilha, destaco o seguinte trecho: "O feminismo representa uma das maiores armadilhas do mundo contemporâneo, levando a sociedade a um nível de depravação e perdição inimaginável. Como toda ideologia mundana, tomou proporções inimagináveis, financiando coisas sórdidas como: pedofilia, zoofilia, sexo desregrado, homossexualidade e diversas outras perversidades. O feminismo é uma aberração nascida no mais profundo inferno, produzindo divisão, briga, promiscuidade, homossexualidade e todo tipo de sordidez".

[91] Em entrevista para o *Site Brasil de Fato*, o historiador e pesquisador Odilon Caldeira Neto explicita que a Ação Integralista Brasileira - AIB, fundada por Plínio Salgado em 1932 - ano de lançamento do documento intitulado *Manifesto de Outubro*, cujo conteúdo expressa os ideários do fascismo italiano que norteou ideologicamente o movimento gestado no contexto político-cultural da década de 1920, precisa ser compreendida de forma correlacionada com a experiência republicana brasileira que, desde seus primórdios, foi profundamente marcada por manifestações da extrema direita e, por isso, "a mentalidade fascista que é organizada, tutelada, estruturada e disseminada pela AIB ao longo de 1932 a 1937" ultrapassa historicamente esse movimento e não pode ser negligenciada na contemporaneidade. Conhecido como a primeira organização política de massa na história política brasileira e a principal organização de tipo fascista fora do continente europeu, o

o *slogan* da campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro pelo PSL em 2018 permeada por todas as características fascistas já denunciadas por Adorno (1950, p. 258 *apud* Severo *et al.*, 2019, p. 16) na primeira metade do século XX:

> a) Tradicionalismo, que se expressa numa adesão acrítica aos valores dominantes do *status quo*, senão com desejo de volta a um passado imaginado; b) Submissão a uma figura autoritária, a qual passa a representar os valores do grupo de referência; c) Agressividade exacerbada dirigida contra grupos identificados como inimigos, reais ou imaginários; d) Incapacidade de subjetivação, ou seja, impossibilidade de produzir relações lógicas com quaisquer elementos que fujam à observação imediata; e) Visão de mundo estereotipada e supersticiosa, que produz o entendimento social com base em categorias rígidas; f) Preocupação exacerbada com poder, expressa numa preocupação de demonstrar força, masculinidade e valentia; g) Visão cínica e destrutiva do mundo com uma narrativa e atuação de hostilidade generalizada; h) Projetividade, que expressa uma percepção de perigos contínuos à existência dos grupos de referência e que leva à tensão emocional manifesta em raiva e, por fim; i) Preocupação continuada com o sexo, percebido não como uma condição, mas como ação, levando a situações de recalque dos grupos que aderem aos valores protofascistas.

Em suas reflexões *Sobre o conceito de história*, Löwy (2005, p. 103) afirma que, mesmo sem prever Auschwitz[92], Benjamin compreendeu perfeitamente o fascismo como "uma manifestação patológica da modernidade industrial capitalista que se apoia nas grandes conquistas técnicas do século XX", compreensão esta que fundamenta sua crítica em relação ao progresso uma vez que entende que este não fará com que as aterrorizantes manifestações fascistas desvaneçam instantaneamente. Mesmo reconhecendo que a modernidade possa ser configurada

---

movimento integralista utilizava slogans, figuras de linguagem, rituais e simbologias que os aproximavam dos similares fascistas e nazistas - como o uso do verde na indumentária, a letra grega sigma no logotipo do movimento e a saudação anauê. Plínio Salgado e diversos integrantes do Partido de Representação Popular - PRP apoiaram o golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil, sendo que o chefe integralista foi um fervoroso orador da "Marcha da Família com Deus e pela Liberdade", realizada em São Paulo em março daquele ano (Motoryn, 2021; Motoryn e Carvalho, 2021; Silva *et al.*, 2014).

[92] Auschwitz era um complexo com mais de 40 campos de concentração e extermínio operados pelo Terceiro *Reich* nas áreas polonesas anexadas pela Alemanha Nazista onde foi realizada a *"Endlösung der Judenfrage"*, também conhecida como a "solução final para a questão judaica". Considerado o centro do genocídio executado pelo nazismo e o símbolo dos horrores do holocausto, hoje o Memorial e Museu *Auschwitz Birkenau* faz com que as histórias de terror ali vivenciadas e as vidas dizimadas pelo esforço desumano e metódico de eliminação do outro remanesçam no tempo e não sejam olvidadas. Disponível em: <https://www.theauschwitztours.com/pt/auschwitz-concentration-camp/>. Acesso em: 02 out. 2022.

sob um viés em que “o progresso técnico não seja necessariamente nefasto”, Benjamin critica aqueles “que se espantam com o fato de que o fascismo ‘ainda’ seja possível no século XX, cegos pela ilusão de que o progresso científico, industrial e técnico seja incompatível com a barbárie social e política”, pois, para ele, enquanto as sociedades modernas continuarem submissas às relações de desigualdade, opressão, injustiça e exclusão, a possibilidade de produção de novas e imprevisíveis formas de catástrofes, massacres e desastres sempre será iminente (Löwy, 2005, p. 85).

> Ao contrário do que pretende o discurso tranquilizador da doxa atual, o aviso de incêndio de Benjamin guarda uma extraordinária atualidade: a catástrofe é possível - se não provável - *a não ser que…* Formuladas como as dos profetas bíblicos, as previsões pessimistas de Benjamin são condicionais: *eis o que corre o risco de acontecer se...* a que quer dizer: o pior não é inevitável, a história continua aberta, ela comporta outras possibilidades, revolucionárias, emancipadoras e/ou utópicas (Löwy, 2005, p. 152).

Na convergência entre teoria e prática, tendo em vista que é na tradição dos oprimidos frente à recorrência da barbárie dos poderosos que a fonte do fascismo se situa, interpretar dialeticamente a história contra o viés histórico dos opressores, ou seja, sob ponto de vista de todas as vítimas do passado é, para Benjamin, condição *sine qua non* para lutar contra o fascismo imposto pelas classes dominantes, pois, apesar das multidões serem “manipuladas pelas mãos dos ditadores”, os “núcleos de resistência” constituídos pelas “massas revolucionárias” que se sobrelevam em um momento de perigo são capazes de promoverem a ruptura com a “continuidade do cortejo dos vencedores” (Löwy, 2005, p. 67-84). Aos olhos benjaminianos, as classes subjugadas precisam reconhecer-se como “herdeira de vários séculos de lutas, de combates derrotados dos escravos, dos servos, dos camponeses e dos artesãos”, visto que “a força acumulada dessas tentativas se torna a matéria explosiva com a qual a classe emancipadora do presente poderá interromper a continuidade da opressão” (Löwy, 2005, p. 112).

O legado benjaminiano nos ensina que perscrutar a história, tanto em relação ao passado quanto ao futuro, consiste em “uma opção ética, social e política pelas vítimas da opressão e por aqueles que a combatem” (Löwy, 2005, p. 159). Nesse sentido, a tentativa de tecer, na trama do presente, o entrelaçamento de elucidações neoliberais e neoconservadoras perpassadas pelo conceito benjaminiano de história

e fundamentadas na apropriação do conceito gramsciano de hegemonia busca evidenciar a afirmação de Martins (2006, p. 275) tangente ao fato de que, “indubitavelmente, vivemos em tempos de hegemonia neoliberal”, hegemonia esta atravessada pela retórica neoconservadora e neofascista que provoca a destrutibilidade da sociedade brasileira contemporânea, sendo tais reflexões constituintes do *corpus* do próximo subcapítulo.

2.2. Confluências neoliberais e neoconservadoras na sociedade capitalista brasileira: a destrutibilidade contemporânea

Nesse hiato
entre o necessário e o possível,
sobrevém a tragédia.
(Daniel Bensaid, 2013)

Século XXI. Ano 2016. Brasília. Plenário da Câmara dos Deputados. Foi o primeiro dia que o vi. Foi a primeira vez que o ouvi. Naquele momento histórico sepulcral, durante a votação do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014 democraticamente pelo PT para o segundo mandato consecutivo, as palavras ditas por Jair Messias Bolsonaro, Deputado Federal representante da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista, eleito pelo Partido Progressista - PP (RJ) para o mandato 2015-2019, anunciavam, de forma extremamente assustadora, os tempos sombrios nos quais a sociedade brasileira submergiria:

> Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos nesta Casa. Parabéns Presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, o que o PT nunca teve. Contra o comunismo. Pela nossa liberdade. Contra o Foro de São Paulo. Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias. Pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos. O meu voto é sim[93].

[93] Dias após a declaração do então Deputado, a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro - OAB (RJ) impetrou duas representações, uma na Câmara dos Deputados e outra na Procuradoria-Geral da República, com pedido de cassação do seu mandato por quebra de decoro parlamentar e apologia à tortura - crime considerado inafiançável devido ao caráter de lesa-humanidade tipificado no artigo 287 do Decreto-lei nº 2.848/1940 (Brasil, 1940), que dispõe sobre o Código Penal. O Presidente da seccional, Felipe Santa Cruz, filho de Fernando Santa Cruz - militante do movimento político estudantil contra a ditadura cujo desaparecimento em 1974 é atribuído aos militares, comparou o discurso a palavras nazistas contra judeus: “O que ele [Bolsonaro] fez ali [no plenário da Câmara] é como um deputado subir no parlamento alemão para exaltar Hitler e defender a morte dos judeus. A apologia à tortura, ao fascismo e a tudo que é antidemocrático é intolerável. (...) Eu sempre achei o Deputado Bolsonaro uma figura folclórica. Mas ele está virando um porta-voz do ódio” (Souza, 2016, s.p.). Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2LC_v4J3waU>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Refletir, à luz de Benjamin (1987b), sobre o discurso proferido por aquele que viria a se tornar o Presidente do Brasil em 2018[94], pressupõe pensar no *continuum* de uma história que, ao relegar ao ostracismo a barbárie impressa nos silêncios de seus vencidos, menospreza e desrespeita os corpos que foram torturados e as vidas que foram ceifadas ao longo dos sucessivos governos que dominaram a arena política brasileira sob a égide da ditadura militar (1964 a 1985). Não obstante, o período lúrido e inexorável de mais de duas décadas - que pode ser considerado, parafraseando Victor Serge, a "meia-noite no século" brasileiro (Löwy, 2005, p. 35) - representa, para Bolsonaro, um tempo saudosista digno de ser comemorado diante da aquiescência face à selvageria das perseguições e dos exílios, à crueldade das torturas e dos assassinatos, à violação dos direitos humanos, à intransigência das censuras, aos ataques à imprensa, ao cerceamento da representação política e sindical, à precarização dos serviços públicos, à naturalização do autoritarismo, à profunda corrupção e à supressão da transparência, pois, para ele, conforme declaração própria, "o erro da ditadura foi torturar e não matar", sendo o Coronel Brilhante Ustra considerado "um herói nacional" (Dias, 2019, s.p.).

Destarte todo o horror que fora vivenciado em suas relações colonialistas, escravagistas e ditatoriais, a história brasileira ainda se depara, nos dias atuais, com o enaltecimento e a glorificação de um coronel do exército que, outrora, foi o responsável pela prisão, pela tortura, pela morte e pelo desaparecimento de tantas vítimas do regime militar, dentre estas, a Presidenta Dilma - PT. Em sua luta contra a repressão e a violência da ditadura militar e a favor da democracia e da liberdade de corpos e mentes no Brasil, Dilma iniciou sua militância em 1964 no auge de sua mocidade e, poucos anos depois, foi encarcerada e torturada por determinação de órgãos institucionais de inteligência e repressão política subordinados ao exército que sustentavam os governos militares, como o Departamento de Ordem e Política

[94] Duarte e Cézar (2020) consideram que o voto de Bolsonaro - PP (RJ) elogiando publicamente o torturador de Dilma - PT certamente pode ser considerado um marco a respeito da guinada política que abriu caminho para a ascensão da extrema direita ao poder. Ao considerar o fascismo um gênero e o fascismo italiano e/ou o fascismo brasileiro, por exemplo, como espécies do neofascismo, Boito Júnior (2019, p. 4) compreende que, apesar de Bolsonaro - PSL (2018-2022) ter sido um presidente neofascista sustentado por um movimento neofascista, durante o seu mandato não existiu no Brasil um regime político fascista e sim uma "democracia burguesa deteriorada em crise", todavia, não descarta a possibilidade do ressurgimento do fascismo na contemporaneidade - mesmo que assuma formas distintas de sua matriz histórica - devido às circunstâncias que são criadas pelo capitalismo neoliberal propícias para o surgimento de movimentos autoritários e reacionários.

Social - DOPS e o Destacamento de Operações de Informação / Centro de Operações de Defesa Interna - DOI-Codi, sendo que este, sob o no Estado de São Paulo pelo Coronel Brilhante Ustra de 1970 a 1974, era denominado de “casa dos horrores” (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009, p. 47).

Em entrevistas à época, Dilma - PT declarou que, de fato, conheceu muito bem o senhor a quem Bolsonaro se referiu, definindo-o como “um dos maiores torturadores do Brasil”, uma vez que, sob o seu comando, “ao menos 50 pessoas foram assassinadas ou desapareceram e outras 500 foram torturadas” (Barba e Wentzel, 2016, s.p.), tendo relatado, ainda, que a prática da tortura desloca o que há de mais profundo na constituição de um ser humano e que tanto a dor física quanto a dor psicológica intrínsecas a estas práticas, materializam-se, a cada segundo, nos tremores sentidos na pele que são provocados pelo medo e pela espera da morte iminente (Dilma Rousseff, s/a; Kiefer, 2012; Lemos e Maciel, 2020; Rossi, 2014). No Tomo V / Volume I do Projeto “Brasil: Nunca Mais”, intitulado *A Tortura* (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 2), esta prática é descrita como “tudo aquilo que, deliberadamente, uma pessoa possa fazer a outra, produzindo dor, pânico, desgaste moral ou desequilíbrio psíquico, provocando lesão, contusão, funcionamento anormal do corpo ou das faculdades mentais, bem como prejuízo à moral”, sendo explicitados trezentos e dez tipos de tortura executados durante a ditadura militar brasileira, muitos desses autorizados e comandados pelo Coronel Brilhante Ustra que, de forma inédita, se tornou o primeiro oficial condenado pela justiça brasileira em uma ação declaratória por sequestros e torturas ocorridas entre 1972 e 1973 - dois dentre os vinte e um anos em que os militares governaram o país após a usurpação do poder pelo golpe de 1964[95].

[95] A condenação proferida pela 23ª Vara Cível de São Paulo e posteriormente confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), em 2012, em ação ajuizada por cinco integrantes da família Teles contra um dos mais destacados agentes dos órgãos de segurança durante a década de 1970, não se deu no âmbito penal. Tratou-se, exclusivamente, de uma demanda de natureza civil, que não resultou em indenização pecuniária nem em sanção criminal, mas no reconhecimento, pela Justiça brasileira, da existência de uma relação jurídica decorrente da prática de tortura e de violações de direitos humanos atribuídas ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em relação aos membros da referida família. Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/noticia?codigoNoticia=15281&Id=15281>. Acesso em: 09 out. 2022.

Em um país, o único da América Latina, em que nenhum torturador da época da ditadura militar havia sido até então condenado, o reconhecimento, inédito e singular, do Coronel Brilhante Ustra como torturador do DOI-Codi, assume relevante significado histórico por representar uma forma de reparação moral e política promovida pela justiça brasileira, principalmente na vigência da Lei nº 6.683/1979 (Brasil, 1979), que concede anistia a todos que "cometeram crimes políticos" ou "crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política" e autoriza o indulto aos acusados de tortura, assassinato e desaparecimento no período de 02/09/1961 a 15/08/1979. Segundo o *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985),* documento elaborado para preservar a memória não de "figuras de ficção, sem corpo e sem alma", não "de simples dados estatísticos", mas "de homens e mulheres com uma identidade própria e inconfundível, cujas vidas foram brutalmente ceifadas" (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009, p. 13),

> (...) há sete anos, a ONU vem sugerindo ao Brasil acabar com a Lei de Anistia, mas o governo tem ignorado suas sugestões. Em 2001, o Comitê contra a Tortura da ONU sugeriu o mesmo ao governo brasileiro. O Brasil não conseguirá lidar com seus problemas em relação à tortura e superar a impunidade caso não se ocupe com o seu passado. Em 2008, o Comitê apelou para que o Brasil abandone a Lei de Anistia. De acordo com Nowak, os crimes de tortura não prescrevem. Há jurisprudência suficiente que mostra que leis de anistia não devem ser usadas para impedir investigações. É obrigação do Estado investigar a tortura e levar os responsáveis à justiça. Isso sem limitações. (…) A tortura é tão grave que nenhuma lei de anistia deve ser usada para impedir investigações. A impunidade constituiu-se na pior herança da ditadura e contabilizou a maior dívida da democracia. O interesse público em saber o que aconteceu no nosso passado recente remete à dimensão política dessa ação judicial que exige o funcionamento das instituições brasileiras. Recuperar os fatos é o caminho que busca a superação enfrentando a história e a memória (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009, p. 49).

Para o *Grupo Tortura Nunca Mais*[96], a ausência do acerto de contas do Estado Brasileiro com as atrocidades da ditadura militar configura-se, dentre outros, em um elemento que propiciou o clima onde Bolsonaro - PP pode, sem qualquer tipo de constrangimento, homenagear um torturador de forma execrável, pois

[96] Informações complementares disponíveis em: <https://www.torturanuncamais-rj.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2022.

“somente em um país que não foi capaz de levar à frente e julgar os crimes da ditadura é que se aceita conviver com tamanha naturalidade com elogios como esses”. Ao evidenciar “a conivência ou a leniência” do Congresso Nacional tratando como “galhofas” ou “mero exagero do politicamente correto” os atos reiterados de Bolsonaro - PP que sempre se aproximaram da incitação à violência e do cometimento de crimes, o Diretor do referido movimento afirma que as Casas Parlamentares transformaram-se em um lugar onde discursos de ódio e antidemocráticos encontram solo fértil para se proliferarem, inclusive, com repercussões em todas as demais instâncias da sociedade brasileira (Barba e Wentzel, 2016, s.p.). Esta repercussão social é observada pela Diretora, no Brasil, da Organização Internacional de Direitos Humanos *Human Rights Watch*[97], Maria Laura Canineu, ao explicitar que a declaração de Bolsonaro - PP é “absolutamente violenta à memória de tantos que morreram pelo ideal dessa própria democracia que ele ataca”, complementando que se torna “ainda mais lastimável” o fato dos dizeres do Deputado representar a visão de mundo - e de sociedade, de tantos/as eleitores/as brasileiros/as (Barba e Wentzel, 2016, s.p.).

De acordo com Gagnebin (2015, p. 6), “a ditadura brasileira é uma ditadura que se perpetua, que dura e contamina o presente”, e esclarece que, no Brasil, a inexistência em textos oficiais da expressão “vítima” em relação àqueles que foram encarcerados, torturados e assassinados durante o período da ditadura militar deve-se ao fato de que este estatuto presumiria, necessariamente, a existência de algozes e, desta forma, os dispositivos legais publicados a respeito os desoneram de qualquer responsabilização pelo cometimento dos crimes de lesa-humanidade[98],

---

[97] “Fundada em 1978, a *Human Rights Watch* é reconhecida por investigações aprofundadas sobre violações de direitos humanos, elaboração de relatórios imparciais sobre essas investigações e o uso efetivo dos meios de comunicação para informar e sensibilizar diversos públicos sobre suas causas. (...) A partir de casos concretos de violações, a *Human Rights Watch* se reúne com governos e organizações internacionais para propor políticas públicas e reformas legais necessárias para proteger direitos e garantir a reparação para vítimas de violações passadas”. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/about/about-us>. Acesso em: 13 out. 2022.

[98] A autora explicita que a Lei nº 6.683/1979 (Brasil, 1979), ao conceder anistia a todos que “cometeram crimes políticos” ou “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”, autoriza o indulto aos acusados de tortura, assassinato e desaparecimento no período de 02/09/1961 a 15/08/1979; e que a Lei nº 9.140/1995 (Brasil, 1995), apesar de “envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados” no período de 02/09/1961 a 05/10/1988 e de reconhecer como mortas pessoas “falecidas por causas não-naturais em dependências policiais ou assemelhadas que tenham participado ou tenham sido acusadas de participação em atividades políticas”,

crimes estes que, para Chauí (1987, p. 32), são congêneres aos executados pelo nazismo e pelo fascismo em um contexto de "impossibilidade da política"[99]. Segundo a autora, a tortura expressa a negação radical do outro como sujeito de direitos e, quando permanece sem reconhecimento, responsabilização e memória pública, contribui para a continuidade simbólica do autoritarismo, por isso preservar e enfrentar criticamente a memória da violência estatal constitui condição para fortalecer a democracia e superar estruturas que bloqueiam a efetiva realização da política. Ao analisar memórias políticas em democracias com heranças autoritárias, Teles (2007, p. 13-14) afirma que

> (...) as formas da narrativa, da experiência e do testemunho dos que compartilharam e refletiram o mundo são um aspecto importante para a compreensão das relações entre passado, pensamento e ação. Ao fim dos regimes de exceção, quando pensamento e realidade ainda se encontram dissociados, o ato de narrar histórias pode ser o modo mais apropriado de conferir significados aos novos eventos experimentados e de retomar os valores que as ações passadas produziram. O agir político faz com que o pensamento se debruce sobre a realidade, constituindo a gama de opiniões e significados vivos, com o auxílio da memória política. A volta às questões do passado autoritário não ocorre por mera reconstrução da memória factual da repressão, em uma simples presentificação do passado. A narrativa transforma o ocorrido em experiência e enriquece a reflexão do pensamento. Trata-se de realçar "a pulsão que se dirige ao que fomos e ao como fomos e ao que deixamos de ser e ao que e como seremos daqui em diante" (Sosnowski, 1994, p. 15). Aquilo que menos conhecemos dos tempos de repressão, os detalhes e sentimentos, aparece em destaque na narrativa; é o plano

---

pessoas "que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público", pessoas "que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público" e pessoas "desaparecidas que tenham sido detidas por agentes públicos por participação ou acusação de participação em atividades políticas sem que delas haja notícias", não prevê o devido processo legal que deveria ser executado contra os responsáveis por tantas *mortis causa*.

[99] "No caso do Regime de 64, à moda do terror do nazi-fascismo e da monarquia medieval, a representação sofreu uma inversão profunda: é porque se governa que se é representante. Este aspecto é fundamental para que compreendamos porque a tortura foi institucionalizada. Em outras palavras: governar transforma alguns em representantes que é preciso saber o que representam. Representam o governo o qual, representando-se a si mesmo, identifica-se com a vontade geral, isto é, com a nação sob o signo da Segurança Nacional. Uma vez que representam a Segurança Nacional, os membros do governo consideram-se providos do direito e do dever de defendê-la e, nessa defesa, institucionalizam a tortura. Em outros termos, recuperam do terror e da monarquia absoluta o direito de vida e morte sobre toda a sociedade. É essa inversão fantástica que designei como impossibilidade da política" (Chauí, 1987, p. 32).

> do trivial, das pessoas comuns, aproximando-nos do incompreensível.

Para Benjamin (1987b, p. 225), a construção histórica sob o olhar dos oprimidos, dos excluídos, dos injustiçados e dos silenciados se efetiva, no tempo presente, a partir da rememoração e da redenção das vítimas de um passado marcado por desumanidades, pois, somente através deste movimento crítico reflexivo de "escovar a história a contrapelo", torna-se possível interromper o triunfo *continuum* da hegemonia das classes dominantes, uma vez que este processo hegemônico se configura, a cada momento histórico, em novas catástrofes e em novas barbáries que oprimem, excluem, injustiçam e silenciam aqueles que jazem ao chão (Löwy, 2005). Nesse sentido, os ecos contemporâneos de apologia à tortura praticada ao longo dos anos da ditadura militar brasileira que atravessam o discurso proferido pela figura nefasta de Bolsonaro - PP durante o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma - PT refutam, impunemente, o apelo contido nesse passado ignoto quanto à reparação dos crimes cometidos e à condenação moral de todos que os infligiram e, assim, reproduzem, no presente, um futuro onde violentas derrotas para aqueles historicamente sobrepujados continuarão sendo proliferadas.

Romper com este paradigma pressupõe, não somente, a rememoração das vítimas desse passado trágico que fez perecer centenas de pessoas no confronto com o autoritarismo e a violência explícita do regime militar, libertando-as das amarras sombrias intrínsecas nas intensas estratégias de coerção que as relegaram ao esquecimento histórico, mas, sobretudo, a busca pela redenção através do delineamento, no presente, de possibilidades de luta capazes de promoverem os enfrentamentos necessários às catástrofes impostas pelo *continuum* vitorioso das classes dominantes que, segundo a perspectiva benjaminiana, em nada se diferenciam das atrocidades outrora cometidas contra a humanidade[100]. No caso

[100] Em sentido oposto à história brasileira, a história alemã compreendeu esta imprescindibilidade e busca, de forma constante, a sua redenção através da rememoração das atrocidades cometidas pelo regime nazista de Adolf Hitler, não permitindo a omissão, o esquecimento ou a negação destas para que não sejam novamente revivificadas em nenhum outro momento histórico, visto que, na Alemanha, o holocausto não é considerado simplesmente um fato histórico e negá-lo consiste em crime passível de pena de prisão. Há décadas o governo alemão implementa políticas públicas que buscam efetivar a responsabilidade histórica dos alemães para com o genocídio de cerca de seis milhões de judeus conduzido pelo regime nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Dentre estas, na área educacional, a tematização do nazismo e do holocausto é parte integrante e

brasileiro, diante da “ausência de uma dimensão pública de expressão do vivido” na construção social de uma memória coletiva do sofrimento e da dor das vítimas dos homicídios, dos desaparecimentos, das prisões, dos sequestros, das perseguições, dos exílios, e das torturas no bojo do autoritarismo e dos atos de violência extrema do regime militar ditatorial, os silêncios indizíveis sobre os anos de repressão, tanto os interiores aos sujeitos que impossibilitam “a narração do incompreensível sofrido”, quanto os exteriores aos sujeitos que implicam na “falta de responsabilização do Estado” pelas atrocidades cometidas na supressão da existência do outro, ultrapassam “a mera passagem institucional de um governo de exceção para um democrático” (Teles, 2007, p. 6-17).

Esta transição, em si, não se tornou suficiente para esclarecer a verdade diante dos sigilos dos arquivos públicos estatais, para realizar a justiça diante da anistia que considera conexos e igualmente perdoados todos os crimes praticados por motivação política e para promover a reparação material, moral e ética das vítimas diante das alegações de prescrição, permitindo que, ao longo dos anos da frágil democracia brasileira, a impunidade se transformasse em incitação para os opressores do presente (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 2009)[101]. Em seus estudos benjaminianos, Löwy (2002, p. 204) enfatiza que o fascismo ocupa lugar central nos esforços envidados pelo autor em sua busca pela construção de uma teoria da história que fosse capaz de perceber peculiaridades fascistas no âmago das relações sociais, inclusive em contextos democráticos, ou seja, que fosse capaz de compreender que “as irracionalidades do fascismo são apenas o avesso da racionalidade instrumental moderna” no que tange à amálgama capitalista do “progresso técnico e regressão social”. Nesses termos, o fascismo configura-se na maior ameaça à qual os oprimidos podem ser expostos na contemporaneidade, tendo em vista, além da existência de uma íntima relação com a barbárie social e política que se encontra posta no âmago da

---

obrigatória do currículo de História, sendo que os/as Professores/as têm garantida a liberdade de cátedra para aprofundar as abordagens pedagógicas em sala de aula mediante a realização de palestras contendo depoimentos de sobreviventes e de incursões a memoriais construídos em respeito às vítimas, como, por exemplo, o Museu de *Auschwitz-Birkenau*, em *Oświęcim*, na Polônia e o Museu do Holocausto, em Berlim, na Alemanha, promovendo, ainda, contextualizações sobre sistemas políticos envoltos pela democracia e pela ditadura (Neher, 2018).

[101] Birman (2023, p. 4) considera que “todos nós estamos enlutados, pois os nossos mortos não foram efetivamente enterrados, retirando brutalmente deles o respeito como humanos e não lhes reconhecendo, assim, a sua dignidade de ordem propriamente ética”.

sociedade capitalista, tanto a habilidade de apoderar-se do passado, subjugando-o aos seus interesses, quanto a capacidade de transformar as massas populares em instrumentos das classes dominantes, agrilhoando-as em suas relações de poder (Benjamin, 1987b; Gagnebin, 2015; Löwy, 2005).

Fascismo este que, segundo Löwy (2017; 2019), a partir de semelhanças basilares e diferenças substanciais quando comparado ao fenômeno do início do século XX, hoje sob a alcunha de "neofascismo"[102], encontra-se representado no Brasil pela nostalgia da ditadura militar que, por sua vez, envolve a defesa do culto reacionário à violência e à repressão. Nostalgia esta que, no discurso execrável proferido por Bolsonaro - PP ao homenagear um dos grandes símbolos do horror sofrido por aqueles/as que ousaram lutar por ideais democráticos, naturaliza prisões, torturas, mortes e desaparecimentos diretamente relacionados aos crimes ditatoriais de lesa-humanidade que não foram julgados por nenhum governo civil que sucedeu os governos militares. Naturalização esta que, por leniência ou por conivência dos atores políticos e sociais, transformou a Câmara dos Deputados em um espaço público de incitação à agressividade através dos discursos propagadores de ódio e de ideais antidemocráticos ao longo dos sete mandatos consecutivos de Bolsonaro enquanto Deputado Federal pelo Rio de Janeiro[103] (Barba e Wentzel, 2016). Câmara dos Deputados esta que deturpou, dissimuladamente, o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma - PT, uma vez que este consistiu em um golpe de Estado revestido por questões políticas, parlamentares, jurídicas, judiciais, econômicas, midiáticas, institucionais e misóginas, amplamente articulado pela direita neoliberal e neoconservadora e pela extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista, contra a ordem constitucional brasileira, provocando a disrupção do Estado Democrático de Direito e a imersão em tempos lúgubres e funestos (Jinkings *et al.*, 2016; Löwy, 2020; Nunes, 2019). Parafraseando Marx (2006, p. 06) na obra *O Dezoito Brumário*

---

[102] Chauí (2019, s.p.) compreende a potencialidade destrutiva do neofascismo em transformar "medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso de poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio".

[103] O referido político manteve, ao longo de sua trajetória, uma vinculação predominante com partidos situados no campo da direita, alternando entre diferentes legendas ao longo dos anos. Dentre elas, destacam-se: Partido da Democracia Cristã (PDC), de 1991 a 1993; Partido Progressista Reformador (PPR), de 1993 a 1995; Partido Progressista Brasileiro (PPB), de 1995 a 2003; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de 2003 a 2005; Partido da Frente Liberal (PFL), em 2005; Partido Progressista (PP), de 2005 a 2016; e Partido Social Cristão (PSC), de 2016 a 2017.

de Louis Bonaparte na qual o autor, ao refletir sobre o golpe de Estado na França do século XIX que levou Napoleão III ao poder, evidencia o movimento da história a partir da dinâmica entre as classes sociais, se a sociedade brasileira viveu uma "tragédia" em 1964, em 2016 viveu uma "farsa"[104].

A "tragédia" foi perpetrada contra o governo de João Goulart - PTB (1961-1964) com o propósito de impedir a materialização de um projeto democrático de desenvolvimento nacional, em sintonia com demandas populares por bem estar social, apoiado pelos movimentos sindicais e pelas forças progressistas, sendo que, dentre as principais reformas estruturais de base que pretendia realizar, destacavam-se a reforma agrária: desapropriação de latifúndios improdutivos, democratização da propriedade da terra, garantia de direitos aos/às trabalhadores/as do campo; a reforma educacional: valorização do magistério e do ensino público em todos os níveis e enfrentamento do analfabetismo com a propagação das pioneiras experiências do Método Paulo Freire[105]; a reforma fiscal: promoção de tributação justa, aumento da arrecadação do Estado e limitação da remessa de lucros para o exterior pelas empresas multinacionais; a reforma eleitoral: extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente e legalização do Partido Comunista Brasileiro - PCB; a reforma urbana: utilização justa do solo urbano e concessão de moradia digna para todas as famílias; a reforma bancária: ampliação do acesso ao crédito por produtores; a

---

[104] O autor explicita o seguinte: "Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa. (...) Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos".

[105] Ao idealizar um método de alfabetização para jovens e adultos de setores populares da sociedade brasileira objetivando erradicar o analfabetismo, Paulo Freire propôs o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita a partir de debates e reflexões críticas e coletivas sobre questões cotidianas basilares como trabalho, cidadania, alimentação, saúde, moradia, transporte, lazer, liberdade, segurança, propriedade, igualdade, felicidade, ética, política, economia, religiosidade, cultura, direitos sociais, dentre outras. As experiências eficazes do Método Paulo Freire no processo de alfabetização de 300 cortadores de cana de açúcar do Rio Grande do Norte, concluído com êxito em 45 dias, foram reconhecidas pelo governo brasileiro à época mediante convite para que o educador elaborasse, em 1961, um Plano Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos baseado nesta metodologia. No entanto, com a instauração da ditadura militar com o golpe em 1964, o Plano foi interrompido e Paulo Freire acusado de subversão devido ao método de alfabetização que propunha, tendo sido preso e exilado, retornando ao Brasil somente em 1980 após sua anistia (Silva, 2020).

reforma industrial: nacionalização de setores industriais de energia elétrica, refino de petróleo e químico-farmacêutico (Martins, 2021).

No entanto, como tais reformas não eram favoráveis aos interesses da alta burguesia nacional, dos latifundiários, dos grandes capitalistas multinacionais e do imperialismo norte-americano, a deterioração das relações, com ecos na igreja, na imprensa e no oficialato, transformou-se em forte oposição ao projeto de governo progressista de Goulart - PTB mediante acusações de conivência com a quebra da hierarquia militar, com o caos social e com o comunismo, configurando um cenário que engendrou e consolidou o golpe de Estado militar[106]. Este, por sua vez, interrompeu o desenvolvimento orientado para as demandas populares e adotou um modelo econômico em harmonia com os interesses das forças sociais que o respaldou em meio ao fechamento do Congresso Nacional e a perseguições, censuras, torturas, desaparecimentos e assassinatos, sendo que as políticas públicas implementadas para atender os interesses da burguesia financeira, nacional e estrangeira deixaram como legado uma acirrada crise no desenvolvimento nacional do país: “uma economia em frangalhos, uma inflação incontrolável, um excessivo endividamento externo, um desemprego massivo, uma mão de obra explorada, rumorosos escândalos de corrupção, muita miséria, carestia e uma insatisfação social explosiva” (Martins, 2021, s.p.).

Após 20 anos, no âmago de um movimento dialético fortemente marcado por contradições políticas e sociais, as forças populares e democráticas, em contraposição à institucionalidade autoritária e autocrática da burguesia político-econômica representada pelas forças armadas[107], edificaram as condições

---

[106] Segundo Benevides (2006, p. 53), o golpe militar no Brasil apresenta uma relação direta com os interesses norte-americanos no que diz respeito tanto ao fortalecimento de uma política econômica capaz de consolidar as empresas multinacionais no país, quanto à intencionalidade de impedir, a qualquer custo, a propagação de ideários ideológicos da esquerda capazes de prejudicarem seu domínio nos países periféricos. Para o autor, “não há como negar que os americanos tiveram conhecimento prévio, interesse e participação no golpe. (...) Os Estados Unidos, principal potência militar à época, não admitiam sequer a hipótese de um novo Vietnã ou de uma Cuba gigantesca na América do Sul”.

[107] A autocracia burguesa militar consistiu em um projeto totalitário de legitimação com características fascistas e terroristas que neutralizou os setores populares e as lutas sociais que defendiam a democratização progressista da sociedade brasileira no pós-64 através da imposição do medo e do terror intrínsecos nos mais diversos atos de violência, tendo ocultado todas as desigualdades sociais decorrentes do processo de concentração de riquezas possibilitado pelos monopólios da fase de industrialização pesada no país mediante o comprometimento com o subdesenvolvimento interno e o fortalecimento do imperialismo norte-americano (Fernandes, 2005).

necessárias para retirar o Brasil do domínio dos tanques e canhões. Dentre estas, pode-se evidenciar tanto o movimento histórico de base pluripartidária das Diretas Já (1983-1984), que acarretou em 1989, através do voto popular, em um contexto de forte polarização ideológica, na eleição do candidato apoiado financeiramente pelas frações burguesas da direita neoliberal e neoconservadora, Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional - PRN, após a derrota no segundo turno do ascendente líder metalúrgico da esquerda progressista, Luiz Inácio Lula da Silva - PT, quanto a realização da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), que culminou com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Maciel, 2011). Ocorre que a transição do regime ditatorial-militar para o regime liberal-democrático no Brasil assumiu caráter paradoxal. Se, por um lado, a eleição de Collor pelo PRN foi construída, à época, pela mídia impressa e televisiva, como a de um "político diferente, novo e moralizador", supostamente empenhado no combate aos privilégios e à corrupção, projetando a imagem do "caçador de marajás" (Faganello *et al.*, 2022, p. 03), cuja atuação política, na prática, atendia aos interesses da alta burguesia nacional, dos latifundiários, dos grandes capitais multinacionais e do imperialismo norte-americano; por outro, a Constituição de 1988 havia estabelecido as bases de um Estado de bem-estar social, mediante "a criação do SUS, de uma política externa soberana centrada na integração da América do Sul, da democratização do acesso às universidades, da vinculação dos orçamentos públicos ao financiamento da educação e da saúde, da valorização do trabalho e da proteção da indústria nacional" (Martins, 2021, s.p.). Essa contradição evidencia não apenas a força política alcançada pelas classes subalternas no processo de redemocratização, mas também o progressivo acirramento da crise de hegemonia burguesa[108], marcado pela ausência de unidade entre as diferentes frações do bloco

[108] Segundo Gramsci (2017, p. 56), a "crise de autoridade" ou a "crise do Estado em seu conjunto" é a "crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Para Maciel (2011, p. 101), a referida crise de hegemonia burguesa foi tão intensa nesse período que "um projeto político radicalmente reformista e de conteúdo anti-autocrático, o projeto democrático-popular do PT, foi colocado na disputa eleitoral com reais chances de vitória.

no poder[109], cujas dissensões abriram espaço para o avanço político das forças de esquerda.

Apesar de diversos direitos sociais e políticos defendidos pelos movimentos democráticos e pelos movimentos reivindicatórios das classes populares terem sido incorporados na Constituição de 1988, a predominância do caráter autocrático na nova institucionalidade democrática burguesa pôde ser observada através das constantes e sucessivas investidas reacionárias na subversão e deturpação de diversas normas por emendas constitucionais propostas ao longo dos anos vindouros pelos defensores dos elementos constitutivos do Estado mínimo neoliberal e, assim, sob o argumento falacioso de que a Constituição era incompatível com o orçamento público, pulverizavam-se os interesses coletivos em prol dos interesses do capital privado (Maciel, 2011; Martins, 2021). Seguindo os preceitos neoliberais do *Consenso de Washington* como uma alternativa histórica vislumbrada no interior das forças que se encontravam no poder para atualizar sua dominação social, Fernando Collor - PRN (1990-1992), Itamar Franco, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB (1995-1998 e 1999-2002), destarte a subordinação e dependência econômica dos EUA e o choque com a realidade social, econômica e cultural brasileira, implementaram políticas públicas de compressão dos gastos públicos, de enxugamento da estrutura do Estado, do avanço da terceirização em setores governamentais, de diminuição do papel do Estado na economia, de defesa das privatizações, de destituição do setor produtivo estatal, de liberação comercial e financeira, de valorização dos mercados globais, de abertura da economia para o capital estrangeiro, de opugnação incessante aos direitos dos/as trabalhadores/as através das reformas trabalhistas e previdenciárias e de continuidade à desconstituição da sociedade de bem estar social.

Segundo Martuscelli (2010, p. 544-546), a fase inicial da ofensiva político-ideológica do neoliberalismo no Brasil ocorreu durante o Governo Collor -

---

[109] Para Poulantzas (2019, p. 240-241), o conceito “bloco no poder” consiste em uma “unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes em sua relação com uma forma particular do Estado capitalista”. No nível político, abrange “o campo das práticas políticas na medida em que esse campo concentra em si e reflete a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis de luta de classe de um estágio determinado”.

PRN (1990-1992) de forma concomitante ao crescente descontentamento de diversos setores sociais com as medidas econômicas implementadas, muito embora essa insatisfação não tenha sido explicitada de forma significativa naquele momento. O silêncio em torno desse mal-estar social contribuiu para que a narrativa hegemônica construída para caracterizar o movimento pelo *impeachment* de Collor se estruturasse sobre bases predominantemente moralistas, centradas no combate à corrupção, obscurecendo as críticas dirigidas à política econômica então vigente. O autor sustenta que "o discurso hegemônico da ética na política foi uma manifestação da insatisfação difusa com os efeitos da política neoliberal" e argumenta que a superestimação do lugar ocupado por tal discurso no movimento *pró-impeachment* encobriu questões estruturais que também fundamentavam a oposição ao governo. Sua perspectiva evidencia que as questões que impulsionaram as mobilizações contra o Governo Collor PRN estavam menos relacionadas à luta contra a corrupção propriamente dita do que "à forma de aplicação e aos efeitos da política econômica", fazendo com que a centralidade atribuída à narrativa da ética na política subsumisse os aspectos de fundo relacionados aos impactos ideológicos e sociais da agenda neoliberal sobre a sociedade brasileira e, desse modo, reafirma a interpretação do movimento pelo *impeachment* também como expressão, ainda que indireta e parcialmente invisibilizada, do descontentamento social com os efeitos da política neoliberal[110].

No âmbito dessa correlação de forças sociais, Martuscelli (2010, p. 547) observa, ainda, que "setores organizados vinculados às classes trabalhadoras foram progressivamente adotando um comportamento defensivo diante do processo de

[110] Ao referenciarem Weyland (1993), Sallum Júnior e Casarões (2011, s.p.) explicitam o seguinte: "Para o autor, o ultraje moral sinalizou tanto a maior liberdade de a cidadania expressar seus pontos de vista como o *descompasso* entre as expectativas crescentes em relação ao governo, engendradas pela nova democracia, e suas realizações. Que expectativas eram estas? Imaginava-se que um governo democrático romperia com o passado de privilégios, favorecendo a aplicação de procedimentos limpos e neutros, do princípio da igualdade perante a lei e de responsabilização dos representantes eleitos. O próprio Collor reforçou estas expectativas durante a campanha eleitoral de 1989 e procurou simbolizar isso. Esta foi a base da construção da imagem pública com que foi eleito. Weyland sublinha que tanto o comprometimento com os valores democráticos como o ultraje com sua negação foram decisivos para o desprestígio de Collor, particularmente na classe média, origem dos jovens estudantes secundaristas e universitários que estiveram à frente das manifestações contra o presidente. Mais ainda: a situação recessiva produzida pelo próprio programa de austeridade fiscal do governo, tornando muito difícil a sobrevivência para os mais pobres e obrigando a contenção dos gastos da classe média, tornou ainda mais ultrajante as somas exorbitantes gastas pelo presidente e providas por PC Farias".

ofensiva neoliberal", com repercussões diretas e indiretas em suas conformações, a exemplo do PT enquanto um partido político oposicionista que

> não fugiu à tendência dominante do movimento *pró-impeachment*, vindo a aderir à campanha pela ética na política e a atacar o presidente Collor a partir de um discurso moralista que relegou a segundo plano a crítica ao caráter de classe da política neoliberal, satisfazendo-se apenas com a denúncia da política recessiva do Governo Collor - tática que se inscreve na luta contra os efeitos da política neoliberal e não, propriamente, contra essa política. Esse comportamento político pode ser considerado como um indicador do processo de aceitação passiva, por parte do PT, das propostas neoliberais, mas isso não significa que o partido tenha se manifestado favoravelmente à implementação das políticas de abertura comercial e financeira, de privatização de empresas estatais e de serviços públicos, de desregulamentação do mercado de trabalho ou de redução de direitos e gastos sociais: os pilares da política neoliberal. Não se trata, portanto, de uma adesão ativa ao neoliberalismo. Ocorre que a tática petista de priorizar a luta pela ética na política em detrimento da luta contra o neoliberalismo, visando, com isso, consolidar e fortalecer a oposição ao Governo Collor, teve consequências políticas, tais como: a) provocar o esvaziamento político do debate sobre o conteúdo e o caráter de classe da política estatal; b) abrir espaço para a difusão de um posicionamento pragmático supostamente neutro, com o objetivo principal, talvez o único, de viabilizar-se eleitoralmente; c) não apresentar alternativa política concreta ao neoliberalismo, uma vez que circunscreve a tática à luta contra os efeitos da política neoliberal - e não, contra as causas - ou mesmo, não leva a cabo nem a luta contra os efeitos dessa política, preferindo aderir a uma luta moralista contra o governo, ou ainda, promover a despolitização do debate em questão. (...) aspectos que atestam o início do processo de acomodação passiva do PT ao neoliberalismo, inserindo-o, assim, no rol de partidos socialistas e socialdemocratas que se aburguesaram e abandonaram gradualmente os objetivos revolucionários.

O ideário neoliberal, instituído de forma brusca e traumática pelo Governo Collor - PRN, provocou altos índices inflacionários, recessão econômica e reações político-ideológicas tanto à direita quanto à esquerda, de modo que, embora o *impeachment* de 1992 tenha sido predominantemente revestido pelo discurso de combate à corrupção desabrida, encontrou na valorização social da estabilidade monetária alcançada pelos Governos Itamar Franco - PMDB e Fernando Henrique - PSDB[111] as condições favoráveis para a consolidação e o avanço da agenda neoliberal, oferecendo-lhe terreno fértil para a construção de sua pretensão

[111] Sobre o Plano Real, ver Gorender (1995).

hegemônica entre setores do grande capital, partidos políticos e parlamentares da direita e do centro, setores do empresariado de diversos segmentos, burocratas e dirigentes do executivo, grupos conservadores da classe média e da massa da população, grande imprensa e parte do sindicalismo urbano (Sallum Júnior, 1999). No âmago de um partido político que, formalmente, se qualificava como social-democrata, contraditoriamente Fernando Henrique - PSDB afirmava que iria "virar a página do getulismo na história do Brasil", revelando, através das inexoráveis reformas neoliberais de defesa do grande capital em detrimento da proteção do mercado interno, que seria o mercado, e não o Estado, o agente organizador e regulador da nação brasileira (Sader, 2013, p. 137-138). Tais reformas foram efetivadas mediante a coesão em torno da coalizão política que sustentou os Governos Fernando Henrique - PSDB no Congresso Nacional[112] e garantiu a aprovação de diversas emendas constitucionais referentes à desregulamentação dos mercados, à desestatização e à abertura econômica, configurando um processo denominado por Couto e Abrucio (2003, p. 09) de "constitucionalização de políticas públicas", ou seja, uma dinâmica de promoção contínua de alteração da Constituição da República (Brasil, 1988) para "assegurar a consecução da agenda de políticas fixada".

Para Tavares (2001, s.p.), as medidas de abertura ao capital financeiro implementadas pelos Governos Fernando Henrique - PSDB permitiram a irrupção de "duas bolhas especulativas" que levaram o país a se submeter às condicionalidades impostas pelo FMI em contrapartida aos empréstimos concedidos ao Brasil enquanto país periférico no cenário capitalista: uma, que fortaleceu a moeda nacional, induziu o setor privado a endividar-se fortemente em moeda estrangeira diante do fracasso da ideia de que a estabilidade monetária, por si só, geraria modernização econômica e outra, que privatizou e desnacionalizou a economia, provocou a instabilidade interna em um contexto de recessão sem ter deixado o país competitivo internacionalmente. Uma vez consolidada a inserção externa do Brasil na economia mundial moldada pela financeirização da acumulação

[112] Ao referenciarem Poulantzas (1977), Teixeira e Pinto (2012, p. 918) explicitam que, apesar da existência de uma determinada unidade política no "bloco no poder", expressão que evidencia as "relações entre as classes dominantes em seus desenlaces no âmbito do Estado capitalista", esta aparente coesão, contraditória em si, abarca "o campo das práticas políticas" e reflete "o conjunto das instâncias, mediações e níveis da luta de classe em uma determinada conjuntura".

capitalista, configurou-se uma nova relação de subordinação e dependência frente à expressividade e volatilidade do fluxo internacional de capital que, ao impactar as articulações internas entre o sistema econômico e o sistema político, garantiu ao grupo representante da fração de classe bancário-financeira a hegemonia necessária para conduzir a política econômica[113], hegemonia esta que se via ameaçada diante da possibilidade de alternância no poder com a vitória de Lula - PT e, consequentemente, da suposta descontinuidade do regime econômico que se encontrava em curso tendo em vista as incisivas críticas realizadas historicamente pelo candidato que liderava a oposição (Teixeira e Pinto, 2012; Sader, 2013).

Nesta seara de desregulamentação social provocada pela suspensão das relações entre economia e política e pela intensa exposição à globalização do capital durante os Governos Fernando Henrique - PSDB, o *slogan* da campanha de Lula - PT para a eleição presidencial de 2002, *A esperança vai vencer o medo,* traduziu-se em inflexões anunciadas na *Carta ao Povo Brasileiro* que garantiam a adoção de uma política econômica sem a promoção de rupturas que viessem desestabilizar a economia e o governo segundo as perspectivas das grandes empresas, das grandes potências capitalistas e das grandes instituições do capital financeiro - FMI, BIRD, BID e Organização Mundial do Comércio - OMC (Oliveira, 2006)[114], objetivando, desta forma, angariar apoio dos setores econômicos em um contexto neoliberal de desvalorização da moeda nacional frente à moeda

---

[113] Na busca pela compreensão do pensamento de Poulantzas (1977), Farias e Del Passo (2020, p. 176) evidenciam que esse "papel de liderança que uma classe ou fração de classe detém no interior do bloco no poder configura "a capacidade de uma classe ou uma fração de classe fazer prevalecer seus interesses específicos dentre as classes e frações de classes politicamente dominantes", ou seja, que "a função hegemônica de uma fração de classe polariza os interesses opostos das diversas frações presentes em um bloco no poder ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos".

[114] Para Oliveira (2006, p. 29), "ao contrário de Lênin, que percebeu a falência do sistema de poder e aprofundou-a dirigindo o movimento para a revolução socialista, Lula recompôs o sistema político que o turbilhão combinado da desregulamentação de FHC e da globalização havia implodido". Veja-se a diferença. Lênin, no discurso em apoio às *Teses de Abril*, de 17 de abril de 1917: "A falência econômica é iminente. Quanto mais iminente é a falência, mais é urgente eliminar a burguesia". Em direção contrária, Lula, na *Carta ao Povo Brasileiro*, de 22 de junho de 2002: "O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação".

norte-americana, de financeirização da economia, de ascendência dos índices de desemprego e de precarização das relações de trabalho[115]. Apesar do clima de terror especulativo gerado pela suposta falta de confiança do grande capital nacional e internacional nos posicionamentos de Lula - PT que, nas entrelinhas, configurava-se em ameaças reais capazes de inviabilizar o futuro governo diante dos cenários apavorantes que eram projetados, após três tentativas frustradas e sem grandes mobilizações populares, a vitória de um torneiro mecânico candidato do PT nas eleições presidenciais de 2002 representou o início esperançoso de uma nova conjuntura política no Brasil (Belluzzo, 2013; Perlatto, 2015; Sader, 2013).

Ao afirmar que o Governo Lula - PT não se revelou como uma perfídia em relação aos ideais socialistas, fossem esses doutrinários ou não, haja vista as diretrizes publicizadas pelo partido nos documentos políticos durante a campanha, Iasi (2006) observa que o pretenso radicalismo à esquerda do programa de governo do PT nas eleições democráticas anteriores à de 2002 foi reformulado, tática e estrategicamente, mediante reconfiguração de sua *práxis* política, ao articular garantias às forças do mercado, diálogos com espectros do centro-direita, negociações relativas às demandas dos movimentos populares, inserções de lideranças sindicais em diferentes esferas do executivo[116], proposições para melhorar a distribuição de renda e publicações de normas referentes à ampliação

---

[115] Nas palavras de Sader (2013, p. 138), “a desregulamentação liberou os capitais dos seus entraves e eles buscaram no setor financeiro, maciçamente, as melhores formas de maximização dos lucros. Os investimentos especulativos se tornaram muito mais atraentes do que os produtivos, gerando uma brutal transferência de renda de uma esfera para a outra. O Estado se tornou refém do capital financeiro, com a multiplicação do déficit público e seu endividamento. As relações de trabalho foram submetidas a processos de informalização, que na realidade significaram sua precarização, com a expropriação de direitos essenciais dos trabalhadores - a começar pelo contrato formal de trabalho, fazendo com que deixassem de ser cidadãos do ponto de vista social, isto é, deixassem de ser sujeitos de seus direitos. A maior parte dos trabalhadores se manteve na condição de exclusão social. Foi esta a ‘herança maldita’ que o governo Lula recebeu de FHC”.

[116] Braga R. (2016, p. 50) explicita que o Governo Lula - PT, ao absorver no aparato estatal as forças sociais transformistas dos sindicatos, construiu as bases para um “consentimento ativo ao lulismo”, no entanto, essa fusão desmobilizou os movimentos sociais e o timbre das vozes das classes sociais subalternas. De acordo com Oliveira (2010, p. 25), “já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. O velho argumento leninista-stalinista de que os sindicatos não teriam função num sistema controlado pela classe operária ressurgiu no Brasil de forma matizada. Lula nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas influentes na CUT. Outros sindicalistas estão à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política. Mesmo o MST vê-se manietado por sua forte dependência do governo, que financia o assentamento das famílias no programa de reforma agrária”.

dos direitos sociais. Entre vieses conservadores e progressistas que direcionaram a implementação de políticas públicas pautadas em contradições ideológicas, mas que, decididamente, mudaram a direção do país, ao mesmo tempo que o modelo de desenvolvimento econômico-social em voga garantia os compromissos decorrentes do consenso em torno da estabilidade econômica (controle da inflação e crescimento do mercado interno) e do respeito aos contratos com o capital nacional e estrangeiro (não renegociação da dívida externa, não taxação do capital financeiro e crescimento do mercado externo), possibilitava a valorização e o aumento recorde do valor real do salário-mínimo (regras anuais de reajuste atreladas ao desempenho da economia), a ampliação das medidas governamentais de combate à fome[117] e à pobreza (transferência direta de renda às famílias beneficiárias, proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade, deliberações habitacionais), a promoção de ações afirmativas (direitos e benefícios especiais direcionados a grupos sociais vitimizados e discriminados em razão da etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião, deficiência e castas)[118], a tentativa contingente de reforma agrária

[117] Pensar politicamente a célebre frase de Herbet José de Souza, Betinho, sociólogo ativista dos direitos humanos, ao dizer em 1993 que "quem tem fome tem pressa", nos leva a refletir sobre a criação e a implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional que se constituíram em uma das prioridades dos Governos Lula - PT, a exemplo da Lei nº 11.346/2006 (Brasil, 2006b), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Emenda Constitucional nº 64/2010 (Brasil, 2010a), que introduz a alimentação como direito social no país. Ao refletirem sobre os usos retóricos e sentidos associados à fome no debate político brasileiro, Brito e Baptista (2021, p. 10-11) explicitam que, em 2014, finalmente o Brasil superou o índice que o colocava entre os piores classificados no *ranking* global da subalimentação e saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas - ONU por apresentar menos de 5% da população em situação de subalimentação, sendo este um legado de Lula - PT anunciado desde o seu primeiro dia enquanto Presidente da República em 2003: "(...) se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida". Todavia, após o golpista Temer - PMDB ter usurpado o poder em 2016 e o representante da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista ter sido eleito em 2018, veio à tona o desmonte das políticas públicas voltadas para o combate à desnutrição a partir da falta de investimentos e manutenção nos programas sociais existentes há anos no país e, como consequência, o percentual de brasileiros que não tinham certeza de quando fariam a próxima refeição ultrapassou a média mundial e alcançou o índice de mais de 33 (trinta e três) milhões de pessoas em elevado índice de miséria passando fome todos os dias. De forma lastimável e vergonhosa, em 2022, o Brasil retornou para o Mapa da Fome da ONU (Sordi, 2023).

[118] Segundo Feres Júnior *et al*. (2018, p. 13-17), "os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico. (...) Em suma, as políticas de ação afirmativa promovem uma ampla gama de direitos, dos civis e políticos mais básicos a benefícios do bem-estar social e direitos culturais. A ação afirmativa se diferencia das políticas antidiscriminatórias punitivas por atuar em favor de coletividades

(ampliação do número de pequenos agricultores e desenvolvimento territorial), a edificação de projetos de infraestrutura (transportes, logística e exploração e produção de petróleo) e reconhecimento da importância do funcionalismo público (programação ascendente de concursos e reajustes graduais das remunerações das carreiras) (Barbosa, 2013; Fernandes, 2013; Miguel, 2013; Feres Júnior *et al.*, 2018).

Em meio à hegemonia neoliberal predominante no Brasil e no mundo, a volatilidade intrínseca ao Governo Lula - PT, não sem um fluxo torrencial de críticas[119], ancorava-se em uma base de apoio pluriclassista que, ao respeitar os limites estabelecidos pela correlação de forças internas e externas diante das iniquidades socioeconômicas, constituía-se em "um projeto político complexo (...) voltado para a superação da miséria sem o enfrentamento dos privilégios", ou seja, um delineamento através do qual "os mais pobres seriam beneficiados por políticas compensatórias ao mesmo tempo que a burguesia auferiria lucros recordes" (Miguel, 2013, p. 157-160). Aparentemente, o invólucro moderado das políticas públicas reformistas, apesar de ativas na defesa dos vulneráveis e no combate à pobreza, não confrontava a ordem burguesa estabelecida e, por isso, mantinha inalterado o *status quo* em um contexto cuja aversão à desordem que, na verdade, significa qualquer embate posto contra os interesses intocáveis do capital, não confluía, necessariamente, na superação da desigualdade (Miguel, 2013; Singer, 2012)[120].

---

e indivíduos discriminados, podendo ser justificada tanto como instrumento para prevenir a discriminação presente quanto como reparação dos efeitos de discriminação passada. A diferença fundamental aqui é que políticas antidiscriminatórias punitivas só se preocupam em coibir comportamentos e práticas que promovem discriminação, sem, contudo, cuidarem de promover os grupos e indivíduos discriminados, como faz a ação afirmativa. (...) No Brasil, tais políticas foram adotadas com o nome de "ações afirmativas", provavelmente por influência estadunidense, apenas a partir do processo de redemocratização, quando diferentes grupos e organizações sociais, antes silenciados pelo regime autoritário, passaram a demandar direitos de maneira organizada e pública. (...) Tais políticas têm um parentesco bastante próximo com outras políticas do Estado de Bem-Estar Social, incluindo aí sua variante desenvolvimentista. (...) A justificativa fundamental para que essa política exista é que ela produz um bem para toda a sociedade - por exemplo, crescimento econômico, mais justiça social, ou mesmo maior equilíbrio do desenvolvimento regional. (...) O benefício de grupos historicamente desfavorecidos também só pode ser justificado em termos da promoção do bem comum, mesmo que esse bem comum seja o reconhecimento cultural da especificidade do grupo frente à sociedade".

[119] Sobre as críticas em relação ao Governo Lula - PT, ver Perlatto (2015).

[120] Referenciando-se no conceito gramsciano de revolução passiva, que se difere do conceito de revolução ativa devido ao fato desta romper radicalmente com a velha ordem política e social vigente, Braga F. (2016, p. 47) entende o lulismo a partir de uma dialética

No interior deste jogo político de mobilização das classes sociais, o subproletariado, historicamente base eleitoral da direita, se permitiu ao realinhamento para a esquerda nas eleições presidenciais de 2006 diante das conquistas reais obtidas, configurando uma mudança na base eleitoral de Lula - PT quando comparada com as disputas anteriores nas quais as classes médias urbanas mais escolarizadas se faziam predominantes, sendo que estas, ao longo dos Governo Lula - PT, ao perderem gradativamente "tanto o sentimento subjetivo de distinção social, que a distância em relação aos mais pobres concedia, quanto as vantagens objetivas advindas do acesso a uma multidão de pessoas dispostas ao subemprego"[121], afastaram-se de sua base eleitoral aproximando-se da ideologia propagada pela direita (Miguel, 2013, p. 160; Singer, 2012). Para Chauí (2016, p. 18-19),

> Uma classe social não é um dado fixo, definido apenas pelas determinações econômicas, mas um sujeito social, político, moral e cultural que age, se constitui, interpreta a si mesmo e se transforma por meio da luta de classes. Ela é uma *práxis*, ou, como escreveu E. P. Thompson, um fazer-se histórico. Ora, se é nisso que reside a possibilidade transformadora da classe trabalhadora, é nisso também que reside a possibilidade de ocultamento de seu ser e o risco de sua absorção ideológica pela classe dominante, sendo o primeiro sinal desse risco justamente a difusão de que há uma nova classe média no Brasil. E é também por isso que a classe média coloca uma questão política de enorme relevância. Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político: ela não detém o poder do Estado nem o poder social da classe trabalhadora

entre o "consentimento passivo das massas - que, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos reais de salários advindos do crescimento econômico, aderiram momentaneamente ao governo - com o consentimento ativo das direções sindicais - seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão".

[121] Durante a exibição do programa *Canal Livre* pela rede de televisão *Bandeirantes* no dia 05 de abril de 2011, o ex-ministro e economista Delfim Netto comparou empregadas domésticas a animais em extinção: "Quem teve esse animal, teve. Quem não teve, nunca mais vai ter". O episódio expressa a cultura escravocrata que, tragicamente, ainda permanece latente no Brasil sob a forma de desvalorização, desrespeito, invisibilidade, preconceito e discriminação que inflige, sobretudo, mulheres trabalhadoras negras através da perversidade do racismo, mesmo em um contexto sociopolítico de conquista de direitos sociais diante dos compromissos com a igualdade de gênero e raça e dos incentivos governamentais de formalização da atividade profissional para a categoria (carteira assinada, definição de carga horária de trabalho, remuneração mínima estabelecida, amparo trabalhista e previdenciário). Segundo Lopes (2011, s.p.), "identificar os discursos que perpetuam a cultura da desigualdade significa combater tanto a violência dissimulada quanto a violência explícita que impedem os avanços sociais, o reconhecimento da cidadania, o tratamento igualitário para todas e todos e, por decorrência, a democracia".

> organizada. Isso a coloca numa posição que a define menos por sua posição econômica e muito mais por seu lugar ideológico, e este tende a ser contraditório. Por sua posição no sistema social, a classe média tende a ser fragmentada, raramente encontrando um interesse comum que a unifique. Todavia, certos setores, como é o caso dos estudantes, dos funcionários públicos, dos intelectuais e de lideranças religiosas, tendem a se organizar e a se opor à classe dominante em nome da justiça social, colocando-se na defesa dos interesses e direitos dos excluídos, dos espoliados, dos oprimidos; numa palavra, tendem para a esquerda e, via de regra, para a extrema esquerda e o voluntarismo. No entanto, essa configuração é contrabalançada por outra exatamente oposta. Fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro, a classe média tende a alimentar o imaginário da ordem e da segurança porque, em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo é tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é o de assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante, fazendo com que essa ideologia, por intermédio da escola, da religião, dos meios de comunicação, se naturalize e se espalhe pelo todo da sociedade.

Embora tenha construído coalizões com a direita neoliberal e neoconservadora e não tenha realizado nenhuma reforma estrutural de base, o Governo Lula - PT erigiu as condições necessárias para implementar um projeto político, de caráter democrático e popular, que fragilizou alguns pontos nevrálgicos do neoliberalismo. Políticas públicas impulsionadas pelo Estado referentes à garantia de direitos sociais e ao desenvolvimento econômico, à extensão do mercado interno através da ampliação do acesso a bens fundamentais de consumo e à abertura para a produção nacional, à intensificação do comércio com grandes potências estrangeiras e ao desenvolvimento do comércio regional, ao combate à pobreza e à resistência à recessão produzida no centro do mundo capitalista, reduziram o campo político de atuação oposicionista da direita, sendo que a contraofensiva, com o apoio dos EUA, configurou-se a partir da materialização da ideia de que partidos e governos de esquerda teriam se apropriado do Estado para transformá-lo em fonte de corrupção (Sader, 2014).

A partir do sobredimensionamento de erros entre as forças progressistas, a imposição de reveses pela direita possibilitou a conexão exitosa de manobras políticas e midiáticas determinantes para a imagem pública do PT que, em 2005, no

imaginário nacional, de partido ético transformou-se em sinônimo de sangradouro de dinheiro público via manejos ilegais, negócios obscuros e compra de apoio político de parlamentares[122]. Desde então, a corrupção converteu-se na dística de atuação política tanto da oposição quanto de setores dissidentes do partido que o abandonaram devido a discordâncias em relação ao conservadorismo intrínseco em sua política econômico-social[123], a exemplo do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL que foi criado nesse contexto. Todavia, a repercussão das políticas sociais até então implementadas já tinha alcançado as classes mais vulneráveis e as regiões mais preteridas do país provocando o seu deslocamento para a base de apoio social do Governo Lula - PT, posto que a articulação entre crescimento econômico e políticas de combate à pobreza (ampliação da distribuição de renda, valorização do salário mínimo, formalização do emprego e expansão do crédito), sem conflitos com o capital e com a manutenção da ordem, possibilitaram a reeleição para o mandato 2006-2010. Esse período foi marcado pela ampliação do modelo conciliatório neodesenvolvimentista[124], que combinou crescimento econômico e expansão de direitos sociais por meio de uma política macroeconômica expansionista, da reinserção do país na geopolítica global e da adoção de medidas voltadas ao fortalecimento do mercado interno, as quais contribuíram para que o Brasil resistisse aos efeitos recessivos da crise financeira internacional de 2008, desencadeada pela bolha imobiliária nos Estados Unidos, com reduzido custo político para o governo[125] e, ao mesmo tempo, foi acompanhado

---

[122] O espetáculo jurídico-midiático denominado “mensalão” constituiu o primeiro episódio de abrangência nacional de deslegitimação social e política do PT, tendo sido marcado por reiteradas e articuladas tentativas de criminalização do partido que, por sua vez, contribuíram para consolidar, em parcela significativa da população, a percepção de que a legenda teria alcançado o poder de forma ilegítima e dele se apropriado por meio de práticas ilícitas (Skinner, 2017).

[123] Segundo Sater (2014, p. 140), de forma coerente com o caráter conservador expresso nos compromissos anunciados na *Carta aos Brasileiros*, “Lula nomeou uma equipe econômica conservadora e tomou medidas preventivas, um duro ajuste fiscal, com o objetivo de evitar os riscos inflacionários e a fuga de capitais. Em outro plano, promoveu uma reforma regressiva da previdência e uma inócua reforma tributária, na expectativa de tranquilizar os investidores e permitir uma retomada dos investimentos”.

[124] Para Boito Júnior (2012, p. 5-6), o termo se refere a “um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país”. Em outras palavras, “é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” encetado pelos Governos Lula - PT e Dilma - PT.

[125] Para Andrade (2019, p.115), “a crise financeira de 2008, que teve início nos Estados Unidos e depois atingiu a economia real, estendendo-se para a Europa e os países emergentes, desencadeou uma onda de políticas de austeridade com graves

por um significativo realinhamento eleitoral da base social do PT, marcado pela incorporação massiva da classe trabalhadora e pelo progressivo afastamento de setores da classe média. Em um contexto de crescente polarização ideológica do campo político, intensificada pelas denúncias de corrupção envolvendo o governo, as quais aprofundaram as disputas entre as diferentes forças políticas e ampliaram a divisão do debate público em torno da legitimidade e dos rumos do projeto político petista, consolidou-se um ambiente de grave tensionamento político e de acentuada disputa pela hegemonia no interior da sociedade brasileira (Andrade, 2019; Boito Júnior, 2012; 2016; Sader, 2014; Singer, 2013).

Apesar da inexperiência em disputas eleitorais, Dilma Rousseff - PT foi a primeira mulher eleita para a Presidência do Brasil no ano de 2010 em um contexto no qual o elevado grau de popularidade e aprovação de seu antecessor havia chegado em torno de 80% (oitenta por cento) no final do seu segundo mandato. Na análise de Jacob *et al.* (2011, 198-199), a possibilidade real de um *continuum* dos programas sociais do Governo Lula - PT, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, do Luz para Todos, do Bolsa Família e do Programa Universidade para Todos - ProUni, configurou o discurso político da candidata e o mesmo padrão de votação observado em 2006[126], ou seja, “a mesma clivagem no comportamento eleitoral, de orientação norte-sul, baseada no grau de desenvolvimento regional, na qual se diferenciam as regiões norte e nordeste, mais pobres, das regiões sudeste, sul e centro-oeste, mais desenvolvidas em termos econômicos”. Todavia, tanto nas eleições presidenciais de 2010 quanto nas de 2014, em um cenário no qual o discurso contra a corrupção tinha sido cooptado pela direita, a oposição personificada pelo PSDB bruscamente aproxima-se de um enunciado extremista que, “quando direcionado para as classes médias urbanas, ganha um matiz udenista com foco na probidade administrativa e, quando direcionado para os mais pobres, assume a forma do fundamentalismo cristão voltando-se contra os direitos das mulheres e dos homossexuais”, sendo que tal

consequências humanas. Seus efeitos foram falências, desemprego (atingindo dramaticamente os jovens), redução de salários, precarização do trabalho, endividamento público e privado, desmonte de serviços públicos, aumento da desigualdade social, dificuldades econômicas e sofrimento social. Segundo Gerbaudo (2017, p. 47), nessa conjuntura, “a maioria da população, incluindo a classe média, sofreu com declínio econômico e escalada da incerteza, levando a um descontentamento generalizado e a uma insatisfação com o sistema econômico (...)”.

[126] Sobre a relação entre o Programa Bolsa Família e a reeleição de Lula - PT em 2006, ver Magalhães *et al.* (2015).

peculiaridade revela que, para além da centralidade no aspecto classista, “a disputa ideológica faz parte da luta de classes mas não se resume ao aspecto econômico” (Miguel, 2013, p. 162).

Como observado por Boito Júnior (2012, p. 10; 2016), o programa político-econômico implementado durante os dois mandatos de Lula - PT (2003-2006 e 2007-2010) e o primeiro mandato de Dilma - PT (2011-2014), ao mesmo tempo que assegurava conquistas sociais para as camadas populares através da recuperação do salário mínimo, da redução da taxa de desemprego, da transferência de renda e da diminuição da extrema pobreza sem, contudo, organizar social e politicamente essa “massa pauperizada”[127], mantinha intactas as estruturas econômicas de acumulação que favoreciam, em proporções diferenciadas, frações específicas da burguesia brasileira, tanto aquela integrada internamente ao bloco no poder sob o viés neodesenvolvimentista quanto aquela integrada externamente ao capital financeiro internacional sob o viés ortodoxo neoliberal (Santos, Paludo, 2022). Segundo Queiróz (2018, p. 143), para além do antagonismo entre essas frações da classe burguesa, cada uma delas não constituía, em si, uma unidade monolítica, coesa e homogênea, portanto, a contemplação distinta de seus interesses específicos ao longo dos governos petistas, acrescida de medidas anticíclicas adotadas no primeiro mandato de Dilma - PT (2011-2014) que configuraram uma “política macroeconômica com maior flexibilidade fiscal” frente ao aprofundamento da crise financeira internacional iniciada em 2008, evidenciaram conflitos e contradições, feriram interesses econômicos e políticos e provocaram uma ofensiva restauradora protagonizada pelo campo político ortodoxo neoliberal representado, politicamente, pelo PSDB.

Segundo Singer (2015, p. 50-51), de forma oposta ao posicionamento não confrontacionista do Governo Lula - PT, o Governo Dilma - PT lançou um confronto direto e frontal ao rentismo da fração burguesa ortodoxa neoliberal ao emanar do topo do Poder Executivo a ordem de “diminuição dos ganhos por parte dos bancos”, tensionando, assim, “o pacto estabelecido com o setor financeiro” no âmago de um processo no qual “o Estado se arrogava o direito de intervir na quintessência do capitalismo, a saber, o lucro”. No discurso em comemoração ao dia 1º de maio de

[127] Para o autor, essa “massa marginal” formava, tão somente, “uma base eleitoral desorganizada e passiva” que intervinha no processo político apenas por intermédio do voto (Boito Júnior, 2012, p. 10-11).

2012, Dilma - PT explicitava a sua “nova matriz econômica” fundamentada em críticas às altas taxas de juros imposta pelo setor financeiro que, por sua vez, viria alterar o equilíbrio de forças entre os diversos interesses das frações da burguesia interna, bem como aprofundar os antagonismos políticos, dando origem à crise que passou a se avolumar nos anos seguintes mesmo diante do apoio governamental à burguesia industrial e ao setor produtivo nacional, ao alinhamento na condução da política econômica com alto volume em caixa nos bancos públicos e ao forte apoio popular da Presidenta (Queiroz, 2018)[128].

Decorrente desta conjuntura, um novo e ofensivo realinhamento no campo político se efetiva com grande parte da fração rentista da burguesia interna apoiando a frente financeira ortodoxa neoliberal nas críticas em desfavor do governo, ou seja, segmentos burgueses até então beneficiados pelas medidas adotadas que, por sua vez, concatenavam crescimento econômico e ampliação de direitos sociais, revertem suas posições no jogo político fortalecendo a oposição que recriminava a atuação intervencionista do Estado na economia e enaltecia a ofensiva do capital sobre o trabalho e sobre as relações trabalhistas para recompor as taxas de lucro e restaurar a hegemonia do neoliberalismo (Boito Júnior, 2016; Queiroz, 2018; Santos, Paludo, 2022). Esses interesses ortodoxos neoliberais, defendidos pela direita neoliberal e neoconservadora, nesse momento histórico envoltos politicamente pelo PSDB, cooptaram de forma partidária e midiática o caráter polissêmico dos protestos que eclodiram nas ruas do país em junho de 2013 e forjaram um consenso em torno de pautas que em nada se aproximavam do clamor inicial dos atos populares (Braga, R., 2016; Floresti, 2018)[129].

No âmago do contexto político que se encontrava em curso no país, a reivindicação deflagrada inicialmente pelo Movimento Passe Livre - MPL contra o

---

[128] ANEXO B.

[129] Ao analisar a composição social dos “acontecimentos de junho de 2013”, Singer (2013) observa o seu caráter não insurrecional diante da ausência de interpelações sociais pertinentes às relações de classe e de propriedade nas presenças simultâneas tanto da classe média tradicional - trabalhadores/as que obtiveram conquistas em tempos outros cujos ganhos encontravam-se estabilizados, quanto do proletariado - trabalhadores/as desqualificado/as e semiqualificados/as imersos/as em relações trabalhistas que, apesar de possuírem carteira assinada, padeciam com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Importante ressaltar que o autor se contrapõe à denominação “jornadas de junho”, explicitada outrora por ele próprio, por compreender que esse vocábulo, usado originalmente por Marx no livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* ao se referir às tentativas revolucionárias francesas deflagradas em 1848, não apresentava correlação com os acontecimentos ocorridos na conjuntura brasileira.

aumento das tarifas do transporte público na capital paulista, de R$ 3,00 (três reais) para R$ 3,20 (três reais e vinte centavos), configurou uma estratégia de luta autônoma em defesa da adoção da Tarifa Zero como forma de efetivação constitucional deste direito social enquanto ato de resistência às formas de mercantilização da mobilidade intrínseca às relações de trabalho determinadas pelo capitalismo neoliberal, determinações estas que impelem a logicidade transformativa de direitos em mercadorias[130]. Todavia, a estes atos incipientes que transformaram as avenidas paulistas em um epicentro político com foco na questão do transporte público, seguiram-se outros amplificados pela adesão de movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda oposicionistas ao governo federal[131] e, neste cenário, as ruas transformaram-se em palco de atuação de campos socialmente heterogêneos que, ao se tornarem conflitivos entre si, foram violentamente atacados pelas forças repressivas do Estado (Antunes; Braga, 2014)[132]. De forma indiscriminada, a excessiva repressão policial, que atingiu tanto manifestantes quanto jornalistas no exercício de sua profissão, provocou a inversão da apropriação da violência pelos grandes veículos de comunicação de massa e,

---

[130] Na *Carta de Princípios* publicizada no *website* do movimento, consta o seguinte: “O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pela Tarifa Zero não tem um fim em si mesma. Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade como um direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada sob controle público (dos trabalhadores e usuários)”. Para além dos vinte centavos em si, “uma migalha cujo significado para aqueles que sabem quantas moedas carregam no bolso e qual o valor de cada uma delas” a classe média brasileira não consegue nem imaginar (Viana, 2013, p. 102), o que estava em jogo para o MPL eram enfrentamentos tangentes à precarização do serviço de transporte público utilizado cotidianamente pelos/as trabalhadores/as e ao oneroso esforço despendido pela classe trabalhadora pobre e periférica para pagar tarifas abusivas nos deslocamentos diários de ida e vinda ao trabalho, dinheiro este que, muitas vezes, é subtraído da alimentação, da saúde, da moradia, da educação, da vestimenta e do lazer de toda a família (Floresti, 2018; Ximenez, 2017).

[131] Antunes e Braga (2014) citam o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU, o PSOL e o PCB, uma vez que, historicamente, já atuavam na reivindicação de políticas públicas e de agendas redistributivas voltadas, também, para mais investimentos públicos na implementação dos demais direitos sociais.

[132] Para Oliveira (2013, s.p.), a violência sobreposta pela Polícia Militar a uma parcela significativa da classe média no centro da cidade por meio da utilização de bombas de gás lacrimogêneo, de bombas de efeito moral, de tiros de bala de borracha, de detenções arbitrárias, de conduções coercitivas às delegacias e de prisões sem fundamentos legais, é a mesma violência para a qual “foi treinada para usar na periferia e no morro” e, nessa perspectiva, ao enfatizar o verbo treinar, afirma que “não se trata, em absoluto, de ‘despreparo’ das forças de repressão, mas do sobrepreparo exigido para a manutenção da ‘ordem’ opressiva em sociedades extremamente desiguais”.

assim, as matérias midiáticas construídas até então que criminalizavam os atos populares, adquiriram um matiz de defesa diante das agressões sofridas pelos/as cidadãos/cidadãs brasileiros/as, muitas delas típicas do período ditatorial, evidenciando redirecionamentos em prol de interesses próprios como o incitamento à indignação social contra os aparatos estatais (Secco, 2013).

Nesta seara, o poder da grande mídia, enquanto parte constituinte do léxico político brasileiro, mesmo depois da revogação do aumento das tarifas do transporte público em várias localidades do país, inclusive em São Paulo, o que consistiu em uma vitória para o MPL, cuja única atuação era a defesa desta pauta específica, ocasionando, inclusive, uma declaração do movimento de que não mais convocaria tais atos, viabilizou, de forma exponencial, a adesão de novos manifestantes em novos atos sustentados pelo capital monopolista convocados nas mais diversas regiões do Brasil (Lima, 2013; Secco, 2013; Viana, 2013). Centenas de milhares de pessoas que, até então, não haviam se mobilizado politicamente, instigados pela guinada discursiva da mídia tradicional que passou a operar mediante manifestações expressas de apoio aos atos populares desvinculando-os da esquerda historicamente militante e conectando-os a estratégias nacionalistas de protestos generalizados peculiares da direita neoliberal e neoconservadora contra o governo federal, sob o simbolismo das cores verde e amarelo da camisa da seleção brasileira e da bandeira nacional, apoderaram-se das ruas em torno de reivindicações dissonantes que oscilavam entre diferentes gradações de princípios progressistas, como o ecossocialismo e de princípios conservadores, como o anticomunismo (Alonso, 2013; Judensnaider *et al.*, 2013; Nunes, 2019; Singer, 2013).

No entremeio dos passos que se moviam nas avenidas, alamedas e praças brasileiras, razões outras para o descontentamento social naquele momento histórico eclodiram em vibrações graves e agudas, vociferadas dia após dia pela grande mídia, em torno de demandas antigovernistas contrárias aos elevados gastos com as construções de estádios em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, aos recursos insuficientes destinados para a saúde e a educação, à não realização da reforma política e à corrupção, todas elas e, principalmente esta, personificadas no “Fora Dilma” e no “Fora PT” (AMARAL, 2016, p. 44). Nesse decurso, os atos populares, horizontais e autônomos, inicialmente motivados pelo MPL como forma de protesto aos sentidos capitalistas

neoliberais expressos para além dos 20 centavos no início do mês de junho de 2013, ao término deste já haviam sido cooptados pela direita neoliberal e neoconservadora e pela extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista[133], sendo que os desdobramentos da transfiguração do movimento que começara apartidário em um movimento antipartidário, ou seja, estrita e notadamente anti-PT, preliminar e racionalmente calculados pelos detentores do poder político, do poder econômico e do poder midiático, convergiram na atrofia do Governo Dilma[134] e na acentuada polarização da vida política brasileira (Alonso, 2013; Nunes, 2019; Secco, 2013).

Em resposta ao mosaico de protestos que eclodiram no país a partir das mobilizações por campos distintos que abrigavam a heterogeneidade de insatisfações daqueles/as que pretendiam ampliar e democratizar os direitos sociais e políticos, daqueles/as que defendiam uma menor intervenção do Estado na vida econômica e social e, ainda, daqueles/as que apoiavam formas autoritárias de gestão dos conflitos sociais e econômicos, sem coordenação entre si, mas alinhados única e exclusivamente, seja à esquerda seja à direita, pela oposição aos governos do PT (Alonso, 2023; Domingues, 2018), o discurso proferido à nação pela Presidenta Dilma - PT[135], norteado por críticas relativas a toda e qualquer forma de violência, por defesas referentes à democracia e à cidadania frente ao poder econômico e por proposições de medidas alusivas às principais reivindicações vociferadas nas ruas, a saber, saúde, educação, transporte, responsabilidade fiscal, reforma política e combate à corrupção, conseguiu construir, junto aos Governadores e ao Congresso Nacional, as condições necessárias para ampliar a abrangência de leis correlatas publicadas no início de seu mandato e para aprovar outras que, em tese, beneficiariam o conjunto de toda a população brasileira[136].

---

[133] No ato realizado no dia 20 de junho, o apartidarismo que dissimuladamente envolvia os manifestantes de grupos de direita foi invocado para espancar e expulsar militantes desprevenidos de partidos da esquerda que quiseram aderir ao protesto, revelando, assim, uma versão explicitamente antipartidária que foi aplaudida pelos 'cidadãos de bem' vestidos de verde e amarelo (Rolnik, 2013; Secco, 2013).

[134] Segundo Braga (2014), a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - Ibope, em março de 2013, revelou que a popularidade da Presidenta Dilma havia alcançado um índice histórico de aprovação, uma vez que 79% dos entrevistados aprovavam seu desempenho pessoal, entretanto, em junho de 2013, ápice dos atos populares, a popularidade do governo reduziu drasticamente para 30%.

[135] ANEXO C.

[136] A exemplo, podem ser citadas a Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011), que regulou o acesso a informações facilitando o combate à corrupção; a Lei nº 12.587/2012 (Brasil, 2012a), que

Naquele momento, era inconcebível pensar que, no ano seguinte, durante a campanha para as eleições presidenciais de 2014, as políticas públicas implementadas a partir do pacto proposto pela Presidenta Dilma - PT após os protestos de junho de 2013 se tornariam alvo material de desmoronamento da base política aliada, de austeras opugnações em um cenário de ofensivas restauradoras do neoliberalismo ortodoxo, de politização da mídia sobre a teatralidade dos escândalos de corrupção e de intensa polarização ideológica e partidária (Boito Júnior, 2016; Cleto, 2016).

Embora a imagem pública da Presidenta Dilma - PT tenha sofrido severas degradações ao longo de seu primeiro mandato[137], a recuperação de índices significativos de sua popularidade conjecturou um revigoramento da esquerda diante de sua vitória nas eleições presidenciais de 2014 contra o Senador Aécio Neves - PSDB[138]. No entanto, no cerne de uma disputa entre dois projetos complexos e opostos de sociedade - a continuidade da agenda neodesenvolvimentista e a ruptura com este modelo para restaurar a agenda neoliberal (Paulani, 2016), disputa esta considerada a mais acirrada da história

---

instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana; a Lei nº 12.858/2013 (Brasil, 2013a), que dispôs sobre a destinação de 75% dos *royalties* da exploração do petróleo e do gás natural para a educação e 25% para a saúde; e a Lei nº 12.871/2013 (Brasil, 2013b), que instituiu o Programa Mais Médicos para suprir a carência desses profissionais nas regiões periféricas do país através da ampliação do atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS. A Presidenta somente não obteve êxito em relação à reforma política, pois todas as propostas reformistas que versavam sobre alterações estruturais no sistema político foram rejeitadas, demonstrando a força do poder econômico na esfera política, a saber: a garantia do financiamento público de campanhas; a proibição de doações privadas aos candidatos; a criação das federações partidárias; o fim da reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos; o voto facultativo; a coincidência das eleições municipais, estaduais e federal; e a perda do mandato para aqueles que se desfiliassem do partido pelo qual foram eleitos.

[137] A degradação foi tão intensa que, em 2015, ano que antecedeu o *impeachment*, circulou na internet a imagem de carros com adesivos sobrepostos no orifício de entrada do tanque de gasolina exibindo fotomontagens da Presidenta Dilma - PT com as pernas abertas simulando a penetração sexual pela mangueira de combustível em sua vagina.
Disponível em:
<https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>. Acesso em: 01 maio 2022.

[138] Duarte e Cézar (2020) enfatizam que a apertada vitória de Dilma - PT contra Aécio - PSDB levou este partido a questionar a validade das eleições, a propor sua anulação e a postular o *impeachment* como alternativa para ascender ao poder a qualquer custo, sendo que tais posicionamentos foram reproduzidos de forma reiterada e intensificada nas campanhas midiáticas que incitaram o sentimento coletivo de revolta contra a corrupção canalizado, única e exclusivamente, contra o PT.

brasileira até então[139], a dinâmica político partidária de um sistema presidencialista de coalizão espúria[140] foi impactada pela cinesia vigorosa e austera do caminhar da direita para a extrema direita no que diz respeito à ocupação dos espaços fraturados no tecido social por outros atores gregários, a exemplo do Movimento Brasil Livre - MBL, o Vem pra Rua, o Revoltados online, o Instituto Millenium, o Instituto Liberal, o Instituto Ludwig Von Mises e o Estudantes Pela Liberdade[141] (Braga, F., 2016; Gallego, 2017; Vasquez, 2018). Organizados politicamente enquanto grupos oposicionistas da esquerda que se identificam de forma ideológica com pautas econômicas neoliberais e com pautas morais neoconservadoras, tais grupos adquiriram visibilidade nas manifestações de rua e nas redes sociais durante os anos de 2014 a 2016 a partir da instrumentalização de estratégias que, segundo Gallego (2017, p. 200), configuram um "populismo de direita" fundamentado tanto no "antipetismo", através da força mobilizadora da "equação PT=corrupção", quanto

---

[139] Dilma - PT obteve 51,64% dos votos válidos (54.501.118 milhões) enquanto Aécio - PSDB obteve 48,36% (51.041.155 milhões). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014. Acesso em: 01 maio 2022.

[140] Miguel (2016a, p. 30) esclarece que "a conciliação petista teve como um de seus elementos (...) a adaptação ao *modus operandi* da política brasileira, baseado no aparelhamento do Estado para fins privados e na corrupção. (...) no início foi discutido se a sustentação parlamentar do governo seria obtida por meio de negociação programática ou (...) por orçamentos. Venceu a segunda opção". Segundo Braga R., (2016, p. 51), "ainda que com grandes dificuldades - decorrentes da assimilação do petismo às regras antidemocráticas do jogo eleitoral brasileiro e da tentativa do primeiro Governo Lula em romper com os esquemas do presidencialismo de coalizão por meio da compra direta de apoio político no parlamento - a hegemonia lulista alcançou, até 2014, notável êxito em reproduzir tanto o consentimento passivo das massas quanto o consentimento ativo das direções".

[141] Na reportagem intitulada *Golpe no Brasil: a conexão internacional,* Marin (2016) explica o *modus operandi* de fundações norte-americanas que possuem o objetivo de formar quadros neoliberais e de promover políticas econômicas de livre mercado pelo mundo, como a *Atlas Network*, a partir da estruturação de financiamentos, articulações e treinamentos de grupos, lideranças e intelectuais, especialmente em países da América Latina e do Leste Europeu, para criar consensos dissonantes da realidade nas redes sociais e aglutinar movimentos capazes de incendiar as ruas a partir de perspectivas declaradamente da direita e da extrema direita. Assim, como em um passe de mágica, os grupos supracitados, dentre outros, emergiram no cenário político brasileiro, articulados a interesses empresariais estrangeiros e mobilizados em torno da ruptura democrática, contribuindo para a conformação de um ambiente político marcado pela deslegitimação das instituições e pelo tensionamento das bases do regime democrático. Mier (2018), na reportagem intitulada *EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil*, discorre sobre como as empresas *Microsoft, Monsanto, Boeing, Chevron* e *Shell,* "todas membros corporativos da *Americas Society/Council of the Americas, think tank* que apoia políticas de austeridade e governos de direita na América Latina", se beneficiaram com o *impeachment* da Presidenta Dilma. Importante relembrar nesse contexto o que disse certa vez Noam Chomsky: "Se você abandona a arena política, alguém irá ocupá-la. As corporações não irão pra casa… Elas vão dirigir as coisas".

nas “guerras culturais”, através da moralização do debate público e político sobre visões de mundo antagônicas, sendo que em todos os episódios envoltos por tais estratégias a narrativa discursiva hegemônica, na prática, significava a “negação do outro”[142].

Esse foi o contexto no qual, de forma inconstitucional e antidemocrática, a história se repetiu, e o segundo mandato da Presidenta Dilma - PT foi bruscamente interrompido em 2016, desta vez não como uma “tragédia”, mas como uma “farsa” revestida de *impeachment* que materializou o golpe que se encontrava em curso no país (Löwy, 2016). Em meio a uma conjuntura marcada por movimentos disruptivos do capitalismo global voltados à manutenção da hegemonia neoliberal, mediante a subsunção das dimensões objetiva e subjetiva do trabalho ao capital[143], o golpe de Estado que destituiu a primeira mulher eleita à Presidência da República do Brasil foi arquitetado por forças internas e externas articuladas entre si, contrárias à ascensão e à permanência de um governo de base popular comprometido com a garantia dos direitos dos/as trabalhadores/as e com políticas públicas destinadas à mitigação das desigualdades sociais. Em sentido oposto, tais forças defendiam a redução da intervenção estatal e a primazia de um Estado mínimo em detrimento do modelo de Estado de bem-estar social (Jinkings *et al.*, 2016; Skinner, 2017; Teles, 2017).

Um golpe político liderado pelo PSDB, com vistas à usurpação do poder, articulado por representantes de partidos políticos burgueses, inclusive pelo próprio Vice-Presidente da República, Michel Temer (PMDB), até então, em sua maioria,

---

[142] “A ausência de propostas é uma identidade que se fortalece no ataque ao adversário numa dinâmica bélica, que fomenta a polêmica histérica, a censura, o aniquilamento do outro como interlocutor. Não se pretende dialogar, não se procura o entendimento ou o debate. Procura-se alimentar a notoriedade com base na retórica do enfrentamento. Na verdade, pouco importa o conteúdo do tema, o essencial é que se crie a controvérsia. Pouco importa a corrupção na luta contra a mesma. Pouco importa a escola no projeto Escola sem Partido. Pouco importa a arte no *Queermuseu*. Pouco importa o gênero na formulação da ideologia de gênero. O que importa é provocar temas morais para agitar a sociedade e esticar o domínio do grupo. Esse populismo, portanto, se nutre e também aprofunda a polarização social brasileira justamente por insistir na confrontação. (...) Além disso, o debate público fica refém de uma lógica moralista, que divide o mundo num binômio simplório do bem contra o mal, e ultraconservadora, que ameaça as liberdades mais básicas”. (Gallego, 2017, p. 200).

[143] Segundo Löwy (2016, p. 57), “a prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latinoamericanas. Testada em Honduras e no Paraguai (países que a imprensa costuma chamar de “República das Bananas”), ela se mostrou eficaz e lucrativa para eliminar presidentes (muito moderadamente) de esquerda. Agora foi aplicada num país que tem o tamanho de um continente”.

aliados do governo, que, naquele momento, passaram a se posicionar como oposição em busca da autopreservação de seu *establishment*[144] diante da recusa da Presidenta Dilma - PT em negociar com a classe política, sob exigências coercitivamente impostas, um pacto destinado a conter a Operação Lava Jato[145], cujas investigações começavam a alcançar diversos personagens vinculados a outros partidos políticos deixando, assim, de se concentrar exclusivamente em alvos relacionados ao PT[146] (Quinalha, 2016). Um golpe parlamentar tramado sob o pretexto hipócrita de restaurar a ordem e o progresso, em nome da ética na política,

---

[144] Para Elias e Scotson (1994, p. 6-7), embora o termo *establishment* seja "uma palavra rigorosamente intraduzível por descrever uma forma tipicamente inglesa de conceituar as relações de poder", seu alcance transcende a especificidade do contexto inglês em razão de sua potência sociológica uma vez que permite evidenciar, de modo empírico e consistente, "o conteúdo universal dessa forma singular de configuração das relações de poder". Os autores demonstram que o *establishment* não se restringe às instituições ou aos centros formais de poder, mas corresponde à matriz de relações sociais no interior da qual determinados grupos constroem, legitimam e reproduzem posições de autoridade, prestígio e influência em relação a outros grupos, estabelecendo, inclusive, mecanismos de distinção e exclusão. Nessa perspectiva, o poder não deve ser compreendido como atributo isolado de indivíduos ou instituições, mas como resultado de relações sociais que possibilitam o reconhecimento de seu exercício e a reprodução de sua condição de predominância.

[145] A Operação Lava Jato é evidenciada neste subcapítulo algumas páginas adiante. Aqui, torna-se relevante destacar que, naquele momento histórico, ainda prevalecia a narrativa que a considerava a maior investigação sobre a corrupção na história do país (Jardim, 2017).

[146] O vazamento dos diálogos entre o senador peemedebista Romero Jucá com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, ex-líder do PSDB e membro do PMDB, gravados semanas antes da votação do *impeachment* da Presidenta Dilma - PT e divulgados em maio de 2016 pelo *Jornal Folha de São Paulo*, evidenciou o ardil das articulações que objetivavam interromper as investigações de corrupção em curso, inclusive, contra eles próprios: "SÉRGIO MACHADO - Mas viu, Romero, então, eu acho a situação gravíssima. ROMERO JUCÁ - (...) Eu só acho o seguinte: com Dilma não dá, com a situação que está. (...) MACHADO - Tem que ter um *impeachment*. JUCÁ - Tem que ter *impeachment*. Não tem saída. MACHADO - E quem segurar, segura. (...) MACHADO - Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez (autorizou prisões logo após decisões de segunda instância), vai todo mundo delatar. JUCÁ - Exatamente, e vai sobrar muito. (...) Tem que resolver essa porra... Tem que mudar o governo pra poder estancar essa sangria. (...) MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel (Temer). JUCÁ - Só o Renan (Calheiros) que está contra essa porra. Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra. MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional. JUCÁ - Com o Supremo, com tudo. MACHADO - Com tudo, aí parava tudo. JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto. (...) Tem que ser um boi de piranha, pegar um cara, e a gente passar e resolver, chegar do outro lado da margem. (...) Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de (inaudível) sem ela (Dilma). Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir". Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/dialogo-entre-romero-juca-e-sergio-machado-isso-e-uma-vergonha/341717649>

por parlamentares que, paradoxalmente, encontravam-se eles próprios implicados na qualidade de réus em inquéritos policiais e processos judiciais de diversas naturezas, inclusive relacionados a denúncias de corrupção, revelando a contradição entre o discurso moralizador mobilizado para legitimar a ruptura institucional e as práticas atribuídas a parcela significativa de seus próprios articuladores[147] (Jinkings, 2016).

Um golpe jurídico projetado a partir de flexibilizações de dispositivos legais para caracterizar o cometimento de um suposto crime de responsabilidade a partir de narrativas deturpadas sobre pretensas irregularidades contábeis para cobrir déficits nas contas públicas, como a edição de decretos presidenciais para a abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso Nacional e as movimentações financeiras denominadas pedaladas fiscais[148], evidenciando, de forma inverídica, sob o manto do STF que abandonou a sua função de "guardião maior da Constituição" (Xavier, 2020, p. 2), alegações de desrespeito à Lei Orçamentária Anual - LOA e à Lei nº 8.429/1992 (Brasil, 1992) que dispõe sobre a improbidade administrativa (Löwy, 2016). Um golpe judicial chancelado com base na politização perversa de uma suposta neutralidade institucional que, ao subverter garantias fundamentais, deslocou a presunção de inocência em direção a um pressuposto de culpa por meio da atuação articulada de setores do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal em operações ilegítimas, ações partidarizadas e decisões inconcessas, resultando na divulgação seletiva e sistemática de delações e interceptações ilegais, na execração pública de

---

[147] Löwy (2016, p. 57) compreende que "o principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como 'a bancada BBB': da 'Bala' (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do 'Boi' (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da 'Bíblia' (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos)". Dentre dezenas de denúncias apresentadas à Câmara dos Deputados contra a Presidenta Dilma - PT ao longo do ano de 2015, o parecer protocolado pelo PSDB foi o único a ser acatado pelo Presidente da Câmara dos Deputados à época, o então Deputado Federal Eduardo Cunha - MDB (RJ) que, segundo o Procurador Rodrigo Janot, integrava, no parlamento, uma "organização criminosa" (Bandeira, 2017, p. 23; Silva, 2016b).

[148] Corriqueiras em todos os governos anteriores, em momento algum na história do país essas práticas foram consideradas pressuposto para configuração de crimes de responsabilidade pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pelo Congresso Nacional (Löwy, 2016; Semer, 2016; Silva, 2016b). Tanto que, dois dias após o *impeachment* da Presidenta Dilma - PT, o ilegítimo (des)governo de Temer - PMDB sancionou a Lei nº 13.332/2016 (Brasil, 2016b) que flexibiliza as regras para a abertura de créditos suplementares sem a necessidade de autorização do Congresso Nacional, admitindo, então, o manejo orçamentário, ou seja, as ditas pedaladas fiscais.

investigados sem acusação formal e na antecipação de juízos de culpabilidade antes do trânsito em julgado (Semer, 2016)[149].

Um golpe econômico racionalizado a partir da convergência entre as ofensivas da fração da burguesia brasileira integrada às forças do mercado e ao capital internacional, articulada em torno de uma frente ortodoxa neoliberal, e as gradativas deserções da grande burguesia interna, composta por empresas brasileiras até então vinculadas à frente neodesenvolvimentista, conformando uma correlação de forças favorável à implantação de um rigoroso ajuste fiscal destinado a assegurar ao capital rentista o pagamento dos juros da dívida pública, à privatização da economia brasileira em benefício dos interesses do capital internacional e à ruptura das políticas públicas voltadas à proteção dos direitos trabalhistas e sociais[150] (Boito Júnior, 2016). Um golpe midiático[151] veiculado através de um aparato corporativo propagandista e partidário subordinado ao poder e aos interesses das elites financeiras neoliberais que, dia após dia, ano após ano, de forma incessante, deliberada, sistemática, irrefutável e agressiva, forjou falsos consensos na opinião pública e construiu a atmosfera favorável à deslegitimação social dos governos democraticamente eleitos do PT sob a narrativa discursiva do combate à corrupção, apresentando como corolário a potencialização dos

---

[149] Segundo Amorim (2018, s.p), “o uso da Justiça como arma de disputa política, chamado de *lawfare*, não é exclusividade do Brasil. O emprego bélico das instituições também caracteriza os processos de criminalização e neutralização de lideranças do campo popular como Cristina Kirshner, ex-presidente da Argentina, Rafael Correa, ex-presidente do Equador, e Evo Morales, presidente da Bolívia, a quem são imputados delitos de todos os matizes como forma de inviabilização política”.

[150] Amorim (2018) compreende que os processos de desestabilização dos governos progressistas na América Latina resultam de estratégias articuladas orientadas pela convergência entre os interesses do grande capital e os imperativos geopolíticos dos Estados Unidos, com vistas à preservação de sua influência e à recomposição de relações de dependência colonialista em sociedades historicamente marcadas por profundas desigualdades sociais, nas quais forças políticas de esquerda empreendem tentativas concretas de transformação de suas estruturas sociais.

[151] Segundo Lopes (2016, p. 101), a concentração dos meios de comunicação nas mãos de grupos economicamente dominantes não apenas interferiu na formação da opinião pública, mas também contribuiu para a construção de uma narrativa política capaz de conferir legitimidade social às forças interessadas na desestabilização do governo e na ruptura da ordem democrática. Para ele, “Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). (...) A máquina de mídia dessas famílias deixou de fazer jornalismo no termo da palavra - como atividade voltada ao registro e reflexão cotidianos sobre a realidade - para tornar-se uma máquina de propaganda partidária” com capacidade de organizar o combate simbólico através da manipulação da subjetividade das grandes massas.

sentimentos difusos de insatisfação que, uma vez cooptados pela ideologia da direita neoliberal e neoconservadora e pela extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista para assegurar a hegemonia da classe dominante, converteram-se em sentimentos de hostilidade e de ódio a tudo o que a esquerda, simploriamente reduzida ao PT nesse imaginário, representa: a democracia, a diversidade, os direitos sociais, os direitos humanos (Lopes, 2016).

Um golpe institucional edificado a partir de articulações entre os Poderes da República - Executivo, Legislativo e Judiciário, no seio de um Estado capitalista que não se estrutura a partir da neutralidade abstrata, mas da concretude das formas de organização do poder, de atribuição de direitos e de regulação das intervenções, possibilitando a materialização de diferentes formas de desconstrução do modelo democrático inaugurado em 1988, mediante a ruptura com o processo eleitoral, em um contexto social assimétrico no qual as relações políticas e institucionais permanecem atravessadas pela dominação, afinal, “relações democráticas ainda são relações de poder e, como tal, são continuamente recriadas” (Cruikshank, 1999, p. 18). Um golpe misógino exteriorizado por meio de graves violações de direitos humanos e de discursos e práticas perpassadas por violências simbólicas preconceituosas e discriminatórias contra a única mulher que, até então, havia alcançado o mais elevado posto da institucionalidade democrática brasileira - a Presidência da República, espaço historicamente dominado pela lógica patriarcal cujas vísceras - misóginas e violentas, foram reveladas durante a sessão do *impeachment* realizada na Câmara dos Deputados no dia 17 de abril de 2016 (Santos, 2021)[152].

A personificação da figura patética e ilegítima de Temer - PMDB enquanto usurpador do poder, sendo ele próprio alvo de denúncias e investigações por

[152] Ao analisar os discursos proferidos pelos Deputados Federais no ato da votação do *impeachment* da Presidenta Dilma - PT, Corrêa *et al.,* (2018) perceberam o forte traço de subjetividade que fora evidenciado a partir da presença constante do “eu”, o que pressupõe a total falta de impessoalidade nos posicionamentos ali defendidos que, em sua grande maioria, não se fundamentaram nas questões legais relacionadas ao suposto crime de responsabilidade e sim em temas eivados de pessoalidade como “Deus”, “Pátria”, “Família” e “Liberdade”, sendo que, dois anos depois, se tornaram o lema da campanha do então Deputado Bolsonaro - PP (RJ). Segundo Charaudeau (2006, p. 79) a construção do *ethos* político é uma ferramenta poderosa para investir o discurso de legitimidade e credibilidade tendo em vista que um dos seus principais objetivos é persuadir ideologicamente o maior número possível de indivíduos que compartilham determinados valores. Para o autor, essa discursividade é a estratégia “que coloca a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões a fim de estabelecer um consenso”.

corrupção, representou uma ruptura com as conquistas democráticas realizadas ao longo de mais de uma década de governos da esquerda democrática, ao mesmo tempo que promoveu o avanço de uma agenda de retrocessos neoliberais violentamente imposta ao país através de medidas de austeridade seletiva norteadas pelo documento programático intitulado *Ponte para o Futuro*, documento este construído em 2015 pelo PMDB, a partir de articulações já golpistas com o PSDB, para implementar no Brasil o projeto de sociedade derrotado nas eleições de 2014 (Cleto, 2016; Miguel, 2016a). Sob o *slogan Ordem e Progresso,* a agenda normativa de contrarreformas implementadas por Temer - PMDB (2016-2018) divergia de forma profunda da agenda de propostas do governo democraticamente eleito que fora golpeado e do qual o referido golpista fazia parte, sendo pautado por premissas de "desintegração social" (Costa Júnior e Oliveira, 2021, p. 219) fundamentadas no "puro-sangue do neoliberalismo" (Paulani, 2016, p. 64): "entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais e tributação regressiva" (Miguel, 2016a, p. 32).

De acordo com Costa Júnior e Oliveira (2021), sua expressão máxima convergiu em uma das primeiras medidas reacionárias associadas ao invólucro de arbitrariedades do governo golpista, cuja Proposta de Emenda Complementar ficou conhecida como *PEC do fim do mundo*. A respectiva Emenda Constitucional nº 95 (Brasil, 2016a) instituiu um novo regime fiscal com longevidade de duas décadas sob o pretexto de controlar o déficit público que, na prática, convergiu para a abscisão de investimentos públicos em setores sociais essenciais, como os vinculados à saúde e à educação[153], desconsiderando o aumento populacional e a crescente necessidade de políticas públicas em um país com extremas

[153] Além desta, em um contexto de fragilidade institucional da democracia brasileira e retomada do avanço neoliberal contra os direitos sociais, destaco a Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017a), que alterou de forma estrutural a concepção constitucional do direito público à educação no que tange à função social da educação na formação humanística dos/as estudantes ao reestruturar as diretrizes do Ensino Médio a partir da flexibilização do currículo; a Lei nº 13.429/2017 (Brasil, 2017b), que dispôs sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas mediante processos de terceirização de serviços; e a Lei nº 13.467/2017 (Brasil, 2017c), que alterou Consolidação das Leis do Trabalho - CLT a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, o que significa, na prática, a retração significativa de direitos básicos da classe trabalhadora.

desigualdades sociais. Alcunhada por Paulani (2016, p. 64) de uma “Ponte para o Abismo”,

> (...) essa Ponte, agora em construção pelo golpista Temer com auxílio dos tucanos, não mira apenas os programas sociais e políticas públicas petistas. Ele busca principalmente destruir a Constituição de 1988 e os direitos sociais que ela garante. Sob o pretexto de que “um novo regime fiscal requer um novo regime orçamentário”, o programa de Temer fala claramente em acabar com a obrigatoriedade constitucional dos gastos com educação e saúde (...). Significa também a impossibilidade de terminar e aprimorar a construção do SUS, o fundamental e civilizatório Sistema Único de Saúde do Brasil (o Ministro da Saúde de Temer já disse, aliás, num arroubo de sinceridade, que o SUS não pode ser para todos). Ali se propõe (...) o estabelecimento de um teto para o crescimento das despesas dado pela taxa de inflação do ano anterior, o que significa que haverá um congelamento delas em termos reais e que o gasto efetivo, por exemplo, na rubrica de educação, pode ficar abaixo do que é hoje constitucionalmente exigido, caso essa trava seja alcançada antes que se atinja esse percentual. Outras medidas elencadas no referido documento vão na mesma direção, como o fim do que se chama ali de “eternização dos programas estatais” e a eliminação do crescimento automático das despesas do Estado. (...) a concretização dessas medidas, em conjunto com as propostas de reforma na previdência social, (...) o que vai de fato ser colocado em xeque é a Constituição de 1988. Os demais elementos dessa Ponte (...): a promoção do que se chama ali de uma “verdadeira abertura comercial”, o que implicará a busca de acordos comerciais de todos os tipos “com ou sem o Mercosul” (leia-se, participação do país mesmo naqueles acordos do tipo Alca, até agora rechaçados, e redução da importância de espaços regionais e geopolíticos alternativos, como o ensejado pelos Brics), o aumento da participação da iniciativa privada em todas as áreas, por meio da transferência de ativos (leia-se, retomada forte do processo de privatização, mesmo que isso envolva um patrimônio estratégico como o da Petrobras), a redução da interferência do Banco Central sobre o câmbio (leia-se, permissão para o câmbio flutuar livremente, mesmo que isso implique enorme aumento da volatilidade e novos movimentos de valorização do real lesivos à economia e à indústria nacionais) e, finalmente, na chave do “desregulamentar de modo geral a economia”, a concessão de maior liberdade às negociações trabalhistas (leia-se, a possibilidade de se passar por cima dos direitos trabalhistas consignados na CLT, como férias e 13º salário, desde que as convenções coletivas assim o acordem).

Torna-se possível observar nesta seara que, sem qualquer menção à reforma tributária, à tributação de grandes fortunas e ao término de isenção tributária sobre ganhos financeiros e lucros enviados ao exterior (Paulani, 2016), as medidas econômicas neoliberais foram retomadas e implementadas de forma totalmente

desvinculada dos “processos normativos de desenvolvimento social e de erradicação da pobreza delineados na Constituição de 1988” visando a concretização de um dos principais pilares do documento expresso nos seguintes termos: “voltado para o crescimento e não para o impasse e a estagnação” (Costa Júnior e oliveira, 2021, p. 220). As ofensivas neoliberais restauradas a partir da ilegitimidade do (des)governo Temer - PMDB expôs toda a vulnerabilidade da segregação social brasileira, sendo este o abismo explicitado por Paulani (2016, p. 65): “lançar 200 milhões de brasileiros no perigoso vazio da anomia social, da qual o modelo conciliatório anterior tentava escapar”. Todavia, o tempo revelou que este momento histórico assombroso, marcado por profundos abalos institucionais, constituía, tão somente, a borda de um precipício cuja voragem se tornaria evidente com a crise democrática, social e política materializada no resultado das eleições de 2018 - uma realidade desditosa de ruptura democrática que fora profetizada pela Presidenta Dilma - PT em seu discurso histórico[154] de denúncia do golpe que perfez a sua destituição cujos efeitos ultrapassariam os limites do seu mandato produzindo consequências duradouras que reduziriam a democracia brasileira aos seus próprios andrajos.

Líder em todas as pesquisas eleitorais, Lula - PT foi condenado em primeira instância a mais de 9 (nove) anos de prisão pelo então Juiz Sérgio Moro da 13ª Vara Federal de Curitiba (PR) em julho de 2017[155], com condenação colegiada mantida

[154] ANEXO D.

[155] A decisão de Moro fundamentou-se nas acusações apresentadas pelo Procurador da República do Ministério Público Federal - MPF, Dalton Dallagnol, que apontava Lula - PT como o “comandante máximo” e o “maior beneficiário” dos esquemas investigados no âmbito da Operação Lavo Jato, imputando-lhe, em tese, a prática dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, supostamente relacionados ao recebimento de propinas de empreiteiras contratadas pela Petrobras, sendo que as acusações sustentavam que os valores teriam sido utilizados, entre outras finalidades, para a aquisição de um apartamento triplex no Edifício Solaris, localizado no município do Guarujá (SP), imóvel cuja propriedade ou aquisição por Lula jamais fora comprovada (Giovanaz, 2018). Para além dos descalabros jurídicos que levaram juristas de renome nacional e internacional a qualificar a sentença como “fictícia, abusiva e absurda”, em razão, entre outros aspectos, de graves ofensas aos fatos e ao Direito provocadas pela alegada ausência de provas, pela inversão do ônus probatório, pela prevalência da convicção sobre as provas constantes nos autos, pela desconsideração de provas testemunhais e documentais e pelo distanciamento entre a sentença e a própria acusação, Segalla (2018) sustenta que a competência da Justiça Federal também foi indevidamente afirmada. Nos termos do art. 109 da Constituição da República (Brasil, 1988), a competência da Justiça Federal dependeria, em determinadas hipóteses, da existência de crime praticado em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, circunstância esta não verificada no caso concreto, independente de ser o suposto autor do delito um funcionário público ou um agente político federal, no entanto, sem qualquer respaldo nas normas

em segunda instância e pena aumentada para mais de 12 (doze) anos pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF-4 em janeiro de 2018, prisão decretada e mandado de prisão expedido pelo referido Juiz em abril de 2018 e candidatura impugnada devido à inelegibilidade declarada pelo Ministro Luís Roberto Barroso do Tribunal Superior Eleitoral - TSE em setembro de 2018, mesmo diante da previsão legal de participação no pleito eleitoral pelo fato de ainda existir a possibilidade de impetração de recursos no Superior Tribunal de Justiça - STJ e no STF em Brasília[156]. No âmago do processo de construção de uma nova hegemonia no qual os limites legalmente definidos de atuação do judiciário transformaram-se em um nebuloso amálgama com as fronteiras da política, a descaracterização da Operação Lava Jato e suas ressonâncias tanto no *impeachment* da Presidenta Dilma - PT quanto no encarceramento de Lula - PT, portaram-se como coadjuvantes na vitória de Bolsonaro - PSL na eleição presidencial de 2018 enquanto representante da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista.

Logo após ser deflagrada em 2014 pela Polícia Federal - PF a partir de investigações sobre organizações criminosas, correlacionadas entre si, lideradas por doleiros que, através de terceiros, mantinham relações financeiras ilegais envolvendo valores de origem ilícita com autoridades da Petrobrás - uma empresa estatal de economia mista, a Operação Lava Jato, iniciada em um posto de gasolina

---

constitucionais, o fato dos investigados incluírem um ex-Presidente da República e membros do Congresso Nacional foi utilizado como fundamento para concentrar, sob a jurisdição daquele Juízo, os desdobramentos da Operação Lava Jato. Desde sempre "a incompetência absoluta da 13ª Vara Federal de Curitiba (PR), vale dizer, a incompetência do Juiz Sérgio Moro" era explícita, reverberando sua nulidade absoluta frente ao disposto no inciso LIII do artigo 5º da Carta Magna: "ninguém será processado nem sentenciado senão por autoridade competente" (Jardim, 2017, p. 111).

[156] A decisão do TSE fundamentou-se na Lei Complementar nº 135/2010 (Brasil, 2010b), popularmente conhecida como *Lei da Ficha Limpa*, que estabelece hipóteses de inelegibilidade visando proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Mesmo diante da medida cautelar deferida pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU, que deveria ter suspendido a inelegibilidade decorrente da condenação de Lula - PT nos termos da Lei Complementar nº 64/1990 (Brasil, 1990) e do parágrafo 2º do artigo 5º da Constituição da República (Brasil, 1988), que dispõe sobre garantias individuais decorrentes dos tratados internacionais do qual o Brasil é signatário, o voto do Ministro Edson Fachin foi o único favorável à candidatura de Lula - PT nas eleições de 2018: "A segurança está acima da minha convicção individual e da convicção coletiva. O Poder Judiciário não reescreve a Constituição nem edita as leis. Cumpre as regras e as faz cumprir (...) não podendo produzir uma regra *ad hoc* (para a finalidade do caso), por mais 'sensível e limítrofe que ele seja'". Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>. Acesso em 12 maio 2022.

suspeito de lavagem de dinheiro que irrompeu um esquema de corrupção na maior empresa petrolífera do Brasil, contou com a atuação de uma equipe de Procuradores do MPF para auxiliar na construção das peças acusatórias por formação de organização criminosa, crimes contra o sistema financeiro nacional, falsidade ideológica e desvio de recursos do erário. É inegável que, inicialmente, a Operação Lava Jato contribuiu positivamente para tornar público um esquema endêmico que corrompia tanto atividades empresariais quanto atividades públicas e políticas em uma relação na qual agentes privados financiavam e subornavam agentes públicos e políticos detentores de cargos do alto escalão do Poder Legislativo e do Poder Executivo envolvendo, dentre outros, desvios de fundos de pensão, superfaturamentos de grandes obras públicas realizadas em diversos estados da federação, formação de cartéis e fraudes em processos licitatórios referentes à celebração de contratos com empreiteiras. Todavia, como afirma Jardim (2017, p. 106):

> Tudo, em grande escala, acaba virando “político”.
> A vaidade das pessoas sempre prejudica algo que poderia ter sido socialmente útil.
> A ambição de poder acaba por prejudicar os comprometimentos éticos.
> A “necessidade” de atingir resultados veiculados pela mídia acaba prejudicando o ideal de justiça.
> Quando já se tem um objetivo predeterminado, o Direito passa a ser um obstáculo, que precisa ser “contornado”.
> Quando o Ministério Público faz o papel de polícia, passa a sofrer as mesmas críticas, procedentes ou não.
> Quando o Poder Judiciário está do lado da Polícia e do Ministério Público, objetivando combater crimes, o Estado de Direito não se faz presente.

No entendimento do autor, a descaracterização da Operação Lava Jato ocorreu a partir do momento em que insólitos acordos de cooperação, conhecidos como delações premiadas, transformaram-se em sua força motriz e subverteram, inclusive, o sistema penal brasileiro a partir de um presumido poder discricionário quase absoluto na criação de “regras especiais para situações excepcionais”, argumento típico de regimes totalitários, tanto nas negociações entre investigadores e investigados, pois, sem quaisquer critérios previamente definidos em aparatos legais, penas e regimes de cumprimento de penas eram criados para fins específicos, quanto na competência para julgar os processos de acordo com a

matéria, o interessado e a localidade, através da qual eram criados “juízos universais” sob o invólucro do “juízo natural”, revelando que, para o Procurador Deltan Dallagnol e para o Juiz Sérgio Moro, o que realmente interessava era a punição de agentes políticos, principalmente agentes políticos do PT ocupantes de cargos no alto escalão do Legislativo e do Executivo, mesmo que, para isso, tivessem que ratificar a impunidade de agentes privados e de outros agentes públicos e políticos que, comprovadamente, tinham praticado condutas penalmente típicas (Jardim, 2017, p. 116).

Nesse devaneio, os protagonistas da Operação Lava Jato, ética, moral e legalmente já corrompida[157], escolhiam os “criminosos” no cenário político para, então, atuarem na busca da comprovação de seus supostos “crimes” a partir de indícios absolutamente artificiais e, desta forma, através da concórdia entre Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário[158] e grande imprensa, numa reversão cabal do Estado Democrático de Direito, vazaram elementos probatórios sigilosos, divulgaram conversas interceptadas ilegalmente de natureza pessoal e desvinculadas dos fatos em apuração, interceptaram telefonemas de advogados de réus, criminalizaram a política, condenaram a atuação parlamentar, banalizaram o sistema penal, arruinaram o sistema econômico, debilitaram os partidos políticos progressistas, politizaram as decisões, afastaram a impessoalidade e a imparcialidade, influenciaram acriticamente a opinião pública a exemplo dos métodos nazistas e fascistas, polarizaram ideologicamente a sociedade doravante ideários do bem e do mal e, mais uma vez, pôde-se observar que “em nosso sistema capitalista, o Estado é um reflexo político do poder econômico que domina a sociedade” (Jardim, 2017, p. 116).

Defensor da perspectiva de que a Operação Lava Jato resultou de uma estratégia previamente engendrada por agentes internos, que adquiriram visibilidade nacional ao assumirem o protagonismo no processo, supostamente em conluio com agentes externos estadunidenses vinculados ao capital financeiro internacional, tanto pelo acesso a informações sigilosas quanto pelo financiamento de ações

---

[157] Filgueiras (2006) aborda a corrupção a partir de sua relação com a moralidade, compreendendo-a, nessa perspectiva, como uma ruptura das normas estabelecidas socialmente, decorrente da construção de juízos morais sobre o comportamento de indivíduos e instituições.

[158] Jardim (2017) salienta que quando o distanciamento necessário na atuação destas instituições deixa de existir, os mecanismos de controle estabelecidos legalmente entre elas ficam comprometidos, assim como as próprias garantias do Estado Democrático de Direito.

orientadas por interesses ideológicos, políticos e econômicos, Jardim (2017) sustenta que tal articulação teria contribuído para a desestabilização da própria democracia brasileira, a ponto de fomentar, nas ruas, gritos desvairados por intervenção militar. Nesse contexto, em que o "mal" precisava ser combatido, o autor ressalta que a ampla e profusa divulgação midiática, pelos grandes conglomerados de comunicação, de determinadas suspeitas envolvendo determinados investigados, contribuiu para reificar e legitimar, perante a opinião pública, a execração antes mesmo de eventual condenação[159]. Nessa mesma lógica, assim como esse "mal" teria sido derrotado em 2016, com o *impeachment* da Presidenta Dilma - PT, precisaria também ser eliminado em 2018, mediante a prisão de Lula - PT, então líder em todas as pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais. E assim foi… de 7 de abril de 2018 a 8 de novembro de 2019… 580 (quinhentos e oitenta) dias de cárcere no imbróglio de "operações que desfazem as separações jurídicas e éticas entre o legítimo e o ilegítimo, o democrático e o autoritário" (Teles, 2018, p. 69).

No interior da racionalidade neoliberal, constituída a partir de condições sócio-históricas determinadas, mas sempre orientada pela defesa dos interesses do grande capital, a construção de um inimigo interno nacional forja a edificação de espaços sociais propícios à "operacionalização da ideologia"[160] (Thompson, 2011, p. 81), por meio da qual se estabelecem e reproduzem redes hegemônicas de poder sustentadas por estratégias de produção e disseminação de sentidos. No contexto brasileiro, essas estratégias contribuem para conferir consenso e potência política à disseminação do ódio ao outro, favorecendo a reorganização e o fortalecimento da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista, mediante a difusão de posicionamentos autoritários e antidemocráticos (Teles, 2018; Bello *et al.*, 2021). O ódio instrumentalizado aos pobres, aos negros, aos indígenas, às

[159] No dia de sua prisão, Lula - PT formalizou essa denúncia em um discurso histórico, proferido de maneira contundente diante da multidão de militantes reunida nas imediações do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP), transformando aquele momento em um ato político de resistência e de contestação às circunstâncias que culminaram em seu encarceramento. Ver ANEXO E.

[160] Para Thompson (2011, p. 16), "ideologia é o sentido a serviço do poder", ou seja, as forças simbólicas utilizadas para construir e sustentar relações de dominação. Segundo o autor, os modos de operacionalização da ideologia consistem em "legitimação: racionalização, universalização, narrativização; dissimulação: deslocamento, eufemização, tropo; unificação: estandardização, simbolização da unidade; fragmentação: diferenciação, expurgo do outro; e reificação: naturalização, eternalização, nominalização, passivização" (Thompson, 2011, p. 81).

mulheres, aos homossexuais, aos desempregados, à diversidade, à cultura, à educação, à ciência, ao meio ambiente, às instituições da democracia, ao ideário progressista e ao pensamento crítico transformou-se no fio condutor da campanha de Bolsonaro - PSL nas eleições de 2018 através da utilização de uma linguagem extremista, violenta, inflamatória e beligerante que, ao mesmo tempo que afervora seu núcleo duro[161], desvia o foco de todo e qualquer problema real cotidianamente vivenciado por milhares de brasileiros/as, tendo sido articulada a partir de três eixos:

> combate ao comunismo (entendido como distribuição de renda e combate à pobreza), que se expressava no ódio ao PT e crítica às chamadas oposições; combate à corrupção e à violência, mesmo que o histórico do candidato fosse de envolvimento com corrupção e violência; combate à ideologia de gênero, embora as propostas fossem ideológicas, como a 'escola sem partido', a 'cura *gay*' e a todo um conjunto de orientações de caráter evangélico (Xavier, 2020, p. 3).

Para além de toda e qualquer ausência de previsibilidade até meados de 2018, pois, até então, em uníssono, impensava-se no retrocesso político, democrático e ideológico que a figura patética de Bolsonaro - PSL representava, as pesquisas eleitorais começaram a se configurar indicando a sua derrota somente em cenários nos quais concorria com Lula - PT, no entanto, Lula - PT encontrava-se aferrolhado por Moro sob o olhar conveniente da parte neoliberal do STF e o candidato por ele apoiado, Fernando Haddad - PT, por via eleitoral e democrática, foi derrotado no segundo turno pelo político que se intitulava antisistêmico, mesmo tendo feito parte dele por quase trinta anos (Duarte e César, 2020)[162]. A falácia *ad*

---

[161] Em discurso durante a campanha presidencial de 2018 no Acre, cuja retórica de exclusão transforma a divergência ideológica em inimigo a ser eliminado, combinando ameaça de morte, perseguição política, expulsão territorial e humilhação social, Bolsonaro - PSL, segurando um tripé como se metralhadora fosse, disse: "Vamos fuzilar a petralhada toda aqui do Acre. Vamos botar esses picaretas pra correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir pra lá. Só que lá não tem mortadela, galera, vão ter que comer é capim mesmo". Em 2023, com o advento do término do mandato presidencial no qual Bolsonaro - PSL encontrava-se investido, de sua não reeleição para o pleito subsequente e a consequente cessação do foro privilegiado, o Ministro Cristiano Zanin, do STF, enviou à Justiça Eleitoral do Acre o pedido de investigação sobre as palavras de extrema de violência política e desumanização do adversário proferidas por Bolsonaro - PSL a partir da queixa-crime apresentada pela coligação *O Povo Feliz de Novo*, formada pelos partidos PT, Partido Comunista do Brasil - PCdoB e Partido Republicano da Ordem Social - PROS. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/fuzilar-petralhada-zanin-envia-investigacao-sobre-fala-de-bolsonaro-para-justica-do-acre>. Acesso em 19 maio 2024.

[162] Disponível em:

populum constitutiva da retórica cruel e desumana de Bolsonaro - PSL[163], que deu voz a seus/suas seguidores/as nas ruas e nas plataformas digitais exteriorizando seus princípios e seus valores, foi intensificada ao longo de seu mandato através do emprego de todos os recursos disponibilizados pela máquina pública para sustentar sua política do ódio e, novamente, as palavras de Marx (2006) na obra *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte* adquirem significado na realidade brasileira, mesmo em sentido inverso, pois a "farsa" que viabilizou a eleição de Bolsonaro transformou-se em uma "tragédia" (Xavier, 2020) durante os quatro anos em que permaneceu no poder devido às ressonâncias disruptivas provocadas no tecido social que, inclusive, ultrapassaram esse lapso temporal.

Ao refletir sobre as distopias na sociedade brasileira contemporânea, Birman (2023, p. 2) problematiza a "evidente regressão civilizatória" que veio à tona com a implementação deliberada e ostensiva do projeto político funesto e autoritário de Bolsonaro - PSL, "um representante dos porões da ditadura militar" cuja atuação materializou, por meio de diferentes formas de violência, presentes tanto nos modos de vida quanto nos mecanismos de reprodução ampliada do capital, um "retrocesso democrático, político e ideológico" no Brasil - aproximadamente trinta anos após o restabelecimento do Estado Democrático de Direito, sustentado por um imaginário espúrio de "luta apocalíptica" entre o bem - representado pelas forças conservadoras e autoritárias, e o mal - atribuído às forças progressistas e democráticas.

Violência instituída nos discursos e nas práticas norteadas pelo ineditismo da atuação sistemática de um núcleo ideológico, denominado pelos próprios

---

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml>. Acesso em: 19 maio 2024.

[163] Para Walton (2012, p. 116), "a falácia *ad populum* (ao povo) é tradicionalmente definida como o apelo ao entusiasmo coletivo ou a sentimentos populares com o intuito de ganhar aceitação para uma conclusão que não se sustenta em boas provas". Nesse direcionamento, Bolsonaro - PSL utilizava "a construção negativa da imagem do outro ou a manutenção da imagem da crise instituída", "a construção da imagem de si como a mudança ou como a opção antissistema", "a explicitação de saídas radicais a problemas imaginados" e "a utilização de estereótipos do comunismo, das relações de trabalho e do papel das mulheres" (Mateus e Mazzola, 2023, p. 128), mobilizando tais recursos discursivos para fabricar inimigos, exacerbar conflitos e converter insatisfações sociais difusas em ressentimento político, ao mesmo tempo em que se apresentava como a suposta alternativa de ruptura capaz de restaurar uma ordem idealizada a partir da naturalização da intolerância, da deslegitimação do dissenso e da criação de condições simbólicas para a aceitação de soluções autoritárias como resposta legítima às contradições sociais e políticas vivenciadas pelo país.

integrantes de *Gabinete do Ódio*[164] que, do submundo do Palácio do Planalto, operava no engendramento estrutural, opressivo, subterrâneo e fantasmagórico do medo em relação ao outro que, por sua vez, transformava-se em uma ameaça a ser temida e, portanto, combatida e destruída em toda a sua periculosidade e capilaridade, sendo que a utilização de eficazes táticas de manipulação fundamentadas na distorção da realidade social em suas múltiplas dimensões anti-civilizatórias garantia, e ainda garante, de modos distintos, a sua repercussão e aquiescência em todas as classes sociais, refletindo, de forma subliminar, na construção de opiniões, atitudes e comportamentos determinados subjetivamente pela massificação de ideias extremistas (Xavier, 2020; Silva *et al.*, 2021). Enquanto administrador da manutenção das redes sociais da Presidência da República e de todo o planejamento das campanhas digitais do Governo Federal, o *Gabinete do Ódio* articulava politicamente um imenso operativo comunicacional bolsonarista por meio da contratação de empresas especializadas em *marketing* para produzir, disseminar e engajar, de forma artificial e em larga escala, mediante a atuação coordenada de robôs, perfis falsos e pessoas reais mobilizadas para ampliar seu alcance, *memes* (imagens, vídeos e/ou frases que vulgarizam e popularizam ideias, críticas, piadas e/ou maledicências, convertendo conteúdos complexos em formas simplificadas, facilmente reproduzíveis e compartilháveis, capazes de ampliar sua circulação e sua capacidade de influência sobre a opinião pública) e *fake news* (mentiras historicamente datadas que, potencializadas pelas tecnologias digitais,

---

[164] O *Gabinete do Ódio* consistiu em uma facção política de atuação digital, liderada pelo filho do Presidente, Carlos Bolsonaro - PL, então vereador eleito pelo município do Rio de Janeiro (RJ), e articulada por meio de células distribuídas por todo o país. Sua atuação consistia em interpretar fatos relacionados à realidade político-econômica nacional e internacional e, a partir deles, produzir e disseminar narrativas de caráter reacionário, neoliberal, neoconservador e neofascista, orientadas estrategicamente para influenciar a adoção, pela Presidência da República, de medidas e posicionamentos estereotipados, caluniosos, injuriosos, difamatórios, persecutórios, excludentes, discriminatórios e ameaçadores contra pessoas e grupos identificados como inimigos internos ou externos ao governo. Para tanto, mobilizava recursos públicos e privados de grande magnitude e recorria à deturpação de valores, princípios e direitos fundamentais constitutivos da sociedade democrática, contribuindo para a produção de uma lógica política fundada na construção permanente de inimigos, na disseminação do ódio e na legitimação da intolerância como instrumento de disputa e exercício do poder (Xavier, 2020; Silva *et al.*, 2021). “A atuação do *Gabinete do ódio* (...) alimentava uma gigantesca rede de *sites*, canais de *youtube* e grupos de mensagens instantâneas e conferia coesão no discurso e unidade na ação. A estrutura de fabricação de falsas notícias e disparo de mensagens em massa era chamada de *Inteligência Paralela* e revelou a capacidade deste movimento em manter a coesão de um campo social amplo e heterogêneo” (Stédile, 2024, s.p.).

distorcem e fraudam informações divulgadas nas plataformas sociais, visando à difusão massiva de enunciados orientados por objetivos específicos de desinformar, enganar e manipular, de forma inescrupulosa, indivíduos e coletivos sociais, comprometendo sua capacidade cognitiva de distinguir fatos de opiniões e de avaliar criticamente os conteúdos que lhes são apresentados)[165]. Nesse sentido, torna-se importante destacar que, segundo Finchelstein (2020, p. 37),

> (...) uma das lições centrais da história do fascismo é que a mentira leva à violência política extrema. Hoje a mentira voltou ao poder. Esta é, agora mais do que nunca, uma lição-chave da história do fascismo. Se quisermos compreender o nosso problemático presente, temos que prestar atenção na história dos ideólogos fascistas e no modo e no motivo pelo qual sua retórica levou ao holocausto, à guerra e à destruição. Precisamos que a história nos lembre como foi possível haver tanta violência e racismo num período tão curto de tempo. Como os nazistas e outros fascistas chegaram ao poder e assassinaram milhões de pessoas? Espalhando mentiras ideológicas. Numa proporção significativa, o poder político fascista surgiu da cooptação da verdade e da disseminação generalizada da mentira.

Violência produzida em torno da propagação da “sensação de insegurança”, sendo esta compreendida como a representação do medo que coopta subjetividades e reverbera a naturalização de anseios repressivos e punitivos contra pressupostos de perigos do cotidiano - reais e imaginários, que precisam ser frontalmente atacados sob o aforisma “bandido bom é bandido morto”, independentemente das diretrizes que protegem a dignidade da pessoa humana, normalizando, assim, no senso comum, a barbárie como elemento constituidor de uma dada sociabilidade[166]. Nesta seara, deteriora-se a importância de que as forças

---

[165] Para Rebuá (2019, s.p.), tal estratégia assemelha-se a um chamamento para a eliminação dos “apagáveis”, a saber, pobres, negros, indígenas, mulheres, homossexuais, desempregados, diversidade, cultura, educação, ciência, meio ambiente, instituições democráticas, ideário progressista e pensamento crítico, configurando uma lógica de apagamento que busca não apenas silenciar sujeitos e grupos socialmente vulnerabilizados, mas também deslegitimar direitos, saberes, valores e instituições que sustentam a pluralidade e a própria existência democrática. Disponível em: <https://www.tre-go.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/fake-news-x-desinformacao-entenda-qual-e-a-diferenca-entre-os-termos>. Acesso em: 27 maio 2024.

[166] Segundo declaração de Bolsonaro - PSL em 2017, “Preso não deve ter direito nenhum, não é mais cidadão. O sentido da cadeia não é ressocializar, mas tirar o marginal da sociedade” (Constantino *et al.*, 2020). Importante destacar que reverberações como essa encontram, no espaço público e político, condições para sua materialização social por meio das articulações da conhecida *Bancada da Bala* no Congresso Nacional, uma frente política constituída pelo espectro da direita e da extrema direita, fortalecida por discursos de ódio,

de segurança sejam orientadas por princípios públicos e democráticos, pautados no respeito aos direitos humanos e na aproximação com os cidadãos e as comunidades para a construção coletiva da paz social e, em seu lugar, legitima-se, através da precarização, da inflexão e da desestruturação das políticas públicas de segurança - expressas tanto na insuficiência de investimentos nos serviços e nos/as trabalhadores/as quanto na disseminação da agressividade disseminada nos espaços sociais, a defesa de uma suposta lógica de segurança cidadã centrada no uso da força, na repressão e no controle social. Tem-se, assim, a flexibilização das regras para a compra e porte de armas pela população civil, atribuindo ao indivíduo, e não mais ao Estado, a responsabilidade por sua autodefesa[167]; a militarização da vida e da política através do desfazimento jurídico e ético entre o legítimo / democrático e o ilegítimo / autoritário como única forma de enfrentar o espectro fantasmagórico do inimigo interno que ameaça o conservadorismo mantenedor da ordem e da paz; a ação estatal desmesurada que aterroriza e criminaliza favelas, periferias das grandes cidades, ocupações de movimentos de luta por moradia, movimentos sociais, ambientais, indígenas e LGBTQIA+, possibilitando tanto o encarceramento em massa quanto carnificinas de públicos específicos das classes populares que sempre são alvejados pela autoridade do Estado como se uma limpeza étnica estivesse em curso[168]; a privatização da sensação de segurança pela

---

incitamento à discriminação e hostilização de grupos sociais, que atua em defesa de uma agenda legislativa voltada ao recrudescimento da legislação penal, ao aumento da repressão à criminalidade, à ampliação da proteção aos agentes de segurança pública, à facilitação do acesso e do porte de armas por civis, à redução da maioridade penal, ao fortalecimento do militarismo e ao combate ácido e sistemático às forças políticas de esquerda, operando, inclusive, por meio da construção de interfaces com grupos sociais emergentes que contribuem para a conformação de novos protagonistas, contornos e perspectivas de expressão do neoconservadorismo na sociedade brasileira (Quadros e Madeira, 2018; Silva *et al.*, 2020b).

[167] Segundo declaração de Bolsonaro - PSL em 2018, “A arma de fogo, mais do que garantir a vida de uma pessoa, garante a liberdade de um povo”. Sua afirmação desloca a noção da liberdade no campo dos direitos, da cidadania e da participação democrática para a lógica armamentista, naturalizando a força e a capacidade individual de violência como supostos instrumentos de proteção da sociedade e de garantia da própria liberdade (Bolsonaro diz que cloroquina..., 2020, online).

[168] Destaca-se a atuação do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, ex-juiz federal indicado por Bolsonaro - PSL para assumir a pasta após a exoneração de seu cargo no Poder Judiciário, em ato contínuo à decretação da prisão de Lula - PT enquanto principal oponente nas eleições presidenciais de 2018. À frente do Ministério, Moro atuou na implementação do chamado *Pacote Anticrime*, com amplo apoio governamental, promovendo medidas que contribuíram para o recrudescimento da política penal e de segurança pública, com impactos sobre a letalidade, o encarceramento em

atuação das milícias enquanto grupos paramilitares diretamente envolvidos, dentre outros, com grilagem de espaços urbanos, com monopólios e extorsões sobre a prestação de serviços públicos, com atividades criminosas relacionadas ao narcotráfico e com a brutalidade de assassinatos, a exemplo da morte da Vereadora Marielle Franco - PSOL eleita na cidade do Rio de Janeiro - RJ e de seu motorista Anderson Gomes[169]; e a ampliação do excludente de ilicitude que autoriza o poder de morte por policiais independente das circunstâncias (Birman, 2023; Souza e Serra, 2020; Teles, 2018). Em entrevista concedida à *Ponte Jornalismo*, uma organização sem fins lucrativos criada para ampliar o debate sobre os direitos humanos e aumentar o alcance das vozes marginalizadas pelas opressões de classe, raça e gênero em suas intersecções com temas ligados à segurança pública e à justiça, a Delegada Adriana Accorsi - PT, eleita Deputada Federal pelo Estado de Goiás em 2022, destaca que

> (...) o símbolo do aparelhamento das forças de segurança pelo governo Bolsonaro foi o assassinato daquele homem jogado dentro da viatura (Genivaldo, em Sergipe, que morreu asfixiado, em maio, ao ser preso no porta-malas de uma viatura da PRF em que os policiais jogaram gás lacrimogêneo dentro). A viatura é um símbolo do nosso trabalho, é um instrumento de trabalho na proteção da vida das pessoas e foi usada como câmara de gás para matar um cidadão por trabalhadores da segurança. É a política do ódio e da morte que, infelizmente, levou também uma grande parte das forças de segurança para essa atuação desvirtuada da lei brasileira, da Constituição Federal, do próprio Código de Processo Penal e do Código Penal. (...) Então, para mim, a segurança pública é um espaço de defesa dos direitos humanos, é um espaço de garantia dos direitos das pessoas, em que o poder do Estado é usado para proteger as pessoas, sobretudo as pessoas que mais precisam. [170]

---

massa e a intensificação de abordagens seletivas, sobretudo, de jovens negros e periféricos (Rios, 2022, s.p.).

[169] O contexto sócio-político que envolveu o assassinato de Marielle Franco - PSOL em 2018 enquanto mulher negra, favelada, homossexual, socióloga, defensora dos direitos humanos e ocupante de lugar político, seria digno de um espaço próprio que foge ao escopo do atual trabalho, todavia, a perspectiva apresentada por Rosa e Freitas (2023) sobre o simbolismo corporificado na placa de rua com o nome da Vereadora em sua homenagem, assim como a exibição da referida placa quebrada por candidatos a cargos políticos apoiadores de Bolsonaro - PSL, revela a resistência e a violência que coabitam a contemporaneidade brasileira.

[170] Disponível em: <https://ponte.org/bolsonaro-destruiu-politica-de-seguranca-publica-diz-delegada-de-esquerda-eleita-na-camara/>. Acesso em: 28 maio 2023.

Violência configurada em uma ação governamental com caráter claramente genocida diante da (falta de) gestão pública na condução da pandemia de Covid-19 provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, um vírus que não discrimina a precariedade da condição humana mas que, a depender das condições sócio-econômicas em suas nefastas desigualdades, amplia ou reduz drasticamente o risco de contaminação, os cuidados médico-hospitalares e a ameaça de morte[171]. Diante do desmantelamento já em curso do SUS para beneficiar os interesses dos planos privados de saúde e do autoritarismo na tentativa de impor uma política que confundia e desinformava os/as cidadãos/cidadãs brasileiros/as através da disseminação massiva e reiterada, via redes sociais - cujo impacto multiplicava-se exponencialmente, de teses negacionistas permeadas por fanatismos e incertezas, a atmosfera social tornou-se cada vez mais obscura frente ao desprezo pela ciência e à indiferença diante da vida humana em proporções alarmantes. Exteriorizado através de matizes das mais diversas naturezas, "o negacionismo sobre a pandemia é o mais recente capítulo da história das mentiras fascistas, linhagem política e intelectual que começa em Hitler e Mussolini e volta ao poder com a extrema direita no Brasil e nos EUA" (Finchelstein, 2020, p. 36), atingindo diretamente o debate racional, a argumentação e a escuta a partir de uma dissociação cognitiva provocada pelo choque entre os fatos e as evidências científicas e os valores e as crenças apartadas de coerência lógica (Rathsam, 2021). Com o poder de impactar a confiança das pessoas nas instituições democráticas, tornando-se, portanto, uma ameaça à democracia, a narrativa negacionista encontrou terreno fértil nos conluios com os setores mais retrógrados do neopentecostalismo evangélico - aqueles que vinculam bênçãos divinas a sucessos materiais, diante do incentivo a práticas supersticiosas - a exemplo de jejuns para alcançar a cura, além do interesse manifestamente explícito em manter as igrejas abertas durante o período de

[171] "Em seu levantamento sobre o combate ao coronavírus no Brasil, o epidemiologista Pedro Hallal identificou que a doença tinha sido mais agressiva entre os mais pobres e a população não branca do país. Essas informações, no entanto, foram censuradas pelo Palácio do Planalto, conforme a declaração do cientista na Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da pandemia. O governo sonegou a informação e coube à sociedade civil e às organizações científicas divulgar e analisar informações que mostrassem os impactos da pandemia entre as camadas mais pobres e negras" (Rios, 2022, s.p.). Para a autora, essa estratégia política de ocultação da realidade social que silenciou os efeitos desproporcionais da crise sanitária sobre os grupos historicamente vulnerabilizados contribuiu para obscurecer as próprias desigualdades estruturais que, muitas vezes, determinaram quem poderia viver, adoecer e morrer diante da pandemia.

distanciamento / isolamento social para o funcionamento do “mercado de serviços religiosos e exploração da fé” (Xavier, 2020, p. 8)[172]; nas críticas impiedosas da Presidência da República à OMS, acompanhadas de reiteradas ameaças de retirada do Brasil da organização, fundamentadas na atribuição de um suposto e fantasioso viés ideológico às suas orientações e posicionamentos[173]; na recusa em implementar as orientações técnicas e as recomendações sanitárias consagradas nacional e internacionalmente pela comunidade científica, devido à sua eficiência comprovada no campo da saúde pública, tanto na prevenção quanto no controle da proliferação dramática da doença, a exemplo do distanciamento / isolamento social, do uso de máscara e da validade da vacinação; nas indicações de medicamentos - como a cloroquina e ivermectina, mesmo sem qualquer comprovação científica de sua eficácia; na incitação à imunização coletiva ao alegar que somente após a contaminação de 70% (setenta por cento) da população brasileira as pessoas estariam protegidas da infecção[174]; no encorajamento da população à exposição ao risco de contaminação e de morte, inclusive por meio do exemplo pessoal, ao organizar e participar de motociatas realizadas em diversos estados do país, afrontando e violando diretamente os protocolos de segurança, as medidas

[172] Em 20 de abril de 2020, o Bispo Edir Macedo, da multinacional Igreja Universal do Reino de Deus, afirmou que “a Covid-19 é uma tática do Satanás e um trabalho da mídia” (Xavier, 2020, p. 8), enunciado que, ao deslocar a explicação de uma emergência sanitária para o campo da guerra espiritual e da suposta manipulação midiática, contribuiu para a deslegitimação do conhecimento científico e para a produção de uma narrativa negacionista capaz de minimizar a gravidade da pandemia e seus efeitos sobre a vida humana.

[173] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-06/bolsonaro-diz-que-brasil-pode-sair-da-oms>. Acesso em: 22 jan. 2024.

[174] No início do *lockdown* no Brasil, Löwy (2020, s.p.) fez a seguinte reflexão: “Em 20 de abril de 2020, Bolsonaro fez uma declaração significativa. Disse que cerca de ‘70% da população vai ser contaminada pela covid-19, isto é inevitável’. Claro, seguindo a lógica da ‘imunização de grupo’ (proposta inicial de Trump e Boris Johnson, depois abandonada), isto talvez pudesse acontecer. Mas só seria ‘inevitável’ se Bolsonaro conseguisse impor sua política de recusa das medidas de confinamento: ‘o Brasil não pode parar’. A taxa de mortalidade da covid-19 no Brasil atualmente é de 7% das pessoas contaminadas. Um pequeno cálculo aritmético levaria à seguinte conclusão: (1) Se 70% da população brasileira fosse contaminada seriam 140 milhões de pessoas. (2) 7% de mortalidade de 140 milhões dá uns 10 milhões. (3) Se Bolsonaro conseguisse impor sua orientação, o resultado seriam dez milhões de brasileiros mortos. Isto se chama, na linguagem penal internacional, genocídio. Por um crime equivalente, vários dignitários nazistas foram condenados à forca pelo Tribunal de Nuremberg”. Segundo o autor, para além da dimensão quantitativa dessa projeção, a lógica de uma política que naturaliza a disseminação do vírus também revela o caráter seletivo da mortandade, uma vez que seus efeitos recaem de maneira desproporcional sobre aqueles que, submetidos à pobreza, à precarização do trabalho, às desigualdades raciais e ao acesso desigual às condições de proteção e cuidado, encontram-se mais expostos à doença e à morte.

sanitárias e o distanciamento / isolamento social; no discurso falacioso de priorização da economia, em conluio com setores empresariais, esbravejando que a crise desestabilizaria a responsabilidade política e econômica escudada por seu (des)governo e, por isso, apesar do cenário aterrorizante, “o Brasil não podia parar”, mesmo se o preço a pagar fosse a morte de algumas centenas de milhares de pessoas[175]; no despotismo em publicar a Medida Provisória nº 926/2020 (Brasil, 2020d), que restringia a liberdade de Prefeitos/as e de Governadores/as no enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia, motivado pela constatação, para ele afrontosa, de que grande parte destas autoridades estavam seguindo as recomendações dos protocolos da OMS e, diante da declaração de inconstitucionalidade da referida Medida por unanimidade dos Ministros do STF garantindo aos Municípios e aos Estados a competência de regulamentação das medidas que se fizessem necessárias naquele momento[176], Bolsonaro - PSL disparou acusações de que estava sendo impedido de agir[177]; e nas declarações delirantes e sinistras daquele que ocupava a cadeira no Palácio do Planalto que, em sentido contrário à defesa do valor democrático da proteção da

[175] A condução fúnebre da pandemia de Covid-19 por Bolsonaro - PSL em um contexto no qual “o negacionismo como política ocupou o vazio decorrente da ausência de políticas públicas organizadas para prevenir a difusão do vírus no país” (Duarte e Cézar, 2020, p. 15) resultou na morte de mais de setecentas mil pessoas, sendo que, “em âmbito global, esta foi uma taxa de mortalidade que ficou abaixo apenas da norte-americana durante a pandemia, onde o Presidente Trump adotou igualmente práticas anticientíficas similares com as consequências igualmente genocidas conhecidas de todos” (Birman, 2023, p. 2).

[176] Em voto pronunciado durante sessão realizada no dia 15 de abril de 2020, o Ministro do STF, Gilmar Mendes, afirmou o seguinte: “O Presidente da República dispõe de poderes, inclusive, para exonerar seu ministro da Saúde, mas ele não dispõe de poder para, eventualmente, exercer uma política pública de caráter genocida” (Xavier, 2020, p. 9).

[177] No dia seguinte à declaração de inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 926/2020 (Brasil, 2020d), Bolsonaro - PSL exonerou o então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que adotava posicionamentos divergentes daqueles defendidos pelo Presidente, e nomeou Nelson Teich para substituí-lo no cargo, médico vinculado à iniciativa privada proprietário de uma rede de clínicas de saúde e um opositor declarado do sistema público de saúde. Logo em seguida, passou a circular nas redes sociais um vídeo de uma palestra que o Senhor Nelson Teich proferiu em um Congresso de Oncologia, em maio de 2019, no qual ele afirma: “Você vai ter que fazer escolhas. Então você vai ver no que você vai investir. Então, se eu tenho uma pessoa que é mais idosa, com idade mais avançada, e para ela melhorar eu vou gastar o mesmo dinheiro que com um adolescente que vai ter a vida inteira pela frente, e a outra é uma pessoa idosa, qual vai ser a escolha?” (Xavier, 2020, p. 9). A racionalidade política que perpassava a atuação presidencial e de seus ministros revela uma concepção profundamente utilitarista e eugenista da vida humana, na qual o valor da existência passa a ser calculado segundo critérios de idade, produtividade e expectativa de vida, transformando o direito à saúde e à própria vida em uma escolha econômica que naturaliza a descartabilidade daqueles considerados menos úteis ou menos rentáveis à sociedade.

população, politizou de forma incivilizada e desumana todo o contexto que envolvia uma doença altamente contagiosa e potencialmente letal para se fortalecer no poder, transformando-se em uma ameaça para a saúde pública de todo o país à medida que suas declarações estapafúrdias minimizavam deliberadamente a gravidade da pandemia e banalizavam a própria vida humana em um contexto de emergência sanitária de proporções históricas (Birman, 2023; Duarte e Cézar, 2020, p. 13-14; Löwy, 2020; Xavier, 2020):

> “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar” (20.03.20).
> “Não estou acreditando nesses números” (27.03.20).
> “Eu desconheço qualquer hospital que esteja lotado” (02.04.20).
> “Esse vírus é igual a uma chuva, vai molhar 70% de vocês” (03.04.20).
> “Cada vez mais o uso da cloroquina se apresenta como algo eficaz” (08.04.20).
> “Parece que está começando a ir embora a questão do vírus” (12.04.20).
> “Não tem que se acovardar com esse vírus na frente” (18.04.20).
> “Quer que eu faça o quê? Não sou coveiro não, tá” (20.04.20).
> “É uma neurose. 70% da população vai pegar o vírus” (09.05.20).
> “*Lockdown* não dá certo” (14.05.20).
> “O pessoal que reclama da cloroquina, então dê alternativa” (02.06.20).
> “Ou a OMS trabalha sem viés ideológico, ou vamos estar fora” (05.06.20).
> “Houve um superdimensionamento” (07.07.20).
> “A maioria da população brasileira contrai o vírus e não percebe” (07.07.20).
> “Se não temos alternativa, vamos com a hidroxicloroquina” (18.07.20).
> “Não precisa ter pavor no tocante ao vírus” (23.07.20).
> “Efeito colateral (da economia) é mais grave que o próprio vírus” (06.08.20).
> “Quem não quer tomar cloroquina, não tente proibir” (06.08.20).
> “O uso de máscaras tem eficácia quase nula” (19.08.20).
> “Se a cloroquina não tivesse sido politizada, muito mais vidas poderiam ter sido salvas dessas 115 mil que o país perdeu até o momento” (24.08.20).
> “Tem muito médico dizendo que essa máscara não protege nada, bulhufas” (03.09.20).
> “Hoje em dia, pelo menos metade da população diz que não quer tomar essa vacina. Isso é direito das pessoas. Ninguém pode, em hipótese alguma, obrigá-las a tomar essa vacina” (19.10.20).
> “Já mandei cancelar. O Presidente sou eu, não abro mão da minha autoridade. Até porque estaria comprando uma vacina que ninguém está interessado nela, a não ser nós” (21.10.20);
> “Se você virar um jacaré com a vacina, é problema seu” (18.12.20).

Violência evidenciada no desrespeito à liberdade religiosa, sancionada pela Lei nº 10.825/2003 (Brasil, 2003b) e à laicidade do Estado, consagrada pelo Decreto nº 119-A (Brasil, 1890), como princípio político e jurídico fundamental da democracia brasileira destinado a assegurar a dissociação entre a esfera estatal e as organizações confessionais, a neutralidade e a imparcialidade do poder público diante da pluralidade de crenças, a proteção da diversidade religiosa em suas distintas manifestações de consciência e a promoção da convivência pacífica entre convicções religiosas dissonantes, sendo que tal desrespeito, expresso, inclusive, no lema bolsonarista - “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”-, além de aproximar o exercício do poder político de uma dimensão religiosa, personifica a ideia da imanência de Bolsonaro - PSL como o salvador de uma sociedade moralmente degradada e necessitada de redenção (Dutra e Lima, 2023; Silva, 2019). Mesmo diante da vedação constitucional à União de estabelecer relações de dependência ou aliança com representantes religiosos e de criar distinções entre brasileiros/as[178], o (des)governo Bolsonaro - PSL, desde a campanha para as eleições presidenciais de 2018, empreendeu pactos políticos com lideranças religiosas neopentecostais que, para além de fortalecerem discursos ideológicos neoconservadores e contribuírem para o recrudescimento de perspectivas de retrocesso civilizatório, delinearam “perigosamente um horizonte futuro de ordem teológico-política para o Estado brasileiro com características marcadamente pré-modernas” (Birman, 2023, p. 2), processo evidenciado tanto pela indicação do pastor presbiteriano André Luiz de Almeida Mendonça para uma vaga no STF, em 2019, apresentado como um Ministro “terrivelmente evangélico” (Oro, 2022, p. 146), quanto por declarações presidenciais que revelavam a defesa preeminente de uma concepção fundamentalista e conservadora do cristianismo evangélico como referência para a orientação política e moral do Estado brasileiro[179]: “Somos um país

[178] Ver incisos I e III do artigo 19 da Constituição Federal (Brasil, 1988).

[179] O neoconservadorismo, enquanto instrumento ideológico antirrevolucionário e anticomunista de manutenção da ordem capitalista neoliberal vigente, orienta a atuação de parlamentares integrantes da *Bancada da Bíblia* no Congresso Nacional, composta majoritariamente por evangélicos, mas também por católicos e espíritas. Nesse contexto, a bancada estabelece como *modus operandi* o fortalecimento das tendências políticas de direita e de extrema direita, mediante a defesa intransigente da moralidade, dos “bons costumes” e de um modelo único de família tradicional, em consonância com os valores hegemônicos professados em suas igrejas. Essa orientação se materializa na denominada “agenda moral”, que abarca, entre outras pautas, a oposição à legalização do aborto, ao casamento homoafetivo e à criminalização da homofobia, além de críticas contundentes à Lei nº 11.340/2006 (Brasil, 2006a), popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

cristão. Deus acima de tudo. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as maiorias. As minorias têm que se curvar às maiorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem" (09.02.2017) (Duarte e César, 2020, p. 6).

Violência manifestada na barbárie repressiva e retrógrada do fundamentalismo religioso cristão que, ao reivindicar para si o monopólio da verdade moral e dos valores legítimos, alimenta e incita a intolerância diante da coexistência da diversidade e transforma tudo o que escapa aos padrões normativos em ameaça, a diferença em desvio e a pluralidade em inimigo a ser combatido. Essa lógica reverbera sobre corpos que, de formas distintas, resistem à ostensividade dos padrões culturalmente impostos por uma sociedade tradicionalmente patriarcal, estruturalmente machista e morfologicamente heteronormativa, viabilizando, mediante sua galvanização governamental, "o incremento da violência contra as mulheres, inclusive do aumento vertiginoso do assédio, do estupro, do feminicídio e da exploração sexual, assim como da morte violenta das populações de transexuais e de homossexuais" (Birman, 2023, p. 2). Questões relacionadas a gênero e sexualidade, enquanto instrumentos ideológicos mobilizados pela burguesia neoconservadora, contribuem para naturalizar a desigualdade e a exclusão mediante a imposição de normas primitivas e reacionárias de sociabilidade transfiguradas na disseminação de diferenças, preconceitos, discriminações e ódios que servem ao propósito deliberado de manutenção deliberada da hegemonia capitalista neoliberal. Uma vez que tal hegemonia não se constitui apenas na esfera político-econômica, mas, sobretudo, na cooptação das relações sociais em seu nível mais profundo - a esfera da vida privada, incide na implementação de uma agenda antigênero que ataca frontalmente direitos humanos, sociais, civis, sexuais e reprodutivos historicamente conquistados por grupos vulnerabilizados, sendo robustecida por práticas político-discursivas que materializam a "ojeriza a tudo que não é homem branco cis-hétero cristão" (Silva *et al.*, 2020b; Silva, 2023, p. 248). As declarações depreciativas, injuriosas, homofóbicas e falocêntricas de Bolsonaro, ao

---

Integram ainda esse repertório político-discursivo narrativas falaciosas, como a suposta possibilidade de "cura gay", defendida pelo Deputado Federal Pastor Marcos Feliciano - PSC (SP), assim como as alegações acerca da existência, nas escolas públicas, de uma suposta "ideologia de gênero", do chamado "kit gay" e da denominada "mamadeira de piroca", narrativas amplamente mobilizadas durante a campanha presidencial de 2018, sob a difamatória designação de "método PT" (Almeida, 2020; Prandi e Santos, 2017; Quadros e Madeira, 2018; Silva *et al.*, 2020b).

longo de toda a sua vida pública, convertendo diferenças racialmente construídas em mecanismos de inferiorização, estigmatização e exclusão, discursivamente simbolizam a "normalização desavergonhada", a "incivilidade grosseira" e a "verbalização sexista" na cruzada moralizante encampada pela extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista (Coulthard, 2022, s.p.), todavia, tais declarações não podem ser compreendidas isoladamente em si mesmas, pois configuram a expressão de algo mais profundo que as determinam, ou seja, a "expressão da luta de classes (...) que manifesta, em sua aparência, a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa" (Iasi, 2015, s.p.)[180].

Violência inscrita no seio de uma sociedade estruturada em um modo de produção historicamente marcado pelo racismo e pela reprodução de relações sociais racialmente hierarquizadas, cuja dinâmica, mesmo diante de dispositivos legais que prescrevem ações afirmativas voltadas para a promoção da igualdade

[180] "Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo" (2011); "O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele" (2011); "Sim, desvaloriza o imóvel. Se eles andarem de mãos dadas, derem beijinho, vai desvalorizar" (2011); "O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou homossexualismo. Não vou ajudar porra nenhuma. Vou ajudar o garoto que é decente" (2011); "90% desses meninos adotados por um casal *gay* vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda certeza" (2011); "O Brasil tem que deixar de ser um país de maricas" (2020); "Como eu estava solteiro na época, esse dinheiro do auxílio-moradia eu usava para comer gente. O dinheiro foi gasto em alguma coisa" (2018); "Tudo pequenininho aí?" (2019); "Na política, eu sou imbroxável. Só papai do céu me tira daqui" (2021); "Todo mundo ia atrás de galinha no galinheiro na minha cidade. Alguns mais malandros, iam atrás da bezerrinha, da jumentinha. Era comum. Não tinha mulher como tem hoje" (2012); "Ela [Maria do Rosário] não merece ser estuprada porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece" (2014); "Não empregaria homens e mulheres com o mesmo salário" (2016); "Eu tenho pena do empresário no Brasil, porque é uma desgraça você ser patrão no nosso país, com tantos direitos trabalhistas. Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? Poxa, essa mulher está com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade" (2016); "Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada e aí veio uma mulher" (2017); "Quem quiser vir aqui ao Brasil fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. O Brasil não pode ser um país de turismo *gay*. Temos família" (2019); "O Brasil é uma virgem que todo tarado de fora quer" (2020); "Ela queria um furo. Ela queria dar o furo (...) a qualquer preço contra mim" (2020); "Eu parei a moto numa esquina, tirei o capacete e olhei umas menininhas, três, quatro, bonitas, de 14, 15 anos, arrumadinhas num sábado numa comunidade. E vi que eram meio parecidas. Pintou um clima, voltei. 'Posso entrar na sua casa?' Entrei. Tinham umas 15, 20 meninas sábado de manhã se arrumando. Todas venezuelanas. E eu pergunto: meninas bonitinhas de 14, 15 anos se arrumando no sábado para quê? Ganhar a vida" (2022) (Coulthard, 2022).

étnico-racial[181], assegura o funcionamento discriminatório das normas sociais vigentes a partir da naturalização das práticas de inferiorização e dominação racial nas dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas, educacionais, ambientais e jurídicas e fortalece a perpetuação da desigualdade racial sob a aparência de práticas pretensamente democráticas, sustentadas por uma lógica meritocrática, que negam as determinações estruturais do racismo, submetendo os grupos estigmatizados e acoimados às múltiplas mazelas sociais decorrentes da subalternação, sendo este quadro corroborado por expressões e ações governamentais discriminatórias e depreciativas que intencionavam desqualificar socialmente os sujeitos, suprimir os direitos conquistados por meio de políticas públicas e impedir o avanço de medidas estruturais antirracistas (Almeida, 2018; Rios, 2022). De forma deliberada, Bolsonaro - PSL assumiu a ideologia propagada durante a ditadura militar quanto à inexistência de racismo no Brasil; manipulou a representatividade simbólica da questão racial ao dar visibilidade ao Deputado Federal Hélio Fernando Barbosa Lopes - PL (RJ), um congressista negro e reacionário que, declaradamente, rejeita qualquer tipo de reparação histórica pela escravidão (seja monetária, ética ou cultural), critica as ações do movimento social negro e reprova as políticas públicas de ações afirmativas; deslegitimou as demandas das populações negras e indígenas ao romper com o histórico

[181] No Governo Sarney - PMDB (1985-1990), por pressão dos movimentos sociais negros no contexto do centenário da abolição da escravidão no Brasil, foi criada a Fundação Cultural Palmares - FCP que, ao longo dos anos, se tornou um importante espaço liderado por autoridades reconhecidas na promoção e valorização da cultura afro-brasileira, sendo que sua relevância impactou o reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas durante os Governos Fernando Henrique - PSDB (1995 a 2002) nos termos do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, a saber, “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Já nos Governos de Lula - PT (2003-2006 / 2007-2010), dentre as diversas ações para a institucionalização da igualdade e diversidade raciais, destacam-se os avanços na legislação educacional através da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003a) e da Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008) que introduzem no currículo escolar, respectivamente, o ensino das culturas e histórias afro-brasileiras e indígenas como forma de evidenciar as contribuições das populações negra e indígena para a formação social brasileira e combater o estereótipo, o preconceito e a discriminação racial no ambiente escolar. Nos Governos Dilma (2011-2014 / 2015-2016), há a institucionalização das cotas no sistema educacional e no funcionalismo federal objetivando alterar, de baixo para cima, a composição demográfica das universidades brasileiras e dos quadros burocráticos e administrativos do Estado, sendo elas a Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012b), que reserva vagas nas instituições de ensino federais para estudantes egressos de escolas públicas, indígenas, pretos e pardos e a Lei nº 12.990/2014 (Brasil, 2014), que reserva 20% (vinte por cento) das vagas de concursos do serviço público federal para candidatos autodeclarados negros (Rios, 2022).

democrático de nomeações para a Fundação Palmares a partir de consultas aos coletivos dos movimentos sociais que, até então, formavam representação própria, indicando uma pessoa cujas ideias eram totalmente desconexas da missão institucional da agência estatal a ponto de descaracterizar e corromper todos os princípios e histórias negras no interior do Estado Brasileiro: “Ao invés de Zumbi, Princesa Isabel. No lugar do protagonismo das lutas populares, as ações palacianas. No lugar do povo, as elites brancas”[182]; comparou indígenas e negros a animais, mobilizando uma retórica abertamente racista que nega a esses grupos o pleno reconhecimento de sua humanidade, naturaliza uma inferiorização historicamente produzida e legitima uma subalternização socialmente reproduzida[183]; e institucionalizou medidas contrárias e oposicionistas aos direitos territoriais e coletivos das populações quilombolas e indígenas viabilizando celeridades em sua política de saqueamento e destruição da Amazônia e de seus povos tradicionais, a exemplo do ocorrido com os Yanomami[184], cujos corpos

[182] Durante a gestão do bolsonarista Sérgio Camargo à frente da Fundação Cultural Palmares, órgão federal voltado à promoção e à preservação da cultura afro-brasileira, o jornalista, que já havia se referido ao movimento negro como “escória maldita” e, segundo relatos, não teria atendido nenhuma liderança quilombola ao longo de mais de três anos à frente da Fundação, publicou o relatório intitulado *Retrato do Acervo - A dominação marxista na Fundação Cultural Palmares 1988-2019*, que concluía que 95% (noventa e cinco por cento) dos livros integrantes do acervo deveriam ser doados sob a justificativa de serem considerados “alheios à realidade do negro brasileiro” (Rios, 2022, s.p.).

[183] “Eu fui num quilombo em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R$ 1 bilhão por ano é gasto com eles” (2017); “Conseguiram te levantar, pô? Tu pesa o quê, mais de sete arrobas, não é?” (2022) (Birman, 2023; RIOS, 2022, s.p.; Silva, 2020b).

[184] Em agosto de 2022, Jair Bolsonaro - PL recebeu um relatório da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai que denunciava a presença de garimpeiros na Terra Indígena Yanomami, além da situação de desnutrição e dos maus-tratos a que estavam submetidos os Yanomami. Apesar da gravidade das denúncias, o então Presidente optou por ignorar a tragédia e não adotar as providências necessárias para enfrentá-la. Encaminhado ao Palácio do Planalto por intermédio de Anderson Torres, então Ministro da Justiça e Segurança Pública, o documento, elaborado sob a gestão do então Presidente da Funai, Marcelo Xavier, solicitava providências urgentes, efetivas e assertivas para proteger e salvar o povo Yanomami, mas acabou engavetado. Diante dessa omissão, a Deputada Federal Juliana Cardoso - PT (SP) afirmou que Bolsonaro havia cometido “crime lesa-pátria”, enquanto o Presidente Nacional do PSOL, Juliano Medeiros, sustentou que o governo atuava no sentido de eliminar aquele povo: “Quando chamamos ele de genocida, não é só uma palavra forte para atacar um inimigo político. Ele teve informações para agir e combater o genocídio que estava em curso, mas optou por não enfrentar o problema na Terra Indígena Yanomami”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/12/bolsonaro-soube-da-tragedia-yanomami-mas-ignorou-parlamentares-reagem-crime-de-lesa-patria>. Acesso em: 04 jan. 2024.

cadavéricos que teimavam em respirar refletiam, na essência, o conceito de necropolítica explicitado por Mbembe (2017, p. 64-65):

> Para administrar o terror, a soberania consiste no poder de fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida, gente para quem viver é estar sempre a prestar contas à morte, em condições em que a própria morte tende a tornar-se cada vez mais algo de espectral, tanto pelo modo como é vivida tanto pela maneira como acontece. Vida supérflua, portanto, cujo preço é tão baixo que não equivale a nada, nem sequer como mercadoria e, ainda menos, humana - é uma espécie de vida cujo valor está fora da economia, correspondendo apenas ao tipo de morte que se lhe inflige. Regra geral, trata-se de uma morte à qual ninguém se sente obrigado a responder. Ninguém tem qualquer sentimento de responsabilidade ou de justiça no que respeita a esta espécie de vida ou a esta espécie de morte. O poder necropolítico opera por um gênero de reversão entre vida e morte, como se a vida não fosse o médium da morte. Procura sempre abolir a distinção entre os meios e os fins. Daí a sua indiferença aos sinais objetivos de crueldade.

Violência imposta pelo anacronismo de uma política econômica ortodoxa e neoconservadora defendida de forma férrea por Paulo Guedes, Ministro da Economia de Bolsonaro - PSL, cujo pensamento destrutivo moldado pelos axiomas do livre mercado o fez um apologista dogmático da perenidade da Emenda Constitucional nº 95 (Brasil, 2016a)[185], ou seja, manter o teto de gastos públicos, a que preço for e às custas de quem for (falência de empresas, desemprego,

[185] Para Boschi e Pinho (2023, p. 240), “a Emenda Constitucional nº 95/2016 (...), limita a expansão do gasto público acima da inflação, mesmo com o eventual aumento de receita, bem como sacraliza a dimensão fiscalista dos mercados financeiros, em detrimento da democracia e dos direitos sociais de cidadania. Trata-se de uma política de austeridade sem precedentes quando comparada à experiência internacional, sobretudo no tocante ao período de vigência, aos gastos em políticas públicas congelados, às penalidades institucionais e ao instrumento normativo adotado. Após o golpe parlamentar de 2016, tamanha austeridade foi implementada sem diálogo e participação democrática. Ela representa um aprofundamento da Lei Complementar nº 101/2000 que limitou o endividamento dos entes federativos em virtude da responsabilidade fiscal, assinalando a imposição de drásticos limites constitucionais ao orçamento público e à capacidade de implementar políticas públicas (saúde, educação, investimento em infraestrutura). Os signatários do novo regime fiscal, que incluem empresários, financistas e economistas ortodoxos, argumentam que ela sinaliza aos investidores do mercado financeiro o compromisso com a austeridade. Essa postura evitaria o descontrole das despesas públicas, a fuga de capitais, a alta do dólar, da inflação e da taxa de juros, propiciando a ampliação do papel da iniciativa privada na retomada econômica. Tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal quanto o Teto de Gastos Públicos consubstanciam a primazia da ótica tecnocrática de gestão e operacionalização da política macroeconômica, o que representa uma herança dos regimes autoritários dos anos 1960 na América Latina e no Brasil, sacrificando os mecanismos de controle público e prestação de contas”.

inviabilização do crescimento econômico sustentável), para sinalizar aos poderosos interesses do capitalismo financeiro globalizado o compromisso do (des)governo brasileiro com as reformas de austeridade fiscal, pois, no seu entendimento, a "solução para a crise econômica provocada pelo neoliberalismo e o esgotamento do neodesenvolvimento petista (...) era propor mais neoliberalismo" (Boschi e Pinho, 2023; Xavier, 2020, p. 2)[186]. Partindo desta premissa, em um contexto aguilhoado pelas políticas de austeridade em tempos de pandemia e de ingovernabilidade do capital, a saber, aprofundamento do desequilíbrio fiscal devido aos patamares muito elevados da taxa de juros, ausência de investimento público em bem-estar e infraestrutura, dilapidação das instituições nacionais, redução drástica dos investimentos produtivos e da competitividade industrial e não atendimento às demandas democráticas por inclusão e direitos de cidadania, a atuação do (des)governo, cada vez mais endividado, consistiu em "responder prioritariamente aos interesses dos credores e investidores do mercado financeiro especulativo em detrimento das demandas da população por direitos sociais e fortalecimento da democracia representativa", em outras palavras, blindou "o capitalismo financeiro, cada vez mais organizado politicamente, das pressões da democracia representativa de massas, acentuando a cisão entre o povo do mercado (capital financeiro/investidores) e o povo do Estado (cidadãos/eleitores)" (Boschi e Pinho, 2023, p. 250-251). Sob o slogan "ordem e progresso", a campanha político-econômica neoliberal constitutiva de um projeto de extermínio de um país, impulsionava contrarreformas reacionárias orientadas à desregulamentação, à liberalização, à privatização e à desburocratização estatal, enquanto, em sentido inverso, operava para restringir os investimentos públicos destinados às políticas de combate à pobreza e à proteção das classes populares, sendo que tais encaminhamentos aprofundaram vertiginosamente a precarização das condições de vida social e a miserabilidade de expressiva parcela da população, a ponto de o

[186] Segundo Boschi e Pinho (2023, p. 251), "Quando instituições globais, como o FMI e o Banco Mundial, já revisaram suas premissas liberais e vinham salientando a importância de políticas contracíclicas para a recuperação econômica, o Brasil de Bolsonaro e Paulo Guedes caminhava na direção contrária em plena pandemia. O governo tinha como paradigma teórico-conceitual o liberalismo extremado de Milton Friedman e Friedrich Hayek, e como referente empírico a ditadura chilena instaurada em 1973 por Augusto Pinochet que coadunou ultraliberalismo econômico com autoritarismo no plano do regime político".

Brasil, sob o governo Bolsonaro - PSL, retornar, vergonhosa e absurdamente, ao Mapa da Fome da ONU em 2022 (Birman, 2023; Xavier, 2020)[187].

Violência construída a partir da racionalidade neoliberal sobre o mundo do trabalho através do desmantelamento dos direitos da classe trabalhadora (Dardot e Laval, 2016) como ato contínuo ao golpe de 2016 e às políticas golpistas do (des)governo Temer - PMDB. A publicação da Lei nº 13.844/2019 (Brasil, 2019g) extinguiu o Ministério do Trabalho em seu primeiro dia de (des)governo após 88 (oitenta e oito) anos de atividade da pasta, configurando, desse modo, a negação do trabalhador como sujeito de direitos e o desprezo pelo Direito do Trabalho enquanto instrumento de proteção coletiva do/a trabalhador/a, tratado, sob a racionalidade neoliberal, como entrave à dinâmica da economia nacional. A publicação da Medida Provisória nº 873/2019 (Brasil, 2019i)[188] fragilizou a atuação sindical através de forte retração de sua receita com o fim da obrigatoriedade da contribuição pelo/a trabalhador/a, uma vez que esta dependeria, a partir de então, de autorização por escrito de forma prévia, voluntária e individual, sendo considerada nula cláusula de norma coletiva, provocando, assim, uma modificação hostil, leia-se regressão e aversão, contra a essência do componente de luta de classes dos sindicatos, típica dos regimes fascistas, ao substituir as negociações autônomas de caráter coletivo, que perpassam preceitos relacionados à própria ideia de cidadania e de democracia, pelas avenças individuais em um contexto em que o trabalho mantém a

[187] Para Xavier (2020, p. 10), a essência da política econômica de Bolsonaro - PSL pode ser assim exemplificada: “Numa fala para investidores do mercado financeiro, em um evento organizado pela *XP Investimentos* no dia 4 de abril de 2020, o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o isolamento social iria aprofundar a recessão. Ao mostrar um gráfico sobre o comportamento de uma economia recessiva, ele disse: ‘Para ilustrar que essa troca, entre salvar vidas ou combater a recessão, é uma troca que está sendo considerada’. E conclui que reduzir mortes por coronavírus é pior para a economia”.

[188] Segundo Dutra e Lima (2023, p. 1.791-1.792), “a medida era oportunista porque, a despeito da flagrante inconstitucionalidade, a vigência limitada à validade da MP cumpriria o objetivo de desmobilizar o sindicalismo durante o período de votação da Reforma da Previdência Social - na pertinente expressão de Silva e Horn (2008), o manejo de uma ‘obsolescência programada’ da norma jurídica cumpriria, a um só tempo, a finalidade de ceifar o diálogo social, minar as resistências coletivas e fragilizar as organizações dos trabalhadores, num ‘xadrez’ antissindical”. É importante destacar que, nesse contexto, a Emenda Constitucional nº 103/2019 (Brasil, 2019f), ao instituir uma ampla contrarreforma previdenciária, extinguiu a possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de contribuição e estabeleceu idade mínima de 65 anos para os homens, com exigência de, no mínimo, 20 anos de contribuição, e de 62 anos para as mulheres, com 15 anos de contribuição. Tais alterações representaram um endurecimento das condições de acesso à aposentadoria, deslocando para os/as trabalhadores/as parcela significativa dos custos do ajuste previdenciário e aprofundando as desigualdades decorrentes das distintas trajetórias laborais e contributivas.

sua centralidade social. A naturalização da precariedade dos espaços informais ocupados pela classe trabalhadora, cuja mobilização e articulação em torno das cores verde e amarelo cooptadas pela extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista, objetivando a invisibilização do antagonismo intrínseco nas divergências partidárias e a negação do conflito de classes, defendia transações contratuais precárias que reforçavam estruturalmente a informalidade nas relações trabalhistas a fim de garantir as altas taxas de lucros das empresas, transferindo "aos trabalhadores e trabalhadoras a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos - como os relativos à força de trabalho, além de exigir a flexibilização crescente dos contratos de trabalho" (Antunes, 2017, p. 33-34), a ponto de deslegitimar a própria necessidade de formalização das relações de trabalho e de esvaziar as responsabilidades mínimas dos contratantes. A subversão irresponsável da natureza da institucionalidade governamental ao permitir, e induzir, a participação informal de empresários/as bolsonaristas em espaços fulcrais de tomada de decisão e de construção de políticas públicas no sentido de reproduzir, em âmbito estatal, estratégicas próprias da gestão privada orientadas para descredibilizar as estruturas públicas e sustentar a defesa do gerenciamento privado do Estado, inclusive disseminado na sociedade valores individualistas neoliberais sintetizados na díade avessa às políticas sociais e aos direitos trabalhistas - empreendedorismo / meritocracia -, ao mesmo tempo que reforçava a retórica discursiva da exaltação reacionária, moral e cultural do "sujeito-empresa", valorado na medida dos auto-sacrifícios que esteja disposto ou seja obrigado a fazer[189] no âmago de uma

[189] Importante destacar que, em um contexto no qual o isolamento social constituía a principal medida de contenção da pandemia, o recrudescimento das políticas neoliberais pelo (des)governo Bolsonaro - PSL manifestou-se na defesa da permanência da classe trabalhadora nas ruas durante a pandemia de Covid-19, sob a recusa de uma atuação estatal capaz de assegurar a sobrevivência daqueles que dependiam do trabalho e, simultaneamente, necessitavam proteger-se da exposição ao vírus. Essa racionalidade, que resgatou a noção do trabalho como sacrifício, agora atravessada pela crueldade e pela naturalização da exposição de trabalhadores e trabalhadoras ao contágio, ao adoecimento e à morte, nos remete à "conformação do trabalho sob o fascismo e como ela se apresenta nesse modelo intitulado neofascista, observando continuidades e peculiaridades das suas manifestações contemporâneas". (...) Trata-se da corporificação do trabalho enquanto ato de patriotismo, em que ninguém deve reclamar ou contestar, mas apenas contribuir com o seu melhor em prol do seu país (...) a partir do postulado de que cada um deve compreender o seu papel na sociedade". Para as autoras, "o discurso nacionalista e sacrificial do neofascismo coloca-se a serviço da concorrência de todos contra todos sob as leis do mercado total, ao melhor sabor do neoliberalismo" que, por sua vez, denigre "o trabalho como mecanismo de inserção social, cidadania e centro organizador de direitos"

racionalidade que articula “a liberdade na perspectiva de competir no livre mercado, a ideologia neoliberal do vencedor e a construção do sujeito de valor pregado pelo fascismo[190] (Dutra e Lima, 2023, p. 1.790; Filgueiras e Druck, 2020). A desregulamentação do trabalho enquanto direito social, pautado tanto nos preceitos constitucionais de cidadania e de democracia quanto nos princípios consagrados pela Declaração da Organização Internacional do Trabalho de Filadélfia, em 1944, orientados para promover a conciliação entre capital e trabalho no seio de uma organização econômica comprometida com a justiça social - a exemplo da assertiva de que o “trabalho não é uma mercadoria”[191] (Supiot, 2014), promovida como ato contínuo ao projeto político-econômico opressivo do ilegítimo (des)governo Temer - PMDB[192], objetivou esvaziar a própria razão de ser do Direito do Trabalho, constituído não como mera concessão estatal ou invenção teórica dos juristas, mas como resultado da mobilização histórica da classe trabalhadora e de suas organizações diante da disparidade ontológica entre capital e trabalho, operando como instrumento de mediação dessa assimetria no interior da lógica perversa do livre mercado na economia capitalista para facilitar o processo de acumulação de capital em benefício de rentistas e de setores extrativistas nacionais e internacionais (Brito, 2021; Dutra e Lima, 2023).

Violência delineada pela corrente de pensamento da extrema direita, em sua essência intolerante, intransigente, inflexível e sectária, que encontra na educação o ponto de interseção do político, do econômico, do cultural e do religioso, no contexto

---

para considerá-lo apenas como meio de sobrevivência a partir de um repertório ideológico e político apropriado pela extrema direita (Dutra e Lima, 2023, p. 1.788-1.793).

[190] Nas palavras de Dutra e Lima (2023, p. 1.792), “embora lideranças fascistas originalmente tenham se oposto abertamente à noção de democracia, o neofascismo mobiliza a defesa de um sentido próprio de democracia que consiste, tão somente, na prevalência da noção de liberdade formal orientada por uma matriz conservadora no seio de uma perspectiva esvaziada de sentidos sociais”. Para as autoras, a redução da democracia à sua dimensão formal e a conversão da liberdade em instrumento de preservação das relações de poder, de reprodução das hierarquias sociais e de contenção das conquistas históricas da classe trabalhadora, em uma dinâmica na qual a defesa abstrata da liberdade oculta as determinações materiais da luta de classes, contribui para a reprodução da sociabilidade burguesa sob novas formas de dominação.

[191] Disponível em: <https://www.dgert.gov.pt/declaracao-de-filadelfia>. Acesso em: 09 jun. 2023.

[192] Retoma-se aqui as contrarreformas trabalhistas implementadas a partir da publicação da Lei nº 13.467/2017 (Brasil, 2017c), que permitiu a terceirização irrestrita e da Lei nº 13.429/2017 (Brasil, 2017b), que legalizou o trabalho precário, fragilizando os mecanismos de proteção social e transferindo para a classe trabalhadora os custos e os riscos inerentes à dinâmica de acumulação capitalista.

de um processo de “fascistização da sociedade” (Lehr *et al.*, 2023, p. 2) que, por sua vez, se fortalece estruturalmente com a antinomia da expansão do capital[193]. Nesse cenário, destaca-se a mercantilização da educação, através da qual organizações empresariais capitalizadas, consideradas “aparelhos privados de hegemonia” na concepção gramsciana (Jesus *et al.*, 2022), atuam na disputa e na regulação dos rumos da educação pública alicerçados na defesa insidiosa da eficácia intrínseca tanto na doutrina da austeridade fiscal quanto na hegemonização da proclamada qualidade educacional pelo “agir técnico com base em metas, descritores, focalizações e definição de competências”. Para tal intento, acometem de forma indômita a liberdade de cátedra a partir de fundamentos do neoliberalismo e do neoconservadorismo revestidos em “ações deliberadas de expropriação e esvaziamento intelectual, pedagógico e criativo do trabalho e da formação docente” (Lehr *et al.*, 2023, p. 2-4). As parcerias público-privadas potencializaram a convergência das formas de ação empresarial para a gestão de bens públicos como a educação, inclusive transmudando a colaboração no financiamento de projetos públicos para a criação e gestão de projetos privados tendo o Estado como parceiro - vide Instituto Millenium, Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco[194]. O desmonte do Ensino Médio - vide Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017a),

---

[193] Durante curso realizado em 2021 pela *Fundação Perseu Abramo*, em parceria com o *Grupo de Estudos de História e Economia Política*, vinculado ao *Laboratório de Economia Política e História Econômica da Universidade de São Paulo*, a Presidenta Dilma - PT afirmou que o processo de fascistização experimentado de forma híbrida pela sociedade brasileira inclui “militarização crescente no aparelho estatal, exclusão política de setores populares e antipetismo substituindo o anticomunismo como inimigo interno”. Tendo em vista as diversas formas de possibilidade histórica do fascismo na contemporaneidade, seja “no imperialismo capitalista, no regime liberal-democrático ou mesmo de exceção”, ela considera que Bolsonaro - PSL seja “o ovo da serpente chocado pelo golpe de 2016”, envolto tanto pela “crise de hegemonia” quanto “pelo enfraquecimento do movimento operário”. Segundo o curador do curso, o professor Lincoln Secco, “não se pode falar em fascismo, seja no Brasil ou no mundo, sem citar o capitalismo”. O fascismo, segundo ele, foi “um produto conjuntural da 1ª Guerra. Uniu desmobilizados da guerra, classes médias ressentidas e elites econômicas que deserdaram de seus partidos tradicionais. E foi, ao mesmo tempo, um movimento que utilizou técnicas racionais de manipulação para capturar o que há de mais irracional na sociedade. São, inclusive agora, ameaças à democracia agindo dentro da democracia através da instrumentalização de suas próprias instituições, direitos e mecanismos, corroendo as bases da democracia substantiva e ampliando as condições políticas para a recomposição de formas autoritárias de dominação social”. Disponível em:
<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/dilma-fascismo-brasil-luiz-no-fim-do-tunel/>.
Acesso em: 15 jun. 2022.

[194] Ao referenciar Ball (2012), Macedo (2014, p. 1.538-1.541) esclarece que o deslocamento das fronteiras nas relações entre público e privado atuam na “construção de subjetividades” mediante novas formas de “governamentabilidade” e de “sociabilidade”, onde “o caráter

que alterou estruturalmente a função social da educação na formação humanística dos/as estudantes ao aprofundar o gueto classista já cristalizado entre as escolas das redes pública e privada[195]. As ingerências no currículo - vide Resolução CNE/CP nº 2/2017 (Brasil, 2017d), que implantou a Base Nacional Comum Curricular - BNCC no entremeio de forças político-partidárias que se empenharam para forjar argumentos educacionais que tornassem legítimas a inclusão de ideologias a-históricas politizadas acriticamente em seus aportes já comprometidos por princípios e valores capitalistas do *laissez-faire*, tendo, inclusive, excluído de forma insidiosa o estudo do fascismo no Ensino Médio a despeito da ascensão de suas práticas na contemporaneidade. A disseminação do ódio à figura do/a professor/a e ao pensamento livre, laico, crítico, heterogêneo e democrático do tempo histórico secular, que consiste em uma estratégia discursiva da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista perfeitamente adaptada ao pleno funcionamento do capitalismo financeiro quando, no âmago de "ditaduras da ignorância" (Berardi, 2020, p. 17), fomenta a proliferação do medo e da desinformação em uma atmosfera repleta de contradições, a destruição de qualquer tipo de construção de uma consciência política autônoma, a negação de um projeto socioeducacional emancipatório e a tentativa de manutenção de servidão voluntária das massas, sendo que o movimento Escola Sem Partido, a proposta da Educação Domiciliar, o programa das Escolas Cívico-Militares e o projeto Future-se são expressões materializadas dessas ofensivas.

---

público da educação, e sua insuflada ineficiência, funciona como exterior constitutivo que cria uma rede de demandas em torno de reformas marcadas pela lógica do mercado". Irrompem no cenário educacional, então, "instituições filantrópicas, grandes corporações financeiras que deslocam impostos para suas fundações, produtores de materiais educacionais vinculados ou não às grandes empresas internacionais do setor, organizações não governamentais", entre outros sujeitos cujos "princípios de mercado são apresentados como a solução para os problemas criados pela má gestão do setor público".

[195] Ao argumentar que "a proposta de flexibilização reduz a educação básica à preparação para o mercado de trabalho, restringe e abrevia a oferta, amplia as desigualdades educacionais e oferece base legal para a privatização do ensino público", Duarte *et al.* (2020, p. 2) conclui "que a contrarreforma se configura como golpe à educação brasileira, pois não considerou o quadro geral do Ensino Médio atual (as condições de trabalho dos/as docentes e a infraestrutura existente hoje nas escolas), os avanços e as orientações contidos no Plano Nacional de Educação (2014- 2024), as experiências e os saberes dos sujeitos da escola e as pesquisas já desenvolvidas na área", sendo que, para a autora, "o uso do conceito de contrarreforma potencializa a análise dos processos regressivos frente aos avanços dos direitos sociais diante dessa iniciativa".

O movimento *Escola sem Partido*[196]*,* de forma ensandecida e enfurecida, objetiva alterar a Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) para incutir no texto medidas legais a serem adotadas em todo o território nacional no sentido de impedir um suposto e delirante "abuso da liberdade de ensinar" por parte de "um exército organizado de militantes travestidos de professores que prevalecem-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir aos alunos a sua própria visão de mundo", conforme os despautérios publicizados no *website* do referido movimento. Nessa seara, mobiliza defesas referentes à neutralidade do ensino, à família com moral religiosa e ao anticomunismo que convergem para atuações quiméricas contra a utópica doutrinação marxista e a fantasiosa ideologia de gênero nas escolas[197]. No que diz respeito à doutrinação marxista, Miguel (2016b, p. 600-601) explicita que a leitura distorcida tanto das obras de Gramsci quanto das obras de Freire, ambos considerados grandes antagonistas da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista, alimentam esse devaneio. Uma vez que Gramsci entende que nas sociedades capitalistas ocidentais a luta pela transformação social não pode ser restrita à conquista do Estado, o autor constrói a ideia do "combate pela hegemonia", o que inclui uma disputa por projetos e visões de mundo em diferentes espaços da sociedade civil. Todavia, a percepção desta luta política pelo olhar entorpecido de seus "detratores à direita" faz com que a mesma se torne uma estratégia maquiavélica e comunista para solapar os consensos que permitem o funcionamento da sociedade capitalista patriarcal por meio da "manipulação das mentes", sendo por eles bizarramente denominada de "marxismo cultural". Uma vez que Freire propõe uma pedagogia que se faz conscientizadora e libertadora por possibilitar aos oprimidos e excluídos o desvelamento do mundo da opressão e da exploração comprometendo-se, na *práxis*, com sua transformação social, seus difamadores afirmam ensandecidamente que seu método, além de "transformar analfabetos inocentes em analfabetos

---

[196] Capilarizado em diversos Projetos de Lei com tramitação no Congresso Nacional ao longo das últimas duas décadas, a exemplo dos documentos nº 7.180/2014, nº 7.181/2014, nº 867/2015, nº 1.859/2015, nº 5.487/2016, nº 6.005/2016, nº 8.933/2017, nº 9.957/2018, nº 246/2019 e nº 258/2019, a proposição inicial do movimento *Escola sem Partido* foi realizada em 2004 pelo Procurador do Estado de São Paulo, o advogado Miguel Nagib e pelo Deputado Estadual Flávio Bolsonaro - PSC (RJ), em uma audiência pública na Câmara dos Vereadores do município do Rio de Janeiro exibindo, ao vivo e a cores, um homem paramentado de Adolf Hitler (Penna, 2016).

[197] *Website* do movimento *Escola sem Partido* disponível em: <http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

comunistas", objetiva "recrutar jovens para o PT", aparentemente desconhecendo o fato de que as principais contribuições do educador datam dos anos 1960, isto é, muito anterior à própria constituição do partido[198]. No que se refere à propagada "ideologia de gênero", apesar de não se tratar de uma pauta inicial do referido movimento, foi através dela que obteve visibilidade para aumentar exponencialmente seu crescimento e sua aceitação dentre os espectros conservadores da sociedade das mais variadas facções das classes sociais, convertendo a defesa da moralidade da família tradicional em dispositivo de mobilização moral capaz de articular distintos interesses sociais, produzir inimigos simbólicos e deslocar conflitos estruturais de classe para o campo da disputa cultural. Para Miguel (2016b, p. 597-599), trata-se de "uma oposição entre um discurso político de direitos, brandido pelos movimentos feminista e LGBTQIA+, e um discurso moral de valores da Igreja e de seus aliados", que objetiva caricaturizar e deslegitimar o gênero e a sexualidade enquanto campos sociais de estudo voltados à desnaturalização das desigualdades e das opressões entre homens e mulheres, à construção de uma cultura sem ódio e sem violência - seja física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral - contra grupos minoritários e à promoção de relações sociais mais democráticas. Tendo em vista que a questão do gênero envolve construções culturais e históricas sobre o que é considerado masculino e feminino e que questionamentos a respeito dos papeis sexuais socialmente determinados podem pôr em risco todas as relações de poder que se fundam na organização da família tradicional e em toda a sociedade que nela repousa, tal transversalidade é arduamente combatida pela extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista, inclusive, no âmbito educacional, onde toda e qualquer iniciativa de enfrentamento ao machismo, ao feminicídio, à homofobia, à lesbofobia, à transfobia e ao sectarismo nas escolas é arduamente rechaçada frente ao imaginário mórbido de que a consolidação da identidade masculina ou feminina estaria sendo impedida. Apesar da alteração na Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) não ter se concretizado com base nos termos requeridos, a saber, "o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou

[198] Debate com o advogado Miguel Nagib no Canal Futura disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=J2v7PA1RNqk.>. Acesso em: 16 jun. 2022.

técnicas subliminares no ensino desses temas", a força reacionária do movimento pode ser observada com o banimento da temática de gênero na Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024 (Brasil, 2014). No entanto, nos embates políticos em torno da elaboração e aprovação dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, a temática de gênero assumiu centralidade como objeto de disputa político-ideológica, convertendo-se em importante eixo de mobilização do neoconservadorismo para interditar debates sobre desigualdades, direitos, diversidade e relações de poder no campo educacional, em um contexto marcado pela presença maciça de "freiras, lado a lado com pastores de igrejas neopentecostais, pressionando Deputados e Vereadores" nos espaços públicos de decisão[199].

A proposta da Educação Domiciliar, de forma apartada da realidade sócioeconômica da classe trabalhadora, contrapõe-se à "concepção de formação para a cidadania como função precípua da educação pública e compromisso profissional docente", assim como aos princípios constitucionais relacionados à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Carvalho, 2020, p. 6)[200]. Ao defender a homogeneização do currículo escolar e a autonomia educacional familiar consubstanciada no *slogan* "meus filhos, minhas regras", conforme destaque no *site* do *Instituto Liberal*[201], tem-se a tentativa, de caráter totalitário, do controle da prática docente, do currículo escolar e dos materiais didáticos e paradidáticos pelas "famílias que clamam por uma pretensa neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado" e, ao mesmo tempo, contraditoriedade, invocam um suposto direito para

---

[199] A exemplo do ocorrido em Minas Gerais, essa disputa adquiriu contornos particularmente expressivos durante a tramitação do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 23.197/2018 (Minas Gerais, 2018), quando propostas que mencionavam diretamente gênero, orientação sexual e identidade de gênero foram objeto de intensa controvérsia e, ao final, retiradas do texto aprovado, que passou a adotar formulação genérica referente ao combate ao preconceito e à discriminação.

[200] Os Projetos de Lei nº 3.261/2015, nº 10.185/2018 e nº 2.401/2019, sendo o primeiro de autoria do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro - PSL (SP) e o último de autoria do então Presidente Bolsonaro - PSL, evocam, afirmam e negam significados e valores de políticas e práticas socioeducativas para alterar a Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990) e a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) no sentido de autorizar o ensino domiciliar na educação básica para menores de 18 anos, permitindo, assim, que os pais ou responsáveis possam matricular os/as filhos/as na rede pública de ensino optando pelo regime presencial (com frequência escolar regular) ou pelo regime de ensino domiciliar (com frequência restrita ao calendário de avaliações).

[201] Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/meus-filhos-minhas-regras/>. Acesso em 19 jun. 2023.

que seus/suas filhos/as recebam, na escola pública, a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções, desconsiderando, assim, a diversidade sociocultural, a importância da socialização e o risco da não interação com outras formas de ver, pensar, sentir e agir no mundo (Carvalho, 2020, p. 6). Ao referenciar Apple (2003), Lima e Hypolito (2019, p. 8) explicitam que

> O ensino domiciliar (*homeschooling*) é baseado na premissa de que a interferência do Estado na vida da família representa um perigo. Está relacionado com o medo do multiculturalismo, que, na perspectiva dos populistas autoritários, representa outro perigo, já que seus filhos são obrigados a conviver com o diferente e, muitas vezes, o que consideram imoral. (...) a ideia é recolocar no centro do currículo questões referentes à autoridade, à moralidade, à família, à igreja e à decência, pois, para eles, somente tais aspectos poderiam superar a decadência moral tão evidente nos dias atuais.

O programa das Escolas Cívico-Militares[202], de forma a exaltar o caráter excludente, seletivo e elitista no tratamento dispensado às escolas públicas civis e aos/às estudantes, defende a hegemonização de um projeto autoritário de educação focado na transposição para o ambiente escolar, principalmente na gerência de questões administrativas e pedagógicas, de princípios afetos às corporações militares que criam a fictícia sensação de disciplina, hierarquia, ordem, civismo, patriotismo e segurança no âmago de um processo que assemelha as escolas às instituições carcerárias, refletindo, desse modo, uma visão reacionária que acredita que a solução para os problemas escolares está na imposição de um controle vigilante e punitivista. Cunha e Lopes (2022, p. 8-9) entendem que as demandas morais e comportamentais ocupam espaço central no referido Programa ao projetarem a aceitação de discursos salvacionistas destinados a impedir uma suposta desordem, desorganização e destruição das identidades sociais, tanto da família quanto da nação brasileira. Nesse contexto, os militares passam a atuar na educação por meio da promoção de atividades desenvolvidas nas escolas, voltadas à difusão de um conjunto de valores humanos e cívicos sob uma ótica e uma ética estritamente militares, que, no âmbito desse Programa, adquirem o poder de

[202] Por meio do Decreto nº 10.004/2019 (Brasil, 2019e), o então Presidente Bolsonaro - PSL instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares sob o *slogan* “A Educação no Brasil ganhou reforço” com o objetivo de garantir um modelo de gestão de excelência das escolas a partir da intervenção dos militares.

determinar não apenas o que deve ser ensinado e aprendido, mas também como esse processo deve se desenvolver.

> Tendo em vista a regulação desses valores, o programa suscita ainda um processo de mensuração de resultados de desempenho de toda a comunidade escolar, não só em relação aos aspectos didático-pedagógicos. A definição dos parâmetros de desempenho e de habilidade previstas do que significa também ter um bom comportamento é designada a partir de um conjunto de normas de conduta e atitudes que sistematizem as relações interpessoais no ambiente escolar, as faltas comportamentais e atitudinais, as recompensas e as medidas educativas. Isso inclui aspectos como uso de uniforme, tamanho de cabelo, uso de adereço, entre outros que tentam impor uma leitura de conteúdo moral e comportamental como a única correta e obrigatória. Ao deslocar as dimensões afetiva, social, ética, moral e simbólica que integram a formação e o desenvolvimento humano para esse novo agente da escola (os militares), torna-se dicotômica a relação educação-ensino. As demandas instrumentais do ensino são, portanto, sustentadas no programa, mas adiciona-se, nesse contexto, a tentativa de apagar e eliminar a chance de posicionamentos político-partidários dos profissionais da educação em suas atividades pedagógicas. (...) Nesses moldes, aprofundam-se o autoritarismo e o reacionarismo na educação, sob uma espécie de defesa de uma escola que pressupõe uma iniciativa contra a suposta “doutrinação ideológica”. No entanto, essa defesa, ao contrário dessa pretensa neutralidade, é resultado de uma grande articulação de demandas conservadoras e partidárias. Para completar o panorama, demandas neoliberais são reafirmadas no programa, pressupondo a eficiência da escola a partir de critérios de excelência baseados no estabelecimento de metas de indicadores de desempenho. Trata-se de um programa que se pauta na lógica do planejamento estratégico (estabelecimento de metas) e toma o engajamento como fator de qualidade na prestação de serviços, (...) a economia de recursos com base na eficiência, eficácia e efetividade.

Como se não bastasse, de forma a aprofundar essas retrogradações de corrosão dos pilares da educação pública brasileira, tem-se, ainda, a devastação do patrimônio público e a destruição do ensino superior através do abismo que se institui com a nomeação ilegítima e antidemocrática de reitores e com o Projeto de Lei nº 3.076/2020, o *Future-se*, uma investida do (des)governo federal de contingenciamento severo dos recursos públicos destinados para o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades e nos institutos federais, espaços sociais estes considerados por Bolsonaro - PSL como promotores e proliferadores de “balbúrdia” (Leher, 2020; Pereira, 2022), a fim de equacionar, por meio da flexibilização neoliberal e captação de recursos das empresas, leia-se, por meio do

obscurantismo intrínseco na privatização e na mercadorização, o custo considerado despropositado e insustentável para o Estado (Silva *et al.*, 2019). Assim, em meio ao não cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE 2014/2024 (Brasil, 2014), à guerra cultural contra o campo de estudos da ciência, a exemplo da negação do aquecimento global e da defesa do terraplanismo e aos escândalos de corrupção no MEC, a exemplo do gabinete paralelo comandado por pastores evangélicos com poder de cobrar barras de ouro dos entes federados como condicionante para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE[203], a sanha destrutiva da descontinuidade da democratização, universalização e elevação do padrão cultural e educacional da classe trabalhadora brasileira iniciada com o golpe de 2016 prossegue seu curso (Leher *et al.*, 2023).

Violência predatória em um contexto histórico no qual os elementos constitutivos de uma "necropolítica socioambiental", nas palavras de Souza-Lima *et al.* (2024)[204], ou de um "ecocídio apocalíptico", nas palavras de Layrargues (2020)[205] ou, ainda, de uma "cupinização institucional", nas palavras da Ministra Cármen Lúcia do STF (Leal *et al.*, 2023), foram implementados, de forma deliberada e intencional, pelo (des)governo Bolsonaro - PSL, no cerne de uma caquistografia - o governo dos piores indivíduos, a partir da inversão da função regulatória dos órgãos e das normas ambientais, da inércia no combate aos crimes ambientais e dos discursos de ódio incitando barbáries ambientais. Entre atos omissivos e comissivos atentatórios contra o meio ambiente, a sangria ambiental fomentada para atender os interesses de setores econômicos ligados ao extrativismo predatório nega o direito coletivo e digno a um ambiente seguro, sadio e produtivo em suas dimensões ecológicas e sociais, provocando o acirramento das injustiças socioambientais (Acselrad, 2009; Leroy, 2014). Estas, por sua vez, caracterizadas a partir do momento em que, no interior de relações socialmente determinadas, a maior carga

---

[203] Disponível em: <https://apub.org.br/mec-e-marcado-por-escandalo-de-propina-e-corrupcao-com-barras-de-ouro/>. Acesso em 19 jun. 2023.

[204] Os autores fundamentam-se no conceito de necropolítica explicitado por Mbembe (2017) para analisar seus indicativos na sociedade brasileira de forma correlacionada com as questões socioambientais.

[205] Para Layrargues (2020, p. 22), de forma extremamente desesperadora, "no exato momento histórico em que o estado de emergência ambiental começa a se instalar, emerge o signo do antiecologismo dominando o campo político, tendo no regime Bolsonaro a inauguração de uma nova fase, marcada pela radicalização vertiginosa do desmonte ambiental, a ponto de emergir um profundo ecocídio para acompanhar a necropolítica da desigualdade social".

dos danos ambientais é destinada a “grupos sociais de trabalhadores ou grupos étnicos discriminados, entre outros segmentos em estado de maior vulnerabilidade social e econômica”, ameaçam a integridade da saúde ambiental e comprometem a sua reprodução social (Loureiro e Layrargues, 2013, p. 63). Tal situação, inerente a sociedades classistas fortemente marcadas pela distribuição desigual de recursos, revela a desigualdade socioambiental que é estabelecida no seio das economias capitalistas neoliberais por meio de mecanismos políticos, sociais e econômicos que concentram os processos decisórios e privatizam os bens públicos, tornando possível e legítimo a utilização dos bens coletivos e naturais para interesses privados” (Loureiro e Layrargues, 2013, p. 63). Enquanto condição precípua ao acúmulo material das classes dominantes e à reprodução ampliada do capital, “as taxas de lucro das grandes corporações empresariais se vinculam à degradação ambiental dos espaços de vida e de trabalho dos grupos e classes expropriadas” no âmago de um processo de dilapidação civilizatória empreendido pela insensatez do mandatário presidencial frente à irresponsabilidade com o futuro do planeta (Loureiro e Layrargues, 2013, p. 63), podendo tal atuação leviana ser caracterizada pelo desmonte das políticas públicas ambientais, pela impunidade nos crimes envolvendo o meio ambiente e pelos devaneios pronunciados ao redor do planeta sobre as questões ambientais.

Em relação às ações governamentais de desconstrução das políticas públicas de proteção do meio ambiente, estas legalizaram, sem qualquer pudor, ofensivas à preservação ambiental. A Medida Provisória nº 886/2019 (Brasil, 2019h) retirou da FUNAI a competência para a demarcação de terras indígenas, sendo importante enfatizar que, em 2020, a Coordenação das Políticas de Isolados do referido órgão foi atribuída ao pastor evangélico Ricardo Lopes Dias, ligado ao movimento Missão Novas Tribos do Brasil, que atua na evangelização de indígenas desde 1950[206]. O Decreto nº 9.741/2019 (Brasil, 2019a) reduziu drasticamente o

[206] Para o Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará - UFPA, Márcio Couto Henrique, em entrevista ao *Brasil de Fato*, “Bolsonaro é um homem que não sabe dialogar com as diferenças e que se utiliza de uma interpretação particular do que é o cristianismo para propor a evangelização dos índios”. Para ele, a escolha de um evangélico para Coordenação das Políticas de Isolados da FUNAI tem a ver com “um pensamento colonial de que é necessário ‘civilizar’ os indígenas” a partir de um “discurso extremamente atrasado, preconceituoso e violento contra as populações indígenas”. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/10/nomear-evangelico-para-cuidar-de-indigenas-isolados-e-proposital-diz-historiador>. Acesso em: 23 jun. 2023.

orçamento do Ministério do Meio Ambiente - MMA ao bloquear mais de 20% (vinte por cento) do seu orçamento discricionário. O Decreto nº 9.759/2019 (Brasil, 2019b) extinguiu o Comitê Técnico e o Comitê Orientador do Fundo Amazônia sem apresentar justificativa técnica ou planejamento adequado dos riscos associados à medida, suspendendo a continuidade dos recursos bilionários destinados ao financiamento de projetos de proteção da Amazônia e de seus povos, uma vez que a governança do Fundo não contemplava o fomento de ações de regularização fundiária voltadas à indenização de ruralistas desapropriados em razão da localização de seus imóveis em unidades de conservação, tampouco à legalização de terras apropriadas ilegalmente. O Decreto nº 9.760/2019 (Brasil, 2019c) criou o Núcleo de Conciliação Ambiental para revisar - leia-se flexibilizar, reduzir e anular as multas ambientais aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, retirando a sua autonomia profissional e fragilizando a segurança de seus fiscais ambientais. O Decreto nº 9.806/2019 (Brasil, 2019d) alterou a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA enquanto órgão consultivo e deliberativo da Política Nacional do Meio Ambiente, extinguindo a paridade entre poder público e sociedade civil e atribuindo a sua Presidência ao Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles que, por sua vez, regozija-se ao negar o aquecimento global e ao defender os interesses do agronegócio em detrimento dos interesses ambientais. O Decreto nº 10.252/2020 (Brasil, 2020a) alterou a estrutura e as competências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA possibilitando uma “contrarreforma agrária”, pois, em momento algum, houve qualquer tipo de desapropriação de terra de grandes proporções para distribuí-la aos trabalhadores rurais e sim o reducionismo da emissão de títulos de propriedade privada a quem já tinha a posse de sua terra em meio a reiterados ataques aos movimentos camponeses, em especial ao MST[207]. O Decreto nº 10.347/2020 (Brasil, 2020b) transferiu o Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura e Pecuária possibilitando a

[207] Segundo o MST de Pernambuco, titular a terra sem dar qualquer tipo de estrutura aos assentados consiste em uma forma de incentivo governamental para a venda dos lotes e, consequentemente, para o fortalecimento da re-latifundização da terra outrora desapropriada, prática esta que, desde o golpe de 2016, quando a mesma foi legalizada, sempre foi combatida pelo movimento a nível nacional tendo em vista a ausência de sentido em investir tanto sacrifício na luta para a desapropriação da terra para, logo depois, os lotes serem vendidos para os grandes proprietários rurais. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2022/05/19/desmascarando-a-falsa-reforma-agraria-de-bolsonaro>. Acesso em 27 jun. 2023.

gestão das florestas públicas por ruralistas. O Decreto nº 10.833/2021 (Brasil, 2021) alterou a Lei nº 7.802/1989 (Brasil, 1989) referente à regulamentação, ao uso e à fiscalização de agrotóxicos, transferindo diversas competências correlatas do Ministério da Saúde para o Ministério da Agricultura e Pecuária, sendo que as flexibilizações postas resultaram na liberação de 2.182 (dois mil cento e oitenta e duas) produtos químicos sintéticos em diversos ecossistemas, muitos deles inéditos no mercado devido ao elevado grau de toxinas, ao potencial de provocar doenças graves como o câncer e ao aumento de pessoas a eles expostas[208], configurando-se uma escalada exponencial dos agrotóxicos, com sérios riscos socioambientais, sob o manto da proteção estatal para as *commodities* do agronegócio[209]. Nesse contexto, torna-se importante ressaltar os mecanismos classistas intensificadores das desigualdades socioambientais ora articulados, a exemplo das medidas de flexibilização da proteção dos territórios indígenas e dos povos originários. Em sua essência, tais medidas configuravam uma tentativa explícita de invisibilização, desumanização e dizimação das comunidades tradicionais, a ponto de serem consideradas pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI "as mais letais desde o processo de colonização"[210], tais como os 22 (vinte e dois) vetos de Bolsonaro - PSL, enquanto chefe do Poder Executivo, ao *Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19*, criado pela Lei nº 14.021/2020 (Brasil, 2020c), que instituía medidas de vigilância sanitária e epidemiológica para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, com destaque para os vetos referentes à obrigação do poder público em fornecer itens como água potável, materiais de limpeza, higiene, desinfecção, ventiladores pulmonares, leitos

---

[208] Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/10/via-decreto-bolsonaro-altera-lei-dos-agrotoxicos-e-flexibiliza-aprovacao-dos-venenos/>. Acesso em: 27 jun.2023.

[209] Segundo Silva e Santos (2023, p. 7-8), "O agronegócio se caracteriza no Brasil, de um lado, pelo monopólio da terra, da produção e comercialização de alimentos e, de outro, pela manipulação das sementes e de investimentos em pesquisas científicas, objetivando a "melhoria" da agricultura capitalista. Esse 'progresso' agrícola intensifica a 'falha metabólica' (Marx, 2010), isto é, a devastação da natureza e de sua exploração para produção de mercadorias que, 'em troca', devolvem ao meio ambiente poluição do ar, da água, e deterioração da terra e das florestas. Intensifica ainda a produção das desigualdades socioambientais devido ao controle privado dos bens naturais, como terra e água, por meio da expropriação e do extermínio crescente de comunidades tradicionais, especialmente das regiões Centro-Oeste e Norte, onde parte considerável da Floresta Amazônica está concentrada e é alvejada como área de expansão do agronegócio (agricultura e pecuária)".

[210] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/12/governo-bolsonaro-e-o-maior-desafio-para-os-indigenas-desde-colonizacao-afirma-cimi>. Acesso em: 27 de jun. 2023.

de UTI e materiais informativos sobre a pandemia que assolava o mundo (Souza-Lima *et al.*, 2024).

Em relação às impunidades referentes aos crimes que envolviam, direta ou indiretamente, o meio ambiente, as permissividades adquiriram o contorno da aquiescência. Apesar da vigência da Lei nº 9.605/1998 (Brasil, 1998), que tipifica condutas lesivas à natureza e estabelece sanções de acordo com os danos causados[211], foram punidos apenas 5% (cinco por cento) dos infratores responsáveis pelos incêndios florestais provocados propositadamente no dia 10 de agosto de 2019[212], por meio de um movimento organizado e coordenado por ruralistas em diversas áreas recém-desmatadas da Amazônia, para realizar a limpeza da área devastada e transformá-la em pasto bovino[213], intencionalidade esta comprovada um ano depois[214]. Apesar dos inúmeros pedidos de socorro por meio

---

[211] "Números divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, provenientes do sistema *TerraBrasilis*, mostraram que o desmatamento no bioma Amazônia em junho/2019 (920,4 km²) foi 88% maior do que em junho/2018 (488,4 km²). Os incrementos de desmatamento nas áreas indígenas da Amazônia são ainda mais alarmantes. Na Terra Indígena Ituna-Itatá que, dentre as áreas listadas, foi a mais afetada, a dimensão desmatada foi de 15,72 km² em 2018 para 119,96 km² em 2019. Na Terra Indígena de Apyterewa, o desmate subiu de 18,91 km² em 2018 para 85,27 km² em 2019" (Souza-Lima *et al.*, 2024, p. 9).

[212] Conhecido como o *Dia do Fogo*, o crime ambiental foi investigado pelo Jornalista Adécio Piran que sofreu várias ameaças de morte após revelar as articulações envolvendo autoridades locais. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/28/jornalista-que-denunciou-dia-do-fogo-e-atacado-em-novo-progresso-no-para.>. Acesso em: 26 jun. 2023.

[213] Ao avaliarem a força da Bancada do Boi no Congresso Nacional, Graciano *et al.* (2023, p. 1) explicitam que os mecanismos institucionais mobilizados pelos representantes das elites agrárias e agroindustriais brasileiras lhes permitem impor sua agenda fundiária por meio de um conjunto de normas legislativas que favorece sua atuação tanto na sustação e neutralização de demandas contrárias aos seus interesses quanto na fragilização e distorção do preceito constitucional da igualdade. Amparados pelo suporte econômico e pela organização política de que dispõem, esses grupos acabam por "restringir a paridade de forças políticas entre as diferentes categorias sociais", fazendo com que "as predileções de ruralistas e grandes corporações, em detrimento dos interesses das classes populares do campo", assumam caráter hegemônico.

[214] Segundo relato de Rômulo Batista, da *Campanha Amazônia* do *Greenpeace*, uma organização não governamental ambiental fundada no Canadá em 1971, o (des)governo Bolsonaro - PSL "tem demonstrado, desde que assumiu, que não tem a Amazônia como uma de suas preocupações, muito pelo contrário, vê ela como algum tipo de empecilho para o desenvolvimento econômico. O que, na verdade, é equivocado, porque diversos investidores e empresas internacionais, e até mesmo países, já se manifestaram por meio de cartas ou entrevistas que não têm interesse em adquirir produtos que venham de áreas desmatadas, seja da Amazônia ou do Cerrado". Ele destaca ainda que, apesar do período de seca na Amazônia, "em hipótese alguma pode-se dizer que o desmatamento é um fenômeno natural, pois não existe uma temporada de fogo na região, praticamente todo fogo que se vê na Amazônia precisa de alguém riscando o fósforo". Disponível em:

das redes sociais e instâncias institucionais do líder da Aldeia Mariry, da etnia Wajãpi, no Amapá, diante das ameaças sofridas que resultaram no seu assassinato a facadas após um grupo de 50 (cinquenta) garimpeiros fortemente armados invadir a aldeia em julho de 2019, o absenteísmo do governo prevaleceu desde o início ignorando o perigo que se mostrava iminente (Souza-Lima *et al.*, 2024). Apesar de todo o aparato estatal, a ausência de proatividade na mobilização política de agentes públicos, conforme denúncias de organizações indígenas, como a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari - UNIVAJA, nas buscas pelo Jornalista inglês Dom Phillips e pelo Indigenista Bruno Pereira[215] enquanto estavam desaparecidos na região do referido vale na Amazônia (a segunda maior terra indígena do país e palco de ameaças e conflitos violentos diante da presença de grupos ilegais de madeireiros, caçadores, pescadores, garimpeiros e narcotraficantes que ocupam e exploram de forma destrutiva todas as formas de vida no território), tendo Bolsonaro - PSL proferido diversas declarações desrespeitosas e ofensivas a respeito numa tentativa perversa de adstringir a comoção nacional e internacional em torno das buscas, cujos corpos brutalmente assassinados foram encontrados dez dias após o desaparecimento:

> “Realmente, duas pessoas apenas num barco, numa região daquela completamente selvagem, é uma aventura que não é recomendada que se faça. Tudo pode acontecer”.
> “Eles, quando partiram, as informações que temos é que não foi acertado com a Funai. Acontece, né. As pessoas abusam, né”.
> “Os indícios levam a crer que fizeram alguma maldade com eles, porque já foram encontrados boiando no rio vísceras humanas que já estão em Brasília para fazer DNA. Pelo prazo, pelo tempo, já temos hoje oito dias, indo para o nono dia, que isso aconteceu. Vai ser muito difícil encontrá-los com vida. Peço a Deus que isso aconteça”.
> “Esse inglês era mal visto na região, porque fazia muita matéria contra garimpeiros, questão ambiental, então, naquela região lá, que é bastante isolada, muita gente não gostava dele. Ele tinha que ter mais que redobrada atenção para consigo próprio e resolveu fazer uma excursão. A gente não sabe se alguém viu e foi atrás dele, lá tem pirata no rio, lá tem tudo que possa imaginar”[216].

<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/dia-do-fogo-um-ano-depois-so-5-dos-culpados-foram-punidos#:~:text=Em%2010%20de%20agosto%20de,%2C%20Novo%20Progresso%20(PA).>. Acesso em: 26 jun. 2023.

[215] Em outubro de 2019, o Secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública dispensou Bruno Pereira da função de Coordenador-Geral de Índios Isolados, da Diretoria de Proteção Territorial da Fundação Nacional do Índio.

[216] Disponível em:

Em relação aos devaneios pronunciados em âmbito nacional e internacional como se fossem vendavais de desarrazoamento, estes simbolizam a tentativa em curso de legalizar o ilegal nas políticas públicas ambientais[217]. A afirmação, pelo então Presidente Bolsonaro - PSL, durante *live* ao vivo nas redes sociais em agosto de 2019, de que iria rever a demarcação de terras indígenas por considerar, mesmo sem qualquer evidência, a existência de "muita terra para pouco índio"[218] e, durante reunião na Arábia Saudita, realizada em setembro de 2019, de que os povos indígenas eram os responsáveis pelos incêndios na Amazônia. A declaração, pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles[219], durante reunião ministerial realizada em abril de 2020, de que era preciso aproveitar o "momento de tranquilidade", em virtude das coberturas da imprensa sobre a pandemia de Covid-19, "e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando as normas" (Souza-Lima *et al.*, 2024, p. 12) e durante pronunciamento no Palácio do Planalto, em dezembro de 2020, de que o compromisso em alcançar a meta de neutralidade na emissão de gases do efeito estufa, nos termos do Acordo de Paris[220], somente seria realizado à

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/15/bolsonaro-ofendeu-bruno-pereira-e-dom-phillips-ao-falar-em-aventura-e-malvisto-relembre>. Acesso em: 26 jun. 2023.

[217] Disponível em: <https://www.oc.eco.br/mapa-da-destruicao-como-bolsonaro-rasgou-a-agenda-de-meio-ambiente-no-brasil/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

[218] Durante o mandato presidencial de 2019 a 2022, nenhuma Terra Indígena foi demarcada e, ao mesmo tempo, houve o aumento de 212% (duzentos e doze por cento) nas invasões e de 125% (cento e vinte e cinco por cento) de atividades do garimpo ilegal nessas áreas. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/27/relatorio-expoe-estrago-na-politica-ambiental-sob-bolsonaro>. Acesso em: 28 jun. 2023.

[219] Em 2023, supostamente por participar de um esquema de "facilitação ao contrabando de produtos florestais" e exportação de madeira extraída de maneira ilegal, Ricardo Salles tornou-se réu no inquérito sobre o caso. Segundo a denúncia do MPF, recebida pela 4ª Vara Federal/Criminal do Pará, "a mais alta cúpula do MMA e a alta direção do IBAMA manipularam pareceres normativos e editaram documentos para, em prejuízo do interesse público primário, beneficiar um conjunto de empresas madeireiras e empresas de exportação que tiveram cargas de madeira apreendidas nos Estados Unidos". Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/29/ricardo-salles-vira-reu-em-acao-sobre-contrabando-de-madeira-ilegal>. Acesso em: 28 jun. 2024.

[220] Assinado em 2015 durante o segundo mandato da Presidenta Dilma - PT juntamente com mais de 190 (cento e noventa) países integrantes da *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*, o *Acordo de Paris* consistiu no resultado de mais de 20 (vinte) anos de negociação através do qual as nações signatárias assumiram compromissos para reduzir as emissões de gases do efeito estufa diante dos objetivos comuns a longo prazo para limitar o aquecimento da temperatura global em níveis abaixo de dois graus Celsius, ou seja, em níveis pré-revolução industrial (1750). Cinco anos depois, durante o

razão do pagamento de US$ 10 bilhões por ano. O questionamento, durante uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU realizada em outubro de 2021 pelo representante do Itamaraty, do uso do termo “racismo ambiental” para abordar a intersecção entre injustiça racial e ambiental[221], deixando claro que o termo não era aceito pelo governo brasileiro[222], negando, portanto, a instrumentalização da pauta racial “para normalizar a exploração e o descaso e abrir oportunidades para se gerar lucro às custas da vida, dos recursos e das terras das pessoas” (Souza-Lima *et al.*, 2024, p. 11).

Violência orquestrada contra o Estado Democrático de Direito a partir de ataques discursivos tênues realizados desde a redemocratização, insuflados no contexto do golpe de Estado de 2016 e transformados em ameaças afrontosas,

---

(des)governo Bolsonaro - PSL, em um retrocesso político e ambiental, o Brasil deixa de participar da lista de nações integrantes da *Cúpula da Ambição Climática 2020*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/12/acordo-de-paris-completa-cinco-anos-e-brasil-retrocede-nas-politicas-ambientais#:~:text=Contrariando%20o%20que%20foi%20assinado,do%20efeito%20estufa%20at%C3%A9%202030&text=Neste%20s%C3%A1bado%20(12)%2C%20completam,de%20gases%20do%20efeito%20estufa.>. Acesso em: 27 jun. 2023.

[221] “O termo ‘racismo ambiental’ foi abordado pela primeira vez pelo líder e ativista pelos direitos civis, Dr. Benjamin Franklin Chaves Júnior, em 1981, numa época de manifestações do movimento negro contra injustiças ambientais nos EUA. Segundo ele, racismo ambiental é a discriminação racial na elaboração de políticas ambientais, aplicação de regulamentos e leis, direcionamento deliberado de comunidades negras para instalações de resíduos tóxicos, sanção oficial da presença de venenos e poluentes com risco de vida a comunidades e exclusão de pessoas negras da liderança dos movimentos ecológicos. (...) A ONU também afirma que o racismo ambiental não pode ser discutido isoladamente. Como consequência do racismo histórico e estrutural, dos modelos econômicos exploradores e do legado do comércio de africanos escravizados, pessoas de ascendência africana viveram segregadas e foram tomadas decisões que as expuseram de forma desproporcional aos riscos ambientais. (...) Em um mundo que a raça define a vida e a morte, não a tomar (a raça) como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo, resume o presidente o presidente do Instituto Luiz Gama, Sílvio Almeida, autor do livro *Racismo Estrutural*”. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/como-o-governo-bolsonaro-tentou-impedir-o-uso-do-termo-racismo-ambiental/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

[222] Importante destacar também a discursividade intrínseca nos textos oficiais, a exemplo do Projeto de Lei nº 6.162/2019, referente ao *Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia para o período de 2020 a 2023*, que apresenta “uma série de conceitos indeterminados permeados pelo termo ‘sustentável’, com fortes indicativos de estímulo às atividades inadequadas para a região amazônica, como: ‘aprimoramento do escoamento de *commodities*’, ‘implementação de programa de biorrefinarias’, ‘construção e pavimentação asfáltica’, ‘criação de incubadoras’. Segundo Souza-Lima *et al.* (2024, p. 11), a guerra posta em voga pelo governo Bolsonaro - PSL contra a preservação socioambiental da natureza também é uma guerra discursiva, pois diante da distorção do significado e do sentido das palavras como estratégia dita desenvolvimentista, objetiva “descaracterizar as comunidades, o território e liberar o uso da floresta em âmbitos nacional e internacional”.

injuriosas e perniciosas ao longo do (des)governo Bolsonaro - PSL. De forma sucessiva e reiterada, a corrosão da democracia brasileira intensificou-se sob o radicalismo da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista através de ofensivas que, dentre outras, refutavam a existência e as decisões do STF[223], mesmo diante da determinação constitucional referente à independência e à harmonia entre os três Poderes da União - o Legislativo, o Executivo e o Judiciário e questionavam a transparência, a legitimidade e a segurança do processo eleitoral[224], mesmo diante da possibilidade de confirmação de sua autenticidade e fidedignidade por meio de diversos mecanismos impressos de auditoria, antes, durante e após as eleições[225]. Recusando-se descabidamente a aceitar a vitória de Lula - PT nas eleições de 2022 para o seu terceiro mandato enquanto Presidente do Brasil, conquista inédita até então, extremistas alinhados a Bolsonaro, filiado ao PL desde novembro de 2021 após dois anos sem partido,

---

[223] "Em 23 de agosto de 2022, o Presidente Jair Bolsonaro mais uma vez atacou o STF. Chamou os ministros de 'surdos de capa preta'. Enquanto ele falava, seus apoiadores gritavam que 'Supremo é o povo'. (...) Na mesma data, o Presidente convocou as pessoas a irem às ruas no dia sete de setembro 'pela última vez' para que o Supremo entenda o que é 'a voz do povo'". O então Presidente, de forma reiterada, começou a bradar em seus discursos que não mais obedeceria as decisões judiciais proferidas pelo Ministro Alexandre de Moraes e, de forma afrontosa, concede perdão ao Deputado Daniel Silveira - PTB (RJ), que sofreria sanções por desobedecer as ordens impostas pelo referido Ministro. Disponível em:
<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/comentario-do-dia-dez-vezes-em-que-o-presidente-jair-bolsonaro-fez-ameacas-a-democracia/>. Acesso em:29 jun. 2023.

[224] "Em 29 de julho de 2021, Bolsonaro fez uma *live*, que fora transmitida também pela TV Brasil, que é pública, e questionou as urnas eletrônicas em rede nacional. Ele afirmou, na ocasião, que se o voto impresso fosse derrotado na Câmara dos Deputados - o que aconteceu, nunca mais tocaria no assunto. Em 12 de julho de 2022, o ex-Presidente alegou que venceu no primeiro turno as eleições presidenciais de 2018 e que teria provas desse fato, sendo que estas nunca foram apresentadas. Em 18 de julho de 2022, já durante o período eleitoral, Jair Bolsonaro, usando a estrutura governamental, convocou mais de 70 países para questionar as urnas eletrônicas. Neste dia, falou que um *hacker* teria afirmado que as eleições de 2018 foram fraudadas e que o TSE teria admitido a possibilidade de alteração no número, o que não condiz com a realidade. Em 22 de novembro de 2022, o PL, pressionado por Bolsonaro, já tendo perdido as eleições daquele ano, questiona formalmente o funcionamento das urnas no segundo turno, mas não no primeiro", evidenciando o caráter seletivo da contestação e a instrumentalização das instituições democráticas por forças políticas inconformadas com o resultado eleitoral, em uma estratégia destinada a produzir suspeição sobre o processo de votação, deslegitimar a soberania popular expressa nas urnas e criar condições discursivas para a ruptura da ordem democrática. Disponível em:
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

[225] Disponível em:
<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Marco/conheca-as-principais-etapas-de-transparencia-e-seguranca-da-urna-no-dia-da-eleicao>. Acesso em: 29 jun. 2024.

organizaram acampamentos em frente às unidades militares do Exército país afora pedindo, não obstante a inconstitucionalidade, “intervenção militar” e “intervenção federal com Bolsonaro no poder”[226]. Vestidos de verde e amarelo, uniformizados e domesticados, sob o manto da Bandeira Nacional e a ode do Hino Nacional, cantado, inclusive, para um pneu de caminhão cultuado e adorado no centro de um círculo bolsonarista[227], assim como para um “robozão patriota”[228], em obediência servil entoavam gritos do lema bolsonarista “Deus, pátria, família e liberdade”, vociferavam clamores por “intervenção já” e “restauração da ordem”, diziam-se “prontos para a guerra” e bradavam a expressão “eu autorizo”[229]. Com a mão direita levantada, referenciaram e imitaram o gesto semelhante à saudação nazista *Sieg Heil*[230]; interditaram estradas e rodovias sendo que um manifestante tentou, com o próprio corpo, controlar um caminhão que ousou o desbloqueio segurando-se no pára-brisa do veículo em movimento[231]; vibraram com a *fake news* circulante em grupos de *whatsapp* sobre a prisão do Ministro do STF Alexandre de Moraes que foi, inclusive, ameaçado de morte[232]; dispuseram-se em círculo com os celulares ligados sobre as cabeças, com as telas voltadas para o céu, fazendo uma sinalização de socorro com as mãos, como se estivessem tentando contactar extraterrestres[233]; louvaram ao Senhor de joelhos no chão e com as mãos apoiadas nos muros dos quartéis generais[234]; choraram desesperadamente quando do desmonte de alguns acampamentos pela polícia[235]. Iniciados logo após o fim da

---

[226] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/artigo-142-nao-preve-intervencao-militar-nem-federal-entenda/>. Acesso em: 30 jun. 2023.
[227] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mgNIqM77Llo>. Acesso em: 30 jun. 2023.
[228] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Jcq-c72t3HE>. Acesso em:30 jun.2023.
[229] Disponível: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/11/02/bolsonaristas-fazem-protestos-no-rio.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2023.
[230] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IR16-MeUoq4>. Acesso em: 30 jun. 2023.
[231] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NovPjFnwpUw>. Acesso em: 30 jun. 2023.
[232] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U1NFL9q7Hz4>. Acesso em: 30 jun. 2023.
[233] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKWTvL9VxQM>. Acesso em: 30 jun. 2023.
[234] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1CL8xEcG8K0>. Acesso em: 30 jun. 2023.
[235] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QDqKswF5_eM>. Acesso em: 30 jun. 2023.

apuração das urnas, os atos golpistas antidemocráticos, visivelmente organizados e estruturados, foram respaldados e legitimados pelo primeiro pronunciamento de Bolsonaro - PL depois da eleição através do qual não reconheceu publicamente sua derrota e, ainda, afirmou que manifestações pacíficas sempre seriam bem-vindas[236]. Mesmo sendo considerados atos criminosos pelo STF[237], perduraram por quase três meses nas ruas brasileiras contestando a proclamação da vitória de Lula - PT no segundo turno da eleição pelo TSE a despeito do reconhecimento nacional e internacional do Presidente democraticamente eleito, desconsiderando tal reconhecimento enquanto prática defensora do sistema eleitoral brasileiro e da democracia brasileira[238]. “Diante da ausência fugidia do antecessor”, que, covardemente, viajou para os EUA no dia 30 de dezembro de 2022, Lula - PT foi empossado no Congresso Nacional no dia 1º de janeiro de 2023 e, simbolicamente, recebeu a faixa presidencial das mãos do “povo brasileiro” representado por oito cidadãos[239] que subiram a rampa junto com o Presidente, sua esposa Janja, o

---

[236] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/derrotado-bolsonaro-quebra-o-silencio-sem-reconhecer-abertamente-o-resultado-da-eleicao/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

[237] Em 03 de novembro de 2022, o Ministro do STF Alexandre de Moraes fez a seguinte declaração: “As eleições acabaram, o segundo turno acabou democraticamente no último domingo (30). O Tribunal Superior Eleitoral - TSE proclamou o vencedor. O vencedor será diplomado até dia 19 de dezembro e tomará posse no dia 1º de janeiro de 2023. Isso é democracia. Isso é alternância de poder. Isso é Estado republicano. Não há como se contestar um resultado democraticamente divulgado, com movimentos ilícitos, com movimentos antidemocráticos, com movimentos criminosos que serão combatidos e os responsáveis por esses movimentos antidemocráticos serão apurados e responsabilizados com base na lei”. (...) Os eleitores, em sua maioria massacrante, são democratas. Acreditam na democracia, acreditam no Estado Democrático de Direito e aceitaram democraticamente o resultado das eleições. Aqueles que criminosamente não estão aceitando, aqueles que criminosamente estão praticando atos antidemocráticos, serão tratados como criminosos”. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/presidente-do-tse-apresenta-numeros-do-2o-turno-das-eleicoes-2022>. Acesso em: 30 jun. 2023.

[238] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/10/paises-coordenaram-reconhecimento-internacional-expresso-a-vitoria-de-lula.ghtml>. Acesso em: 30 jun.2023.

[239] Foram eles: o nadador Francisco, de 10 anos, menino negro morador de Itaquera, periferia de São Paulo; o cacique indígena Raoni, de 90 anos, que dedicou sua vida à defesa da Amazônia e dos povos da floresta; a catadora de materiais recicláveis, Aline, de 33 anos, filha e neta de catadoras e articuladora do Movimento Nacional de Catadoras; o professor Murilo, de 28 anos, que ministra aulas de Português e Inglês; a cozinheira Jucimara, que participou de um concurso de culinária na *Vigília Lula Livre*; Ivan Baron, jovem potiguar que teve meningite viral na infância, doença que causou paralisia cerebral; o metalúrgico Weslley, de 36 anos, que trabalha no ABC desde o início de sua vida adulta; e o artesão Flávio, que permeneceu 580 dias ajudando nas atividades cotidianas na *Vigília Lula Livre*. Disponível em:

Vice-Presidente Geraldo Alckmin - do Partido Socialista Brasileiro - PSB, sua esposa Maria Lúcia e a cachorra sem raça definida, Resistência, adotada por Janja durante a *Vigília Lula Livre*, em uma cerimônia que emocionou e levou às lágrimas todos/as aqueles/as que sentiram a democracia vencer o autoritarismo, a esperança vencer o medo e o amor vencer o ódio[240] sem, contudo, sequer imaginar o que o Brasil enfrentaria dias depois, diante da liquefação do passado e do presente como jamais se havia visto na história - uma história agrilhoada por acontecimentos que se assemelham à ficção, mas para os quais a própria realidade fornece os elementos constitutivos de um fato histórico cuja potência simbólica permite considerá-lo um marco definidor de uma era (Enzensberger, 1998; Rosa, 2023). Essa é a perspectiva sob a qual pode-se definir o dia 08 de janeiro de 2023 no Brasil - um fato histórico com potencialidade de definir uma era marcada pela transmutação dos atos antidemocráticos em atos terroristas não somente contra a estrutura física, o acervo histórico e o patrimônio cultural das instituições representativas da ordem democrática brasileira, a saber, o Palácio do Planalto enquanto Poder Executivo, o STF enquanto Poder Judiciário e o Congresso Nacional enquanto Poder Legislativo mas, sobretudo, contra tudo o que a ordem democrática brasileira representa estruturalmente para a sociedade. A barbárie planejada e instigada por "autores intelectuais", patrocinada e sustentada por "financiadores" e empreendida e consumada por "executores" durante a invasão e a depredação dos prédios da República, apesar de frustrada a tentativa de subverter a ordem democrática e emplacar o desiderato de um golpe de Estado pela horda bolsonarista verde e amarela, consistiu em um grave atentado à Constituição da República (Brasil, 1988) por todos/as aqueles/as que pactuaram, cada um/a no âmbito de sua culpabilidade, para a realização dos atos que passaram a ser investigados/as, em tese, pelos crimes de associação criminosa armada, ameaça, perseguição, dano qualificado, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de patrimônio tombado, tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Destarte todo o ódio corrosivo ao pacto civilizatório enquanto elemento fundante das relações sociais, as instituições democráticas brasileiras resistiram e comprovaram que a estabilidade das mesmas

---

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/posse-mandato-lula-sobe-a-rampa-faixa-povo-brasileiro-chora/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

[240] Ver ANEXO F e ANEXO G.

não se reduz a pedra, papel, vidro, madeira e tecido, no entanto, e considerando que a extrema direita bolsonarista, assim como o fascismo, não é uma oposição política tradicional, torna-se “fundamental que o povo brasileiro permaneça em constante vigilância democrática e mobilização popular permanente”[241], pois, segundo Moraes (2023,s.p.):

> Fascistas tentam, hoje, ler a Constituição, atribuindo a ela pensamentos que corroem os vigamentos da equidade social, refundam o Estado Democrático de Direito como Autocracia e minam, à sua medida, as instituições permanentes. Distintamente do que Carl Schmitt, teórico do Reich, propunha na República de Weimar na sua Teoria da Constituição, franqueando legitimidade aos nazifascistas para abolirem o texto constitucional, os novos fascistas leem a Constituição explorando minuciosamente suas aberturas e brechas para possibilitar a reversão do estado de coisas progressista e a sua eventual recessão democrática. Hoje, na prática, fascistas brasileiros interpretam e, a um só tempo, arrebentam a Constituição.

Não por acaso, Araújo (2024, s.p.) evoca “a velha lição em forma de advertência, de que o estado democrático convive com o risco permanente do estado de exceção” que, por sua vez, “materializa a indistinção entre ordem e desordem e legitima a violência sem logos e a indeterminação entre lógica e *práxis*”, nos remetendo, assim, à Tese VIII da obra “*Sobre o conceito de história*” de Benjamin (1987b)[242], cuja reflexão sobre a contemporaneidade do fascismo consiste em um alerta para a coadunabilidade da barbárie social à luz do progresso na sociedade capitalista do século XX, tornando-se evidente tal compatibilidade, mesmo a partir da articulação de elementos outros, à luz do progresso na sociedade capitalista neoliberal do século XXI, visto que “a barbárie não é meramente um estágio de regressão civilizacional, mas está contida nas próprias condições de

---

[241] Disponível em: <https://sinasefe.org.br/site/a-democracia-resistiu-1-ano-do-8-de-janeiro-de-2023/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

[242] Segundo Löwy (2005, p. 83), “Benjamin confronta, aqui, duas concepções da história - com implicações políticas evidentes para o presente: a confortável doutrina "progressista", para a qual o progresso histórico, a evolução das sociedades no sentido de mais democracia, liberdade e paz, e a norma, é aquela que ele afirma ser seu desejo, situada do ponto de vista da tradição dos oprimidos, para a qual a norma, a regra da história é, ao contrário, a opressão, a barbárie, a violência dos vencedores. As duas concepções reagem de maneira diametralmente oposta ao fascismo. Para a primeira, trata-se de uma exceção à regra do progresso, uma "regressão" inexplicável, um parêntese na marcha avante da humanidade. Para a segunda, a expressão mais recente e mais brutal do "estado de exceção permanente" que é a história da opressão de classe”.

reprodução da civilização burguesa" (Vieira, 2017, p. 17)[243]. Nesse direcionamento, Rebuá (2019, s.p.) evidencia que "a articulação entre violência e capitalismo (...) não pode prescindir jamais da análise do fenômeno do fascismo, grau máximo da barbárie político-cultural enquanto modelo inconteste do estado de exceção contemporâneo e mobilização de processos irracionais e regressivos" e, a partir de Gramsci e Benjamin, respectivamente, entende "o fascismo como um conformismo (ideologia tendente à homogeneização, de corte autoritário / reacionário) e, ao mesmo tempo, uma experiência (sentido comum, algo que nos afeta e nos aproxima de outros sujeitos semelhantes em termos de concepção de mundo)". A análise acurada de Mauad (2020, s.p.) sobre "bolsonarismo, capitalismo e subjetividade" reflete justamente essa confluência:

> Se Getúlio Vargas inventou a campanha política no rádio, Fernando Collor na TV, Jair Bolsonaro foi quem a consolidou, definitivamente, nas redes sociais. Com o rádio e depois, mais ainda, com a televisão, o discurso político ultrapassou a barreira espacial do espaço público e passou a acessar as casas dos milhões de cidadãos, mas com as redes sociais o acesso passou a ser às próprias subjetividades desses cidadãos. Na internet, o político se mistura ao subjetivo ao ponto de suspender a instância de mediação vigente no rádio e na TV. Tudo isso permite que o mecanismo libidinal que cria a identificação entre as pessoas e os agentes políticos atue de maneira muito mais intensa e eficiente, fazendo com que não só o político consiga uma maior capilaridade entre o eleitorado, mas também que as subjetividades, em suas particularidades, se infiltrem no campo político de maneira, talvez, inédita e prenhe de consequências ainda desconhecidas. (...) A espinha dorsal ideológica que levou Bolsonaro ao poder e o mantém lá até hoje pode ser dividida em três partes, como proposto por Gabriel Feltran: "i) o militarismo das Forças Armadas e das polícias militares, que agem como seu braço armado e orientam as ações de seus jagunços; ii) o anti-intelectualismo evangélico, que há muito é majoritário nas periferias e mobiliza moralmente as massas em direção contrária à da racionalidade moderna, dos argumentos, e a orienta na direção do totalitarismo; iii) o empreendedorismo monetarista de parcelas do mundo popular que consideram que você é o que você tem, simplificando bastante a teoria dos capitais". Nos jargões do próprio Bolsonaro, é o combate ao "comunismo", as citações exaustivamente repetidas de passagens da Bíblia em sintonia com as cruzadas moralistas contra o "marxismo cultural", e a

[243] Para Benjamin (1987d), compreender o fascismo como expressão do "estado de exceção permanente" inscrito na história da opressão de classe permite romper com a interpretação de que a barbárie constitui uma anomalia passageira do progresso histórico e reconhecê-la, ao contrário, como possibilidade inscrita nas próprias contradições da sociabilidade capitalista, cuja superação exige a luta pela transformação das estruturas que a produzem e reproduzem.

> diminuição do Estado, bem como o afrouxamento de leis trabalhistas, que estabelecem o vínculo entre o governo e uma grande parte da população brasileira. E não é porque Bolsonaro seja atualmente o representante de tal ideologia que ele seja o único capaz de defendê-la: ela já existia antes dele se tornar o mito e continuará existindo mesmo depois que ele for desmistificado. No entanto, o que chama atenção nessa combinação ideológica é a capacidade que ela tem de dialogar com os problemas da sociedade capitalista, principalmente em períodos de crise. Ao mesmo tempo em que ela é parte da manutenção da crise capitalista, ela satisfaz, subjetivamente, os problemas gerados por essa crise da qual ela faz parte. O sistema de reprodução do capital impõe modos de sociabilidade que, por mais contraditórios que sejam, aos poucos rasgam o tecido social, corroendo os vínculos coletivos e impondo regimes de competitividade de forte apelo individualizante; as subjetividades contemporâneas são, com isso, atravessadas por uma hostilidade sistêmica que as explora ao mesmo tempo em que as constitui. No que tange ao progresso, porém, nos deparamos com novos mecanismos de comunicação, informação, criação de conteúdo, lazer, interação etc., que a digitalização da esfera social proporcionou. Nossas ações, deslocamentos, preferências, sentimentos e linguagem tornaram-se dados passíveis de serem analisados e utilizados para prever nossos comportamentos e influenciá-los. Com isso, as forças econômicas e políticas do mundo atual cada vez mais se servem desses mecanismos para antever tendências e anseios e, assim, manipular o desejo e o imaginário de grandes segmentos populacionais - no Brasil, Bolsonaro e seus filhos, sabemos bem, foram os que, até hoje, mais se aproveitaram disso.

A instrumentalização sistemática da subjetividade pela extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista não permaneceu circunscrita à produção de discursos, afetos e ressentimentos políticos, mas integrou uma estratégia mais ampla de mobilização social e de disputa pelo poder, cujos desdobramentos alcançaram as próprias instituições democráticas e culminaram em atos concretos de afronta à ordem constitucional. É nesse ponto de inflexão, entre a disputa pelo imaginário coletivo e a materialidade da ação política, que se inscreve a responsabilização judicial de seu principal líder, Jair Messias Bolsonaro, condenado pela Primeira Turma do STF, em 11 de setembro de 2025, a 27 anos e três meses de prisão, pelos crimes de organização criminosa, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, incitação à violência, dano qualificado e deterioração de patrimônio público e tombado[244]. Contudo,

[244] Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/ao-vivo/bolsonaro-julgamento-golpe-ao-vivo-stf.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2025.

permanece o alerta de que a democracia brasileira ainda corre sérios riscos diante da persistência da barbárie neofascista no presente histórico, que, mesmo após a condenação da figura exponencial representativa da extrema direita, continua a disseminar o ódio, o negacionismo e o autoritarismo em diferentes esferas da vida pública. No interior desse movimento, a disputa política alcança o campo da subjetividade convertendo a amargura em medo, a diferença em ameaça, a desigualdade em mérito e a violência em mecanismo legítimo de preservação da ordem, ao mesmo tempo que transforma a produção do consentimento em elemento constitutivo da reprodução da dominação, uma vez que a adesão a projetos autoritários não se constrói apenas pela imposição explícita da força, mas, também, pela interiorização de valores e representações que obscurecem as determinações históricas e materiais das desigualdades e deslocam para os indivíduos a responsabilidade por contradições socialmente produzidas. Sob essa perspectiva, cumpre destacar que a dimensão subjetiva não constitui uma esfera apartada das condições concretas de existência, mas se conforma historicamente a partir delas, sendo atravessada pelas disputas de poder, pelas contradições de classe e pelas formas de dominação que estruturam a sociabilidade capitalista, adquirindo, em decorrência dessa dinâmica, centralidade na disputa contra o neofascismo, cuja permanência histórica não se explica apenas pela atuação organizada de forças políticas ou pela ocupação de espaços institucionais, mas também por sua capacidade de penetrar no tecido social, produzindo e sedimentando determinadas formas de perceber, interpretar e experimentar o mundo e mobilizando diferentes repertórios de representações sociais (Egler, Pereira, 2024; Marques, 2025; Mauad, 2020; Pinheiro-Machado, 2025; Souza, Lima, 2024).

É precisamente nesse terreno que a luta pela hegemonia assume uma dimensão decisiva, pois a conservação da ordem não depende exclusivamente da coerção, mas também da capacidade de fazer com que determinadas relações sociais, hierarquias e assimetrias sejam percebidas como naturais, inevitáveis ou mesmo desejáveis. Nesse interregno, o enfrentamento ao fascismo contemporâneo ultrapassa o campo jurídico-institucional e se configura como uma disputa contínua pela memória, pelos valores, pela consciência e pelas próprias formas de apreensão da realidade social. Tal disputa não pode se restringir à responsabilização jurídica de seus agentes ou à defesa formal das instituições democráticas, mas precisa

alcançar os mecanismos sociais, culturais e ideológicos que produzem conformismo, indiferença e adesão à barbárie, fazendo da educação crítica e da mobilização coletiva trincheiras fundamentais na defesa da liberdade, da justiça e da vida democrática. Trata-se, portanto, de disputar o próprio processo de formação dos sujeitos, de desnaturalizar as relações de dominação, de desvelar as contradições que permanecem ocultadas pelo senso comum e de reconstruir possibilidades de consciência crítica e ação coletiva. No curso desse processo, a educação assume uma dimensão eminentemente política, não como instrumento neutro de transmissão de conhecimentos, mas como espaço de disputa de concepções de mundo e de constituição de sujeitos capazes de reconhecer as determinações históricas de sua existência, questionar as formas de violência e desigualdade naturalizadas na vida social e intervir coletivamente na transformação das relações que reproduzem a barbárie (Egler, Pereira, 2024; Marques, 2025; Mauad, 2020; Pinheiro-Machado, 2025; Souza, Lima, 2024).

Ao analisar a concepção de subjetividade em Gramsci a partir de suas múltiplas expressões, Semeraro (1999, p. 79) evidencia que, para o pensador italiano, a construção de uma nova civilização e a formação protagonista de novos sujeitos sociais, ou seja, de um novo projeto hegemônico de poder popular, somente seria exequível por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica e histórica dos aspectos objetivos da realidade - a saber, as estruturas que solidificam as relações materiais do modo de produção econômico, consciência esta capaz de soerguer a condição intelectual e moral do elemento amorfo das massas para que, de forma emancipada, livre e democraticamente organizada, através da participação ativa e autônoma na socialização da política e na democratização do poder, as classes trabalhadoras pudessem lutar contra os fatores que condicionam seus comportamentos e neutralizam suas aspirações, não mais permitindo a condução mecânica e galvanizada de seus sentimentos, suas consciências e suas subjetividades contraditórias e dialéticas pela burguesia, de modo apartado das transformações sociais resultantes dos conflitos de classe, como um rebanho ordeiro e atomizado em direção a um horizonte de políticas irrefreáveis de opressão, massificação e exclusão que são viabilizadas quando a hegemonia se dá pelo alto, “valendo-se da força, do peso econômico ou das manipulações demagógicas”. Segundo Ruiz (1998, p. 7-9), a subjetividade, na perspectiva gramsciana, pode ser compreendida somente a partir da noção de concepção de mundo - “aquela que se

realiza cotidianamente ao produzir modos de vida, ou seja, aquela capaz de desencadear uma atividade prática para transformar a realidade", sendo que tal transformação se efetiva à medida que os homens "tomam consciência dos reais determinantes das necessidades históricas que lhes são impostas", não podendo desconsiderar nesse ínterim "as possibilidades tanto da alienação quanto do sujeito da vontade concreta" que constituem a consciência de forma "contraditória e histórica". Posto isso, torna-se importante destacar, ainda, a explicitação de Silva (2008, p. 93-94) sobre a potência existente na dialética do cotidiano da complexibilidade da sociabilidade humana:

> O aspecto relacionado à subjetividade alienada em Gramsci (2001) deriva de sua crítica ao americanismo e ao fordismo, visto como fenômeno que vai além do modo de produção e/ou do sistema de regulação social. O fordismo é visto como uma hegemonia, como uma ideologia determinante de um modo de vida. Ao mesmo tempo, tais conceitos (hegemonia, ideologia, modo de vida), na visão gramsciana, não se referem somente aos interesses das classes dominantes e do capital, uma vez que, no jogo da contradição, no qual o novo nasce no processo de reprodução do existente, faz-se presente a possibilidade da consciência crítica do trabalhador e de seu agir superador da sua condição subsumida. (...) As contradições seriam, outrossim, um embate entre tendências históricas potencialmente inovadoras e modos de vida arcaicos, atávicos. Em outras palavras, contradições sociais podem reproduzir a ordem do capital ou mesmo subvertê-la a partir de sua própria interioridade, assim como as contradições dos indivíduos podem deixá-los à mercê da condição de alienação ou moverem-nos à condição de sujeito coletivo ou da vontade concreta.

A contribuição teórica de Gramsci (2017) nos permite compreender que o que está em voga na relação dialética entre estrutura e superestrutura são as formas de organização e reprodução do modo de produção capitalista e, consequentemente, as estratégias postas em curso em determinado momento histórico que demarcam estruturalmente as relações sócio-econômicas. Na contemporaneidade, tais relações constituem e, ao mesmo tempo, são constituídas pela racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016) que se faz hegemônica ao produzir e educar o consenso quanto à impossibilidade de existência de outro modelo de desenvolvimento econômico para o mundo, como se romper com o neoliberalismo, e com toda a destrutibilidade de suas interfaces reacionárias, neoconservadoras e neofascistas, não fosse uma alternativa possível e viável (Carcanholo, 2017). Como visto, a intersecção de diversos aspectos de dimensões distintas do todo social

fomentada pelo neoliberalismo determina os modos de ver, de pensar, de sentir e de agir no mundo a partir da perspectiva das classes dominantes, todavia, devido às contradições sociais que submergem no interior dos próprios processos de reprodução da hegemonia do capital, é possível apreender o avesso da realidade aparente e imediata tornando cognoscível tanto a realidade concreta e objetiva quanto a subjetividade que atravessam a dialética da relação indivíduo-sociedade enquanto condição precípua da conscientização dos "reais moventes da ação" na edificação de um projeto hegemônico de sociedade pela perspectiva das classes subalternas (Ruiz, 1998, p. 68).

Esse direcionamento que coloca em voga a transformação social é o norte através do qual a ideação da pesquisa que ora se apresenta se faz, pois compreende a potencialidade da educação pública na construção de uma sociedade mais justa e progressista a partir do desenvolvimento da aprendizagem ativa, do pensamento crítico, da criatividade, da originalidade, da flexibilidade cognitiva, da inteligência emocional, da problematização de situações locais e globais, da tomada de decisões, do trabalho cooperativo e da gestão democrática. Acontece que, em uma sociedade na qual o capitalismo neoliberal se legitima, se ramifica e se consolida discursivamente, politicamente e economicamente através, inclusive - e principalmente, da ação estatal, a educação encontra-se a serviço de interesses que desejam fundar não uma sociedade de bem estar social e sim uma sociedade de mercado que, por sua vez, carece de um tipo de indivíduo que não vivencie espaços socializados, participativos e democráticos em sua plenitude e sim espaços competitivos, concorrenciais e performativos. Ao contrário da concepção gramsciana de escola, que a considera enquanto um espaço de formação capaz de construir as condições objetivas e subjetivas necessárias para que os/as educandos/as possam empreender a luta para superar a incivilidade capitalista e edificar novas relações sociais, o projeto político e econômico neoliberal, que não se reduz a uma política monetária de austeridade, a compreende estrategicamente como um espaço capaz de exercer um papel fundamental na transmutação antropológica do ser humano em capital humano[245] para alimentar um sistema

[245] "A teoria do capital humano, no decorrer da expansão capitalista, sofreu vários ajustes conforme a conjuntura econômica e política (Frigotto, 1986, 1998, 2000; Gentili 1998, 2002). No Brasil, sua penetração mais efetiva foi na década de 1970, compondo as bases ideológicas do desenvolvimentismo calcado num modelo de desenvolvimento amplamente concentrador e associado ao capital internacional. E serviu para justificar e legitimar

produtivo global baseado na concorrência e na competição generalizadas a partir da difusão de valores que deturpam as relações de cada indivíduo consigo mesmo e com o outro frente à segregação sistemática que produz (Laval, 2019).

Ao longo do *Capítulo 2. A hegemonia em face do neoliberalismo e do neoconservadorismo: repercussões sociais e políticas*, a apropriação do conceito gramsciano de hegemonia de forma contextualizada à conjuntura social e política na qual encontra-se inserida a sociedade brasileira face à destrutibilidade neoliberal e neoconservadora contemporânea aprofundou as reflexões teóricas que perpassam a questão norteadora da pesquisa, que consiste em compreender *"De que forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?"*. Como nos ensina a Tese VIII da obra "*Sobre o conceito de história*" de Benjamin (1987b), a ilusão de que o progresso industrial, científico e tecnológico é incompatível com a barbárie social, política e econômica cega qualquer possibilidade histórica de desvelamento do fascismo - ou do neofascismo, por isso, no *Capítulo 3. Educação pública em disputa: a racionalidade da hegemonia capitalista neoliberal e as potencialidades de resistências críticas socioambientais*, critico o Programa Jovem de Futuro enquanto instrumento operacional de fortalecimento da hegemonia do capitalismo neoliberal através da imposição de preceitos mercadológicos representativos do capital nos modos de ver, pensar, sentir e agir da escola pública e defendo a Educação Ambiental Crítica enquanto potencialidade pedagógica de enfrentamento às injustiças socioambientais, à desumanização das pessoas e à capitalização da vida, sendo que tais reflexões são viabilizadas pelos olhares de sujeitos que, cotidianamente, experienciam a escola pública enquanto espaço social de formação cidadã que luta para a promoção de uma sociabilidade fundada na igualdade substantiva, na emancipação humana e na democratização das relações sociais.

---

políticas do Estado durante a ditadura militar na medida em que estas estariam situadas na ideia de democratização das oportunidades educacionais como forma de distribuição de renda e de desenvolvimento social - vivia-se a era do pleno emprego e do milagre econômico. Nos anos 80 e 90, a teoria do capital humano sofre ajustes em decorrência da mudança do regime de acumulação do capital - globalização - e da inserção do novo padrão tecnológico de produção e de organização do trabalho - reestruturação produtiva. Conforme discorre Gentili (1998), houve o deslocamento da, em tese, função econômica integradora atribuída à escola para a função econômica de inserção, assumindo a tarefa de educar para o desemprego" (Motta, 2008, p. 3-4).

CAPÍTULO 3. EDUCAÇÃO PÚBLICA EM DISPUTA: A RACIONALIDADE DA HEGEMONIA CAPITALISTA NEOLIBERAL E AS POTENCIALIDADES DE RESISTÊNCIAS CRÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Da abjeção dos métodos da extrema
direita à delicadeza dos rituais do
luto, constatamos que o peso
do que nos oprime
não esmaga
a vitalidade de nossas resistências.
(Paulo Roberto Pires, 2020)

No *Capítulo 2. A hegemonia em face do neoliberalismo e do neoconservadorismo: repercussões sociais e políticas*, inspirada em Benjamin (1987d), apresentei articulações históricas entre séculos no sentido de evidenciar, a partir da apropriação de reminiscências de um passado que, em si, não indica "uma adjacência temporal específica", relampejos de perigo revestidos por uma "relevância e urgência sempre explosiva" que nos deixam em constante estado de alerta no presente (Spiga, 2020, p. 164). Para tanto, refleti teoricamente sobre as influências do nazismo e do facismo, respectivamente, no pensamento, na vida e na morte de Walter Benjamin e Antonio Gramsci; o conceito de luta de classes na perspectiva benjaminiana de forma correlacionada com sua concepção de história e sobre o conceito de hegemonia sob o viés gramsciano; o processo de construção da hegemonia neoliberal - e sua convergência com o neoconservadorismo, a partir das considerações de Harvey; a crueldade da ditadura militar brasileira sob o viés desumano da tortura; o processo de redemocratização do país e os governos de direita que o sucederam; os quatorze anos do Partido dos Trabalhadores - PT na Presidência da República Federativa do Brasil; o contexto do golpe político, parlamentar, jurídico, judicial, econômico, midiático, institucional e misógino contra a Presidenta Dilma Rousseff - PT; a ascensão política da extrema direita reacionária, neoliberal, neoconservadora e neofascista e suas ramificações sociais, educacionais e ambientais.

Ainda sob inspiração de Benjamin (1987d) quando ele nos diz que nem os mortos estão em segurança diante do não cessar de vitórias do inimigo - as classes dominantes que se constituem assim ao longo da história por meio da opressão, da exploração e da destruição, a questão norteadora da pesquisa, a saber, *"De que*

forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?", adquire os contornos necessários para direcionar a análise sobre os processos de privatização que permeiam as políticas públicas educacionais no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais através do Programa Jovem de Futuro que, no âmbito desta pesquisa, é compreendido enquanto um *continuum* dos influxos capitalistas neoliberais na imposição de determinadas relações socioeducacionais nas escolas públicas de Ensino Médio, assim como a potência revolucionária da Educação Ambiental Crítica em ressignificar não apenas as relações socioeducacionais, mas, também, as socioambientais.

Diante da necessidade de posicionar o leitor face à pesquisa supramencionada, a organização deste terceiro capítulo foi pensada a partir de dois subcapítulos.

No subcapítulo *3.1. A epistemologia metodológica: a pesquisa qualitativa, o materialismo histórico-dialético, o território, a escola, os sujeitos e os eixos estruturantes de análise,* justifico o alicerce epistemológico qualitativo da pesquisa por possibilitar a compreensão da realidade educacional em sua complexidade, ambiguidade e densidade simbólica; assumo o posicionamento fundamentado no materialismo histórico-dialético por compreender o dinamismo da realidade social enquanto produto histórico de relações contraditórias entre capital e trabalho, natureza e cultura, dominação e resistência; apresento o território na qualidade de categoria viva e relacional que ultrapassa o espaço geográfico para se constituir em campo de disputas simbólicas, políticas e identitárias; descrevo a escola enquanto microcosmo das contradições do capitalismo neoliberal; evidencio os sujeitos da pesquisa entendidos como protagonistas do processo educativo e produtores de saberes situados; e delimito os eixos estruturantes de análise com base na articulação entre as dimensões educacional e socioambiental.

No subcapítulo *3.2. O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: interfaces político-pedagógicas entre a imposição da racionalidade neoliberal e a construção de horizontes emancipatórios*, discorro sobre os eixos estruturantes de análise a partir de pressupostos teóricos e empíricos relacionados à questão proposta pela pesquisa, sendo eles: parcerias público-privado; ensino médio; capital humano; juventude; meritocracia / competitividade / individualismo;

currículo; qualidade da educação; gestão escolar para resultados; empreendedorismo; crise ambiental; sustentabilidade.

3.1. A epistemologia metodológica: a pesquisa qualitativa, o materialismo histórico-dialético, o território, a escola, os sujeitos e os eixos estruturantes de análise

Mudar,
não é só preciso,
é possível.
(Paulo Freire)

Pensar o caráter científico e social que envolve a pesquisa que ora se apresenta sobre a hegemonia capitalista neoliberal na educação pública e os enfrentamentos possíveis por meio da Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental em uma escola de Ensino Médio da rede pública de MG, pressupõe uma escolha metodológica fundamentada na pesquisa qualitativa (Bogdan, Biklen, 1994; Goldenberg, 2004; Minayo, 2001) e no materialismo histórico-dialético (Löwy, 2005; Vendramini, 2006; Wood, 2003) por não se limitar a um procedimento técnico e sim por expressar uma posição ontológica e epistemológica que reconhece a realidade como um processo histórico, contraditório e em constante transformação.

Concebida por Bogdan e Biklen (1994, p. 20-25) como uma tentativa de "encontrar um remédio para o sofrimento social", a pesquisa qualitativa consiste na aplicação de um "método científico à investigação dos problemas sociais" com o propósito de promover transformações estruturais sustentadas em processos investigativos que enfatizam "as dimensões humanas dos fenômenos estudados", assumindo-se como uma perspectiva de análise que procura apreender a realidade para além de sua aparência imediata, desvelando as relações, mediações e contradições que a constituem e que podem orientar a construção de novas formas de intervenção no mundo. Nesse direcionamento, Minayo (2001, p. 10) destaca que, "para problemas essenciais como a pobreza, a miséria, a fome e a violência, a ciência continua sem respostas e sem propostas", por isso a urgência de se evidenciar uma abordagem científica comprometida com a realidade social e orientada pela necessidade ética e política de compreender o humano em sua totalidade, superando reducionismos e fragmentações típicas das racionalidades hegemônicas construídas pelas classes dominantes. Para a autora, a pesquisa qualitativa preocupa-se

> com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (...) Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região „visível, ecológica, morfológica e concreta, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (Minayo, 2001, p. 20-21).

Ao buscar compreender os fenômenos em sua totalidade concreta considerando as múltiplas mediações que constituem as práticas sociais, políticas, econômicas, ambientais e educativas, o enfoque qualitativo possibilita, no caso em tela, uma abordagem que apreende o movimento real da vida social e os modos como a racionalidade capitalista neoliberal se infiltra nas políticas educacionais, nas práticas pedagógicas e nos discursos institucionais, tensionando o papel da escola pública e dos/as educadores/as. Não se trata, portanto, de descrever aparências ou generalizações ou dados isolados, mas de interpretar os significados, captar os sentidos e revelar as contradições que emergem das experiências vividas pelos sujeitos em suas relações no cotidiano escolar, ou seja, de compreender o seu devir nas tensões entre o que é e o que pode vir a ser, entre a reprodução e a criação / a estrutura e a *práxis*, a partir de uma postura reflexiva e dialógica que implica, necessariamente, em atribuir “maior relevância ao aspecto subjetivo da ação social” e em reconhecer que não há neutralidade na produção do conhecimento (Goldenberg, 2004, p. 49).

Na condição de pesquisadora que caminha sob a luz do materialismo histórico-dialético - perspectiva fundada no pensamento marxiano que contempla “as categorias metodológicas totalidade, historicidade e contradição (...) como elementos fundamentais para a compreensão e análise do objeto de pesquisa no panorama das relações sociais vigentes (...) marcado pela hegemonia do capital” (Maciel, 2019, p. 5), assumo minha historicidade situada na vivência do tempo presente, com classe social determinada - a trabalhadora, assim como a intenção de transformar a prática investigativa a que me propus em um ato político. Esse posicionamento permite analisar a escola como expressão das determinações sociais mais amplas e, simultaneamente, como espaço de possibilidade e

emancipação, visto que a compreensão de que sou parte constituinte da pesquisa rompe com a ilusão positivista da objetividade e admite que todo olhar sobre a realidade - sobre cada gesto humano e sobre cada fragmento do mundo, é mediado por valores, crenças e compromissos ético-políticos. Nesse horizonte dialético, admito, de forma muito cristalina, meu comprometimento com a escola pública, com seus sujeitos e com os princípios da justiça socioambiental de forma apartada de qualquer tipo de neutralidade, uma vez que entendo que o papel da ciência não é adaptar-se às demandas do capital, pelo contrário, é explorar as fissuras que habitam o mundo por ele regido e, a partir delas, semear possibilidades de construção de um novo mundo vivido, pois, assim como Vendramini (2006, p. 125), compreendo “a atividade dos homens como produção da vida que se constitui num ato histórico, portanto, num ato de transformação, num movimento social permeado por contradições”.

A partir do desvelamento das determinações e mediações que estruturam a prática educativa e sua inserção no contexto capitalista neoliberal, os saberes deixam de ser mera reprodução de conteúdo e passam a constituir-se como instrumento de leitura crítica do real a partir da ação consciente que eleva a experiência educativa em *práxis* emancipatória, orientando a formação de sujeitos históricos capazes de agir sobre as condições concretas de suas existências e de intervir, de modo coletivo, na transformação das estruturas sociais, políticas, econômicas, educacionais e ambientais que perpetuam desigualdades desumanizadoras e sustentam relações de dominação que afetam homens e mulheres em seus modos de vida e em suas formas de se relacionar com o mundo. Trata-se, portanto, de reconhecer que a emancipação não se realiza pela simples tomada de consciência individual, mas pela construção coletiva da capacidade de interpretar a própria realidade, organizar interesses e disputar os sentidos da ordem social. É nesse movimento entre conhecimento, organização e ação que se abre a possibilidade de que os sujeitos subalternizados deixem de ocupar uma posição meramente determinada pelas estruturas sociais e se constituam como sujeitos históricos capazes de intervir conscientemente na transformação da realidade. Para tanto, e pensando na emancipação do subalterno na perspectiva gramsciana, Roio (2018, p. 192-193) explicita que

> É preciso conhecer a origem e o desenvolvimento dos grupos sociais subalternos, o seu grau de adesão à ordem existente, a sua capacidade de impor reivindicações próprias, o surgimento de formações dos grupos dirigentes voltados a manter a subalternidade e o surgimento de formações dos grupos subalternos que afirmem os seus interesses dentro da ordem ou que lutem contra a subalternidade.

Compreender os processos históricos que perpassam a constituição dos “esfarrapados do mundo” (Freire, 1987, p. 12) implica reconhecer que toda forma de dominação está enraizada em relações materiais e simbólicas que, ao mesmo tempo que produzem consentimentos, gestam resistências. Desta forma, o percurso metodológico aqui delineado reafirma que pesquisar sob o viés qualitativo é, também, um ato de militância epistemológica que articula teoria e prática no enfrentamento de diversas formas de alienação, exploração, subalternização e naturalização das desigualdades que permeiam tanto as relações sociais quanto as práticas educativas, assumindo o compromisso de interrogar os conhecimentos desprovidos de historicidade e os processos de reprodução da ordem existente, sobretudo quando contribuem para ocultar as relações de poder e impedir a construção de outras possibilidades de existência social. Por sua vez, o materialismo histórico-dialético permite apreender o fenômeno educativo não como realidade estática, autônoma ou isolada, mas como uma dimensão da vida social atravessada pelas relações de produção, pelas disputas de classe e pelas determinações históricas que conformam a sociedade capitalista neoliberal.

Nesse campo de disputas objetivas e subjetivas no qual torna-se possível a aproximação com o fenômeno social pela perspectiva crítica das mediações que correlacionam a particularidade / o vivido - a escola e os sujeitos objeto da pesquisa, à totalidade / ao estrutural - a sociedade capitalista neoliberal, a escola constitui-se como espaço contraditório de reprodução e de resistência no qual se confrontam projetos de sociedade, interesses de classe, concepções de formação humana e diferentes formas de compreender e intervir no mundo. Tal movimento não pressupõe uma relação linear entre estrutura e fenômeno, mas busca compreender como as determinações mais amplas se particularizam no cotidiano escolar e, simultaneamente, como as práticas, experiências, resistências e conflitos produzidos nesse espaço participam da própria dinâmica de reprodução e/ou transformação da totalidade social.

> Considerando que (...) a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante, essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. As ciências sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações (Minayo, 2001, p. 15-16).

Por meio dessa ética da escuta e dessa implicação política, assim como Tozoni-Reis (2008), compreendo as relações entre educação, meio ambiente e sociedade como resultado de determinações históricas que articulam capital e trabalho, natureza e cultura, dominação e resistência. Nesse ínterim, a escola pública torna-se não um espaço dado, mas um território de disputas, de contradições e de criações onde a Educação Ambiental Crítica - enquanto prática teórico-política que problematiza as relações de poder, as desigualdades socioambientais e os processos de mercantilização de todas as esferas da vida humana, encontra condições de se manifestar como força histórica e política capaz de ressignificar saberes, práticas e subjetividades no âmago da construção de alternativas coletivas de resistência e emancipação. Mais do que incorporar conteúdos ambientais ou promover mudanças comportamentais individualizadas, trata-se de problematizar as bases materiais que sustentam a apropriação desigual da natureza, a exploração do trabalho e a produção das desigualdades socioambientais, compreendendo-as como expressões de uma sociabilidade fundada na acumulação e na reprodução do capital passíveis de tensionamento pedagógico à medida que os sujeitos ampliem sua compreensão crítica da realidade a partir de suas próprias experiências, dialoguem e construam coletivamente conhecimentos sobre as questões e os conflitos presentes em seus territórios e fortaleçam a capacidade de participar, intervir e transformar as condições concretas de sua existência.

Para a construção do corpus empírico da pesquisa, foram utilizados dois principais instrumentos de produção de dados: i) análise e interpretação documental - por considerá-las, assim como Lakatos e Marconi (2003, p.167-168), atividades distintas, mas estreitamente relacionadas, uma vez que “a tentativa de evidenciar as

relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores" no ato de analisar reclama a "atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às ilações dos dados discutidos ao vinculá-los a outros conhecimentos (...)" no ato de interpretar; e ii) entrevistas narrativas - por considerá-las uma forma de (re)produzir e (re)significar a realidade a partir do levantamento de informações consistentes que permitam "descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior" da escola (Duarte, 2004, p. 213). Importante ressaltar que ambos foram selecionados devido à potencialidade de revelar dimensões subjetivas - históricas e políticas, intrínsecas nas práticas educativas e nas disputas de sentidos que constituem a escola pública na contemporaneidade, especialmente diante das tensões entre a racionalidade neoliberal, que subordina a educação aos imperativos da eficiência, da produtividade e do controle, e as práticas emancipatórias, que podem emergir das experiências concretas dos sujeitos no ambiente escolar.

A análise e interpretação documental abrangeram o exame de informações oficiais publicizadas pelo IU em páginas de seu *website* e em relatórios virtuais que sistematizam anualmente as ações e as atividades desenvolvidas ao longo do tempo como parte constituinte de seu marketing junto à sociedade - dentre as quais se insere a implementação do PJF, buscando identificar as mediações entre o discurso e a prática da parceria público-privada firmada com o Estado de MG, no período de 2019 a 2024, durante a gestão do NOVO, a partir da compreensão do modo como esses documentos materializam a racionalidade hegemônica capitalista neoliberal. O Projeto Político-Pedagógico da escola pesquisada também foi analisado e interpretado para além de sua simples caracterização institucional (localização, estrutura, número de alunos, níveis de ensino ofertado, dentre outros), pois, embora condicionado pelas diretrizes oficiais e pelas exigências da SEE/MG, constitui-se em um espaço de resistência simbólica onde a comunidade escolar pode inscrever suas memórias, lutas e esperanças, registrando no referido documento as condições materiais necessárias para expressar as intenções formativas da instituição de ensino que repercutem diretamente nos modos de aprender, ensinar e significar o espaço escolar.

Orientada pelo método dialético, a leitura dos documentos permitiu compreendê-los não apenas como produtos discursivos, mas como mediações entre discurso e realidade inscritas nas relações de força que perpassam o

fenômeno estudado e nos projetos de sociedade que as produzem e sustentam. Em consonância com essa abordagem, a análise buscou estabelecer relações entre os conteúdos expressos e as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais que participam da formulação e legitimação das políticas educacionais, interrogando como a racionalidade capitalista neoliberal se materializa na linguagem, nas categorias e nos modos de conceber a educação, o trabalho, os sujeitos e as relações entre Estado e iniciativa privada. A interpretação, por sua vez, procurou atribuir significação mais abrangente às evidências ao articulá-las à totalidade social, evidenciando os mecanismos pelos quais determinadas concepções são naturalizadas como consensos e identificando tensões, fissuras e deslocamentos que emergem no interior dos próprios discursos, os quais, sob a perspectiva da problematização crítica, revelam as disputas em torno dos sentidos de educação e as possibilidades de construção de outros horizontes históricos.

No mesmo direcionamento, as entrevistas narrativas, embora circunscritas a uma realidade microssocial, oportunizaram o acesso às experiências vividas, às condicionalidades e às formas de resistências expressas por uma Inspetora Escolar com vínculo efetivo na SRE/Juiz de Fora, bem como por um Diretor Escolar, uma Professora, um Aluno e uma Aluna pertencentes a uma escola pública da rede estadual que oferta o Ensino Médio no município de Lima Duarte - MG, sendo todos/as os sujeitos assim identificados de modo a preservar o anonimato e assegurar a confidencialidade das narrativas compartilhadas que revelaram a tensão entre a imposição de um modelo educacional orientado pela lógica da performance e as práticas de resistência que afirmam o direito ao conhecimento como instrumento de transformação. Ancoradas na perspectiva dialética, suas vozes, entrelaçadas às experiências que conformam suas trajetórias e ao potencial político e pedagógico de suas vivências cotidianas, viabilizaram o entendimento das entrevistas não como simples fontes de informação (Duarte, 2004), mas como práticas discursivas e políticas que expressam a historicidade das relações sociais e as contradições que permeiam o cotidiano escolar - espaço social em que se entrecruzam capital e trabalho, dominação e resistência, técnica e sentido. Esse movimento se constituiu por meio de momentos de produção compartilhada de conhecimento nos quais pude, na condição de pesquisadora, reconhecer os/as participantes como sujeitos sociais constituídos nas relações que conformam o próprio processo de investigação e transformação frente à rede de significados por

eles/as tecida ao narrarem suas vivências diante da política privatizante do PJF e dos desafios da Educação Ambiental Crítica no contexto escolar.

Como nos ensina Benjamin (1978b), cada narrativa recolhida é um lampejo de humanidade que insiste em interromper o tempo homogêneo e vazio do progresso, onde a palavra compartilhada, a escuta sensível e o diálogo comprometido se transformam em instrumentos de (re)leitura e (re)escrita da realidade. Portanto, as tramas construídas a partir da pesquisa com base no arcabouço teórico mobilizado foram permeadas por cuidadosas ponderações para que não fossem capturadas pela lógica hegemônica que se procurou compreender para, um dia, superar. Como nos alertam Evangelista e Shiroma (2019, p.84),

> Não podemos analisar a política em si, tomando-a em sua lógica interna, autojustificadora, porque não é possível compreendê-la isolada de sua materialidade, da correlação de forças que a produziu. Apartada de suas múltiplas determinações, não podemos encontrar seu sentido, o que, preliminarmente, coloca-nos o alerta de não cairmos na tentação de abstrair o discurso, o texto, o documento, das condições materiais de sua produção. Analisamos documentos, procuramos decifrar, nos textos, os objetivos anunciados ou velados de determinada política para entender como se articulam ou afrontam o projeto hegemônico burguês, como impactam na luta de classes, como colaboram ou dificultam a construção de uma sociabilidade que supere o modo de produção capitalista.

Partindo do pressuposto que conhecer é também intervir e transformar, a conjugação da análise documental e das entrevistas narrativas permitiu articular o plano das experiências vividas ao plano das determinações estruturais no âmago de um movimento contraditório que revela possibilidades emancipatórias inscritas nas práticas educativas e socioambientais, o que favoreceu uma compreensão mais ampla e profunda das formas pelas quais a Educação Ambiental Crítica, na especificidade contextual em que a escola e os sujeitos pesquisados encontram-se inseridos, pode se constituir em *lócus* de resistência e enfrentamento à lógica privatista e mercantil imposta pelo PJF. Esta cinesia, que parte do concreto vivido para retornar a ele de forma mediada, busca desvelar as determinações estruturais e as possibilidades de superação que atravessam o espaço escolar a partir do reconhecimento e da valorização das experiências, das interações, dos afetos e dos sentidos enquanto gesto político de reencontro com o outro e de resistência frente à desumanização das relações capitalistas neoliberais.

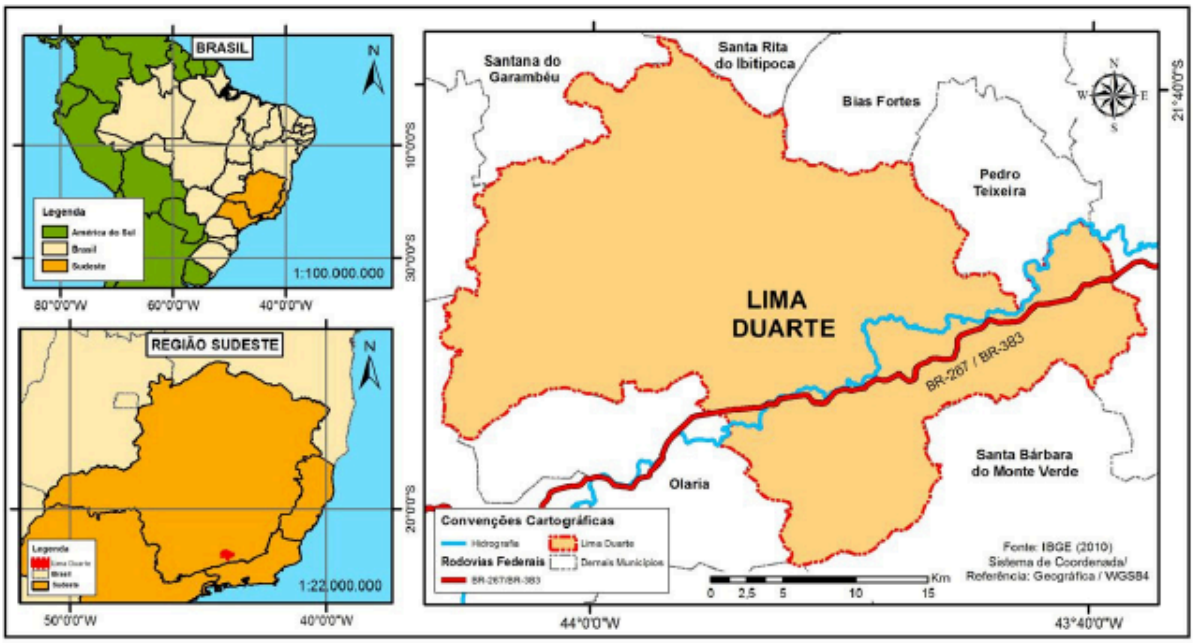
Os ensinamentos de Thompson (1981) nos mostram que o ato de visitar o território investigado é, também, um exercício de escuta e reconhecimento das marcas históricas que atravessam o tempo e o espaço a partir das experiências gestadas por homens e mulheres de carne e osso em uma determinada realidade social que nunca é definitiva - por isso, processual, relacional, histórica e dialética. Concebido a partir do abrigo de memórias, modos de vida, saberes e resistências que interpelam a escola e o currículo, o território configura-se como *lócus* de produção de sentidos e de enfrentamento às desigualdades socioambientais tendo em vista o reconhecimento dos vínculos entre o global e o local, entre as estruturas de poder e as práticas cotidianas de sobrevivência e reinvenção social (Costa, Loureiro, 2021).

Essa é a perspectiva que direcionou a escolha pelo município de Lima Duarte, localizado na mesorregião da zona da mata mineira, na microrregião de Juiz de Fora, cuja caracterização espacial e demográfica permite compreendê-lo como um território marcado pelo entrelaçamento entre rural e urbano marcado por relações ultrapassam a dimensão estritamente geográfica e se inscrevem nas formas de vida, nas práticas socioculturais e nas relações estabelecidas pelos sujeitos com o território. A extensão da área rural, a presença de distritos, vilas e comunidades e sua articulação com a sede municipal conformam uma realidade territorial diversa, na qual diferentes modos de viver, produzir, circular e significar a natureza coexistem e se tensionam. Nessa perspectiva, o território não é compreendido como um espaço neutro ou meramente delimitado administrativamente, mas como uma produção histórica e social, atravessada por relações de poder, formas de apropriação da natureza, desigualdades e experiências coletivas. É nesse território vivido e contraditório que a escola se insere e no qual a Educação Ambiental Crítica encontra condições concretas para problematizar as relações entre sociedade, natureza, trabalho, cultura e vida.

> Com uma área de 848.564 m², o município é subdividido em quatro distritos: Sede, Conceição do Ibitipoca, São Domingos da Bocaina e São José dos Lopes, além de vilas e povoados rurais, sendo eles: Capitães, Capoeira Grande, Capoeirão, Manejo, Mogol, Monte Verde, Orvalho, Palmital, Rancharia, Rosa Gomes, Souza e Várzea do Brumado. Os municípios limítrofes são: Juiz de Fora, Pedro Teixeira, Bias Fortes, Santa Rita de Ibitipoca, Santana do Garambéu, Andrelândia, Bom Jardim de Minas, Olaria, Santa Bárbara do Monte Verde. (...) Segundo dados do IBGE (2010), a população possui

16.786 habitantes, sendo 3.786 residentes da zona rural e 12.363 residentes da zona urbana. Todavia, por ser um município com uma população pequena, os aspectos comunitários rurais e urbanos se entrecruzam nos diferentes espaços socioculturais, sendo a área rural extensa quando comparada com a parte urbanizada (Silva, 2018, p. 67-68).

FIGURA 1. LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LIMA DUARTE - MG



Fonte: Marques Neto *et al*., 2014, p. 136.

Com a criação do Parque Estadual do Ibitipoca no ano de 1973 - uma das unidades de conservação mais icônicas de Minas Gerais, o município de Lima Duarte vivencia a implementação de um projeto desenvolvimentista de revitalização da economia por meio do turismo nacional e internacional que converte a paisagem natural da serra em espetáculo mercadológico e em promessa de renda num território historicamente marcado pela exploração colonial e pela consolidação de relações assimétricas de poder. Desse modo, o impulsionamento econômico local através do turismo ambiental não apenas dinamiza a economia, mas reconfigura a paisagem natural em um território atravessado por disputas socioambientais; intensifica pressões sobre os recursos naturais e sobre os serviços públicos essenciais; acentua processos de gentrificação e mercantilização do território; estabelece nexos ambíguos entre conservação da biodiversidade e especulação imobiliária; reproduz tensões entre os interesses das comunidades tradicionais e os

interesses empresariais; expõe os limites da retórica da sustentabilidade diante das desigualdades materiais, simbólicas e territoriais que estruturam a região; e redefine trajetórias socioculturais ao expor e tensionar a dicotomia entre preservação e exploração, assim como entre a identidade local - historicamente produzida e a lógica turística - que opera pela circulação acelerada de visitantes.

Com uma configuração territorial, econômica, social, ambiental e cultural que expressa as contradições típicas do modo de produção capitalista - presença marcante da monocultura de eucalipto, concentração fundiária, pressões mercantilizadas do turismo ambiental e imposição de políticas neoliberais na educação pública (Silva, 2018), Lima Duarte - MG delineia um cenário onde o passado e o presente se entrelaçam em disputas simbólicas e materiais. Nessa paisagem em que o progresso ecoa como tempestade - para lembrar Benjamin (1987b), também afloram vozes que resistem, reinventam e recontam suas narrativas a partir das margens, tornando o chão vivido da escola em espaço de memória, luta e esperança que marcam o território no qual heranças de desigualdade social e expressões de solidariedade comunitária convergem para essa tessitura histórica. Em termos benjaminianos, a escola pública pesquisada pode ser considerada como uma imagem condensada de totalidade, um fragmento do real que contém dentro de si o todo social, ou seja, uma “mônada”, pois, para o autor:

> Pensar não inclui apenas o movimento dos pensamentos, mas também sua imobilização. Quando o pensamento pára, bruscamente, numa constelação saturada de tensões, ele lhe comunica um choque, através do qual essa constelação se cristaliza numa mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico somente quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. (...) O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu interior o tempo, como sementes preciosas, mas, insípidas (Benjamin, 1987b, p. 231).

Inserida nesse território, o processo de caracterização da escola pública pesquisada, cuja identidade será aqui resguardada[246], mais do que a descrição de

[246] No município existem 04 (quatro) escolas estaduais, cada uma marcada por singularidades relativas aos níveis e modalidades de ensino, ao perfil e quantitativo de alunos e aos projetos pedagógicos em curso, sendo que, em razão dessa heterogeneidade

um espaço físico ou institucional, refere-se à compreensão do espaço escolar em sua densidade histórica, social e simbólica - um lugar onde se entrecruzam projetos de formação humana, disputas de sentido e práticas pedagógicas atravessadas pelas contradições do tempo presente. Ao refletir tanto a influência das políticas neoliberais - materializadas em programas de gestão empresarial como o PJF, quanto as resistências silenciosas e criativas que emergem nas práticas pedagógicas e nas ações coletivas dos sujeitos, torna-se possível compreendê-la não apenas como aparelho ideológico do Estado, mas também como espaço de travessia, onde o conhecimento pode se converter em consciência crítica e libertadora (Freire, 1987).

Nesse percurso, a leitura crítica de seu Projeto Político Pedagógico, de forma associada às narrativas dos sujeitos que a habitam, permitiu entrever os movimentos, silêncios e resistências que dão corpo e alma à escola enquanto espaço de luta, memória e produção de saberes socialmente significativos no interior de um microcosmo cujas tensões mais amplas da sociedade capitalista neoliberal atravessam ideologicamente as relações socioeducacionais e socioambientais (Loureiro, 2007; Saviani, 2011). No interior do documento, considerado um instrumento político e não apenas administrativo, evidenciam-se marcas da racionalidade neoliberal que valorizam a eficiência, a competitividade, os indicadores de desempenho e a perspectiva conservacionista e pragmática de Educação Ambiental. Entretanto, emergem também brechas discursivas que apontam para o conhecimento como prática de liberdade, sendo que deslocar o olhar investigativo para além do texto formal de forma a alcançar as práticas, discursos e silêncios que o constituem foi o que me propus a fazer (Freire, 1987; Saviani, 2021).

Fundamentado em Gramsci, Maciel (2019) esclarece que o reconhecimento dos determinantes sócio-históricos que corroboram para a construção de uma dada visão de mundo em cada época, assim como a identificação do estrato social a que serve o conhecimento produzido e transmitido em cada tempo, constituem premissas singulares no processo de luta pela transformação social. Nesse direcionamento, os eixos estruturantes de análise foram definidos com base na articulação entre duas dimensões interdependentes: a dimensão educacional, que

---

institucional, a inclusão de qualquer detalhamento adicional resultaria na identificação da escola pesquisada.

problematiza o papel da escola frente às políticas de privatização e controle; e a dimensão socioambiental, que evidencia as contradições do modelo de desenvolvimento baseado na degradação da natureza e na reprodução das desigualdades e injustiças socioambientais.

Esses eixos orientam o percurso analítico da pesquisa, mantendo coerência entre o referencial teórico, o método e os objetivos propostos, sendo eles: **parceria público-privado**: por aproximar a educação pública da lógica empresarial e ampliar a participação do mercado na definição das políticas educacionais alinhadas aos interesses do capital; **ensino médio**: por consistir na etapa estratégica de formação humana cooptada pelo PJF e tensionada tanto pela reprodução da força de trabalho quanto pela adaptação produtiva em resposta às demandas do mercado; **capital humano**: por converter a educação em investimento individual subordinado à flexibilidade, à produtividade e à empregabilidade, reduzindo o sujeito à mera condição de recurso econômico em detrimento da construção de processos de emancipação social; **juventudes**: por serem compreendidas como força social em disputa, ora vista como potencial mercadológico produtivo, ora como sujeito de resistência e transformação social; **meritocracia**: por configurar o pilar ideológico que naturaliza a competitividade e o individualismo em um movimento de fragmentação dos vínculos coletivos e solidários no interior da escola; **currículo**: por representar um campo de poder em constante disputa simbólica que, ao mesmo tempo que reproduz a hegemonia neoliberal, afirma saberes críticos; **qualidade da educação**: por ser um conceito capturado por métricas mensuráveis de desempenho e eficiência, descolado da dimensão ética, social e humana da aprendizagem; **gestão escolar para resultados**: por corresponder a um modelo gerencial que subordina a escola a metas e indicadores, reduzindo o processo educativo à produtividade, ao controle e à responsabilização segundo racionalidades empresariais; **empreendedorismo**: por transformar autonomia, flexibilidade e autogestão em respostas individualizadas à precarização do trabalho, transferindo aos sujeitos a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso diante do ocultamento das determinações estruturais das desigualdades sociais; **crise ambiental**: por manifestar as contradições e as injustiças socioambientais produzidas pelo modelo de acumulação capitalista neoliberal que transforma a natureza, o trabalho e o ser humano em mercadorias descartáveis; **sustentabilidade**: por simbolizar um termo cooptado pelo mercado, frequentemente

esvaziado de seu potencial crítico, mas que ainda é capaz de inspirar práticas de resistência ecológica e social.

Inspirada no gesto benjaminiano de recolher fragmentos para recompor o mosaico da história, a pesquisa se debruçou na busca por interpretar os sentidos que emergem das narrativas e experiências concretas das vozes que habitam a escola - sejam escritas, sejam faladas, no âmago de um processo de apreensão da realidade educativa em sua complexidade dialética, como prática social viva, contraditória e inacabada, que revela a densidade humana e política do ato de educar frente à possibilidade de uma nova história construída a partir das margens. Nesse movimento, escutar os fragmentos do vivido significa também restituir visibilidade àquilo que as narrativas hegemônicas silenciam, reconhecendo, nas experiências cotidianas da escola, possibilidades de resistência, de criação e de transformação da realidade.

3.2. O Programa Jovem de Futuro e a Educação Ambiental Crítica: interfaces político-pedagógicas entre a imposição da racionalidade neoliberal e a construção de horizontes emancipatórios

Privatizaram sua vida,
seu trabalho,
sua hora de amar
e seu direito de pensar.
É da empresa
o seu passo em frente,
seu pão e seu salário.
E agora, não contentes,
querem privatizar o conhecimento,
a sabedoria, o pensamento,
que só à humanidade pertence.
(Bertolt Brecht)

O Programa Jovem de Futuro - PJF, idealizado e implementado pelo Instituto Unibanco - IU enquanto organização privada originária dos preceitos do mercado financeiro com maior capilaridade e abrangência no cenário educacional brasileiro (Venco *et al.*, 2021), é "um programa de gestão voltado para as redes estaduais" configurado a partir de uma **parceria público-privada** orientada, segundo definição própria, para "o aprimoramento das práticas de gestão e liderança nas escolas, nas regionais de ensino e nas secretarias de educação, com o objetivo de contribuir para a melhoria da aprendizagem, o aumento nas taxas de conclusão e a redução das desigualdades no Ensino Médio"[247]. Em seu *website*, podemos encontrar a forma atual como o IU se auto vangloria pelo desempenho do PJF em mais de uma década de atuação a partir da formação de parcerias "com governos de matizes político-ideológicas, contextos e desafios distintos, sendo necessário muito aprendizado e aperfeiçoamento contínuos para que o programa pudesse se manter útil e alinhado ao seu objetivo final de contribuir para uma educação pública de qualidade para todos"[248].

---

[247] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/especiais/colecao-jovem-de-futuro/>. Acesso em: 09 mar. 2024.
[248] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/especiais/colecao-jovem-de-futuro/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

> Longe da filantropia e sem assumir papeis que substituam ou se confundam com a ação do Estado, o Instituto Unibanco concentra sua ação no estabelecimento de parcerias público-privadas que contribuam para melhorar a ação dos governos em suas políticas sociais e principalmente a educação. (...) Transferir a expertise empresarial de transformar conhecimento em técnica e ter a técnica a serviço da produção de resultados sociais é o que de melhor o empresariado pode oferecer como apoio (Instituto Unibanco, 2009, p. 16).

Em um contexto histórico de redefinição do papel do Estado face aos direitos sociais que se materializam em políticas públicas, Ball (2004, p. 1.106) caracteriza a eflorescência de agentes sociais privados no campo educacional como um “acordo político do pós-Estado da Providência”, posto que o movimento de passagem da maximização geral do bem-estar social para a promoção da competitividade e da lucratividade empresarial/mercantil, ao provocar o deslocamento das fronteiras instrínsecas entre o público e o privado - ainda que de modo turvo e dissonante em um processo de contínua e ininterrupta fricção, constitui “redes políticas” que atuam na construção de novas formas de “governamentabilidade” e “sociabilidade” - contraditas e voláteis em si, mas com implicações para o Estado, para o capital, para as instituições públicas e para os/as cidadãos/cidadãs.

Nesse ínterim, destaca-se a Terceira Via, uma das estratégias capitalistas - tal como o neoliberalismo (defesa da livre concorrência e do Estado mínimo), a globalização (mudança nos mercados mundiais) e a reestruturação produtiva (alteração dos postos de trabalho e das concepções de gestão), para superar “a crise estrutural do modo de reprodução sociometabólica do capital” (Mészáros, 2011, p. 4). Apesar de não reconhecer a existência, a natureza e a complexidade da crise que estende no tempo histórico sua fase declinante - sob a falsa aparência de normalidade, sustentando-se, tão somente, pela destrutibilidade do todo que provoca e, inclusive, pela auto destrutibilidade (Mészáros, 2011), a Terceira Via busca reestruturar política e economicamente questões inerentes à social-democracia para naturalizar “a retirada do Estado da execução direta das políticas sociais universais, a ênfase no lucro, a mercantilização da sociedade e a consequente desigualdade social” (Peroni, 2013, p. 235). Com esse intuito, a responsabilidade por determinadas políticas públicas é atribuída para a sociedade civil sem fins lucrativos, especialmente para o terceiro setor - caracterizado como o público não governamental que não carece de controle institucional, efetivando,

dessa forma, um novo tipo de relação do mercado com o Estado através do que se denomina parceria público-privada - PPP (Balduino, 2020; Fiera, 2019; Giddens, 2001; Peroni, 2013). Para o IU,

> Contribuir para o aumento de efetividade de políticas públicas depende necessariamente do estabelecimento de parcerias público-privadas. Nesse modelo, interagem setores de governo e da sociedade civil para a consecução de metas comuns pactuadas. Não acreditamos na possibilidade de desenvolver projetos de forma apartada do sistema público de ensino, e depois oferecer um produto acabado para ser adotado como política pública. Partimos da premissa de que, somente um processo de implantação parceira, em que os princípios ou tecnologias são avaliados e aperfeiçoados em ação conjunta, pode gerar as condições para transformá-los em políticas públicas. As parcerias firmadas entre Instituto Unibanco e Secretarias Estaduais de Educação nos projetos Jovem de Futuro e Entre Jovens têm apresentado resultados bastante satisfatórios. O modelo de parceria público-privada traz algumas vantagens em relação aos demais modelos, já que tem melhor relação de custos e cobertura (abrangência do projeto), promovendo para o Instituto Unibanco, além do aumento do impacto das ações, uma maior possibilidade de contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à juventude (Instituto Unibanco, 2008, p. 10-11).

Por meio desta “nova sinergia entre os setores público e privado utilizando o dinamismo dos mercados” (Giddens, 2001, p. 109), diferentes matizes de privatização da educação pública adquirem contornos a partir da utilização do termo ‘parceria’ - a exemplo dos contratos de gestão e dos termos de cooperação e, mesmo que a propriedade permaneça pública, o conteúdo da gestão é privado, condição esta imprescindível para a incorporação de metas e definição de diretrizes que subordinam a educação ao capital (Fiera, 2019). Adrião (2018) entende que o propósito implícito na expressão ‘parceria público-privada’ é, justamente, a camuflagem da privatização dos processos educacionais que se encontra em voga na realidade brasileira, haja visto que, em um primeiro momento, o termo *parceria* preconiza uma colaboração horizontalizada entre o público e o privado, porém, na prática, é a verticalidade que se efetiva devido às incidências privatizantes de sujeição, subalternidade e subjugação do público aos interesses lucrativos do setor privado via PPP.

Com essa perspectiva, empresários, grupos econômicos, instituições financeiras e organismos multilaterais tecem as “redes políticas” (Ball, 2004, p. 1.106) para influenciar a legislação em seus mais variados domínios e condicionar

os orçamentos dos governos, das empresas e dos indivíduos, definindo os rumos da educação pública em um cenário de conformação à minimização dos direitos sociais a partir de um discurso que coopta conceitos caros às lutas sociais - como a melhoria da qualidade da educação, para garantir a hegemonia capitalista alicerçada tanto no consenso - direção moral e intelectual em torno de um projeto, quanto na coerção - força de uma classe sobre outras classes (Gramsci, 2017; Peroni, 2013).

Importante ressaltar que “o caráter antagônico das classes sociais no capitalismo nasce da subordinação das relações sociais em relação ao processo de valorização do capital”, uma vez que as prioridades capitalistas sempre foram, e são, “a extração de mais-valia na produção de mercadorias e nos serviços” e, no tocante à educação, em nada se difere (Fiera, 2019, s.p.). Na qualidade de parte integrante da estrutura sociometabólica do capital, é histórica a atuação do Estado no controle e na regulação tanto das contradições do próprio capital quanto das contradições da relação capital x trabalho, sempre no sentido de atender os interesses do capital produtivo e financeiro nos momentos de maior instabilidade, atuação esta que não condiz com o Estado mínimo propagado e defendido pelo neoliberalismo pois, na prática, “é o Estado máximo para o capital e mínimo para as políticas sociais” com impactos profundos no modo de vida da sociedade (Peroni, 2013, p. 237).

Não obstante, no âmago desse processo de correlação de forças imbricadas em uma “crise que afeta a totalidade de um complexo social em todas as suas relações com as partes constituintes, assim como outros complexos aos quais está vinculada” (Mészáros, 2011,p. 4), a teoria neoliberal preconiza que a culpabilização pela crise - oscilações econômicas que ocasionam redução da taxa de juros, recaia sobre uma suposta ineficácia, ineficiência e inefetividade do Estado Democrático por, em tese, utilizar recursos em abundância para atender as demandas sociais e regulamentar a economia desestabilizando a livre iniciativa e a livre concorrência. Segundo Peroni (2013, p. 243), a Terceira Via ratifica essa narrativa uma vez que o processo de privatização da educação pública pelo terceiro setor via PPP, ao propagar discursividades falaciosas sobre o envolvimento da sociedade civil como um todo, quando, na verdade, “as suas instituições representativas, como sindicatos, movimentos sociais e partidos, estão sendo arrasados como parte da estratégia neoliberal”, fortalece a hegemonia financeira de determinados sujeitos e

determinados grupos da sociedade civil comprometidos, tão somente, com a defesa de seus próprios interesses econômicos privados.

> Assim, o terceiro setor passa a falar em nome da sociedade; mas, questionamos, que sociedade? Estado e sociedade civil não são abstrações, e a questão central permanece sendo a classe social. No exemplo acima, ressaltamos que representantes do empresariado, e não dos movimentos vinculados às lutas sociais, foram chamados para ser a sociedade civil em um conselho que vai definir a gestão das políticas públicas. Outra questão importante é que a gestão não é técnica, mas política, e aparece como técnica nos argumentos do governo e dos empresários sobre qualidade e eficiência com a lógica do mercado na gestão pública (Pires e Peroni, 2010). Portanto, quando as instituições do terceiro setor, por meio das parcerias, pretendem "qualificar" o serviço público, a proposta de qualidade não é neutra: são concepções de sociedade em disputa (Peroni, 2013, p. 246).

Nesse direcionamento, concordamos com Fiera (2019) ao afirmar que o debate sobre a qualidade da educação no âmbito da administração pública provocado pela sociedade civil via terceiro setor, através da logicidade do novo arcabouço jurídico que se materializa na PPP[249], restringe-se ao entendimento da burguesia sobre o que é qualificável para o capital e sobre como alcançá-lo, sendo que "o caráter público da educação, e sua ineficiência, funciona como exterior constitutivo que cria um entrecruzamento de demandas em torno de reformas marcadas pela lógica do mercado" cujos preceitos são apresentados como "a solução para os problemas criados pela má gestão do setor público" (Macedo, 2014, p. 1.538). Segundo Ball (2012), a convergência entre os setores público e privado por meio da PPP na importação das formas de ação empresarial para a gestão de bens públicos como a educação não configura, como antes, o financiamento de projetos públicos e sim a criação e a gestão de projetos privados próprios a serem implementados em espaços públicos, ignorando o fato de que "a educação é um bem público e, como tal, precisa ser gerido" (Macedo, 2014, p. 1.545).

Ao nos defrontarmos com as novas estratégias do capital para manter-se e reproduzir-se via PPP, concordamos com a reflexão de Peroni (2013, p. 246) ao explicitar que, em pleno governo Dilma Rousseff - PT, contraditoriamente à ideologia progressista do partido, foi aprofundada a concepção de gestão baseada em

[249] Através da Lei nº 11.079/2004 (Brasil, 2004), durante o primeiro mandato do Presidente Lula - PT, foram instituídas normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública no Brasil.

“princípios do quase-mercado” com a criação, em 2011, da *Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade*, presidida por Jorge Gerdau Johannpeter, do Grupo Gerdau, “empresário brasileiro que vem fazendo uma verdadeira cruzada para que a lógica de mercado seja incorporada na gestão pública”, do mesmo modo que os empresários, na qualidade de sujeitos individuais e coletivos (Thompson, 1981), que possuem forte ligação com o sistema financeiro e defendem a implementação de projetos vinculados ao ideário da classe social à qual pertencem por meio “da legitimidade, da abrangência e do financiamento próprio de políticas públicas” - a exemplo do Unibanco, hoje Banco Itaú (Sandri e Silva, 2019, p. 33).

Fundado em 1982 para promover as ações e os investimentos sociais do Unibanco - ao que tudo indica, fragmentadas em si devido ao apoio a projetos de terceiros de diferentes áreas, em 2002, início do primeiro mandato do governo Lula - PT na Presidência do Brasil, o IU anuncia o foco de sua atuação na área educacional justificando sua escolha com base no entendimento de que a falta de acesso à educação não era o principal problema a ser resolvido e sim “a má qualidade do ensino ofertado”, o que tornava ineficiente “os pesados investimentos públicos no setor” frente à condição que perpetuava a “exclusão social dos pseudo-educandos” (Instituto Unibanco, 2003, p. 6). Visando ser reconhecido como uma referência educacional por “agregar valor à causa social” diferenciando-se “pela qualidade, impacto e multiplicabilidade dos projetos apoiados” (Instituto Unibanco, 2003, p. 7), o IU começa a desenvolver projetos próprios na área e, em 2007, o seu eixo de atuação passa a concentrar-se no **Ensino Médio**. Decorrente de “uma reflexão sobre a urgente necessidade de soluções para os jovens no país, sobretudo os pertencentes às camadas menos favorecidas da população”, o foco no Ensino Médio é justificado pelo IU por ser esta “a etapa da educação que concentra os maiores desafios, refletidos nos baixos índices de aprendizagem e nas altas taxas de abandono e evasão escolar”[250] e, por isso, intenta “aumentar o número de jovens que concluem com sucesso o grau médio de ensino e fomentar o acesso à universidade e ao mercado de trabalho” (Instituto Unibanco, 2007, p. 15).

Nesse movimento de disputa pela construção de projetos societários antagônicos a partir do viés da educação, a relevância do Ensino Médio perpassa tanto os condicionamentos históricos das juventudes que necessitam ser

[250] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

consideradas em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias articuladas em uma pluralidade de atravessamentos sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos, quanto o processo de formação intelectual e moral dessa categoria de sujeitos para o mundo do trabalho e para a prática social[251], ambos com implicações na edificação de uma sociedade que, a cada dia mais, precisa preconizar a justiça social. Na perspectiva de Adorno (2010, p. 155) e de Macedo (2019a, p. 1.011), a justiça social é compreendida como a necessidade urgente de "desbarbarizar o mundo" e, para os autores, o único caminho possível a ser percorrido é através da corrosão da hegemonia da racionalidade neoliberal que se encontra enraizada nas mais diversas esferas da vida social, sendo importante refletir sobre os condicionamentos desse enraizamento nas concepções de trabalho e de currículo que pulsam no Ensino Médio a partir das nuances do público e do privado.

Para Saviani (2018, p. 788), o entendimento do trabalho como princípio educativo pressupõe tratar, de forma explícita e direta, o modo como o conhecimento se correlaciona com o trabalho em um contexto pedagógico de unificação e integração, e não de segregação e fragmentação da última etapa da Educação Básica, pois

> já não basta dominar os elementos básicos do conhecimento, que resultam e, ao mesmo tempo, contribuem para o processo de trabalho na sociedade, como é o caso do Ensino Fundamental. Ao Ensino Médio cabe explicitar como a ciência, a potência espiritual, se converte em potência material no processo de produção. E tal explicitação deve envolver o domínio não apenas teórico, mas também prático. O horizonte que deve nortear a organização do Ensino Médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas produtivas e não o mero adestramento técnico. Tal concepção implica a generalização do Ensino Médio como formação necessária para todos, independentemente do tipo de ocupação que cada um venha a exercer na sociedade.

Nessa acepção, o tensionamento teórico, ideológico e metodológico sobre o sentido do trabalho no Ensino Médio e que, historicamente, deságua sobre os/as jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, converge para a concepção de currículo enquanto política pública nacional a partir de um imbricamento que permite

[251] Expressões contidas no § 2º do Art. 1º da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

a eclosão da “preponderância do privado sobre o público com efeitos na formação dos indivíduos e na gestão escolar” (Sandri, 2019, p.28), evidenciando o processo intrínseco à racionalidade neoliberal de “comodificação da educação”, ou seja, de mercadorização ou de mercantilização da educação (Macedo, 2019a, p. 1.105). Saviani (2018, p. 788) também aborda essa questão e esclarece que

> De fato, como assinala Marx na abertura d’O Capital, “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 1968, p. 41). Assim sendo, a tendência do capitalismo é converter tudo em mercadoria, como já fora antes formulado no Manifesto do Partido Comunista (MARX; ENGELS, 1968, p. 25): a burguesia “afogou os fervores sagrados do êxtase religioso (...) nas águas geladas do cálculo egoísta” e “fez da dignidade pessoal um simples valor de troca”.

Sob a égide de interesses privados que se materializam na educação através da atuação do terceiro setor, o currículo do Ensino Médio, depositário da logicidade neoliberal, tanto em governos da direita quanto em governos da esquerda, embora em graus tenuemente diferenciados, é subjugado aos desígnios do capitalismo financeiro frente ao imperativo da exigência de formação profusa de uma mão de obra dócil, técnica e de baixo custo que seja adequada ao modo de acumulação flexível para atender as necessidades do mercado globalizado (Caetano, 2015; Macedo, 2019a; Saviani, 2018). Longe de se remeterem à consolidação unificada e integrada da formação geral básica de todos/as os/as estudantes do Ensino Médio enquanto premissa “pública, democrática, unitária, politécnica, omnilateral e emancipatória” vinculante à ideia de nação, as reformas e contrarreformas curriculares da etapa final da Educação Básica, via de regra, fundamentam-se na dualidade estrutural do ensino e apresentam retrocessos quanto à articulação entre o ensino propedêutico (destinado aos/às estudantes - filhos e filhas da burguesia, por prepará-los cognitivamente para dar continuidade aos estudos posteriores no decurso de um processo de formação de mão de obra qualificada) e o ensino profissional (destinado aos/às estudantes - filhos e filhas do proletariado e do subproletariado, por prepará-los tecnicamente para ingressar no mercado de trabalho no decurso de um processo de formação de mão de obra precarizada) (Minuzzi *et al*., 2022, p. 1).

Como observado, a segregação e a fragmentação impressas nas políticas públicas curriculares para o Ensino Médio, ao reproduzirem as contradições históricas entre capital e trabalho, delineiam caminhos educacionais diferenciados para os/as jovens a partir da perspectiva da classe social tendo em vista os postos antagonistas estabelecidos segundo a divisão social do trabalho que, por sua vez, apartam o verso da exploração do anverso dos explorados (Minuzzi *et al*., 2022). O caráter economicista da narrativa que coloca a educação a serviço do desenvolvimento econômico - e aqui nos deparamos com a interrogativa *desenvolvimento econômico para quem?*, manifesta-se também na engrenagem meritocrática que define contornos reducionistas para as avaliações nacionais centralizadas doravante a imposição de parâmetros de qualidade prescritos e circunscritos pela racionalidade neoliberal no bojo de um complexo errático - tanto por ações quanto por inações, que apenas justificam as desigualdades e acentuam as injustiças sociais (Fávero *et al*., 2022).

À vista do envolvimento de organismos multilaterais - nacionais e internacionais, na produção de relatórios diagnósticos e analíticos que orientam a formulação de políticas públicas educacionais, na construção de dados definidores de princípios, diretrizes, prioridades e metas educacionais e no fomento e produção de plataformas voltadas às políticas de ensino e à gestão educacional - a exemplo da ONU, da OCDE, da OMS, do BIRD, do FMI, da OMC e da Unesco, evidencia-se a fabricação e disseminação de uma retórica ancorada na **teoria do capital humano** que, intencionalmente, produz sentidos, afeta relações sistêmicas e aloca estratégias em marcos regulatórios discursivos que estabelecem, de forma estereotipada, uma analogia entre o “apagão de mão de obra” e o “apagão de capital humano”. Esse movimento desprovido de base empírica que o sustente, senão enquanto “constructo político e ideológico” orientado pela instrumentalidade, pela adequação e pelo consenso no redesenho de uma nova sociabilidade (Corte *et al*., 2018; Monteiro, 2014, p. 74), nos remete ao posicionamento de Monteiro (2014, p. 215-216) sobre a atuação do IU no Ensino Médio, com o qual concordamos:

> Diante do diagnóstico de que há uma ‘crise do ensino médio’ e que ela se deve ao alto índice de evasão e falta de oportunidades no mercado de trabalho que advém dessa realidade, o IU se manifesta. Juntamente com seus parceiros representados por integrantes governamentais, representantes de organismos internacionais, empresários e investidores sociais, propõe-se a contribuir para

> resolver este problema e ‘trazer luz ao apagão de capital humano’ através das suas tecnologias e metodologias educacionais.

Em sua pesquisa sobre o PJF no contexto da privatização da educação em Minas Gerais, Brito (2022) explicita que a razão legítima que levou o IU a definir o foco de sua atuação na área da educação - em especial no Ensino Médio, não consistia na melhoria da propalada qualidade do processo de ensino e aprendizagem dos/as estudantes da última etapa da Educação Básica e sim na expansão do potencial de competitividade das empresas com “responsabilidade social” integrantes do seu conglomerado financeiro a partir de investidas tecnológicas - como se a educação fosse um grande negócio com vistas à competitividade global e não um direito social. No momento em que o PJF se propõe a elevar indicadores de aprendizagem e índices quantitativos de jovens concluintes do Ensino Médio, o propósito real do empresariado perpassa a formação de capital humano através da disseminação da cultura privatista e mercadológica nos mais diversos espaços sociais - como a escola, para atender às necessidades das empresas na sanha infindável pela legitimação do desenvolvimento econômico na sociedade capitalista neoliberal a partir da reprodução de sua hegemonia.

Frigotto (2011, p. 38) nos esclarece que a teoria do capital humano alicerçada nos estudos do economista Theodore Schultz na década de 1950 sustenta a ideia de que “o trabalho, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital” e esse capital - humano, quanto mais qualificado, mais produtivo, sendo que daí decorre a defesa da existência de uma relação intrínseca entre a escolarização formal da população e o crescimento econômico do país que, por sua vez, atribui à educação lugar de relevância na sociedade capitalista para a geração de riqueza individual e coletiva e, ao mesmo tempo, justifica as diferenças referentes à empregabilidade, à produtividade, à renda e à mobilidade social. Todavia, alinhada à concepção que reduz o homem à sua dimensão econômica enquanto condicionante para a inserção no mercado de trabalho, subjaz a essa teoria a percepção de que a qualificação do trabalho humano está, cada vez mais, intimamente dependente da expansão dos lucros, o que significa dizer que, não havendo lucro, por mais escolarizado que o/a trabalhador/a seja, o seu trabalho certamente será desqualificado, sendo que essa responsabilidade por um eventual sucesso ou fracasso em sua atuação no mercado

de trabalho recairá, única e exclusivamente, sobre o/a trabalhador/a enquanto indivíduo, interpretação esta que escamoteia a relação de dominação e de exploração que a burguesia - proprietária dos meios de produção, exerce sobre o proletariado e o subproletariado enquanto condição *sine qua non* para a manutenção da ordem vigente fundamentada na desigualdade abissal entre as classes sociais (Mello *et al*., 2024).

Em 2008, em meio à crise econômica do capitalismo global, tem-se a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco mediante incorporação de ações para uma companhia aberta denominada *Itaú Unibanco Holding S.A.*, atualmente *Banco Itaú Holding Financeira S.A.*[252], cujos investimentos sociais alcançaram o valor aproximado de R$ 159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões) (Brito, 2022). Nesse mesmo ano, tem-se início o projeto piloto do PJF em 197 (cento e noventa e sete) escolas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo através da oferta de "assessoria técnica, programas de formação, análises de dados e apoio de sistemas tecnológicos para impactar o aprendizado dos estudantes"[253] a partir de uma estratégia metodológica que separava as escolas em dois grupos, tornando possível, segundo o IU, uma avaliação mais fidedigna do impacto do PFJ através da análise comparativa dos resultados: o "grupo de tratamento" - que abrangia as escolas que implementaram o PJF naquele momento e o "grupo de controle" - que continha as escolas que implementariam o PJF

---

[252] "O Itaú e o Unibanco se fundiram no ano de 2008, formando o maior banco privado do Brasil e o maior conglomerado financeiro do hemisfério sul, com poder econômico de competir no cenário internacional com os grandes bancos mundiais. Segundo as instituições financeiras, "a fusão é resultado de uma forte identidade de valores e visão convergente de futuro", uma vez que o novo banco iniciou suas ações com um total de R$ 575 bilhões em ativos e patrimônio líquido em torno de R$ 51,7 bilhões. Com aproximadamente 4,8 mil agências e 14,5 milhões de clientes de conta corrente, passou a representar 18% da rede bancária, ou seja, 18% em volume de crédito do mercado." Os elevados volumes de ativos, patrimônio, crédito e clientes não representam apenas a magnitude de uma instituição bancária, mas expressam a concentração de poder econômico que sustenta sua inserção em diferentes dimensões da vida social. Nesse contexto, a atuação do IU no campo educacional não pode ser dissociada da estrutura econômica e institucional do grupo ao qual está vinculado. Sua presença na educação pública, portanto, requer uma análise que ultrapasse o discurso da responsabilidade social e da convergência de valores, interrogando as concepções de educação, gestão e formação humana que orientam suas iniciativas. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2008/11/03/internas_economia,45643/itau-unibanco-tera-sexto-maior-valor-de-mercado-das-americas.shtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.

[253] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

somente após a conclusão da execução das ações pelo primeiro grupo (Henriques *et al.*, 2020). De forma concomitante, o Relatório de Atividades anual publicado pelo IU justificava sua atuação:

> A urgência em melhorar a qualidade da educação, o acesso dos jovens à escola e contribuir para o aumento de seu capital humano é a bandeira do Instituto Unibanco e o foco principal de sua missão. Investir no futuro dos jovens e do país significa priorizar na agenda pública a correção desse grave quadro educacional que caracteriza o Ensino Médio público, encontrando caminhos hábeis para enfrentar as questões da evasão escolar, da má qualificação profissional e da falta de perspectivas de futuro, visão cultural e responsabilidade socioambiental de nossa juventude (Instituto Unibanco, 2008).

As ações anunciadas pelo IU como de “responsabilidade social” na área educacional - claramente vinculadas aos preceitos da regulação mercadológica, ao subverterem os processos de formação das **juventudes** (Dayrell, 2003), homogeneízam experiências e trajetórias marcadas pela diversidade, desconsideram a pluralidade constitutiva dos sujeitos e obscurecem os nexos entre as políticas educacionais e as instabilidades sociais que atravessam suas vidas. Nessa perspectiva, a escolarização é estabelecida como premissa quase exclusiva para a inserção dos/as jovens no mercado de trabalho, como se uma formação mais qualificada, elevada à condição de capital humano, *per se*, fosse capaz de abarcar as múltiplas repercussões objetivas e subjetivas da nova fase da crise estrutural do capital que eclode, com toda a sua mutabilidade e perversidade, tanto no mundo do trabalho quanto na reestruturação de suas relações, expressa na superexploração, na terceirização, na privatização, na flexibilização, na desregulamentação, na informalidade, no subemprego e no desemprego no âmago de um processo de produção de sujeitos descartáveis - progressivamente excluídos do processo produtivo, em uma dimensão sem precedentes na história (Antunes, 2009, 2017; Laval, 2019).

> A condição de desempregado e a ameaça permanente da perda do emprego têm constituído uma eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, inserção, vínculos e perspectivas de identidade coletiva, decorrentes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe. Essa é minada pela brutal concorrência que é desencadeada entre os próprios

> trabalhadores e estimulada conscientemente pelo capital, por meio da gestão do medo e da chantagem. Uma vulnerabilidade social cujos traumas ainda estão por serem analisados e compreendidos no contexto atual, especialmente entre as novas gerações, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho (Antunes, 2013, p. 64).

No reducionismo de sua singularidade, a concepção de juventude que direciona as ações do IU baseia-se na teoria do capital humano enquanto elemento constituinte dos interesses de uma instituição privada que visa o lucro a partir da produtividade do/a trabalhador/a - leia-se exploração da força de trabalho do/a trabalhador/a. Desse modo, o jovem é concebido como aquele *de futuro* - "aquele que dará continuidade ao desenvolvimento econômico capitalista da nação, aquele que será o redentor do futuro, ao se formar e ingressar no mercado de trabalho, atendendo aos requisitos do mercado e garantindo a melhoria da competitividade do país em nível global" (Brito, 2022, p. 120). Tal concepção, ao reduzir a juventude à sua futura funcionalidade produtiva e à sua capacidade de responder às demandas do mercado, encontra expressão material na inquietude ora publicada:

> De acordo com estudo do BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, nosso país deixará de ganhar, nos próximos 40 anos, R$ 300 bilhões - 16% do PIB - porque um grande contingente de jovens não concluiu o Ensino Médio e não apresenta, portanto, qualificação necessária para o mercado de trabalho (Instituto Unibanco, 2007, p. 11).

Importante ressaltar que esta narrativa desconsidera que o conceito de juventude refere-se a uma construção social e cultural bastante diversificada que não pode ser definida isoladamente e sim em suas múltiplas relações e contextos sociais, por isso, pensar as juventudes é pensar em sujeitos de direitos que, socialmente, precisam ter condições para exercê-los considerando as lacunas existentes nas intersecções de gênero, de raça, de sexualidade, de classe social, de educação, de saúde, de moradia, de nacionalidade, de religião, dentre outras, a partir da historicidade de uma geração que se relaciona com outras em diversos espaços sociais doravante experiências e vivências contemporâneas (Prado *et al.*, 2020). Nessa acepção, cabe ainda evidenciar as reflexões de Silva (2011) sobre a tessitura das vidas jovens periféricas historicamente estereotipadas como ameaçadoras da ordem social e discursivamente presentes em políticas públicas de

educação, saúde, assistência social e segurança no que diz respeito a comportamentos de risco e transgressões relacionadas a violência, narcotráfico e criminalidade, pois, uma vez submersa em contradições contextuais, ao mesmo tempo que representa um problema social, constitui-se em torsos que atendem as novas demandas do mercado de trabalho quanto à manutenção do ciclo de vulnerabilidade, instabilidade, precariedade, inferioridade, deteriorização e desprestígio.

Assim como Sandri (2016), compreendemos que a escolaridade é um dos critérios para ingresso e permanência no mercado de trabalho e que todo o conhecimento adquirido ao longo dos anos pode auxiliar na aquisição de rendimentos favoráveis que, ocasionalmente, viabilizam melhorias nas condições de vida dos sujeitos e certa mobilidade social. Todavia, a questão em voga acerca da concepção de juventude do IU perpassa uma abordagem que naturaliza, e não problematiza, a relação entre escolaridade, rendimento econômico e ascensão social, estabelecendo entre esses elementos uma relação aparentemente linear e universal, completamente desvinculada do conjunto das relações socioeconômicas que estruturam o capitalismo neoliberal. Sob essa perspectiva, difundem-se falsas promessas - como a de que elevados níveis de escolaridade seriam suficientes para assegurar empregos com altos salários a todos e todas, deslocando para o indivíduo a responsabilidade por sua inserção social e, simultaneamente, ocultando as determinações estruturais que produzem as desigualdades no mundo do trabalho. Trata-se, portanto, de uma abordagem que não apenas simplifica a complexidade das relações entre educação e trabalho, mas também interpela e captura a subjetividade dos sujeitos, mobilizando expectativas individuais de sucesso e responsabilização pessoal diante de condições sociais que lhes são estruturalmente determinadas. Para o IU,

> Os índices de desemprego, desocupação e violência estão diretamente relacionados à defasagem no acesso e na conclusão do Ensino Médio. Segundo a Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - cada ano a mais de escolaridade resulta em um aumento médio de 10% nos rendimentos obtidos ao longo da vida (Instituto Unibanco, 2007, p. 11).
>
> Em um país que se alinha com as principais economias emergentes do mundo e tem influência crescente no panorama político e

> econômico internacional, os problemas sociais não se explicam pela pobreza generalizada. O grande mal brasileiro é a desigualdade. E nenhum outro fator influencia tanto essa questão quanto a escolaridade, que guarda uma razão direta com o nível de renda e a empregabilidade. Baixa renda, por sua vez, implica oportunidades educacionais de pior qualidade, alimentando um ciclo de pobreza que se aprofunda através das gerações. Romper esse círculo vicioso requer uma ação efetiva sobre a educação para melhorar o desempenho e aumentar a permanência dos jovens na escola. Garantir maior escolaridade às novas gerações significa ampliar as oportunidades de trabalho e elevar suas perspectivas de rendimento (Instituto Unibanco, 2009, p. 15).

Em sentido oposto ao IU, embora reconheça a importância social e econômica da escolaridade no processo de formação humana dos cidadãos e das cidadãs, a autora entende que ela, sozinha, não consegue solucionar problemáticas de natureza que extrapolam o campo educacional, como a utilidade do desemprego e da desvalorização da força de trabalho para o modo de produção capitalista neoliberal. Ao se fundamentar na pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA sobre indicadores do desenvolvimento do mercado correspondente ao período de 1992 a 2012, Sandri (2016) apresenta as seguintes reflexões marxistas: i) uma vez transformada em mercadoria na engrenagem de reestruturação produtiva do capital, a mão de obra, compreendida como força de trabalho ou capacidade produtiva, sujeita-se às relações intrínsecas ao processo de ‘produção - venda - compra’ que é regido pelo mercado através da ‘lei’ da oferta e da procura; ii) uma vez que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria - no caso, o tempo de escolarização para qualificar a mão de obra, é o fator que determina o seu valor quando do seu deslocamento da produção para a comercialização, a mercadoria tende a ser precificada não necessariamente pelo seu valor, mas por preço determinado pelo mercado através da ‘lei’ da oferta e da procura; iii) uma vez que ocorre a oferta de determinada mercadoria para além da procura e da demanda de consumo, a imposição mercadológica fixa o seu preço abaixo do seu valor, sendo esta ótica revelada pela pesquisa supramencionada ao apresentar dados sobre o aumento do desemprego e a queda quase contínua do preço que é pago para a mão de obra mais escolarizada e qualificada.

Face à reprodução secular da desigualdade e exclusão social desencadeada por “intensos mecanismos de reestruturação produtiva e de reconfiguração do

Estado que preconizam o arrefecimento das políticas sociais e a ascensão de políticas para dinamização da economia" (Silva, Richter, 2018, p. 1.278), em 2009, "com base nos resultados colhidos nos primeiros projetos, o PJF é reconhecido como tecnologia educacional pelo MEC - reconhecimento essencial para a escala alcançada nos anos posteriores"[254], a saber, a transformação de sua tecnologia educacional em política pública, fato este que evidencia a interligação do poder público com o empresariado tanto na elaboração quanto na execução das políticas educacionais no país. Assim como Brito (2022, p. 116), entendemos que tal reconhecimento sobre a atuação de um ente privado na educação pública, fruto de um apurado discurso concebido com fins persuasivos, oferece muitas vantagens de natureza financeiro-econômica, dentre elas o aumento da cotação dos ativos da empresa cuja imagem construída a partir de uma suposta responsabilidade social passa a ter alta visibilidade no mercado e na sociedade, repercutindo naturalmente "na venda de suas ações e produtos e na agregação de valor à sua marca".

> Em reconhecimento a esse conjunto de participações sociais, as atividades de cidadania empresarial promovidas pelo Instituto Unibanco passaram a figurar no site "Em Boa Companhia", da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), que divulga, para investidores e para a opinião pública, as melhores práticas de empresas socialmente responsáveis (Instituto Unibanco, 2006, p. 11).

Diante da redutibilidade da grandeza da formação humana à pequenez de sua dimensão econômica, a **meritocracia**, enquanto uma das categorias de sustentação da matriz política e ideológica do modo de produção capitalista neoliberal - assim como a teoria do capital humano, pauta todas as ações e práticas do IU e do PJF na qualidade de valor universal, absoluto e incontestável que pressupõe o entendimento hierarquizado de que, frente à existência do "jovem de futuro", o seu paradoxo, o "jovem sem futuro", subsiste e, nesse sentido, oportuna se faz a indagação sobre quem são os "jovens de futuro" e quem são os "jovens sem futuro" (Brito, 2022; Sadri, 2016, p. 158). Essa é a iniquidade que perpassa a lógica meritocrática, pois os 'melhores' só conseguem adquirir esse *status* quando, a partir de delineamentos métricos, são comparados com aqueles a quem é atribuído o *status* de 'piores, posto que, no contexto educacional, assim como Sadri

[254] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

(2016), defendo a assertiva de que o ambiente escolar não deve ser um lugar de competitividade devido aos efeitos danosos que provoca no processo educativo, mas de cooperação diante da importância da solidariedade para a formação humana integral.

A esse respeito, Caniato e Rodrigues (2012, p. 23) esclarecem que a valoração da competição - através da qual apenas uma das partes envolvidas pode ganhar, é inerente aos primórdios da organização socioeconômica do modo de produção capitalista - com os ganhos sempre para o capital, porém, na contemporaneidade, ao penetrar em todas as esferas da vida dos indivíduos influenciando a construção e a desconstrução da subjetividade humana - de forma categórica, substancial e imperativa, a competitividade acirrou-se “a ponto de transformar-se em um destruir-se a si e ao outro semelhante” por meio de um “esvaziar-se”, de um “negar-se” e de um “sujeitar-se às injunções perversas do capitalismo flexível que retira a possibilidade do desenvolvimento da solidariedade e acolhimento entre os homens”. Para as autoras,

> A competição, dessa forma, caminha no sentido oposto à real necessidade humana, uma vez que impossibilita relações de acolhimento, indo na contramão daquilo que fortifica o homem e o caracteriza enquanto humano: a necessidade do outro. Pergunta-se, porém: no contexto atual, como esperar do outro amparo se ele é decretado, *a priori,* como meu concorrente, meu rival? Afinal, não existe emprego para todos, não existe vaga na universidade para todos, nem todos têm condições materiais de viver de forma digna, com saúde e moradia. De posse desse saber, entendemos que o estímulo à competição propagado no contexto social contemporâneo se configura como uma ideologia, na acepção que Adorno faz do termo. Cohn (1986, p. 11), remetendo-se à obra de Adorno, aponta que a ideologia não se reduz ao conjunto de ideias e representações falsas da realidade, mas é “um processo responsável pela própria formação da consciência social”. (...) Assim, como aponta Adorno (citado por Cohn, 1986, p. 12): “toda ideologia tem seu momento de verdade”; sua falsidade intrínseca é o que confere veracidade na vida dos indivíduos que a reproduzem, já que, para eles, nesse contexto, ela é verdade. A competição, como dado social naturalizado, estende-se ao longo de anos como falsa experiência social dos indivíduos. Seu caráter deletério em relação à vida é encoberto, uma vez que para ascender socialmente torna-se imperativo não pensar no outro e, consequentemente, não pensar e questionar a própria vida nessa realidade social (Caniato e Rodrigues, 2012, p. 24).

Nessa constante, no qual a reprodução da estrutura social vigente fundamentada na lógica da desigualdade predatória é imposta pelo modo de produção capitalista neoliberal, a competição é individualizada, naturalizada, internalizada no cotidiano do mundo do trabalho e da vida social como se dela dependesse a própria sobrevivência do indivíduo e, desse modo, inclusive por meio da educação que, através do consenso via submissão, propaga a conformação em massa ao modelo econômico em curso - “os indivíduos aprendem que a vida afetiva não possui importância diante do sucesso financeiro” (Caniato e Rodrigues, 2012, p. 28). Por conseguinte, abre-se um hiato que, a depender das determinações históricas latentes, é preenchido ilegitimamente tanto pela inveja - como um elemento que sustenta a adesão dos indivíduos à competição através do consumismo acirrado pela indústria cultural, quanto pela projeção do medo e da agressividade em relação a algo ou alguém definido socialmente como perigo - cujo extermínio torna-se necessário para o bem de todos e o da própria nação. Deriva daí a seguinte observação:

> Na competição atual, algumas predisposições fascistas podem ser claramente identificadas. A competição é uma atividade rival, uma tentativa constante de sobrepujar o outro e mostrar-se melhor que ele. Entendemos que o fascismo possui, no terreno da política, a mesma lógica presente na competição (atitude mais ligada aos relacionamentos interpessoais), sendo que o fascismo de Estado foi o ponto extremo a que a competição pode chegar, pois, na emulação com o outro, o extermínio passou a ser a única saída. (...) Tanto o fascismo, mais ligado a uma ordem social e política, quanto a competição, que diz respeito à ordem das relações pessoais, estão carregados de preconceitos e irracionalidades, ou seja, de estereotipias que representam o “pensamento coisificado” de nossa época (Caniato e Rodrigues, 2012, p. 28-29).

As reflexões apresentadas pelas autoras constituem a aproximação necessária que nos leva a compreender os modos pelas quais a meritocracia, enquanto única lógica de ordenação social considerada ética e moralmente correta no que diz respeito à hierarquização socioeconômica das pessoas no âmago de uma sociedade de classes, reveste-se ideologicamente para justificar - e intensificar, a desigualdade social pelo viés do mérito, do talento, da habilidade, da competência, da dedicação, da capacidade, da destreza e do esforço - desiguais por natureza em cada individualidade, assumindo performances individualistas que suprimem desta equação toda a dimensão social que perpassa a ausência de

igualdade de condições na origem, a ausência de igualdade de oportunidades no percurso e a ausência de igualdade de resultados no propósito (Freitas, 2012; Sadri, 2016). No caso da escola, ao anunciar a desmoralização da profissão docente e a destruição do sistema público de ensino como consequências da ação dos reformadores empresariais da educação através do neotecnicismo - cujas categorias estruturantes são a responsabilização, a privatização e a meritocracia, Freitas (2012, p. 383) nos diz que as “diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as ‘distorções’ de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados”.

Segundo Sadri (2016), a lógica meritocrática, uma vez configurada em um critério privatista a partir do qual define-se diversas dimensões constituintes do trabalho pedagógico da educação pública, considera, tão somente, as demandas economicistas do mercado de trabalho para determinar as concepções de currículo, de avaliação e de gestão escolar (Sadri, 2016) e, seguindo esse norte, ao desviar o foco da ideia do público enquanto idealização de ser para todos, ao mesmo tempo que frustra e impossibilita a escola de ser um contraponto ao pensamento hegemônico da racionalidade capitalista neoliberal, a transforma em um instrumento da materialização mercadológica através da formação humana pautada no modelo de competências e habilidades que traz em seu bojo - via competições e disputas, a segregação arrolada pelo ganho de uns e perda de muitos (Brito, 2022). Especificamente em relação às políticas curriculares, Silva e Souza (2009, p. 789) e Sadri (2016, p. 89), reconhecem o **currículo escolar** não apenas como o meio de veiculação de conhecimentos científicos de diferentes áreas, mas, sobretudo, de “valores, imagens, hábitos, representações, normas de conduta, gestos e maneiras prescritos por uma cultura hegemônica” que conduz à “homogeneização dos requisitos de formação marcados, especialmente, pelo atendimento a demandas advindas do mercado de trabalho”, logo,

> a atuação empresarial na dinâmica escolar legitima conhecimentos, saberes e cultura empresarial, incorporados às narrativas do currículo escolar em que ora ocorre de forma mais manifesta, ora de forma mais implícita, ou oculta, por meio de pelo menos quatro dispositivos: a meritocracia como fator determinante de inclusão e exclusão; a disciplinarização como perspectiva de subsunção às

> exigências de produtividade; a premiação como propulsora do progresso pessoal e da regulação moral (Silva e Souza, 2009, p. 786).

Ao encontro desta perspectiva, em 2011, através da articulação entre o PJF e o Programa Ensino Médio Inovador do MEC, tem-se o ProEMI/JF, cujas ações voltam-se para promover o "desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio", sendo que, em 2012, sua implementação em escala abrange as escolas do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí[255]. Em território mineiro, não houve a adesão ao ProEMI/JF "em decorrência das novas contrapartidas exigidas em termos de pessoal, formação e logística" (Henriques *et al*., 2020, p. 30), ou seja, das novas condições impostas pela PPP que atribuíam ao Estado o financiamento de tais ações uma vez que o IU não mais ofertaria aportes financeiros para as instituições de ensino. Importante destacar que o *Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas e avaliações em conjunto* que resultou no ProEMI/JF foi assinado entre o IU e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no início do primeiro mandato do governo Dilma Rousseff - PT com ênfase em ações a serem desenvolvidas na área educacional para os jovens do Ensino Médio público[256], evidenciando a correlação de forças sociais na definição da concepção de currículo. Justamente no âmago de um projeto - o ProEMI, que visava o fomento de metodologias emancipadoras capazes de construírem as condições necessárias para que os sistemas públicos de ensino e as escolas pudessem elaborar propostas curriculares de forma coletiva, participativa e democraticamente debatida a partir de cada realidade educacional, o próprio governo federal possibilitou que as Secretarias de Estado de Educação do país firmassem parcerias público-privadas com o IU para que a construção curricular em voga fosse realizada através de um sistema de gestão e avaliação que padronizava toda a discussão coletiva, participativa e democrática sob a perspectiva do que o IU - na qualidade de um ente

---

[255] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>. Acesso em: 09 mar. 2024.
[256] Disponível em: <https://gife.org.br/sae-e-instituto-unibanco-assinam-acordo-para-realizar-acoes-conjuntas/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

privado, propunha como qualidade para a aprendizagem dos/as alunos/as da rede pública de ensino (Peroni, 2013; 2015; 2018)[257].

A subjugação do público ao privado é explicitada na declaração de Ricardo Paes de Barros, membro do Conselho do IU e Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no período de 2011 a 2015, durante os governos Dilma Rousseff - PT, pois permite evidenciar a aproximação entre interesses privados e a formulação de perspectivas para a educação pública na medida em que desloca para o âmbito empresarial a definição de problemas, prioridades e estratégias educacionais que deveriam constituir objeto de debate público e de formulação política do Estado. Não se trata, portanto, apenas da presença de um agente privado no campo educacional, mas da incorporação de uma racionalidade orientada pelo mercado na definição dos sentidos, das finalidades e dos modos de organização da educação pública, contribuindo para reconfigurar a escola e os sujeitos que nela atuam segundo parâmetros de produtividade, eficiência e adequação às demandas do capital. Para ele,

> O Jovem de Futuro é uma tecnologia social de interesse público desenvolvido pelo setor privado com vistas a aprimorar o funcionamento de qualquer escola pública que contemple o Ensino Médio. A parceria com o MEC representa o reconhecimento federal da efetividade da estratégia Jovem de Futuro e, daí, vem a relevância do setor privado para a melhoria da qualidade da educação pública no país (Instituto Unibanco, 2012, p. 22).

Ao compreender o campo educacional e o campo curricular a partir da mediação da ação humana, Apple (1989) evidencia as estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas hegemônicas na sociedade que se fazem presentes no ambiente escolar através das relações desiguais de poder, sem, contudo, deixar de considerar as contradições intrínsecas em seu cotidiano permeadas por diferentes sentidos, significados, contestações e lutas no interior de

---

[257] “Notamos que, no primeiro mandato de Lula da Silva, havia um movimento na elaboração das políticas curriculares para o Ensino Médio de retirada do modelo de competências que trazia uma vertente de matiz empresarial e economicista. Em substituição a esse modelo, avançou a ideia de formação politécnica e escola unitária de acordo com os princípios gramscianos, ao remeter à ideia de trabalho como princípio educativo. Essa perspectiva estava, também, nos fundamentos conceituais que orientaram o Programa Ensino Médio Inovador” uma vez que deslocava o eixo da formação escolar da adaptação às demandas imediatas do mercado para uma perspectiva de formação humana integral fundada na articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia (Sandri, Silva, 2019, p. 39).

um processo de disputa entre grupos sociais distintos que envidam todos os esforços disponíveis no interior de cada um para valorizar / fortalecer / contemplar determinados conhecimentos e desvalorizar / enfraquecer / invisibilizar outros. Para o autor, essa é a lógica que afasta qualquer possibilidade de neutralidade do conhecimento no currículo escolar, assim como a sua constituição em um mero instrumento de reprodução social frente ao movimento de resistência presente no cotidiano das escolas que questiona, fragmenta e rejeita a cultura dominante. Na qualidade de território contestado, o currículo transforma-se em palco “onde grupos dominantes se veem obrigados a não somente difundir e transmitir seus pressupostos ideológicos, como também a convencer seus dominados de sua validade e legitimação” (Nogueira, 2019, p. 121) tendo em vista que “o controle do aparato cultural da sociedade, tanto das instituições que produzem e preservam o conhecimento, quanto dos atores que trabalham nelas, é essencial na luta pela hegemonia ideológica” (Apple, 1989, p. 61).

Na ambiência dos mecanismos de convencimento ideológico orquestrado através das interações pedagógicas e curriculares que se desenvolvem no cotidiano escolar, as tramas entrelaçadas nos “jogos de poder e resistência” que ali se constituem de forma ambígua, contraditória e complexa transmitem para os/as alunos/as “o código educacional pertencente às classes dominantes”, sendo possível observar, a olhos nus, muitos/as deles/as tentando, sem sucesso, “assimilar o código (re)produzido como legítimo e culturalmente valorizado pela sociedade” no âmago de um processo no qual a hegemonia, para perpetuar os interesses dos grupos dominantes e sustentar a legitimação das desigualdades, precisa constantemente ser reelaborada em instâncias sociais como a escola e o trabalho (Nogueira, 2019, p. 121). Nesse interregno, a criticidade de Apple (2001, p. 8) perpassa reflexões sobre o fazer escolar face à reestruturação educativa e curricular no contexto das políticas neoliberais - moldadas pela competitividade econômica no entremeio da dinâmica mercantilista e das políticas neoconservadoras - plasmadas pela estandardização das pautas purificadoras ditas morais, ambas marcadas pela capitalização e pela estratificação educacional e social consolidadas através de uma “pálida visão de democracia” que se entrelaça às práticas de consumo nas quais a educação - e o currículo em si, são circunscritos à mera condição de mercadoria com repercussões na própria condição de cidadania. Conforme argumenta o autor,

> Pensar na cidadania como um conceito político significa que ser cidadão implica a participação na construção e reconstrução das nossas instituições. Ser consumidor é a apologia ao individualismo possessivo que é conhecido pelos seus produtos. Define-te pelo que compras e não pelo que fazes" (Apple, 2001, p. 17).

O autor esclarece, ainda, a importância da compreensão das estratégias através das quais os grupos dominantes formam e mantém alianças para estabelecerem e assegurarem suas agendas no processo de dominação cultural pela via da educação, ou seja, os caminhos percorridos para atribuírem sentido de unidade a determinados elementos culturais para construírem e legitimarem o senso comum que, por sua vez, quando compreendido pela perspectiva gramsciana, indica a sustentação comum de um sentido com capacidade de gerar e fundamentar o consentimento mediante enraizamentos profundos nas tradições enquanto práticas de "socialização cultural" (Apple, 2001; Gramsci, 1999; Harvey, 2014, p. 49). Desse modo, em sentido oposto a reformas curriculares planificadas, quando as pressões provocadas por movimentos sociais progressistas constrangem os grupos dominantes a incluírem no currículo escolar questões afetas ao multiculturalismo, estes o fazem objetivando, tão somente, a manutenção de sua hegemonia e, para tanto, protagonizam a realização das mudanças retirando a radicalidade social das pautas em voga e, como se não bastasse, as transformam em peças úteis à conformação neoliberal e neoconservadora, a exemplo do que ocorre com a equidade racial e com a sustentabilidade socioambiental, pois, no decorrer dos anos, os/as estudantes têm acesso às narrativas curriculares sobre tais questões sempre pelo prisma hegemônico e, assim, eles/as "nunca vêem o mundo através da visão das pessoas oprimidas, não vêem o mundo através da visão de pessoas concretas que são socialmente desfavorecidas" (Apple, 2001, p. 10).

> O multiculturalismo não foi uma dádiva. Demorou décadas de luta sobre uma estrutura de poder dominada pelos brancos. E, apesar de tudo, paralelamente a isto, grande parte do multiculturalismo, tal como tem vindo a ser instituído nas escolas, é dos mais 'seguros', a tal ponto que não interrompe o poder do branco como 'o normal'. Esta é uma das formas nas quais as relações de poder existentes recuperam os movimentos de oposição para a sua esfera de domínio. Alguns destes pontos têm vindo a ser constantemente levantados por determinados grupos de pessoas (...) que sentem

> que as suas culturas e histórias não se encontram representadas no currículo. Perante isto, julgo que o multiculturalismo é muito contraditório. Quero aplaudir as suas conquistas. No entanto, estou preocupado que, com a restauração conservadora, muitas das crescentes conquistas sociais progressistas estão a ser apagadas à medida que nos movemos, cada vez mais, para um currículo que é mais 'seguro' e que contém muito poucos elementos relacionados com o ativismo social (Apple, 2001, p. 10).

As reflexões de Peroni *et al.* (2021, p. 4) também evidenciam a influência neoliberal e neoconservadora no currículo escolar a partir das imbricações entre o público e o privado na luta histórica pela democratização da educação em meio ao aprofundamento das ressonâncias do domínio do capital nas diversas esferas da sociedade contemporânea. Segundo as autoras, a presença do setor privado na educação pública materializa a correlação de forças sociais em um determinado momento histórico do desenvolvimento do capitalismo, consistindo em

> uma forma de disputar e controlar o seu conteúdo em uma perspectiva de restauração do poder de classe. Significa dizer que os projetos de privatização são, antes de tudo, projetos de classe, que objetivam difundir influências ideológicas por meio de diferentes instituições que constituem a sociedade civil, incluídas a escola e a universidade, em um processo de construção ativa do consentimento político (...). A restauração do poder de classe depende da incorporação pelo senso comum de um determinado aparato conceitual que o legitime, a tal ponto que seja naturalizado e livre de questionamento (...). Em contextos em que a hegemonia das classes dominantes se encontra ameaçada, diferentes estratégias são elaboradas para restaurar o poder de classe, como no recente caso brasileiro, que se viu ameaçado por um período de avanços nas questões sociais (...).

Nos reportando novamente a Apple (1995, p. 153) por concordar com sua afirmação de que o currículo "se produz a partir de conflitos e tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo" a partir dos interesses que se fazem hegemônicos na sociedade, torna-se imprescindível pensar a política curricular legitimada para o Ensino Médio de forma correlacionada com o contexto de sua implementação e com a concepção de formação humana que se pretende para os sujeitos em juventudes. Na obra *A Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) diferencia com excelência duas destas

concepções a partir da denúncia da "educação bancária"[258] e do anúncio da "educação libertadora"[259], sendo que a repaginação daquela no contexto do PJF faz com que esta se torne extremamente urgente e necessária. No entanto, o autor alerta que "seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica" (Freire, 1984, p. 89).

Nesse limiar entre as formas de conceber as relações entre currículo e cultura no âmago do processo educativo frente a pressupostos filosóficos e políticos distintos, as reflexões apresentadas por Frigotto (2018) e Saviani (2007) vão ao encontro da superação da dicotomia entre a educação propedêutica e a educação profissional tendo em vista a premissa referente à integração dialética entre ambas. Para tanto, os autores defendem a inserção da abordagem da formação integral

---

[258] A "educação bancária", circunscrita por uma concepção que desumaniza, é aquela que entende o/a educando/a como um ser passivo, objetificado, coisificado; que nega o diálogo e a problematização; que se baseia na repetição e na memorização sem criticidade; que valoriza a leitura mecânica e a escrita irrefletida; que considera o saber uma mera transmissão dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber; que ensina a sujeição às regras postas; que dociliza mentes e corpos através do treino e do adestramento; que reproduz os padrões estabelecidos no exercício cotidiano de conformação ao mundo; que perpetua relações verticalizadas e autoritárias; que se faz útil ao sistema de dominação e manutenção do *status quo*; que sustenta na prática pedagógica o caráter opressivo e explorador; que mantém ingênua, acrítica e despolitizada a consciência passível de ser domesticada e massificada (Freire, 1987).

[259] A "educação libertadora", envolta por uma concepção que humaniza, é aquela que valoriza a cultura, a história, a realidade e os saberes dos oprimidos; que ensina o ler e o escrever a partir de debates e reflexões críticas e coletivas sobre questões cotidianas basilares como trabalho, cidadania, alimentação, saúde, moradia, transporte, lazer, liberdade, segurança, propriedade, igualdade, felicidade, ética, política, economia, religiosidade, cultura, justiça, meio ambiente e direitos humanos; que possibilita aos explorados a construção de condições cognitivas que lhes permitam compreender e questionar as relações construídas e reproduzidas por aqueles que os exploram; que potencializa a construção de um sujeito social, cultural, ético e político capaz de se perceber como parte constitutiva e constituinte de uma cultura, de entender os modos de produção dessa cultura e de problematizar as relações que fundamentam essa cultura; que liberte o homem e a mulher dos amarras sociais que o/a limitam e o/a aprisionam em relações de indigência, penúria, desamparo, escassez, privação e miséria; que compreende que não existem fatalidades e sim condições sócio-históricas que vão se construindo em decursos temporais; que contribui para a construção de caminhos através dos quais seja possível não só pensar a liberdade mas, sobretudo, vivenciar práticas de liberdade; que se encontra permanentemente em construção a partir da relação com o outro e com o mundo na problematização das condições concretas de existência; que possibilita ao ser humano o exercício de sua humanidade ao reconhecer, e não negar, a humanidade do outro; que defende a força transformadora da palavra entendida enquanto *práxis*; que estimula o pensamento crítico e a consciência transformadora do mundo a partir da ação no mundo com o outro e não para o outro; que utiliza o conhecimento como instrumento para impulsionar a luta por uma sociedade mais democrática, mais ética, mais solidária e mais justa socialmente (Freire, 1987).

politécnica no contexto de uma educação que considere o princípio do trabalho como um eixo educativo, uma vez que, ao pressupor a associação de conhecimentos técnicos, científicos e culturais na busca pelo desenvolvimento de uma percepção de mundo omnilateral frente à articulação - e não à compartimentalização - entre saberes e relações sociais para além da mera preparação para o atendimento adequado às demandas imediatas de um mercado de trabalho em constante transformação, viabiliza a emancipação dos sujeitos ao prepará-los para atuarem de forma consciente e reflexiva na sociedade a partir da compreensão crítica dos processos produtivos de forma correlacionada com suas implicações sociais. Em sentido oposto, se posicionam de forma contrária à visão tecnicista e mercantil da educação por fragmentar o ensino separando teoria e prática, pois, desta forma, o acesso dos/as estudantes ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade fica limitado e, consequentemente, prejudicada sua formação cidadã, posto que, a exemplo do currículo baseado em competências e habilidades, apenas a aquisição de conhecimentos técnicos específicos são contemplados em sua utilidade instrumentalizada, visando, tão somente, a empregabilidade - o que reforça a alienação e a reprodução de desigualdades sociais.

Ao analisar tais concepções de formação humana no contexto das políticas curriculares brasileiras para o Ensino Médio, a saber, o paradigma delineado na integralidade da politecnia em contraponto à hegemonia do modelo centrado em competências que se desdobram em habilidades, Sadri (2016) postula sobre os esforços envidados referentes à implementação da ideia vinculada à unicidade de um currículo nacional que homogeneíza os requisitos de formação a partir de padrões pré-estabelecidos fundamentados na racionalidade neoliberal e neoconservadora que objetiva, sobretudo, a deslegitimação da escola como espaço público de formação e de socialização baseada no multiculturalismo e na diversidade social. A idealização do currículo uno centrado no “germe da comparabilidade” (Macedo, 2019b, p. 52), por sua vez, metamorfoseia-se em reformas educacionais influenciadas tanto por organismos internacionais multilaterais - como a OCDE, quanto por movimentos nacionais - como o Movimento Compromisso Todos pela Educação e o Movimento pela Base Nacional Comum,

dos quais o IU faz parte (Peroni, Caetano, 2015)[260]. Para atender aos interesses e às exigências do empresariado de diferentes ramos econômicos e, simultaneamente, fortalecer o direcionamento de uma perspectiva educacional cuja essência se ancora nos princípios e valores do setor privado em detrimento daqueles que fundamentam o setor público, essa lógica opera como um "vírus que mata a educação" (Macedo, 2019b, p. 47) e, dentre outros aspectos, materializa-se na desresponsabilização do Estado e na culpabilização do sujeito considerado 'incompetente' por um possível fracasso - seja da própria política pública educacional, seja de seu próprio desempenho nas esferas pessoal, acadêmica e profissional, reforçando a obliquidade da meritocracia por meio da deificação da "incapacidade individual de performar" (Macedo, 2019b, p. 51).

Referência em estudos sobre políticas curriculares, Macedo (2019b) esclarece que a propagação do uso da noção de competência nos currículos precisa ser compreendida no contexto em que a OCDE - para estabelecer sua relevância no mundo globalizado, busca ampliar sua governança desenvolvendo uma agenda global para a educação e, nesse ínterim, utiliza números, conceitos, diretrizes e análises comparativas para a construção de dados e criação de um dialeto internacional que contrasta resultados educacionais através da métrica do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA e, desse modo, por meio da hegemonização de um modelo de política que articula e fundamenta a lógica da competitividade, define o que é **qualidade na educação** pelo viés da regulação do currículo, da avaliação e da gestão. Em um momento histórico de "agudização da crise financeira internacional, quando a retórica da empregabilidade que a competência garantiria se desgastou", eis que a OCDE retoma, amplia e ressignifica a conceituação do termo competência vinculando-o a "hostes comportamentais" (Macedo, 2022, p. 2) que sejam capazes de, com sucesso, responder à complexidade de demandas que exigem a mobilização de conhecimentos e habilidades emocionais e sociais consideradas imprescindíveis para a inserção

[260] Na mesma direção, existe no Brasil atualmente uma série de institutos e fundações - como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, o Movimento Todos pela Educação, etc, que têm apresentado uma série de pautas e de encaminhamentos para a educação pública do País. É precisamente nesse ponto que emerge a crítica estabelecida por Ball em uma de suas entrevistas: "(...) ninguém os elegeu, eles não possuem nenhuma autoridade, eles não possuem legitimidade política de nenhum tipo, o que eles têm é muito, muito, muito dinheiro. E eles são capazes de usar este dinheiro para causar mudança na política educacional e aplicar suas ideias" (Avelar, 2016, p. 11).

dos/as estudantes no mercado de trabalho capitalista neoliberal, como, dentre outras, autonomia, cooperação, motivação, resiliência, criatividade, curiosidade e empatia, todas elas atravessadas por uma suposta estabilização e abstração não condizente com a individualidade dos sujeitos e com a imprevisibilidade da vida (Macedo, 2019b).

Daí o argumento da autora de que "nessa 'representação', desaparecem quaisquer contextos, permanecendo apenas uma característica subjetiva e individual ('caráter'?) que será mobilizada, no planejamento, como um comportamento", uma vez que a definição do que significa ser competente - ou não, pressupõe a comparabilidade genérica dos sujeitos a partir de referências que "só fazem sentido no âmbito da comparação que a OCDE hegemonizou". Como expressão dessa racionalidade, o/a estudante transforma-se em "um nome sem face", reduzido a atributos e comportamentos passíveis de mensuração, diante da impossibilidade de se pensar a educação em sua integralidade - quiçá em sua dimensão de qualidade social ou cidadã, "posto que não há educação - em si uma relação intersubjetiva, sem alteridade, sem o sujeito singular", cuja existência concreta não se deixa circunscrever à exigência de ser permanentemente autônomo, cooperativo, motivado, resiliente, criativo, curioso e empático (Macedo, 2019b, p. 51-53). Diante do indicativo de competências vinculadas às habilidades emocionais, comportamentais e sociais para referenciar a qualidade educacional pela ótica do privado no público, inclusive na BNCC, cujo texto foi fortemente influenciado pelas premissas da OCDE corporificadas em narrativas persuasivas que versam sobre a "mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício pleno da cidadania e do mundo do trabalho", assim como sobre "o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural"[261], o foco nos problemas estruturais da educação, que são moldados pelas expressões da reestruturação produtiva do capital e pelo decurso da mercantilização da vida, é desviado em absoluto.

A esse respeito, e partindo do próprio princípio comparativo imposto pela OCDE através do PISA, Macedo (2019b, p. 54) questiona o porquê da experiência

[261] Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_AS_DEZ_COMPETENCIAS.mp4>. Acesso em: 02 abr. 2024.

norte-americana de centralização curricular, que resultou em posicionamentos na metade inferior do *ranking* em quase todos os quesitos avaliados, ser uma referência - "um *benchmark*" para a realidade brasileira[262] e não, por exemplo, a experiência finlandesa de políticas curriculares não centralizadas, com excelentes resultados na referida avaliação obtidos através de uma "sinergia, uma complementariedade real e significante, entre a educação e outras políticas sociais". Ao referir-se aos estudos de Lingard (2016), Macedo (2019b, p. 54) afirma que "as análises da OCDE sobre o Pisa tendem a subestimar as desigualdades estruturais" que envolvem a educação, indicando, ainda, que em países distintos como Noruega, Japão e EUA, as desigualdades educacionais e sociais seguem crescendo frente à implementação "de políticas curriculares e de avaliação centralizadas nos moldes tornados hegemônicos pela OCDE", e nos diz:

> Há, nessas experiências internacionais, me parece, sugestões políticas relevantes. Talvez, no entanto, elas apenas repitam o que nossas pesquisas e os resultados das avaliações centralizadas do próprio MEC vêm destacando há muitas décadas: que precisamos de uma Base para a educação no País. A base é uma universidade que forme professores num ambiente de pesquisa e cultura. A base é a dedicação exclusiva do professor a uma escola, salário que permita a esse professor uma vida digna (em que a gente não quer só comida, mas diversão e arte). A base é alunos que podem comer e recebem ação do Estado no atendimento de suas necessidades básicas de saúde, saneamento e cultura. A base é escolas com boas condições materiais e de infraestrutura. Isso é base, o que tem sido chamado de Base é a pretensão de definir o horizonte logo ali onde os olhos do controle podem alcançar. Nós, no entanto, insistimos em dizer que o horizonte não é um, nem logo ali. Meninos, a Terra não é plana! (Macedo, 2019b, p. 54).

Fundamentada nos estudos de Ball (2014) e Laclau (2008), Macedo (2014, p. 1.536) compreende que os agentes sociais privados buscam interferir nas políticas públicas para a educação com perspectivas de maior controle sobre os currículos, os processos avaliativos e a gestão escolar a partir de parâmetros - aprazados como competências, que ocultam a sua mercantilização e, ao mesmo tempo,

---

[262] Freitas (2012), citando Ravitch (2010), nos diz que "A lição mais importante que podemos tirar do que foi feito nos Estados Unidos é que o foco deve ser sempre em melhorar a educação e não, simplesmente, aumentar as pontuações nas provas de avaliação. Ficou claro para nós que elas não são necessariamente a mesma coisa. Precisamos de jovens que estudaram história, ciência, geografia, matemática, leitura, mas o que estamos formando é uma geração que aprendeu a responder testes de múltipla escolha. Para ter uma boa educação, precisamos saber o que é uma boa educação. E é muito mais que saber fazer uma prova".

explicitam uma narrativa hegemônica que é produzida de forma exteriorizada para atribuir sentido à própria concepção de qualidade da educação. Para a autora, as políticas públicas apoderam-se da "qualidade da educação como significante nodal capaz de sobredeterminar as demandas de diferentes grupos que se constituem neste jogo político", porém, este ponto nodal é definido como a "objetivação de um vazio". Respaldados por dados estatísticos que projetam a idealização de uma crise do sistema educacional, os discursos de tais sujeitos vão ao encontro de elucidações prodigiosas para todas as demandas do campo da educação e evidenciam, diante do compartilhamento de descontentamentos, o *know-how* necessário para "suturar o social" e compensar "a sensação impossível de completude". Pelo olhar transverso desse prisma, e considerando o estratagema metodológico de padronização de práticas e ferramentas tecnológicas do PJF apresentado pelo IU - enquanto ente privado representativo do setor financeiro encravado na educação pública, juntamente com a promessa de assegurar a qualidade da educação para todas as escolas participantes do programa independentemente das diferentes realidades sociais em que estas encontram-se inseridas, assim como a autora, entendo a pretensão da busca por tal hegemonia como uma

> operação pela qual um significado particular assume o lugar impossível da totalidade, uma "função de significação universal incomensurável consigo mesmo" (Laclau, 2008, p. 95), [pois, na] medida em que a totalidade é este lugar impossível e inexoravelmente habitado pelo antagonismo que constitui a atividade política democrática, a hegemonia nunca será dada (Macedo, 2014, p. 1.535).

Alinhado à centralização curricular representativa da hegemonia que se pretende materializar através das diretrizes da BNCC, o PJF impõe um modelo tecnológico de gestão gerencialista criado de forma extrínseca ao contexto vivenciado pela comunidade escolar que transforma a coleta, a análise e o uso de dados em evidências próprias que legitimam o monitoramento de indicadores de desempenho tidos como estruturantes e o controle sobre os processos educacionais na persecução do que entende e defende sobre melhoria da qualidade da educação. Ao desconsiderar totalmente as especificidades regionais e as diversidades locais, o PJF implanta sua base ideológica neoliberal ludibriando a

comunidade escolar por meio de um discurso salvacionista sobre qualidade da educação que enlaça a todos/as em uma trama letárgica não oposicionista ao Estado, mas que, através do Estado e com o Estado, opera no sentido de modificar sua cultura organizacional e de capturar a capacidade de atuação de sua agenda educacional. Desse modo, além de comprometer a autonomia das funções regulatórias estatais que, por natureza, são voltadas para o interesse público e não para o interesse privado, o PJF enraíza em sua dinâmica princípios e valores mercadológicos cuja materialização nas expressões eficácia, eficiência e efetividade, dentre outras, limita a função social do Estado para com a educação impondo uma identidade hipócrita entre qualidade da educação, taxas de aprovação e reprovação, desempenho em testes padronizados de avaliações externas e empregabilidade (Freitas, 2012; 2018; Peroni, Caetano, 2015).

Nesse cenário de definição dos desafios da contemporaneidade pelo capital, não por acaso, em 2015, o PJF inicia uma nova fase em escolas nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Pará e Piauí em razão do que fora constatado sobre a fragilidade na sustentação do impacto pretendido pelo IU em âmbito escolar tendo em vista os fatores extrínsecos relacionados à transferência direta de recursos para as escolas e redes de ensino (Brito, 2022). Nesse diapasão, diante da avaliação de que o repasse de recursos constituíra uma estratégia malograda[263], a essência do PJF desloca-se para um "sentido comportamental" com foco direcionado para a dimensão pedagógica da gestão escolar a partir da compreensão de que seria necessário "mudar o jeito de pensar dos gestores e a cultura institucional" (Henriques *et al.*, 2020, p. 43). É nesse movimento de reorientação do Programa que, em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper e o jornal Folha de São Paulo, o IU promove uma série de eventos intitulada *Caminhos para a qualidade da educação pública*, destinada a "discutir temas relevantes do mundo da

[263] Henriques *et al.* (2020, p. 40) apresentam considerações pertinentes a respeito: "Alguns pressupostos assumidos no marco lógico mostraram-se frágeis, com evidências indo na direção contrária das apostas iniciais. O recurso financeiro, por exemplo, não deve ter funcionado como fator engajador das escolas ou gerador de impacto, afinal, ele mal chegou à ponta por conta de atrasos e burocracias. Por outro lado, o princípio de uma gestão integradora das dimensões pedagógica, administrativa e democrática pode ter sido alcançado de forma limitada, uma vez que as orientações para conectar ações dos planos de mudança aos novos currículos eram insuficientes. A duplicidade de sistemas de gestão também atrapalhava e gerava retrabalho, e os momentos da prestação de contas dos recursos recebidos eram muito burocráticos. É possível que os ganhos da reforma curricular tenham sido minimizados em meio a tantos fatores que tiravam o foco da aprendizagem dos estudantes".

educação" e, em sua primeira edição, teve como eixo "a importância da gestão para a transformação da educação". Em 2016, realizou-se o segundo Seminário Internacional *Caminhos para a qualidade da educação pública: Impactos e Evidências,* no qual foram apresentados "os resultados da análise de impacto de 141 (cento e quarenta e um) grupos de estudantes de 10 (dez) estados participantes do PJF" que enfatizaram o acréscimo de 5 (cinco) pontos no Saeb", resultado interpretado como equivalente a um ano adicional de frequência escolar. Em 2017, o terceiro Seminário Internacional *Caminhos para a qualidade da educação pública* teve como tema o "desenvolvimento profissional de gestores", ao mesmo tempo em que o PJF foi ampliado para o estado do Rio Grande do Norte. No ano seguinte, em 2018, o PJF recebeu a medalha de bronze na categoria *Latin America Regional Award* do *Reimagine Education Award*, sendo destacado entre "os projetos mais bem sucedidos na criação de iniciativas educacionais transformadoras que melhoram os resultados de aprendizagem dos estudantes e/ou empregabilidade"[264].

Como visto, a retórica da empregabilidade no discurso sobre qualidade educacional, amplamente difundida pelo PJF, reflete a logicidade neoliberal enquanto uma tendência global que trata o processo de ensino e aprendizagem como um meio de inserção produtiva dos/as trabalhadores/as na economia para aumentar a competitividade em um mercado cada vez mais precarizado que constrange o educar para o subemprego e para o desemprego (Ferretti, Silva Júnior, 2020; Motta, 2008). Não obstante, a morfologia de tal fenômeno - enquanto elemento constituinte do capitalismo contemporâneo, não pode ser deliberada apenas no âmbito educacional, portanto, responsabilizar a escola, a educação, os/as professores/as e os/as próprios/as alunos/as pela empregabilidade destes/as configura uma estratégia que oculta as contradições do sistema socioeconômico no que diz respeito à necessidade de políticas públicas voltadas para a geração de empregos dignos, a garantia de direitos trabalhistas e a regulação social do mercado de trabalho, posto que toda e qualquer reflexão sobre a qualidade da educação precisa transcender a lógica economicista considerando-a como um direito social voltado para a promoção do exercício da cidadania e não para a mercadorização (Antunes, 2009; Harvey, 2008).

---

[264] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

Diante da racionalidade econômico-mercantil que considera a aferição e a mensuração da qualidade na educação a partir de métricas quantitativas que são tratadas como parâmetros centrais de eficácia, eficiência e efetividade escolar, a proposta metodológica do PJF de fortalecimento de uma **gestão escolar para resultados - GEpR** nas instituições de ensino da rede pública que ofertam o Ensino Médio, fortemente inspirada nos arquétipos e protótipos gerencialistas do setor privado que buscam, a qualquer custo, maximizar os lucros e otimizar os recursos em todas as esferas da vida social, forja-se em contraposição a uma gestão democrática da educação a despeito da previsão legal estabelecida na Constituição da República (Brasil, 1988) e na Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996). Segundo Carvalho (2020), o campo de tensão na disputa pela hegemonia do modelo de gestão escolar consiste, dentre outros, em um reflexo da disputa entre projetos societários antagônicos que entendem a educação sob primas dicotômicos diretamente relacionados e coerentes com suas respectivas finalidades e intencionalidades, pois, enquanto a gestão democrática da educação é parte integrante da própria complexidade do processo de democratização da sociedade brasileira que se constrói na experiência cotidiana dos sujeitos, a gestão gerencialista da educação modula suas ações pelo reducionismo dos ditames do mercado financeiro de forma descompromissada com a construção de uma sociedade pautada pelos princípios da democracia e da cidadania. Nesse direcionamento, concordo com o pensamento de Dourado (2006, p. 23):

> A escola, como instituição social, deve ser administrada a partir de suas especificidades, ou seja, a escola é uma organização social dotada de responsabilidades e particularidades que dizem respeito à formação humana por meio de práticas políticas, pedagógicas e sociais. Assim, sua gestão deve ser diferenciada da administração em geral, e, particularmente, da administração empresarial.

Administração empresarial, gestão gerencialista da educação, gestão escolar para resultados - expressões distintas para o mesmo fenômeno que ignora os processos e considera, tão somente, os resultados mensuráveis - e aqui cabe perguntar quais resultados são esses - como sendo a própria finalidade da educação frente à intencionalidade de legitimar a sua sujeição aos imperativos instrumentalizadores da acumulação capitalista. Para tanto, e com objetivos nítidos de classe, torna-se imprescindível a manutenção dos mecanismos de alienação,

dominação e exploração intrínsecos ao trabalho no âmago de uma estrutura social - da qual a escola é parte integrante, organizada a partir de uma perspectiva de adaptação que conforma - não sem contradições, a subjetividade do/a trabalhador/a - desde os primórdios de sua formação escolar, através da imersão em uma lógica individualista, competitiva e meritocrática (Carvalho, 2020; Peroni, Caetano, 2016).

Sob a perspectiva do IU, a gestão escolar pública é ponto nevrálgico do processo educacional e, ao que tudo indica, é considerada ineficiente do ponto de vista econômico - ausência de "capacidade administrativa para produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo", ineficaz do ponto de vista institucional - ausência de "capacidade administrativa para alcançar as metas estabelecidas ou os resultados pedagógicos propostos" e inefetiva do ponto de vista político - ausência de "capacidade administrativa para satisfazer as demandas concretas da sociedade" (Sander, 1995, p. 43-47). Nesse sentido, a proposta intervencionista do PJF via GEpR parte do pressuposto salvacionista que a sua teoria e o seu método - ambos pautados em premissas da administração privada, considerados pelo IU como "qualificação técnica da gestão", podem ser aplicáveis em "qualquer organização" - inclusive, pasmem, até na escola pública, independentemente de suas particularidades e singularidades (Peroni, Caetano, 2016, s.p.), reafirmando, assim, o reducionismo da "aposta na gestão como indutora de transformações na educação" (Instituto Unibanco, 2019a, p. 7).

A partir de sistemas e programas padronizados que preconizam o controle das ações e dos resultados das escolas, a GEpR materializa-se por meio da plataforma digital do SIGAE que, por sua vez, segundo o IU, oferece os recursos tecnológicos necessários ao monitoramento em tempo real das práticas e estratégias consubstanciadas no CdG, mediante o método PDCA - *Plan/Do/Check/Act*, acrônimo para Planejar/Executar/Verificar/Agir[265]. Esse aparato técnico-gerencial intensifica a racionalidade instrumental que subordina a complexidade do trabalho educativo, transforma o cotidiano escolar em um conjunto de ações reiteradamente ajustadas em função de metas e resultados, converte a

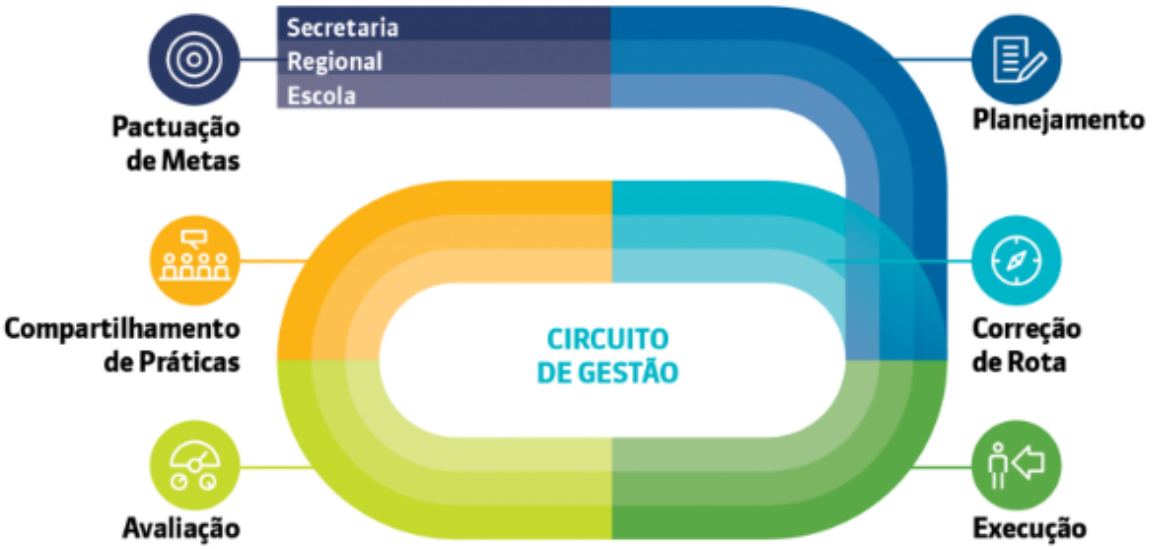
[265] "O modelo PDCA, largamente conhecido e utilizado no mundo empresarial, foi criado em 1920 pelo estadunidense Walter A. Shewart, um dos grandes nomes da Gestão da Qualidade, tendo originado a união da estatística aos processos de gerenciamento da qualidade. Mais tarde, na década de 1950, o professor universitário Willian Edward Deming difundiu o Ciclo PDCA buscando contribuir na área de controle de qualidade e princípios da administração" (Brito, 2022, p. 152).

experiência pedagógica em objeto de mensuração permanente e desloca para a lógica dos indicadores aquilo que, por sua natureza histórica, social e humana, não se reduz ao quantificável. Tal racionalidade transpõe para a educação princípios próprios da administração empresarial e, assim, redefine o sentido da gestão escolar estreitando o campo de autonomia dos sujeitos ao favorecer uma concepção de formação centrada no desempenho individual e obscurecer as determinações sociais que atravessam os processos de ensino e aprendizagem.

> - Pactuação de Metas: é o ponto de partida para o Jovem de Futuro, pois orientará o planejamento da escola e apoiará o acompanhamento dos profissionais que administram o Circuito de Gestão.
> - Planejamento: é uma ferramenta importante para viabilizar o planejamento participativo nas escolas. É por meio dele que a comunidade escolar delineia o que precisa ser feito a partir de seu diagnóstico para alcançar o resultado desejado. É um guia de execução e atendimento para que a equipe não perca de vista a melhoria do aprendizado e o caminho desenhado para sua eficácia.
> - Execução: é a fase em que se coloca em prática as ações planejadas, com muita atenção ao monitoramento de rotina, as adequações e o registro, pois as tarefas propostas no plano precisam ser monitoradas diariamente durante a execução das ações.
> - Avaliação de Resultados: são reuniões trimestrais para analisar a implementação do Plano de Ação e validar o alcance dos resultados. Esse é o momento de avaliar o andamento do Circuito de Gestão.
> - Compartilhamento de Práticas: é uma atividade trimestral que reúne escolas de uma mesma região para se apoiarem mutuamente na busca por melhores resultados de aprendizagem. É um momento de troca de experiências entre as escolas, que poderão compartilhar os aprendizados relacionados às práticas que favorecem a execução das tarefas, facilitam a entrega dos produtos, produzem efeitos sobre os resultados pretendidos e promovem a melhoria dos indicadores estruturantes.
> - Correção de Rotas: é o momento de revisar o caminho e as estratégias traçadas e identificar aquelas que não produziram resultado para alcançar a meta, ou seja, potencializar a aprendizagem dos estudantes. Após as escolas corrigirem suas rotas, retoma-se o Plano de Ação a partir de sua Meta e, novamente, se faz um novo percurso em todas as etapas do Circuito, sempre na busca da melhoria da aprendizagem dos seus estudante[266].

[266] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/como-funciona/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

FIGURA 2 - INFOGRÁFICO DO CIRCUITO DE GESTÃO - CdG



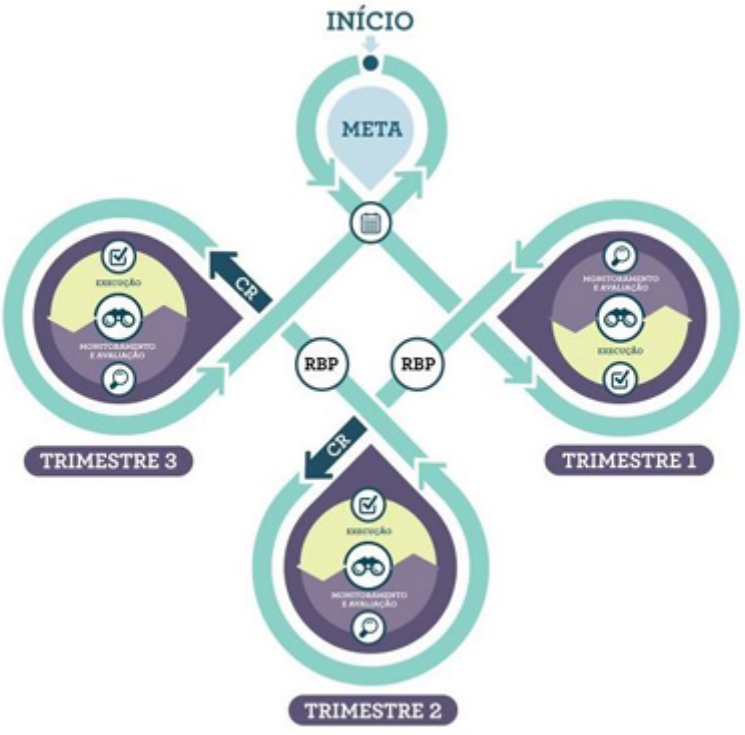
Fonte: *Website* do Instituto Unibanco.

Ao defender a narrativa de que transmutações empresariais na gestão escolar apresentam todas as condições necessárias para romper com o ciclo histórico de exclusão e fracasso nas escolas públicas, o CdG - cíclico e retroalimentado em si, reforça a ideia de "avanço contínuo" mediante a corresponsabilização tanto dos sujeitos quanto das diferentes instâncias envolvidas em sua implementação - escolas, SREs e SEE, a fim de garantir o alcance dos resultados desejados. Fato exemplar é o imperativo, revestido pela sedução que perpassa a expressão "desafio", de repetir o ciclo do CdG três vezes ao longo do ano letivo a partir de um Calendário previamente definido pelo IU, com exigências rigorosas em relação ao seu cumprimento que desconsideram, em absoluto, todas as demandas internas e externas das escolas e das SREs, como se a execução do CdG consistisse no único processo que realmente importasse na realidade educacional.

> A gestão para o avanço contínuo é o conceito que orienta as ações do Jovem de Futuro. Tem como pilares o foco no estudante, a coerência interna e o aprender fazendo. O avanço contínuo é um efeito do Circuito de Gestão, cujo processo de funcionamento é similar à prática científica: definição de hipótese, experimento e avaliação. A avaliação permite refletir sobre o que não funcionou e alterar as ações. O desafio é repetir o ciclo três vezes no ano; a cada rodada, as hipóteses são aperfeiçoadas e submetidas a novos testes

> empíricos até que evidências suficientes sejam acumuladas. O CdG é iniciado a partir de ações de governança, formação, assessoria técnica, mobilização e avaliação. Depois, ocorre a reorganização do trabalho das escolas, regionais e secretarias para tornar a rotina mais coletiva, integrada e reflexiva. A partir disso, é possível experimentar um funcionamento escolar mais efetivo e gerar resultados sistêmicos para o avanço da política educacional. (...) O Circuito de Gestão propõe que as três instâncias - secretaria, regional e escola - formulem planos de ação conectados e coerentes entre si. Esses planos são compostos de ações que incidem em cinco dimensões da gestão: estratégica, pedagógica, pessoas, relacional e administrativa-financeira. Considerando que o conjunto das dimensões está a serviço da dimensão pedagógica, pois ela é a realizadora da finalidade da política educacional, foi desenvolvido um processo de formação focado na coordenação pedagógica das escolas com objetivo de contribuir com a mitigação da evasão escolar, a melhoria na qualidade de ensino e a permanência do estudante com base em evidências[267].

FIGURA 3 - CIRCUITO DE GESTÃO - CdG NO ANO LETIVO



Fonte: *Website* do Instituto Unibanco[268].

[267] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/como-funciona/>. Acesso em: 09 mar. 2024.
[268] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/como-funciona/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

Com duração de 8 (oito) anos, 8 (oito) longos anos, a PPP entre o IU e a SEE referente à implementação do PJF consiste em 3 (três) anos destinados à disseminação e à experimentação do método de gestão, outros 3 (três) anos dedicados à transferência de conhecimento e tecnologias para consolidar os princípios do programa na rede "parceira" objetivando a implementação autônoma das ações impregnadas no cotidiano educacional e 2 (dois) anos de monitoramento dos processos de gestão empreendidos e da mudança cultural realizada (Henriques *et al.*, 2020). Ao promover movimentos que alteram "a forma de lidar com a gestão de recursos humanos, materiais e financeiros" nas escolas, o IU fomenta "uma nova cultura organizacional" no ambiente escolar (Instituto Unibanco, 2012, p. 15) e, assim, para além dos objetivos publicizados de melhoria da aprendizagem dos/as estudantes, a intencionalidade que se evidencia é a efetivação de "uma mudança profunda na organização social escolar, com base em princípios da administração de empresas e sua transposição para a escola, descaracterizando completamente o princípio constitucional da gestão democrática" frente às implicações nocivas da mercantilização do público (Peroni, 2015, p. 136).

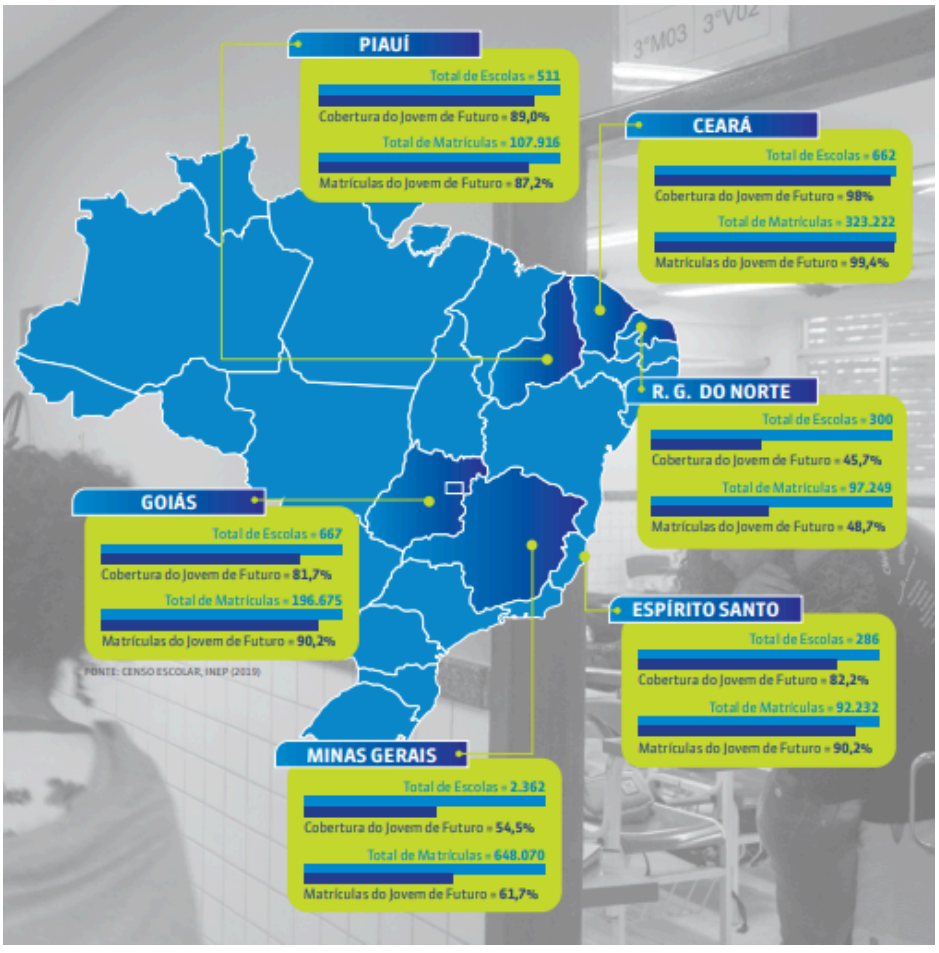
Assim como Peroni e Rossi (2019), entendo que a educação possui relevância central na construção de uma sociedade democrática, visto que as relações sustentadas por seus princípios se edificam na experiência das interações sociais, portanto, a escola, quando organizada sob preceitos democráticos, torna-se um *locus* privilegiado para questionar privilégios, problematizar desigualdades, reivindicar direitos, fortalecer a consciência crítica e formar cidadãos capazes de intervir na realidade e lutar pela ampliação da justiça social, tensionando as fronteiras e os horizontes da própria sociabilidade democrata. Como apontam as teorias críticas da educação, a função social da gestão escolar democrática não se restringe à organização administrativa da escola - como pressupõe o IU através do PFJ, mas se coloca como espaço de formação política onde se exercita a cidadania de forma concreta enquanto prática coletiva e histórica, não reduzida a um mero discurso normativo. Nesse sentido, ao romper com práticas autoritárias e centralizadoras, a escola deixa de reproduzir passivamente a lógica intrínseca nas relações de dominação e exploração e passa a constituir-se como um microcosmo de participação democrática, espaço este no qual a cidadania, uma vez compreendida como resultado de disputas, resistências e conquistas históricas da

sociedade - e não como dádiva concedida de forma benevolente, deixa de figurar como mero conceito abstrato para ser vivenciada nas práticas e relações cotidianas.

Em 2019, início do primeiro mandato do NOVO em Minas Gerais, após anos sem a ingerência do IU na educação pública mineira, a PPP é repactuada e o PJF é implementado em escala nas escolas mineiras de Ensino Médio. Segundo Brito (2022, p. 159):

> A pactuação da parceria em Minas já era de se esperar, levando-se em conta que o novo governador Romeu Zema havia declarado, ainda em sua campanha eleitoral, ser favorável à constituição de parcerias público-privadas, não apenas na educação. Além disso, Zema é empresário e traz consigo a conhecida concepção de que os princípios gerenciais, segundo a lógica de mercado, são superiores e devem ser aplicados na administração pública. O próprio lema adotado por ele para sua gestão no governo de Minas nos remete à adoção do modelo gerencial: 'Governo diferente. Estado eficiente'.

FIGURA 4 - ABRANGÊNCIA DO PJF EM 2019



Fonte: Instituto Unibanco - Relatório de Atividades 2019, p. 8.

Fundado em 2014 e financiado por banqueiros e executivos com fortes ligações com o Banco Itaú - um dos principais articuladores na implementação de iniciativas privadas na educação pública brasileira, o NOVO apresenta, desde seus primórdios, um posicionamento neoliberal de defesa da redução do papel do Estado, de sustentação da eficiência administrativa do setor privado, de valorização da meritocracia como elemento impulsionador de políticas públicas e de apologia à privatização dos serviços públicos como solução universal para problemas estruturais estatais, evidenciando um alinhamento programático com a visão empresarial-mercantil - amplamente defendida pelos interesses dos grandes conglomerados econômico-financeiros, como forma de modernização da gestão pública frente a uma consagrada incapacidade do Estado, ou seja, do público de garantir qualidade (Apple, 2003; Caetano, Peroni, 2015). No entanto, esta estratégia ideológica oculta os efeitos sociais e políticos desse processo que naturaliza a perda de autonomia pública, a fragilização da cidadania, a subordinação de direitos sociais à lógica de mercado, a exclusão de grupos vulneráveis, o aprofundamento das desigualdades e das injustiças sociais e a transformação de serviços essenciais - como a educação e a saúde, em mercadorias.

Nesse contexto, no qual Zema emerge como gestor político-empresarial, o NOVO se configura como expressão de uma ideologia de mercado e o Itaú se projeta como representante de interesses financeiro-institucionais, evidencia-se um imbricado projeto de privatização indireta da educação pública através da inserção compulsória nas escolas de metodologias, protocolos e métricas importadas do setor financeiro que redefinem, a partir da convergência dos interesses econômicos e políticos, a própria função social das instituições de ensino nos moldes da logicidade do capital.

Cabe ressaltar que, na mesma data da publicação oficial do Termo de Cooperação Técnica entre o IU e a SEE/MG[269], a PPP foi lançada durante o *1º*

[269] “Extrato do Acordo de Cooperação – Processo SEI nº 1260.01.0042819/2019- 18. Assinatura: 06/08/2019. Partes: EMG/Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e o Instituto Unibanco. Objeto: Mútua cooperação entre os Partícipes a fim de possibilitar a implementação e o desenvolvimento pelo OEP, com o suporte da OSC PARCEIRA, de Estratégia de Gestão para o Avanço Contínuo que visa ampliar capacidades e competências institucionais, coletivas e individuais no campo da gestão escolar e educacional para melhorar a qualidade do Ensino Médio Regular nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais, bem como contribuir para o resultado a ser alcançado pelo OEP na diminuição dos índices de evasão escolar, por meio de apoio técnico pedagógico às

Seminário de Gestão Educacional do Ensino Médio, realizado na Cidade Administrativa de Minas Gerais, em 07 de agosto de 2019. Na ocasião, Zema - NOVO, então Governador do Estado, declarou o seguinte:

> Estou extremamente otimista com relação a essa nossa parceria com o Instituto Unibanco, tenho absoluta certeza que Minas Gerais dará um salto no índice Ideb. Nós temos muito o que melhorar a nossa gestão da educação, e o Instituto Unibanco, melhor que qualquer outra instituição, faz isso muito bem. Tenho certeza que essas boas práticas serão extremamente úteis, principalmente, para o aluno mineiro. É só questão de tempo para os resultados surgirem. E tô dando todo meu apoio ao Instituto Unibanco. Aquilo que o Governador puder fazer, ele fará[270].

Na ausência de uma proposta institucional estruturada para o Ensino Médio da rede estadual mineira, a gestão do NOVO delegou ao IU a competência para conduzir práticas gerencialistas em âmbito educacional e, ao transferir a um agente privado funções de natureza pública, deslocou para a esfera privada parte do poder decisório do Estado, reforçando um projeto de privatização velada. Nesse movimento - e sem qualquer pudor, a SEE/MG atribuiu aos/às ANE/IE a responsabilidade de orientar, monitorar e analisar todas as etapas do CdG nas escolas de Ensino Médio integrantes de seus respectivos Setores de Inspeção Escolar. Assim, servidores/as públicos/as, investidos/as em cargos públicos e remunerados com recursos públicos, foram obrigados/as a desempenhar atribuições direcionadas pelo IU, inserindo-se no âmago de um processo de captura do Estado pela lógica privatista expresso tanto na subordinação do serviço público a interesses privados quanto na incorporação da racionalidade empresarial-mercantil à ação estatal.

---

unidades escolares, às unidades regionais e à unidade central (doravante denominado "Projeto" ou "Projeto Jovem de Futuro"), observando os princípios constantes da Constituição da República e das leis específicas, conforme especificações contidas no cronograma de execução do Plano de Trabalho previamente aprovado pelos Partícipes e que integrará o presente Acordo de Cooperação. Gestor da Parceria: Thiago Peixoto Gonçalves - MASP: 1.478.106-6. Fiscal da Parceria: Tiago Vieira Lima - MASP: 1.269.274-5. Vigência: da data de sua publicação até 31/12/2022. Assinantes: Julia Sant'anna, Marcelo Luis Orticelli e Jânio Francisco Ferrugem Gomes". Disponível em: Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, de 7 de agosto de 2019, página 29.

[270] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/video/governadores-falam-da-importancia-da-parceria-de-seus-estados-com-o-instituto-unibanco/>. Acesso em: 29 set. 2024.

Observo, então, que a PPP entre o IU e a SEE/MG opera em dois sentidos convergentes de corresponsabilização administrativa: de um lado, transfere ao Estado a responsabilidade pelo aporte financeiro necessário à realização das ações estabelecidas pelo PJF e, de outro, desloca a responsabilização estatal pelos resultados a serem alcançados para os sujeitos compulsoriamente envolvidos em sua implementação - dentre os quais me incluo na condição de Inspetora Escolar vivenciando a intensificação da precarização do trabalho decorrentes da ampliação das responsabilidades sem o devido aporte de condições materiais e pedagógicas.

Destarte todas as manobras da política de governo em voga, a afirmativa do Governador Zema - NOVO feita em 2019, de que seria “só questão de tempo para os resultados surgirem” com a PPP entre IU e SEE/MG, não se concretizou. Os resultados alcançados pelas escolas de Ensino Médio da rede estadual mineira nos anos de 2019, 2021 e 2023 no IDEB, inalterados em 4,0 pontos e longe de alcançar a meta estabelecida, revelam o caráter improlífico do PJF diante dos resultados educacionais que sua lógica gerencialista se propõe a produzir ao transferir para os sujeitos da escola a responsabilidade pelo desempenho dos/as estudantes que, *per se*, deveria ser assegurado por políticas públicas não subordinadas ao capital.

FIGURA 5 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB: RESULTADOS DE MINAS GERAIS



Ano	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019		2021		2023	
Dependência	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
Estadual	3,4	-	3,5	3,5	3,6	3,6	3,7	3,7	3,6	4,0	3,5	4,4	3,6	4,8	4,0	5,0	4,0	5,3	4,0	-

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP[271]

[271] Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGVjMzIwZWQtM2IzZS00NmE0LTkwNjUtZjI1YjMy

Frequentemente, o IDEB é utilizado como principal referência para quantificar a qualidade da Educação Básica e, ao transformar a aprendizagem em um índice numérico de desempenho padronizado, possibilita a implementação de políticas públicas educacionais voltadas para a priorização de resultados mensuráveis em detrimento da formação integral dos/as estudantes que, por sua vez, pressupõe a articulação entre as dimensões intelectual, social, cultural, política e ética do sujeito (Frigotto, 2011; Saviani, 2021). Todavia, a estagnação dos resultados do IDEB do Ensino Médio na realidade mineira, no período de intervenção do IU por meio do PJF, torna-se particularmente significativa diante da própria centralidade atribuída à GEpR, permitindo problematizar sua capacidade de produzir os avanços educacionais que recorrentemente são utilizados para justificar sua adoção como estratégia de gestão. Mais do que uma questão meramente quantitativa, a ausência de progressão do indicador tensiona a própria premissa de que a incorporação de mecanismos gerencialistas - orientados pelo monitoramento, pela responsabilização e pela produção de resultados mensuráveis, por si só, consegue assegurar avanços estruturais na qualidade da educação pública, fragilizando a narrativa de eficácia que sustenta o PJF ao expor a distância entre a promessa de transformação educacional e os resultados efetivamente materializados.

Em 2020, em decorrência do fechamento das escolas como medida de contenção da pandemia de COVID-19, foi institucionalizado o *Centro de Pesquisa Transdisciplinar em Educação - CPTE*, que reuniu pesquisadores de diferentes áreas em torno de estudos voltados ao aprimoramento do PJF. No ano seguinte, além de concentrar esforços na busca por soluções e estratégias destinadas a mitigar os impactos da pandemia nas redes parceiras, o IU ampliou, em Minas Gerais, a abrangência do PJF para 35 (trinta e cinco) SREs, alcançando 1.927 (mil novecentas e vinte e sete) escolas. Em 2022, em razão da implementação do PJF no estado do Espírito Santo, o IU recebeu o *Prêmio Evidência* e o *Troféu IMDS-Mobilidade Social*, ambos promovidos pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil, pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social e pela Escola Nacional de Administração Pública. Em 2023, o IU ampliou suas ações de formação de gestores educacionais direcionadas ao “enfrentamento de desafios presentes no cotidiano das escolas e das Secretarias de

---

NTVhZGY0IiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 29 set. 2024.

Estado de Educação", sendo que, em Minas Gerais, nesse mesmo movimento, todas as escolas estaduais de Ensino Médio e todas as SREs foram subsumidas pelo PJF[272] na materialização de um processo através do qual o capital coopta as estruturas estatais para preservar o *status quo* e assegurar as condições favoráveis à sua reprodução e acumulação por meio da privatização da coisa pública (Wood, 2003). A incidência do PJF em Minas Gerais durante o Governo NOVO, cuja gestão gerencialista trata a educação como uma mercadoria e não como um direito social, nos remete à abordagem de Lima (2013, p. 178-179) para ratificar o caráter privatizante do programa:

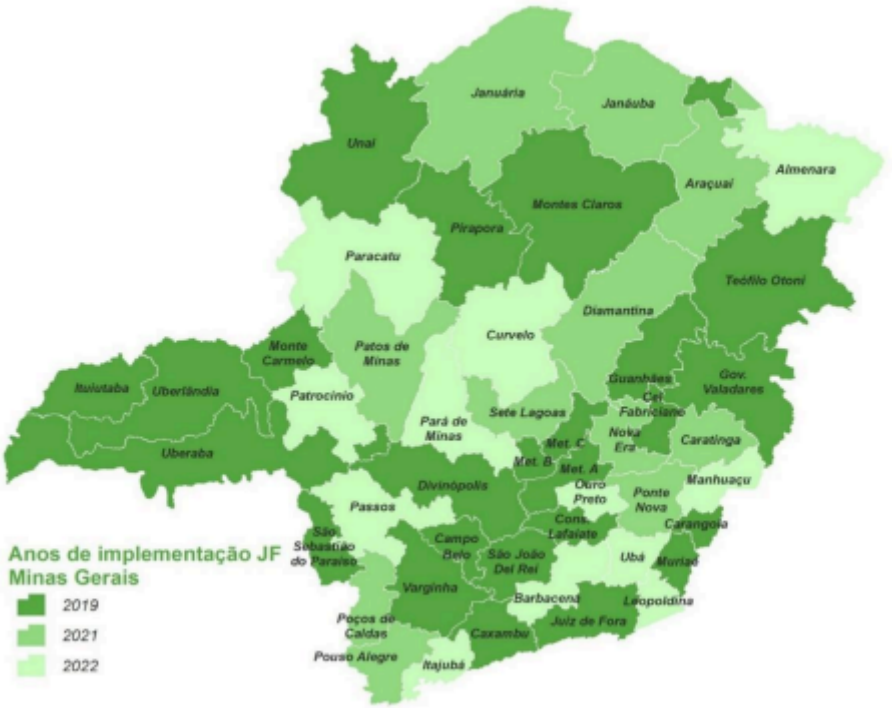
> Privatização pode, portanto, significar muitas e diferentes coisas, desde a erosão das responsabilidades estatais em benefício de privados, desregulação, concessão, parcerias, construção de redes nacionais de ensino, já não públicas, mas híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas, escolas públicas com estatutos de fundação e regidas pelo direito privado, escolas públicas cuja gestão foi concessionada a privados, financiamento através da captação de alunos e respectivos 'cheques-ensino' pagos pelo Estado, interferência crescente no currículo, na prática pedagógica, na avaliação, etc., por parte de instituições privadas, empresas e fundações, organizações não-governamentais diversas ou do chamado 'terceiro setor'. Privatização pode, ainda, significar a crescente introdução de modos de gestão considerados típicos das organizações privadas, ideologicamente consideradas mais bem geridas, em busca da 'zero-burocracia', mais ágeis e manejáveis em ambientes incertos e turbulentos, centradas nas necessidade do cliente ou consumidor, induzindo a competitividade no seu interior através da adoção de mercados internos, ou seja, seguindo os princípios normativos e as prescrições técnico-instrumentais da chamada 'Nova Gestão Pública'.

Na perspectiva do autor, a privatização da educação não se limita à transferência direta de bens, serviços ou responsabilidades do Estado para agentes privados, mas compreende um processo mais amplo de reconfiguração da esfera pública, no qual princípios, valores e mecanismos próprios do setor privado passam a orientar a gestão, o currículo, a avaliação e as práticas pedagógicas. Trata-se, portanto, de uma privatização que também pode ocorrer no interior da própria escola pública, por meio da incorporação de modelos empresariais de gestão, da cultura de metas e resultados, da competitividade, da mensuração do desempenho e da responsabilização individual. Sob essa lógica, a fronteira entre o público e o

[272] Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/sobre-nos/>. Acesso em: 09 mar. 2024.

privado torna-se progressivamente mais difusa, favorecendo a inserção de empresas, fundações e organizações privadas na definição dos rumos da educação e deslocando sua finalidade social para uma racionalidade orientada pela eficiência, pelo desempenho e pela lógica mercantil.

FIGURA 6 - INCIDÊNCIA DO PJF EM MINAS GERAIS



Fonte: Instituto Unibanco, 2019b, p. 15.

Em suas análises sobre as decorrências do imbricamento entre o público e o privado no âmbito do PJF, Sandri e Silva (2019, p. 44) explicitam que, a partir do poder econômico advindo do empresariado atrelado às aproximações estatais com o mercado, a triangulação entre “meritocracia” (capacidade do indivíduo ser protagonista de suas escolhas a partir de sua condição econômica), “**empreendedorismo**” (capacidade do indivíduo encontrar soluções para a sua situação financeira) e “empregabilidade” (capacidade do indivíduo agregar o seu capital humano a competências que o tornem empregável no mercado de trabalho), incidem de forma determinante sobre a formação dos sujeitos tendo em vista que “ser protagonista, empreendedor e empregável são condições para se definir quem será o ‘jovem de futuro’ e o ‘jovem sem futuro’”. No que diz respeito ao

empreendedorismo em âmbito escolar, ao mesmo tempo em que se apresenta como estratégia de protagonismo juvenil, opera como mecanismo de seletividade social, naturalização e legitimação das desigualdades ao instituir uma narrativa de futuro destinada a poucos - aqueles que conseguem adaptar-se às exigências do modelo meritocrático, ao passo que, para muitos, impõe o estigma do fracasso. Ao converter condições sociais estruturalmente desiguais em diferenças de iniciativa, competência e capacidade individual, essa perspectiva desloca para os/as próprios/as jovens a responsabilidade por seus êxitos e fracassos e, simultaneamente, obscurece as determinações que efetivamente condicionam suas trajetórias. Desse modo, precarização das políticas públicas, ausência de equidade, desigualdade socioeconômica e subordinação da educação à lógica neoliberal deixam de figurar como problemas estruturais a serem enfrentados pelo Estado e pela sociedade para serem recodificados como insuficiências individuais, produzindo uma pedagogia da responsabilização que dissimula a desigualdade enquanto transforma a adaptação às exigências do mercado em horizonte de realização juvenil.

As reflexões de Peroni *et al.* (2021) sobre as implicações das propostas neoliberal e neoconservadora na formação da juventude brasileira esclarecem que a disputa do conteúdo da educação, especialmente no Ensino Médio, integra o movimento de correlação de forças pela hegemonia de projetos societários de natureza distinta. As autoras enfatizam que a proposta educativa neoliberal materializa a logicidade mercantil na política educacional para a juventude em um contexto no qual a urgência em responder às contradições estruturais do capital oculta o caráter histórico de sua produção, reiterando e consolidando a racionalidade capitalista. Segundo Ferretti e Silva Júnior (2000, p. 64-65),

> Pode-se levantar a hipótese de que as mudanças educacionais em geral, em particular na esfera da Educação Profissional e do Ensino Médio, objetivam mais a produção de um novo tipo de homem, do que, efetivamente, sua preparação para o trabalho. Parece que se prepara um novo tipo de homem por meio de uma educação para o trabalho em uma sociedade sem emprego, regida pela lógica da competência e pela ideologia da empregabilidade, ou, (...) pela ideologia da laboralidade. (...) No momento atual, com a mercantilização da educação e sua respectiva redefinição no âmbito simbólico-cultural, com a sua subordinação ao econômico, ao mercado, tendo como consequência a transposição de construtos teóricos do mundo da produção para a esfera educacional, (...) a

> lógica da competência - que tudo naturaliza, [atribui] ao trabalhador a responsabilidade total e individual pela obtenção de um trabalho no contexto de um mundo sem emprego. A Educação Profissional Técnica e o Ensino Médio - a se organizarem conforme suas diretrizes, estarão contribuindo para a construção do novo homem no atual estágio do capitalismo. Ambos, Ensino Médio e Educação Profissional, por meios distintos, parecem realizar um mesmo objetivo: uma educação como bem privado para um homem que é destituído, diante do mercado, de sua condição de sujeito, num contexto da ditadura das aparências e do automatismo total. Trata-se da ditadura mais acentuada do econômico, quando ele mesmo torna-se a forma mais forte de ideologia.

No mesmo sentido, Peroni *et al.* (2021, p. 08) também entendem a inclusão e a defesa da narrativa sobre empreendedorismo nas políticas educacionais curriculares como uma estratégia capitalista neoliberal para resolver o infortúnio do desemprego entre os/as jovens a partir dos interesses da classe hegemônica empresarial, pois, assim, a partir dos princípios norteadores da lógica mercantil, do gerencialismo e das parcerias com o terceiro setor, redefinem o papel do Estado no atendimento das demandas sociais, inclusive, na qualificação de novas bases para a juventude tendo em conta que, “em uma sociedade de classes, em que os empregos não são para todos, o empreendedorismo integra o discurso ideológico e meritocrático utilizado para levar as pessoas a aceitarem as relações sociais vigentes sem questioná-las”. Como já dizia Marx e Engels (1998, p. 47), as ideias dominantes são “a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais apreendidas como ideias, portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação”. Nesse diapasão, a proposta do empreendedorismo é erigida como eixo estruturante da educação pública sob o pretexto de oferecer alternativas ao desemprego, no entanto, em sua essência, mesmo em contextos de crise, o que realmente busca garantir é a continuidade da produção coletiva de riquezas constrita à apropriação privada, sustentando um modelo de sociabilidade no qual o individualismo é erigido como valor incontestável que apresenta, em seu anverso, a capacidade de subordinar e fragilizar a coletividade, esvaziando-a de sentido enquanto horizonte político-pedagógico e neutralizando suas potencialidades transformadoras e emancipatórias.

Desse modo, a educação para o empreendedorismo cumpre a função de difundir a racionalidade própria do capitalismo ao moldar a juventude a partir de

premissas que orientam seus modos de pensar, sentir e agir de acordo com os interesses da produção e da reprodução dos valores de mercado, naturalizando-os como universais na construção de uma sociedade regulada pelo capital (Peroni *et al.*, 2021). Em termos gramscianos, trata-se de um mecanismo de fortalecimento da hegemonia pelo qual o consenso em torno da sociabilidade capitalista é forjado no interior da escola, sendo que, ao assumir o caráter de política pública educacional, a proposta pedagógica do empreendedorismo esvazia o processo educativo de seu potencial democrático, igualitário e de valorização da diversidade, reduzindo-o a uma formação economicista e instrumentalizada com alicerces sobrepostos na meritocracia, na competitividade e no individualismo (Peroni *et al.*, 2021). Esse deslocamento, como aponta Frigotto (2015), converte a escola em um espaço de preparação de capital humano que nega a coletividade e a universalização de direitos enquanto fundamentos de uma concepção crítica e democrática de educação, uma vez que a responsabilização por cada indivíduo pelo seu próprio sucesso ou fracasso, transferindo o social para o pessoal, oculta as condições históricas, estruturais e sistêmicas que determinam as desigualdades educacionais e sociais (Harvey, 2008; Mészáros, 2002).

No Projeto Político Pedagógico da escola (2022, p. 47), a única referência ao empreendedorismo diz respeito a questões ambientais, o que evidencia uma tentativa discursiva de revestir a lógica mercadológica com um verniz de sustentabilidade. Tal abordagem, ao associar o cuidado ambiental à ideia de iniciativa individual e inovação produtiva, mesmo que de forma não intencional, reforça a racionalidade neoliberal que desloca a responsabilidade coletiva pela crise socioambiental para o campo das escolhas pessoais, despolitizando o debate sobre as causas estruturais da degradação ambiental. Em vez de problematizar as relações entre capital, trabalho e natureza, o documento naturaliza a lógica do ‘empreender para preservar’, reduzindo a Educação Ambiental a um instrumento de adequação dos sujeitos às exigências do mercado verde e silenciando as dimensões éticas, políticas e emancipadoras que deveriam orientar o enfrentamento das injustiças socioambientais.

> A educação ambiental também diz respeito ao reconhecimento dos saberes da localidade, que são identificados, valorizados e apropriados pela Escola da seguinte forma: por meio de projetos e parcerias com instituições locais, como, IEF, Parques Estaduais de

> Ibitipoca e Serra Negra da Mantiqueira, Comuna e Reserva de Ibitipoca, Associação Caminho da Serra, Linhas de Minas, dentre outras, que oportunizam aos educadores e estudantes, oficinas e cursos de capacitação, valorizando os saberes e a região. Assim também **a Escola valoriza o processo produtivo e fomenta o empreendedorismo ambiental local**. Para potencializar ações de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável com a comunidade, a Escola tem desenvolvido o Projeto de plantio de mudas - Moleque no Viveiro, mas não participa diretamente de nenhuma instância ambiental.
> (grifo nosso)

Embora o PJF não apresente, de forma explícita, o empreendedorismo como um de seus pilares, ambas as concepções são permeadas pelos mesmos princípios mercadológicos norteadores tanto de suas dinâmicas operacionais quanto de suas perspectivas educacionais: centralidade na busca por resultados mensuráveis: produtividade / lucro, eficiência gerencial: racionalização / maximização e responsabilização individual: culpabilização / autogestão, princípios estes atravessados por fundamentos pedagógicos a exemplo da proatividade, da autonomia, da adaptabilidade, da resiliência, da agilidade, da inovação, da criatividade, da disciplina e da competitividade. Sob o invólucro do empoderamento juvenil, tais princípios e fundamentos reconfiguram a cidadania em termos de eficiência, eficácia e efetividade e não de participação democrática e justiça social, no âmago de um movimento que se traduz na pedagogia do capital humano “que visa otimizar saberes supostamente necessários para o sucesso no mundo do trabalho, configurando esses neossujeitos em empreendedores e em empresários de si próprios” (Pizolati, 2020, p. 523). Nas palavras de Dardot e Laval, (2016, p. 149):

> Se o mercado é um processo de aprendizado, se o fato de aprender é um fator fundamental do processo subjetivo de mercado, o trabalho de educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura de empresa privada e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica. O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina.

No caso de Minas Gerais, a conexão entre o PJF e o empreendedorismo torna-se particularmente evidente diante de sua constituição como um dos eixos

estruturantes[273] que perpassam todas as Áreas do Conhecimento da Formação Geral Básica - *Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*. Essa articulação materializa-se na Unidade Curricular *Eletivas*[274], integrante dos Itinerários Formativos da Matriz Curricular do Ensino Médio, em correlação com habilidades vinculadas às Competências Gerais da BNCC, conforme explicitado no Quadro 1 e no Quadro 2. A presença do empreendedorismo também se evidencia nos Componentes Curriculares *Inovação Social e Científica e Empreendedorismo* e *Prática Profissional e Empreendedora* - ambos vinculados à Unidade Curricular *Formação Técnica e Profissional / Preparação Básica para o Trabalho e Empreendedorismo*, integrando-se, assim, aos Itinerários Formativos de todas as Matrizes Curriculares dos Cursos Técnicos"[275].

QUADRO 1 - HABILIDADES ESPECÍFICAS DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS ASSOCIADAS ÀS ÁREAS DO CONHECIMENTO DA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E AO EIXO ESTRUTURANTE EMPREENDEDORISMO

EIXO ESTRUTURANTE: EMPREENDEDORISMO	
Empreendedorismo - Área de Linguagens e suas Tecnologias	
EMIFLGG10	Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às várias linguagens podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.

[273] Os eixos estruturantes explicitados no *Catálogo de Eletivas 2025* da SEE/MG são: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural, Empreendedorismo.
[274] O componente curricular Eletivas é definido pela escola e estudantes a partir do Catálogo de Eletivas 2025 da SEE/MG, sendo elas: Área do Conhecimento Linguagens e suas Tecnologias (Dinâmicas do debate e da argumentação, Esporte e inclusão, Leituras e vivências em língua espanhola, Práticas de leitura e escrita, Teatro), Área do Conhecimento Matemática e suas Tecnologias (Conexões matemáticas, Educação financeira, Educação fiscal, Laboratório de matemática, Raciocínio Lógico), Área do Conhecimento Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Agricultura de base ecológica, Astronomia, Ciências criativas, Cinema e meio ambiente, Tecnologia de resíduos sólidos), Área do Conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Cinema e Sociedade, Cultura de paz e convivência democrática, Globalização tecnologia e trabalho, *Playlist* musical e identidades culturais brasileiras, Saberes não eurocêntricos).
[275] Disponível na Resolução SEE/MG nº 5.084, de 21 de outubro de 2024.

EMIFLGG11	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das práticas de linguagem para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo.
EMIFLGG12	Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as práticas de linguagens socialmente relevantes, em diferentes campos de atuação, para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.
Empreendedorismo - Área de Matemática e suas Tecnologias	
EMIFMAT10	Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados à Matemática podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.
EMIFMAT11	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos da Matemática para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo.
EMIFMAT12	Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando processos e conhecimentos matemáticos para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.
Empreendedorismo - Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias	
EMIFCNT10	Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências da Natureza podem ser utilizados na concretização de projetos pessoais ou produtivos, considerando as diversas tecnologias disponíveis e os impactos socioambientais.
EMIFCNT11	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências da Natureza para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo.
EMIFCNT12	Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências da Natureza e suas Tecnologias para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.
Empreendedorismo - Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	
EMIFCHS10	Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.
EMIFCHS11	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para desenvolver um projeto pessoal ou um empreendimento produtivo, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.
EMIFCHS12	Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou

	global.
Empreendedorismo - Formação Técnica e Profissional	
EMIFFTP10	Avaliar as relações entre a formação escolar, geral e profissional, e a construção da carreira profissional, analisando as características do estágio, do programa de aprendizagem profissional, do programa de trainee, para identificar os programas alinhados a cada objetivo profissional.
EMIFFTP11	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos sobre o mundo do trabalho para desenvolver um projeto pessoal, profissional ou um empreendimento produtivo, estabelecendo objetivos e metas, avaliando as condições e recursos necessários para seu alcance e definindo um modelo de negócios.
EMIFFTP12	Empreender projetos pessoais ou produtivos, considerando o contexto local, regional, nacional e/ou global, o próprio potencial, as características dos cursos de qualificação e dos cursos técnicos, do domínio de idiomas relevantes para o mundo do trabalho, identificando as oportunidades de formação profissional existentes no mundo do trabalho e o alinhamento das oportunidades ao projeto de vida.

Fonte: Catálogo de Eletivas 2025 da SEE/MG, 2025, p. 254-255

A análise das habilidades explicitadas no Quadro 1, quando confrontadas com as premissas neoliberais do empreendedorismo, demonstra a tendência de instrumentalização da educação para finalidades predominantemente mercadológicas, sendo que, nesse movimento, o empreendedorismo deixa de figurar apenas como conteúdo curricular e passa a operar como dispositivo de formação de subjetividades ajustadas às exigências do capital por meio da difusão de princípios e valores a ele intrínsecos.

No tocante à Área de Conhecimento *Linguagens e suas Tecnologia*s, ao propor que os/as estudantes avaliem oportunidades, mobilizem recursos e utilizem as linguagens disponíveis para estruturar e realizar projetos pessoais ou empreendimentos produtivos, a proposta restringe a função social da linguagem - historicamente vinculada à crítica e à problematização, ao utilitarismo que transforma saberes em capital simbólico ou econômico, objetivando a inserção no mercado de agentes autônomos capazes de converterem suas bagagens culturais e linguísticas em instrumento de sobrevivência no centro de um universo que, economicamente, condiciona o acesso a recursos, tecnologias e oportunidades e subordina o desenvolvimento das potencialidades humanas às determinações econômicas e sociais. Outro aspecto problemático é a apropriação das práticas de

linguagem como ferramentas de gestão de projetos, pois a linguagem, nesse enquadramento, perde seu caráter transformador e emancipatório - de questionar hegemonias, denunciar desigualdades e produzir resistências - e é minimizada a mero elemento estratégico para atingir objetivos produtivos e mensuráveis. O impacto dessa dinâmica na formação integral do/a estudante é muito significativo, uma vez que a dimensão ética, estética e política da linguagem acaba sendo secundarizada em nome de sua dimensão pragmática. Não menos importante é a observação que precisa ser feita sobre a menção superficial aos impactos socioambientais, uma vez que o uso desta expressão funciona mais como selo de legitimidade que busca vincular ao discurso empreendedor a imagem de responsabilidade social e ambiental, sem, contudo, comprometer a reprodução da racionalidade econômica e exploratória que o sustenta no âmago de um processo destrutivo de apropriação e subordinação mercantil da natureza e da vida humana.

Quanto à Área de Conhecimento *Matemática e suas Tecnologias*, ao associar a educação matemática às práticas empreendedoras, as habilidades descritas passam a ser orientadas por um pragmatismo que culmina na aplicabilidade imediata do conhecimento. Nessa perspectiva, o conhecimento matemático deixa de ser compreendido como ciência crítica, com potencial de desenvolver raciocínio abstrato, pensamento lógico e capacidade de leitura de mundo, e passa a ser instrumentalizado como ferramenta de viabilidade econômica e produtiva. Essa correlação reconfigura o currículo no sentido de direcionar o foco não para a formação integral dos/as estudantes e sim para a produção de sujeitos ajustados ao mercado, preparados para transformar todo o saber em ativo ou recurso de valorização. Além disso, a narrativa sempre presente de projetos pessoais e produtivos objetiva, tão somente, reforçar o individualismo frente à competitividade empresarial que privilegia a dimensão técnica em detrimento da dimensão crítica, reduzindo o papel social e emancipatório do componente curricular. Mais uma vez necessário se faz abordar a alusão periférica aos impactos socioambientais, visto que estes são tratados apenas como variáveis de cálculo e não como contradições estruturais do modelo de desenvolvimento capitalista neoliberal.

No que concerne à Área de Conhecimento *Ciências da Natureza e suas Tecnologias*, ao enfatizar que os conhecimentos científicos e tecnológicos também devem ser mobilizados e aplicados em projetos pessoais ou produtivos, o currículo submete o saber científico aos interesses imperativos do mercado e o

instrumentaliza para viabilizar empreendimentos que vão de encontro à historicidade da compreensão crítica dos fenômenos naturais, dos processos biológicos, físicos e químicos e da formação científica cidadã, pois desconsidera as desigualdades sistêmicas que condicionam o acesso a laboratórios, equipamentos, materiais didáticos e oportunidades de experimentação. Os impactos socioambientais, não por acaso, novamente retomados, são tratados apenas como variáveis a serem gerenciadas por projetos ditos socialmente responsáveis, uma vez que invisibilizam as correlações socioeconômicas que provocam os problemas ambientais, as injustiças socioambientais e, dentre outros, os limites do desenvolvimento insustentável do modo de produção capitalista. Nesse diapasão, os fundamentos do empreendedorismo contribuem para diluir o potencial emancipatório da educação científica ao reconfigurar o componente curricular como uma ferramenta de gestão pessoal e de produtividade mercadológica e não como espaço de construção de pensamento crítico e de responsabilidade socioambiental.

A respeito da Área de Conhecimento *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, em vez de promover uma compreensão histórica, social e política da realidade, capaz de problematizar desigualdades, relações de poder e dinâmicas culturais, mobilizam-se habilidades para sustentar projetos que subsumem o conhecimento humanístico à dinâmica do capital. O uso de conceitos tais como cidadania, direitos humanos, participação política e diversidade cultural não desenvolve uma reflexão crítica sobre as estruturas de opressão e exclusão que atravessam a sociedade e, além disso, a ênfase em projetos pessoais e no projeto de vida reforça a responsabilização individual do/a estudante, deslocando para o plano das escolhas pessoais problemas que são estruturais e coletivos, como desigualdade socioeconômica, racismo, homofobia, feminicídio, dentre tantos outros. Dessa forma, toda a potencialidade crítica - questionar a naturalização das desigualdades, compreender processos históricos e sociopolíticos, refletir sobre alternativas de organização social - é neutralizada diante de uma formação conservadora orientada para a adaptação ao sistema econômico vigente através da qual o currículo promove uma inversão de finalidade, ou seja, a área do conhecimento que deveria contribuir diretamente para a construção de consciência crítica e de sujeitos capazes de se perceberem históricos, passa a ser tratada como instrumento de gestão de projetos e de legitimação do discurso empreendedor, reduzindo a dimensão política, social e coletiva da formação humana.

QUADRO 2 - HABILIDADES DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS ASSOCIADAS ÀS COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC - EIXO ESTRUTURANTE EMPREENDEDORISMO

	Habilidades relacionadas ao Autoconhecimento, Empreendedorismo e Projeto de Vida	
Eixo Estruturante Empreendedorismo	EMIFCG10	Reconhecer e utilizar qualidades e fragilidades pessoais com confiança para superar desafios e alcançar objetivos pessoais e profissionais, agindo de forma proativa e empreendedora e perseverando em situações de estresse, frustração, fracasso e adversidade.
	EMIFCG11	Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.
	EMIFCG12	Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.

Fonte: Catálogo de Eletivas 2025 da SEE/MG, 2025, p. 249

A apreciação das habilidades expressas no Quadro 2, de forma correlacionada com o empreendedorismo, revela o esvaziamento do potencial emancipatório da educação frente à hegemonia da racionalidade neoliberal ao substituir a formação crítica e coletiva por uma lógica de ajuste individual às contradições do capitalismo e, sob esse viés, a naturalização da lógica concorrencial desloca para o interior da escola imperativos que a convertem em espaço de reprodução e legitimação das relações sociais capitalistas.

No que se refere à habilidade EMIFCG10, embora apresentada como método de desenvolvimento pessoal e de fortalecimento da autonomia do/a jovem, desloca para o sujeito a responsabilidade de arcar, isoladamente, por seu sucesso ou fracasso no mercado de trabalho, desconsiderando os determinantes estruturais que condicionam sua trajetória social e educacional. À luz da retórica da superação individual, legitima-se a narrativa de que basta ser esforçado, resiliente, competitivo

e autossuficiente para vencer obstáculos, legitimando, assim, desigualdades socioeconômicas e precarizações impostas pelo próprio sistema capitalista. Ao enfatizar a perseverança frente ao estresse, ao fracasso e à adversidade, transfere-se ao/à jovem a obrigação de se adaptar permanentemente às condições desfavoráveis a ele/a impostas em vez de questionar ou transformar as estruturas que as produzem.

Em relação à habilidade EMIFCG11, há a intencionalidade clara de internalização da racionalidade gerencial no cotidiano escolar. Sob o discurso da importância de se ter iniciativas individuais e de tomar decisões próprias, observa-se a transposição de práticas inerentes ao mundo empresarial para a formação juvenil, transformando o/a estudante em um/a empreendedor/a de si mesmo/a. Ao enfatizar a gestão da própria vida como um projeto produtivo, ou seja, uma autogestão subjetiva de uma empresa de si no qual o/a jovem deve aprender a identificar metas, gerir recursos e buscar resultados mensuráveis em consonância com o paradigma da eficiência e da performatividade, tem-se, na verdade, uma estratégia de conformação social que induz os sujeitos a assumirem posturas de gestores de si próprios diante da internalização do espírito empreendedor. Ao privilegiar a mobilização individual, naturaliza-se a meritocracia em detrimento da promoção de práticas coletivas, solidárias e colaborativas e, assim, sob a aparência do desenvolvimento de competências, a proposta consolida a ideia de produtividade com foco em resultados imediatos.

No que diz respeito à habilidade EMIFCG12, apesar da ênfase na autorreflexão e no planejamento individual de metas de vida parecer uma prática emancipatória voltada para a construção consciente de trajetórias pessoais, contextualmente demonstra sua função disciplinadora uma vez que transfere para o indivíduo a responsabilização plena por seu presente e futuro. A noção de que cada jovem deve identificar continuamente oportunidades traduz o léxico do mercado para a formação escolar, inserindo o/a estudante em uma amálgama de autoexploração permanente na qual sua vida passa a ser concebida como um investimento a ser administrado estrategicamente. Nesse sentido, a reflexão crítica sobre o desenvolvimento pessoal se converte em autoavaliação constante, não como um exercício de consciência transformadora, mas como mecanismo de adaptação ao mercado de trabalho e às demandas do capital. Além disso, a noção de cidadania se apresenta de forma paradoxal: em vez de promover a participação

política e a busca pela universalização de direitos, o conceito é reduzido a uma dimensão individualizada funcional ao mercado e não à democracia.

Os relatos a seguir, apresentados pelo Aluno e pela Aluna durante suas respectivas entrevistas, evidenciam como suas percepções juvenis estão sendo cooptadas pela eficácia do discurso da racionalidade neoliberal, sobretudo pela internalização de princípios e valores característicos do empreendedorismo como única referência de sucesso e realização pessoal em seus horizontes. Quando questionados se já haviam estudado empreendedorismo na escola e o que haviam aprendido, responderam:

> *A gente estuda empreendedorismo pra ajudar no nosso futuro, né? É importante. Tipo, eu acho legal ter empreendedorismo na escola, porque mostra que a gente pode correr atrás do que quer. Sabe né, abrir um negócio e tal. Ser independente assim.* (Aluno)

> *Já estudamos sim. Eu acho que o empreendedorismo pode resolver muita coisa. É interessante porque ajuda a gente a pensar diferente sobre negócio e dinheiro. E isso prepara a gente pro nosso futuro. A educação financeira ajuda muito a gente também.* (Aluna)

Em contrapartida, é possível observar que os relatos apresentados pelo Diretor e pela Professora revelam a realização de práticas pedagógicas pautadas no diálogo, no pensamento reflexivo e na valorização do contexto social, configurando-se em experiências comprometidas com a formação crítica e solidária dos/as estudantes. Tais ações, a meu ver, sinalizam uma resistência à racionalidade neoliberal uma vez que buscam tensionar a lógica instrumental e produtivista imposta pelas políticas educacionais hegemônicas, reafirmando a escola pública como espaço de construção coletiva do conhecimento, de enfrentamento das desigualdades sociais e de emancipação, pois desloca o foco da eficiência, da produtividade e do tecnicismo mercadológico para a formação humana integral. Quando perguntados se tinham conhecimento de abordagens pedagógicas na escola sobre empreendedorismo e o que puderam observar, responderam:

> *É a minha visão tá. Percebo que quando alguns professores falam de empreendedorismo na escola, eles passam para os alunos uma ideia de autonomia que, pra mim, tá, nada mais é do que precarização. Frases do tipo "você pode ser dono de si mesmo", "você pode criar o seu próprio emprego", são frases que escuto nas conversas dos alunos que eu sei que são ditas por alguns professores dentro de*

> *sala de aula. Eu tenho uma visão bem crítica, eu acho, e acho que o trabalho sobre o empreendedorismo que é feito por outros professores mostra mais a nossa realidade. Por exemplo, o trabalho sobre uberização, né. Quem trabalha com Uber é chamado de empreendedor, da mesma forma que a trabalhadora que vende doces na rua, né. Mas o que acontece com esses trabalhos é que eles não garantem nenhum direito. Acho muito importante os alunos compreenderem isso.* (Diretor)

> *Aqui na cidade toda semana tem a feira de produtos agrícolas da zona rural. E nós aqui da escola já organizamos uma barraca com alimentos orgânicos plantados pelos alunos na nossa horta. A intenção foi trabalhar o empreendedorismo mas afastando a ideia de empresa. E aí a feira acabou se tornando mais que uma prática comercial. Virou um espaço de aprendizado coletivo muito bacana. As pessoas conversavam sobre alimentação saudável, agrotóxicos e indústria de alimentos. Eu percebo que práticas pedagógicas como essa, né, despertam nos alunos a valorização da comunidade e do trabalho no campo.* (Diretor)

> *Quando eu trabalho o tema do empreendedorismo, temos muitos alunos que moram na zona rural, então, sempre procuro trazer a realidade deles, envolver o cotidiano deles. Não falo de empreendedorismo para abrir uma empresa ou para ganhar muito dinheiro. Trabalho para eles perceberem que é possível sobreviver na zona rural de um modo sustentável. E nas minhas aulas mostro alternativas para eles aproveitarem da melhor forma possível os recursos que eles já têm lá, como o uso consciente da água, o reaproveitamento de resíduos e até o cultivo de hortas agroecológicas. Minha intenção é mostrar pra eles que é possível gerar renda sem destruir o meio ambiente. Que é bom para todo mundo manter a vida no campo. Aprender a valorizar a própria comunidade é muito importante.* (Professora)

Os relatos apresentados revelam que a perspectiva crítica do Diretor e da Professora - que busca transcender a logicidade mercadológica do empreendedorismo para uma dimensão social e sustentável, não se materializa na compreensão do Aluno e da Aluna, pois, para ele e para ela, o empreendedorismo ainda é predominantemente associado à criação de negócios, à obtenção de lucro e ao sucesso individual, o que evidencia a força hegemônica da racionalidade neoliberal no imaginário escolar. Essa dissociação revela como a escola se constitui em um espaço social de reprodução hegemônica e, ao mesmo tempo, de resistência e disputa de sentidos, em que diferentes projetos de sociedade, de educação e de formação humana se confrontam. Nesse campo de tensões, práticas pedagógicas críticas coexistem com orientações alinhadas aos interesses capitalistas neoliberais - a exemplo da teoria do capital humano e da meritocracia

que interpelam o sujeito a investir em si mesmo como recurso produtivo e competitivo, expressando as contradições que atravessam o cotidiano escolar e evidenciam o potencial da escola tanto para reafirmar quanto para transformar as estruturas sociais vigentes. Nesse contexto, o PJF atua como um importante vetor de difusão da racionalidade neoliberal ao vincular o sucesso escolar à eficiência, à performance e ao protagonismo individual, reforçando a noção de que o estudante deve gerir sua própria trajetória como um empreendimento. Sob o discurso de autonomia, inovação e protagonismo juvenil, promove a internalização de valores voltados à produtividade e à competitividade, consolidando processos de adaptação e conformação dos/as jovens à lógica do mercado e, dessa forma, contribui ativamente para transmudar o sentido emancipatório da educação, convertendo-a em uma pedagogia de conformidade e autogestão neoliberal na qual o desenvolvimento pessoal é subordinado às demandas de rentabilidade do capital.

O Plano de Ação proposto para as escolas a partir do CdG consiste em mais um instrumento que reforça a congruência interna entre os objetivos declarados e as práticas implementadas pelo PJF no âmago de um processo de cooptação de sentidos e de significados que fortalecem a hegemonia de valores privatistas no cotidiano da escola pública. Em sua dinâmica de gestão, a elaboração compulsória do Plano de Ação do PJF, que opera de forma estruturada e sistêmica tencionando a apropriação e a ressignificação das práticas pedagógicas já existentes na escola, pressupõe a indicação de objetivos, metas e ações voltadas para a melhoria dos resultados de aprendizagem, apresentando-se, nesse ínterim, como uma metodologia inovadora de gestão educacional. Todavia, o viés institucional e programático que é atribuído a tais práticas escolares através do monitoramento sistematizado do SIGAE reformula discursivamente o sentido educacional de cada uma delas, enquadrando-as em uma lógica de eficiência mensurável que transforma as ações educativas historicamente vinculadas à autonomia pedagógica e ao compromisso social da escola em ditas boas práticas de gestão derivadas do suposto mérito do programa.

Essa estratégia operacional e discursiva permite ao PJF legitimar sua presença e eficácia em âmbito escolar ao mesmo tempo que invisibiliza o protagonismo real dos/as alunos/as, dos/as educadores/as e da própria comunidade escolar e, assim, redireciona-se o foco do trabalho coletivo para a narrativa de sucesso gerencial em uma releitura das práticas pedagógicas moldada pelos

ditames do mercado. Projetos de intervenção pedagógica, atividades culturais, estratégias de enfrentamento à infrequência e ao abandono, práticas de interação social, colaboração comunitária e convivência democrática, dentre tantas outras ações preexistentes já desenvolvidas pela escola - seja por iniciativa própria em diálogo com coletivos escolares, seja por diretrizes da SEE/MG, são propositadamente cooptadas pelo PJF para que o seu sentido político-pedagógico de prática educativa emancipada seja reconfigurado e reinterpretado em função de indicadores de desempenho enquanto evidência performativa de eficiência, efetividade e eficácia do modelo gerencialista proposto, materializando os princípios da racionalidade neoliberal que estruturam e justificam sua lógica de intervenção e que transformam o trabalho pedagógico em mera execução de metas quantificáveis. Os relatos do Diretor e da Inspetora, muito impactantes em si, corroboram com a perspectiva aqui defendida. Ao serem indagados sobre como percebiam o PJF e, particularmente, os impactos do Plano de Ação no cotidiano escolar, responderam:

> *O que eu percebo, e percebo isso de forma muito clara, é que o Jovem de Futuro é uma imposição. Ninguém perguntou pra escola se a comunidade queria essa parceria. Aliás, eu nem acho que isso seja uma parceria, porque o Instituto Unibanco não oferece nada pra escola, só dá mais trabalho pra gente com tantas planilhas e formulários que a gente precisa preencher no sistema todo dia. E nem adianta dizer que esse sistema do SIGAE é oferta do Instituto Unibanco. Posso devolver? (risos) Ninguém aqui quer isso. O Jovem de de Futuro chegou como pronto e a escola teve que se adequar. O Plano de Ação, nunca vi isso, mas a gente tem que inserir tudo o que a escola já faz há anos. O Programa não tem impacto nenhum na escola, não acrescenta nada na vida de ninguém, não melhora nada. Na verdade, se ele não existisse seria muito melhor pra todo mundo.* (Diretor)

> *O Jovem de Futuro, enquanto política pública, não interfere em absolutamente nada no resultado das avaliações externas e na melhoria dos índices educacionais. O programa não tem capacidade de fazer nada pra melhorar algo dentro da escola, porque não traz nada de diferente para os sujeitos que estão ali. Não há nenhum tipo de novidade naquilo que o Instituto Unibanco se gaba tanto de promover, porque tudo já é feito há muito tempo pelos profissionais da educação. Pra mim, hoje, não há qualquer sentido desse programa existir na escola.* (Inspetora)

Como observado, a escola constitui-se como um espaço social marcado por contradições onde coexistem dinâmicas de hegemonia e movimentos de resistência. Por um lado, atua como um dos principais mecanismos de reprodução da ordem

social vigente, internalizando valores, discursos e práticas alinhadas à racionalidade dominante - seja ela técnica, meritocrática ou neoliberal e, desse modo, contribui para a manutenção das hierarquias sociais e para a naturalização das desigualdades, legitimando certos saberes e silenciando outros. Por outro lado, é também um território permeado por disputas simbólicas e pela possibilidade de insurgência, sendo que nos interstícios das normas e das políticas impostas, emergem práticas pedagógicas, projetos coletivos e experiências educativas que confrontam essa ordem, afirmando a potência da educação como instrumento de reflexão crítica, emancipação e transformação social.

Ao ser compreendida não como um espaço homogêneo, mas como um campo de forças em permanente disputa entre o consentimento / reprodução e a contestação / criação, a escola configura-se como um cenário no qual, embora a regulação, a instrumentalização, a padronização e o produtivismo impostos pela racionalidade hegemônica estejam presentes - como evidenciado pelo PJF, iniciativas, reflexões e práticas capazes de tensionar essa logicidade subsistem e resistem como forma de reapropriação da latência emancipatória do espaço escolar, a exemplo do que ocorre com a Educação Ambiental Crítica, tendo em vista a busca por compreender as contradições estruturais inerentes à sociedade capitalista e, a partir da materialização delas, promover práticas educativas capazes de problematizar, desvelar e enfrentar as raízes sociais, econômicas e políticas da **crise ambiental**. Nas palavras de Foladori (2001, p. 45),

> a análise da crise ambiental contemporânea deve partir das próprias contradições no interior da sociedade humana, contradições que não são biológicas, mas sociais, que não se baseiam na evolução genética, mas na história econômica, que não têm raízes nas contradições ecológicas em geral, mas naquelas que se estabelecem entre classes e setores sociais em particular.

O autor reconhece que as conexões intrínsecas ao modo de produção vigente na sociedade capitalista são construídas por sujeitos cujos interesses se revelam difusos, antagônicos e conflitivos nas relações entre sociedade, trabalho e meio ambiente e, com base nesse entendimento, atribui à forma social de produção própria da sociedade de classes a responsabilidade pela disseminação ideológica da concepção dominante sobre a natureza. Tal compreensão decorre da percepção de que “a dominação e a exploração de uma classe sobre outras se traduzem,

simultaneamente, num comportamento de dominação e exploração da natureza" (Foladori, 2001, p. 108), revelando que a unidade supostamente contraditória entre a opressão social e a degradação ambiental, consistem, na verdade, em expressões de um mesmo sistema que opera, através das mais diversas esferas da vida social, na reprodução do capital. Entretanto, no discurso oficial, ao mesmo tempo em que se invisibiliza o caráter histórico e a dimensão estrutural da expressão crise ambiental, ocultando, assim, as contradições, incoerências e injustiças socioambientais que permeiam o próprio cerne do modo de produção capitalista, evidencia-se problemas relacionados a "limites físicos" aparentes na sociedade que, por conjectura, são passíveis de serem resolvidos política, científica e tecnologicamente - como a degradação dos recursos naturais e a poluição do meio ambiente, desconsiderando, propositadamente, "que os povos subjugados e as classes exploradas e oprimidas também fazem parte do ambiente" (Foladori, 2001, p. 110).

> (...) para responder à crise ambiental, há que se entender, primeiro, quais são as contradições das relações sociais de produção que a provocaram. Ao insistir nos limites físicos, desvia-se a atenção do problema central, já que a crise ambiental, ainda que possa ser visível ou explicite um desajuste entre o ser humano e a natureza, é essencialmente uma crise das relações sociais entre seres humanos (Foladori, 2001, p.137).

Nesse contexto, outro conceito que, assim como crise ambiental, é destituído de seu caráter crítico nos discursos representativos dos interesses da burguesia enquanto classe dominante, é o **desenvolvimento sustentável**, uma vez que a sua apropriação pelo mercado capitalista, ou seja, pelos sujeitos e instituições que o retroalimentam, ocorre sob parâmetros estritamente econômicos que o vinculam de modo reducionista aos limites físicos da crise ambiental, o que provoca uma "incompatibilidade entre o critério capitalista de eficiência e qualquer desenvolvimento sustentável medianamente humano" (Foladori, 2001, p. 122).

Segundo Loureiro (2012), pensar em 'desenvolvimento' na perspectiva da conformação social orientada pelo capital implica compreendê-lo de forma restrita à concepção de crescimento econômico atrelado à voracidade e à irracionalidade de um processo produtivista e consumista que naturaliza - e não historiciza, as relações sociais e ambientais constituídas nas entranhas do sistema capitalista e, sob esse

prisma, uma visão unilateral de desenvolvimento é estabelecida doravante a acepção dos sujeitos e territórios beneficiados e dos outros sujeitos e outros territórios sacrificados em nome do chamado progresso. No que se refere ao termo ‘sustentável’, o autor destaca a conveniência política e econômica da apropriação de um conceito - originalmente biológico, convertido em artefato de legitimação ideológica capaz de vincular a dinâmica ecológica à social, sendo que a difusão da ideia fundamentada em um ideal salvacionista favorece a aceitação acrítica da sustentabilidade em diferentes contextos sociais, ainda que atravessados por contradições, conflitos e interesses de classe divergentes. Loureiro (2012) alerta que, em uma sociedade fortemente marcada por antagonismos estruturais, torna-se imprescindível reconhecer os diferentes sentidos que orientam as ações ditas sustentáveis, uma vez que o discurso hegemônico em torno das questões ambientais - ao enfatizar o indivíduo e negligenciar as especificidades de classe, contribui para reproduzir as relações de dominação que são invisibilizadas por uma ética ecológica aparentemente neutra, pois atende sujeitos e grupos socialmente diferenciados como se suas necessidades e interesses fossem únicos e, desse modo, revestido por um caráter de universalidade que pressupõe uma defesa consensual e incondicional, não permite problematizações sobre qual sustentabilidade está em jogo e quem efetivamente se beneficia com o desenvolvimento em curso. Nessa perspectiva, romantizar práticas ambientais de cunho individualista e comportamentalista, desvinculadas das determinações e contradições históricas e materiais da sociedade, apenas reforça e reproduz as desigualdades sociais que constituem o núcleo da crise ambiental frente à assimetria que se traduz, sobretudo, nos custos e sacrifícios socioambientais impostos aos grupos subalternos e encobertos por tentativas discursivas de “humanização e ecologização” que, em sua essência, mascaram a racionalidade calculista e lucrativa da classe dominante que assegura a continuidade da reprodução da hegemonia do capital (Loureiro, 2012, p. 65).

É nesse direcionamento que a presente pesquisa defende a potencialidade da Educação Ambiental Crítica nos contextos escolares como possibilidade pedagógica, histórica, dialética e emancipatória de enfrentamento à hegemonia da racionalidade neoliberal no que tange à privatização voraz da educação pública, posto que, conforme Layrargues e Lima (2014), de forma contrastante com a

Educação Ambiental Conservacionista e a Educação Ambiental Pragmática[276], por não questionarem a ordem política, econômica, social, cultural e ecológica dominante intrínseca ao modo de produção capitalista, compreende o ato educativo como prática social e política voltada para a transformação da realidade socioambiental e não para a adaptação dos sujeitos às contradições do capitalismo neoliberal. Ao contrário do ideário de eficiência, eficácia e efetividade que perpassa políticas ditas públicas como o PJF, a Educação Ambiental Crítica recusa a mercantilização do saber e a instrumentalização da escola como aparelho de reprodução da logicidade do capital ao propor a superação da visão tecnicista e comportamentalista prevalecentes na contemporaneidade educacional e ambiental a partir de abordagens teóricas, metodológicas e pedagógicas que entendem “a crise ambiental não como mera expressão de “problemas da natureza”, mas como a exteriorização de “problemas que se manifestam na natureza” a partir i) das relações sociais historicamente constituídas que são marcadas pela divisão de classes, pela exploração do trabalho e pela apropriação desigual dos recursos naturais; ii) do modelo de sociedade orientado pela acumulação de capital que mercantiliza todas as esferas da vida humana; e iii) dos padrões de desenvolvimento que subordinam o homem e o meio ambiente à lógica da produtividade e do lucro legitimando a degradação ambiental e social (Layrargues, Lima, 2014, p. 29).

Não por acaso, no *Relatório de Atividades 2023* (Instituto Unibanco, 2023a, p. 32) e no *Relatório de Atividades 2024* (Instituto Unibanco, 2024a, p. 30), o IU faz uma breve referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS que, segundo sua concepção, alinham-se às diretrizes do modelo de gestão por ele propagado, aproximando a agenda socioambiental de uma racionalidade gerencial orientada por metas, indicadores, monitoramento e resultados. Nesse movimento, os ODS são cooptados e ressignificados no interior de uma lógica de gestão que tende a converter questões sociais e ambientais complexas em objetivos mensuráveis e passíveis de controle, deslocando a centralidade das determinações estruturais para a capacidade de gestão e desempenho dos sujeitos e das instituições.

[276] Em relação às macrotendências da Educação Ambiental - conservacionista, pragmática e crítica, ver Spolaor (2017).

> Os 17 ODS fazem parte de uma agenda definida pelas 193 nações-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) com compromissos e ações que devem ser implementados até 2030. As iniciativas internas e externas do Instituto Unibanco, em linha com os pilares de ESG[277], estão relacionadas a estes sete ODS:
> 2. Fome zero e agricultura sustentável
> 4. Educação de qualidade
> 5. Igualdade de gênero
> 10. Reduzir as desigualdades
> 12. Consumo e produção responsáveis
> 13. Ação contra a mudança global do clima
> 16. Paz, justiça e instituição eficazes

Considerando que a nova forma de governança social e econômica instituída pelo capitalismo neoliberal - funcional ao discurso mercadológico e empresarial frente aos interesses do capital financeiro, converge para a racionalidade defendida pelo IU e, em consequência, pelo PJF, no que tange à transformação do/a cidadão/ã em empreendedor/a de si, é possível afirmar que os ODS são reconfigurados em metas de desempenho mensuráveis e monitoráveis. Assim sendo, a indicação dos 7 (sete) ODS supracitados pelo IU, que o faz não de forma neutra e desinteressada, pelo contrário, evidencia um processo de apropriação seletiva e instrumental da agenda global de desenvolvimento sustentável, ajustando-a ao modelo gerencialista que orienta a intervenção do setor privado na educação pública, para fortalecer a função ideológica dos ODS como mecanismos de manutenção da hegemonia capitalista à medida em que as contradições estruturais da sociedade de classes são reduzidas a problemas técnicos passíveis de serem resolvidos pela eficiência da gestão, pela inovação tecnológica e pela responsabilidade individual. A escolha dos ODS 2, 4, 5, 10, 12, 13 e 16 reflete essa racionalidade: privilegia objetivos politicamente aceitáveis e economicamente compatíveis com o mercado e evita o confronto com as raízes históricas da desigualdade social e da degradação ambiental, sendo que, nesse ínterim, o IU assume a narrativa que redefine a sustentabilidade como eficiência e não como enfrentamento das contradições de classe que estruturam o modo de produção capitalista.

No que se refere ao *ODS 4. Educação de qualidade*, entendo que o IU busca a legitimação discursiva da educação como investimento e do estudante como capital humano no âmago de um processo no qual a hegemonia neoliberal, pautada

---

[277] Sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*, que em português significa ‘Ambiental, Social e Governança’.

na cinesia empresarial, difunde na escola pública contemporânea a nova razão privatista do mundo que, por sua vez, desvia o ato educativo intrínseco na formação crítico-social e emancipatória para indicadores mensuráveis de eficiência e performatividade atrelados ao mérito individual e à capacidade de adaptação ao mercado (Dardot e Laval, 2016). Em relação ao *ODS 2. Fome zero e agricultura sustentável*, ao *ODS 12. Consumo e produção responsáveis* e ao *ODS 13. Ação contra a mudança global do clima,* entendo que o IU busca a produção de legitimidade simbólica sobre a responsabilidade corporativa socioambiental que, por sua vez, é apropriada e ressignificada pelos interesses do capitalismo financeiro como mecanismo de despolitização da sustentabilidade enquanto conceito que atravessa uma suposta "ética ecológica moralizante" a partir i) do silenciamento do debate em torno da concentração fundiária, do agronegócio, da financeirização da terra, da soberania alimentar e da justiça agrária; ii) da responsabilização comportamental do indivíduo pelo consumo consciente, pelo descarte correto dos resíduos e pela preservação da natureza de forma apartada das determinações estruturais do modo de produção capitalista, da crise ambiental e dos desequilíbrios globais gerados pelo próprio modelo de desenvolvimento baseado na acumulação; e iii) do ocultamento das contradições entre as classes sociais, reverberadas na exploração e na degradação socioambiental, que intenta compatibilizar crescimento econômico e controle técnico da gestão de riscos ambientais (Loureiro, 2012). No que diz respeito ao *ODS 5. Igualdade de gênero* e ao *ODS 10. Reduzir as desigualdades*, entendo que o IU busca afirmar a retórica de legitimidade sobre dimensões meritocráticas, protagonistas e individualistas que se traduzem em simulacros de empoderamento feminino e equidade social, todavia, afasta-se da devida problematização das estruturas patriarcais, racistas e classistas que sustentam a desigualdade, a opressão e a exclusão constituintes do e constituídas pelo sistema capitalista. Por fim, no que concerne ao *ODS 16. Paz, justiça e instituições eficazes*, entendo que o IU busca construir a narrativa do consenso referente à suposta eficiência pragmática da gestão privada sobre o espaço público a partir dos parâmetros empresariais do desempenho individual e dos resultados métricos, incorporando nesta narrativa a interpretação de que *paz* e *justiça* retratam a neutralidade técnica e a estabilidade institucional enquanto condições necessárias para o bom e previsível funcionamento do mercado.

Quadro 3 - Narrativa de sustentabilidade do Instituto Unibanco

ODS instrumentalizados pelo IU	ODS marginalizados pelo IU
      	         

Fonte: Elaborado pela autora com base no *Relatório de Atividades 2023* (Instituto Unibanco, 2023a, p. 32), no *Relatório de Atividades 2024* (Instituto Unibanco, 2024a, p. 30) e em imagens de domínio público disponibilizadas no *site Google*.

Nesse diapasão, sobressalta aos olhos o fato do IU instrumentalizar o ODS 10. Redução das desigualdades e marginalizar o *ODS 1. Erradicação da pobreza* e o *ODS 8. Trabalho d*ecente e crescimento econômico em sua narrativa de sustentabilidade. Tais ausências no escopo de atuação IU demonstram claramente a escolha pela invisibilização de pautas que denunciariam as assimetrias da sociedade de classes, assim como o papel do capital financeiro - do qual o Banco Itaú, mantenedor do IU, é um dos grandes expoentes, na reprodução das dimensões estruturantes das desigualdades sociais, a saber, pobreza e trabalho. Ora, sem erradicação da pobreza, não há redistribuição efetiva da riqueza social, apenas paliativos que mitigam sintomas, mas não causas; sem trabalho decente, não há dignidade material nem autonomia para as classes trabalhadoras, perpetuando-se a dependência e a vulnerabilidade socioeconômica. Qualquer compromisso com a redução das desigualdades - uma vez que não são fenômenos isolados, mas expressões diretas da forma como o capital organiza a produção e a apropriação da riqueza social, implica, necessariamente, no enfrentamento das relações de poder que sustentam a concentração de riquezas e a precarização do trabalho, sendo que qualquer retórica que não evidencie tais contradições torna-se politicamente funcional à manutenção da hegemonia capitalista. Edificada pela logicidade neoliberal, a retórica do IU mantém intactas as estruturas que geram a desigualdade socioeconômica, uma vez que, embora explicite uma pauta socialmente legítima, não ultrapassa os limites aceitáveis pelo capital, ou seja, no caso específico da educação, não questiona, ao contrário, legitima e reforça a privatização da educação, a desvalorização e exploração do trabalho docente, a transferência de recursos públicos para o setor privado e o adestramento produtivista dos/as estudantes (Caetano, Peroni, 2015; Monteiro, 2014; Sandri, 2019).

Essa narrativa de sustentabilidade apresentada pelo IU dialoga diretamente com a perspectiva da Educação Ambiental Pragmática, uma vez que se fundamenta na mitigação técnica dos efeitos da crise ambiental idealizando uma concepção de sustentabilidade que vai ao encontro da expressão “do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado” (Loureiro; Layrargues, 2013, p. 66). Com o propósito de sanar lacunas do sistema econômico produtivo, a Educação Ambiental Pragmática mantém à margem “a questão da distribuição desigual dos custos e benefícios dos processos de desenvolvimento”,

assim como a politização das relações sociais de poder que se constituem na historicidade exploratória entre sociedade e natureza, reproduzindo práticas pedagógicas no cotidiano escolar absorvidas pela chamada “pauta marrom”, ou seja, aquelas centradas, tão somente, ao consumo consciente, à gestão de resíduos e ao controle da poluição (Layrargues; Lima, 2014, p. 31). Orientada por uma racionalidade instrumental, essa abordagem centra-se na mitigação técnica dos efeitos da crise ambiental e na adequação dos indivíduos aos parâmetros do desenvolvimento sustentável, restringindo a Educação Ambiental à promoção de comportamentos morais ecologicamente corretos sem, contudo, problematizar as bases estruturais do sistema produtivo capitalista mantenedoras do *status quo* que engendram a degradação ambiental, as desigualdades sociais e as injustiças socioambientais.

Hegemônica no campo social da Educação Ambiental, a perspectiva pragmática manifesta-se de forma recorrente no cotidiano escolar, como evidenciam os relatos apresentados do Aluno e da Aluna ao serem provocados quanto à participação em atividades de Educação Ambiental na escola:

> Ah, no ano passado, acho que foi ano passado mesmo, a gente fez uma atividade com o pessoal da escola pra limpar o córrego que passa aqui perto. Cara, tinha lixo demais! A gente achou garrafas de refrigerante, latinha, aquelas sacolas de plástico de mercado, pedaços de pneu, papelão e tinha até um sofá velho meio largado lá. (risos) A gente encheu um monte de saco de lixo. O mais doido é que todo mundo fala pra não jogar lixo no córrego e no rio, mas você vai lá e tá sempre assim, não sei porquê. Não sei se a culpa é só das pessoas que moram perto do córrego. Foi legal ver o rio limpo, mas não adiantou muita coisa. Passou pouco tempo e já tinha lixo de novo no córrego. Mas o professor disse que é importante cada um fazer a sua parte. (Aluna)

> É tanta coisa que a gente vê o tempo todo no celular, no tiktok, no instagram, tipo, em todo lugar. E aí a gente acaba querendo comprar muita coisa que nem precisa.Tipo, eu mesmo já comprei roupa só porque tava bombando, nem usei direito. Mas parece que se a gente não tiver tal coisa, tá por fora. (Aluna)

> A gente aprendeu a trocar produtos de limpeza por outros assim, mais naturais, tipo vinagre e bicarbonato. E deu pra ver que funciona mesmo, limpa de verdade e até tira o cheiro ruim de xixi de cachorro. E também faz menos mal pra natureza. A professora disse que as empresas ganham muito dinheiro vendendo esses produtos químicos que poluem o meio ambiente. Na moral, a gente não precisa comprar um produto cheio de química para resolver as coisas. (Aluno)

> Tinha um problemão com tiririca e formiga na horta da escola. Aí a professora deu a ideia da gente resolver sem usar veneno. No começo eu achei que não ia dar certo de jeito nenhum, porque lá na roça a gente tá acostumado a usar agrotóxico forte. Mas aí fizemos umas misturas meio doidas com vinagre, sabão neutro e até pimenta pra espantar as formigas. Deu um trabalhão mas deu certo. Tipo, a gente conseguiu controlar essas pragas sem ficar jogando veneno na terra e sem prejudicar as plantas. Eu achei bem mais inteligente cuidar da terra desse jeito. (Aluno)

> E tem a reciclagem também. Tipo, muita coisa que a gente joga no lixo a gente aprende aqui na escola a aproveitar. Teve uma vez que juntamos o plástico de todas as coisas que a gente consumia. Nossa, quando juntou tudo, deu muito plástico. Muito plástico mesmo. A gente ficou até meio assim, tipo, caramba, olha quanto lixo! E transformamos esse plástico todo em muitas coisas. Tipo, garrafa pet virou horta, vaso, enfeite de natal. Sério, fica muito legal fazer essas coisas. E o melhor é que praticamente não gasta nada, né? É só usar a criatividade e colocar a mão na massa. (Aluno)

Importante ressaltar que, tanto para o Aluno quanto para a Aluna, também foram feitos questionamentos bem explícitos sobre a participação em atividades que tivessem abordado o sistema econômico capitalista, os povos e comunidades tradicionais e a justiça socioambiental e, pelo menos para os sujeitos entrevistados, a resposta foi a mesma, que já tinham estudado sobre capitalismo mas que não sabiam explicar, que já tinham assistido documentários sobre os indígenas e os quilombolas e que nunca tinham estudado sobre justiça socioambiental. O Diretor e a Professora ratificaram a ausência de atividades pedagógicas na escola referentes à justiça socioambiental e quando questionados sobre as práticas escolares tangentes à Educação Ambiental que observavam e desenvolviam no cotidiano escolar, responderam:

> Olha, alguns professores têm tentado sair um pouco da sala de aula tradicional, sabe? Criamos a ‘Sala do Saber ao Ar Livre’, que é um espaço onde os alunos têm contato direto com a natureza. Já fizeram vários trabalhos de campo: foram ao Departamento de Água pra entender o processo de tratamento, visitaram a usina de triagem pra ver de perto o destino do lixo e também ensinaram os alunos a fabricarem defensivos e fertilizantes agroecológicos caseiros, porque grande parte dos nossos alunos mora na zona rural e os pais e avós usam agrotóxicos até mesmo por falta de conhecimento, né, e esse é um grande problema que a gente enfrenta aqui e tenta trabalhar na escola de forma interdisciplinar. Agora, uma coisa que sempre surge nas conversas é o impacto da monocultura de eucalipto aqui na região. É um tema que mexe muito com as pessoas, porque de um

> lado tem a defesa do desenvolvimento e do emprego, e de outro lado a gente vê o que isso causa nas pessoas, no solo, na água e na biodiversidade. Então, esse trabalho ao ar livre ajuda os alunos a perceberem que a natureza não é algo distante, que é parte da vida deles e da própria economia local. Acho que esse tipo de atividade desperta um olhar que a sala de aula sozinha não dá conta. (Diretor)

> Então, eu gosto muito de trabalhar com os alunos o projeto das sementes crioulas. Começamos com umas mudinhas que os próprios agricultores da região doaram e conseguimos uma boa variedade para ser cultivada. A ideia é valorizar o que é nosso, resgatar essa cultura das sementes que passam de geração em geração sem depender de pacotes industrializados pelas empresas. A gente também participa das feiras locais e realizamos troca: os alunos levam as sementes e trocam com os feirantes. Outro trabalho importante também é a recuperação das áreas degradadas em volta da escola. Os próprios alunos ajudam no plantio de espécies nativas e eu percebo que isso melhora a relação deles com o meio ambiente. Temos ainda a horta orgânica com rotação de cultura que é um orgulho pra gente. Tudo é feito sem agrotóxico com adubo que os próprios alunos produzem na compostagem caseira com lixo orgânico. E uma vez por ano fazemos a feira agroecológica: a comunidade vem, os alunos explicam sobre o cuidado com a terra, vendem os produtos e o dinheiro que eles conseguem eles investem na própria horta. Mas infelizmente ano passado a gente não conseguiu realizar a feira. Vamos ver esse ano. (Professora)

Como pode ser observado nos relatos apresentados, embora seja explícito o envolvimento dos estudantes em atividades concretas de cuidado e preservação ambiental, a perspectiva de Educação Ambiental prevalecente limita-se, em grande medida, a ações pontuais de caráter comportamentalista centradas na mudança de atitudes individuais - como a limpeza do córrego, o uso de defensivos e fertilizantes agroecológicos, o plantio de mudas e a reciclagem de descartáveis. Tais práticas, ainda que relevantes, não questionam as estruturas socioeconômicas que produzem a degradação ambiental, mantendo a compreensão da sustentabilidade em um nível técnico e moralizante. No Projeto Político Pedagógico da escola (2022, p. 26-27) confirma-se tal assertiva:

> Neste aspecto, a relação com o respeitado Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, é fundamental, pois através dele podemos desenvolver **ações de preservação, recuperação e proteção do meio ambiente**. Lima Duarte, localizada na Zona da Mata Mineira, está em uma região de floresta e outros ambientes naturais ainda preservados. Possui dois “Parques Estaduais”, ou seja, o de “Ibitipoca” e agora o “Serra Negra da Mantiqueira”, o que nos responsabiliza ainda mais, pois **precisamos ser modelo de**

> **conservação** para fazermos jus a estes presentes oferecidos pela Natureza.
> Ações desenvolvidas nos últimos três anos:
> ● Possibilidade de participação da escola no Projeto “Moleque no Viveiro”;
> ● Visitas dirigidas no Horto Florestal de Lima Duarte;
> ● Luau no Parque Estadual de Ibitipoca realizado anualmente por estudantes do Ensino Médio da Escola, em Conceição de Ibitipoca;
> ● Reflorestamento de seis hectares de Mata Atlântica em terreno público do Estado de Minas Gerais sob os cuidados da Escola;
> ● Palestras ao longo do ano, capacitação para discentes e docentes;
> ● Orientações a respeito do cuidado e conservação da área verde da Escola, principalmente do jardim e da horta;
> ● Participação em projetos da iniciativa privada, Comunas do Ibitipoca.
> A parceria com o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais oferece à Escola ricas oportunidades de aprendizagem, pois de forma prática e usando, muitas vezes, outros espaços de aprendizagem, facilita a compreensão da **importância da preservação do meio ambiente e da “Educação Ambiental”**. Esta parceria oferece importantes oportunidades de formação e contribui para que estudantes e a comunidade escolar tenham a possibilidade de se tornarem pessoas mais cuidadosas com os espaços que ocupam e muitas vezes exploram economicamente. Esta parceria e as ações desenvolvidas pelas instituições provocam impactos muito positivos na qualidade educacional. Através dela a comunidade escolar tem a possibilidade da integração com **instituições que tem como objetivo a preservação ambiental**.
> (grifos nossos)

Em contrapartida, a Educação Ambiental Crítica propõe ultrapassar esse horizonte a partir da compreensão do meio ambiente como um campo de disputa social, política e econômica, pois o que se busca é transformar essas experiências em práticas pedagógicas problematizadoras que sejam capazes de articular o local e o global / o individual e o coletivo no sentido de revelar as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista e possibilitar a formação de sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade. Segundo Loureiro (2011, p. 106):

> É preciso que fique claro para o conjunto dos educadores ambientais que nos compomos não somente em sujeitos pedagógicos (no sentido estrito da palavra) e ecológicos, mas igualmente em sujeitos políticos, e, de modo unitário, nessas três dimensões. A educação é uma prática social, portanto, vinculada ao fazer história, ao problematizar a realidade e transformá-la, ao produzir e reproduzir conhecimentos, valores e atitudes. É parte constituinte da sociedade e da vida pública.

Orientada para o enfrentamento das injustiças socioambientais, a Educação Ambiental Crítica pressupõe, necessariamente, o direcionamento do olhar para os grupos historicamente situados em condições de maior vulnerabilidade social e ambiental - aqueles a quem são negadas as “dimensões fundamentais e constitutivas de sua humanidade” (Costa; Loureiro, 2017, p. 114-115). Portanto, politizar e reificar o debate ecológico a partir da denúncia das contradições do capitalismo neoliberal e das desigualdades inerentes aos seus processos produtivos torna-se condição precípua para evidenciar a indissociabilidade entre a lógica de valorização do capital e as múltiplas formas de violência social e ambiental historicamente reproduzidas nas relações sociais de dominação e exploração que se instauram na interface entre o ser humano e a natureza (Layrargues, Lima, 2014; Mészaros, 2002), sendo que tais articulações não puderam ser observadas nos relatos dos sujeitos entrevistados sobre as práticas pedagógicas realizadas na escola objeto desta pesquisa. Todavia, no Projeto Político Pedagógico da escola (2022, p. 46-47), apesar da prevalência do romantismo da perspectiva conservacionista, é possível perceber frágeis indícios de tensionamentos e contradições que revelam uma possível busca, ainda que de maneira não intencional, por uma compreensão mais ampla das questões socioambientais, como propõe a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental:

> A Educação Ambiental surge com o propósito de **despertar a consciência da população global sobre os problemas ambientais provocados pelas atividades humanas e como ajudar a combatê-los**, conservando as reservas naturais e não poluindo o meio ambiente. Por isso, **a Escola desenvolve atividades que permitem aos estudantes a tomada de consciência de sua realidade global, das relações que os homens estabelecem entre si e a natureza** e como elas impactam na aprendizagem, da seguinte maneira: A Escola conta com parceria com Instituto Estadual de Florestas (IEF), através do Projeto Moleque no Viveiro. Esse projeto é desenvolvido pela agência avançada do IEF e por Escolas em Lima Duarte e já envolveu diretamente cerca de mil estudantes, entre crianças, adolescentes e jovens. O objetivo é realizar um trabalho de educação ambiental, com ações práticas e contínuas, através do conhecimento das mudas plantadas. O IEF oferece visitas orientadas às escolas, onde grupos de cerca de 50 alunos têm a oportunidade de aprender noções sobre a produção de mudas e a importância delas para o Meio Ambiente. A comunidade discente participa das atividades do viveiro e é motivada a fazer algum trabalho ambiental dentro ou fora da Escola.

> A educação ambiental também diz respeito ao **reconhecimento dos saberes da localidade, que são identificados, valorizados e apropriados pela Escola** da seguinte forma: por meio de projetos e parcerias com instituições locais, como, IEF, Parques Estaduais de Ibitipoca e Serra Negra da Mantiqueira, Comuna e Reserva de Ibitipoca, Associação Caminho da Serra, Linhas de Minas, dentre outras, que oportunizam aos educadores e estudantes oficinas e cursos de capacitação, **valorizando os saberes e a região**. Assim também a Escola valoriza o processo produtivo e fomenta o empreendedorismo ambiental local. Para potencializar ações de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável com a comunidade, a Escola tem desenvolvido o Projeto de plantio de mudas - Moleque no Viveiro, mas não participa diretamente de nenhuma instância ambiental.
> (grifos nossos)

Em meio a discursos que reproduzem a racionalidade capitalista neoliberal, emergem também gestos de resistência e ressignificação que apontam para a construção de uma consciência socioambiental comprometida com a transformação das estruturas que sustentam o poder de uns e a subordinação da grande maioria - a horta orgânica, a monocultura do eucalipto, a feira agroecológica e o documentário sobre indígenas e quilombolas. Esses hibridismos, longe de representarem incoerências, expressam o movimento dialético da prática educativa, na qual a escola se configura como espaço de mediação de disputas simbólicas e ideológicas no qual o pensamento crítico se entrelaça ao senso comum e, assim, permite a emergência de novos sentidos e possibilidades de ação. Ao reconhecer as ambivalências que atravessam os diferentes projetos de formação humana - de um lado, a formação voltada para as demandas do mercado e, de outro, aquela comprometida com a transformação social, a Educação Ambiental Crítica acolhe tais tensões como expressões concretas das contradições sociais, convertendo-as em horizontes possíveis para a reflexão emancipatória e para a *práxis* transformadora (Costa, Loureiro, 2017; Frigotto, 2017; Loureiro, Layrargues, 2013; Saviani, 2008).

Com base nas reflexões e análises realizadas, compreendo que a resposta à questão norteadora da pesquisa - *De que forma a Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental pode realizar enfrentamentos à hegemonia capitalista neoliberal imposta pelo Programa Jovem de Futuro em uma escola estadual de Ensino Médio de Minas Gerais?,* revela a necessidade de ressignificação do espaço escolar como território de resistência e de construção de

sentidos emancipatórios em contraposição ao domínio da racionalidade que sustenta e legitima as práticas sociais, econômicas, políticas, ambientais e educativas pautadas pela lógica do capital. Enquanto *lócus* privilegiado de formação humana, a escola não deve naturalizar desigualdades e invisibilizar modos diversos de saber e de existir, pois desvelar as injustiças sociais e ambientais, dar visibilidade às vozes historicamente silenciadas e fortalecer a construção de sujeitos críticos e conscientes capazes de atuar na transformação da realidade socioambiental em seus contextos de vida torna-se urgente nas relações contemporâneas.

A potência dialética da Educação Ambiental Crítica voltada para a justiça socioambiental, ao promover a leitura crítica da realidade e problematizar as contradições capitalistas neoliberais, evidencia as fissuras de um sistema que, ao mesmo tempo em que exalta a liberdade de mercado, subjuga o trabalho humano, mercantiliza a natureza e instrumentaliza a educação. A lógica do capital transforma tudo o que é vivo - a terra, a água, a floresta, a existência, o saber, o corpo, o sentimento e o tempo - em mercadoria, reduzindo o valor da vida à lógica do lucro e da produtividade. Nessa engrenagem, a natureza é convertida em recurso explorável e destrutível, o/a trabalhador/a em força de trabalho descartável e a escola em aparato de reprodução ideológica moldada para formar sujeitos adaptáveis às exigências do mercado e não em cidadãos e cidadãs crítico/as e emancipados/as.

Romper com as relações de poder e dominação que permeiam o campo educacional, com o discurso tecnocrático e gerencialista e com a pedagogia da performatividade e da competição que naturalizam a privatização do ensino subordinando o cotidiano escolar aos interesses do mercado pressupõe uma *práxis* educativa capaz de questionar e desmistificar o discurso da eficiência gerencial e da neutralidade técnica diante do propósito de reafirmar o caráter histórico e político do ato educativo, pois, somente assim, é possível reconstruir o vínculo entre ser humano e natureza sobre bases de solidariedade e de justiça em espaços sociais de reinvenção do comum que permitam a construção de novos modos de ser e estar no mundo.

Nesse horizonte, torna-se necessário compreender que a dimensão política e ética da Educação Ambiental Crítica é indissociável de sua dimensão pedagógica, o que implica a ressignificação do contexto educativo e das vivências escolares pelos/as professores/as de modo a promover o diálogo de saberes, valorizando os

conhecimentos tradicionais, populares, camponeses, indígenas e quilombolas como expressões legítimas da racionalidade socioambiental (Leff, 2001); articular teoria e prática nas experiências tecidas na escola, relacionando as problemáticas socioambientais locais às contradições globais do sistema capitalista (Marx, 2011; Loureiro, 2011); fomentar a consciência crítica dos/as estudantes para que consigam compreender as causas estruturais das injustiças socioambientais e se reconhecer como agentes com capacidade transformativa da realidade (Freire, 1987; Jacobi, 2003); construir práticas pedagógicas de luta e criação coletiva, participativa e comunitária nas quais o diálogo, a problematização, a investigação e a reinterpretação sejam elementos vívidos no espaço-tempo da formação insurgente (Loureiro, Layrargues, 2013); cultivar a sensibilidade e o pertencimento ao território para que a relação com a natureza seja mediada pela responsabilidade social através da repolitização e da ressignificação dos saberes e das práticas (Layrargues, Lima, 2014); construir alternativas ao modelo de desenvolvimento que subordina a vida em toda sua totalidade aos interesses do capital a partir de um projeto educativo comprometido com a vida, com a dignidade humana e com a sustentabilidade socioambiental em sua dimensão histórica e emancipatória (Loureiro, Layrargues, 2013).

É nesse campo de embates que a Educação Ambiental Crítica assume, também, uma dimensão de enfrentamento às formas contemporâneas de autoritarismo e fascismo, que encontram no espectro da extrema direita uma de suas expressões políticas e atravessam, de diferentes formas, a vida social, contrapondo-se à naturalização da violência, da intolerância, da exploração, da desigualdade e da negação da diversidade. À luz das reflexões de Benjamin (1987b), esse enfrentamento pressupõe o rompimento com uma concepção linear e progressiva da história que apresenta como inevitáveis tanto a expansão do capital quanto as marcas de destruição que a acompanham. Se, para o autor, o progresso se revela inseparável das ruínas deixadas àqueles/as que foram silenciados/as e vencidos/as, a Educação Ambiental Crítica é convocada a voltar o olhar para essas ruínas, recuperar as experiências e os saberes apagados pela história dos/as vencedores/as e reconhecer, no presente, as forças capazes de interromper a continuidade da barbárie. Mais do que transmitir conhecimentos sobre o meio ambiente, trata-se, portanto, de formar sujeitos capazes de compreender as relações entre destruição da natureza, opressão social e concentração de poder,

reconhecendo que aquilo que se apresenta como ordem natural ou destino histórico é atravessado por relações e escolhas socialmente produzidas. Tal perspectiva se inscreve na luta pelo próprio sentido da educação e da vida, sobretudo diante da hegemonia de uma racionalidade - a neoliberal - que produz sujeitos individualistas, competitivos e adaptáveis à precarização da existência.

Ao recolocar no centro da formação humana a integralidade da vida em sua dimensão coletiva, histórica e territorial, a Educação Ambiental Crítica rompe com a lógica que transforma a desigualdade em fracasso individual e a degradação socioambiental em preço inevitável do desenvolvimento, afirmando a justiça social, a diversidade e a capacidade coletiva de intervir criticamente na realidade. É justamente nessa tensão entre uma educação que prepara os sujeitos para se ajustarem à ordem existente e outra que os convoca a interromper o seu curso, interrogar suas contradições e abrir possibilidades históricas que reside a potência política e emancipatória da Educação Ambiental Crítica. Em Benjamin (1987b), a história não está encerrada: o presente carrega a possibilidade de fazer emergir aquilo que foi silenciado, interromper a marcha de um progresso assentado sobre ruínas e transformar a memória dos vencidos em força de resistência. Assim, mais do que compreender o mundo tal como ele se apresenta, educar criticamente significa reconhecer, nas fissuras do presente, que ele poderia ser outro e que fazer emergir esse outro mundo permanece como tarefa histórica, coletiva e inconclusa diante da possibilidade de interromper a continuidade da barbárie e construir novas formas de sociabilidade fundadas no diálogo, na solidariedade, na democracia e na defesa da dignidade da vida em todas as suas formas de existência.

REFLEXÕES FINAIS

A cerca,
só num sentido,
cerca a terra do índio e do pobre.
Cerca, também,
os direitos do proprietário,
do fazendeiro, do capitalista.
Cerca-os todos.
Define o do pobre e o do rico.
Mas,
se o do pobre está dentro
do que cercou o rico,
então, ao fechar,
a cerca abre.
Pois, a cerca fala,
também,
sobre os direitos daquele que foi cercado,
os direitos do índio,
do posseiro, do pequeno agricultor.
É nesse sentido que a cerca não fecha,
abre:
abre a consciência para o direito lesado,
abre a luta pelos direitos,
abre a luta
contra o direito edificado sobre a injustiça.
E mostra não só a injustiça do cercamento,
da usurpação,
da má e errada distribuição da riqueza
construída sobre a fome do pobre;
mas, também
a injustiça da justiça,
das instituições do Estado, das leis.
A foice que roça, que limpa, que faz a juquira,
também tem aberto a cerca.
A cerca cria o sentido político
do corte do arame farpado
e do direito implícito que ele carrega.
(José de Souza Martins)

Ao encerrar estas reflexões que se inscrevem deliberadamente no campo das pesquisas que recusam a neutralidade científica e assumem a produção do conhecimento como prática política situada - sem a menor pretensão de esgotar os caminhos percorridos, mas com o desejo de provocar novas sendas no pensar e no agir, retorno a Benjamin (1987b, p. 225) e à sua convocação para “escovar a história a contrapelo”, pois, no âmago desse gesto, ao mesmo tempo delicado e insurgente,

nasce a possibilidade de olhar o presente não como continuidade, mas como interrupção, ou seja, o instante em que o agora se abre à redenção do que foi negado, silenciado ou soterrado pelas ruínas do progresso.

O PJF, em sua aparência de modernização e eficiência, revela-se como um dos rostos mais sutis do que, a partir de Benjamin (1987b), pode ser chamado de tempestade do progresso, a saber, o movimento que, ao prometer avanço, acumula destroços. A racionalidade gerencial que o sustenta - legitimada pelo IU sob o sepulcro da parceria público-privada, pretende a transformação da escola em mais uma engrenagem capitalista neoliberal: o/a estudante em dado, o/a professor/a em executor e o conhecimento em mercadoria. Trata-se da mesma tempestade que arrasta o “anjo da história” para o futuro, enquanto os escombros de sonhos e vidas se amontoam a seus pés (Benjamin, 1987b, p. 226). Todavia, neste cenário de ruínas, emergem lampejos de resistência capazes de trilhar caminhos inéditos que podem se desdobrar em horizontes, antes invisíveis, onde novas possibilidades podem florescer para os temas ora abordados, visto que a aproximação da Educação Ambiental Crítica com a filosofia benjaminiana permite o entendimento que educar para a justiça socioambiental é também um gesto de resistência contra a referida tempestade que arrasta os homens e a natureza para os escombros destrutivos do capital.

A perspectiva gramsciana também ilumina esse pensar ao possibilitar a compreensão do PJF como um verdadeiro aparelho privado de hegemonia que se sustenta não apenas pela coerção, mas, sobretudo, pela direção moral e intelectual da sociedade ao naturalizar a racionalidade do mercado como horizonte incontornável da educação, atuando na construção do consenso ativo em torno do projeto neoliberal de sociedade através da reorganização do trabalho pedagógico e da redefinição do papel da escola pública a partir dos interesses do capital financeiro e empresarial (Gramsci, 2017). Entretanto, os ensinamentos gramscianos revelam que nenhuma hegemonia é absoluta, pois toda dominação é histórica, contingente, instável e permanentemente atravessada por forças disruptivas gestadas no interior das relações sociais que criam condições para o surgimento de práticas insurgentes. Desse modo, a partir da compreensão da Educação Ambiental Crítica como uma potência política e pedagógica capaz de desestabilizar os consensos neoliberais através da vinculação da crise socioambiental à lógica de reprodução do capital, torna-se possível articular seus efeitos nocivos às dimensões

que atravessam a ecologia, o mundo do trabalho, os territórios historicamente subalternizados, as racializações, as desigualdades de classe e as opressões de gênero e, assim, vislumbrar a sua constituição em um projeto educativo eticamente comprometido com a transformação das estruturas sociais que produzem e reproduzem a degradação do meio ambiente e a injustiça socioambiental diante do deslocamento do debate em torno da natureza para o centro da crítica ao modo de produção capitalista neoliberal, desnudando os mecanismos de exploração e expropriação que incidem sobre territórios, corpos e modos de existência e realocando a questão ambiental de forma inseparável da luta por justiça social (Loureiro, 2019).

É nesse sentido que me remeto a dois grandes educadores e pesquisadores que tive o privilégio de conhecer, e com os quais pude dialogar, ao longo de minha trajetória acadêmica na UFJF durante o Mestrado e o Doutorado - Michele e Guilherme. As contribuições de suas pesquisas, ao recolherem nas ruínas do presente os fragmentos de experiências e memórias cooptadas pelos discursos hegemônicos, revigoram a força transformadora da escola pública - objeto desta pesquisa, e de outras instituições educacionais da zona da mata mineira, diante do reconhecimento de seu papel como espaço de resistência e de construção crítica frente aos problemas socioambientais que atravessam o seu cotidiano e que, muitas vezes, permanecem silenciados e invisibilizados no espaço escolar.

Silva (2018), ao problematizar a expansão da monocultura de eucalipto na região do município de Lima Duarte - Zona da Mata de MG, como uma grave ameaça aos recursos naturais e aos modos de vida dos povos do campo, reconhece que a destruição acelerada dos ecossistemas e a desterritorialização dos sujeitos constituem expressões de injustiças socioambientais sustentadas por uma lógica produtivista e mercantilista da natureza no âmago de um processo que transforma bens comuns em mercadorias e subordina a vida às exigências do capital. Nesse contexto, a autora defende que o enfrentamento dessas problemáticas deve ultrapassar os limites do discurso e das ações pontuais uma vez que demandam transformações estruturais que se materializem nas esferas política, econômica, educacional e comunitária e, portanto, precisa ser orientado por práticas coletivas e emancipadoras que reafirmem o direito à terra, à água, à biodiversidade e à dignidade humana, valorizando os saberes tradicionais e os modos de existência camponeses. A ênfase na centralidade das lutas territoriais e ecológicas

de forma comprometida com a justiça socioambiental permite à autora a denúncia das contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico e o anúncio da necessidade de fomento de processos formativos que articulem consciência política, solidariedade e ação transformadora nas comunidades afetadas pela expansão desta prática do agronegócio e pela exploração desenfreada dos recursos naturais.

Já Rodrigues (2022), ao analisar as experiências dos sujeitos da comunidade quilombola Colônia do Paiol, localizada na zona rural do município de Bias Fortes - Zona da Mata de MG, procura compreender, a partir das individualidades e coletividades dos sujeitos, como se constrói a organização, o enfrentamento e a luta coletiva pelo território diante dos inúmeros desafios que se expressam na terra, no trabalho e na educação e que impulsionam a promoção de ações culturais que afirmam a identidade quilombola como estratégia de resistência e superação dos processos históricos de opressão, exploração e expropriação, tanto material quanto simbólica, vivenciados cotidianamente por essa comunidade. Segundo o autor, as demandas e articulações estabelecidas entre a Colônia do Paiol e outros movimentos sociais ampliam o alcance político de suas práticas, registrando saberes e fazeres que revelam o caráter educativo e transformador de sua existência, sendo que tais experiências, enraizadas em uma luta coletiva e solidária, explicitam as contradições da estrutura agrária brasileira e reafirmam a centralidade das lutas populares no debate e na disputa sociopolítica contemporânea. Nesse cenário, a construção de novos léxicos e sentidos políticos sobre os processos educativos que emergem dos movimentos sociais e das organizações populares contribui para evidenciar e valorizar as práticas de resistência das comunidades quilombolas que se configuram como importantes expressões de um projeto que desafia a hegemonia posta na busca pela emancipação humana, pela justiça socioambiental e pela superação das estruturas capitalistas que perpetuam a desigualdade e a exclusão na sociedade brasileira.

A região da zona da mata mineira que abrange os municípios de Lima Duarte, Bias Fortes e muitos outros circunvizinhos possuem um potencial socioambiental imenso a ser explorado pedagogicamente pelas escolas como forma de enfrentamento às tentativas de privatização da educação pública, como o faz o IU através do PJF. Dessa forma, ressignificar o cuidado com os saberes escolares, à luz da Educação Ambiental Crítica, é fazer da escola um território de rememoração e criação - lugar onde o passado não se apaga, mas se reinventa no

presente, permitindo que o conhecimento volte a ser gesto e palavra, corpo e paisagem, denúncia e anúncio por meio da ação-reflexão de educadores e educadoras capazes de promover uma educação comprometida com a justiça socioambiental através da articulação de saberes locais e práticas pedagógicas emancipatórias na construção de uma consciência coletiva que confronte as estruturas de desigualdade e a racionalidade hegemônica de exploração tanto da natureza quanto dos mais variados modos de vida que insistem em existir.

Importante ressaltar que o enfrentamento à hegemonia neoliberal não se dá apenas no plano das ideias, mas nos pequenos toques que encantam a prática educativa - o cuidado com a horta orgânica, a comunhão de saberes, a palavra que se faz encontro, o reconhecimento dos outros em suas mais diversas formas de existência, a recognição do território como livro aberto onde se inscrevem as narrativas da terra, da água, das sementes crioulas, das feiras agroecológicas e dos saberes e resistências das vozes quilombolas. São nessas e em tantas outras experiências vivenciadas pelos sujeitos que sentem a escola em seu cotidiano - nesses instantes aparentemente frágeis, que a potência política da educação transformadora se materializa. Confrontar a monocultura de eucalipto - manifestação emblemática da homogeneização do mundo e lutar pela permanência dos quilombolas na terra - expressão simbólica da pluricultura de saberes, rasga o tecido da história oficial e anuncia outras temporalidades possíveis diante de práticas comunitárias e coletivas que fazem ressoar a pedagogia da esperança não enquanto espera passiva, mas verbo que se conjuga na luta organizada (Freire, 1992).

Nesses encontros, por meio de vozes e gestos, a escola pública deixa de ser mera extensão do aparato burocrático do Estado, cooptado por interesses privados a serviço do grande capital, para se converter em um espaço de travessia onde o saber se faz experiência e a experiência se faz crítica, pois, somente assim, é possível provocar insurgências contra os silenciamentos, resistir às forças que tentam apagar a memória coletiva e reafirmar o direito de existir, de narrar e de reinventar o mundo na tessitura do cotidiano. Quando a escola consegue construir o seu trilhar para salvar os fragmentos do vivido, fazer justiça aos vencidos e restituir dignidade a tudo o que o capital tentou transformar em recurso, as fagulhas de esperança capazes de interromper a marcha cega da história se acendem no seio de pequenas fissuras que ressignificam e afirmam a potência da vida frente à

barbárie da mercantilização na possibilidade de um outro tempo - aquele em que o conhecimento não serve ao capital e sim à emancipação humana e à justiça socioambiental.

Ao analisar o Programa Jovem de Futuro em contraposição à Educação Ambiental Crítica, foi possível evidenciar, através da pesquisa, que o que está em disputa no interior da escola pública não é apenas um modelo de gestão ou uma metodologia pedagógica, mas projetos antagônicos de sociedade. De um lado, a ofensiva neoliberal que, sob o verniz da eficiência, da qualidade e da inovação, aprofunda a privatização da educação pública, a mercantilização do conhecimento e a conformação subjetiva de professores/as e estudantes às exigências do capital. De outro, experiências educativas que resistem, ainda que de forma fragmentada e tensionada, à lógica da submissão a intensos processos de padronização, controle e performatividade e da subordinação da vida ao lucro, instituindo a escola como espaço de contradição viva que produz fissuras no interior da ordem hegemônica vigente a partir da ação pedagógica de professores/as e estudantes enquanto sujeitos históricos que, em seu viver cotidiano, guardam memórias, proferem denúncias e anunciam inéditos-viáveis como práticas de emancipação humana (Freire, 1992), ou seja, mônadas saturadas de tensões históricas nas quais se condensam as lutas do ontem e as urgências do agora (Benjamin, 1978b).

Em um contexto histórico marcado pelo avanço do neoliberalismo, do neoconservadorismo e de expressões contemporâneas do neofascismo, a defesa de uma educação pública crítica, ambientalmente comprometida e socialmente referenciada representa um ato de resistência política que disputa sentidos, narrativas e projetos civilizatórios; que recusa todo e qualquer consenso em torno da naturalização da violência estrutural e da proliferação da barbárie; e que afirma a importância da educação enquanto instrumento de luta coletiva e de consciência histórica para revelar estruturas, cultivar autonomia, produzir diálogos, recuperar memórias e formar para a vida solidária. Talvez seja esse, afinal, um dos sentidos mais profundos de educar criticamente: aprender a olhar novamente, não para recompor o que se partiu como se nada tivesse acontecido, mas para reconhecer, nos fragmentos, aquilo que ainda pulsa e interroga o presente, pois, embora os estilhaços não possam devolver o cristal à sua forma anterior, podem revelar, justamente em suas fraturas, aquilo que antes não podíamos ver.

Encerrar esta tese é, portanto, deixar em aberto o que pulsa em tramas que adiam o fim e possibilitam novos recomeços. É reconhecer que, na contramão da privatização da vida e da educação, resistir é narrar - e narrar é criar fendas no tempo onde o verbo esperançar possa agir no interior desse movimento de rememoração do que foi esquecido e de reencantamento com o que pode ser lembrado. Benjamin (1987b) nos recorda que a verdadeira imagem do passado só brilha por um instante e apenas o olhar atento pode capturá-la e transformá-la em um lugar de memória viva e de expectativa insurgente. Que a escola pública, em sua luta pelo fortalecimento de uma *práxis* comprometida com a transformação social, continue sendo esse olhar capaz de perceber o lampejo, sustentar a centelha e transformar o agora em possibilidade de redenção onde cada ato de ensinar e aprender se torne uma aposta política e poética na possibilidade de outro mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As condições desesperadoras
da sociedade em que vivo
me enchem de esperança.
(Karl Marx, 1843)

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados.** v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.

_____; MELLO, Cecília Campello. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamound, 2009.

ADORNO, Theodor. **Educação e Emancipação.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr., 2018.

AFONSO, Almerindo Janela. Um olhar sociológico sobre políticas para a educação, avaliação e *accountability.* Entrevista concedida a Leonice Matilde Richter e Maria Vieira Silva. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v. 2, n. 2, p. 286-296, jul./dez., 2013.

ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. **Horizonte antropologia**, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, set./dez., 2020.

ALMEIDA, Sílvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do Governo FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 72-89, 2002.

ALONSO, Angela. Junho de 2013 é um mês que não terminou. Entrevista concedida a Vinícius Mendes. **BBC News Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>. Acesso em: 02 maio 2022.

_____. **Treze:** A política de rua de Lula a Dilma. Companhia das Letras, 2023.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**. São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo *impeachment*. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO,

Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachmen*t e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

AMORIM, Celso. Os golpes de Estado são para “recolonizar” a América Latina. **PT no Senado.** 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas.** São Luíz, v. 18, número especial, p. 41-47, jul., 2014.

APPLE, Michael Whitman. **Educação e Poder.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Instituto Paulo Freire, São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *La política del saber oficial: ¿tiene sentido un currículum nacional?* In: BERNÁRDEZ, Pablo Manzano (Coord.). ***Volver a pensar la educación***. Madrid: Ediciones Morata, v. 1, p. 153-171, 1995.

ARANTES, Aldo. Neoliberalismo e liberdade do capital - Parte I. **Fundação Maurício Grabois.** Espaço do pensamento marxista e progressista. 60ª ed. fev./abr. 2001. Disponível em: <https://grabois.org.br/2001/02/01/neoliberalismo-e-liberdade-do-capital-parte-i/>. Acesso em: 11 set. 2022.

ARAÚJO, Gabriel Frias. Existe ‘golpe usando a Constituição’. **Consultor Jurídico**. 2024.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais.** 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. A tortura. Tomo V. v 1. **Projeto “Brasil Nunca Mais”.** São Paulo. 1985.

AUER, Franceila; NEGREIROS, Heitor Lopes; ARAÚJO, Gilda Cardoso de; ARAÚJO, Vânia Carvalho de; SANTOS, Wagner de. O Consed na construção da BNCC: uma experiência pública (com)partilhada? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, p. 1-17, 2023.

AVELAR, Marina. Entrevista com Stephen J. Ball: Uma Análise de sua Contribuição para a Pesquisa em Política Educacional. **Archivos analíticos de políticas educativas:** *Universidad de San Andrés y Arizona State University*. v. 24, n. 24, 2016.

BALDUINO, Maria Aparecida Canale. Programa Jovem de Futuro: uma tecnologia educacional do terceiro setor. **INTERAÇÕES**: Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 233-243, abr./jun., 2020.

BALL, Stephen. **Educação Global S.A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Trad. de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

_____. Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez., 2004.

_____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez., 2005.

_____. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social,pesquisa e política educacional. Entrevista concedida a Jefferson Mainardes e Maria Inês Marcondes. **Educação & Sociedade**: Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr., 2009.

_____. Vozes / Redes Políticas e um Currículo Neoliberal Global. **Espaço do Currículo.** v. 3, n. 1, p. 485-498, mar./set., 2010.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Armações Internacionais: *Lawcoup* - o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. TELES, Bárbara Caramuru (Org.). **Enciclopédia do Golpe** - v. I. Bauru: Canal 6, 2017.

BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News Brasil.** 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. *In:* SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. SP: Boitempo; RJ: FLACSO, 2013.

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun., 2011.

_____. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, n. 143, p. 12-21, jan./abr., 2022.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez., 2015.

BARROS, Matheus de Carvalho. Neofascismo e neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro. **Revista Ensaios**. v. 17, jul./dez., p. 136-158, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo; KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re)articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 1645-1678, 2021.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Os anos do povo. *In:* SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. SP: Boitempo; RJ: FLACSO, 2013.

BENEVIDES, Sílvio César Oliveira. **Na contramão do poder**: juventude e movimento estudantil. São Paulo: Annablume, 2006.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. *In:* _____. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet e Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., v. 1, p. 222-232, 1987d.

_____. Imagens de Pensamento. *In:* _____. **Rua de Mão Única.** Obras Escolhidas. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., v. 2, p. 143-277, 1987a.

_____. Imagens de Pensamento. *In:* _____. **Sobre o haxixe e outras drogas**. 1ª ed. Trad. de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In:* _____. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet e Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., v. 1, p. 222-232, 1987c.

_____. **Passagens.** Org. ed. alemã Rolf Tiedemann. Org. ed. brasileira Willi Bolle. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

_____. Sobre o conceito de história. *In:* _____. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet e Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., v. 1, p. 222-232, 1987b.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo. Companhia de Letras, 1986.

BIANCHI, Álvaro. **Estratégia do contratempo:** notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. Cadernos Cemarx, n. 4, 2007.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa:** O Movimento Operário Europeu em Crise. Edição Brasileira: Coleção Mundo do Trabalho, São Paulo: Boitempo, 1998.

BIRMAN, Joel. O inconsciente é a política: sobre as distopias na sociedade brasileira contemporânea. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**. UFRJ: Rio de Janeiro. v. XXVI, 2023.

BOBBIO, Norberto. Para uma definição da direita reacionária. **Revista de Ciências Sociais da UEMS**. n. 2, v. 2, p. 4-19, 2022.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha.** Vozes. 1997.

BOITO JÚNIOR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGV.** São Paulo, 2012.

_____. A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista. **A terra é redonda.** 2019.

_____. Os atores e o enredo da crise política. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

_____. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo? **Crítica Marxista**. n. 50, p. 111-119, 2020.

BOSCHI, Renato Raul; PINHO, Carlos Eduardo Santos. Austeridade ou expansão fiscal no governo Bolsonaro? Uma análise do Programa Pró-Brasil no contexto da Covid-19. *In:* FONTAINHA, Fernando; MILANI, Carlos. Roberto Sanchez. **Coletânea Covid-19 e agendas de pesquisa nas ciências sociais**. EDUERJ: Rio de Janeiro, 2023.

BOSI, Alfredo. Os cadernos do cárcere. **A terra é redonda.** 2021.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez., 2007.

BRAGA, Felipe de Queiroz. O rasgar do véu: as manifestações de junho de 2013 e as contradições históricas. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: SP. 2016.

BRAGA, Ruy. Cenedic: uma sociologia à altura de Junho. **Blog da Boitempo.** 2014.

_____. O fim do lulismo. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachmen*t e a crise política no Brasil. Boitempo. 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1988.

_____. Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados Federados em matéria religiosa, consagra a plena

liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1890.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2002.

_____. Decreto nº 9.741 de 29 de março de 2019. Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2019a.

_____. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2019b.

_____. Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019. Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2019c.

_____. Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019. Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2019d.

_____. Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2019e.

_____. Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2020a.

_____. Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2020b.

_____. Decreto nº 10.833, de 07 de outubro de 2021. Altera o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2021.

_____. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1940.

_____. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2010a.

_____. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 2016a.

_____. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 2019f.

_____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1964.

_____. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1979.

_____. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1989.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1990.

_____. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1992.

_____. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1995.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1996.

_____. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1997.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1998.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1999.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2003a.

_____. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2003b.

_____. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2004.

_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2006a.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2006b.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2008.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2011.

_____. Lei nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e nº 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2012a.

_____. Lei n° 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2012b.

_____. Lei nº 12.858, de 09 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do *caput* do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2013a.

_____. Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2013b.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2014.

_____. Lei nº 13.332, de 1º de setembro de 2016. Altera a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2016b.

_____. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n º 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2016c.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2017a.

_____. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei n º6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na

empresa de prestação de serviços a terceiros. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2017b.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2017c.

_____. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2019g.

_____. Lei nº 14.021, de 07 de julho de 2020. Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2020c.

_____. Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 1990.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2000.

_____. Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2010b.

_____. Medida Provisória nº 886, de 18 de junho de 2019. Altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da

Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2019h.

_____. Medida Provisória nº 873, de 1º de março de 2019. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2019i.

_____. Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020. Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2020d.

_____. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2017d.

_____. Resolução nº 17, de 29 de maio de 2001. Estabelece que os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, serão elaborados em conformidade com o disposto na Lei nº 9.433, de 1997, observados os critérios gerais estabelecidos nesta Resolução. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2001.

_____. Resolução nº 98, de 26 de março de 2009. Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Diário Oficial da União.** Brasília: DF, 2009.

BRANCO, Pedro Mendonça Castelo; SILVA, Sidney Jard da. Precários, mas organizados: a estratégia de resistência dos uberizados. **Cadernos Metrópole:** São Paulo, v. 26, n. 59, p. 123-142, jan./abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico.** v. 21, n. 1, p. 3-23, abr. 1991.

BRITO, Ana Paula Gonçalves. **O Programa Jovem de Futuro no contexto da privatização da educação em Minas Gerais:** incidências sobre o currículo e a gestão escolar. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2022.

BRITO, Fernanda Ribeiro dos Santos de Sá; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2021.

BRITO, Rose Dayanne Santos de. Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 220-227, jan./abr., 2021.

BURKE, Edmund. (1790). **Reflexões sobre a revolução na França.** Trad. José Miguel Nanni Soares. São Paulo: EDIPRO, 2014.

CAETANO, Maria Raquel. Ensino Médio no Brasil e a privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. **Revista Universidade e Sociedade**. n. 56, ago., 2015.

_____; PERONI, Vera. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação.** São Leopoldo: Oikos, 2015.

CANIATO, Ângela Maria Pires Caniato; RODRIGUES, Samara Megume. A construção psicossocial da competição: o engano na cumplicidade de uma falsa vida. **Psicologia & Sociedade.** Universidade Federal do Paraná. v. 24, n. 1, p. 23-35, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. A alternativa ao neoliberalismo é… romper com o neoliberalismo! Entrevista concedida a Patrícia Fachin. Instituto Humanitas Unisinos. 2017.

CARLOS, Luana Marques; GENTILE, Fábio. A onda conservadora no Brasil: estratégia discursiva entre a esfera pública e a esfera privada. **44º Encontro Anual da ANPOCS**. 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br>. Acesso em: 15 set. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas.** O imaginário da República no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Os Bestializados.** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Da família na escola à escola no lar: notas sobre uma polêmica em curso. **Roteiro**, Fundação Carlos Chagas, Joaçaba, v. 45, p. 1-28, jan./dez., 2020.

CARVALHO, Scheiler Fagundes. **A escola não cabe numa planilha:** implicações do Programa Jovem de Futuro para a gestão democrática da educação numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul. Dissertação de (Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político.** São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo. 2016.

_____. A tortura como impossibilidade de política. *In:* **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **A terra é redonda.** 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CLETO, Murilo. O triunfo da antipolítica. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê Ditadura:** mortos e desaparecidos no Brasil (1964-1985). São Paulo, 2009.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA - PARAÍBA DO SUL 1. **Deliberação nº 01, de 30 de junho de 2016.** Dispõe sobre a instituição do Plano de Aplicação Plurianual - PAP do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto de Paraibuna para o período de 2016 a 2019. 2016.

CONSTANTINO, Rita; COSTA, Valter; EIRAS, Yuri. As Ideias e os Valores de Bolsonaro em 100 Frases. **Revista Época**, 2020.

CONTRERAS, José. **Autonomia de professores.** Trad. de Sandra Trabucco Valenzuela. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORRÊA, João Victor; SANTOS, Natália; NUNES, Valdilene Zanette. 14 de abril de 2016 - Uma análise sobre os discursos na votação do *impeachment* de Dilma Rousseff: um jogo de máscaras e articulações políticas. **Revista Leopoldianum**. ano 44, n. 123, 2018.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla Corte; SARTURI, Rosane Carneiro; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). Dossiê Organismos multilaterais e políticas públicas no cenário da educação básica e superior: diretrizes, desafios e práticas. **Roteiro.** Joaçaba, v. 43, n. 1, p. 15-20, jan./abr. 2018.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: aproximações político-pedagógicas para a educação ambiental crítica. **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 111-121, jan./abr., 2017.

_____. _____. Materialismo Histórico-dialético e interdisciplinaridade: por uma leitura ontometodológica na pesquisa em Educação Ambiental. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 2, p. 575-591, ago., 2021.

COSTA JÚNIOR, Ernane Salles da; OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. Tempo da Constituição e Ponte para o Futuro: uma análise a partir da teoria crítica da aceleração social. **Revista Direito e Práxis**: Rio de Janeiro, v. 12, n. 01, p. 197-236, 2021.

COULTHARD, Carmen Rosa Caldas. sexismo cotidiano banal e persistente na política brasileira. **Ilha do Desterro**: Florianópolis, v. 75, n. 3, p. 55-73, set./dez., 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 1999.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ABRUCIO, Fernando Luiz. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo Social.** São Paulo: USP. nov. 2003.

CRUIKSHANK, Barbara. ***The Will to Empower:*** *Democratic Citizens and Other Subjects. Ithaca, Cornell University Press*, 1999.

CUNHA, Viviane Peixoto da; LOPES, Alice Casimiro. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. Educação & Sociedade, Campinas, v. 43, 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 169-201, set., 2002.

_____. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4-17, maio/ago., 1996.

DAHER, Gustavo. **A concepção política de cidadania no pensamento de Hannah Arendt**. Dissertação de Mestrado (Filosofia). Pontifícia Universidade Católica do Paraná: Curitiba, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo.** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, n. 24, p. 40-52, set./out./nov./dez., 2003.

DECCA, Edgar Salvadori de. **Fábricas e Homens.** A Revolução Industrial e o Cotidiano dos Trabalhadores. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O silêncio dos vencidos.** 1930. Memória, história e revolução. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia Política**, n. 29, p. 63-78, 2007.

DIAS, Samanta. Sete vezes em que Bolsonaro causou polêmica ao defender a ditadura. **Congresso em Foco.** 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

DILMA ROUSSEFF. Biografias da Resistência. Instituto Vladimir Herzog. **Memórias da Ditadura. s**/a. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>. Acesso em: 22 abr. 2020.

DOMINGUES, Mauro Petersen. Junho de 2013: E não eram mesmo só R$ 0,20! **Centro de Política Comparada.** UFES: ES. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. Gestão da educação escolar. Universidade de Brasília: Brasília, 2006.

DUARTE, Adriana Maria Cancella; REIS, Juliana Batista dos; CORREA, Licinia Maria; SALES, Shirlei Rezende. A contrarreforma do Ensino Médio e as perdas de direitos sociais no Brasil. **Roteiro**, Fundação Carlos Chagas: Joaçaba, v. 45, p. 1-26, jan./dez., 2020.

DUARTE, Alexandre William Barbosa. **A Nova Gestão Pública na educação em Minas Gerais e Pernambuco**: as políticas, os atores e seus discursos. Tese de Doutorado em Educação (UFMG). 2019.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da Política e Negacionismo como Política: pandemia e democracia. **Educação & Realidad**e, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.

DULCE, María José Fariñas; D`AMBROSO, Marcelo José Ferlin. Neofascismo e o capitalismo do 1%. ***Tirant lo Blanch***: São Paulo, 2020.

DUQUE, Felipe da Silva. **Educação para o empreendedorismo:** limites e contradições. Tese de Doutorado em Educação (UFRJ). 2021.

DUTRA, Renata Queiroz; LIMA, Renata Santana. Neofascismo, neoliberalismo e direito do trabalho no governo bolsonaro. **Revista Direito e Práxis**: Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1.771-1.804, 2023.

EGLER, Tamara Tania Cohen; PEREIRA, Thiago Costa. Rede tecnopolítica de extrema direita e democracia no Brasil. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 47, 2024.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders.** Trad. Sage Publications. Londres: Inglaterra, 1994.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. ***El corto verano de la anarquía*** - *vida y muerte de Durruti*. Trad. Julio Forcat e Urike Hartmann. Editorial Anagrama: Barcelona, 1998.

EUFRÁSIO, Amanda. **Expressões do conservadorismo moral na atualidade:** A culpabilização de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Tese de Doutorado (Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo. 2019.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: CÊA, Geórgia; RUMMERT, Sonia; GONÇALVES, Leonardo (Orgs.). **Trabalho e Educação:** interlocuções marxistas. 2ª Ed. Rio Grande: FURG, v. 1, p. 83-120, 2018.

FAGANELLO, Marco Antonio; SIMONI JÚNIOR, Sérgio; CATELANO, Otávio Zilioli. Revisitando 1989: uma análise da eleição de Collor com novos dados e modelos de regressão espacial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, 2022.

FARIAS, Francisco Pereira de; DEL PASSO, Octávio Fonseca. Poder político e classes sociais de Nicos Poulantzas - Uma nova tradução de Poder Político e Classes Sociais. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 44, p.173-179, jan./jun., 2020.

FÁVERO, Altair Alberto; OLIVEIRA, Julia Costa; FARIA, Thalia Leite de. Crítica às "medições" em educação à luz da teoria das capacidades: a meritocracia que reforça a desigualdade. Universidade de Passo Fundo. **Revista Internacional de Educação Superior.** Campinas: SP, v. 8, 2022.

FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; DAFLON, Verônica Tostes; VENTURINI, Anna Carolina. **Ação afirmativa:** conceito, história e debates. Sociedade e Política. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. *In:* SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. SP: Boitempo; RJ: FLACSO, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de uma interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Educação Profissional numa sociedade sem empregos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 43- 66, mar., 2000.

FIERA, Letícia. As teias de interesses e influências nas redes de políticas educativas na América Latina e Caribe. **Roteiro**, Universidade do Oeste de Santa Catarina, v. 44, n. 3, 2019.

FILGUEIRAS, Fernando. A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas. **Cadernos Cedes**, Juiz de Fora, n. 5, p.1-29, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. **O Brasil nas trevas (2013-2020)**: do golpe neoliberalao fascismo. Boitempo Editorial. 2020.

_____. _____. O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. **Le Monde Diplomatique Brasil**, nov., 2018.

FINCHELSTEIN, Frederico. O líder fascista como encarnação da verdade. **Serrote.** 2020.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e Interdisciplinaridade. **Alea**, v. 10, n. 1, p. 29-53, jan./jun., 2008.

FLORESTI, Fernandes. Manifestações de 'Junho de 2013' completam cinco anos: o que mudou? **Revista Galileu.** 2018.

FOLADORI, Guilermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** São Paulo: Unicamp. 2001.

FONSECA, Aparecida Maria. **Reformas Educacionais nos anos noventa no Estado de Minas Gerais:** O Projeto PROQUALIDADE. Dissertação de Mestrado (Educação). Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia, 2004.

FRANCO, Karla Oliveira; CALDERÓN, Adolfo Ignácio. O SIMAVE à luz das três gerações de avaliação da educação básica. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 28, n. 67, p. 132-159, jan./abr., 2017.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Paz e Terra: RJ, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Silene de Moraes. A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital. **Quadranti** - *Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*, v. VI, n. 2, 2018.

FREITAS, Luciane Albernaz de Araujo; FREITAS, André Luis Castro de. **De Marx a Gramsci:** em busca da contra-hegemonia. I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci - VII Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia. Universidade Federal do Ceará - Faculdade de Educação. Fortaleza/CE, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. 1ª ed. Expressão Popular: São Paulo, 2018.

_____. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun., 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, 2015.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2018.

_____. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana de (Orgs.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo.** Juiz de Fora: UFJF, 2011.

GABRIEL, Fábio Antônio; PEREIRA, Ana Lúcia; MONTEIRO, Tatiane Skeika. Filosofia da práxis na constituição da hegemonia da classe trabalhadora segundo Gramsci. **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 252-272, maio/ago., 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin: “Esquecer o passado?” *In:* MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel (Orgs.). **Walter Benjamin:** Experiência histórica e imagens dialéticas. Trad. Alemã: Marlene Holzhausen; Carlos Eduardo Machado. Trad. Espanhola: Artur Bez; Fábio Uchôa; Rafael Zanatto. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2015.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Trad. de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GALLEGO, Esther Solano. Populismo de direita - guerras culturais e antipetismo. *In:* TELES, Barbara Caramuru (Org.). **Enciclopédia do Golpe** - vol. I. Bauru: Canal 6, 2017.

GANDIM, Luís Armando; LIMA, Iana Gomes de. A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 651-664, jul./set., 2016.

GIDDENS, Antony. A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais.** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O Queijo e os Vermes.** O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIOVANAZ, Daniel. A condenação de Lula no TRF-4 e os esqueletos no armário da Lava Jato. **Especiais Brasil de Fato**, 2018.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. Hegemonia burguesa reforçada pela prova eleitoral de 94. Revista Crítica Marxista, v. 01, n. 2, 1995.

GRACIANO, Monyele Camargo; CARVALHO, Joelson Gonçalves de; BORSATTO, Ricardo Serra; SANTOS, Leandro de Lima. A força da Bancada do Boi: a Frente Parlamentar da Agropecuária na definição da política fundiária. **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere:** antologia. Trad. Carlos Diegues. Estaleiro, 2011.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira: RJ, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Civilização Brasileira: RJ, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume 3: Maquieavel. Notas sobre o Estado e política. Trad. Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 1ª ed. Civilização Brasileira: RJ, 2017.

GROPPO, Luís Antonio. Das origens ao colapso do Estado de bem-estar: uma recapitulação desmistificadora. **Revista HISTEDBR On-line**: Campinas, n. 20, p. 68 - 75, dez., 2005.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais.** 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O neoliberalismo:** história e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HENRIQUES, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; BITTAR, Mariana. **Gestão na Educação em larga escala** - Jovem de Futuro: de projeto piloto em escolas para uma política de rede pública. São Paulo: Instituto Unibanco, 2020.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas Curriculares, Estado e Regulação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez., 2010.

HOLLOWAY, John. *A Note on Alienation.* ***Historical Materialism.*** *London School of Economics, nº 1, outono*, Londres, 1997.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Cortez: São Paulo, 3ª ed., 2011.

IASI, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe:** o PT entre negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. De onde vem o conservadorismo? **Blog da Boi Tempo**. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2003.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2006.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2007.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2008.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2009.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2012.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2019a.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2020a.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2021a.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2022a.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2023a.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Instituto Unibanco: o que fazemos. São Paulo, 2024a.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2019 - Minas Gerais. São Paulo, 2019b.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2020 - Minas Gerais. São Paulo, 2020b.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2021 - Minas Gerais. São Paulo, 2021b.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2022 - Minas Gerais. São Paulo, 2022b.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2023 - Minas Gerais. São Paulo, 2023b.

INSTITUTO UNIBANCO. Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2024 - Minas Gerais. São Paulo, 2024b.

JACOB, Cesar Romero; RODRIGUES, Dora; PHILIPPE, Hees; BRUSTLEIN, Waniez Violette. A eleição presidencial de 2010 no Brasil: continuidade política e estabilidade na geografia eleitoral. **ALCEU**, v. 12, n. 23, p. 189 a 229, jul./dez., 2011.

JARDIM, Afrânio Silva. Lava Jato. *In:* TELES, Barbara Caramuru (Org.). **Enciclopédia do Golpe**, vol. I, Bauru: Canal 6, 2017.

JESUS, Fernando Silva de; SILVA, Grazielle Miranda; PALÚ, Janete; MEDEIROS, Laís de Leiros. A hegemonia neoliberal na educação pública e suas formas de gestão: uma análise a partir das contribuições de Antonio Gramsci. **CONEDU** - VIII Congresso de Educação, 2022.

JIMÉNEZ, Carla. Vitórias apertadas em eleições dão peso ao papel do derrotado. **El País**, 2014.

JINKINGS, Ivana. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

_____. DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. **Vinte centavos:** a luta contra o aumento. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

KIEFER, Sandra. Documentos revelam detalhes da tortura sofrida por Dilma em Minas na ditadura. **Estado de Minas**, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia:** articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. Tese de Doutorado (Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2018.

LACLAU, Ernesto. ***La razón populista.*** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **O ataque estratégico do neoliberalismo à educação**. Boitempo, 2019.

LAVINAS, Lena; GONÇALVES, Guilherme Leite. Brasil 2018: direitização das classes médias e polarização social. ***Le Monde Diplomatique*** **Brasil**, 2018.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Pandemias, colapso climático, antiecologismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental - Revbea**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 01-30, 2020.

_____; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. **Ambiente & Sociedade.** São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan./mar., 2014.

_____; PUGGIAN, Cleonice. Convergências na ecologia política: quando a Educação Ambiental abraça a luta por justiça ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11, n. 2, p. 72-82, 2016.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou Revolução:** o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 edições, 2019.

LEAL, Leila Salim; ANGELO, Claudio; ARAÚJO, Suely. **Nunca Mais Outra Vez:** 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, 2023.

LEHER, Roberto; PINO, Ivany Rodrigues; ZUIN, Antônio; ALMEIDA, Luana Costa. Novas possibilidades históricas para a democracia e para a educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas: São Paulo, v. 44, 2023.

_____. Guerra cultural e universidade pública. In: GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se:** ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. Diagrama Editorial: SP, 2020.

LEMOS, Mariana; MACIEL, Camila. Dilma Rousseff: "Tortura é dor e morte. Eles querem que você perca a dignidade". **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>. Acesso em: 22 abr. 2020.

LEONARD, Annie. **A História das Coisas.** Estados Unidos: *Free Range Studios*, 2007. DVD. 20 min. Dub. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q3YqeDSfdfk>.

LEROY, Jean Pierre. Flexibilização de direitos e justiça ambiental. In: ZHOURI, Andrea; VALENCIO, Norma (Coord.). **Formas de matar, de morrer e de resistir:** limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LIMA, Gabriela Pereira da Cunha; MENDES, Cláudio Lúcio Mendes. Currículo, avaliação e a constituição do sujeito docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 11, n. 3, p. 714-735, set./dez., 2016.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 45, 2019.

LIMA, Licinio C. Privatização da educação no contexto da(s) "Terceira(s) Via(s)": uma caracterização em análise. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 177-181, maio/ago., 2013.

LIMA, Venício. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. *In:* MARICATO, Ermínia (*et al.*). **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LINGARD, Bob. PISA: Fundamentações para participar e acolhimento político. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 37, n. 136, p. 609-627, 2016.

LOPES, Iriny. O ex-ministro e a senzala. **Formação Perseu Abramo**, 2011.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental:** questões de vida. São Paulo: Cortez, 2019.

_____. Emancipação. *In:* FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Org.). **Encontros e Caminhos:** Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: DF, v. 2, p. 157-170, 2007.

_____. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier (Orgs.). **Pensamento complexo, dialético e educação ambiental.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Sustentabilidade e Educação:** um olhar da ecologia política. Coleção questões da nossa época, 1ª ed. São Paulo: Cortez, v. 39, 2012.

_____; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

_____; TORRES, Juliana Rezende (Orgs.). **Educação Ambiental:** dialogando com Paulo Freire. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. A esquerda precisa romper com o paradigma da produtividade. **Brasil de Fato**, 2017.

_____. A filosofia da história de Walter Benjamin. Trad. Gilberto Passos. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 199-206, maio/ago., 2002.

_____. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

_____. Neofascismo: um fenômeno planetário - o caso Bolsonaro. **Democracia Socialista**, 2019.

_____. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. **Boitempo**, 2020.

_____. **Walter Benjamin:** aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Trad. de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A utopia reacionária: radicalismo conservador, erosão democrática e instabilidade política no governo Bolsonaro. In: FONTAINHA, Fernando; MILANI, Carlos. **Coletânea Covid-19 e Agendas de Pesquisa nas Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2023.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 507-524, abr./jun., 2017.

_____. Base Nacional Curricular Comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 45-67, abr./jun., 2016.

_____. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Currículo Revista e-Curriculum.** PUC: São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1.530-1.555, out./dez., 2014.

_____. A educação e a urgência de “desbarbarizar” o mundo. **Revista e-Curriculum.** São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1101-1122, jul./set., 2019a.

_____. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai., 2019b.

MACHADO, Marcela Rosa de Lima; ARRUDA, Eucídio Pimenta. Política, trabalho e formação humana em Marx: contradições entre democratização e massificação na Educação a Distância. *In:* GOMES, Suzana dos Santos; SAVANA, Rosilene Horta Tavares; MELO, Diniz Gomes (Orgs.). **Educação, Sociedade e Redes:** luta pela formação crítica na universidade. 1ª ed. Araraquara (SP): Junqueira & Marin, 2019.

MACIEL, Cosme Leonardo Almeida. Concepção materialista da história em Benjamin e Gramsci: contribuições para a pesquisa em educação. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 9, n. 2, p. 4-19, 2019.

MACIEL, David. O governo Collor e o Neoliberalismo. **Revista Universidade Federal de Goiânia**, ano XIII, n. 11, dez., 2011.

MAGALHÃES, André Matos; SILVA, Marcelo Eduardo Alves da; DIAS, Fernando de Mendonça. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 21, n. 3, dez., 2015.

MARI, Cezar Luiz de; GRADE, Marlene. O senso comum e a educação em Antônio Gramsci: dimensões singulares da práxis. *In:* MARI, Cezar Luiz de, COELHO, Edgar e SANTOS, Márcio Alves dos. (Orgs.). **Educação e Formação Humana: múltiplos olhares sobre a práxis educativa.** CRV: Curitiba, p. 119-130, 2012.

MARIN, Pedro. Golpe no Brasil: a conexão internacional. **Outras Palavras**, 2016.

MARQUES, Marcelo de Souza; CARLOS, Euzeneia. O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva. **Sociologias**, v. 27, 2025.

MARQUES NETO, Roberto; ZAIDAN, Ricardo Tavares; MENON JÚNIOR, Waltencir; MOURA, Alan Bronny Almeida Pires de. Estrutura e dinâmica da paisagem no município de Lima Duarte (MG): uma abordagem geoecológica. **Caminhos de Geografia.** Uberlândia, v. 15, n. 52, p. 134–150, dez., 2014.

MARTINS, Ana Amélia Lage; MARTELETO, Regina Maria. Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 5-24, mar./ago., 2019.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social:** a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

_____. **Burguesia e a nova sociabilidade:** estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado (Educação). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão:** o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Vozes: Rio de Janeiro, 2ª ed., 1986.

MARTINS, Umberto. Os golpes de Estado de 1964 e 2016 comprometeram a democracia, a soberania e o desenvolvimento nacional. **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil**, 2021.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. O PT e o *impeachment* de Collor. **Opinião Pública.** Campinas, v. 16, n 2, nov., 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. e Int. Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse:** Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da economia da crítica política. Trad. de Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livros I e II. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATEUS, Samuel; MAZZOLA, Renan. A retórica populista de Bolsonaro em 2018: Estudo de caso dos debates pré-eleitorais televisionados. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 23, n. 2, 2023.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo; CARRIERI, Alexandre de Pádua Carrieri. Participação nos comitês de bacias hidrográficas: reflexões sobre representação e representatividade. ***Research, Society and Development***, v. 11, n. 8, 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro - neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**. p. 25-39, mar., 2022.

MAUAD, Pedro. Bolsonarismo, capitalismo e subjetividade. **Passa Palavra**, 2020.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade.** Trad. Marta Lança. Antígona: Portugal, 2017.

MELO, Demian. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. In: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo.; GOMES, Rodrigo Lima; CHABALGOITY, Diego. (Org.). **(Neo)fascismo e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

MELLO, Micaela Balsamo de; PEREIRA, Rodrigo da Silva; MACHADO, Pedro Henrique Silva Santos. Rejuvenescimento da teoria do capital humano: argumentos para a contrarreforma do Ensino Médio. **Germinal**: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 16, n. 2, ago. p. 252-269, 2024.

MENDONÇA, Sonia Regina de. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Revista Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 27-43, jan./ jul., 2014.

MENEZES, Anne Kassiadou; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; PEREIRA, Celso Sánchez. Agenda 21 do município de Magé-RJ e suas interfaces com a nova pedagogia da hegemonia. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Universidade Federal do Rio Grande, v. 34, n. 1, p. 4-23, jan./abr., 2017.

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita mudança estrutural. **Conferência de Abertura do II Encontro de São Lázaro**, jun., 2011.

_____. **Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo. Campinas: UNICAMP, 2002.

MIER, Brian. EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016a.

_____. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito e *Práxis***. Rio de Janeiro, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016b.

_____. Limites da Transformação Social no Brasil - Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador, de Singer, André. **Novos Estudos**, CEBRAP, p. 157-162, 2013.

MINAS GERAIS. Decreto nº 44.046, de 13 de junho de 2005. Regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2005a.

_____. Decreto nº 44.199, de 29 de dezembro de 2005. Institui o Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2005b.

_____. Decreto nº 44.264, de 24 de março de 2006. Institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Minas Gerais. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2006.

_____. Decreto nº 47.528, de 12 de novembro de 2018. Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo, a Lei Complementar nº 116, de 11 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2018.

_____. Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 1999.

_____. Lei nº 15.293, de 05 de agosto de 2004. Institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2004.

_____. Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2018.

_____. Lei nº 24.035, de 04 de abril de 2022. Dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, altera a Lei Delegada nº 37, de 13 de janeiro de 1989, e dá outras providências. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2022.

_____. Parecer nº 627, de 01 de agosto de 2002. Credenciamento e recredenciamento de instituições escolares, autorização para funcionamento e reconhecimento de cursos de educação básica e educação profissional. **Conselho Estadual de Educação.** 2002.

_____. Resolução CEE nº 457, de 30 de outubro de 2009. Dispõe sobre a Inspeção Escolar na Educação Básica **no** Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. **Conselho Estadual de Educação.** 2009.

_____. Resolução SEE nº 3.428, de 13 de junho de 2017. Estabelece normas para organização e atuação do Serviço de Inspeção Escolar nas unidades regionais e escolares da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2017.

_____. Resolução SEE nº 4.487, de 25 de janeiro de 2021. Institui o Protocolo Orientador da atuação da Inspeção Escolar no Sistema de Ensino de Minas Gerais. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2021.

_____. Resolução SEE/MG nº 5.084, de 21 de outubro de 2024. Dispõe sobre as matrizes curriculares da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, Ensino Médio e das modalidades de ensino na Rede Estadual de Minas Gerais para o ano de 2025 e dá orientações correlatas. **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____ (Org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINUZZI, Evelize Dorneles; MACHADO, Lucília Regina de Souza; COUTINHO, Renato Xavier. A relação entre o ensino técnico e o propedêutico nas reformas e contrarreformas da educação brasileira. **Revista Contexto & Educação**: Unijuí, ano 37, n. 119, set./dez., 2022.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci.** Tradução: Paolo Nosella. Fundação Joaquim Nabuco: Recife. Editora Massangana, 2010.

MONTEIRO, Marcelisa. **A formação discursiva neoliberal em escolas públicas estaduais:** o Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco. Tese de Doutorado (Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2014.

MORAES, Gabriel Alberto de. Após o oito de janeiro, o fascismo não lê a Constituição, ele a arrebenta. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2023.

MOURA, Dácio; BARBOSA, Eduardo. **Trabalhando com projetos:** planejamento e gestão de projetos educacionais. Petrópolis: Vozes, 2006.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Revista Trabalho, Educação & Saúde**, 2008.

MOTORYN, Paulo. Fascismo está na raiz do bolsonarismo, diz coordenador do Observatório da Extrema Direita. **Brasil de Fato**, 2021.

_____; CARVALHO, Igor. “Deus, Pátria, Família”: Bolsonaro usa lema da Ação Integralista Brasileira em carta à nação. **Brasil de Fato**, 2021.

MURICY, Kátia. ***Ecce homo*****:** a autobiografia como gênero filosófico. Rio de Janeiro: Zazie, 2017.

NASCIMENTO, Paulo Sérgio Silvino do; UCHÔA, Hewelanya de Souza. Processo de Representação e Participação Social: uma análise crítica. ***Multidisciplinary and Psychology Journal***, ano 10, n. 29, fev., 2016.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o Neoliberalismo.** São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

NEHER, Clarissa. Como a Alemanha usa as escolas contra mentiras sobre o nazismo e o Holocausto. **BBC News Brasil.** 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45502884>. Acesso em: 22 abr. 2020.

NOGUEIRA, Marlice de Oliveira e. O currículo no centro da luta: contribuições de Michael Apple para a compreensão da realidade escolar. **Revista Espaço do currículo.** João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 119-130, jan./abr., 2019.

NOSELLA, Paolo (Org.). **Antonio Gramsci para os educadores**. São Paulo; São Carlos: UNINOVE e UFSCAR, 2008.

NUNES, Pedro. **Democracia fraturada:** a derrubada de Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a Imprensa no Brasil. UFPB, João Pessoa: CCTA, 2019.

OLIVEIRA, Aline Lima de; GUIMARÃES, Mauro. Da *práxis* participativa à Educação Ambiental Crítica: análises de propostas formativas de educadores ambientais da

Baixada Fluminense. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. v. 5, n. 8, p. 11-16, jan./jun., 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. *In:* OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Momento Lênin. **Novos Estudos Cebrap**, v. 75, jul., 2006.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Coelho de. **O conceito de hegemonia em Gramsci:** possibilidades de compreensão a partir da educação. ORG & DEMO, Marília, v. 21, n. 2, p. 159-174, jul./dez., 2020.

ORO, Ari Pedro. Bolsonaro e a laicidade brasileira em questão? **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 145-172, ago./dez., 2022.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

PENNA, Fernando de Araújo. Escola sem Partido. **Boletim Anped** - Série Conquistas em Risco, maio, 2016.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. A invenção da balbúrdia: dossiê sobre as intervenções de Bolsonaro nas Instituições Federais de Ensino Superior. Brasília: DF, 2022.

PEREIRA, Ivana Holanda. **A Participação Popular na Gestão Municipal**. Dissertação de Mestrado (Educação), Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1995.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. **Repensar o passado - recobrar o futuro:** história, memória e redenção em Walter Benjamin. História Unisinos, v. 12, n 2, p. 148-156, maio/ago., 2008.

PERLATTO, Fernando. Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 15, n. 1, p. 256-272, jan./jun., 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da Terceira Via. **Currículo sem Fronteiras.** v. 13, n. 2, p. 234-255, maio/ago., 2013.

_____. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação.** São Leopoldo: Oikos, p. 15-34, 2015.

_____. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**. v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr., 2018.

_____. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 41, 2020.

_____; CAETANO, Maria Raquel; VALIM, Paula de Lima. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais.** vol. 15, n. 36, ago., 2021.

_____; _____. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. V Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação / VIII Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. **Associação Nacional de Política e Administração da Educação** - ANPAE, v. 41, 2016.

_____; _____. O público e o privado na educação: Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez., 2015.

_____; LIMA, Paula Valim de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa.** Ponta Grossa, v. 15, p. 1-20, 2020.

_____; ROSSI, Alexandre José. O direito à educação em suspensão: implicações da relação público-privada para a democratização da educação básica. **Revista Contrapontos**: Itajaí, v. 19, n. 2, jan./dez., 2019.

PERRELA, Cileda dos Santos Sant'Anna; ALENCAR, Felipe. Gestão para resultados e ações de controle na política educacional paulista. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Raiva, sonhos e insubordinação: como a extrema direita e as mídias digitais mobilizam a classe trabalhadora plataformizada. **Horizontes Antropológicos**, v. 31, n. 73, 2025.

PIRES, Daniela; PERONI, Vera. Terceira via e Terceiro Setor: aspectos jurídicos e consequências para a política educacional brasileira. **Revista Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, 2010.

PISSARDO, Carlos Henrique. A politização do cotidiano, a classe média e a esquerda. **Revista Fórum**, 2013.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. A influição do discurso neoliberal na governamentalidade pedagógica no Brasil contemporâneo. **Revista Cocar**, v. 14, n. 28, p. 521-540, jan/abr., 2020.

POLANYI, Karl. ***The Great Transformation****.* Boston, *Beacon Press*, 1954.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci. In:* ***Cuadernos de Pasado y Presente***, México: D.F., n. 54, 1977.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Trad. de Maria Leonor Loureiro. 2ª ed, São Paulo: Unicamp, 2019.

PRADO, Ana Carolina da Silva Almeida; SILVA, Carla Regina; SILVESTRINIA, Marina Sanches. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**: Universidade Federal de São Carlos, v. 28, n. 2, p. 706-724, 2020.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. **Tempo Social** - Revista de Sociologia da USP, v. 29, n. 2, ago., 2017.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, set./dez., 2018.

QUEIROZ, Felipe. Crise política no Governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 27, 2018.

QUINALHA, Renan. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016.

RATHSAM, Luciana. Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância. **Cultura & Sociedade**, 2021.

REBELLO, Aiuri; MAZIEIRO, Guilherme. Às vésperas da eleição, Assembleia de Deus usa cartilha de ódio para doutrinar fiéis contra Lula, feministas e LGBTS. **The Intercept Brasil.** Disponível em: <https://theintercept.com/2022/09/20/as-vesperas-da-eleicao-assembleia-de-deus-usa-cartilha-de-odio-para-doutrinar-fieis-contra-lula-feministas-e-lgbts/>. Acesso em: 20 set. 2022.

REBUÁ, Eduardo. Fascistização no Brasil no tempo-de-agora. ***Le Monde Diplomatique* Brasil**, 2019.

_____. Walter Benjamin: anatomia do horror presente. **Outras Palavras**, 2019.

RIBEIRO, Danielle Cristine. Considerações sobre o papel do “senso comum” em István Mészáros e Antônio Gramsci. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 4, p. 147-166, jan./jul., 2019.

RIOS, Flávia. Bolsonaro na contramão da igualdade racial. **Revista Piauí**, 2022.

RODRIGUES,Guilherme Goretti. **Movimentos sociais e as experiências dos trabalhadores da comunidade quilombola do Paiol**. Tese de Doutorado (Educação). UFRRJ, 2022.

ROIO, Marcos Del. **Gramsci e a emancipação do subalterno.** São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. *In:* MARICATO, Ermínia (*et al.*). **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2013.

ROSA, Ana Paula da; FREIRE, Ana Isabel. Das tentativas de quebra à resistência na circulação: a imagem simbólica corporificada na placa Marielle Franco. **Revista Observatório**, Palmas, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2023.

ROSA, Mário. O dia 8 de Janeiro é um fato histórico e marcos assim definem eras. **Poder 360º**, 2023.

ROSSI, Marina. “As marcas da tortura sou eu. Fazem parte de mim”. **El País.** 2014. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/10/politica/1418211333_054839.html>. Acesso em: 22 abr. 2020.

RUIZ, Erasmo Miessa. **Freud no “divã” do cárcere:** Gramsci analisa a psicanálise. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

RUY, José Carlos. O Fora Collor: a luta contra o neoliberalismo. **Vermelho:** a esquerda bem informada, Brasília: DF., 2012.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. *In:* SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. SP: Boitempo; RJ: FLACSO, 2013.

_____. Eles e nós, para a hegemonia pós-neoliberal. **Vermelho:** a esquerda bem informada. Brasília: DF., 2014.

SAFATLE, Vladimir Pinheiro. A barbárie de sempre. **Jornal Folha de São Paulo**, 11 fev. 2014.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, São Paulo: USP, p. 23-47, out., 1999.

_____; CASARÕES, Guilherme. O *impeachment* de Collor: literatura e processo. **Lua Nova & Gramsci e o Brasil**, 2011.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; FALSARELLA, Ana Maria.; MENDES, Mônica Vitória. A produção intelectual de crítica aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. *In:* Colóquio Luso-Brasileiro sobre Questões Curriculares - 2. **Currículo: pensar, inventar, diferir,** Rio de Janeiro: UERJ, v. 1, p. 1-10, 2004.

SANDER, Benno. Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento. **Autores Associados**, SP: Campinas, 1995.

SANDRI, Simone; SILVA, Mônica Ribeiro da. O Programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco para o Ensino Médio: decorrências do imbricamento entre público e privado. **Revista Contrapontos**: Itajaí, v. 19, n. 2, jan./dez., 2019.

SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. A sociologia e os limites do "senso comum" em Gramsci e Heller. **Revista Binacional Brasil Argentina**: diálogo entre as ciências. Vitória da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fé, Santa Fé, Argentina. v. 10, n. 2, p. 93-117, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: Luiz Carlos Bresser Pereira et al. (Orgs.). **Sociedade e Estado em transformação.** São Paulo: Unesp, p. 243-221, 1999.

SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; PALUDO, Conceição. O projeto neodesenvolvimentista, a ortodoxia neoliberal e o retrocesso na política de educação do campo. **Roteiro**, Fundação Carlos Chagas: Joaçaba, v. 47, jan./dez., 2022.

SANTOS, Mislene Maris dos. Gênero e política no Brasil contemporâneo: misoginia e violação dos direitos humanos no caminho de Dilma Rousseff. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas). Universidade Federal da Paraíba: PB, 2021.

SANTOS JÚNIOR, Marcelo Alves dos. As flutuações de longo prazo da polarização no Brasil – Análise do compartilhamento de informações políticas entre 2011 e 2019. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 66, 2023.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica e Pedagogia da Libertação: aproximações e distanciamentos. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 13, n. 3, p. 170-176, dez., 2021.

_____. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 146-159, 2007.

SCHARGEL. Sérgio. Conservadorismo, reacionarismo e fascismo. **A terra é redonda.** 2023.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. *In:* MARICATO, Ermínia (*et al.*). **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

SEGALLA. Cinco convicções da sentença de Moro que desafiam o bom senso. **Agência PT de Notícias.** 2018.

SEMER, Marcelo. Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. Boitempo. 2016.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 66, abr., 1999.

_____. Gramsci e os novos embates da Filosofia da práxis. **Ideias & Letras**: Aparecida, 2006.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; ESTRADA, Rodrigo Duque; BARCELLOS, Sérgio Botton. Entre governos autoritários e aspirações fascistas na atualidade: o contexto internacional ao Brasil. **Germinal:** Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 11, n. 2, p. 16-24, abr., 2019.

SILVA, Adriana Brito da Silva; BRITES, Cristina Maria; OLIVEIRA, Eliane de Cássia Rosa; BORRI, Giovanna Teixeira. A extrema-direita na atualidade. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set., 2014.

SILVA, Antonia Alves Pereira. Perspectiva crítica da educação e regulação curricular: possibilidades constitutivas da autonomia docente. **Periferia**, v. 8, n. 1, p. 138-158, 2016a.

SILVA, Bernardo Menescal Ferreira da. Dilma cometeu crime de responsabilidade? Argumentos contra e a favor. **Politize!**, 2016b.

Silva, Carla Regina. Percursos juvenis e trajetórias escolares: vidas que se tecem nas periferias das cidades. Tese de Doutorado (Educação). Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2011.

SILVA, Daniela Oliveira Vidal da; BRITO, Vera Lúcia Fernandes de; NUNES, Cláudio Pinto. Neoconservadorismo e educação brasileira. **Educação e Fronteiras On-Line**, MS: Dourados, v. 10, n. 30, p. 25-41, set./dez., 2020a.

SILVA, Eduardo Pinto e. As concepções de subjetividade em Gramsci e Lukács e a *práxis* educacional. **Trabalho & Educação.** v. 17, n. 2, maio/ago., 2008.

SILVA, Everton Melo da; SANTOS, Josiane Soares. A “escalada” dos agrotóxicos no governo Bolsonaro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, 2023.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira da. Laicidade do Estado: dimensões analítico conceituais e suas estruturas normativas de funcionamento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 21, n. 51, p. 278-304, maio/ago., 2019.

SILVA, Luiz Rogério Lopes; FRANCISCO, Rodrigo Eduardo Botelho; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. **Galáxia**, São Paulo, n. 46, p. 1-26, 2021.

SILVA, Marcelo Gomes da. **Da fiscalização à crítica da lei:** análise dos papéis exercidos pelos inspetores escolares a partir de seus relatórios (1894-1901). RJ: CECIERJ, 2012.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Neofascismo, ultraneoliberalismo e corrosão da essencialidade da previdência social no Brasil. **Textos & Contextos.** Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-16, jan./dez., 2021.

SILVA, Maria Vieira; RICHTER, Leonice Matilde. A adoção da nova gestão pública nas agendas governamentais em diferentes países: influências nas reformas educacionais e no ensino médio mineiro. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, número especial 3, p. 1276-1296, dez., 2018.

_____; SOUZA, Silvana Aparecida de. Educação e responsabilidade empresarial: "novas" modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 779-798, out., 2009.

SILVA, Maurício Roberto da; PIRES, Giovani De Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. A política de devastação e autoritarismo de Bolsonaro, 'o exterminador do Brasil': 'future-se' para o abismo, sofrimento e adoecimento do Brasil e a urgente resistência ativa. **Revista Motrivivência**, UFSC: Florianópolis, v. 31, n. 59, p. 01-15, jul./set., 2019.

SILVA, Michele Alice da. **Sentidos sobre a monocultura de eucalipto no município de Lima Duarte (MG)**: educabilidade possíveis a partir da Educação Ambiental e da Educação do Campo. Dissertação de Mestrado (Educação). UFJF, 2018.

SILVA, Rodrigo Augusto Leal da. Neoliberalismo, conservadorismo religioso e opressões de gênero e sexualidade no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, p. 244-262, 2023.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; HORN, Carlos Henrique. O princípio da proteção e a regulação não-mercantil do mercado e das relações de trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, Ed. Revista dos Tribunais, ano 34, v. 32, p. 185-205, out./dez., 2008.

SILVA, Simone da Conceição Rodrigues da. Método Paulo Freire: uma análise na alfabetização de jovens e adultos. **Linguagens, Educação, Sociedade.** Teresina, ano 25, n. 45, maio/ago., 2020.

SILVA, Segislane Moésia Pereira da; FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira; MACIEL, Valnise Verás. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 256-265, maio/ago., 2020b.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Apresentação. *In:* GOODSON, Ivor Frederick. **Currículo: teoria e história.** 5. ed., São Paulo: Vozes, p. 7-13, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun., 2009.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos** - CEBRAP. Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções. São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov., 2013.

_____. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 102, p. 47-71, nov., 2015.

_____. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SKINNER, Marta. Projeto Neoliberal. *In:* TELES, Barbara Caramuru (Org.). **Enciclopédia do Golpe**, vol. I. Bauru: Canal 6, 2017.

SORDI, Denise de. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, v. 30, 2023.

SOUTO, Aline de Souza; LIMA, Rosa Maria Cortês de. Autoritarismos e estado de exceção no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 147, 2024.

SOUZA, Iael de; PIOLLI, Evaldo. A (re)nova(da) pedagogia do capital - Instituto Unibanco e o empresariamento da educação. **Cadernos Cajuína**, v. 7, n. 1, 2022.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago., 2016.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do Ouro.** A pobreza mineira no século XVIII. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Norma e conflito:** aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente - reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 32, n. 2, maio/ago., 2020.

SOUZA-LIMA, José Edmilson de; SALOMONI, Luciana Ricci; OLIVEIRA, Fernanda Gewehr de. Indicativos da necropolítica socioambiental brasileira. **Veredas do Direito**, v. 21, 2024.

SPIGA, Deborah. O passado como rememoração e redenção em Walter Benjamin. **Revista de Filosofia:** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, v. 20, n. 3, p. 164-181, 2020.

SPOLAOR, Fernanda Antunes. **O compromisso social da Educação Ambiental em contextos escolares:** um processo de ressignificação de saberes e fazeres na construção de projetos socioambientais. Dissertação de Mestrado (Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

STÉDILE, Miguel Enrique. Como vivem os monstros: um panorama da extrema direita. **Brasil de Fato**, 2024.

SUPIOT, Alain. O espírito de Filadélfia: a justiça social diante do mercado total. Porto Alegre: **Sulina**, 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. O cenário final do governo FHC. Lições Contemporâneas. **Folha de São Paulo**, 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, p. 909-941, dez., 2012.

TELES, Bárbara Caramuru (Org.). **Enciclopédia do Golpe** - vol. I. Bauru: Canal 6, 2017.

TELES, Edson Luís de Almeida. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. *In:* GALLEGO, Esther Solano SOLANO (Org.). **O ódio como política:** a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Brasil e África do Sul:** os paradoxos da democracia. Tese de Doutorado (Filosofia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

TERIGI, Flávia. Notas para uma genealogia do currículo escolar. **Educação e Realidade**, v. 21, n. 1, p. 159-186, jan./jun., 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em Comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, John Brookshire. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Pesquisa-ação em Educação Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 1, p. 155-169, 2008.

VASQUEZ, Vitor. O jogo político partidário pós Jornadas de Junho de 2013. **Centro de Política Comparada**, UFES: ES, 2018.

VELOSO, Geisa Magela; LOPES, Helda Maria Henriques Rodrigues; MÁRCIO, Antônio Silva; RAMALHO, Maria Nailde Martins. O Programa de Apoio às Inovações Educacionais (PAIE): uma proposta de descentralização da gestão escolar em Minas Gerais. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 10, n. 18, jan./fev., 2004.

VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane Helena; GARCIA, Teise (Orgs). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira:** incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018). Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil. São Carlos: Pedro & João Editores, v. 3, 2021.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**, São Leopoldo: RS, v. 10, n. 2, p. 123-129, mai./abr., 2006.

VIANA, Sílvia. Será que formulamos mal a pergunta? *In:* MARICATO, Ermínia (*et al.*). **Cidades rebeldes:** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1ª ed, São Paulo: Boitempo, 2013.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 51-66, jan./jun., 1999.

VIEIRA, Rafael. Modernidade e barbárie: as análises de Walter Benjamin sobre o fascismo alemão. **Anais do Colóquio Marx e o Marxismo 2017**: De *O capital* à Revolução de Outubro (1867 - 1917). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2017.

WALTON, Douglas. **Lógica informal:** manual de argumentação crítica. Trad. Ana Lúcia Franco e Carlos Salum. 2ª ed, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

XAVIER, Unibam. Gabinete do ódio - o grande irmão Bolsonaro: farsa e tragédia no Brasil. **Departamento de Ciência Sociais**: Universidade Federal do Ceará, 2020.

XIMENEZ, Francisco. O que foram, afinal, as Jornadas de Junho de 2013. E no que elas deram. Entrevista concedida a João Paulo Charleaux. **Nexo Jornal**, 2017.

APÊNDICE A - Carta Convite

Um Convite... em 03 de março de 2020…

Por Fernanda Antunes Spolaor
Educadora do Estado de Minas Gerais

O longa *“Uma vida oculta”*, dirigido por Terrence Malick, retoma a história real de um jovem fazendeiro austríaco que se recusou a participar das forças nazistas durante a 2ª Guerra Mundial. No filme, sem tiros e sem bombardeios, a guerra se revela na forma de medos, relações de abuso, dominação e transformação de valores perante a sujeição à hegemonia da época. A partir do respeito e da defesa apaixonada por suas convicções e suas crenças sobre o que considerava certo e errado, o posicionamento singular do fazendeiro se tornou um manifesto de resistência contra a barbárie que havia dominado corpos e mentes. Uma única vida… uma única consciência… uma única voz… que resiste e luta por aquilo que acredita.

Enquanto educadora há mais de vinte anos no Estado de Minas Gerais, convido todos/as a refletirem sobre suas convicções, suas crenças, seus princípios e seus valores nesse momento de luta em defesa da educação pública. Luta que ultrapassa o reducionismo de questões político-partidárias. Luta que se fortalece em defesa da humanização das relações sociais em um momento histórico de enfrentamento à mercantilização da vida, em que o grande capital constituinte das esferas privadas dita formas de agir e de pensar nos espaços públicos.

Somos todos/as educação e somos educação pública! Lutamos por educação pública com qualidade social para todos/as os/as educadores/as! Lutamos por educação pública com qualidade social para todos/as os/as alunos/as em seus mais diversos modos de existência! Acreditamos que a educação pública com qualidade social é a única capaz de fazer a diferença na vida das maiorias excluídas, oprimidas e marginalizadas. Acreditamos no nosso trabalho… no trabalho de humanização que realizamos nas escolas dia após dia, ano após ano. Somos educadores/as públicos! Temos que sentir orgulho do lugar social que ocupamos e, por isso, lutar por ele!

Este convite se dirige à consciência social de cada educador/a. Um convite que almeja que todos/as reflitam sobre a responsabilidade individual de cada um frente à realidade hoje vivenciada. Um convite que busca reforçar o posicionamento de todos/as os/as trabalhadores/as, cada um em sua singularidade, no sentido de defenderem o que acreditam. Um convite para respeitarem os princípios e os valores que os constituem enquanto profissionais da educação pública, enquanto cidadãos/cidadãs de um país que sofre diante de tamanha desigualdade social, enquanto seres humanos que são tocados e se importam com o sofrimento do outro.

Sofrimentos compartilhados diante do não pagamento do décimo terceiro salário para trinta por cento da categoria, do não pagamento do piso nacional salarial, do desrespeito provocado pelo sistema de matrículas *online*, do vínculo precário de trabalho de dois terços dos/as trabalhadores/as, do não cumprimento de parte da Lei nº 21.710/2015, da não aplicação em educação dos 25% (vinte e cinco por cento) da receita líquida corrente que o estado arrecada em impostos, do tratamento diferenciado na priorização de serviços e servidores/as públicos/as em detrimento de outros serviços e outros/as servidores/as públicos/as, dentre estes a educação.

Diante de tudo isso, ainda nos pedem sacrifícios. Sacrifícios!? Para nós… educadores/as públicos/as!? Sacrifícios!?

A adesão ao movimento grevista de cada educador nesse momento histórico significa dizer NÃO a uma política nefasta de desmonte e destruição da educação pública… dizer NÃO à desconstrução dos valores que nos constituem enquanto trabalhadores/as da educação pública… dizer NÃO ao desrespeito para com os direitos constitucionais duramente conquistados… dizer NÃO à aniquilação do sentido público de Estado frente às investidas neoliberais privatizantes...

Mais do que nunca precisamos da união e da adesão de toda a categoria em defesa da educação pública com qualidade social. Essa é a razão do convite a todos/as os/as educadores/as que ainda não se encontram engajados nesta luta: reflitam sobre as reivindicações justas que configuram o movimento grevista; percebam a importância da atuação de cada um frente ao respeito para com a educação pública; valorizem as adesões individuais ao movimento grevista na constituição de uma coletividade que nos une enquanto trabalhadores/as da educação; não se intimidem diante das ameaças e dos constrangimentos

daqueles/as que defendem as pautas regressivas que estão sendo impostas; neguem toda e qualquer posição de neutralidade, uma vez que se manter neutro em uma situação de opressão significa exatamente ficar ao lado do opressor e contra o oprimido e, historicamente, os oprimidos somos nós; repensem o posicionamento de vocês, pois, como nenhum sentimento é definitivo, podemos dizer sim ao movimento grevista tendo outrora dito não.

Nesse momento de luta é preciso valorizar e fortalecer cada sentimento de empatia e coletividade, por isso, cada vida... cada consciência... cada voz... se torna um importante manifesto de resistência!

ANEXO A - Fotografia de pintura a óleo da Fazenda Cachoeira do Boi



Fonte: Márcia Perón, 2007.

ANEXO B - Discurso da Presidenta Dilma - PT em 30 de abril de 2012[278]

“Minhas amigas e meus amigos, amanhã, 1º de maio, é um bom dia para refletirmos sobre uma verdade nem sempre lembrada, que tudo o que um país produz é fruto do esforço do trabalhador. E, por isso, todo trabalhador tem o direito de usufruir de tudo o que o seu país produz.

Para usufruir cada vez mais da riqueza do Brasil, o trabalhador brasileiro precisa de melhores empregos, de salário digno, educação de qualidade e formação profissional adequada às necessidades do mundo moderno.

Para garantir esses direitos do trabalhador, o país necessita consolidar seu crescimento, equilibrar sua economia, diminuir as desigualdades, proteger a indústria e sua agricultura, desenvolver novas tecnologias, e ser cada vez mais competitivo e soberano no mundo.

Nosso governo trabalha por isso todos os dias. Tem feito também todo o esforço e criado as condições para que o setor privado, o sindicato, os movimentos sociais e toda sociedade participem dessa tarefa. Não quero ser a presidenta que cuida apenas do desenvolvimento do país. Mas aquela que cuida em especial do desenvolvimento das pessoas.

Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar por uma saúde melhor para os brasileiros pobres de classe média. Significa prover educação de qualidade em todos os níveis, inclusive cursos técnicos e universitários no Brasil e no exterior, para brasileiros de talento de qualquer classe social como estamos fazendo através do programa Brasil Sem Fronteiras, que oferece bolsas de estudos para 100 mil estudantes nas melhores universidades do mundo.

Cuidar do desenvolvimento das pessoas significa lutar incessantemente para acabar com a pobreza extrema em todas as regiões do país. Significa enxergar o trabalhador como cidadão e por isso pleno de direitos civis. Enxergá-lo também, como consumidor, com condição de comprar todos os bens e serviços que sua família precisa para viver de maneira cômoda e feliz.

Faz parte dessa luta o esforço do governo para reduzir os juros. A economia brasileira só será plenamente competitiva quando nossas taxas de juros, seja para o

---

[278] Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/dilma-critica-altas-taxas-de-juros-e-diz-que-bancos-tem-logica-perversa.html>. Acesso em:19 abr. 2022.

produtor seja para o consumidor, se igualarem às taxas praticadas no mercado internacional.

Quando atingirmos este patamar nossos produtores vão poder produzir e vender melhor e nossos consumidores vão poder comprar mais e pagar com mais tranquilidade. Vem daí o esforço que o governo faz para equilibrar a economia, o que tem permitido a queda contínua da taxa básica de juros. Vem daí também a posição firme do governo, para que bancos e financeiras diminuam as taxas de juros cobradas aos clientes, nos empréstimos, nas taxas básicas e nos cartões de crédito.

Nos últimos anos nosso sistema bancário é um dos mais sólidos do mundo. Está entre os que mais lucraram e isso tem lhe dado força e estabilidade, o que é bom para toda a economia, mas isso também permite que eles dêem crédito mais barato aos brasileiros.

É inadmissível, que o Brasil que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo. Estes valores não podem continuar tão altos. O Brasil de hoje não justifica isto. Os bancos não podem continuar cobrando os mesmos juros para empresas e para o consumidor enquanto a taxa básica Selic cai, a economia se mantém estável e a maioria esmagadora dos brasileiros honra com presteza e honestidade seus compromissos.

O setor financeiro, portanto, não tem como explicar esta lógica perversa aos brasileiros. A Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem. A Caixa Economia Federal e o Banco do Brasil escolheram o caminho do bom exemplo e da saudável concorrência de mercado provando que é possível baixar os juros cobrados aos seus clientes em empréstimos, cartões, cheque especial e inclusive no crédito consignado.

É importante que os bancos privados acompanhem esta iniciativa para que o Brasil tenha uma economia mais saudável e mais moderna. É bom também que você, consumidor, faça prevalecer seus direitos, escolhendo as empresas que lhe ofereçam melhores condições. Sei que para que nosso país tenha uma economia mais forte, é preciso ainda que encontremos mecanismos que permitam uma diminuição equilibrada dos impostos para produtores e para consumidores e também que tenhamos uma taxa de câmbio que defenda nossa indústria e nossa agricultura. Em suma, os nossos empregos.

E que o governo utilize os recursos públicos sempre de forma eficiente e honesta para que a população sinta, da forma mais efetiva possível, o retorno do imposto que paga.

Por sinal, acabamos de retirar os impostos da folha de salários. Para que esta carga fiscal deixasse de punir o emprego. Isto está dando mais alívio ao empregador e mais segurança ao empregado.

Garanto às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros que vamos continuar buscando meios de baixar impostos, de combater os malfeitos e os malfeitores e cada vez mais estimular as coisas bem feitas e as pessoas honestas de nosso país.

Mas não vamos abrir mão de cobrar com firmeza de quem quer que seja, que cumpra seu dever. Que faça sua parte para que o Brasil cresça e todos os brasileiros cresçam juntos para que nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras melhorem sua capacidade de produzir e de consumir. Sua capacidade de viver bem, de ser feliz e de fazer seus irmãos igualmente felizes.

Viva o 1º de maio, viva o trabalhador brasileiro, viva o nosso querido Brasil. Obrigada e boa noite”.

ANEXO C - Discurso da Presidenta Dilma - PT em 21 de junho de 2013[279]

“Minhas amigas e meus amigos, todos nós, brasileiras e brasileiros, estamos acompanhando, com muita atenção, as manifestações que ocorrem no país. Elas mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar.

Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar por causa de limitações políticas e econômicas. Mas se deixarmos que a violência nos faça perder o rumo, estaremos não apenas desperdiçando uma grande oportunidade histórica, como também correndo o risco de colocar muita coisa a perder.

Como Presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia. O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático. E também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Não foi fácil chegar onde chegamos, como também não é fácil chegar onde desejam muitos dos que foram às ruas.

Só tornaremos isso realidade se fortalecermos a democracia - o poder cidadão e os poderes da república. Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo. De propor e exigir mudanças. De lutar por mais qualidade de vida. De defender com paixão suas ideias e propostas. Mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira.

O Governo e sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, ataque templos, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Essa violência, promovida por uma pequena minoria, não pode manchar um movimento pacífico e democrático. Não podemos conviver com essa violência que envergonha o Brasil.

Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública devem coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo. Com equilíbrio e

---

[279] Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130621_discurso_dilma_lk>. Acesso em: 29 abr. 2022.

serenidade, porém, com firmeza, vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos. Asseguro a vocês: vamos manter a ordem.

Brasileiras e brasileiros, as manifestações dessa semana trouxeram importantes lições: as tarifas baixaram e as pautas dos manifestantes ganharam prioridade nacional. Temos que aproveitar o vigor destas manifestações para produzir mais mudanças que beneficiem o conjunto da população brasileira.

A minha geração lutou muito para que a voz das ruas fosse ouvida. Muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. A voz das ruas precisa ser ouvida e respeitada. E ela não pode ser confundida com o barulho e a truculência de alguns arruaceiros. Sou a Presidenta de todos os brasileiros. Dos que se manifestam e dos que não se manifestam. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. Ela reivindica um combate sistemático à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Todos me conhecem. Disso eu não abro mão.

Esta mensagem exige serviços públicos de mais qualidade. Ela quer escolas de qualidade; ela quer atendimento de saúde de qualidade; ela quer um transporte público melhor e a preço justo; ela quer mais segurança. Ela quer mais. E para dar mais, as instituições e os governos devem mudar.

Irei conversar, nos próximos dias, com os chefes dos outros poderes para somarmos esforços. Vou convidar os governadores e os prefeitos das principais cidades do país para um grande pacto em torno da melhoria dos serviços públicos. O foco será: primeiro, a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que privilegie o transporte coletivo. Segundo, a destinação de 100% do petróleo para a educação. Terceiro, trazer de imediato milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do SUS.

Anuncio que vou receber os líderes das manifestações pacíficas, os representantes das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares. Precisamos de suas contribuições, reflexões e experiências. De sua energia e criatividade, de sua aposta no futuro e de sua capacidade de questionar erros do passado e do presente.

Brasileiras e brasileiros, precisamos oxigenar o nosso velho sistema político. Encontrar mecanismos que tornem nossas instituições mais transparentes, mais resistentes aos malfeitos e acima de tudo mais permeáveis à influência da sociedade. É a cidadania, e não o poder econômico, quem deve ser ouvido em primeiro lugar. Quero contribuir para a construção de uma ampla e profunda reforma

política, que amplie a participação popular. É um equívoco achar que qualquer país possa prescindir de partidos e, sobretudo, do voto popular, base de qualquer processo democrático.

Temos de fazer um esforço para que o cidadão tenha mecanismos de controle mais abrangentes sobre os seus representantes. Precisamos muito, mas muito mesmo, de formas mais eficazes de combate à corrupção. A Lei de Acesso à Informação, sancionada no meu governo, deve ser ampliada para todos poderes da república e instâncias federativas. Ela é um poderoso instrumento do cidadão para fiscalizar o uso correto do dinheiro público. A melhor forma de combater a corrupção é com transparência e rigor.

Em relação à Copa, quero esclarecer que o dinheiro do governo federal, gasto com as arenas, é fruto de financiamento que será devidamente pago pelas empresas e governos que estão explorando estes estádios. Jamais permitiria que esses recursos saíssem do orçamento público federal, prejudicando setores prioritários como a Saúde e a Educação. Na realidade, nós ampliamos bastante os gastos com Saúde e Educação. E vamos ampliar cada vez mais. Confio que o Congresso Nacional aprovará o projeto que apresentei para que todos os *royalties* do petróleo sejam gastos exclusivamente com a Educação.

Não posso deixar de mencionar um tema muito importante, que tem a ver com a nossa alma e o nosso jeito de ser. O Brasil, único país que participou de todas as Copas, cinco vezes campeão mundial, sempre foi muito bem recebido em toda parte. Precisamos dar aos nossos povos irmãos a mesma acolhida generosa que recebemos deles. Respeito, carinho e alegria. É assim que devemos tratar os nossos hóspedes. O futebol e o esporte são símbolos de paz e convivência pacífica entre os povos. O Brasil merece e vai fazer uma grande Copa.

Minhas amigas e meus amigos, eu quero repetir que o meu governo está ouvindo as vozes democráticas que pedem mudança. Eu quero dizer a vocês que foram, pacificamente, às ruas: Eu estou ouvindo vocês! E não vou transigir com a violência e a arruaça. Será sempre em paz, com liberdade e democracia que vamos continuar construindo juntos este nosso grande país".

ANEXO D - Discurso da Presidenta Dilma - PT em 31 de agosto de 2016[280]

“Ao cumprimentar o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva, cumprimento todos os senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens de meu País.

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal (Brasil, 1988). Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado.

É o segundo golpe de Estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja

[280] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/31/em-discurso-de-despedida-ha-seis-anos-dilma-profetizou-pais-de-bolsonaro>. Acesso em: 11 maio 2022.

qualquer justificativa constitucional para este *impeachment*.

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes.

Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta.

Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.

Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz. Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso País.

Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de Estado não é definitiva. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política.

Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade.

Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer "até daqui a pouco".

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:

'Não estamos alegres, é certo,
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,
Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta.'

Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, que compartilha comigo a crença na democracia e o sonho da justiça".

ANEXO E - Discurso do Presidente Lula - PT em 07 de abril de 2018[281]

Em 1979, esse sindicato fez uma das greves mais extraordinárias. E nós conseguimos fazer um acordo com a indústria automobilística que foi talvez o melhor possível. E eu tinha uma comissão de Fábrica com 300 trabalhadores. O acordo era bom. E eu resolvi levar o acordo para a Assembleia. E resolvi pedir para a comissão de fábrica ir mais cedo para conversar com a peãozada. Eu fazia assembleia de manhã para evitar que o pessoal bebesse um pouquinho a tarde, porque quando a gente bebe um pouquinho, a gente fica mais ousado.

Mesmo assim não evitava, porque o cara levava litro de conhaque dentro da mala e, quando eu passava, tomava uma ‘dosinha’ para a garganta ficar melhor - coisa que não aconteceu hoje.

Pois bem, nós começamos a colocar o acordo em votação e 100 mil pessoas no Estádio da Vila Euclides não aceitavam o acordo. Era o melhor possível. A gente não perdia dia de férias, não perdia décimo terceiro e tinha 15% de aumento. Mas a peãozada 'tava' tão radicalizada que queria 83% ou nada. E não conseguimos. E passamos um ano sendo chamado de pelego pelos trabalhadores. A gente, Guilherme, ia na porta de fábrica... (Lula começa a fazer saudações diversas). Então, companheiros e companheiras, nós conseguimos… os trabalhadores não aprovaram o acordo... (interrupção para atendimento médico a pessoa na multidão).

Eu ia dizendo para vocês que nós não conseguimos aprovar a proposta que eu considerava boa e o pessoal então passou a desrespeitar a diretoria do Sindicato. Eu ia na porta da fábrica e ninguém parava.

E a imprensa escrevia: “Lula fala para os ouvidos moucos dos trabalhadores”.

Nós levamos um ano para recuperar o nosso prestígio na categoria. E eu fiquei pensando com ar de vingança: “Os trabalhadores pensam que eles podem fazer 100 dias de greve, 400 dias de greve, que eles vão até o fim. Pois eu vou testá-los em 1980”.

E fizemos a maior greve da nossa história. A maior greve. 41 dias de greve. Com 17 dias de greve, fui preso. Os trabalhadores começaram, depois de alguns dias, a furar greve. Eu sei que o doutor Almir e eu sei que o Teotônio Vilela iam

---

[281] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/07/leia-a-integra-do-discurso-historico-de-lula-em-sao-bernardo/>. Acesso em: 19 maio 2022.

dentro da cadeia e falavam assim pra mim: “Ô, Lula, cê precisa acabar com a greve, cê precisa dar um conselho para acabar com a greve”. E eu dizia: “Eu não vou acabar com a greve. Os trabalhadores vão decidir por conta própria”.

O dado concreto é que ninguém aguentou 41 dias porque, na prática, o companheiro tinha que pagar leite, tinha que pagar a conta de luz, tinha que pagar gás, a mulher começou a cobrar o dinheiro do pão, ele então começou a sofrer pressão e não aguentou. Mas é engraçado porque, na derrota, a gente ganhou muito mais sem ganhar economicamente do que quando a gente ganhou economicamente. Significa que não é dinheiro que resolve o problema de uma greve, não é 5%, não é 10%, é o que está embutido de teoria política, de conhecimento político e de tese política numa greve.

Agora, nós estamos quase que na mesma situação. Quase que na mesma situação. Eu estou sendo processado e eu tenho dito claramente: “O processo do meu apartamento, eu sou o único ser humano que sou processado por um apartamento que não é meu”. E ele sabe que o Globo mentiu quando disse que era meu. A Polícia Federal da Lava Jato, quando fez o inquérito, mentiu que era meu. O Ministério Público, quando fez a acusação, mentiu dizendo que era meu. E eu pensei que o Moro ia resolver e ele mentiu dizendo que era meu e me condenou a nove anos de cadeia.

É por isso que eu sou um cidadão indignado, porque eu já fiz muita coisa com meus 72 anos. Mas eu não os perdoo por ter passado para a sociedade a ideia de que eu sou um ladrão. Deram a primazia dos bandidos fazerem um pixuleco pelo Brasil inteiro. Deram a primazia dos bandidos chamarem a gente de petralha. Deram a primazia de criar quase um clima de guerra, negando a política nesse país. E eu digo todo dia: nenhum deles, nenhum deles, tem coragem ou dorme com a consciência tranquila da honestidade, da inocência que eu durmo. Nenhum deles. [Aplausos].

Eu não estou acima da Justiça. Se eu não acreditasse na Justiça, eu não tinha feito partido político. Eu tinha proposto uma revolução nesse país. Mas eu acredito na Justiça, numa Justiça justa, numa Justiça que vota um processo baseado nos autos do processo, baseado nas informações das acusações, das defesas, na prova concreta que tem a arma do crime.

O que eu não posso admitir é um procurador que fez um *powerpoint* e foi para a televisão dizer que o PT é uma organização criminosa que nasceu para

roubar o Brasil e que o Lula, por ser a figura mais importante desse partido, o Lula é o chefe e, portanto, se o Lula é o chefe, diz o procurador, “eu não preciso de provas, eu tenho convicção”. Eu quero que ele guarde a convicção dele para os comparsas deles, para os asseclas dele e não para mim. Certamente, um ladrão não estaria exigindo prova. Estaria de rabo preso com a boca fechada torcendo para a imprensa não falar o nome dele.

Eu tenho mais de 70 horas de Jornal Nacional me triturando. Eu tenho mais de 70 capas de revistas me atacando. Eu tenho milhares de páginas de jornais e matérias me atacando. Eu tenho mais a Record me atacando. Eu tenho mais a Bandeirantes me atacando, eu tenho a rádio do interior me atacando. E o que eles não se dão conta é que, quanto mais eles me atacam, mais cresce a minha relação com o povo brasileiro.

Eu não tenho medo deles. Eu até já falei que gostaria de fazer um debate com o Moro sobre a denúncia que ele fez contra mim. Eu gostaria que ele me mostrasse alguma coisa de prova. Eu já desafiei os juízes do TRF4 que eles fossem para um debate na universidade que eles quiserem, no curso que eles quiserem, provar qual é o crime que eu cometi nesse país. E eu, às vezes, tenho a impressão - e tenho a impressão porque eu sou um construtor de sonhos. Eu há muito tempo atrás sonhei que era possível governar esse país envolvendo milhões e milhões de pessoas pobres na economia, envolvendo milhões de pessoas nas universidades, criando milhões e milhões de empregos nesse país. Eu sonhei, eu sonhei que era possível um metalúrgico, sem diploma universitário, cuidar mais da educação que os diplomados e concursados que governaram esse país. Eu sonhei que era possível a gente diminuir a mortalidade infantil levando leite, feijão e arroz para que as crianças pudessem comer todo dia. Eu sonhei que era possível pegar os estudantes da periferia e colocá-los nas melhores universidades desse país para que a gente não tenha juiz e procuradores só da elite. Daqui a pouco vamos ter juízes e procuradores nascidos na favela de Heliópolis, nascidos em Itaquera, nascidos na periferia. Nós vamos ter muita gente dos Sem Terra, do MTST, da CUT formados.

Esse crime eu cometi.

Eu cometi esse crime e eles não querem que eu cometa mais. É por conta desse crime que já tem uns dez processos contra mim. E se for por esses crimes, de colocar pobre na universidade, negro na universidade, pobre comer carne, pobre

comprar carro, pobre viajar de avião, pobre fazer sua pequena agricultura, ser microempreendedor, ter sua casa própria. Se esse é o crime que eu cometi eu quero dizer que vou continuar sendo criminoso nesse país porque vou fazer muito mais. Vou fazer muito mais. (Povo começa a gritar “Lula, guerreiro do povo brasileiro).

Companheiros e companheiras, eu, em 1986, fui o deputado constituinte mais votado na história do país. E, na época, havia uma desconfiança de que só tinha poder no PT quem tinha mandato. Quem não tivesse mandato era tido… (começa a fazer saudações). Então companheiros, quando eu percebi que o povo desconfiava que só tinha valor no PT quem era deputado, Manuela e Guilherme, sabe o que eu fiz? Deixei de ser deputado. Porque eu queria provar ao PT que ia continuar sendo a figura mais importante do PT sem ter mandato. Porque se alguém quiser ganhar de mim no PT só tem um jeito: é trabalhar mais do que eu e gostar do povo mais do que eu, porque, se não gostar, não vai ganhar.

Pois bem: nós agora estamos num trabalho delicado. Eu talvez viva o momento de maior indignação que um ser humano vive. Não é fácil o que sofre a minha família. Não é fácil o que sofrem meus filhos. Não é fácil o que sofreu a Marisa. E eu quero dizer que a antecipação da morte da Marisa foi a safadeza e a sacanagem que a imprensa e o Ministério Público fizeram contra ela. Eu tenho certeza. Essa gente eu acho que não tem filho, não tem alma e não tem noção do que sente uma mãe ou um pai quando vê um filho massacrado, quando vê um filho sendo atacado.

Eu, então, companheiros, resolvi levantar a cabeça. Não pense que eu sou contra a Lava Jato não. A Lava Jato, se pegar bandido, tem que pegar bandido mesmo que roubou e prender. Todos nós queremos isso. Todos nós, a vida inteira, dizíamos: “A Justiça só prende pobre, não prende rico”. Todos nós dizíamos. E eu quero que continue prendendo rico. Eu quero. Agora, qual é o problema? É que você não pode fazer julgamento subordinado à imprensa. Porque, no fundo, no fundo, você destrói as pessoas na sociedade, na imagem das pessoas e depois os juízes vão julgar e vão dizer “eu não posso ir contra a opinião pública que tá pedindo pra caçar”. Quem quiser votar com base na opinião pública, largue a toga e vá ser candidato a deputado, escolha um partido político e vá ser candidato. Ora, a toga, ela é o emprego vitalício. O cidadão tem que votar apenas com base nos autos do processo, aliás eu acho que ministro da Suprema Corte não deveria dar declaração

de como vai votar. Nos EUA, termina a votação e você não sabe em quem o cidadão votou exatamente para que ele não seja vítima de pressão.

Imagina um cara sendo acusado de homicídio e não tenha sido ele o assassino. O que a família do morto quer? Que ele seja morto, que ele seja condenado. Então, o juiz tem que ter, diferentemente de nós, a cabeça mais fria, mais responsabilidade de fazer a acusação ou de condenar. O Ministério Público é uma instituição muito forte. Por isso, esses meninos que entram muito novo, fazem um curso direito e depois faz três anos de concurso porque o pai pode pagar, esses meninos precisavam conhecer um pouco da vida, um pouco de política, para fazer o que eles fazem na sociedade brasileira.

Tem uma coisa chamada responsabilidade. E não pense que quando eu falo assim (quer dizer que) eu sou contra. Eu fui presidente e indiquei quatro procuradores e fiz discurso em todas as posses. Eu dizia: “Quanto mais forte for a instituição, mais responsável os seus membros têm que ser”. Você não pode condenar a pessoa pela imprensa para depois julgá-la. Vocês estão lembrados de que, quando eu fui prestar depoimento lá em Curitiba, eu disse para o Moro: “Você não tem condições de me absolver porque a Globo está exigindo que você me condene e você vai me condenar".

Pois bem, eu acho que tanto o TRF4, quanto o Moro, a Lava Jato e a Globo, eles têm um sonho de consumo. O sonho de consumo é que, primeiro, o golpe não terminou com a Dilma. O golpe só vai concluir quando eles conseguirem convencer que o Lula não possa ser candidato à presidência da república em 2018. Não é que eu não vou ser, eles não querem que eu participe porque existe a possibilidade de cada um se eleger. Eles não querem o Lula de volta porque pobre na cabeça deles não pode ter direito. Não pode comer carne de primeira. Pobre não pode andar de avião. Pobre não pode fazer universidade. Pobre nasceu, segundo a lógica deles, para comer e ter coisas de segunda categoria.

Então, companheiros e companheiras, o outro sonho de consumo deles é a fotografia do Lula preso. Ah, eu fico imaginando o tesão da Veja colocando a capa comigo preso. Eu fico imaginando o tesão da Globo colocando a minha fotografia preso. Eles vão ter orgasmos múltiplos.

Eles decretaram a minha prisão. E deixa eu contar uma coisa para vocês: eu vou atender o mandado deles. E vou atender porque eu quero fazer a transferência de responsabilidade. Eles acham que tudo que acontece neste país acontece por

minha causa. Eu já fui condenado a 3 anos de cadeia porque um juiz de Manaus entendeu que eu não preciso de arma, eu tenho uma língua ferina, então precisa me calar, porque se não me calar, ele vai continuar falando frases como eu falei, "tá chegando a hora da onça beber água", e os camponeses mataram um fazendeiro e eles achavam que era a senha.

Eles já tentaram me prender por obstrução de justiça, não deu certo. Eles agora querem me pegar numa prisão preventiva, que é uma coisa mais grave, porque não tem habeas corpus. O Vaccari já está preso há três anos. O Marcelo Odebrecht gastou R$ 400 milhões e não teve habeas corpus. Eu não vou gastar um tostão. Mas vou lá com a seguinte crença: eles vão descobrir pela primeira vez o que eu tenho dito todo dia. Eles não sabem que o problema deste país não se chama Lula, o problema deste país chama-se vocês, a consciência do povo, o Partido dos Trabalhadores, o PCdoB, o MST, o MTST, eles sabem que tem muita gente.

E aquilo que a nossa pastora disse, e eu tenho dito em todo discurso, não adianta tentar me impedir de andar por este país, porque têm milhões e milhões de Boulos, de Manuelas, de Dilmas Rousseffs neste país para andar por mim.

Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las.

Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês.

Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um infarto, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações.

Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês. E eu tenho certeza que companheiros como os sem-terra, o MTST, os companheiros da CUT e do movimento sindical sabem. E esta é uma prova, esta é uma prova. Eu vou cumprir o mandado e vocês vão ter de se transformar, cada um de vocês, vocês não vão se chamar chiquinho, zezinho, joãozinho, albertinho… Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por este país fazendo o que vocês têm que fazer e é todo dia! Todo dia!

Eles têm de saber que a morte de um combatente não para a revolução.

Eles têm de saber. Eles têm de saber que nós vamos fazer definitivamente uma regulação dos meios de comunicação para que o povo não seja vítima das mentiras todo santo dia.

Eles têm de saber que vocês, quem sabe, são até mais inteligentes que eu, e queimar os pneus que vocês tanto queimam, fazer as passeatas, as ocupações no campo e na cidade. Parecia difícil a ocupação de São Bernardo, e amanhã vocês vão receber a notícia que vocês ganharam o terreno que vocês invadiram.

Companheiros, eu tive chance, agora, eu estava no Uruguai, entre Livramento e Rivera, e as pessoas diziam assim, "ô, Lula, você finge que vai comprar um “uisquizinho”, e você vai para o Uruguai com o Pepe Mujica e vai embora e não volta mais, pede asilo político. Você pode ir na embaixada da Bolívia, do Uruguai, da Rússia, e de lá você fica falando…" Eu não tenho mais idade. Minha idade é de enfrentá-los com olho no olho e eu vou enfrentá-los aceitando cumprir o mandado.

Eu quero saber quantos dias eles vão pensar que estão me prendendo. E, quantos mais dias eles me deixarem lá, mais Lulas vão nascer neste país e mais gente vai querer brigar neste país, porque numa democracia, não tem limite, não tem hora para a gente brigar. Eu falei para os meus companheiros: se dependesse da minha vontade eu não ia, mas eu vou porque eles vão dizer, a partir de amanhã, que o Lula está foragido, que o Lula tá escondido, e não! Eu não estô escondido, eu vou lá na barba deles pra eles saberem que eu não tenho medo, que eu não vou correr, e para eles saberem que eu vou provar minha inocência.

Eles têm de saber isso.

E façam o que quiserem. Façam o que quiserem. Eu vou pegar uma frase que eu peguei em 1982 de uma menina de 10 anos em Catanduva, e essa frase não tem autor: “Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera”.

E a nossa luta é em busca da primavera.

Eles têm de saber que nós queremos mais casa, mais escola. Nós queremos menos mortalidade, nós não queremos repetir a barbaridade que fizeram com a Marielle no Rio de Janeiro.

Não queremos repetir a barbaridade que se faz com meninos negros neste país.

Não queremos mais a mortalidade por desnutrição neste país. Não queremos mais que um jovem não tenha esperança de entrar numa universidade, porque este país é tão cretino, que foi o último país do mundo a ter uma universidade. O último! Todos os países mais pobres tiveram, porque eles não queriam que a juventude brasileira estudasse.

E falavam que custava muito. É de se perguntar: quanto custou não fazer 50 anos atrás?

Eu quero que vocês saibam que eu tenho orgulho, profundo orgulho, de ter sido o único presidente da República sem ter um diploma universitário, mas sou o presidente da República que mais fiz universidade na história deste país, para mostrar para essa gente que não confunda inteligência com a quantidade de anos na escolaridade, isso não é inteligência, é conhecimento.

Inteligência é quando você tem lado, inteligência é quando você não tem medo de discutir com os companheiros aquilo que é prioridade, e a prioridade é garantir que este país volte a ter cidadania. Não vão vender a Petrobras! Vamos fazer uma nova Constituinte! Vamos revogar a lei do petróleo que eles tão fazendo! Não vamos deixar vender o BNDES, não vamos deixar vender a Caixa, não vamos deixar destruir o Banco do Brasil! E vamos fortalecer a agricultura familiar, que é responsável por 70% do alimento que nós comemos neste país.

E com essa crença, companheiros, de cabeça erguida, como eu tô falando com vocês, que eu quero chegar lá e dizer ao delegado: estou à disposição.

E a história, daqui a alguns dias, vai provar que quem cometeu crime foi o delegado que me acusou, foi o juiz que me julgou e foi o Ministério Público que foi leviano comigo.

Por isso, companheiros, eu não tenho lugar no meu coração para todo mundo, mas eu quero que vocês saibam que se tem uma coisa que eu aprendi a gostar neste mundo é da minha relação com o povo.

Quando eu pego na mão de um de vocês, quando eu abraço um de vocês, quando eu beijo um de vocês… porque agora eu beijo homem e mulher igualzinho… Quando eu beijo um de vocês, eu não estou beijando com segundas intenções, eu estou beijando porque, quando eu era presidente, eu dizia: “Eu vou voltar pra onde eu vim”.

E eu sei quem são meus amigos eternos e quem são os eventuais. Os de gravatinha, que iam atrás de mim, agora desapareceram. E quem está comigo são

aqueles companheiros que eram meus amigos antes de eu ser presidente da República. É aquele que comia rabada no Zelão, que comia frango com polenta no Demarchi, é aquele que tomava caldo de mocotó no Zelão, esses continuam sendo nossos amigos. São os que têm coragem de invadir terreno para fazer casa, são aqueles que têm coragem de fazer uma greve contra a previdência, são aqueles que ocupam no campo pra fazer uma fazenda produtiva, são aqueles que, na verdade, precisam do Estado.

Companheiros, eu vou dizer uma coisa para vocês: Vocês vão perceber que eu vou sair desta maior, mais forte, mais verdadeiro, e inocente, porque eu quero provar que eles é que cometeram um crime, um crime político de perseguir um homem que tem 50 anos de história política, e por isso eu sou muito grato.

Eu não tenho como pagar a gratidão, o carinho e o respeito que vocês têm dedicado a mim nesses anos todos. E quero dizer a vocês, Guilherme e Manuela, a vocês dois, que para mim é motivo de orgulho pertencer a uma geração, que está no final dela, ver nascer dois jovens disputando o direito de ser presidente da República neste país. Por isso, grande abraço, e podem ficar certos: esse pescoço aqui não baixa, minha mãe já fez o pescoço curto para ele não baixar, e não vai baixar, porque eu vou sair de lá de cabeça erguida e de peito estufado, porque eu vou provar a minha inocência.

Um abraço companheiros, obrigado, mas muito obrigado, pelo que vocês me ajudaram, um beijo, querido, muito obrigado!

ANEXO F - Fotografia da cerimônia de posse do Presidente Lula - PT em 1º de janeiro de 2023[282]



Fonte: Agência Brasil, 2023

[282] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/foto/2023-01/cerimonia-de-posse-luiz-inacio-lula-da-silva-rampa-do-palacio-do-planalto-1672605975>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ANEXO G - Discurso do Presidente Lula - PT em 1º de janeiro de 2023[283]

Quero começar fazendo uma saudação especial a cada um e a cada uma de vocês. Uma forma de lembrar e retribuir o carinho e a força que recebia todos os dias do povo brasileiro - representado pela Vigília Lula Livre, num dos momentos mais difíceis da minha vida.

Hoje, neste que é um dos dias mais felizes da minha vida, a saudação que eu faço a vocês não poderia ser outra, tão singela e ao mesmo tempo tão cheia de significado:

Boa tarde, povo brasileiro!

Minha gratidão a vocês, que enfrentaram a violência política antes, durante e depois da campanha eleitoral. Que ocuparam as redes sociais, e que tomaram as ruas, debaixo de sol e chuva, nem que fosse para conquistar um único e precioso voto.

Que tiveram a coragem de vestir a nossa camisa e, ao mesmo tempo, agitar a bandeira do Brasil - quando uma minoria violenta e antidemocrática tentava censurar nossas cores e se apropriar do verde- amarelo, que pertence a todo o povo brasileiro.

A vocês, que vieram de todos os cantos deste país - de perto ou de muito longe, de avião, de ônibus, de carro ou na boleia de caminhão. De moto, bicicleta e até mesmo a pé, numa verdadeira caravana da esperança, para esta festa da democracia.

Mas quero me dirigir também aos que optaram por outros candidatos. Vou governar para os 215 milhões de brasileiros e brasileiras, e não apenas para quem votou em mim.

Vou governar para todas e todos, olhando para o nosso luminoso futuro em comum, e não pelo retrovisor de um passado de divisão e intolerância.

A ninguém interessa um país em permanente pé de guerra, ou uma família vivendo em desarmonia. É hora de reatarmos os laços com amigos e familiares, rompidos pelo discurso de ódio e pela disseminação de tantas mentiras.

O povo brasileiro rejeita a violência de uma pequena minoria radicalizada que

---

[283] Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/posse-mandato-lula-sobe-a-rampa-faixa-povo-brasileiro-chora/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

se recusa a viver num regime democrático.

Chega de ódio, *fake news*, armas e bombas. Nosso povo quer paz para trabalhar, estudar, cuidar da família e ser feliz.

A disputa eleitoral acabou. Repito o que disse no meu pronunciamento após a vitória em 30 de outubro, sobre a necessidade de unir o nosso país.

“Não existem dois Brasis. Somos um único país, um único povo, uma grande nação”.

Somos todos brasileiros e brasileiras, e compartilhamos uma mesma virtude: nós não desistimos nunca.

Ainda que nos arranquem todas as flores, uma por uma, pétala por pétala, nós sabemos que é sempre tempo de replantio, e que a primavera há de chegar. E a primavera chegou.

Hoje, a alegria toma posse do Brasil, de braços dados com a esperança.

Minhas queridas amigas e meus amigos.

Recentemente, reli o discurso da minha primeira posse na Presidência, em 2003. E o que li tornou ainda mais evidente o quanto o Brasil andou para trás.

Naquele 1º de janeiro de 2003, aqui nesta mesma praça, eu e meu querido vice José Alencar assumimos o compromisso de recuperar a dignidade e a autoestima do povo brasileiro - e recuperamos. De investir para melhorar as condições de vida de quem mais necessita - e investimos. De cuidar com muito carinho da saúde e da educação - e cuidamos.

Mas o principal compromisso que assumimos em 2003 foi o de lutar contra a desigualdade e a extrema pobreza, e garantir a cada pessoa deste país o direito de tomar café da manhã, almoçar e jantar todo santo dia - e nós cumprimos esse compromisso: acabamos com a fome e a miséria, e reduzimos fortemente a desigualdade.

Infelizmente hoje, 20 anos depois, voltamos a um passado que julgávamos enterrado. Muito do que fizemos foi desfeito de forma irresponsável e criminosa.

A desigualdade e a extrema pobreza voltaram a crescer. A fome está de volta - e não por força do destino, não por obra da natureza, nem por vontade divina.

A volta da fome é um crime, o mais grave de todos, cometido contra o povo brasileiro.

A fome é filha da desigualdade, que é mãe dos grandes males que atrasam o desenvolvimento do Brasil. A desigualdade apequena este nosso país de

dimensões continentais, ao dividi-lo em partes que não se reconhecem.

De um lado, uma pequena parcela da população que tudo tem. Do outro lado, uma multidão a quem tudo falta, e uma classe média que vem empobrecendo ano após ano.

Juntos, somos fortes. Divididos, seremos sempre o país do futuro que nunca chega, e que vive em dívida permanente com o seu povo.

Se queremos construir hoje o nosso futuro, se queremos viver num país plenamente desenvolvido para todos e todas, não pode haver lugar para tanta desigualdade.

O Brasil é grande, mas a real grandeza de um país reside na felicidade de seu povo. E ninguém é feliz de fato em meio a tanta desigualdade.

Minhas amigas e meus amigos,

Quando digo “governar”, eu quero dizer “cuidar”. Mais do que governar, vou cuidar com muito carinho deste país e do povo brasileiro.

Nestes últimos anos, o Brasil voltou a ser um dos países mais desiguais do mundo. Há muito tempo não víamos tamanho abandono e desalento nas ruas.

Mães garimpando lixo, em busca do alimento para seus filhos.

Famílias inteiras dormindo ao relento, enfrentando o frio, a chuva e o medo.

Crianças vendendo bala ou pedindo esmola, quando deveriam estar na escola, vivendo plenamente a infância a que têm direito.

Trabalhadoras e trabalhadores desempregados exibindo, nos semáforos, cartazes de papelão com a frase que nos envergonha a todos: “Por favor, me ajuda”.

Fila na porta dos açougues, em busca de ossos para aliviar a fome. E, ao mesmo tempo, filas de espera para a compra de automóveis importados e jatinhos particulares.

Tamanho abismo social é um obstáculo à construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática, e de uma economia próspera e moderna.

Por isso, eu e meu vice Geraldo Alckmin assumimos hoje, diante de vocês e de todo o povo brasileiro, o compromisso de combater dia e noite todas as formas de desigualdade.

Desigualdade de renda, de gênero e de raça. Desigualdade no mercado de trabalho, na representação política, nas carreiras do Estado. Desigualdade no acesso à saúde, educação e demais serviços públicos.

Desigualdade entre a criança que frequenta a melhor escola particular, e a criança que engraxa sapato na rodoviária, sem escola e sem futuro. Entre a criança feliz com o brinquedo que acabou de ganhar de presente, e a criança que chora de fome na noite de Natal.

Desigualdade entre quem joga comida fora, e quem só se alimenta das sobras.

É inadmissível que os 5% mais ricos deste país detenham a mesma fatia de renda que os demais 95%.

Que seis bilionários brasileiros tenham uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país.

Que um trabalhador ou trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal leve 19 anos para receber o equivalente ao que um super rico recebe em um único mês.

E não adianta subir o vidro do automóvel de luxo, para não ver nossos irmãos que se amontoam debaixo dos viadutos, carentes de tudo – a realidade salta aos olhos em cada esquina.

Minhas amigas e meus amigos.

É inaceitável que continuemos a conviver com o preconceito, a discriminação e o racismo. Somos um povo de muitas cores, e todas devem ter os mesmos direitos e oportunidades.

Ninguém será cidadão ou cidadã de segunda classe, ninguém terá mais ou menos amparo do Estado, ninguém será obrigado a enfrentar mais ou menos obstáculos apenas pela cor de sua pele.

Por isso estamos recriando o Ministério da Igualdade Racial, para enterrar a trágica herança do nosso passado escravista.

Os povos indígenas precisam ter suas terras demarcadas e livres das ameaças das atividades econômicas ilegais e predatórias. Precisam ter sua cultura preservada, sua dignidade respeitada e sua sustentabilidade garantida.

Eles não são obstáculos ao desenvolvimento – são guardiões de nossos rios e florestas, e parte fundamental da nossa grandeza enquanto nação. Por isso estamos criando o Ministério dos Povos Indígenas, para combater 500 anos de desigualdade.

Não podemos continuar a conviver com a odiosa opressão imposta às mulheres, submetidas diariamente à violência nas ruas e dentro de suas próprias

casas.

É inadmissível que continuem a receber salários inferiores ao dos homens, quando no exercício de uma mesma função. Elas precisam conquistar cada vez mais espaço nas instâncias decisórias deste país – na política, na economia, em todas as áreas estratégicas.

As mulheres devem ser o que elas quiserem ser, devem estar onde quiserem estar. Por isso, estamos trazendo de volta o Ministério das Mulheres.

Foi para combater a desigualdade e suas sequelas que nós vencemos a eleição. E esta será a grande marca do nosso governo.

Dessa luta fundamental surgirá um país transformado. Um país grande, próspero, forte e justo. Um país de todos, por todos e para todos. Um país generoso e solidário, que não deixará ninguém para trás.

Minhas queridas companheiras e meus queridos companheiros.

Reassumo o compromisso de cuidar de todos os brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles que mais necessitam. De acabar outra vez com a fome neste país. De tirar o pobre da fila do osso para colocá-lo novamente no Orçamento.

Temos um imenso legado, ainda vivo na memória de cada brasileiro e cada brasileira, beneficiário ou não das políticas públicas que fizeram uma revolução neste país.

Mas não nos interessa viver do passado. Por isso, longe de qualquer saudosismo, nosso legado será sempre o espelho do futuro que vamos construir para este país.

Em nossos governos, o Brasil conciliou crescimento econômico recorde com a maior inclusão social da história. E se tornou a sexta maior economia do mundo, ao mesmo tempo em que 36 milhões de brasileiras e brasileiros saíram da extrema pobreza.

Geramos mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada e todos os direitos assegurados. Reajustamos o salário mínimo sempre acima de inflação.

Batemos recorde de investimentos em educação - da creche à universidade, para fazer do Brasil um exportador também de inteligência e conhecimento, e não apenas de commodities e matéria-prima.

Nós mais que dobramos o número de estudantes no ensino superior, e abrimos as portas das universidades para a juventude pobre deste país. Jovens brancos, negros e indígenas, para quem o diploma universitário era um sonho

inalcançável, tornaram-se doutores.

Combatemos um dos grandes focos de desigualdade - o acesso à saúde. Porque o direito à vida não pode ser refém da quantidade de dinheiro que se tem no banco.

Fizemos o Farmácia Popular, que forneceu medicamentos a quem mais precisava, e o Mais Médicos, que levou atendimento a cerca de 60 milhões de brasileiros e brasileiras, nas periferias das grandes cidades e nos pontos mais remotos do Brasil.

Criamos o Brasil Sorridente, para cuidar da saúde bucal de todos os brasileiros e brasileiras.

Fortalecemos o nosso Sistema Único de Saúde. E quero aproveitar para fazer um agradecimento especial aos profissionais do SUS, pela grandiosidade do trabalho durante a pandemia. Enfrentaram bravamente, ao mesmo tempo, um vírus letal e um governo irresponsável e desumano.

Nos nossos governos, investimos na agricultura familiar e nos pequenos e médios agricultores, responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. E fizemos isso sem descuidar do agronegócio, que obteve investimentos e safras recordes, ano após ano.

Tomamos medidas concretas para conter as mudanças climáticas, e reduzimos o desmatamento da Amazônia em mais de 80%.

O Brasil consolidou-se como referência mundial no combate à desigualdade e à fome, e passou a ser internacionalmente respeitado, pela sua política externa ativa e altiva.

Fomos capazes de realizar tudo isso cuidando com total responsabilidade das finanças do país. Nunca fomos irresponsáveis com o dinheiro público.

Fizemos superávit fiscal todos os anos, eliminamos a dívida externa, acumulamos reservas de cerca de 370 bilhões de dólares e reduzimos a dívida interna a quase metade do que era anteriormente.

Nos nossos governos, nunca houve nem haverá gastança alguma. Sempre investimos, e voltaremos a investir, em nosso bem mais precioso: o povo brasileiro.

Infelizmente, muito do que construímos em 13 anos foi destruído em menos da metade desse tempo. Primeiro, pelo golpe de 2016 contra a presidenta Dilma. E na sequência, pelos quatro anos de um governo de destruição nacional cujo legado a História jamais perdoará:

700 mil brasileiros e brasileiras mortos pela Covid.

125 milhões sofrendo algum grau de insegurança alimentar, de moderada a muito grave.

33 milhões passando fome.

Estes são apenas alguns números. Que na verdade não são apenas números, estatísticas, indicadores - são pessoas. Homens, mulheres e crianças, vítimas de um desgoverno afinal derrotado pelo povo, no histórico 30 de outubro de 2022.

Os Grupos Técnicos do Gabinete de Transição, que por dois meses mergulharam nas entranhas do governo anterior, trouxeram a público a real dimensão da tragédia.

O que o povo brasileiro sofreu nestes últimos anos foi a lenta e progressiva construção de um genocídio.

Quero citar, a título de exemplo, um pequeno trecho das 100 páginas desse verdadeiro relatório do caos produzido pelo Gabinete de Transição. Diz o relatório: “O Brasil bateu recordes de feminicídios, as políticas de igualdade racial sofreram severos retrocessos, produziu-se um desmonte das políticas de juventude, e os direitos indígenas nunca foram tão ultrajados na história recente do país. Os livros didáticos que deverão ser usados no ano letivo de 2023 ainda não começaram a ser editados; faltam remédios na Farmácia Popular; não há estoques de vacinas para o enfrentamento das novas variantes da covid-19. Faltam recursos para a compra de merenda escolar; as universidades corriam o risco de não concluir o ano letivo; não existem recursos para a Defesa Civil e a prevenção de acidentes e desastres. Quem está pagando a conta deste apagão é o povo brasileiro”.

Meus amigos e minhas amigas.

Nesses últimos anos, vivemos, sem dúvida, um dos piores períodos da nossa história. Uma era de sombras, de incertezas e de muito sofrimento. Mas esse pesadelo chegou ao fim, pelo voto soberano, na eleição mais importante desde a redemocratização do país.

Uma eleição que demonstrou o compromisso do povo brasileiro com a democracia e suas instituições.

Essa extraordinária vitória da democracia nos obriga a olhar para a frente e a esquecer nossas diferenças, que são muito menores que aquilo que nos une para sempre: o amor pelo Brasil e a fé inquebrantável em nosso povo.

Agora, é hora de reacendermos a chama da esperança, da solidariedade e do amor ao próximo.

Agora é hora de voltar a cuidar do Brasil e do povo brasileiro. Gerar empregos, reajustar o salário mínimo acima da inflação, baratear o preço dos alimentos.

Criar ainda mais vagas nas universidades, investir fortemente na saúde, na educação, na ciência e na cultura.

Retomar as obras de infraestrutura e do Minha Casa Minha Vida, abandonadas pelo descaso do governo que se foi.

É hora de trazer investimentos e reindustrializar o Brasil. Combater outra vez as mudanças climáticas e acabar de uma vez por todas com a devastação de nossos biomas, sobretudo a Amazônia.

Romper com o isolamento internacional e voltar a se relacionar com todos os países do mundo.

Não é hora para ressentimentos estéreis. Agora é hora de o Brasil olhar para a frente e voltar a sorrir.

Vamos virar essa página e escrever, em conjunto, um novo e decisivo capítulo da nossa história.

Nosso desafio comum é o da criação de um país justo, inclusivo, sustentável, criativo, democrático e soberano, para todos os brasileiros e brasileiras.

Fiz questão de dizer ao longo de toda a campanha: o Brasil tem jeito. E volto a dizer com toda convicção, mesmo diante do quadro de destruição revelado pelo Gabinete de Transição: o Brasil tem jeito. Depende de nós, de todos nós.

Em meus quatro anos de mandato, vamos trabalhar todos os dias para o Brasil vencer o atraso de mais de 350 anos de escravidão. Para recuperar o tempo e as oportunidades perdidas nesses últimos anos. Para reconquistar seu lugar de destaque no mundo. E para que cada brasileiro e cada brasileira tenha o direito de voltar a sonhar, e as oportunidades para realizar aquilo que sonha.

Precisamos, todos juntos, reconstruir e transformar o Brasil.

Mas só reconstruiremos e transformaremos de fato este país se lutarmos com todas as forças contra tudo aquilo que o torna tão desigual.

Essa tarefa não pode ser de apenas um presidente ou mesmo de um governo. É urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade, que envolva a sociedade como um todo: trabalhadores, empresários,

artistas, intelectuais, governadores, prefeitos, deputados, senadores, sindicatos, movimentos sociais, associações de classe, servidores públicos, profissionais liberais, líderes religiosos, cidadãos e cidadãs comuns.

É tempo de união e reconstrução.

Por isso, faço este chamamento a todos os brasileiros e brasileiras que desejam um Brasil mais justo, solidário e democrático: juntem-se a nós num grande mutirão contra a desigualdade.

Quero terminar pedindo a cada um e a cada uma de vocês: que a alegria de hoje seja a matéria-prima da luta de amanhã e de todos os dias que virão. Que a esperança de hoje fermente o pão que há de ser repartido entre todos.

E que estejamos sempre prontos a reagir, em paz e em ordem, a quaisquer ataques de extremistas que queiram sabotar e destruir a nossa democracia.

Na luta pelo bem do Brasil, usaremos as armas que nossos adversários mais temem: a verdade, que se sobrepôs à mentira; a esperança, que venceu o medo; e o amor, que derrotou o ódio.

Viva o Brasil. E viva o povo brasileiro.